



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 10ª SESSÃO À 15ª SESSÃO DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 33 N° 04
18 DE FEVEREIRO A 27 DE FEVEREIRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2009

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2009-2010)

PRESIDENTE	Senador	JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador	MARCONI PERILLO (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador	HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador	MÃO SANTA (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO	Senadora	PATRÍCIA SABOIA (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	CÉSAR BORGES (PR-BA)
2º Senador	ADELMIR SANTANA (DEM-DF)
3º Senador	CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)
4º Senador	GERSON CAMATA (PMDB-ES)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		prol da sustentabilidade e preservação da região. Senador Valdir Raupp.....	161
Comentários sobre o Projeto Transparência, do ex- Senador Capiberibe, que permite a todo cidadão acompanhar os gastos da administração pública. Senador Renato Casagrande.	108	Críticas à falta de celeridade da Comissão formada pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Ministério da Agricultura e por Senadores e Deputados para tratar do avanço do desmatamento na Amazônia. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Gilberto Goellner.	164
AGRADECIMENTOS		ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
Agradecimento à Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no Senado Federal, pelo apoio recebido durante o período em que Sua Excelência foi Líder do partido e do Bloco da Maioria e felicitações ao Senador Renan Calheiros como novo Líder. Senador Valdir Raupp.....	72	Comentários sobre a apresentação de emendas, de Sua Excelência, relacionadas à destinação das áreas de interesse para as comunidades tradicionais da Amazônia. Aparte à Senadora Marina Silva. Senador Renato Casagrande.....	30
AGROINDÚSTRIA		Comentários sobre a entrevista do Senador Jarbas Vasconcelos à revista <i>Veja</i> , edição de 18 de fevereiro de 2009, na qual ele faz críticas aos atos de corrupção e ao Programa Bolsa Família. Senador Eduardo Suplicy.	38
Considerações acerca da crise no setor da citricultura paulista e leitura da proposta de requerimento, de Sua Excelência, que solicita informações sobre os procedimentos que visam apurar e dirimir os conflitos entre as empresas de suco de laranja e os citricultores e trabalhadores. Senador Eduardo Suplicy.....	140	Congratulações ao Senador Romeu Tuma pelo pronunciamento sobre os rumos do debate popular, promovido por lideranças políticas e membros da sociedade civil organizada, em defesa da liberação ou não do uso maconha. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Marcelo Crivella.....	54
AMAZÔNIA		Congratulações ao Senador Romeu Tuma pelo pronunciamento sobre os rumos do debate popular, promovido por lideranças políticas e membros da sociedade civil organizada, em defesa da liberação ou não do uso maconha. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Augusto Botelho.	55
Considerações sobre o encaminhamento da Medida Provisória nº 458, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia, ao Congresso Nacional e sobre a criação do sistema específico para a destinação das áreas de interesse para as comunidades tradicionais. Senadora Marina Silva.....	28	Solicitação de informações referentes à existência de algum pedido de renúncia do Senador José Maranhão ao cargo de Senador, para assumir o Governo do Estado da Paraíba, em virtude da cassação do mandato do Governador Cássio Cunha Lima. Senador Efraim Morais.....	69
Defesa da regularização fundiária para os povos da Amazônia. Aparte à Senadora Marina Silva. Senador João Pedro.....	31		
Preocupação com o avanço do desmatamento na Amazônia, com destaque para medidas em			

	Pág.		Pág.
<p>Congratulações ao Senador Roberto Cavalcanti pela posse nesse cargo, em substituição ao Senador José Maranhão, que assume o Governo do Estado da Paraíba, devido à cassação do mandato do Governador Cássio Cunha Lima. Senador Marcelo Crivella.....</p>	88	<p>Considerações sobre a realização de trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia pelo Brasil. Senador Magno Malta.....</p>	113
<p>Comentários sobre os processos pelos quais o suplente do Senador José Maranhão, o Senador Roberto Cavalcanti, responde na Justiça. Senador Arthur Virgílio.....</p>	91	<p>Relato acerca das estatísticas reveladas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Pará. Senador José Nery.....</p>	117
<p>Congratulações ao Senador José Sarney pela eleição à Presidência do Senado Federal. Senador Mão Santa.....</p>	148	<p>Considerações sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, com destaque para a importância do combate mais profundo dos fatos relativos aos crimes de pedofilia no País e críticas aos Estados Unidos pela impropriedade da cobrança de respeito aos direitos humanos. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....</p>	396
<p>Considerações sobre a participação, de Sua Excelência, no VII Congresso da USA <i>Basic Income Guarantee Network</i>, realizado em Nova York, e participação no XI Encontro dos Economistas da Associação Cubana e do Caribe, realizado em Cuba, sobre o programa social Renda Básica de Cidadania no Brasil. Senador Eduardo Suplicy.</p>	369	<p>CRIME</p>	
<p>Cumprimentos ao Senador Geraldo Mesquita Júnior pelas colocações sobre a reforma política e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Marco Maciel.....</p>	397	<p>Apelo ao Corregedor do Senado Federal, para que investigue o caso e a prisão do assassino confesso da morte do Senador Olavo Pires. Senador Expedito Júnior.....</p>	22
<p>CORRUPÇÃO</p>		<p>Apelo à Polícia Federal e ao Corregedor do Senado Federal, para que investiguem o caso e a prisão do assassino confesso da morte do Senador Olavo Pires. Senador Valdir Raupp.....</p>	72
<p>Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2009, de Sua Excelência, que altera a redação dos arts. 317 e 333 do Código Penal, para determinar aumento de pena das fraudes cometidas contra a saúde ou a educação. Senador Mozarildo Cavalcanti.....</p>	74	<p>Considerações acerca da matéria intitulada “Minério radioativo é extraído sem fiscalização no AP, diz PF”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, no dia 27 de dezembro de 2008, que alerta para as dificuldades de repressão ao contrabando de minério radioativo. Senador Romeu Tuma.....</p>	257
<p>Considerações sobre a corrupção no Governo do Estado do Piauí. Senador Mão Santa.....</p>	281	<p>DATA COMEMORATIVA</p>	
<p>(CPI)</p>		<p>Congratulações a todos que fizeram e participaram do Carnaval brasileiro. Senadora Ideli Salvatti.....</p>	354
<p>Indignação pela falta de celeridade no andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais (ONGs). Senador Heráclito Fortes.....</p>	84	<p>DESEMPREGO</p>	
<p>Comentários sobre o recadastramento das Organizações Não Governamentais (ONGs) no Ministério da Justiça. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Romeu Tuma.....</p>	84	<p>Comentários sobre a solicitação do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, para que haja diálogo entre a direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os trabalhadores e suas entidades a respeito das demissões, em massa, de trabalhadores da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer). Senador Eduardo Suplicy.....</p>	369
<p>Sugestão ao Senador Heráclito Fortes para que convoque a imprensa e informe ausência de recadastramento de algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) no Ministério da Justiça. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Arthur Virgílio.....</p>	85		

	Pág.		Pág.
Lamento pelo falecimento do advogado Osíris Lopes Filho, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009, em Brasília. Senador Marco Maciel.....	394	(MST)	
Encaminhamento de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do advogado Osíris Lopes Filho, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009, em Brasília. Senador Adelmir Santana.....	395	Preocupação com as invasões de fazenda ocorridas no País, durante o período de carnaval, por dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Senadora Marisa Serrano.....	347
Encaminhamento de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do advogado Osíris Lopes Filho, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009, em Brasília. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	395	Comentários sobre as invasões de fazenda ocorridas no País, durante o período de carnaval, por dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Marco Maciel.....	348
Encaminhamento de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do engenheiro Geraldo de Magalhães Melo, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 2009, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel.....	399	MUNICÍPIOS	
LÍNGUA PORTUGUESA		Críticas à utilização indevida de recursos públicos para realizar o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, com intuito de promover a candidatura da sucessora presidencial, pelo Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff. Senador Flexa Ribeiro.....	115
Considerações sobre o uso do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que define os padrões da norma culta a serem utilizados na ortografia oficial dos países de Língua Portuguesa. Senador Adelmir Santana.....	301	Registro da posse do novo diretor da Associação dos Municípios do Médio Parnaíba (AMPAR), Prefeito de Lagoinha do Piauí, Alcione Barbosa. Senador João Vicente Claudino.....	119
Comentários sobre o uso do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, bem como a preocupação com os resultados alcançados pelos alunos de ensino fundamental em testes aplicados pelo Ministério da Educação (MEC). Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senadora Marisa Serrano.....	302	Considerações sobre a festa de carnaval do município tocantinense chamado Gurupi, bem como os benefícios advindos com a construção da eclusa da Usina Hidrelétrica do Lajeado e o aniversário de emancipação política de diversas cidades do Estado do Tocantins. Senador João Ribeiro.....	277
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA		PARECER	
Mensagem n° 38, de 2009 (n° 87/2009, na origem), que submete à apreciação dos Senhores Senadores a escolha do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.....	377	Parecer n° 8, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei do Senado n° 387, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que altera o art. 47 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir, na educação superior, a frequência mínima exigida para aprovação. Senador Romeu Tuma.....	330
Mensagem n° 39, de 2009 (n° 88/2009, na origem), que submete à apreciação dos Senhores Senadores a escolha do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.....	381	PARTIDO POLÍTICO	
		Considerações sobre a comemoração dos 29 anos da assinatura do Manifesto que fundou o Partido dos Trabalhadores (PT). Senadora Fátima Cleide.....	121
		Considerações sobre notícias divulgadas pela imprensa a respeito do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), bem como desapontamento com a cúpula desse Partido nas duas Casas do Congresso Nacional e com o predomínio da impunidade no País. Senador Pedro Simon.....	285

	Pág.		Pág.
			V
			Pág.
Considerações sobre a diversidade partidária existente no Brasil e o domínio político que o Democratas (DEM) exerce no Distrito Federal, devido à liderança do Governador José Roberto Arruda. Senador Adelmir Santana.....	390	POLÍTICA AGRÍCOLA	
Elogios ao desempenho do Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, integrante do Democratas (DEM), pelo número expressivo de obras realizadas em Brasília. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Marco Maciel.	393	Registro da realização do 1º Festival da Uva, em São João do Piauí, promovido pelo Governo Estadual. Senador João Vicente Claudino.....	119
PEDOFILIA		POLÍTICA AMBIENTAL	
Considerações sobre as alternativas para o combate aos crimes de pedofilia no Brasil. Senador Flávio Arns.....	16	Considerações sobre a ocorrência de problemas relacionados às alterações climáticas no Estado do Rio Grande do Sul e alerta sobre a importância de preservar o aquífero Guarani, que é estimado como a maior reserva de água doce do mundo. Senador Sérgio Zambiasi.....	298
PODER JUDICIÁRIO		Alerta sobre a importância de preservar o aquífero Guarani, que é estimado como a maior reserva de água doce do mundo. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi. Senadora Marisa Serrano....	300
Considerações sobre a instalação da Câmara Especial Regional na Comarca de Chapecó, para realização de julgamento de recursos e apelações do Tribunal de Justiça fora de sua sede, Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Senador Neuto de Conto.	109	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	
Apelo para que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso adote medidas para agilizar o andamento das atividades do Poder Judiciário no Estado. Senadora Serys Slhessarenko.....	295	Registro da visita ao gabinete de Sua Excelência do Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, e do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Doutor Luiz Antonio Pagot, para tratar de questões ligadas à infraestrutura e à política local do referido Estado. Senadora Serys Slhessarenko.	159
Comentários sobre a necessidade de agilizar e melhorar o andamento das atividades da Justiça brasileira. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Adelmir Santana.....	296	POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Elogios ao trabalho realizado pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Sérgio Zambiasi.	297	Relato sobre os investimentos concedidos para a recuperação das rodovias que cortam o Estado da Bahia. Senador César Borges.	69
PODER LEGISLATIVO		Considerações sobre a aprovação do projeto, de Sua Excelência, referente à instalação obrigatória de <i>airbags</i> nos carros produzidos no Brasil. Senador Eduardo Azeredo.	111
Comentários sobre a Proposta de Emenda à Constituição que põe fim à verba indenizatória e transfere o recurso referido para o salário dos parlamentares. Senador Mozarildo Cavalcanti.	74	Congratulações ao Senador Eduardo Azeredo pela aprovação do projeto referente à instalação obrigatória de <i>airbags</i> nos carros produzidos no Brasil. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Flexa Ribeiro.....	112
Pedido de retirada do nome de Sua Excelência da lista de parlamentares beneficiários da verba indenizatória. Senador Arthur Virgílio.	86	Defesa da recuperação da Rodovia BR-319, que liga as cidades de Manaus e Porto Velho, na Região Norte do Brasil. Senador João Pedro.	358
Registro de projeto, apresentado por Sua Excelência, que determina a divulgação de gastos dos Senadores com verba indenizatória. Senador José Nery.....	117	Preocupação com o aumento do número de acidentes nas estradas brasileiras, durante o período de Carnaval; comentários sobre a aprovação do projeto, de Sua Excelência, referente à instalação obrigatória de <i>airbags</i> nos carros produzidos no Brasil e apelo ao Governo Federal pela melhoria das estradas brasileiras e pela continuidade da	

	Pág.		Pág.
fiscalização do uso de bebidas alcoólicas após o período de Carnaval. Senador Eduardo Azeredo.	364	Considerações sobre os investimentos do Governo Federal em obras do setor de energia elétrica. Senador Valdir Raupp.	367
Considerações sobre os investimentos do Governo Federal em obras de restauração das BRs no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp.....	367	POLÍTICA EXTERNA	
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA		Considerações sobre a visita dos parlamentares italianos, Domenico Scilipoti e Carlo Monai, ao Senado Federal, para discutir a questão do asilo político dado pelo Brasil ao italiano Cesare Battisti. Senador Gerson Camata.....	14
Pedido de transcrição do editorial intitulado “Crise boa para os bancos”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , na edição de 18 de fevereiro de 2009, e considerações sobre a política adotada pelo Governo do Presidente Lula em benefício dos banqueiros. Senador Alvaro Dias.	25	Considerações sobre a visita dos parlamentares italianos, Domenico Scilipoti e Carlo Monai, ao Senado Federal, para discutir a questão do asilo político dado pelo Brasil ao italiano Cesare Battisti e comentários sobre a deportação de atletas cubanos. Aparte ao Senador Gerson Camata. Senador César Borges.....	14
Considerações sobre a reunião do Conselho Político, realizada pelo Presidente Lula, com a presença do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para debate acerca da crise financeira internacional e da utilização de tecnologias limpas para construção de casas populares. Senador Renato Casagrande.	108	Aviso sobre a leitura da carta do italiano Cesare Battisti, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em que explica tudo o que aconteceu com ele desde os tempos em que participou de ações consideradas subversivas pelo ordenamento italiano. Aparte ao Senador Gerson Camata. Senador Eduardo Suplicy.....	15
Exposição das propostas elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), do Rio Grande do Sul, para combater as consequências da crise financeira internacional no referido Estado. Senador Paulo Paim.....	137	Comentários sobre a decisão do Ministro da Justiça, Tarso Genro, o qual invalidou o julgamento do Supremo Tribunal Federal, que considera o italiano Cesare Battisti como refugiado político. Aparte ao Senador Gerson Camata. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	16
Leitura de artigo do jornalista Zózimo Tavares, intitulado “Demissão em massa”, publicado no jornal <i>Diário do Povo</i> , sobre a crise econômico financeira internacional. Senador Mão Santa.	148	Críticas sobre o posicionamento do Governo brasileiro em relação ao caso do italiano Cesare Battisti. Aparte ao Senador Gerson Camata. Senador Raimundo Colombo.....	16
Sugestões para o enfrentamento da crise financeira internacional. Senador Arthur Virgílio.....	259	Registro da visita ao Senado Federal dos parlamentares italianos, Domenico Scilipoti e Carlo Monai. Senador Eduardo Suplicy.....	27
Preocupação com o impacto causado em alguns setores da economia brasileira, em virtude da crise financeira internacional e críticas ao Governo Lula pela maneira como a tem enfrentado. Senadora Marisa Serrano.	303	Leitura da Declaração de Intenção assinada pela Associação Parlamentar de Amizade Brasil – Itália, que trata da extradição do italiano Cesare Battisti. Senador Alvaro Dias.	27
Considerações sobre as repercussões da crise financeira internacional no Brasil e sugestões para minimizar seus efeitos. Senador Adelmir Santana.....	356	Críticas sobre a decisão do Ministro da Justiça, Tarso Genro, o qual invalidou o julgamento do Supremo Tribunal Federal, que considera o italiano Cesare Battisti refugiado político e sobre a deportação de atletas cubanos. Senador Heráclito Fortes.	28
POLÍTICA ENERGÉTICA		Registro de reunião da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, ocorrida no dia 18 de fevereiro de 2009, em que foi admitido o protocolo de adesão da Venezuela ao referido bloco econômico. Senador José Nery.	118
Registro da presença do Presidente Lula, do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, em Florianópolis, para inauguração da linha de transmissão de energia para a Ilha de Santa Catarina e assinatura dos decretos de outorga e dos contratos de construção da maior linha de transmissão de energia do Planeta. Senadora Ideli Salvatti.....	354		

	Pág.	VII	Pág.
Considerações sobre a constitucionalidade do acordo entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos para intercâmbio de informações relativas a tributos. Senador Francisco Dornelles..	120		
Considerações sobre o asilo político dado pelo Brasil ao italiano Cesare Battisti e leitura da carta enviada por ele à sociedade brasileira. Senador José Nery.....	150		
Comentários sobre a entrega da carta enviada pelo italiano Cesare Battisti à sociedade brasileira. Aparte ao Senador José Nery. Senador Eduardo Suplicy.....	151		
Leitura da carta enviada pelo italiano Cesare Battisti aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Senador Eduardo Suplicy.	369		
POLÍTICA HABITACIONAL			
Pedido ao Governo brasileiro para que adote um programa de habitação a fim de resgatar o <i>déficit</i> habitacional existente no País. Senador Marcelo Crivella. .	82		
Considerações sobre o lucro obtido pelo Banco do Brasil em 2008 e a necessidade de direcionar melhor a aplicação desses recursos para o financiamento de casas populares. Senador Marcelo Crivella.	273		
Comentários sobre a necessidade de financiamento para a construção de casas populares. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador João Ribeiro.....	275		
POLÍTICA INTERNACIONAL			
Congratulações ao Presidente venezuelano, Hugo Chávez, pela vitória no referendo que lhe permite governar por tempo indeterminado, enquanto continuar ganhando eleições e comentários sobre a filiação da Venezuela ao Mercosul. Senador Gerson Camata.	14		
Considerações sobre a vitória do Presidente venezuelano, Hugo Chávez, no referendo que lhe permite governar por tempo indeterminado, enquanto continuar ganhando eleições. Senador Gerson Camata.	268		
POLÍTICA SOCIAL			
Comentários sobre o aumento do número de beneficiados pelo Programa Bolsa Família. Senador Eduardo Suplicy.....	50		
Considerações sobre a abrangência do Programa Luz para Todos à população do meio rural no Estado do Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko.	135		
		Considerações sobre o lançamento do Programa do Governo Federal que tem como objetivo substituir dez milhões de geladeiras antigas ao longo de dez anos. Senadora Serys Slhessarenko....	295
		POLÍTICA TRABALHISTA	
		Comentários Considerações sobre a mudança na direção do Fundo Real Grandeza, o Fundo de Pensão dos funcionários de Furnas. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	396
		PREVIDÊNCIA SOCIAL	
		Comentários a respeito da repactuação das dívidas previdenciárias contraídas pelos municípios junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Senador Antonio Carlos Valadares.	71
		Críticas ao Governo do Presidente Lula por não assegurar os direitos dos aposentados. Senador Mão Santa.	281
		Indignação pelo desrespeito aos direitos dos aposentados e dos idosos, bem como pela desordem no Governo Estadual do Piauí. Senador Mão Santa.	400
		PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
		Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2009, que susta a eficácia das alterações promovidas pelo art. 5º do Decreto nº 6.405, de 19 de março de 2008, no Anexo I do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.....	8
		Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009, que aprova Contas do Governo Federal, relativas ao Exercício de 2004.....	154
		Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 2009, que sobresta a apreciação das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal de primeiro e segundo graus, Conselho da Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativos ao Exercício de 2004, em virtude da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238.	154
		PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL	
		Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2009, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito es-	

	Pág.		Pág.
pecial no valor de R\$ 492.078.530,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.....	305	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
PROJETO DE LEI DO SENADO		Projeto de Resolução nº 6, de 2009, que determina a disponibilização, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar. Senador José Nery.	244
Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2009, que institui 2010 como “Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata”. Senador Paulo Paim.....	4	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2009, que cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional. Senador Paulo Paim.....	6	Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2009, que altera o inciso XI do art. 37 e o inciso VII do art. 49 da Constituição Federal. Senador Mozerildo Cavalcanti.	77
Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2009, que autoriza que as pessoas físicas deduzam imposto de renda devido às doações ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e que as pessoas jurídicas deduzam da base de cálculo do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido as doações a órgãos de apoio do Sistema Nacional de Defesa Civil. Senadora Marisa Serrano.....	165	REFORMA AGRÁRIA	
Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2009, que estabelece normas relativas à aplicação dos recursos públicos federais para as transições governamentais dos poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Senador Renato Casagrande.	225	Considerações sobre a ocorrência de mortes, no Estado de Pernambuco, em virtude dos conflitos agrários e a falta de políticas públicas para a questão fundiária. Senador João Pedro.	388
Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e no art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional. Senador Marcelo Crivella.....	236	REFORMA POLÍTICA	
Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2009, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos à tração elétrica. Senador Flávio Arns. ...	239	Considerações acerca da importância do Congresso Nacional priorizar as questões relativas às reformas políticas. Senador Marco Maciel.....	350
Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2009, que altera o inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência. Senador Flávio Arns.	240	Comentários sobre a importância da mobilização da sociedade brasileira em relação à necessidade de uma reforma política no Brasil. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador João Pedro.	352
Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2009, que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir na isenção do imposto de renda, a condição de pessoa com deficiência, entre as alterações de saúde e doenças que dão direito aos benefícios de que tratam. Senador Flávio Arns.....	242	Comentários sobre a necessidade de uma reforma política no Brasil. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Adelmir Santana.....	352
		Considerações sobre a importância de progredir na questão da reforma política no Brasil. Senador Adelmir Santana.....	390
		Comentários sobre a importância de consultar a população brasileira na questão da reforma política no Brasil. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	390
		Comentários sobre a importância da reforma política no Brasil. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Marco Maciel.	391
		Sugestão para que seja discutida a questão da reforma política no Brasil. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	396
		REFORMA TRIBUTÁRIA	
		Considerações sobre a importância de discutir, no Senado Federal, a proposta da Reforma Tributária. Senador Antonio Carlos Júnior.	50

	Pág.		IX Pág.
RELIGIÃO			
Destaque para o início da Campanha da Fraternidade do ano de 2009, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema "Fraternidade e Segurança Pública". Senador Marco Maciel.	156	prefeitos, realizado nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2009, em Brasília. Senador Arthur Virgílio.....	34
Comentários sobre o tema da Campanha da Fraternidade do ano de 2009, "Fraternidade e Segurança Pública", realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Romeu Tuma.....	157	Requerimento nº 112, de 2009, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), relativo ao exercício de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	35
Comentários sobre o tema da Campanha da Fraternidade do ano de 2009, "Fraternidade e Segurança Pública", realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Marcelo Crivella.	158	Requerimento nº 113, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 12 de janeiro de 2009, do futebolista Albino Friaça Cardoso, o famoso atacante Friaça, que fez gol da Seleção Brasileira, no 2x1 em que o Brasil foi derrotado pelo Uruguai e perdeu a Copa do Mundo de 1950, na final do campeonato realizada no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.....	36
Comentários sobre o tema da Campanha da Fraternidade do ano de 2009, "Fraternidade e Segurança Pública", realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador José Nery.	159	Requerimento nº 114, de 2009, requer Voto de Aplauso ao astrônomo brasileiro Augusto Damini, que previu o apagão da hipergigante estrela Eta Carina, confirmado em 12 de fevereiro de 2009. Senador Arthur Virgílio.....	37
REQUERIMENTO			
Requerimento nº 107, de 2009, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 13 de maio de 2009, destinada a homenagear o dia da Abolição da Escravatura. Senador Paulo Paim.	2	Requerimento nº 115, de 2009, que requer autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, no VIII Congresso da Rede USBIG (<i>USBIG Network</i>), em Nova York, Estados Unidos, no período de 27 de fevereiro a 1 de março de 2009, e do XI Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento (<i>XI Encuentro Internacional de Economistas sobre Globalización y Problemas del Desarrollo</i>), em Havana, Cuba, no período de 2 a 4 de março de 2009. Senador Eduardo Suplicy.	103
Requerimento nº 108, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Luiza Carlos de Assis, mãe do ex-Deputado Federal Narciso Mendes de Assis, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2009, em Natal, Rio Grande do Norte. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	3	Requerimento nº 116, de 2009, que requer autorização para ausência de Sua Excelência do País e dos trabalhos da Casa, no período de 19 de fevereiro a 2 de março de 2009, sendo que de 19 a 27 de fevereiro para missão oficial na França e em Luxemburgo e de 28 de fevereiro a 2 de março para viagem de caráter político-cultural. Senador Marconi Perillo.	104
Requerimento nº 109, de 2009, que requer o adiamento da data de realização da Sessão Especial, em homenagem a Patativa do Assaré, para o dia 3 de junho de 2009. Senador Inácio Arruda.	3	Requerimento nº 117, de 2009, que requer a realização de sessão especial em homenagem ao centésimo aniversário da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no dia 7 de maio de 2009. Senador Jefferson Praia.	105
Requerimento nº 110, de 2009, que requer que sejam prestadas as homenagens de inserção em ata de Voto de Pesar, apresentação de condolências à família e apresentação de condolências ao Conselho Regional de Medicina do Amapá, por ocasião do falecimento do Ilustríssimo Senhor Doutor Benedito Carrera Bahia, ocorrido no dia 18 de fevereiro de 2009, em Macapá. Senador Papaléo Paes.....	33	Requerimento nº 118, de 2009, que requer Voto de Congratulações ao Desembargador Dooragal Andrada, pela sua posse no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no dia 18 de fevereiro de 2009. Senador Eduardo Azeredo.	107
Requerimento nº 111, de 2009, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais sobre os gastos do Governo com a organização do encontro com		Requerimento nº 119, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Gui-	

	Pág.		Pág.
Iherme Duncan, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2009. Senador Arthur Virgílio.....	245	SAÚDE	
Requerimento nº 120, de 2009, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre o Programa Nacional de DST- Aids. Senador Arthur Virgílio.	246	Indignação com o descaso do Governo Federal em relação à saúde no Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	19
Requerimento nº 121, de 2009, que requer a realização de Sessão Especial no dia 25 de março de 2009, para homenagear os 35 anos de existência da Campanha da Fraternidade, cujo Tema deste ano é “Fraternidade e Segurança Pública”, tendo como Lema “A Paz é fruto da Justiça” (Is 32, 17). Senador José Nery.	247	Comentários sobre o descaso do Governo Federal em relação à saúde no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Alvaro Dias.....	21
Requerimento nº 122, de 2009, que requer que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior a designação, de Sua Excelência, como representante do Senado Federal no II Congresso Nacional do Pólo Democrático Alternativo, a realizar-se durante os dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2009, em Bogotá, na Colômbia. Senador Inácio Arruda.....	293	SENADO FEDERAL	
Requerimento nº 123, de 2009, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 13 de outubro de 2009, destinada a homenagear a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP, em comemoração ao seu 24º aniversário. Senador Paulo Paim.....	294	Insatisfação pela falta de entendimento em relação às Comissões do Senado Federal. Senador Alvaro Dias.	49
Requerimento nº 124, de 2009, que requer Voto de Aplauso para a Caixa Econômica Federal, seus Diretores e Corpo de Funcionários, em especial aos 986 empregados de outros Estados que foram para Santa Catarina, participar da Força Tarefa destinada ao pagamento do FGTS aos atingidos pelas enchentes. Senadora Ideli Salvatti.....	385	Elucidação sobre a falta de entendimento em relação às Comissões do Senado Federal e elogios ao Senador José Sarney por cumprir rigorosamente o Regimento Interno da Casa. Senador Papaléo Paes.....	52
Requerimento nº 125, de 2009, que requer inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências aos familiares, à Universidade de Brasília e ao <i>Correio Braziliense</i> , pelo falecimento do advogado Osiris Lopes Filho, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009, em Brasília. Senador Marco Maciel.	394	Descontentamento pela ineficácia no funcionamento do Senado Federal, durante o período de carnaval. Senador Arthur Virgílio.	86
Requerimento nº 126, de 2009, que requer inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências aos familiares, à Prefeitura da cidade de Recife e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco, pelo falecimento do engenheiro Geraldo de Magalhães Melo, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 2009, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel.	399	Elogios ao Presidente do Senado Federal, José Sarney, pela implementação de medidas de contenção de gastos nesta Casa. Senador Papaléo Paes.....	155
		TRÂNSITO	
		Apelo aos motoristas para que evitem o abuso de bebidas alcoólicas durante o período de carnaval, com destaque para a defesa da proibição de propagandas de bebidas alcoólicas no rádio e na televisão. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	265
		VIOLÊNCIA	
		Preocupação com o aumento da violência praticada pelos jovens em todo o País. Senadora Marisa Serrano.	22
		Considerações sobre os episódios de violência praticados em trotes universitários. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senadora Marina Silva....	23
		Alerta sobre a questão da insegurança em que vive a população do Estado do Rio Grande do Norte, com vistas à Copa do Mundo de 2014. Senadora Rosalba Ciarlini.	101

Ata da 10ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 18 de fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Marconi Perillo e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas, e encerra-se às 20 horas e 32 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 18/2/2009 07:25:21 até 18/2/2009 20:37:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INACIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	AM	JÉFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – Com a palavra o ilustre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço que V. Ex^a me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu pediria que me inscrevesse para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – V. Ex^a se encontra inscrito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o pedido é do mesmo teor: peço que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – V. Ex^a está inscrito, Senador Geraldo Mesquita.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 34/2009 – GAB610 – CD

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Ao Senhor,
Aloizio Mercadante
Presidente do Parlamento Mercosul
Secretaria da Comissão: Câmara dos Deputados
Anexo II – sala 1/28
70160-900 – Brasília – DF

Assunto: Renúncia como Membro Suplente do Parlamento Mercosul.

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos, solicito minha renúncia como membro suplente da Representação Brasileira do Parlamento Mercosul, em virtude à minha inclusão como membro titular dessa Representação.

Na oportunidade agradeço a atenção, e me coloco à disposição.

Atenciosamente, – Deputado **Valdir Colatto**

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 12

Brasília, 28 de janeiro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Valdir Colato passa a integrar, na qualidade de Titular, a Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, em vaga existente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Henrique Eduardo Alves**, Líder do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – A Presidência designa o Deputado Valdir Colato para integrar, como titular, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 107, DE 2009

Senhor Presidente

Nos Termos dos art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 13 de maio do corrente ano, destinada a homenagear o dia da Abolição da Escravatura.

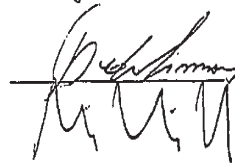
Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009. – Senador **Paulo Paim**.

ASSINATURA

SENADOR



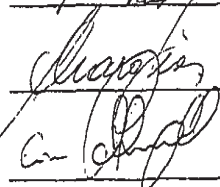
GERALDO MESQUITA JR



Paulo Simon
Flávio Arns



PAULO PAIM



CICERO LUCENA

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 108, DE 2009

Nos termos do art. 218, do Regimento Interno, requeiro voto de pesar pelo falecimento da Senhora Luiza Carlos de Assis, mãe do ex-Deputado Federal Narciso Mendes de Assis, ocorrido no dia de ontem, 17 de fevereiro, em Natal, Rio Grande do Norte.

Requeiro, ainda, que este voto de pesar seja levado a toda a sua família.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2009.

Senador **Geraldo Mesquita Júnior**
PMDB – AC

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 109, DE 2009

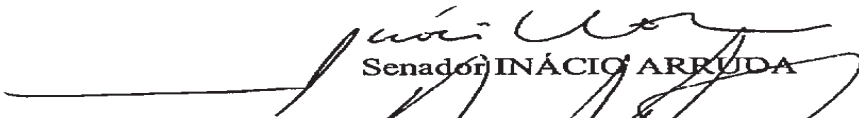
Requeiro, nos termos regimentais, o adiamento da data de realização da Sessão Especial, em homenagem a Patativa do Assaré, para o dia 3 de junho deste.

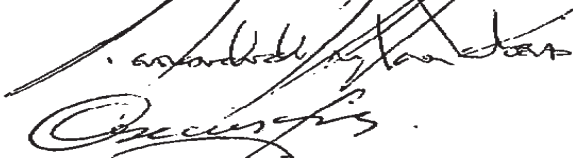


JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento visa alterar a data prevista no Requerimento nº 1634/2008, que propunha a realização da homenagem para o dia 4 de março de 2009, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal e que - agora - passará para o dia 3 de junho do presente ano, no mesmo horário e local anteriormente proposto.

Essa alteração da data de homenagem a Patativa do Assaré tem como principal justificativa compatibilizar a agenda dos familiares desse grande poeta, uma vez que os mesmos já contam compromissos agendados para o mês de março, o que inviabilizaria a presença dos mesmos.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2009


Senador **INÁCIO ARRUDA**

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 39, DE 2009**

Institui 2010, como “Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata”.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica instituído o ano de 2010, como “Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata”.

Parágrafo único. Nas celebrações e documentos relacionados à homenagem a que se refere o **caput**, será dado destaque a João Cândido Felisberto, líder da revolta.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 2010, terão se passado cem anos da deflagração do movimento liderado por João Cândido Felisberto, conhecido como Revolta da Chibata. A legítima insurreição teve como objetivo abolir os castigos físicos, até então praticados contra os marinheiros brasileiros.

Diferentemente de outras ocasiões, esta será a oportunidade para se celebrar a data, conferindo-lhe o verdadeiro destaque na História brasileira. Assim sendo, propomos que 2010, seja consagrado como o “Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata”.

O ano de 1910, foi emblemático para o Brasil, pois, após vinte anos da proclamação da República, persistia na Marinha o hábito de castigar com chibatadas os marinheiros, uma medida que havia sido abolida pelo Decreto nº 3, de 16 de novembro de 1889.

Além do castigo físico, os marinheiros eram submetidos à má alimentação e estavam insatisfeitos com os baixos soldos. Não por coincidência, esse costume brutal repetia as atrocidades da escravidão, pois cerca de 90% dos marinheiros eram negros.

João Cândido Felisberto, marinheiro de origem gaúcha que servia no Encouraçado Minas Gerais, já liderava as negociações pelo fim do castigo. Entretanto, como essa abominação persistisse, o “Almirante Negro” liderou seus companheiros, em 22 de novembro de 1910, assumindo o comando do “Minas Gerais”, que era a nau capitânia da Armada. Esse ato foi secundado por marinheiros de outras embarcações, que se posicionaram em atitude de guerra na Baía da Guanabara.

As negociações feitas entre insurgentes e autoridades, então, levaram ao fim desse tipo de punição desumana e à anistia dos marinheiros revoltados: Entretanto, outra revolta ocorrida em dezembro daquele mesmo ano serviu de pretexto para que a Marinha expulsasse João Cândido. Submetido a essa injustiça e a privações, o “Mestre-Sala dos Mares”, como o denominariam João Bosco e Aldir Blanc em célebre música, foi duramente punido durante toda a sua vida.

Nos anos seguintes ao da Revolta da Chibata, além de arbitrariamente expulso da Marinha, João Cândido sofreu outras injustiças e perseguições. Em abril de 1911, foi detido no Hospital dos Alienados, como louco e indigente, de onde só foi libertado em 1912. Dai em diante, viveu precariamente, como estivador na Praça XV. Em 1928, sua mulher se suicidou. Em 1930, foi novamente preso, acusado de subversão. Em 1959, voltou ao Sul do País para ser homenageado, mas a cerimônia foi suspensa por interferência da Marinha do Brasil. Pobre e esquecido, faleceu de câncer no Hospital Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em 1969, aos 89 anos de idade.

João Cândido só teve sua imagem pública resgatada com a Lei nº 11.756, de 23 de julho de 2008, que lhe concedeu anistia **post mortem**, extensiva aos demais participantes da Revolta da Chibata.

Ao propiciar que 2010, entre para a História como “Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata”, o Brasil estará resgatando uma marca significativa de seu povo, o qual se mostrou sempre valente e capaz de se opor às atrocidades e injustiças cometidas em nome de preconceitos e da exploração. Por essa razão, solicitamos o apoio dos nossos Pares para esta proposição.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009. –
Senado **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.756, DE 23 DE JULHO DE 2008

Mensagem de veto

Concede anistia post mortem a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da chibata, e aos demais participantes do movimento.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia **post mortem** a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento, com o objetivo de restaurar o que lhes foi assegurado pelo Decreto nº 2.280, de 25 de novembro de 1910.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de julho de 2008; 187º da Independência e 120º da República. – **Luiz Inácio da Silva – Nelson Jobim – Guido Mantega – Paulo Bernardo Silva.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 24-7-2008.

.....

DECRETO Nº 3

DE 16 DE NOVEMBRO DE 1889

Reduz o tempo de serviço de algumas classes da Armada e extingue nesta o Castigo corporal.

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil, atendendo ao patriotismo e disciplina com que se houveram as praças da armada que cooperaram no movimento nacional, que deu em resultado a proclamação do actual regimen, decreta:

Art. 1º Fica reduzido a nove anos o tempo da duração de Serviço na armada para os recrutados e para os procedentes das escolas de aprendizes marinheiros.

Art. 2º Fica abolido na armada o castigo corporal.

Sala das sessões do Governo Provisório, 16 de novembro de 1889, 10 da República. – **MARECHAL MANOEL DEODORO DA FONSECA**, Chefe do Governo Provisório – **S. Lobo – Ruy Barbosa – Q. B. Cayuva – Benjamim Constant – Wandenkolk.**

.....

(À Comissão de Educação Cultura e Esporte – decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 40, DE 2009

Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria incentivo fiscal destinado a preservar o nível de emprego e o valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.

Art. 2º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real, pertencente a setores afetados pela crise financeira internacional, definidos em regulamento, e que, em razão de extraordinária diminuição de receita devidamente comprovada, reduzir a jornada de trabalho de seus empregados, fará jus a dedução do imposto de renda devido, desde que a diminuição não importe na redução proporcional da remuneração e do número de empregados.

Parágrafo único. A dedução referida no *caput* fica limitada ao valor da remuneração atinente às horas de trabalho reduzidas, e será efetivada a cada período de apuração do imposto devido, vedada, para fins de apuração do lucro real, a dedução dessa parcela como despesa operacional.

Art. 3º As empresas mencionadas no *caput* do art. 2º terão preferência na obtenção de recursos no âmbito de programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, especialmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Num contexto de grave crise financeira internacional, o cenário positivo que tínhamos até o ano passado no mercado de trabalho, tanto no número de postos de trabalho gerados, quanto nos ganhos reais obtidos nas negociações recentes, fruto do crescimento econômico, já está sendo prejudicado.

A desaceleração econômica mundial tem trazido deterioração do mercado de trabalho, e assim, além da diminuição de vagas e possível aumento das taxas de desemprego, ainda podem ocorrer dificuldades de obtenção de ganhos nas negociações salariais, tanto para trabalhadores da iniciativa privada, quanto pública, com a possível queda nas receitas e ameaça de crescimento da inflação.

Ademais, além da obtenção de ganhos inferiores aos verificados, pode haver também acentuada perda salarial, caso se confirme um crescimento da inflação. Com isso, à medida que os desdobramentos da crise financeira mundial vão se materializando em desaceleração ou retração da economia brasileira, as perspectivas de reajustes salariais serão ainda mais difíceis durante o ano de 2009.

Isso se deve ao fato de que os resultados amplamente favoráveis dos últimos reajustes salariais se devem muito ao crescimento econômico. Caso essa tendência seja interrompida, a expectativa é de piora no mercado de trabalho, com reflexo nas negociações entre empregadores e trabalhadores (Cfr. A Crise Financeira Internacional: Análise e Propostas na Perspectiva dos Trabalhadores - Subsídios para o Debate na CUT; Subseção DIEESE/CUT-Nacional, in www.sengerj.org.br/dieese_crise.pdf).

Nessas circunstâncias, medidas como esta devem ser tomadas para reduzir o impacto negativo dessa crise financeira no mercado de trabalho, com programas de investimento, apoio do Estado a empresas produtivas e manutenção dos empregos como forma de proteção à população mais vulnerável.

A metodologia de cálculo adotada para a concessão do incentivo é a mesma utilizada no pagamento da licença maternidade da empregada. Ou seja, a empresa paga o salário para a beneficiária e depois deduz o valor pago no ajuste com previdência. Dessa forma a empresa continuará pagando o salário do trabalhador que tiver o seu horário de trabalho reduzido, e quando do recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica a mesma deduzirá a parcela a mais das horas trabalhadas de seus funcionários.

O presente projeto, ao conceder incentivo fiscal às empresas, pretende beneficiar os setores mais afetados pela crise e, desse modo, preservar milhares de postos de trabalho.

Essa seria mais uma dentre tantas medidas já em vigor, propostas pelo governo federal, como: alteração da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física para quatro alíquotas, redução do IPI para a produção de carros, redução do IOF para pessoa física, redução dos compulsórios bancários, entre outros. Ao todo o Brasil já injetou na economia com os pacotes contra crise (redução de impostos, investimentos diretos, aumento da liquidez bancária, etc.) algo em torno de R\$ 500 bilhões.

Ou seja, pelas razões que nortearam a apresentação da proposta, esperamos contar com o apoio dos nossos pares para que a iniciativa venha a merecer o acolhimento e aprovação desta Casa.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009

Senador PAULO PAIM

(À Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 59, DE 2009

Susta a eficácia das alterações promovidas pelo art. 5º do Decreto nº 6.405, de 19 de março de 2008, no Anexo I do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada a eficácia do art. 5º do Decreto nº 6.405, de 19 de março de 2008, quanto às referências a Anexo I nele contidas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Informática (Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991) outorgou ao Poder Executivo a atribuição de elaborar a lista de bens de informática e automação que se beneficiariam da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) prevista em seu art. 4º.

Por essa razão, vigorava, desde 2006, o Anexo I do Decreto nº 5.906, de 2006, que continha o rol dos referidos bens, listados de acordo com os códigos da Tabela do IPI então vigente. Com a edição

da nova Tabela do IPI, atualizada segundo a nova nomenclatura definida pela Organização Mundial de Aduanas (OMA), tornou-se necessário adequar o referido Anexo I às normas que lhe sobrevieram.

Ocorre que, no ensejo de atualizar os códigos e definições à nova nomenclatura, a lista instituída pelo art. 5º do Decreto nº 6.405, de 2008, não só deixou de atender integralmente às descrições de produtos estabelecidos pela OMA, como também deixou de fora vários produtos de informática, tais como modelos específicos de *no-break*, alarmes, monitores e aparelhos telefônicos.

Essa situação traz sérios problemas de competitividade para as empresas do setor, bem como quebra da isonomia com outras que tiveram o benefício aprovado antes da vigência do novo decreto.

Nada há na Lei da Informática que justifique as restrições criadas pelo novo decreto, o que demonstra claramente que o Poder Executivo exorbitou de seu poder regulamentar.

Em casos como esse, o Poder Legislativo deve agir com celeridade, na defesa de suas prerrogativas institucionais e na proteção dos interesses de nossa indústria de tecnologia, que, em momento de crise econômica, necessita de especial apoio.

Sala das Sessões,

Senador NEUTO DE CONTO

DECRETO Nº 6.405, DE 19 DE MARÇO DE 2008.

Dá nova redação e acresce dispositivos ao Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, para adequação dos produtos que especifica com os respectivos códigos de classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, alterada a partir de 1º de janeiro de 2007.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 8.248, de 23 de outubro 1991, 10.176, de 11 de janeiro de 2001, e 11.077, de 30 de dezembro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 11 e 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

V- os aparelhos telefônicos por fio com unidade auscultador-microfone sem fio, que incorporem controle por técnicas digitais, Código 8517.11.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

VI - terminais portáteis de telefonia celular, Código 8517.12.31 da NCM; e

VII - unidades de saída por vídeo (monitores), classificadas nas, Subposições 8528.41 e 8528.51 da NCM, desprovidas de interfaces e circuitarias para recepção de sinal de rádio frequência ou mesmo vídeo composto, próprias para operar com máquinas, equipamentos ou dispositivos baseados em técnica digital da Posição 8471 da NCM (com funções de coleta, tratamento, estruturação, armazenamento, comutação, transmissão, recuperação ou apresentação da informação).

....." (NR)

"Art. 3º Os microcomputadores portáteis, Códigos 8471.30.11 8471.30.12, 8471.30.19 8471.41.10 e 8471.41.90 da NCM e as unidades de processamento digital de pequena capacidade, baseadas em microprocessadores, Código 8471.50.10 da NCM, de valor até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), bem como as unidades de discos magnéticos e ópticos, Códigos 8471.70.11, 8471.70.12, 8471.70.21 e 8471.70.29 da NCM, circuitos impressos com componentes elétricos e eletrônicos montados, Códigos 8473.30.41, 8473.30.42, 8473.30.43 e 8473.30.49 da NCM, gabinetes, Código 8473.30.1 da NCM e fontes de alimentação, Código 8504.40.90 da NCM, reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a tais produtos, e os bens de informática e automação desenvolvidos no País:

I - quando produzidos, na Região Centro-Oeste e nas regiões de influência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE:

....." (NR)

"Art. 4º

I- quando produzidos na Região Centro-Oeste e nas regiões de influência da SUDAM e da SUDENE, em:

....." (NR)

"Art. 8º Para fazer jus à isenção ou redução do IPI, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação deverão investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação a serem realizadas no País, no mínimo, 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização dos produtos contemplados com a isenção ou redução do imposto, deduzidos os tributos correspondentes a tais comercializações, nestes incluídos a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP, bem como o valor das aquisições de produtos contemplados com isenção ou redução do IPI, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, ou do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, conforme projeto elaborado pelas próprias empresas, a partir da apresentação do Plano de Pesquisa e Desenvolvimento de que trata o art. 22.

§ 1º

II- mediante convênio com centros ou institutos de pesquisa ou entidades brasileiras de ensino, oficiais ou reconhecidas, credenciados pelo CATI, com sede ou estabelecimento principal situado nas regiões de influência da SUDAM, da SUDENE e na Região Centro-Oeste, excetuada a Zona Franca de Manaus, devendo, neste caso, ser aplicado percentual não inferior a 0,8% (oito décimos por cento);

§ 5º Tratando-se de investimentos relacionados à comercialização de bens de informática e automação produzidos na região Centro-Oeste e nas regiões de influência da SUDAM e da SUDENE, a redução prevista no § 4º obedecerá aos seguintes percentuais:

....." (NR)

"Art. 9º Para as empresas fabricantes de microcomputadores portáteis, Códigos 8471.30.11, 8471.30.12, 8471.30.19, 8471.41.10 e 8471.41.90 da NCM e de unidades de processamento digital de pequena capacidade, baseadas em microprocessadores, Código 8471.50.10 da NCM, de valor até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), bem como de unidades de discos magnéticos e ópticos, Códigos 8471.70.11, 8471.70.12, 8471.70.21 e 8471.70.29 da NCM, circuitos impressos com componentes elétricos e eletrônicos montados, Códigos 8473.30.41, 8473.30.42, 8473.30.43 e 8473.30.49 da NCM, gabinetes, Código 8473.30.1 da NCM e fontes de alimentação, Código 8504.40.90 da NCM, reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a tais equipamentos, e exclusivamente sobre o faturamento bruto decorrente da comercialização desses produtos no mercado interno, os percentuais para investimentos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 8º, serão reduzidos em cinquenta por cento até 31 de dezembro de 2009.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2010, aplicam-se os percentuais de redução previstos nos §§ 4º e 5º do art. 8º.

....." (NR)
"Art. 11.

.....
II - ao montante do faturamento decorrente da comercialização de aparelhos telefônicos por fio com unidade auscultador-microfone sem fio que incorporem controle por técnicas digitais, Código 8517.11.00 da NCM."
(NR)

"Art. 25.

.....
§ 1º Excetuados os serviços de instalação, para efeito das aplicações previstas no § 6º, os gastos de que trata o inciso I do caput deverão ser computados pelos valores da depreciação, da amortização, do aluguel ou da cessão de direito de uso desses recursos, correspondentes ao período da sua utilização na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

.....
§ 5º Os convênios referidos nos incisos I e II do § 1º do art. 8º deverão contemplar um percentual de até vinte por cento do montante a ser gasto em cada projeto, para fins de ressarcimento de custos incorridos pelas instituições de ensino e pesquisa credenciadas pelo CATI e constituição de reserva a ser por elas utilizada em pesquisa e desenvolvimento do setor de tecnologias da informação.

....." (NR)

Art. 2º O art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º-A:

"§ 6º-A. O complemento a que se refere o § 6º poderá ser aplicado na participação no capital de empresas de base tecnológica em tecnologias da informação, vinculadas a incubadoras credenciadas, desde que conste no Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de que trata o inciso II do art. 22." (NR)

Art. 3º O art. 31 do Decreto nº 5.906, de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

"X - estabelecer programas e projetos de interesse nacional, bem como sua vigência, na área de informática, os quais serão considerados prioritários no aporte de recursos." (NR)

Art. 4º O Decreto nº 5.906, de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 35-A:

"Art. 35-A. Para fiscalização do cumprimento das obrigações previstas neste Decreto, o Ministério da Ciência e Tecnologia realizará inspeções e auditorias nas empresas e instituições de ensino e pesquisa, podendo, ainda, solicitar, a qualquer tempo, a apresentação de informações sobre as atividades realizadas."
(NR)

Art. 5º Os Anexos I e II ao Decreto nº 5.906, de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I e II a este Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de março de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

Miguel Jorge

Sergio Machado Rezende

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.3.2008

Anexo I
Relação de bens de informática e automação (art. 2º, § 1º)

NCM	PRODUTO
8409.91.40	Injeção Eletrônica.
84.23	Instrumentos e aparelhos de pesagem baseados em técnica digital, com capacidade de comunicação com computadores ou outras máquinas digitais.
84.43	Impressoras, máquinas copiadoras e telecopiadores (fax), mesmo combinados entre si (exceto dos Códigos 8443.1 e 8443.39); suas partes e acessórios.
8470.2	Máquinas de calcular programáveis pelo usuário e dotadas de aplicações especializadas.
8470.50.1	Caixa registradora eletrônica.
84.71	Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas em outras Posições.
8472.90.10 8472.90.2 8472.90.30 8472.90.5 8472.90.9	Máquinas, equipamentos e suas unidades baseadas em técnicas digitais, próprios para aplicações em automação de serviços.
84.73	Partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinados a máquinas e aparelhos dos Códigos 8470.2, 8470.50.1, 84.71, 8472.90.10, 8472.90.2, 8472.90.30, 8472.90.5 e 8472.90.9, desde que tais máquinas e aparelhos estejam relacionados neste Anexo.
8479.50.00	Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria, desde que incorporem unidades de controle e comando baseadas em técnicas digitais.
8501.10.1	Motores de passo.
8504.40.40	Equipamentos de alimentação ininterrupta de energia (UPS ou "no break"), desde que baseados em técnica digital.
85.07	Acumuladores elétricos próprios para máquinas e equipamentos portáteis dos Códigos 84.71, 85.17 e 85.25, relacionados neste Anexo, e aqueles próprios para operar em sistemas de energia do Código 8504.40.40.
8511.80.30	Ignição Eletrônica Digital.
85.17	Aparelhos telefônicos e outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagens ou outros dados, baseados em técnica digital, exceto os aparelhos dos Códigos 8517.12.1, 8517.12.90, 8517.18.10, 8517.18.9 (salvo os terminais dedicados de centrais privadas de comutação), 8517.62.95, 8517.62.96, 8517.62.99 e 8517.69.00.
8523.5	Suportes Semicondutores.
8525.50 8525.60	Aparelhos transmissores (emissores) e aparelhos transmissores (emissores) incorporando um aparelho receptor, desde que baseados em técnica digital.
85.26	Aparelhos de radiodeteção, radiosondagem, radionavegação e radiotelecomando, baseados em técnicas digitais.
8528.41	Monitores com tubo de raios catódicos dos tipos utilizados exclusiva ou principalmente com uma máquina automática para processamento de dados da Posição 84.71, desprovidos de interfaces e circuitarias para recepção de sinal de rádio frequência ou mesmo vídeo composto.
8528.51	Outros Monitores dos tipos utilizados exclusiva ou principalmente com uma máquina automática para processamento de dados da Posição 84.71, desprovidos de interfaces e circuitarias para recepção de sinal de rádio frequência ou mesmo vídeo composto.
8529.90.1	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos dos Códigos 8525.50 e 8525.60.
8529.90.20	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos dos Códigos 8528.41 e 8528.51.
8530.10.10	Aparelhos digitais, para controle de tráfego de vias férreas ou semelhantes.
8530.80.10	Aparelhos digitais, para controle de tráfego de automotores.

85.31	Aparelhos digitais de sinalização acústica ou visual.
8532.21.1	Condensadores elétricos próprios para montagem em superfície (SMD).
8532.23.10	
8532.24.10	
8532.25.10	
8532.29.10	
8532.30.10	
8533.21.20	Resistências elétricas próprias para montagem em superfície (SMD).
8534.00.00	Circuitos impressos multicamadas e circuitos impressos flexíveis multicamadas, próprios para as máquinas, aparelhos, equipamentos e dispositivos constantes deste Anexo.
8536.50	Interruptor, seccionador, e comutador, digitais.
8536.90.30	Soquetes para microestruturas eletrônicas.
8536.90.40	Conectores para circuito impresso.
8537.10.1	Comando numérico computadorizado.
8537.10.20	Controlador programável.
8537.10.30	Controlador de demanda de energia elétrica.
8538.90.10	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados, destinados aos aparelhos dos Códigos 8536.50, 8537.10.1, 8537.10.20 e 8537.10.30.
85.41	Diodos, transistores e dispositivos semelhantes semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou em painéis; diodos emissores de luz; cristais piezelétricos montados.
85.42	Circuitos integrados eletrônicos.
85.43	Máquinas e aparelhos elétricos com função própria, baseados em técnicas digitais, exceto as mercadorias do segmento de áudio, vídeo e lazer e entretenimento, inclusive seus controles remotos.
8544.70	Cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente.
9001.10	Fibras ópticas, feixes e outros cabos de fibras ópticas.
9013.80.10	Dispositivos de cristais líquidos (LCD).
90.18	Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, baseados em técnicas digitais.
90.19	Aparelhos de mecanoterapia, de ozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia, respiratórios de reanimação e outros de terapia respiratória, baseados em técnicas digitais.
9022.1	Aparelhos de Raios X, baseados em técnicas digitais, próprios para uso médico, cirúrgico, odontológico ou veterinário.
9022.90.90	Partes e acessórios dos aparelhos de Raio X relacionados neste Anexo.
9025.19.90	Termômetro industrial microprocessado.
90.26	Instrumentos e aparelhos para medida ou controle da vazão, do nível, da pressão ou de outras características variáveis dos líquidos ou gases, baseados em técnicas digitais.
90.27	Instrumentos e aparelhos para análise física ou química, baseados em técnicas digitais.
90.28	Contadores de gases, líquidos ou de eletricidade, incluídos os aparelhos para sua aferição, baseados em técnicas digitais.
90.29	Outros contadores baseados em técnicas digitais.
90.30	Osciloscópios, analisadores de espectro e outros instrumentos e aparelhos para medida ou controle de grandezas elétricas, baseados em técnicas digitais.
90.31	Instrumentos, aparelhos e máquinas de medida ou controle, baseados em técnicas digitais.
9032.89	Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle automáticos, baseados em técnicas digitais.
9032.90.10	Circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos, montados.

ANEXO II

Relação de produtos excluídos da isenção ou redução do IPI (art. 2º, § 2º)
Produtos dos segmentos de áudio; áudio e vídeo; e lazer e entretenimento, ainda que incorporem tecnologia digital, que não são considerados bens de informática e automação

NCM	PRODUTO
8443.39	Aparelhos de fotocópia, por sistema óptico ou por contato, e aparelhos de termocópia.
85.19	Aparelhos de gravação de som; aparelhos de reprodução de som; aparelhos de gravação e de reprodução de som.
85.21	Aparelhos videofônicos de gravação ou de reprodução, mesmo incorporando um receptor de sinais videofônicos.
85.22	Partes e acessórios reconhecíveis como sendo exclusiva ou principalmente destinados aos aparelhos das Posições 85.19 e 85.21.
85.23	Discos, fitas, dispositivos de armazenamento não-volátil de dados à base de semicondutores e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes (exceto os produtos do Código 8523.52.00), mesmo gravados, incluídos as matrizes e moldes galvânicos para fabricação de discos.
8525.80	Câmeras de televisão, câmeras fotográficas digitais e câmeras de vídeo.
85.27	Aparelhos receptores para radiodifusão, mesmo combinados num mesmo invólucro com um aparelho de gravação ou de reprodução de som, ou com um relógio.
85.28	Monitores e projetores que não incorporem aparelho receptor de televisão (exceto os produtos dos Códigos 8528.41e 8528.51); aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens.
85.29	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das Posições 85.27e 85.28 (exceto dos produtos dos Códigos 8528.41e 8528.51); partes de câmeras de televisão, de câmeras fotográficas digitais e de câmeras de vídeo.
85.40	Tubos de raios catódicos para receptores de televisão.
90.06	Câmeras fotográficas; aparelhos e dispositivos, incluídos as lâmpadas e tubos, de luz-relâmpago ("flash"), para fotografia.
90.07	Câmeras e projetores, cinematográficos, mesmo com aparelhos de gravação ou de reprodução de som incorporados.
90.08	Aparelhos de projeção fixa; câmeras fotográficas, de ampliação ou de redução.
91	Aparelhos de relojoaria e suas partes.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 43/2009/GLPTB

Brasília, 18 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência com a finalidade de indicar o nome do Senador Romeu Tuma, para exercer a função de Segundo Vice-Líder do PTB no Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PMDB – GO) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Gerson Camata em permuta com o Senador Marcelo Crivella.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero, inicialmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecer ao Senador Marcelo Crivella, que concordou com a permuta do seu tempo como orador inscrito com o meu tempo de orador inscrito.

Eu queria começar, Sr. Presidente – não é o objetivo central da minha fala –, registrando um encontro muito importante que houve hoje aqui na Presidência do Senado: dois Parlamentares italianos vieram fazer uma visita ao Presidente Sarney e mostrar as razões do abalo que a opinião pública italiana sofreu com relação ao Brasil em consequência do asilo político dado ao facínora Cesare Battisti.

O Senador César Borges estava presente e pode acrescentar uma maravilhosa entrevista que ele deu à televisão logo após, colocando os argumentos que também os italianos não conseguiram compreender na atitude tomada pelo Ministro da Justiça.

Senador César Borges, por favor.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Senador Gerson Camata, V. Ex^a, com toda a autoridade, inclusive *oriundo* de descendentes italianos, tem toda a condição de colocar muito bem essa questão. Eu participei dessa audiência em que os Deputados Domenico Scilipoti e Carlo Monai colocaram sua preocupação com a manutenção de uma tradicional relação existente de respeito mútuo entre dois países irmãos, como a Itália

e o Brasil, e a preocupação para saber o deslinde dessa questão. E o Presidente Sarney colocou, de forma apropriada, que essa questão estava sob apreciação do Supremo Tribunal Federal e ficaríamos no aguardo dessa decisão. Entretanto, como disse bem V. Ex^a, eu tenho uma posição pessoal com relação a isso. Eu respeito à posição e a autoridade do Governo Federal. No entanto, Senador Gerson Camata, assistimos a duas medidas diametralmente opostas do Governo Federal com relação a tratamento de dois casos idênticos – como dizíamos, dois pesos e duas medidas, ou um peso e dez medidas. Por um lado, aquela questão que foi debatida aqui na Comissão de Relações Exteriores, dos boxeadores cubanos, homens simples do povo, esportistas, que não praticaram nenhum crime, simplesmente foram deportados sem dar sequer oportunidade à mídia de ouvi-los, de madrugada, como se diz, na calada da noite, com avião de outros países, e para quê? Para atender a um pedido de um país que vive sob uma ditadura, e não há quem possa dizer que Cuba não é uma ditadura. Se assim foi com os boxeadores – tanto que um deles já fugiu novamente e está na Alemanha –, no caso de uma democracia estável como a Itália, com todos os seus organismos judiciais funcionando perfeitamente, em processos que foram julgados nas diversas instâncias, essa pessoa é condenada por esses crimes bárbaros, e aí se aventa a possibilidade de que há uma perseguição política e de que seria asilo político. E não se respeita uma democracia irmã, porque a democracia da Itália é uma democracia que funciona há muito mais tempo do que a nossa! Então, veja bem: nós não podemos aceitar que o Governo brasileiro aja de forma tão incongruente, diametralmente oposta em dois casos. Então, foi essa a entrevista que eu dei e essa é a minha posição pessoal que eu defenderei aqui, inclusive em apoio ao que já vi V. Ex^a defendendo desta tribuna. Esse é o meu depoimento para V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador César Borges.

Vejam, então, que toda a Itália está se mobilizando. Um dos argumentos colocados ontem na visita que Parlamentares italianos fizeram ao Presidente da Câmara foi o seguinte: “Suponhamos que a Justiça italiana tivesse errado na apreciação de um assassinato. Mas foram quatro”. Que diabo de Justiça é essa que erra uma vez, erra duas, erra três e erra quatro vezes?! E eles trouxeram o processo, com as declarações de dois ou três juízes por cujas mãos passaram o processo. Foram ouvidas as testemunhas, foram ouvidas testemunhas no local, foram ouvidos companheiros desse cidadão, que nunca se apresentou para se defender,

mas mandava advogados. Ele estava presente no julgamento, e os advogados dele atuaram.

Outra coisa mais séria: ele cometeu no Brasil crimes, porque, primeiro, entrou com passaporte falso; depois, tirou identidade falsa; depois, não declarou o dinheiro que recebia da França. Ora, se qualquer um de nós, brasileiros, fizer isso, está enquadrado em crime. Ele não. E ele só pediu refúgio político depois que a polícia o prendeu, com o auxílio do serviço secreto francês. Senão, ele não ia pedir nunca, ia ficar aí. Por quê? Porque ele sabe que é culpado, ele sabe que matou, ele sabe que é um facínora e sabe que o asilo concedido pelas autoridades brasileiras é ilegal perante toda a legislação internacional. Fere os princípios das Nações Unidas, órgão ao qual o Brasil está filiado. Ele sabia disso; por isso, ficou lá escondidinho.

Vou conceder um aparte ao Suplicy, que pensa diferente de mim. Respeito a posição dele, como V. Ex^a respeita a posição do Ministro, mas me revoltam dois pesos e duas medidas do Governo brasileiro com relação a esse criminoso.

Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Gerson Camata, até por ter já falado bastante sobre o tema, acho que minha voz se foi. Então, hoje terei de ser breve. Gostaria de informar a V. Ex^a e aos demais Senadores, assim como fiz aos Deputados italianos com quem há pouco dialoguei, que, no próximo dia 26, quinta-feira, aqui lerei a carta de Cesare Battisti que está em processo de elaboração aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em que explicará, ponto por ponto, tudo que aconteceu com ele desde os tempos em que, muito jovem, participou de ações consideradas subversivas, sim, contra o ordenamento do Estado italiano. Por isso, foi condenado por 12 anos e de maneira definitiva, sem que tivessem sido atribuídos a ele os quatro assassinatos. E, nesse tempo, ele teve a oportunidade de estar presente e se defender. Posteriormente, entretanto, quando os seus companheiros do PAC, assim considerados arrependidos ou dissociados, se utilizaram do que foi previsto na lei então criada, da delação premiada, eis que o Sr. Pietro Mutti e outros o acusaram de ter sido o responsável pelos quatro assassinatos. O Sr. Pietro Mutti incorreu em inúmeras contradições, precisou modificá-las e, apesar disso, a Justiça italiana não cancelou o seu depoimento. Os advogados que então o defenderam utilizaram, em conivência com o Sr. Pietro Mutti, procuração falsa para o segundo e terceiro julgamentos. Ele não teve quem o defendesse. Quem o defendeu foram os advogados que estavam coniventes com a delação premiada. Esses fatos serão mais claramente

explicados, inclusive, na carta do próprio Cesare Battisti que eu lerei dia 26.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu estarei aqui.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu cumprimento V. Ex^a. É natural, ambos somos *oriundi*, de origem italiana...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ambos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...e queremos, sobretudo, preservar as nossas boas relações com a nossa querida Itália. Serei breve hoje, Senador Gerson Camata. Obrigado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

Eu espero que a carta do Sr. Cesare me convença.

Entretanto, eu já fui do PCB. A primeira coisa que a gente aprende é a mentir, mentir e esconder – eles ensinam, está na doutrina. Esse Pietro Mutti, então, se mentiu, não me surpreende.

A outra coisa que a gente aprende é a sempre entregar um companheiro para salvar a pele. É isso, eu escrevia no jornal do Partido Comunista do Espírito Santo a tempos atrás com pseudônimo...

(Interrupção do som.)

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – ...então, eu conheço mais ou menos esse comportamento.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com muito prazer, Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É só para, respeitosamente, discordar de V. Ex^a nesse...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Nesse finalzinho...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Nesse finalzinho aí. Eu fiz parte de organização de esquerda naquela época e jamais aprendi isso, muito menos a delatar alguém.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Então os professores de V. Ex^a eram melhores do que os meus.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Eu acho que V. Ex^a freqüentou um outro grupo, porque aquele com que eu tive contato era diferente. Pessoas, inclusive, deram a vida...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O meu era assim.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Naquela época, Senador... Eu acho que a gente deveria

refletir bastante sobre uma afirmação desse jaez, porque isso pode ser, no momento, até ofensivo. Respeito V. Ex^a no que diz, mas acho que não é por aí. Acho que não é por aí. Acho que devemos respeitar aqueles que se envolveram num processo revolucionário e que não aprenderam esse tipo de procedimento. Não sei exatamente onde V. Ex^a freqüentou e aprendeu...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – A primeira coisa, Excelência, foi quando eu comecei a escrever no jornal, e eles pediram para arranjar nome falso para não aparecer. É uma mentira.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com prazer, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Gerson Camata, há poucos dias fiz um pronunciamento sobre esse tema. Quero me solidarizar com V. Ex^a, porque, em síntese, o que o Ministro Tarso Genro fez foi julgar a Justiça italiana, foi julgar uma Corte europeia; não foi dar asilo a um “refugiado”, foi desfazer julgamentos e entrar no mérito do julgamento da Corte italiana e de uma Corte europeia. O Brasil não pode dar esse mau exemplo, sob pena de, amanhã, podermos ter o inverso: algum país desfazendo o julgamento do nosso Supremo Tribunal Federal ou de uma Corte que tenha jurisdição na América Latina.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Imagine V. Ex^a se, no julgamento que vai ser feito no Supremo, a Suprema Corte do Brasil se comportar do mesmo jeito e anular uma decisão da Suprema Corte da Itália! Como é que nós vamos explicar um negócio desse para o resto do mundo? É muito complicado!

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Senador Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Como *oriundo*, como descendente de italianos também, quero colocar a minha tristeza pela forma como o Brasil tem se comportado. Participar de um movimento de guerrilha, de um movimento de contrarrevolução, é algo que se permite àqueles que não concordam, mas na Itália havia uma democracia. Era muito mais fácil você se contrapor através do voto, nas praças, nas ruas, esse era o instrumento adequado. Então, fazer terrorismo, matar pessoas, é inaceitável. Agora eles já estão partindo para querer discutir a decisão da Justiça italiana. Isso não cabe a nenhum de nós, muito menos ao Governo brasileiro. O Governo está se comportando mal. O resultado é ruim.

(Interrupção do som.)

O Sr. Raimundo Colombo (DEM – SC) – Tomara que isso não provoque retaliações contra o Brasil por parte da Itália. Realmente, isso é uma coisa equivocada, ideológica de parte do Governo, que está agindo de forma totalmente incompreensível e fora da tradição brasileira.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Ex^a resume tudo o que eu queria dizer para terminar a minha fala. Que isso não prejudique o bom relacionamento do Brasil com a Itália, histórico, e não prejudique a visão que a colônia italiana, os descendentes de italianos, tem do Governo brasileiro. Que o Supremo Tribunal possa corrigir essa gafe do nosso Governo.

Já encerrando, Sr. Presidente, queria prestar hoje uma homenagem a outro grande ditador da América Latina, que ganhou uma eleição democrática: o tal do Chávez. Com a vitória dele lá, começou a correr na Câmara, em regime de urgência, a filiação da Venezuela ao Mercosul.

No Estatuto do Mercosul, há um artigo que diz que o país tem de ser uma democracia para participar do Mercosul. Quando o Paraguai andou com um problema lá – um amigo do Requião quis dar um golpe de Estado –, imediatamente o Governo brasileiro mandou um emissário dizer: “Não tente, porque sai do Mercosul se deixar de ser democracia”.

Nós temos de mandar um emissário à Venezuela. Temos de pedir que se retire o pedido venezuelano de entrada no Mercosul, porque um país que não é democrático não pode participar do Mercosul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, para uma comunicação inadiável, de acordo com o Regimento, o Senador Flávio Arns. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Todos nós estamos acompanhando as notícias pela imprensa e, sem dúvida, recebendo incontáveis manifestações indignadas da sociedade a respeito de um tema que considero da maior gravidade, que é o crime da pedofilia.

Devemos todos ter atitude de incondicional defesa da juventude. Jovens sadios e bem assistidos têm grandes chances de tornarem-se adultos equilibrados e participativos nos contextos da sociedade. Diversos problemas de saúde mental em adultos são resultantes de fatos acontecidos na infância e na adolescência.

Tenho recebido dezenas de *e-mails* de pessoas indignadas com os casos de pedofilia que a cada dia são divulgados pela imprensa. Isso me faz afirmar que

nossa sociedade está perplexa com a situação a que chegamos.

A juventude brasileira está violentada, e necessitamos agir com rapidez para que isso deixe de acontecer imediatamente. Não dá para esperar que o Poder Público resolva sozinho esse grave problema.

Há, no Senado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, com competência, tem apurado crimes de pedofilia, realizando diligências e audiências públicas em diversos Estados, onde pessoas flagradas cometendo o crime são apresentadas e interrogadas.

A Internet, embora represente um grande avanço no universo da comunicação, tem facilitado a ação dos pedófilos. A disponibilidade de acesso a conteúdos de pedofilia pela Internet, que, por estarem fora do País, fogem à jurisdição brasileira, propicia o acesso imediato de qualquer internauta a esses materiais.

Se, por um lado, é dificultoso agir no exterior, o que tem acontecido por meio da Interpol, considero que aquelas pessoas que sejam monitoradas acessando esses *sites* a partir do Brasil devem ser investigadas, ainda que o façam a título de curiosidade.

No primeiro semestre do ano passado, tive a grata oportunidade de relatar favoravelmente o Projeto de Lei nº 202 de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para tornar crime o acesso a conteúdos de pedofilia, obtidos sob qualquer pretexto, inclusive pela Internet.

A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, devendo, no meu entender, ser incluída entre as prioridades da CCJ já no início das atividades de 2009.

Outro risco que destaco é a chamada “sala de bate-papo”, onde grupos de pessoas dialogam livremente pelo computador, usando o teclado, ou mesmo por voz e imagem com as *webcams*. Esse é um dos instrumentos preferidos pelos pedófilos para suas abordagens, pela facilidade de acesso e anonimato que o meio propicia.

Devemos também observar os acessos feitos às salas de bate-papo, onde adultos criminosos podem se fazer passar por jovens para a sedução de menores. Enfim, cumpre-nos proteger e orientar nossas crianças e jovens quanto aos riscos e às atitudes...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Flávio Arns, pode concluir seu pronunciamento tranquilamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – ... mais corretas e seguras no uso do computador.

Considero, ainda, Sr. Presidente – e agradeço –, que esta Casa deve alertar o Poder Executivo para que lance imediatamente uma campanha nacional, na imprensa, orientando a todos sobre os cuidados que devemos ter, mostrando exemplos de como se dão as abordagens dos pedófilos, exemplos de atitudes preventivas e também defensivas.

As escolas, igualmente – e isso também é objeto de discussão na Comissão de Educação –, onde a cada dia há mais facilidades de acesso à Internet, têm esse papel de orientar aos alunos.

Menciono, ainda, aquelas prefeituras municipais de todo o Brasil que têm recebido, do Ministério da Ciência e Tecnologia, telecentros para uso comunitário, para que também cuidem de observar como são utilizados esses equipamentos com a maior atenção, especialmente por se tratarem de bens públicos que não podem ser empregados em prática criminosa de qualquer natureza.

Portanto, Sr. Presidente, dentro desse quadro grave, no Brasil e no mundo, de abuso de crianças e de adolescentes através do crime da pedofilia, tenho absoluta certeza de que este Senado Federal pode participar de maneira decisiva no encaminhamento de alternativas e de sugestões no combate ao crime.

Como eu disse, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, provavelmente a ser presidida pelo nosso colega, Senador Demóstenes Torres, possa apressar a tramitação do projeto que considera crime o acesso a imagens de pedofilia, mesmo que seja por curiosidade.

Ao mesmo tempo, temos, no PSDB, o Senador Eduardo Azeredo como uma das autoridades nesta Casa, discutindo e apresentando alternativas para combater crimes da informática. Também, nas Comissões de Direitos Humanos e na própria Comissão de Educação, temos a perfeita condição de debatermos o tema e encaminharmos sugestões, como ressaltado, às prefeituras, ao Banco do Brasil e às escolas, para que esse assunto passe a fazer parte do cotidiano da nossa sociedade, fazendo com que as crianças e jovens sejam protegidos.

Então, Sr. Presidente, gostaria que fosse considerado como lido o texto completo do pronunciamento, para que ele pudesse fazer parte dos Anais desta Casa.

Agradeço a tolerância e a amizade, já antiga, que tenho o prazer de desfrutar com V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhando as notícias pela imprensa, e tendo recebido incontáveis manifestações indignadas por parte da sociedade, desejo ocupar hoje a tribuna do Senado para tratar de um tema que considero da maior gravidade, que é o crime da pedofilia.

Devemos todos ter atitude de incondicional defesa da juventude. Jovens sadios e bem assistidos têm grandes chances de tornarem-se adultos equilibrados e participativos nos contextos da sociedade. Diversos problemas de saúde mental em adultos são resultantes de fatos acontecidos na infância e adolescência.

Tenho recebido dezenas de e-mails de pessoas indignadas com os casos de pedofilia que a cada dia são divulgados pela imprensa. Isso me faz afirmar que nossa sociedade está perplexa com a situação a que chegamos.

A juventude brasileira está violentada, e necessitamos agir com rapidez, para que isso deixe de acontecer imediatamente. Não dá para esperar que o poder público resolva sozinho esse grave problema. Temos a obrigação de denunciar casos suspeitos, e de proteger nossas crianças e jovens com a máxima energia.

Há, no Senado, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, com competência, tem apurado crimes de pedofilia, realizando diligências e audiências públicas em diversos Estados, onde pessoas flagradas cometendo o crime são apresentadas e interrogadas. Esse trabalho deve contar com o apoio de todos os Senadores e Senadoras desta Casa quando de diligências da CPI em seus Estados, e inclusive aqui, nesta tribuna.

A Internet, embora represente um grande avanço no universo da comunicação, tem facilitado a ação dos pedófilos. A disponibilidade de acesso a conteúdos de pedofilia pela Internet, que por estarem fora do País, fogem à jurisdição brasileira, propicia o acesso imediato de qualquer internauta a esses materiais.

Se por um lado é dificultoso agir no exterior, o que tem acontecido por meio da INTERPOL, considero que aquelas pessoas que sejam monitoradas acessando esses sites a partir do Brasil devem ser investigadas, ainda que o façam a título de curiosidade.

No primeiro semestre do ano passado, tive a grata oportunidade de relatar favoravelmente o PLS 202 de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime o acesso a conteúdos de pedofilia, obtidos sob qualquer pretexto, inclusive pela Internet.

Ocorre que, desde então, a matéria aguarda por designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça da Casa devendo, no meu entender, ser incluída entre as prioridades da CCJ já no início das atividades de 2009.

Outro risco que destacado é a chamada “sala de bate-papo”, onde grupos de pessoas dialogam livremente pelo computador, usando o teclado, ou mesmo por voz e imagem com as *webcams*. Esse é um dos instrumentos preferidos pelos pedófilos para suas abordagens, pela facilidade de acesso e anonimato que o meio propicia.

A quebra de sigilo na Internet de pessoas suspeitas do crime de pedofilia deve ser imediata. Não consigo compreender que haja empresas provedoras de acesso à Internet, que deixaram de aderir a termo de cooperação, que confere agilidade à obtenção de dados dessas pessoas, firmado entre o Ministério Público, a Polícia Federal, e demais entidades em dezembro passado.

A situação é grave, pois não há como impedir que sites de pedofilia funcionem em países onde esse crime não é tratado com a gravidade devida. Em face disso, devemos estar sempre alertas em nossas casas, onde nossas crianças e jovens utilizam do computador.

Devemos observar os acessos feitos, as “salas de bate-papo”, onde adultos criminosos podem se fazer passar por jovens, para a sedução de menores, enfim, cumpre-nos proteger e orientar nossas crianças e jovens quanto aos riscos, e atitudes mais corretas e seguras no uso do computador.

Considero ainda, Sr. Presidente, que esta Casa deve alertar o Poder Executivo, para que lance imediatamente uma campanha nacional na imprensa orientando a todos sobre os cuidados que devemos ter, mostrando exemplos de como se dão as abordagens dos pedófilos, exemplos de atitudes preventivas e também defensivas.

As escolas, igualmente, onde a cada dia há mais facilidades de acesso à Internet, têm esse papel de orientar aos alunos.

Menciono ainda aquelas prefeituras municipais de todo o Brasil, que têm recebido tele-centros para uso comunitário do Ministério da Ciência e Tecnologia, para que também cuidem de observar como são utilizados esses equipamentos com a maior atenção, especialmente por tratar-se de bens públicos, que não podem ser empregados em prática criminosa de qualquer natureza.

Finalizo Sr. Presidente, e valendo-me das audiências da TV Senado e da Rádio Senado neste horá-

rio, falando agora diretamente para o público que nos acompanha em todo o País:

Vamos denunciar casos suspeitos de pedofilia pelo Disque 100, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República!

Vamos colocar os pedófilos na cadeia!

Vamos banir a pedofilia do Brasil!

Vamos lutar por uma juventude sadia e bem assistida para nossas crianças e adolescentes!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Mão Santa, por permuta com o Senador Pedro Simon, que falará como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marconi Perillo, enquanto o Senador Mão Santa não assoma à tribuna, para contribuir com os trabalhos da Casa, queria abrir mão do tempo que solicitei para uma comunicação inadiável. Mas queria que V. Ex^a me permitisse fazer um registro, com pesar, do falecimento da Sr^a Luiza Carlos de Assis, ontem, em Natal, Rio Grande do Norte, com idade avançada, mãe do ex-Deputado Federal do Acre Narciso Mendes de Assis.

Nesse sentido, estou apresentando à Mesa um requerimento com o voto de pesar. Gostaria que V. Ex^a recebesse logo a seguir. Assim, quero registrar o falecimento de D^a Luiza, requerendo, ainda, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento de toda a sua família. Lamento profundamente. Narciso foi... Nunca militei politicamente ao seu lado, mas é uma pessoa que já está no Acre desde a década de 70, numa intensa atividade política. É uma pessoa de quem se pode discordar, mas é um companheiro da política. E, neste momento, lamento muito o falecimento da sua genitora. Sendo assim, transmito-lhe e a toda a sua família o meu pesar e a minha solidariedade.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Mesa acolhe a manifestação de pesar de V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior, e solicita que seja registrada em Ata essa manifestação.

Com a palavra, pelo tempo de dez minutos, o ilustre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Marconi Perillo, que preside esta sessão, parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo poderoso sistema de comunicação do Senado, Senador Mozarildo Cavalcanti,

quero fazer uma homenagem, Augusto Botelho, que também é médico e está aqui.

Augusto Botelho e Mozarildo sabem que o Piauí tem uma Medicina de referência e excelência. E nós, como médicos, preocupamo-nos com a etiologia, a causa das coisas. Uma febre, uma convulsão nada tem, mas a gente busca a causa, o agente.

Marconi Perillo, essa excelência no exercício de Medicina no Piauí tem sua razão de ser. Na ditadura civil de Vargas, ele, quando assumiu – e essa força –, assumiu por corrupção eleitoral. E o Brasil está cheio de corrupção eleitoral, nunca antes teve tanta. E Getúlio foi por isso. Aí, ele saiu. As eleições eram corruptas, ele entrou mesmo e foi. E, para entrar, ele teve que ter apoio militar, dos tenentes.

Valdir Raupp, então, como é natural, ele baseou a sua assunção nessas forças militares e saiu colocando tenente em quase todo o Brasil. Os interventores: tenente, tenente, tenente.

O Piauí, por sorte, o Tenente Landry Sales não deu jeito, ou não gostou do calor de Teresina, passou pouco tempo, Professora Marisa Serrano, aí ficou um médico: Leônidas Melo, de Barras, formado no Rio de Janeiro, pneumologista – naquele tempo tinha muita tuberculose; e esse Leônidas Melo era uma figura ímpar, colocou logo a sua maior obra, um grande hospital; e botou o nome de Getúlio Vargas.

Naquele tempo, todos os Estados tinham visão de tenente, ele era médico. Esse grande hospital, na época “Elefante Branco”, e ele, o interventor, médico, diferiu dos outros. E os investimentos... Acho que estou aqui por isso.

Então, é comum ter muitos governadores médicos. Eu me lembro de Eurípedes de Aguiar; eu me lembro de Tibério Nunes; eu me lembro de Dirceu Arcoverde; eu me lembro de Lucídio Portela; eu mesmo governei por duas vezes. O vice agora é médico. O prefeito de Teresina é médico. Então, tem essa predominância.

Teresina tinha uma faculdade de Medicina. Eu criei a segunda. Hoje, tem quatro. Coloquei aquele Estado na era dos transplantes. Já em 1995, no meu governo, eu comecei a investir nesse sentido, e eles, Flávio Arns, faziam cirurgia cardiovascular, transplante de coração com êxito, quando eu era governador.

Esse apelido de Mão Santa não foi no Piauí, não. Atravessando o rio, é o Maranhão, e eu morava na maior cidade, Parnaíba. Então, os maranhenses vinham todos para essa Santa Casa. Um deles me colocou esse apelido, mas é outra história, de Tutóia, Barro Duro do Maranhão. Então, é comum esses Estados todos buscarem a capital do Estado do Piauí,

pela sua referência e excelência em Medicina. Quero dizer que ela é avançada em todos os aspectos. Foi o primeiro hospital psiquiátrico do Nordeste que tirou esse negócio de acorrentar doente. Ele foi cassado. Era Clidenor Freitas, psiquiatra, amigo de João Goulart, de Brizola. Foi exilado e foi o último presidente do Ipase, quando veio a ditadura. Então, em todos... O oftalmologista Hilton Rocha, que era o maior do Brasil, dizia que o seu maior discípulo estava no Piauí, João Orlando, presidente da Nacional e hoje...

Ô Marisa Serrano, olha pra cá, V. Ex^a tem uma experiência de PT. Olha, eu fui lá no Estado dela. Que Estado bacana! Ontem, V. Ex^a falou bonito, a Copa, três aeroportos internacionais. No Piauí, tem dois de mentira, o PT. E eles conhecem lá o Governo do PT, e eu fui lá e disseram: “Nunca mais”. Rio Grande do Sul.

Mário Couto está se tornando o maior tribuno, é o Paulo Brossard de hoje, porque todo dia ele traz os malefícios do Governo do PT.

Mas essa Medicina tão bonita, de que nós nos orgulhamos, que nós nos honramos, Marisa, é triste. Marisa, o seu discurso foi muito lindo. Eu vi aqui e fui ver de noite em reprise, a senhora bonita, professora, passei a noite toda...

Mas a Copa, e lamentando que eu não posso fazer aquilo, Flávio Arns, não posso. O Piauí já teve, já jogou, tinha um campo majestoso como tem em todo o Brasil, naquela era da Copa. Chamam o estádio de Albertão. Foi o Alberto Silva que fez.

Meu amigo Marconi Perillo, olha, o prefeito de Barra, Manin Rêgo, um sujeito extraordinário. Esse Barra saiu ganhando de todo mundo, até da minha cidade, Parnaíba. Ganhou de Teresina, campeão. Para jogar, ele teve que jogar aqui em Goiás, ele teve que jogar no Maranhão, porque não tinha campo. O PT, Marisa, acabou com o estádio, não funciona. Mas esporte, está certo, a gente pode jogar futebol até no meio da rua; mas Medicina, que era tradicional, ô Flávio Arns... Infelizmente, nós não podemos, porque não tem um campo. O time de Barra do Manin Rêgo foi disputar as finais aqui em Goiás e pediu ao Maranhão emprestado os campos das cidades vizinhas. Então, está aqui.

Ontem, de manhã, o Bom Dia Brasil. Eu vou ler só o que tem. Tanto esforço! O piauiense, três milhões lá, seiscentos mil no Brasil, trabalhando. Tem trezentos mil aqui, e o PT nos acabando. Então, ontem, essa Medicina grandiosa, da qual nós nos orgulhamos. Ô Mozarildo, eles fazem transplante de coração com êxito. Tem umas quatro equipes de cirurgia cardiovascular. Mas olhe aqui, de ontem, *O Portal de Notícias da Globo*. Eu pedi para ler só as palavras, para não dizerem “Não, o Mão Santa é contra o PT” e tal:

O maior hospital do Piauí só tem um cardiologista e um neurologista. Esse hospital foi construído por Lenôndas Melo, botou o nome Getúlio Vargas, e eu fiz um pronto-socorro anexo.

Lamento, ontem.... Lá no Bom Dia. Está aqui a manchete deles. Eu vou ler só a reportagem. Não vou, Marconi, me alongar, não. Lamento. E lamento a gente não poder disputar, pois eu gostei muito de lá. Três aeroportos internacionais. Eles dizem que tem dois, mas é só mentira. Não tem nenhum. Na minha cidade não tem nem teco-teco. Em São Raimundo Nonato, agora, só tem jumento na pista. E o campo eu não posso, porque não tem também. O Albertão.

Mas vamos ler: “Maior hospital do Piauí só tem um cardiologista e um neurologista”.

Isso é a Globo, foi o Bom Dia Brasil. Não sou eu quem está dizendo. Estou envergonhado, mas é a verdade.

“Para conseguir atendimento, a população tem que esperar muito. Só há data para consultas, agora, no ano de 2010”. Dois mil e dez! Esse é o Governo do PT! Já estão em campanha para Presidente em 2010. É mais fácil um piauiense conseguir uma vaga lá no Palácio do Planalto do que uma consulta. É, 2010. Não é o Palácio que estamos disputando?

Foram dois meses de tentativas. [Isso é do Bom Dia Brasil]. E, no dia em que consegui falar com a telefonista, Ana Maria ficou surpresa com a data de marcação da consulta. “Está marcado para o dia 28 de janeiro de 2010. Não tenho como adiantar a consulta”, informa a atendente.

Vinte e oito de janeiro de 2010! É este o PT que o povo do Mato Grosso do Sul já expulsou. É esse que a Bahia está aqui...

Leio mais – isso foi o que deu, está tirado na íntegra, pedi ao secretário que colocasse só as palavras do repórter. Diz o seguinte:

Ela busca consulta para a mãe, a aposentada Maria José Alves, de 63 anos, que tem problemas neurológicos. “Eu não posso fazer nada. Aqui dentro de casa, eu quebro tudo. Será que vão me deixar morrer?” lamenta a senhora.

Isso é a mãe que estava procurando o tratamento, e aposentada ainda. Já sofre porque o governo garfa a aposentadoria dela com o fator redutor.

O sistema de marcação de consultas pelo telefone foi criado no Piauí em dezembro do ano passado. [Fizeram uma propaganda louca, eles são bons de marketing.] O serviço oferece atendimento médico em 31 especialidades no Hospital Getúlio Vargas, o maior do Estado. Mas os pacientes que recorrem ao Disque-HGV reclamam da demora no atendimento médico.

“Eu estou com uma pequena película. [Película na visão é catarata, acho que seja]. Eu não enxergo mais do olho esquerdo. Marcaram para o dia 20 ou 21 de fevereiro de 2010. Então, quer dizer que eu vou cegar do meu olho e não consigo a minha cirurgia”, conta a técnica de enfermagem Maurilênia Alves.

Eu sou do tempo que em Medicina a gente tinha muita ética. Não é que não tenha. Eu nunca comprei negócio de médico, parente de médico, enfermeira. E se facilitava, era uma tradição do nosso tempo. Olha aqui, Mozarildo, Augusto Botelho, e é auxiliar de enfermagem. Quer dizer, é do campo, tem relacionamento, professor Alvaro Dias, e a cirurgia é para o dia 20 ou 21 de fevereiro de 2010, Maurilênia Alves, técnica de enfermagem.

Nosso líder do Paraná pediu um aparte, Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, quero cumprimentá-lo. Eu tive oportunidade de assistir a esse Bom Dia Brasil e vi as cenas. Em que pese o brilhantismo do discurso de V. Ex^a, as cenas falam ainda com mais força: são dramáticas. Senador Mão Santa, o seu Estado está realmente abandonado, a saúde do seu Estado está desprezada, os doentes do seu Estado estão desesperados; foi a imagem que passou para todo o Brasil. V. Ex^a tem toda a razão em proclamar da tribuna a sua imensa indignação em relação ao que se passa no Piauí. E olhe que não é falta de recurso. O Banco Mundial fez um estudo, pesquisou e apresentou um relatório em que comprova: o que há no Brasil não é falta de recursos, é falta de competência, de organização e de gerenciamento. Por isso, bata forte, Senador Mão Santa, porque V. Ex^a está com toda a razão. Parabéns!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Depois vou ler um *e-mail* que recebi de São Paulo.

Mas o Senador Alvaro Dias é testemunha do quanto nós, piauienses, somos dedicados à Medicina. Lá em Londrina, Dalton Paranaçu, prefeito, médico, vendo um negócio desse, fica muito constrangido. Está lá, foi prefeito, foi ele que lançou o garboso vereador, em 1968, Alvaro Dias, que tanto serve.

Então, o que eu queria dizer é o seguinte: “Cerca de mil pacientes recorrem ao serviço [...], mas faltam médicos para atender à demanda. A situação é mais grave nas áreas de cardiologia e neurologia. Existe apenas um médico [...]”

Um cardiologista e um neurologista. E ele assistiu, e nós vemos quantos aloprados são nomeados a cada segundo, a cada minuto, a cada hora e a cada dia. E só tem um neurologista e um cardiologista num

hospital – Teresina está no meio – que serve ao Ceará, serve ao Tocantins, ao Amapá, ao Maranhão e ao Piauí. “Com isso, já não há mais consultas disponíveis para este ano nas duas áreas”.

Aí o diretor diz: “Os médicos foram se aposentando e foram pedindo licença, e nós ficamos com um médico [...]”.

Isso é desculpa? Isso é governo? Isso é moral? É como Boris Casoy diria: “Isto é uma vergonha!”.

“Quando for se consultar, o paciente já vai ter morrido. Não tem condição’, reclama outro senhor”.

Mas eu queria, para ver como essa televisão é importante, ler um *e-mail* que recebo de São Paulo sobre nós. Esse aqui vai longe, recebemos muitos sobre o problema do Piauí. Terça-feira, 17 de fevereiro, e tal. Senador Mão Santa.

“Caro Senador, sou um telespectador da tão renomada TV Senado”.

E ontem aumentou a audiência, Marisa Serrano, com a sua bela e encantadora figura versando... Mas olha aí o que ele diz... Eu vi o Ibope, eu peguei. Acabaram as novelas todas, todo mundo ligou, Marisa falando e encantando o Brasil.

Continua o *e-mail*:

Vi as eleições para a presidência e demais cargos da mesa da qual V. Ex^a faz parte.

Vi em um discurso de V. Ex^a onde falava que fez muito pelo seu estado PI, com a boca cheia, fiquei até feliz [...]

(*Interrupção do som.*)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... “por uma pessoa que fez muitas coisas pelo seu estado”.

Nesse hospital, eu coloquei um pronto-socorro, criamos 78 cidades, 40 mil casas populares, 400 faculdades.

Meus parabéns!!!

Mas vendo, pelos meios de comunicação confiáveis, a calamidade que está a saúde do único hospital grande, é uma vergonha.

V. Ex^a, por favor, entre em contato com o governador, independente de qual partido seja ele, e dê um jeito nesse caos.

A sociedade já está ficando [...] [temos que dar um basta a isso].

Thiago Thiner
SP.

Quer dizer, este é o nosso Brasil. Então, Luiz Inácio, nós abrimos a Bíblia em respeito à Senadora

santificada Marina Silva. Apenas um minuto, e Cristo fez o Pai Nosso. Diz assim a Bíblia, Marina: “Pedi e dar-se-vos-á”.

Então, foi só isso que eu vi. Acredito que os aloprados de lá... O Luiz Inácio tem mandado dinheiro, há recursos, mas os aloprados lá...

Então, Luiz Inácio, o que nós queremos é isso. A minha mãe me ensinou – era terceira franciscana – que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Então, Luiz Inácio, tenha essa gratidão. V. Ex^a foi extraordinariamente votado no Piauí. Em 1995, eu votei nele.

Então, é isto. Nós viemos aqui pedir para que Vossa Excelência dê atenção e deixe ao menos o Piauí nas condições em que sempre esteve: como uma referência e excelência em saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, para falar como oradora inscrita, por permuta com a Senadora Marina Silva, a Senadora Marisa Serrano, por dez minutos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior. Logo após, passarei a palavra ao Senador Alvaro Dias, que falará pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, era isso que eu queria saber.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a tolerância da Senadora Marisa Serrano.

Sr. Presidente, em 1990, há quase vinte anos, aconteceu o assassinato do Senador Olavo Pires, seu conterrâneo. Peço a atenção de V. Ex^a porque eu trago a este plenário, acredito, um assunto muito grave. Fiz um pedido, um apelo ao Senador Romeu Tuma, Corregedor da Casa, para que estivesse presente na Casa no momento da nossa colocação.

No final do dia de ontem, a imprensa deu amplo destaque para a prisão do assaltante e matador profissional vulgarmente conhecido como João de Goiânia. Foram apresentadas imagens nos jornais de televisão em que o tal João de Goiânia confessou o assassinato do Senador Olavo Pires, Senador da República pelo Estado de Rondônia, com rajadas de metralhadora.

Sr. Presidente, entendo que essa confissão é muito grave, pois estamos falando de um ex-Senador, que, na época, estava no percurso do seu mandato. O Senador da República Olavo Pires estava em pleno mandato, havia acabado de vencer as eleições em

primeiro turno e se preparava para disputar, então, o segundo turno das eleições de Rondônia.

Diante da gravidade do fato – na minha visão, trata-se de um atentado à democracia e ao Poder Legislativo Federal –, eu gostaria de requerer a V. Ex^a que solicitasse ao Corregedor do Senado que acompanhasse o caso e que, se necessário, seja transferido esse assassino confesso para o Comando da Polícia Federal, porque todos aqueles que acompanhavam o Senador Olavo Pires, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, de repente, poderiam saber alguma coisa sobre o caso, Sr. Presidente, foram assassinados – todos, inclusive o seu motorista. Isso, depois do episódio.

Então, faço esse apelo. É uma denúncia grave. Já faz quase 20 anos. Não sei o porquê, mas, estranhamente, quando já estava praticamente vencendo o prazo, 20 anos, e nem mais se comentaria sobre a morte do Senador Olavo Pires, de repente, aparece uma pessoa na televisão, dizendo que o matou. Ironicamente, inclusive, falando ontem: “Não, dei alguns tiros na cabeça, outros tiros no peito”. É um absurdo, Sr. Presidente.

Eu gostaria que levássemos em consideração que era um Senador da República e que, quando recebeu esses tiros, estava exercendo o pleno mandato que o povo de Rondônia concedeu a ele para representá-lo aqui no Senado brasileiro.

Então, faço esse apelo ao Corregedor da Casa e, se for o caso, que se peça a transferência desse preso aos cuidados da Polícia Federal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência acolhe a manifestação de V. Ex^a, solicitando que as cópias taquigráficas sejam remetidas, de acordo com o Regimento, à Corregedoria e aos órgãos responsáveis por esse tipo de apuração.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma, a quem peço que seja breve, porque há uma oradora na tribuna.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu ia solicitar isto mesmo: que V. Ex^a autorizasse o envio, à Corregedoria, da denúncia do Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os pleitos dos Senadores Expedito Júnior e Romeu Tuma serão prontamente atendidos.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, como oradora inscrita, em permuta com a Senadora Marina Silva, que, logo após, usará da palavra pelo tempo de dez minutos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da ora-

dora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Também tenho de participar da nossa comissão brasileira do Mercosul, que se reúne às 14h30 – portanto, já está em reunião –, para discutir, inclusive, a entrada da Venezuela no Mercosul. A Senadora Marina Silva, gentilmente, fez uma troca comigo, para que eu pudesse estar na reunião.

Todos os brasileiros ouviram agora as últimas palavras do Senador Mão Santa, falando dos problemas de saúde no Piauí, e as palavras do Senador Expedito Júnior, falando da violência em Rondônia. Mesmo que o crime tenha ocorrido há 20 anos, foram descobertos agora os autores ou o autor de uma barbárie. Mas há outras, e aqui eu queria trazer mais uma.

Olhando as recentes manchetes dos jornais de todo o País, pensando sobre essas notícias, ficamos preocupados com nossa juventude. O que será que está acontecendo com os jovens de hoje, com os jovens de classe média de hoje? Não basta terem escola – e escola geralmente particular – de boa qualidade ou mais ou menos boa, terem roupas de grife, terem carro, terem tudo isso? Mesmo com tudo isso, a juventude está insatisfeita. Os jovens têm acesso a todas as inovações tecnológicas, usam roupas de marca, querem participar de tudo o que há de novo, mas, mesmo assim, a juventude está seguindo uma trilha de valores que não são aqueles pelos quais temos lutado tanto para que a família brasileira incuta nos seus filhos. Até a ida a uma balada, como eles dizem, toda noite, é fundamental. E aí penso: o que será que leva 55 jovens a participar de uma quadrilha?

Na semana passada, no Rio de Janeiro, foi desbaratada uma quadrilha, com nomes esquisitos – agora, todos os trabalhos da Polícia Federal têm nomes estranhos; um é Nocaute; o outro é Trilha. Mas 55 jovens de classe média e de classe média alta foram pegos traficando drogas. E aí pergunto: mas de onde vieram esses jovens? Por que eles chegaram a isso? E temos esta idéia: os jovens brasileiros, que moram em bairros privilegiados, que usam a Internet para fazer suas vendas e compras de drogas, estão sem rumo ou precisam desesperadamente do dinheiro que usufruem com a venda das drogas? Mais de R\$1 milhão por mês eles recebiam das drogas, dos cartéis. Vendiam a cocaína vinda da Bolívia, pelo Mato Grosso do Sul, meu Estado, e compravam drogas sintéticas. Essas duas quadrilhas foram desbaratadas pela Polícia Federal, e essas drogas, além de estarem no Rio de Janeiro, estavam também em Minas Gerais e em São Paulo, todas vindas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, na nossa fronteira com a Bolívia. Aí a

gente vê o quanto é necessário cuidar das fronteiras, fazer com que as fronteiras sejam mais policiadas, fazer com que as fronteiras sejam ocupadas com ações que inibam o tráfico de drogas e de armas e tantos outros.

E me surpreendo: aqui, em Brasília, 40 jovens foram presos, também na semana passada, quando se envolveram em brigas de rua. Eles marcam o local pela Internet, Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Senador Mão Santa, e vão ao encontro dos outros jovens, como se fosse um *show*. Filmam e colocam tudo no YouTube, na Internet. Nesse caso, mais de 100 adolescentes estavam lá, chamados pela Internet. E foram assistir a uma pancadaria, achando que isso era diversão.

A violência está também presente nas universidades há muito tempo. Quem aqui não viu e não acompanhou o que aconteceu com os trotes das universidades nas últimas semanas? São trotes extremamente agressivos, que humilham os estudantes, que machucam os estudantes. Um jovem, em Leme, interior de São Paulo, foi espancado e, depois, atendido em coma alcoólico. É uma coisa absurda o que está acontecendo! Há dez anos, na Universidade de São Paulo (USP), um jovem foi morto, afogado por um trote violento.

Hoje, Senadora Marina, o trote implica não só raspar o cabelo de quem passa no vestibular, não só pintar o cabelo das mulheres. O trote está se tornando tão violento, que alguns tiveram a cabeça enfiada em excrementos.

Pergunto: quem pode fazer alguma coisa? As universidades dizem que vão expulsar os alunos. Algumas entidades estão sugerindo trotes sociais, como apoio às crianças nos hospitais, leitura de livros para jovens, visitas aos idosos nas casas de recuperação. É o suficiente? E os pais?

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Como não? Concedo-lhe o aparte, Senadora Marina.

A Sra. Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Primeiro, Senadora Marisa, considero oportuno o pronunciamento de V. Ex^a, que traz para este Plenário o fenômeno da violência praticada por jovens e por adolescentes dos mais diferentes segmentos da sociedade, de diferentes classes sociais. Esses episódios dos trotes que V. Ex^a está mencionando, inclusive, foram objeto de artigo que escrevi no Terra – o que faço todas as terças-feiras. Referi-me exatamente a dois casos que a mim me tocaram muito: esse do jovem que teve coma alcoólico e que ainda foi colocado dentro de excrementos de gado e o de uma jovem

que estava grávida e na qual foi jogado um produto químico – a menina passou mal com uma crise alérgica, teve de ser socorrida e quase perdeu a criança. E há muitos outros que a gente poderia mencionar aqui e que, com certeza, são motivo de repulsa e de medo até por parte de todos nós, sobretudo daqueles pais e mães de família que veem seus filhos entrarem na universidade. Mas me chamou a atenção também um episódio que aconteceu recentemente, de um grupo de jovens que havia terminado o curso de Medicina e que foi comemorar o término do curso entrando em um hospital, embriagados, provocando constrangimentos e agredindo os pacientes que ali estavam. Como podemos encarar esse fenômeno, de pessoas que se estão formando para uma vida profissional, no caso, na Medicina – não estou aqui fazendo generalizações; obviamente, estamos nos atendo, eu e V. Ex^a, aos que praticam essas atrocidades, porque existem milhares e milhões que não as praticam –, que deveriam cuidar da vida, acolher a vida ou as pessoas, na sua fraqueza, na sua fragilidade, mas que, contraditoriamente, paradoxalmente, num determinado momento, põem para fora verdadeiros adoecimentos, verdadeiros monstros? No meu entendimento, essa é uma patologia social e tem de ser tratada como patologia social. Além dos trotes educativos e sociais, que é uma boa tentativa das instituições e das universidades, é fundamental que haja a identificação de quem pratica esses trotes, para que tracem uma espécie – não sei se é adequado o que vou falar – de perfil psicológico desses jovens. Há um adoecimento individual e um adoecimento coletivo que precisa ser tratado – e tratado como tal –, para que não façamos uma crítica puramente moral, pois aí está imbuído o aspecto ético, o aspecto moral. Se não dermos o tratamento adequado do ponto de vista social, do ponto de vista da falta de sentido e de significação a que esses jovens estão submetidos, não vamos conseguir enfrentar o problema. As instituições públicas, esta Casa, as universidades, todos nós temos de ser eticamente constrangidos a dar uma resposta para esse fenômeno, que prejudica a sociedade, mas que também prejudica essas pessoas, porque é uma contradição. Eles, que se estão preparando para oferecer um serviço à sociedade e à comunidade, manifestam-se como verdadeiros algozes dos que deveriam proteger e cuidar. Muito obrigada. Parabéns a V. Ex^a pela oportunidade desse pronunciamento!

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Marina. Eu queria dizer a V. Ex^a, inclusive, que, neste Congresso, mostrou-se outra faceta dessa questão. Há um projeto do Senador Ca-

sagrande que entra na parte jurídica, pois criminaliza o trote, mas que está parado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) há muito tempo. É necessário que a gente atue em cada vertente, como diz V. Ex^a. E o Senador Casagrande, ontem, estava me dizendo que, há tempo, o projeto está parado na CCJ e de lá não sai. Falei: “Então, está na hora de todos nós lutarmos para que projetos nessa linha sejam votados e sejam colocados em prática”.

Esse caso, como V. Ex^a disse, é responsabilidade de todos. Pergunto: onde ficam os pais, nessa questão?

Tenho trabalhado muito, principalmente em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, no sentido de fazer com que os pais participem mais da educação dos filhos. Não é só ir às escolas no dia de festa ou no dia de formatura, não é só ir às escolas para ver as notas dos filhos. O núcleo familiar é muito importante, é a base da sociedade. Não há como uma sociedade ser sadia se a família não for sadia.

Esta é uma luta que a gente tem de empreender: a de fazer com que nossos jovens tenham valores mais sólidos, calcados principalmente naquilo que a família lhes possa dar. Não é que eu esteja jogando para cima da família a responsabilidade de tudo o que está acontecendo, mas a família também tem de estar presente na escola, na vida dos filhos, acompanhando-os, para que não haja tantos problemas como esse que estamos vivenciando.

Mencionei esses três casos – o dos jovens no Rio de Janeiro que se tornam traficantes de drogas; o dos 40 jovens do Distrito Federal que formam gangues para espancar barbaramente seus iguais e o dos trotes universitários – para dizer que é necessário, como disse a Senadora Marina, que se tomem atitudes mais concretas. Não podemos deixar que o nosso País viva muito de, como se diz, pirotecnia. Que grandes eventos apareçam em todos os jornais, que nosso Presidente olhe um pouquinho mais para as nossas mazelas sociais! É em época de crise – geralmente, em época de crise – que as questões sociais afluem com muito mais nitidez, como a questão do desemprego, a questão de falta de perspectiva, a questão da baixa estima das pessoas. Quando falta dinheiro, quando falta emprego, quando falta perspectiva, falta qualidade de vida, e isso é ruim para toda a sociedade. E é nesse momento que o Governo tem de se voltar para ações afirmativas, efetivas, que mudem e que deem rumo à sociedade brasileira. Temos de agir preventivamente. Isso é importante para o País, em todas as áreas. É importante que o Governo se volte, efetivamente, para cada área social, que enxergue nossos jovens, que discuta os problemas das drogas, que veja como vamos

tratar o traficante e o usuário. É uma questão sensível? É claro que é. É uma questão difícil? É claro que é.

Ontem, aqui, ouvi discurso do Senador Magno Malta falando sobre a questão das drogas. É uma questão que temos de debater, sim!

Acredito que muitas e muitas famílias brasileiras têm, no seu seio, jovens que fazem uso de droga – de droga sintética, de cocaína, de maconha. Não podemos ficar alheios a isso. Esta é uma Casa de ressonância da sociedade brasileira, e, como tal, temos a obrigação de discutir todos os problemas que afetam a sociedade. E esse é um problema que está afetando enormemente a juventude do País. Duvido que um pai aqui que tenha um jovem filho não se preocupe com as amizades que ele tem e com a possibilidade de ele entrar num mundo de que, depois, dificilmente, terá condições de sair.

Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer-lhe muitíssimo o tempo que me deu, passando um pouquinho de tudo aquilo que falei, mas eu queria muito dizer que essas políticas sociais, temos de olhá-las com muito mais cuidado. Nesta Casa, há as Comissões que trabalham pela valorização do ser humano, para fazer com que o ser humano seja mais feliz e mais próspero e tenha mais confiança nas suas autoridades, nas políticas e no desiderato daqueles que governam o País. É por aí que temos de trabalhar. Espero que, nesta Casa, a gente consiga aprofundar questões como essas que levantei aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela Liderança do PSDB, o Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marconi Perillo, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, começo, Sr. Presidente, solicitando de V. Ex^a autorização para inserção nos Anais da Casa do editorial de hoje do **jornal O Estado de S.Paulo**, sob o título “Crise boa para os bancos”.

Discutimos muito aqui, já...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O pleito de V. Ex^a será atendido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado.

Desde o início, desde a eclosão dessa crise financeira internacional, discutimos as medidas adotadas pelo Governo para o seu enfrentamento e notamos que a primeira preocupação do Governo foi com os bancos e com os banqueiros.

Contestamos muitas das providências adotadas pelo Governo, enviadas através de medida provisória. Tentamos alterá-las para proteger, sobretudo, os cor-

rentistas brasileiros, mas em nenhum momento deixamos de destacar a preferência do Governo pelos banqueiros deste País.

Esse editorial do **jornal O Estado de S.Paulo** consagra esta tese: em primeiro lugar, os banqueiros.

Esse editorial foi redigido em função de uma entrevista concedida ao jornal pelo presidente da Febraban, Sr. Fabio Barbosa. É claro que quem leu a sua entrevista concluiu que o Governo brasileiro privilegia os bancos e os banqueiros. O que disse o presidente da Febraban significa que, para ele, se o setor financeiro ganha enquanto o resto da economia enfrenta dificuldades, para que mudar de política? Portanto, o presidente da Febraban defende a manutenção da política adotada pelo Governo Lula porque ela beneficia os banqueiros do País.

O País foi atingido pelos primeiros impactos da crise no terceiro trimestre de 2008. Desde então, o crédito ficou mais caro, porque os bancos ampliaram o *spread*, isto é, a diferença entre o seu custo de captação do dinheiro e o preço cobrado na concessão dos empréstimos. Diz o presidente da Febraban: “**O spread** no Brasil é o mais elevado do mundo e não tenho como dizer que não é. **O spread** subiu e não tenho como dizer que não subiu”.

Mas, se nós queremos combater a recessão, se nós desejamos impedir que o desemprego seja um fantasma a rondar as famílias brasileiras, por que permitir que o **spread** seja elevado? Por que admitir as altas taxas de juros? Por que o Governo Lula não adota providências que coloquem em primeiro lugar o trabalhador brasileiro?

Os banqueiros ganharam demais! Aliás, ganharam num período em que a economia mundial proporcionou ao Brasil oportunidades preciosas, que foram desperdiçadas pelo Governo. Em um ambiente de crescimento extraordinário da economia mundial, o Brasil teve um crescimento pífio. É bom recordar, as pessoas se esquecem facilmente, especialmente os defensores do Governo se esquecem, mas nós não podemos nos esquecer: o Brasil teve um crescimento medíocre; cresceu apenas mais do que o Haiti, num período de prosperidade mundial. Quando todos os países do mundo cresceram de forma significativa, o Brasil ficou lá atrás, desperdiçando oportunidades que jamais voltarão. Agora é o enfrentamento da crise.

Sr. Presidente, eu não vou ler todo o editorial do **jornal O Estado de S. Paulo**, mas peço que o publique nos Anais da Casa como registro histórico, porque ele reflete a realidade do modelo adotado pelo Presidente Lula desde que assumiu o Governo. É um modelo

que privilegia, ao contrário do que muitos imaginam, os banqueiros deste País em primeiro lugar.

Antes de concluir, Sr. Presidente, eu gostaria – já que V. Ex^a, generosamente, me concedeu um pouco mais de tempo –, de fazer referência a um estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, em parceria com o Instituto Talento Brasil, que revela bem o desperdício das oportunidades.

No ano de 2007, um ano bom para o País, um ano de relativa folga fiscal, os investimentos em infraestrutura do Governo Federal alcançaram apenas 0,34% do PIB. Portanto, muito aquém da necessidade. O estimado é em torno de 3% do PIB, para evitar a degradação da infraestrutura do País. Em razão desses escassos investimentos em obras de infraestrutura, temos o nosso patrimônio, adquirido durante anos, com milhões de reais aplicados pelos cofres públicos, em degradação: as estradas esburacadas; os portos, da mesma forma, sucateados; as ferrovias insuficientes; os aeroportos proporcionando apagões aéreos; temos o setor de energia elétrica também devendo muito, em razão de perspectivas de crescimento econômico do País. E os investimentos continuam escassos.

O Governo investiu 0,34% quando deveria ter investido 3% do PIB, para atender às necessidades do nosso País. Há, pela frente, um enorme desafio. Um desafio que vai exigir do Governo competência, gerenciamento capaz e recursos para que, a médio e longo prazos, este País não sofra as consequências de um apagão logístico inevitável. É o alerta que estamos fazendo já há algum tempo e que estamos, no dia de hoje, reiterando, contrastando os privilégios conferidos aos banqueiros do País com a escassez de recursos investidos em setores fundamentais, e que dizem respeito à infraestrutura do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

CRISE BOA PARA OS BANCOS

(Editorial do **Estadão**) 18-2-09

Não esperem a cooperação dos banqueiros para o Brasil enfrentar a recessão global e conter o desemprego. Não há como chegar a outra conclusão depois de ler a entrevista do presidente da Febraban, Fabio Barbosa, publicada ontem no Estado. Ele não o disse com essas palavras, mas o que disse significa que, para ele, se o setor financeiro ganha enquanto o resto da economia enfrenta dificuldades, para que mudar de

política? O País foi atingido pelos primeiros impactos da crise no terceiro trimestre de 2008. Desde então o crédito ficou mais caro, porque os bancos ampliaram o **spread**, isto é, a diferença entre seu custo de captação do dinheiro e o preço cobrado na concessão dos empréstimos. “O **spread** no Brasil é o mais elevado do mundo e não tenho como dizer que não é. O **spread** subiu e não tenho como dizer que não subiu”, disse o presidente da Febraban. Mas, depois de reconhecer esses fatos incontestáveis, ele negou qualquer antagonismo entre os interesses do setor financeiro e os da indústria e do comércio. “Nossos interesses”, afirmou, “são convergentes.”

O Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, parece não ter notado essa convergência. Se notasse, talvez não tivesse proposto a prisão de banqueiros. “Se isso acontecesse há 40 anos, dava cadeia, por agiotagem.” Ele pode ter exagerado na recomendação, mas não ao mencionar as enormes taxas cobradas pelos bancos, com **spreads** superiores até a 40% em operações de capital de giro. Também não exagerou ao mostrar a distância entre os maiores e os menores **spreads**. Se alguns podem Lucrar com 12,7% ao ano, por que outros têm de trabalhar com margens tão maiores, especialmente quando se prevê uma inflação na altura de 4,5%? perguntou Skaf.

Confrontado com a questão do spread, o presidente da Febraban respondeu segundo os padrões habituais: o assunto é muito complexo, há muito imposto, muita inadimplência, muito depósito compulsório e muito crédito dirigido. “A busca de soluções fáceis não vai nos Levar a Lugar nenhum”, assegurou. Mas a resposta-padrão há muito deixou de ser convincente. Convence ainda menos, depois de o Banco Central (BC) ter liberado R\$99,8 bilhões dos depósitos compulsórios desde o fim de setembro.

O crédito concedido pelo sistema bancário, segundo o presidente do BC, Henrique Meirelles, voltou ao nível imediatamente anterior à crise. A relação entre oferta e procura não é a mesma, porque grandes empresas, como Lembrou o presidente da Febraban, passaram a procurar crédito no mercado interno. Esse dado é relevante, mas será suficiente para justificar o aumento do **spread** especialmente num país onde a margem dos juros já era tão ampla?

Nenhum dos argumentos apresentados pelos banqueiros para justificar os **spreads** é convincente. Segundo análise feita por especialistas, impostos, taxas e depósito compulsório correspondem a pouco menos de um quarto do **spread**.

Inadimplência e custo administrativo equivalem a cerca de metade do total. Sobra um ganho líquido superior a um quarto. Esses cálculos são imprecisos,

porque as informações dos bancos são pouco claras. De toda forma, o ganho embutido no **spread** é considerável, como têm mostrado os balanços. Recentemente o BC passou a divulgar os spreads pela internet. Os bancos líderes de cada segmento geralmente cobram as maiores taxas. É um forte indício de como o poder de mercado permite a alguns bancos impor altos custos aos clientes.

Na Câmara dos Deputados, Líderes partidários decidiram dar prioridade à tramitação do projeto do cadastro positivo. Segundo os banqueiros, esse instrumento permitirá selecionar os bons pagadores e cobrar juros menores nos empréstimos concedidos a esse grupo. Se a promessa valer, a maior parte dos financiamentos terá de ficar mais barata. Falta ver se, aprovada a Lei, não surgirá outra alegação em defesa dos juros extorsivos. “A única coisa que eu não aceito”, disse Fabio Barbosa, “é que eu ou o sistema financeiro sejamos (acusados de) sacanas.” Ele mesmo escolheu o termo. Os críticos dos **spreads** têm usado outras palavras. Paulo Skaf, por exemplo, falou em agiotagem.

- As dificuldades para a expansão dos investimentos em infraestrutura estão associadas à fragilidade do Estado, “que afeta o volume e qualidade tanto do investimento público quanto privado”.
- Um estudo do IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – em parceria com Instituto TalentoBrasil – demonstra que em 2007 – “ano de relativa folga fiscal – os investimentos em infraestrutura do governo federal alcançaram apenas 0,34% do PIB. Já as demais instâncias públicas – empresas e governos estaduais, e empresas federais – contribuíram com 0,72% do PIB para estes gastos. No total, os entes públicos foram responsáveis por 1,06% do PIB, muito abaixo do patamar mínimo necessário para evitar sua degradação (estimado em 3% do PIB)”
- Em outro trecho do mencionado estudo se focaliza o caso da Índia – “país com tradição de ativismo estatal e pequena participação privada, e que necessita sustentar uma trajetória de rápido crescimento econômico (projetado em 9% a.a. nos próximos cinco anos) – um novo plano de investimentos em infraestrutura foi montado para o período 2007-08 a 2011-12, quando os gastos médios serão de 7.5% do PIB, dos quais 5.3% públicos e 2,2% privados.”
- Como bem ressalta o estudo em tela do IEDI o “desafio que o Brasil enfrentará nos próximos anos no que diz respeito à infraestrutura é multidimensional”:

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, como oradora inscrita, a Senadora Marina Silva, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para registrar, Sr. Presidente, as visitas dos Deputados Carlo Munai e Domenico Scilipoti, Presidente da Comissão de Parlamentares de Amizade entre a Itália e o Brasil, acompanhados pelo Deputado Federal Maurício Trindade. Informo que ambos, aliás, conforme o Senador Gerson Camata, hoje, já registrou, estiveram com o Presidente José Sarney, oportunidade em que os Deputados Domenico Scilipoti e Maurício Trindade, ambos, firmaram uma declaração, a qual peço ao Senador Alvaro Dias a gentileza de fazer a breve leitura, porque a minha voz não está ótima. Assim, V. Ex^a saberá compreender a importância da visita de ambos.

Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me autorizar, farei a leitura, a pedido do Senador Suplicy.

“Associação Parlamentar de Amizade Brasil – Itália

Associazione Parlamentare d’Amicizia Italia – Brasile

Declaração de Intenção

As Associações de Parlamentares de Amizade entre a Itália e o Brasil, representando várias agremiações partidárias, acórdão, que o pedido de extradição do Sr. Cesare Battisti, feito pelo governo italiano, certamente encontrará a melhor decisão, atendendo às razões da Justiça, em especial, do Supremo Tribunal Federal brasileiro.

Confiam e se colocam à disposição na busca de assegurar os direitos e deveres ao Sr. Cesare Battisti, se assim retornar à Itália, e, caso contrário, envidarão todos os esforços dos parlamentares na compreensão e manutenção diplomática entre esses países, bem como no respeito recíproco e melhor interesse do desenvolvimento das excelentes relações bilaterais.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009”.

Esse o texto da Declaração de Intenção.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, sobre a matéria, se a Senadora Marina assim me permitir, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a permissão da Senadora Marina, peço a V. Ex^a que, brevemente, use da palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero felicitar o Senador Suplicy e os parlamentares italianos, e lamentar que esse episódio todo tenha sido causado pelo açoitamento do Ministro da Justiça. Esse é o caminho certo: deixar que a Justiça brasileira, de maneira técnica, e embasada no espírito da lei, decida essa questão. Não uma decisão de caráter eminentemente ideológico, sem profundidade legal, tomada, como o foi, pelo Ministro da Justiça, que foi ameno na questão envolvendo o italiano e foi severo e cruel no tratamento dado aos atletas cubanos, sem nenhum antecedente aqui ou em seu país, e que foram entregues de maneira bárbara à inteligência de Cuba, com o apoio tático e estrutural do governo venezuelano. O que combatemos, senhores parlamentares italianos, foi como agiu o Ministro da Justiça, usando dois pesos e duas medidas. Em um caso e em outro deveria ter entregue à Justiça.

Portanto, saúdo o protocolo assinado, e acho que, desde o começo, deveríamos acatar a decisão da Justiça brasileira.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas para informar que no momento adequado farei algumas observações a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Mesa acolhe a manifestação dos Parlamentares da Frente Brasil-Itália e também acolhe, com muito carinho e respeito, os Parlamentares italianos que se fazem presentes.

Asseguro a palavra à Senadora Marina Silva, pelo prazo de 10 minutos.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores vou tratar, hoje, de assunto que considero de suma importância para o Brasil e, particularmente, para a Amazônia. Trata-se da medida provisória encaminhada pelo Governo ao Congresso Nacional, que visa a questão da regularização fundiária. Repito: tema de suma importância para o Brasil. Tanto é que no Plano Amazônia Sustentável, um eixo estruturante dos dois planos era a questão do ordenamento territorial e fundiário e, dentro do ordenamento territorial e fundiário, a regularização fundiária como um ponto. Infelizmente, no meu enten-

dimento, esse tema não tem avançado, e a questão da regularização fundiária entrou como um ponto apenas, de forma fragmentada, que deveria estar no contexto do ordenamento territorial e fundiário, mas, mesmo assim, devo dizer que é de suma importância para o Brasil, de suma importância para a Amazônia e que nós vamos agora ter a responsabilidade de debater no sentido de acolher as salvaguardas e as questões importantes que estão nessa medida provisória, corrigir imperfeições – e ainda há muitas – e evitar que se faça aqui, no Congresso, aquilo que alguns poucos gostariam de fazer que é política de terra arrasada na Amazônia, numa espécie de “liberou total” para as ações predatórias.

Qualquer processo de regularização fundiária tem, em tese, que obedecer aos objetivos de justiça social, redução da violência no campo e uso adequado dos recursos naturais. Mas, quando esse processo se dá em um espaço de tamanha importância estratégica para o Brasil e para o mundo, como é o caso da Amazônia, onde os vastos recursos naturais estão em permanente disputa e onde grassam tantos conflitos sociais, os cuidados devem ser redobrados, as salvaguardas devem ser cuidadosamente pensadas, para que o processo de regularização se constitua numa força motriz que ajude a promover a mudança no modelo de desenvolvimento da região, na direção de uma visão de sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural, e não no aprofundamento dos problemas históricos que a região vive.

Por esse motivo, as duas principais estratégias formuladas pelo Governo Federal para a Amazônia, que são o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e o Programa Amazônia Sustentável, já previam dentro da idéia do ordenamento territorial e fundiário a questão da regularização, como me referi anteriormente.

A MP 458 atende a uma demanda legítima de pequenos agricultores e agricultoras familiares para acesso a crédito e assistência técnica. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, há cerca de 197 mil posses cadastradas no Incra com área inferior a um módulo fiscal, um módulo fiscal é de 100 ha, e outras 97 mil ocupações entre 1 e 4 módulos fiscais.

Eu devo dizer que, segundo alguns técnicos do Incra, mesmo com esses números, o número de cadastrados que temos no Incra é de mais ou menos 50% das propriedades. De sorte que estou me referindo aqui só aos cadastrados, porque, do ponto de vista das ocupações de terras na Amazônia, apenas 50% estão efetivamente cadastrados. Se executada de forma correta e se feita a separação entre aqueles detentores de direitos legítimos dos que operam na ló-

gica da grilagem, a regularização pode contribuir para o combate ao desmatamento ao exigir o georreferenciamento das propriedades, a averbação da reserva legal, identificação de APPs e recuperação ambiental, entre as condições exigidas para a transferência definitiva do domínio das terras para os ocupantes, como está previsto na Medida Provisória.

Devo dizer que essas cláusulas aqui são importantes porque o demandante, para ter a sua situação regularizada, precisaria cumprir todas essas cláusulas, que considero importantes para os aspectos sociais e ambientais previstos na Constituição Federal no que concerne à alienação de terras públicas para o setor privado ou para indivíduos. Mas é preciso estabelecer todas as salvaguardas possíveis, pois a medida provisória cuida de mais de 67,4 milhões de hectares de terras públicas arrecadadas e não destinadas, área equivalente à França, incluindo os territórios e departamentos ultramarinos. O que vai ser destinado com essa medida provisória é nada mais nada menos que uma quantidade de terra equivalente ao território da França. É bom lembrar que a França é o maior Estado da União Européia. De sorte que a nossa responsabilidade é muito grande no sentido de que devemos dar uma resposta à altura, de que não seja a valorização do fato consumado. É reconhecer e premiar a ilegalidade, mas sim atendendo aos aspectos do interesse público e da função social da terra. É isto que prescreve a Constituição Federal quando se trata da destinação de terras públicas para particulares.

Neste sentido, a medida provisória exclui da regularização fundiária as áreas tradicionalmente ocupadas por população indígena, por comunidades quilombolas e também por comunidades tradicionais, as unidades de conservação e as áreas de interesse para sua criação, as florestas públicas, bem como as áreas militares. As áreas de interesse para a criação de unidade de conservação são exatamente aquelas que estão no mapa das áreas prioritárias para a conservação e proteção da biodiversidade.

Gostaria de fazer aqui um breve parêntese em relação a esta questão. No que diz respeito às comunidades tradicionais, às áreas militares, às áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e às terras indígenas, já existe um mecanismo de lei que cria o sistema específico para a destinação dessas áreas para as comunidades tradicionais. Nesse caso, quando se trata de reserva extrativista, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação; as outras formas, por meio dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), ou Projetos de Assentamento Florestal (PAF), são competências do próprio Inca.

No caso dos quilombolas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda que tenham também um regime já estabelecido, que passa por processos de audiências públicas, as terras dos quilombolas não são como as terras das populações tradicionais, de extratores vegetais ou de outras atividades, como a de pescadores e assim por diante. Porque, nesse caso das populações tradicionais extrativistas, a área continua de domínio da União com usufruto da comunidade. No caso dos quilombolas, a área é titulada para essas populações, só que é uma titulação coletiva, para um grupo.

Mais à frente, vou tentar mostrar por que nesse caso a exclusão tem uma dupla face, é positiva, e o Governo agiu adequadamente quando excluiu as demais modalidades. No caso dos quilombolas, quando excluiu do alcance dessa medida provisória para a regularização fundiária, eu sei que a intenção era boa no sentido de dizer aos grileiros: nem se animem porque vocês não terão as terras de vocês, que grilaram terras ocupadas por quilombolas. Elas não serão regularizadas, mas podem ser um prejuízo para os próprios quilombolas. Por quê? Porque ao estabelecer, no art. 12, que serão beneficiados aqueles que estão ocupando as áreas até 2004... Ou seja, se você ocupou a terra até 2004, vai ser beneficiário da regularização fundiária, desde que seja um processo de ocupação manso e pacífico. É difícil definir esse termo e ter formas de controle para saber se de fato foi manso e pacífico. No entanto, os quilombolas que já estão há 100, 200, 300 anos não serão beneficiados. Ou seja, serão beneficiados aqueles que ocuparam até 2004, mas os quilombolas não serão beneficiados porque serão remetidos à lei que prevê que a criação de suas áreas é por uma ação do Inca. Ou seja, fazemos uma lei para proteger aqueles que ocuparam terras até 2004, e aqueles que estão há 300 anos nos seus territórios, originalmente ocupados, continuarão com o benefício da regularização mediante as ações do Inca. Não sei se dá para entender o que estou dizendo, mas a lei...

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Um aparte...

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – ...é superior a uma ação normativa do Inca ou até mesmo a um decreto do Presidente da República. E, no meu entendimento, tínhamos de buscar um meio, ainda que eu entenda a preocupação da Seppir, ainda que eu entenda a preocupação das comunidades que colocaram essa excepcionalidade, talvez a grande oportunidade era a de, ao reconhecer que têm direito todos aqueles que ocuparam até 2004, também esse direito pudesse acontecer para os quilombolas.

Eu concedo o aparte ao Senador Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Ministra Marina Silva, o tema é importante. A regularização de terras na Amazônia Legal é um tema de interesse do Brasil, não só dos Estados da Amazônia Legal. Eu apresentei algumas emendas. E uma das emendas que eu apresentei se relaciona às comunidades tradicionais e às comunidades quilombolas, porque eu acho que elas passam a ter o direito de regularização das suas áreas, se forem enquadradas dentro desses critérios e seguindo a legislação específica. Então, eu fiz uma emenda retirando da proibição de regularização ou da não-regularização e coloquei um parágrafo específico tratando dessa situação, respeitada a sua legislação específica. Também fiz mais algumas emendas. Uma que eu fiz é que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que passa a ter a ação sobre essa regularização fundiária, deve fornecer *online* e anualmente todos os dados dessas áreas que serão regularizadas, decorrentes dessa medida provisória. Então, eu acho que o tema é importante. Se não for bem feito, nós incentivaremos o desmatamento na região, incentivaremos a grilagem na região. Portanto, quero só saudar o pronunciamento de V. Ex^a pela importância da matéria. Nós vamos ter uma oportunidade, de fato, de fazer um bom debate sobre essa política desenvolvida na região da Amazônia Legal. Obrigado, Ministra.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigada, Senador Casagrande.

V. Ex^a apresentou uma emenda que, no meu entendimento, teremos de trabalhar com todo cuidado, para salvaguardar a preocupação da Seppir de que aqueles que ocupam as áreas dos quilombolas não venham agora reivindicar a titulação privada e para, ao mesmo tempo, fazer com que essas comunidades que, sabemos, estão nessas localidades historicamente, por dados e levantamentos, tanto do ponto de vista antropológico quanto social – há mecanismos para comprovar a existência desses grupos que ocupam tradicionalmente essas áreas, com seus costumes e com suas práticas econômicas, sociais e culturais –, possam ser beneficiadas por essa regularização, porque, senão, haverá uma contradição. O princípio da autodeclaração será usado para posseiros de boa-fé e para grileiros de má-fé, mas alguns setores foram até o Supremo para questionar o direito dos pequenos grupos; agora, vão utilizar esse princípio para regularizar para todos, e eles ficariam de fora. Ou seja, o princípio que os beneficiava está sendo questionado no Supremo, e poderá – não vou prejudicar aqui – vir uma decisão que vai prejudicar ainda mais o acesso dessas populações às suas terras. O princípio será usado para favorecer toda forma de ocupação, se não formos criteriosos o suficiente para manter as salvaguardas que já vieram

do esforço do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Meio Ambiente, juntamente com outros setores, e colocar novas.

Peço um pouco mais de tolerância, Sr. Presidente, para que eu possa concluir meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex^a já está atendida.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigada, Senador.

No entanto, o alcance dado pelo Governo Federal a essa medida provisória vai muito além do objetivo de justiça social. Ela regulariza as ocupações de áreas até quinze módulos fiscais, superior ao que tem sido considerado historicamente como demanda legítima e socialmente justa. Pior: a medida provisória facilita a venda de terras com área superior a quinze módulos fiscais ao estabelecer direito de preferência nas licitações.

Até 2004, a legislação brasileira admitia que apenas as posses de até 100 hectares pudessem ser legitimadas. Em 2005, foi editada uma medida provisória que aumentou para 500 hectares as posses que poderiam ser regularizadas, que poderiam ser legitimadas. Lembro que, à época, houve um debate intenso dentro do Governo e que dele participei. No início, eu tinha uma posição contrária a que se aumentasse de 100 hectares para 500 hectares, mas fui convencida, no debate dentro do Governo, de que era correto aumentarmos para 500 hectares. Por quê? Porque isso atendia cerca de 80% da demanda por regularização fundiária de terra na Amazônia. Mas, recentemente, nós aprovamos no Congresso Nacional uma medida provisória – nós, não; aqueles que votaram favoravelmente a ela – que aumentou de 500 hectares para 1,5 mil hectares. E devo reconhecer aqui que a Bancada do PT, juntamente com alguns parceiros de outros partidos – inclusive, o Senador Casagrande, o Senador Praia e outros, bem como alguns Senadores do PSDB –, votou de forma contrária. Foram cerca de 28 votos contrários ao que chamei de “MP da Grilagem”, mas ela foi aprovada, aumentando de 500 hectares para 1,5 mil hectares. Agora, por esse processo, poderão ser regularizados, sem licitação, até 2,5 mil hectares.

Temos de fazer um debate intenso nesta Casa no sentido de que essa medida, que é importante e estratégica, repito, não sirva para privilegiar e premiar o dolo, aqueles que, de má-fé, com violência, de forma injusta, se apropriaram indevidamente do patrimônio que é do Estado brasileiro, mas que é também nosso, de toda a sociedade brasileira, e que agora poderão ter essas titulações.

Lembro também, Senador Praia – e aqui quero trazer a memória do nosso querido Senador Jefferson

Péres –, que, quando apresentei o projeto de lei que criava o mecanismo de gestão de florestas públicas, a Lei das Florestas Públicas, houve aqui, Senador João Pedro, um intenso debate. E as pessoas levantavam a tese de que estávamos propondo algo que iria privatizar a Amazônia. E os que diziam que íamos privatizar a Amazônia o faziam por que estávamos afirmando que as terras seriam públicas, continuariam públicas, mas que, após a criação das unidades de conservação, após a destinação para atendimento das reservas extrativistas, as áreas que fossem identificadas como de potencial para o manejo florestal sustentável poderiam ter concessões onerosas para pequenos, grandes e médios proprietários da indústria florestal. Provamos isso por a mais b e, com o apoio de todos os partidos, aprovamos a Lei de Gestão de Florestas Públicas, após mais de 400 anos de uso das nossas florestas sem haver uma lei que regulamentasse o acesso, para que as florestas continuassem florestas e continuassem públicas. E diziam que aquilo era privatização.

Agora, estamos diante de uma situação em que, se não tivermos cuidado, aí sim, isso pode virar o maior programa de privatização da Amazônia, em prejuízo do meio ambiente, em prejuízo da função social da terra e do interesse público. Sei que essa não é a intenção do Governo, não é a intenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário nem do Ministério do Meio Ambiente, e, com certeza, não deve ser a intenção do Congresso Nacional.

Espero que sejam todos tão cuidadosos quanto o foram em relação à Lei de Florestas Públicas. Aliás, vou observar bastante como será o comportamento em relação a esse projeto e àquele, porque não pode haver dois pesos e duas medidas. Naquele caso, no meu entendimento, houve um processo de má interpretação – vou dizer assim para não agredir ninguém –, diziam que era privatização. Nesse caso, temos de ser cuidadosos, colocando todas as cláusulas, como, por exemplo, a questão da vistoria. Como é que se vai fazer um processo de regularização baseado num expediente de autodeclaração, num expediente auto-declaratório, sem vistoria, e ficar assegurado que os grileiros, aqueles que se utilizam de violência para ter acesso à terra, não serão beneficiados?

Precisaremos aperfeiçoar essa medida provisória. Apresentei oito emendas que considero estruturantes e que, no meu entendimento, colaboram. Sei que o Senador João Pedro apresentou outras emendas. O Senador Casagrande acaba de dizer que apresentou emendas. Dou minha sugestão, Sr. Presidente, para que esse processo seja transparente, até fazendo jus a um mecanismo apresentado pelo próprio Governo, quando mandou a medida provisória, no sentido

de que o processo ficará disponível na Internet, para que possa ser feito o acompanhamento, pois isso é muito bom, muito positivo. Assim, sugiro que se crie uma comissão externa de controle e de participação social, para que se possa averiguar se, de fato, estão sendo cumpridos os princípios e os preceitos da função social da terra e do interesse público, que estão previstos na Constituição.

Quando apresentei o projeto de lei de gestão de florestas públicas, criamos o mecanismo de acompanhamento externo. É um grupo de cientistas independentes que, a cada cinco anos, irá auditar as concessões públicas do Governo Federal, para que fique provado que o manejo sustentável está sendo feito baseado em todos os princípios que os senhores aprovaram nesta Casa – não me canso de agradecer-lhes –, com o apoio de todos os Partidos.

Sr. Presidente, quero concluir meu pronunciamento, para não abusar de V. Ex^a. Vai haver um intenso debate nesta Casa.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senadora Marina, se o Senador Marconi Perillo conceder-lhe mais tempo, eu gostaria de apartear-lhe.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senadora Marina, o Presidente Marconi Perillo está presidindo desde cedo a sessão, disputando aí com nosso querido Mão Santa. V. Ex^a aborda a medida provisória. Está em vigor um projeto de regularização fundiária nesse território que é o maior território do nosso País. Essa não é uma atividade, uma ação, uma política pública simples. O Brasil começa com sesmarias; o Brasil começa com Tordesilhas; o Brasil começa fazendo esse debate sobre limite, sobre territorialidade. As duas Casas, tanto a Câmara como o Senado, precisam fazer justiça. Regularização fundiária é destinar terra, é reconhecer a terra, o módulo, levando em consideração o trabalho, a relação cultural, a relação econômica, a questão ambiental, sob pena de voltarmos, na História, a momentos que a nada levaram. Lembremos a História recente, a década de 70, a Transamazônica: saíram demarcando – o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) surgiu com isso, o Incra é de 1970 –, saíram jogando os lotes, fazendo a chamada espinha de peixe, e esse projeto não deu em nada. Precisamos fazer justiça, primeiro. A regularização é uma necessidade, mas tem de levar em consideração os povos da Amazônia, tem de levar em consideração o componente ambiental e o componente econômico, sob pena de legalizarmos a ilegalidade. Estamos abrindo, ampliando a legalidade dos módulos da terra, Senador Marconi Perillo, saindo de 100 hectares para

500 hectares, depois para 1,5 mil hectares; agora, com a medida provisória, chega-se a 2,5 mil hectares. Precisamos regularizar essa terra com justiça social, com compromisso ambiental, para que não haja distorções, para que não haja injustiça, para que o Estado brasileiro não cometa injustiça, principalmente, com as populações que vivem na Amazônia. Nos últimos anos, a posse da terra foi encharcada de sangue. Há uma disputa muito desleal, principalmente contra os pequenos. Fiz emendas. Quero só levantar essas questões e parabenizar a Senadora Marina Silva, porque aborda pontos importantes. Temos de ter uma grande responsabilidade. Não temos de ter medo, mas deve haver um padrão de responsabilidade, para fazermos justiça com a regularização fundiária na Amazônia. Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senadora Marina Silva, devido à relevância do tema, já concedi a V. Ex^a 25 minutos. Peço a V. Ex^a que encerre seu pronunciamento em mais três minutos.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Sinto-me acolhida pela generosidade de V. Ex^a presidindo os trabalhos da Mesa.

Quero concluir, Sr. Presidente, acolhendo também o aparte que me faz o Senador João Pedro, que é funcionário do Incra e que, com certeza...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Sou ex-funcionário.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – É ex-funcionário do Incra. Com certeza, S. Ex^a nos dará uma grande contribuição no debate, nas questões de mérito, dentro das duas Casas.

Eu queria encerrar, levantando algumas questões. Em primeiro lugar, quero dizer que vai ser fundamental que os formadores de opinião de todos os segmentos da nossa mídia acompanhem esse processo, para que, no Brasil, haja um processo de regularização fundiária à altura da necessidade de se proteger a Amazônia e seja criada cidadania para os diferentes segmentos, que não devem ser confundidos com a grilagem, com a violência, com o dolo. É preciso separar o joio do trigo.

É fundamental esse envolvimento. Por exemplo, a TV Globo criou um portal para acompanhar e denunciar o desmatamento da Amazônia, e, só nos primeiros meses, houve mais de 42 milhões de acessos. Com certeza, é preciso fazer um cruzamento daquilo que foi identificado nesse processo – foi feito quase um Big Brother do desmatamento na Amazônia – com o processo de regularização fundiária. Isso vai ser muito interessante, para que possamos tomar as nossas decisões calçados, fulcrados naquilo que são os princípios da justiça, naquilo que são os princípios da ética, não atendendo a demandas espúrias de segmentos

que se escondem por trás dos homens e das mulheres de bem, para colocar suas demandas inaceitáveis e inescrupulosas. Isso é muito importante.

Quanto à escolha dos Relatores, quero dizer, Sr. Presidente, que essa é prerrogativa que não nos cabe aqui individualmente. Mas penso que nos cabe, sim, discutir o perfil dos Relatores. No meu entendimento, o Relator de uma matéria polêmica como essa deve ter a capacidade de mediar os diferentes interesses, conversando com os diferentes setores do agronegócio, com as comunidades tradicionais, com os ambientalistas, com os quilombolas, com os cientistas, com todos os segmentos. Deve ter capacidade de trânsito, para que possa fazer um relatório à altura do desafio de transferir mais de 64 milhões de hectares para particulares. É como se pegasse o nosso patrimônio e dissesse: agora, vamos distribuir. Se fosse uma distribuição do dinheiro dos nossos impostos, estaríamos todos estarecidos. Mas, como muitas vezes não valorizamos os recursos naturais, então, as pessoas ficam muito comedidas com esse tipo de “bondade”. Então, temos de ser rigorosos com o patrimônio de todos nós.

Outra sugestão, Sr. Presidente, é a de que essa medida provisória inaugure uma nova prática aqui, no Congresso, é a de que a Comissão responsável por dar parecer às medidas provisórias – parece-me que não se tem reunido – possa se reunir e a de que os Relatores, o da Câmara e o do Senado, estabeleçam um debate dentro das Casas e com a sociedade, com a participação dos diferentes segmentos, por meio de audiências públicas, envolvendo o setor governamental, o do agronegócio, o de ambientalistas, as comunidades, os diferentes setores, para que, ao fim e ao cabo, haja um instrumento à altura do esforço e da vontade de todos os homens e mulheres de bem, do Governo e da sociedade, da iniciativa privada e da comunidade, promovendo um freio de arrumação no que é até agora a grilagem e a expansão da fronteira predatória, para que haja um efetivo processo de desenvolvimento sustentável, combinando o fim das práticas ilegais, o apoio às práticas produtivas sustentáveis e a regularização e o ordenamento territorial e fundiário, promovendo, assim, um círculo virtuoso de desenvolvimento na Amazônia, com justiça social e ambiental para todos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há requerimento sobre a mesa, homenagem de pesar.

Convido o 1º Secretário **ad hoc**, o ilustre Senador Papaléo Paes, que faça a leitura deste requerimento, com a permissão do Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 110, DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com a tradição desta Casa Legislativa, que sejam prestadas as seguintes homenagens ao Ilustríssimo Senhor Doutor BENEDITO CARRERA BAHIA, médico, por ocasião de seu falecimento, ocorrido hoje, dia 18 de fevereiro de 2009, em Macapá:

- a) Inserção em ata de voto de pesar;
- b) Apresentação de condolências à família; e
- c) Apresentação de condolências ao Conselho Regional de Medicina do Amapá.

JUSTIFICAÇÃO

Profissional dedicado e zeloso no exercício de medicina, o Doutor Benedito Carrera Bahia atuava no Amapá desde fevereiro de 2005 e trabalhava tanto para a prefeitura de Macapá quanto para o Governo do Estado. Na prefeitura atuava no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU. Já na esfera estadual, trabalhava na maternidade Mãe Luzia exercendo a especialidade de anestesiologia.

Considerado médico exemplar pelos seus colegas de profissão, sua perda será sentida por toda a área de saúde do estado do Amapá, unidade federativa sempre carente de bons profissionais.

Expresso, assim, o meu reconhecimento, bem como o do povo amapaense, a esta singular personalidade que nos deixou, e aproveito para transmitir aos seus familiares minha solidariedade fraterna.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2009.

Senador PAPALÉO PAES

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há número regimental para deliberação sobre o requerimento de iniciativa do Senador Papaléo Paes.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário *ad hoc*, o ilustre Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 111, DE 2009

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais sobre os gastos do governo com a organização do encontro com prefeitos, realizado nos dias 10 e 11 de fevereiro deste ano, em Brasília.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais sobre os gastos do governo com a organização do encontro com prefeitos, realizado nos dias 10 e 11 de fevereiro deste ano, em Brasília:

1. Qual foi o total gasto na realização do encontro com os prefeitos?
2. Existe previsão orçamentária para custeio de eventos com essa natureza?
3. Qual a origem dos recursos direcionados para esse encontro?
4. Qual o objetivo do referido encontro?
5. Quais foram os resultados obtidos?
6. O que justifica a realização deste encontro neste momento, uma vez que já havia sido programada a realização da Marcha dos prefeitos para o próximo mês de março?
7. Qual a justificativa para o descumprimento do parágrafo 1º do artigo 37 da Constituição Federal?

JUSTIFICATIVA

Os jornais de grande circulação no País registraram, com ênfase, o caráter eleitoreiro do encontro nacional com prefeitos, realizado em Brasília nos dias 10 e 11 deste mês.

O encontro, promovido pelo governo federal em uma antecipação da já tradicional Marcha dos Prefeitos, outrora promovida pela Confederação Nacional dos Municípios, ficou marcado pela utilização indevida de recursos públicos para autopromoção, assim como pelo uso de imagens de programas federais que tinham, como único objetivo, dar destaque e visibilidade para a Ministra-Chefe da Casa Civil, provável candidata à sucessão presidencial pelo Partido dos Trabalhadores.

Portanto, é flagrante o desrespeito ao § 1º do artigo 37 da constituição Federal que estabelece que "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

Enfim, o objetivo do presente requerimento é demonstrar que houve uso abusivo da máquina do governo no "patrocínio" do referido evento, num claro desrespeito às regras legais estabelecidas pela Justiça eleitoral.

Sala das, em 18 de fevereiro de 2009.

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 112, DE 2009

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) relativo ao exercício de 2008.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) relativo ao exercício de 2008:

1. Qual o valor total das aplicações na região?
2. Qual o montante destinado a cada um dos Estados da região?
3. Quais os projetos, programas e/ou empreendimentos alcançados por esses recursos?
4. Quais os critérios adotados para a destinação desses recursos?

JUSTIFICATIVA

O Banco da Amazônia divulgou, recentemente, que as aplicações do FNO, em 2008, registraram um crescimento de 85%, comparativamente ao ano de 2007. No entanto, é importante explicitar quanto coube a cada estado da região norte, bem como quais foram os projetos, programas e/ou empreendimentos que foram alcançados por esses recursos.

Assim, o requerimento que ora apresento tem por objetivo detalhar as aplicações do FNO no ano de 2008

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2009.

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo, PSDB - GO) - Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachado à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário *ad hoc*, o ilustre Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 113, DE 2009

Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento, no dia 12 de janeiro de 2009, do futebolista ALBINO FRIAÇA CARDOSO, o famoso atacante Friaça, que fez o gol da Seleção Brasileira, no 2x1 em que o Brasil foi derrotado pelo Uruguai e perdeu a Copa do Mundo de 1950, na final do campeonato realizada no Rio.

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE PESAR pelo falecimento, dia 12 de janeiro de 2009, do futebolista ALBINO FRIAÇA CARDOSO, o famoso atacante Friaça, que fez o gol da Seleção Brasileira, no 2x1 em que o Brasil foi derrotado pelo Uruguai e perdeu a Copa do Mundo de 1950, na final do campeonato realizada no Rio de Janeiro.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da viúva e, por intermédio dela, aos filhos e demais parentes.

JUSTIFICATIVA

Friaça, atacante que integrou a Seleção Brasileira, foi um dos nomes de maior destaque no cenário esportivo do Brasil. Em 1950, na trágica derrota da nossa Seleção para o Uruguai, no Maracanã, por 2 a 1, Friaça foi o autor do gol brasileiro.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 114, DE 2009

*Requer VOTO DE APLAUSO ao astrônomo brasileiro AUGUSTO DAMINELI, que previu o apagão da hipergigante estrela **Eta Carina**, confirmado em 12 de fevereiro de 2009.*

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao astrônomo brasileiro AUGUSTO DAMINELI, que previu o apagão da hipergigante estrela **Eta Carina**, confirmado em 12 de fevereiro de 2009.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do astrônomo.

JUSTIFICATIVA

Há 20 anos, o astrônomo brasileiro Augusto Damineli estuda a estrela **Eta Carina**. Na madrugada de 12 de fevereiro de 2009, no Observatório Astronômico de La Serena, no Chile, ele viu confirmada a previsão por ele feita, anunciando um apagão da estrela. Nessa data, de sua cadeira que permite controlar o telescópio Soar, de La Serena, ele teve oportunidade de assistir ao apagão da Carina. Poucos tiveram essa ventura. Em La Serena, a 475 quilômetros de Santiago, na beira do Pacífico, Damineli sorriu de felicidade interior. O observatório fica próximo dos centros vinícolas do Chile e, como notou o repórter Eduardo Geraque, enviado especial da *Folha de S. Paulo* a La Serena, “não faltou motivo para abrir uma garrafa”. No momento em que o astrônomo brasileiro oferece à ciência brasileira e mundial notável demonstração de conhecimento, proponho ao Senado da República este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, inscrito como orador desta tarde, pelo tempo de dez minutos.

Peço ao ilustre Senador atenção ao tempo, porque às 16 horas em ponto nós vamos abrir a Ordem do Dia. Eu posso depois até conceder novamente a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até por recomendação de bom senso, tenho que ser muito breve. Espero amanhã voltar com a voz normal.

Gostaria de aqui expressar os meus sentimentos sobre a entrevista de extraordinária repercussão do Senador Jarbas Vasconcelos à revista *Veja*. Eu a li com muita atenção.

Ainda ontem, estive em seu gabinete para lhe dar um abraço, uma vez que tenho por ele o maior respeito e consideração. Considero que as suas palavras constituem um alerta a todos nós, Senadores, ao seu próprio Partido, como também aos membros de todos os partidos no Brasil – acredito que inclusive aos seus companheiros, como o Presidente do Senado, José Sarney, ao próprio Senador Renan Calheiros, citado nominalmente, e inclusive as questões que relacionam o que se passa no Senado e no Poder Executivo.

O Senador Jarbas Vasconcelos, que já ocupou postos de Poder Executivo, como por duas vezes o Governo do Estado de Pernambuco e também a Prefeitura de Recife, sabe muito bem o que é o relacionamento entre o Poder Executivo e o Parlamento.

Considero muito saudável quando ele observa que nós aqui precisamos olhar sobretudo o interesse do povo brasileiro, da Nação brasileira, na hora de tomarmos decisões, na hora de votar cada projeto, cada iniciativa legislativa, mas também na hora de definirmos cargos para a Mesa, para as Comissões.

Eu tenho afinidade com ele quando aqui procuro agir em defesa de propósitos maiores. Claro que podemos ter divergências. Por exemplo, ele votou contra a CPMF, e eu votei pela CPMF, mas acredito que ele tenha votado porque era a sua convicção, assim como eu também o fiz, e não por quaisquer favores.

Então, eu acho que nós, ainda que não tenha o Senador Jarbas Vasconcelos definido os atos que ele considera como atos de corrupção, definido pessoas,

ações, se ele preferiu não fazê-lo, que sejam as suas palavras um alerta importante para nós aqui estarmos atentos.

Mas há também alguns pontos ou especialmente um ponto que eu disse a ele que merece melhor reflexão. Refiro-me à sua frase de ter considerado o Programa Bolsa-Família como um programa que, na história, mais se destacou por ser um programa que compra voto de eleitores.

Eu aqui quero discordar respeitosamente e assinalar da forma mais companheira ao Senador Jarbas Vasconcelos. Primeiro, recordemos um pouco como começou o Programa Bolsa-Família. O tema da garantia de uma renda vem sendo discutido há muitos anos. Se pudermos olhar na história do Congresso Nacional...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quando concluir o meu pensamento, com a maior honra e prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É exatamente sobre a conclusão do seu pensamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, se puder aguardar um pouco. Eu peço a gentileza de aguardar, porque ainda não concluí.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O problema é que ninguém está entendendo o pensamento de V. Ex^a. Estou aqui aflito, porque um Parlamentar como V. Ex^a falando, e ninguém entendendo. Imagino, Senador Suplicy, quero que V. Ex^a entenda o desespero das taquígrafas. Eu queria propor a V. Ex^a que trouxesse por escrito esse seu pensamento, como V. Ex^a fez há pouco através do Senador Alvaro Dias. Porque estamos aqui sabendo que V. Ex^a ora fala do Jarbas, ora fala do Bolsa-Família, mas o conteúdo está embaralhado. E a frustração dos que o admiram, que por esse Brasil afora são milhões e milhões, é patente. Daí por que eu ousaria fazer um apelo a V. Ex^a para que, diante do estado da sua voz, um pouco levado pela emoção ou pelo cansaço, pela fadiga, transmitisse por escrito, para que pudéssemos discutir, porque é inútil esse seu pronunciamento com a voz no estado em que V. Ex^a está. É apenas uma sugestão que eu lhe daria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a sugestão, mas noto que, assim como V. Ex^a ouviu eu falar do Bolsa-Família e de Jarbas Vasconcelos, também assimilará cada uma das minhas próximas palavras.

Se formos aqui observar no tempo, quando se falou de garantia de renda? Poderíamos pensar nos tempos de Rui Barbosa, de Joaquim Nabuco,

mas ressalto que, em 1956, no Governo Juscelino Kubitschek, o grande Josué de Castro, em pronunciamento sobre os desníveis de renda no Brasil, registrou ser favorável ao direito de todas as pessoas neste País terem o suficiente para sua sobrevivência como um direito associado à cidadania brasileira, para todos. Josué de Castro foi um dos pioneiros na defesa da renda básica de cidadania em março de 1956.

O Senador Ney Maranhão...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não estou ouvindo nada.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – É que V. Ex^a está muito agitado.

O Senador Ney Maranhão, que me escuta e está ali, em 1991 estava presente quando discutimos o Programa de Garantia de Renda Mínima, aprovado por todo o Senado Federal por consenso – era 16 de dezembro de 1991. A partir daquele debate, surgiu o debate sobre um programa de renda mínima associado à educação. José Márcio Camargo foi um dos primeiros a colocar a relevância de se ligar as duas coisas.

De 1994 para 1995, José Roberto Magalhães Teixeira, em Campinas, e Cristovam Buarque, no Distrito Federal, iniciaram os primeiros programas de renda mínima associados à educação.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Se o Presidente quiser que eu faça uma pausa para a Ordem do Dia, obedecerei, para, em mais cinco minutos, posteriormente à Ordem do Dia, completar o meu pronunciamento e respeitar a diretriz muito positiva que V. Ex^a adotou de, às 16 horas, termos a Ordem do Dia. Se me permite, eu peço licença e mais poucos minutos para concluir.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação: que eu pudesse receber as notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Suplicy, que deve ter sido da maior importância. Tendo em vista o estado em que

se encontra a sua garganta, a sua voz, eu não entendi absolutamente nada. E eu gosto de acompanhar o que diz o Senador Suplicy, daí por que gostaria que V. Ex^a remetesse a este Senador, que prestou atenção e tentou com muito esforço entender o que ele quis dizer, as notas taquigráficas para que eu possa aplaudir o Senador após a leitura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Taquigrafia entenderá a solicitação de V. Ex^a.

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória
nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal...

O projeto está em discussão, mas, sendo evidente a falta de número no plenário e a ausência do Relator, a Mesa transfere a matéria para a Ordem do Dia da próxima sessão.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão, em virtude de falta de **quorum**.

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória
nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 22-12-2008)

Prazo final: 15-2-2009

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator **ad hoc**: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

3

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator **ad hoc**: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade

de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Silhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo

Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora **ad hoc**: Senadora Ideli Salvatti.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Caminhoneiro. Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “**ad hoc**”: Senador Virgínio de Carvalho.

29

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 142, DE 2005**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 30, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 306, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de*

setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 169, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 277, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 226, DE 2006**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

37

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 33, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista

Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 34, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 35, DE 2008**

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez*

que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (*Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente*)

42

REQUERIMENTO Nº 1.048, DE 2007

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Shessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 1.423, DE 2007

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando de voto de aplauso pelo transcurso do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança & Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

46

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador César Borges.

47

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismo a técnicas duras de interrogatório como o “waterboarding”.

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque,

favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

49

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro, solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

50

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

51

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes *“ilegais”* por até 18 meses.

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

53

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pela Colômbia.

54

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

55

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao PROFESSOR Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça. solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1.650, DE 2008*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Voltamos à lista de oradores.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)

– É sobre a Ordem do Dia?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim, é sobre a Ordem do Dia.**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP)– V. Ex^a tem a palavra pela ordem.**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para informar àqueles que acompanham os trabalhos do Senado Federal através da Rádio, da TV Senado e da imprensa e para que nós possamos ter uma justificativa.

Nós não estamos produzindo, nós não estamos deliberando. A razão seria o fato de as lideranças não terem chegado a um entendimento em relação às Comissões da Casa. Espera-se uma reunião de lideranças. Nós não tivemos notícia, até este momento, de que essa reunião ocorrerá.

O que nós estamos indagando, Sr. Presidente, é se há alguma providência adotada, se há algum cronograma estabelecido, se há alguma reunião convocada para superar esse impasse, porque, como dissemos ontem, esta é a Casa do consenso, esta é a Casa do entendimento. E, se não há entendimento em relação às Comissões, que elas se reúnam e deliberem através do voto. O que não se admite mais é a espera. O que não se admite mais é a ociosidade neste momento importante de deliberação. O que não se admite mais é não oferecer resposta àqueles que aguardam deliberações importantes da parte do Senado Federal.

É essa a indagação que, respeitosamente, formulo a V. Ex^a, na esperança de poder justificar essa

ausência de produção legislativa no Senado Federal neste início de ano.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Alvaro Dias, a Mesa já recebeu todas as indicações dos Srs. Líderes para membros das Comissões, e elas já foram publicadas. Dessa maneira, as Comissões estão constituídas, e os membros das Comissões estão autorizados a constituir suas respectivas Mesas. Se não o fizeram, não temos, regimentalmente, nenhuma condição de intervir nas Comissões para proceder a essa eleição.

Em segundo lugar, quero dizer a V. Ex^a que não tenho continuado a Ordem do Dia pela falta evidente de número no plenário da Casa. Faço, a propósito, um apelo aos Srs. Líderes: que convoquem suas Bancadas a estarem aqui, para que os trabalhos sejam desenvolvidos. O jogo político se processa entre os partidos, sem interferência nenhuma da Presidência ou da Mesa Diretora da Casa. Estamos apenas esperando que o plenário conte com a presença dos Srs. Senadores. Por isso, não temos realizado a Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero dizer que a Oposição está presente, está aqui representada. Não vejo, realmente, a Liderança do Governo presente, a Liderança da Maioria não está presente, e, ao que se sabe, a razão é exatamente o fato de não ter ocorrido ainda o entendimento sobre as Comissões.

A propósito, Sr. Presidente, se aguardarmos que alguém convoque reunião das Comissões, esperamos por muito tempo. O que falta é a convocação, quem convoque a reunião. Então, na verdade, o que se deseja é que as Comissões sejam convocadas para que se reúnam e para que possam, então, eleger suas Mesas Diretoras. Imagino que, se o Presidente convocar reunião das Comissões para o primeiro dia útil após o carnaval, estaremos dando um passo para superar esse impasse.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a, que é muito presente nesta Casa, já ouviu, desde segunda-feira, o Presidente da Casa dizer que as Comissões estão constituídas de acordo com o Regimento. Há muitas lacunas, mas essa lacuna não existe. O Presidente de uma Comissão é o membro mais velho da Comissão, que está autorizado pela Mesa a proceder à eleição nas Comissões, e, ao que a Mesa está informada, existe já acordo entre as Lideranças a respeito das diversas Comissões da Casa. Estamos apenas esperando, melhor dizendo, estamos desejosos de que as Comissões elejam suas Mesas Diretoras. Agradeço muito a V. Ex^a.

Se nosso Senador Antonio Carlos Júnior, que é o orador que está inscrito para falar após a Ordem do Dia, permitir, o Senador Suplicy usará da palavra por três minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sem problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, gostaria até de sugerir aos Senadores mais idosos, como Pedro Simon e Paulo Duque, se puderem chamar as Comissões, pois eu estaria pronto para participar e votar naqueles que entendemos que devem ser os Presidentes.

Mas gostaria de recordar que, com a aprovação dos primeiros projetos de garantia de renda mínima associados à educação, surgiu a vontade de, no Congresso Nacional, haver projetos para estender isso para todos os Municípios.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, foram aprovados os Programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação com esse caráter, por todos os Partidos. Posteriormente, em 2003, o Programa Cartão Alimentação. Em outubro de 2003, houve a recomendação para se iniciar a unificação do Cadastro Único de Beneficiários e também daqueles programas, inclusive do Auxílio Gás.

Os quatro programas, de maneira racional, foram unificados, e foi criado o Programa Bolsa Família, que beneficiava 3,5 milhões em 2003; agora mais de 11 milhões de famílias.

Os dados do IBGE mostram com clareza e economistas no mais largo espectro concordam que houve o benefício da diminuição da desigualdade e da diminuição da pobreza absoluta.

Ademais, o Programa Bolsa Família, por lei aprovada pelo Congresso, é o passo na direção da Renda Básica de Cidadania, também aprovada por todos os congressistas e partidos.

Assim, eu espero, nos próximos dias, ter um diálogo aprofundado com o Senador Jarbas Vasconcelos para explicar que não se trata de um programa de compra de votos, mas de um programa administrado pelo Governo Federal, com a cooperação dos prefeitos de 5.563 Municípios. Não poderia, portanto, ser considerado um programa de compra de votos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos me trazem à tribuna. O primeiro deles tem-se tornado recorrente e, infelizmente, cada vez mais grave. Refiro-me à dificuldade deste Governo em cortar despesas de custeio. Aliás... Dificuldade, não. Na verdade, o Governo não esboça nenhum movimento no sentido de diminuir seus gastos. Pelo contrário, os gastos que temos mostram uma realidade completamente diferente.

Pesquisas ao Sistema Integrado de Administração Financeira, o Siafi...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Antonio Carlos Júnior, por obséquio.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Marconi Perillo, antes que V. Ex^a saia da Casa, pergunto se desejaria assumir a Presidência da Casa. (*Pausa.*)

V. Ex^a pode continuar. Muito obrigado pela interrupção.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Pois não, Presidente. Pesquisas ao Sistema Integrado de Administração Financeira, o Siafi, mostram que, desde o início do Governo Lula, os gastos de custeio cresceram 128%, três vezes a inflação do período, que foi de 41,8%, segundo o IPC-A.

O Governo alega que grande parte desse aumento é resultado de suas políticas sociais de transferência de renda e que a recuperação do poder de compra do salário mínimo, uma opção de Governo, também teria impactado diretamente as contas da Previdência, o maior item de custeio.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas sobre essas duas importantes parcelas, que explicam o crescimento dos gastos de custeio, restam por explicar incontáveis denúncias de má gestão, de fraudes e de uso eleitoreiro.

Especialmente sobre o Bolsa Família, que o Senador Jarbas Vasconcelos classificou como – abre aspas – “o maior programa oficial de compra de votos do mundo”, sobram denúncias que o Governo prefere ignorar ou rotular de elitistas ou perseguidores de pobre a quem aponta as mazelas.

Mas, Sr. Presidente, o que dizer, por exemplo, do aumento desmesurado nas despesas com diárias e locomoção? Enquanto em todo o Poder Executivo o aumento de gastos com diárias e passagens foi da ordem de 53% – pouco acima da inflação, que, como já disse, foi de 41,8% no período –, na Presidência

da República, o aumento foi de 224%. Vejam a discrepância!

Sr. Presidente, experimente consultar especialistas independentes em contas públicas. V. Ex^a não encontrará um sequer que defenda a manutenção, que dirá a escalada, dos gastos governamentais com o perfil atual.

Como alerta a professora Margarida Gutierrez, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, enquanto os demais países buscam aumentar seus investimentos como estratégia para enfrentamento da crise, o Brasil parece querer enfrentá-la com gastos crescentes de custeio. Há que conter o crescimento da máquina pública.

É incompreensível, por exemplo, que a reforma do Judiciário – que se pretendia instrumento de modernização do Poder Judiciário e que teve como maior protagonista, inicialmente, este Senado Federal – tenha ensejado a criação, no organograma do Ministério da Justiça, de uma Secretaria de Reforma do Judiciário. Tenha paciência!

Segundo aquele Ministério, foi a criação de órgãos como esse, além da ampliação de outros, a causa do aumento expressivo dos gastos daquela pasta.

Outros Ministérios alegam que o aumento se deve a “aplicação de recursos em atividades finalísticas, na expansão de serviços à população” (serviços que não são explicitados) “ou a ações pós-investimentos” (seja lá o que isso signifique).

Senhores, falta gestão. Falta saber para onde vai o dinheiro público. Só assim será possível qualificar a despesa, só assim será possível priorizar o que é urgente, cortar o que é supérfluo ou o que, mesmo sendo necessário, pode ser adiado.

Definitivamente, não será economizando o corte das unhas presidenciais ou o batom da Ministra Dilma que sobrar dinheiro para investimentos, até porque esses não são gastos a serem custeados pelo Erário.

Insisto que o Governo precisa cortar gastos. Não basta o Presidente, por vezes timidamente, em outras ocasiões, de forma histriônica, admitir que cortes possam ocorrer. Ele precisa promovê-los.

Sr. Presidente, o outro assunto que me traz à tribuna e que, pela exiguidade do tempo, abordarei resumidamente é a Reforma Tributária, que a Câmara discute e que poderá chegar a esta Casa – poderá, não sei se chega – neste ano.

Em que pesem os aspectos positivos do substitutivo do Relator, Deputado Sandro Mabel, a proposta do Governo não simplifica, não moderniza e, principal-

mente, não torna menos injusto com Estados e Municípios o Sistema Tributário Nacional.

Mantida a proposta que vem da Câmara, a Bahia, por exemplo, seria fortemente atingida, e as contrapartidas com que o Governo acena para mitigar os prejuízos se mostram modestas e, pior, ineficazes.

É minha expectativa que o Senado Federal possa discutir essa reforma com profundidade. É fundamental que tratemos o tema sem açodamento, a despeito das pressões, que certamente virão, para que a aprovação se dê rapidamente, sob o argumento da urgência, que impediria, inclusive, um retorno à outra Casa do Legislativo, que, de outra maneira, é certo. Se nós tivermos que modificar, vamos modificar sim! É bom sempre lembrar que o Senado Federal representa a Federação e tem muito com o que colaborar.

Em 2008, nós, da Comissão de Assuntos Econômicos, aprovamos uma proposta da Subcomissão de Reforma Tributária, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, e com o relatório do eminente Senador Francisco Dornelles. A proposta do Senador Dornelles moderniza o Sistema Tributário Nacional, desonera investimentos, extingue cumulatividades, simplifica o sistema atual e, principalmente, propõe mudanças que não ignoram as diferenças regionais existentes.

Srs. Senadores, como eu disse, esse é um assunto extremamente importante e que diz respeito a todos nós, Senadores da República.

Por isso, pretendo retornar a ele, especialmente quando a matéria estiver próxima de chegar ao Senado Federal, vinda da Câmara.

Antes de finalizar, Presidente, quero registrar e lamentar a decisão recente do Presidente Lula de utilizar, sem nenhum planejamento, o Banco do Brasil como linha auxiliar da Caixa Econômica no financiamento de habitações populares. Sua Excelência não poderia ignorar que, apenas recentemente, o Banco do Brasil entrou no segmento habitacional e que, ao contrário da Caixa, o Banco tem ações negociadas em bolsa de valores e tem acionistas a dar satisfações. E, hoje, todos os acionistas do Banco do Brasil são acionistas ordinários. Quer dizer, têm direito a voto.

Para finalizar, lembro aqui um ponto: o Banco do Brasil, quando se arvorou a entrar nas faixas mais baixas de renda, com a experiência do Banco Popular, teve um experiência desastrosa. Então, nós temos que ter cuidado quando o Banco do Brasil for entrar no financiamento habitacional para a baixa renda, porque

a saúde econômico-financeira do Banco não pode ser comprometida.

Então, chamamos a atenção do Senado, da Comissão de Assuntos Econômicos, para acompanhar esse assunto, porque merece toda a atenção nossa, já que o Banco do Brasil não pode ser utilizado de forma não criteriosa para financiamento de habitações de baixa renda. Temos que ter esse cuidado, porque o Banco do Brasil capta recursos do público para emprestar, então ele não pode comprometer sua saúde econômico-financeira. Com isso, nós não queremos dizer que ele não deva trabalhar com setores mais populares; porém, o Governo terá que tomar medidas para proteger o Banco do Brasil de operações que poderão ser desastrosas para o Banco.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Júnior, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o ilustre Senador Romeu Tuma.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a honra de, em nome dos companheiros que estão aqui, saudar o nosso Senador Hugo Napoleão, aqui presente. Até alguém me ligou pedindo-me para identificar o nobre Senador, pensando que fosse um norte-americano que estivesse conversando com o Senador Mão Santa. E eu estou identificando V. Ex^a, Senador Hugo Napoleão, ex-Governador do Piauí, muito querido pela Casa, uma referência muito positiva deixada pelo seu excelente trabalho. Realmente, V. Ex^a, pelo seu porte físico, pode ser confundido com um norte-americano, mas é um norte-americano do Piauí, como esta Casa é bem honrada aqui.

Depois, Sr. Presidente, só para deixar bem claro para quem está nos assistindo...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Só um minutinho, é sobre o mesmo assunto.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Quero dizer do gáudio de ver esse diálogo ianque-piauiense entre o Senador Mão Santa e o Senador Hugo Napo-

leão, que mostra que o Piauí está engrandecido com a presença de V. Ex^a neste recinto.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Mas, Sr. Presidente, só para esclarecer àqueles que estão nos assistindo, as Comissões não estão funcionando não por culpa da Mesa, mas sim por decisão única e exclusiva dos Senadores que as compõem. Se há alguma discussão sobre quem será eleito ou não Presidente, sobre o partido que vai indicar ou não, ela não impede o andamento das reuniões das Comissões. Essa é uma questão.

A outra é sobre a Ordem do Dia em nossas sessões. Queremos elogiar o Presidente Sarney, exatamente porque está cumprindo rigorosamente o Regimento, começando a Ordem do Dia às 16 horas. Isso dá à Casa uma sensação de organização e de regras a seguir.

Estamos aqui, Democratas, PSDB e outros partidos, mas não vemos a base do Governo aqui representada. Ainda há pouco, vimos o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, sozinho. Um general sozinho. Estão faltando os seus comandados, os seus liderados, para podermos dar andamento à nossa sessão.

Então, quero, Senador Jucá, parabenizar V. Ex^a por sua presença, religiosamente, nesta Casa. V. Ex^a está de parabéns, mas precisamos fazer uma notificação aos seus liderados para que compareçam, principalmente o PT.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senador Papaléo, apenas para fazer uma observação. Como não há guerra, é período de confraternização, basta o general. Não precisa de soldados quando não há guerra. Agora, registro que vamos instalar as Comissões *pari passu* com a Câmara, na data marcada, dia 3 de março, exatamente da mesma forma como a Câmara marcou. Portanto, os entendimentos estão caminhando. No dia 3 de março, instalaremos todas as Comissões permanentes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Mas aconselho o general a nunca andar só, porque, de repente, pode ter minas pelo seu caminho.

Senador Mão Santa, muito obrigado. Também quero parabenizar V. Ex^a por ter recebido a visita especial do Senador Hugo Napoleão, ex-Governador do Piauí, um elegante piauiense, que é bem querido aqui nesta Casa.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, pacientemente está aguardando. E nós queremos saudar a todos os ex-Senadores que aqui passaram: os Senadores Hugo Napoleão, Odacir Soares e o ex-Senador de Pernambuco, Ney Maranhão. As saudações da Mesa Diretora.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bons Senadores que por aqui passaram e deixaram sua marca.

O Senador Hugo Napoleão foi o meu líder durante um bom período, um homem eticamente perfeito, correto, elegante. O Senador Papaléo tem razão em saudá-lo. Quero endossar todas as palavras de S. Ex^a, até porque, de origem diplomática, ele se comporta como um diplomata aqui nesta Casa; e, como líder do antigo PFL, ao qual servi sob sua liderança, sempre respeitava os companheiros nas decisões e nas reivindicações que procuravam o seu apoio.

Esperamos que o senhor volte para cá, e espero voltar junto, se Deus quiser. E que Deus abençoe o senhor e a sua esposa, durante esse trabalho tão importante que vem desenvolvendo fora da Casa. Mas, aqui, acho que é sempre a nossa Casa, permanentemente, depois que assumimos a cadeira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus querido amigos, ocupo a tribuna do Senado Federal hoje para manifestar a minha imensa preocupação com os rumos atuais do debate popular, promovido por nossas lideranças políticas e membros da sociedade civil organizada, em defesa da liberação ou não do uso da maconha.

Na qualidade de cidadão brasileiro que dedicou toda sua vida profissional ao combate de qualquer espécie de droga que cause dependência física ou psicológica a seus usuários, Senador Mão Santa; com a experiência parlamentar de atuação em praticamente todas as discussões promovidas no âmbito do Congresso Nacional, ou fora dele, nas últimas décadas, bem como a participação ativa em comissões, seminários, debates, grupos de estudos, fóruns relacionados à matéria, no Brasil e no exterior, sinto-me um conhecedor privilegiado do assunto.

Tenho plena consciência dos danos que o consumo de substâncias entorpecentes causa no organismo humano, não apenas sobre o aspecto físico, mas também no âmbito psicológico, este, sim, muito devastador ao ser humano, porque engloba regiões do cérebro humano ainda pouco exploradas pela ciência médica. Sei que aqui há alguns médicos, que têm um conhecimento muito mais profundo que o meu, como o Senador Mozarildo, com quem iniciamos uma conversa

a respeito, e espero prolongar essa conversa para buscarmos um coeficiente que dê realmente uma linha de conduta nesse assunto tão importante que está sendo tratado fora do Congresso, nas páginas de revistas e em outras reuniões.

Repito: tenho plena consciência dos danos que o consumo de substâncias entorpecentes causa no organismo humano – até porque tenho um filho neurologista, médico como V. Ex^a, Senador Mozarildo, e ele tem alertado sobre alguns danos graves.

Assisti ao Dr. Raul Marino, um médico neurocirurgião, que foi professor-diretor do Centro de Psiquiatria da Universidade de São Paulo, quando era Ministro o Delfim Neto, fazer uma reivindicação de financiamento para desenvolvimento de tecnologia de cirurgia de cérebro, para tentar retirar a área que estava facilitando o abuso e o consumo de drogas. Foi uma cirurgia que praticamente ninguém aguentou ver dois minutos, porque, além de abrir o crânio da pessoa, tinha que, através de engenheiros de computação, identificar a área do cérebro que provocava essa dependência.

Então, é uma coisa grave, e vem sendo estudado há muitos anos como evitar que as pessoas continuem na dependência e como recuperá-las.

Casou-me estranheza a conclusão do relatório apresentado pela Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, da Organização das Nações Unidas (ONU), na última reunião de cúpula, realizada nas dependências do Hotel Intercontinental, em São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro, no último dia 12 de fevereiro, que propôs a liberação imediata do uso da maconha para consumo.

Sabemos o que o Rio de Janeiro tem passado, Senador Mozarildo, com os confrontos de gangues que fazem o tráfico de drogas e que lutam pelo consumidor. É pelo cliente que eles lutam e se destroem e matam e tantas outras coisas horríveis que têm acontecido.

A justificativa apareceu como alternativa viável para erradicação das questões relacionadas ao consumo ilegal de substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psicológica no Brasil.

Pois não, Senador.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Tuma, como estávamos conversando antes, V. Ex^a está abordando um tema que, por exemplo, eu, particularmente, como médico, sou contrário, neste momento, a que se pense na liberação da maconha ou de qualquer outra droga. Na verdade, falou-se sobre a maconha, que é tida, por todos os médicos...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Como droga leve.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Sim, como uma droga leve. Na verdade, eu me lembro também de uma conversa que tive com o Senador Jefferson Péres – ele era homem que se debruçava muito sobre essas questões éticas –, de que, realmente, o combate puro e simples às drogas, em si, não tem sido, ao longo do tempo, eficaz. E a gente tem um exemplo nos Estados Unidos: à época da proibição do consumo de **whisky**, a Lei Seca, o que proliferou? O contrabando, e a máfia ganhou corpo. Não se deixou de consumir o álcool. Então, embora eu tenha consciência, como médico, do mal que faz o álcool, o cigarro, as drogas, de modo geral, começando pela maconha, que é considerada mais leve, acho que nós temos de discutir essa questão realmente. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando colocou isso, o fez de uma maneira muito séria, para que a gente veja se vale a pena, por exemplo, discutir: libera-se? Como liberar? Só tem sentido liberar se for no mundo todo, senão, transforma-se o Brasil em um paraíso dos consumidores de droga.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Um depósito.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Então, V. Ex^a está colocando aí esse debate, com sua experiência de policial, que conhece o outro lado da coisa e que tem um filho, como V. Ex^a falou, neurologista. Pois bem, eu acho que esse debate realmente tem de ser feito, de uma maneira bem transparente e clara, para que a gente encontre um caminho que ponha fim a essa história permanente de que os Estados Unidos, o maior consumidor de droga, gasta fortunas no combate às drogas aqui em nosso quintal, vamos dizer – na Colômbia, no Peru, no Brasil, etc. Então, eu quero dizer a V. Ex^a que estou à disposição para que a gente possa discutir, ampliar e ouvir mais gente.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, o problema dos Estados Unidos tem uma história interessante. Quando eu estava na Polícia Federal, os Estados Unidos rotulavam os países produtores e de trânsito como responsáveis; eles se diziam vítimas, porque tinham o consumo. Então, quando houve a morte de três policiais do DEA (Departamento Antidrogas), eles disseram que também tinham as mãos sujas de sangue, que o dólar é que financiava praticamente toda essa superempresa que é o tráfico internacional de drogas. Então, passou a ter um equilíbrio diferenciado. E hoje a dedicação dos investimentos tem de ser para recuperação e para conscientização contra o uso. A perseguição policial tem uma visão de ser contra a

organização criminosa que pratica uma série de delitos. Mas o Estado tem de providenciar a recuperação, o tratamento e campanhas sérias, demonstrando que o consumo de drogas não é saudável para a própria juventude, para a sociedade civil.

A Marisa Serrano, há pouco, disse em seu discurso que ela não entendia por que cinquenta jovens, originários de família de classe média para cima, estavam envolvidos com tráfico de drogas.

Será que eles queriam dinheiro? Acho que mais voltados para terem dinheiro para consumo de drogas. Aproveitando aqueles que com eles convivem e que querem a droga, eles montaram um esquema para fazer esse tipo de mobilização. Provavelmente, poderemos obter uma informação mais segura na própria Polícia Federal.

Sr. Presidente, depois vou pedir que seja dado como lido. Fernando Henrique Cardoso, Cesar Gaviria, da Colômbia, e Ernesto Zedillo, do México – eu havia dito que era da Colômbia –, propuseram essa discussão para a liberação da maconha. Sabemos que a maconha é a porta de entrada para drogas mais pesadas. Quem usa uma droga, não sentindo mais que ela tem o efeito desejado, Senador Crivella, vai para uma droga mais pesada, vai para o *crack*, para a cocaína e para as drogas sintéticas que são vendidas nas farmácias praticamente sem nenhuma fiscalização.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Romeu Tuma, ninguém melhor do que V. Ex^a, nesta Casa, para tratar do assunto das drogas.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a, à frente da Polícia Federal, prestou um relevante serviço a este País, tanto que, com a graça de Deus e a força do povo, foi eleito Senador por seu bravo Estado, pelo povo de São Paulo. V. Ex^a diz, com todas as letras de cada palavra, com todas as palavras de cada frase e com todas as frases de cada parágrafo, que não é por aí que nós vamos melhorar a situação do nosso povo, liberando a maconha. V. Ex^a está coberto de razão. O Presidente Fernando Henrique, numa entrevista infeliz, perdoe-me, diz assim: “Mas as políticas de repressão falharam”. Ora, se for para raciocinar assim, temos de adotar um procedimento análogo, por exemplo, para o roubo, para o furto, para o homicídio, furto de automóveis porque está subindo tudo. No meu Estado, por exemplo, Senador, temos 320 mil delitos

por ano, 80 mil furtos com arma. O roubo, 60 mil; roubo de carro, 50 mil. Agora, nós não podemos parar de combater senão vai piorar. Então, estou aqui apenas para extravasar o meu sentimento de solidariedade ao pronunciamento de V. Ex^a, com a lucidez, com a calma que a experiência da vida de quem esteve frente a frente com os olhos do inimigo, com a bandidagem. V. Ex^a, então, faz um pronunciamento que muito me alegra. Essa voz lúcida, essa voz calma, essa alma doce, essa experiência, que não se compra com dinheiro, nem se aprende na escola, nem se herda dos pais, isso é fruto de vivência, V. Ex^a tem mais que nós todos juntos. inclusive que o Presidente da República. V. Ex^a nos ensina e nos aponta o caminho correto, que é o combate, que é o tratamento, que é o exemplo da família, que é a fé em Deus, mas nunca, jamais, em tempo algum, se cogitar em liberar drogas que são, como V. Ex^a disse, o primeiro passo para que amanhã o infortúnio invada os lares e vitime a nossa juventude já tão sofrida com o desemprego aqui no Brasil. Muito obrigado Sr. Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado.

Sou testemunha, Senador, do sofrimento de V. Ex^a em sua campanha, com o projeto de atendimento da população de um morro no Rio de Janeiro. V. Ex^a foi hostilizado violentamente, porque o tráfico não admitia que V. Ex^a ficasse presente na busca de uma solução melhor para a sociedade local.

E o que acontece, infelizmente? Como o Estado, às vezes, está ausente na área em que a população precisa de apoio, de assistência médica, de escola, isso é substituído pelo tráfico de drogas. Então, fica como herói do jovem do morro – não estou fazendo acusação ou querendo diminuir quem mora no morro, porque a grande maioria é gente de bem – aquele que, às vezes, dá uma gorjeta para o policial não incomodá-lo no tráfico. Então, o herói dele é o traficante, que lhe dá um brinquedo, paga o médico da mãe. Então, essa coisa de confronto entre autoridade constituída e autoridade admitida no tráfico de drogas é uma coisa terrível que tem de ser combatida, que não dá para tolerar.

Agora, com relação à parte que foi feita da nova lei de drogas, a grande preocupação foi com o usuário. Ele não é mais uma pessoa criminosa...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – ... em termos reais, de ficar na prisão. O Estado tem a obrigação de recuperá-lo, de fazer tratamento. O SUS tem de se movimentar, para fazer com que essa parte seja realmente atendida, com campanhas permanentes, não isoladas

ou de forma repentina, quando se faz uma campanha contra as drogas e, depois, somem.

Eu acho que esse casamento – o Senador Mozarildo tem razão – nós temos de discutir. Qual é o melhor caminho para evitar o consumo, Dr. Augusto. Vocês são médicos e, infelizmente, eu estou falando aqui de ação de polícia, não de ação médica, mas, provavelmente, elas tenham de se somar para se poder alcançar o ideal nesse tratamento.

Eu peço desculpas, Presidente, e pediria que, se V. Ex^a pudesse determinar a publicação de todo o discurso, inclusive homenagear o Presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem eu fui Líder dele nesta Casa...

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Tuma...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pois não.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Tuma, eu vinha ouvindo o discurso de V. Ex^a e quis fazer este aparte porque esta Casa respeita as suas posições em relação a esses assuntos, principalmente pela sua formação e pelo seu conhecimento.

Como médico, também, a minha posição atual é a de ser contra essa liberação, apesar de o Jefferson Péres ter avisado várias vezes que deveria haver uma disposição...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Só uma coisa, não vou comentar o seu aparte, mas há uma angústia muito grande porque há aí um risco sobre o qual a gente tem de pensar, porque pela falência do Estado por não conseguir combater o tráfico e crescer a corrupção, o Estado prefere liberalizar, porque aí não há o comprometimento moral, o que é a falência do Estado. Nós temos de tomar cuidado e não permitir que o Estado decrete a sua falência por incapacidade de combater o tráfico e o consumo.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Essa é uma iniciativa que não pode ser só de um País, Senador, porque não adianta liberar aqui e não liberar do lado.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – O senhor veja a Holanda.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – É, vejo o sofrimento por que lá estão passando.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – A Holanda fez e hoje os países estão fazendo uma pressão enorme em torno dela, porque virou um depósito de venda de droga para os países vizinhos. Desculpe.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Exato. É um assunto para a gente discutir, em torno justamente disso. Mas pedi o aparte apenas para me

congratular com V. Ex^a sobre a sua posição, o seu pronunciamento. É um assunto que deve ser pensado nas famílias do Brasil, nas Casas Legislativas. Mas deve ser uma solução mundial, ela não pode ser de apenas um País, para que não fique igual à Holanda, como bem frisou V. Ex^a em seu pronunciamento. Muito obrigado, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, sempre atento e gentil comigo.

Senador Mozarildo, por acaso recebi o primeiro levantamento nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira, feito pelo Senado. Vou pedir licença para juntá-lo ao meu pronunciamento, não vou lê-lo por inteiro, porque a campanha já me chamou a atenção por três vezes.

Eu até não sabia que já existe um novo produto oriundo da maconha, o **shunk**. Ele é superpoderoso, muito mais forte que a maconha; ou a supermaconha, como é chamada, que já está no exterior e provavelmente poderá ser fabricada no Brasil com o extrato do THC, produto da maconha.

Agradeço os apartes e peço a V. Ex^a que ele seja publicado por inteiro.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.)

AUMENTO DOS DISCURSOS PÚBLICOS A FAVOR DA LIBERAÇÃO DO USO DA MACONHA DE AUTORIA DE DIVERSAS AUTORIDADES PÚBLICAS E LÍDERES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Exm^o Sr. Presidente, Exm^{os} Srs. Senadores, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, ilustres brasileiros e brasileiras, ocupo a Tribuna do Senado Federal, hoje, para manifestar a minha intensa preocupação com os rumos atuais do debate popular, promovido por nossas lideranças políticas e membros da sociedade civil organizada, em defesa da liberação ou não do uso da maconha.

Na qualidade de cidadão brasileiro que dedicou toda sua vida profissional ao combate de qualquer espécie de droga que cause dependência física ou psicologia a seus usuários.

Com a experiência parlamentar de atuação em, praticamente, todas as discussões promovidas no âmbito do Congresso Nacional, ou fora dele, nas últimas décadas, bem como a participação ativa em comissões, seminários, debates, grupos de estudos, fóruns relacionados à matéria, no Brasil e no exterior, sinto-me um conhecedor privilegiado do assunto.

Tenho plena consciência dos danos que o consumo de substância entorpecente causa no organismo humano, não apenas sobre o aspecto físico, mas, também, no âmbito psicológico, este sim muito devastador ao ser humano porque engloba regiões do cérebro humano ainda pouco explorada pela ciência médica.

Casou-me estranheza e perplexidade, a conclusão do relatório apresentado pela Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, da Organização das Nações Unidas, ONU, na última reunião de cúpula, realizada nas dependências do Hotel Intercontinental, em São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro, no último dia 12 de fevereiro, que propôs a liberação imediata do uso da maconha para consumo.

A justificativa apareceu como alternativa viável para a erradicação das questões relacionadas ao consumo ilegal de substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psicológica no Brasil.

Na ocasião, a proposta teve o apoio dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, César Gaviria (Colômbia) e Ernesto Zedillo (México).

Para defender a liberação do uso da maconha, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso argumentou que descriminalização ao uso da maconha, não significa “tolerância” com o consumo do entorpecente.

Disse, ainda, aquele líder político que o uso da maconha tem um impacto negativo sobre a saúde, mas inúmeros estudos científicos demonstram que o dano causado por esta droga natural é similar aos do álcool e do tabaco.

Tal afirmativa é um absurdo, principalmente quando se tem ciência que os índices de consumo de bebidas alcoólicas entre a população brasileira, principalmente entre crianças, adolescentes, e jovens de uma maneira geral, são alarmantes, de acordo com os dados estatísticos do “II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil”. Estudo elaborado pela Secretaria Nacional Antidrogas/SENAD, do Poder Executivo Federal, em parceria com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas/CEBRID, da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP.

O teor daquele preciso levantamento estatístico pode ser conferido no sítio www.senad.gov.br

Nesse diapasão, também deve ser considerado que o consumo de tabaco é problema grave de saúde nacional, cujas políticas públicas de conscientização, combate e tratamento dos efeitos do tabaco, vem, obtendo um sucesso apenas razoável.

Os gastos no tratamento dos dependentes de álcool e tabaco, no sistema de saúde pública, crescem vertiginosamente a cada ano e consomem os poucos recursos públicos da área.

Nobres Pares do Senado da República, Vossas Excelências imaginem os problemas de saúde pública que serão agravados com a liberação do uso da maconha.

Por outro lado, estudos promovidos pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, SENAD, mais precisamente do Observatório Nacional de Políticas sobre Drogas, OBID, do Poder Executivo Federal, revelam que o consumo da maconha não é, assim, tão inofensivo como faz crer os ardorosos defensores da liberação do consumo daquela droga.

A maconha é o nome dado a uma planta conhecida cientificamente como **cannabis sativa lineu**, sendo o THC – tetrahydrocannabinol – a substância produzida pelo vegetal, sendo a principal responsável pelos efeitos psíquicos daquele entorpecente no organismo humano.

O THC é metabolizado no fígado, sendo lipossolúvel, ou seja, solúvel em lipídios (gordura, e não em água), de modo que a substância fica armazenada no tecido adiposo, o que prolonga o efeito nocivo no organismo humano.

Os efeitos provocados pelo THC atuam no sistema nervoso central humano e o uso crônico da droga está associado a problemas respiratórios graves, considerando o alto teor de alcatrão ali existente, sendo suas conseqüências danosas mais eficientes das do tabaco.

O consumo da maconha em excesso produz hipertensão, asma, bronquite, cânceres, doenças cardíacas e doenças crônicas obstrutivas das vias respiratórias.

Ao longo dos anos, os grandes traficantes e produtores da droga vêm desenvolvendo, em laboratório, sofisticadas técnicas de seleções e cruzamento genético das várias espécies de plantas de maconha que possuem maior concentração de THC:

Em 1960, o teor medido de THC era de 1,4%; em 1980, variava de 3,5%; em 1990, a média ultrapassou 4,5%.

Hoje em dia, surgiu uma nova variedade de maconha, o skunk ou supermaconha, que é produzida em laboratório com variedades do cânhamo, que é um dos tipos da planta da maconha.

O skunk tem alto teor de tetrahydrocannabinol, com o princípio ativo da maconha superior em até 33% daquela substância química, em relação à maconha comum. Seus efeitos são dez vezes mais potentes

que os erva natural. No Brasil, segundo a pesquisa, o consumo do skunk cresce vertiginosamente.

Imaginem, Excelentíssimos Senhores e Senadoras Senadores e Senadoras da República: a liberação do uso da maconha trará como conseqüência imediata a legalização do skunk e todos os efeitos devastadores da droga para a sociedade brasileira.

Proponho que o debate mude de foco e inclua a conscientização social sobre o malefício que o uso da maconha trás ao ser humano, mesmo a erva comum, porque é porta de entrada para o consumo de outras drogas mais pesadas, como, por exemplo, LSD, cocaína, haxixe, CRACK e outras drogas pesadas, mais devastadoras ao organismo humano.

Estudos especializados revelam que a maconha é a droga ilícita mais consumida no mundo, sendo por intermédio dela que crianças e adolescentes ingressam e avançam no devastador mundo das drogas.

O fácil acesso e o preço relativamente baixo da maconha, em relação às outras drogas sintéticas, são considerados como principais atrativos para o consumo daquele entorpecente.

No Distrito Federal, onde estão localizados todos os Poderes da República Federativa do Brasil, o consumo de maconha cresce a cada ano.

Tomando como base, apenas os dados estatísticos da Polícia Federal do Distrito Federal, até meados de 2007 foram apreendidos 1.348 quilos da droga e 36 pessoas envolvidas no tráfico. Em 2006, ano em que foram apreendidos 1.954 quilos. Já em 2005, a PFDF recolheu 498 quilos de maconha, o que mostra o aumento significativo da entrada da droga no DF.

O efeito do aumento de consumo de droga no Distrito Federal já releva conseqüências nefastas na saúde pública, pois, segundo pesquisa realizada pela Secretaria Nacional Anti-Drogas (Senad), em 2005, dos 633 entrevistados, entre jovens e adultos, somente na região Centro-Oeste, incluindo o DF, 7,8% consomem maconha e 0,6% são dependentes da droga. Em primeiro lugar no ranking está o álcool e o cigarro, com 10,6% do total.

A Secretaria de Saúde do DF aponta que, em 2006, dos alunos da rede pública que usam drogas (exceto álcool e tabaco) com freqüência, 2,1% são dependentes de solventes, 0,6% de ansiolíticos, 0,6% de anfetaminas, 0,5% de maconha e 0,3% de cocaína.

A maioria dos jovens que decide experimentar a maconha é convencida pelo argumento de que trata-se de um produto natural e por isso não tem o mesmo efeito destrutivo das drogas sintéticas ou da cocaína.

É o início de um caminho que, na maioria esmagadora das vezes, não tem volta.

Especialistas afirmam que o problema não é o consumo da maconha, em si, o ambiente propício e a facilidade para consegui-la, sem que o usuário sofra qualquer tipo de constrangimento na aquisição da erva. Dizem também que, onde tem maconha tem drogas de todos os tipos e isso é o que induz o usuário a consumir outras coisas.

A sociedade brasileira e, principalmente, a família não deve apoiar os discursos demagogos de liberação do uso da maconha.

É preciso a conscientização da população brasileira sobre os efeitos maléficos que o consumo de qualquer tipo de droga trás ao organismo humano.

Para finalizar, informo a Vossas Excelências que temos conhecimento de que várias organizações da sociedade civil brasileira estão produzindo uma declaração contundente, que pretende ir mais longe do que aquela lançada pela Comissão Latino-americana de Drogas e Democracia, na defesa da liberação não apenas do uso da maconha, mas, também de outras drogas ilegais.

Proponho, pois, a abertura urgente de um debate no Congresso Nacional para “barrar” o movimento especulativo que tem como objetivo a liberação do uso da maconha, pois não sei que interesses escusos estão a patrociná-lo.

Possuo em mãos uma exemplar periódico “Caderno Brasília Hoje”, edição de 15 a 21/02/2009, com reportagem altamente esclarecedora sobre a

invasão do crack em Brasília, DF. onde o consumo não está restrito apenas aos “guetos” da Capital Federal, avançando, também, sobre a classe média e média alta.

O crack trás efeitos devastadores sob o organismo de seu usuário, ainda que o consumo seja eventual, principalmente ao cérebro humano.

Neurologistas afirmam que importantes áreas cerebrais ficam comprometidas com o consumo contumaz de substâncias entorpecentes, pois as células de determinadas áreas do cérebro humano não se regeneram, mesmo com tratamento especializado.

Estuda-se, inclusive, na área médica, a possibilidade do dependente químico, doente grave, submeter-se a uma neurocirurgia onde seria trabalhada a área do cérebro humano responsável pela dependência química.

Excelentíssimos Senhores e Senhoras: A que ponto a sociedade pretende chegar: Submeter o indivíduo a um procedimento cirúrgico de alto risco para livrá-lo de uma dependência química!

Melhor seria, engrossar, imediatamente, com o apoio da sociedade civil e, principalmente, das famílias brasileiras, as fileiras daqueles que não admitem, sob nenhuma hipótese, a liberação do uso da maconha.

Muito obrigado!

Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2009.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

**I LEVANTAMENTO NACIONAL
SOBRE OS PADRÕES DE
CONSUMO DE ÁLCOOL
NA POPULAÇÃO BRASILEIRA**



GOVERNO FEDERAL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República
José Alencar Gomes da Silva

**Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
e Presidente do Conselho Nacional Antidrogas**
Jorge Armando Felix

Secretário Nacional Antidrogas
Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa

Diretora de Políticas de Prevenção e Tratamento
Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte

Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Secretaria Nacional Antidrogas

**I LEVANTAMENTO NACIONAL
SOBRE OS PADRÕES DE
CONSUMO DE ÁLCOOL
NA POPULAÇÃO BRASILEIRA**

Elaboração, redação e organização
Ronaldo Laranjeira
Ilana Pinsky
Marcos Zaleski
Raul Caetano

Revisão Técnica Científica
Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte

Brasília, DF
2007

APRESENTAÇÃO

Do uso social ao problemático, o álcool é a droga mais consumida no mundo. Segundo dados de 2004 da Organização Mundial de Saúde (OMS), aproximadamente 2 bilhões de pessoas consomem bebidas alcoólicas. Seu uso indevido é um dos principais fatores que contribuem para a diminuição da saúde mundial, sendo responsável por 3,2% de todas as mortes e por 4% de todos os anos perdidos de vida útil. Quando esses índices são analisados em relação à América Latina, o álcool assume uma importância ainda maior. Cerca de 16% dos anos de vida útil perdidos neste continente estão relacionados ao uso indevido dessa substância, índice quatro vezes maior do que a média mundial.

O II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, promovido pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) em 2005, em parceria com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), aponta que 12,3% das pessoas pesquisadas, com idades entre 12 e 65 anos, preenchem critérios para a dependência do álcool e cerca de 75% já beberam pelo menos uma vez na vida. Os dados também indicam o consumo de álcool em faixas etárias cada vez mais precoces e sugerem a necessidade de revisão das medidas de controle, prevenção e tratamento.

Outros estudos nacionais e internacionais têm demonstrado a ocorrência significativa de mortes e doenças associadas ao uso indevido de álcool. Relatos de violência doméstica, lesões corporais, tentativas e homicídios consumados, assim como outras situações de conflitos interpessoais, são cada vez mais evidentes em contextos nos quais o álcool se faz presente.

O governo brasileiro, ciente dessa realidade, iniciou um processo de construção de sua política pública para o álcool. Nesse sentido e com o objetivo de garantir o espaço de participação social para a discussão de tão importante tema, instalou, por meio do Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), a Câmara Especial de Políticas Públicas sobre o Álcool (CEPPA), composta por diferentes órgãos governamentais e representantes da sociedade civil, nascida a partir dos resultados de um Grupo de Trabalho Intermistrial (GTI), coordenado pelo Ministério da Saúde, no ano de 2003.

Em novembro de 2005, o Brasil promoveu e financiou integralmente a 1ª Conferência Pan-Americana de Políticas Públicas para o Álcool. Com o apoio institucional da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), essa conferência reuniu representantes governamentais de 26 países, que discutiram o impacto causado pelo uso indevido de álcool na saúde e na segurança das populações da região pan-americana, culminando com a elaboração da Declaração de Brasília de Políticas Públicas sobre o Álcool. Este documento, consenso entre os participantes, aponta entre suas recomendações que políticas baseadas em evidência sejam implementadas e avaliadas por todos os países das Américas.

É neste contexto que o CONAD, órgão central do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e responsável pela Política Nacional sobre Drogas (PNAD), apresenta os resultados deste I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira, um projeto que vem-se desenvolvendo desde o início de 2003, numa renovada parceria entre a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e a UNIFESP, desta vez com a Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD), em colaboração com a Universidade do Texas e com a Organização Mundial da Saúde, por meio do Projeto Genais.

Sem sombra de dúvidas, este estudo, aliado a outras pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo governo, representa um grande passo no processo de construção da política brasileira para o álcool. Uma política equilibrada, sem qualquer viés ideológico de fundamentalismo ou de banalização do consumo, embasada de forma consistente por dados epidemiológicos, pelos avanços da ciência e pelo respeito ao momento sócio-político do nosso país.

JORGE ARMANDO FELIX

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Presidente do Conselho Nacional Antidrogas

INTRODUÇÃO

A Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em parceria com a Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNAD) do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), realizou o I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira. O levantamento é inédito no País, não só pela abrangência dos temas abordados, mas também pela representatividade da amostra, que possibilitou uma ampla coleta de informações. Este estudo gerou um banco de dados que estará disponibilizado para consulta nos sites do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (OBID) – www.obid.senad.gov.br e da Uniad-www.uniad.org.br

Antes de descrever este estudo, seguem abaixo alguns dos principais e mais amplos levantamentos sobre o consumo de bebidas alcoólicas já realizados no Brasil.

O consumo de bebidas alcoólicas no Brasil: o que a literatura nacional aponta até o momento

Fica claro nos estudos epidemiológicos realizados até o momento que o consumo de bebidas alcoólicas no Brasil, particularmente entre os jovens, é um importante problema de saúde pública. Dados para apoiar esta afirmação têm origem em uma série de fontes, incluindo levantamentos entre estudantes (Galduróz e Caetano, 2004; Noto, 2004); pesquisas com crianças e adolescentes em situação de rua (Noto e cols., 1998; Noto e cols., 2004); dados sobre internações hospitalares (Noto e cols., 2002); e três levantamentos domiciliares conduzidos em 1999, 2001 e 2005 (Galduróz e cols., 2000; Carlini e cols., 2002; II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil., 2005). Todos estes estudos foram realizados por pesquisadores do Centro Brasileiro de Estudos sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), um centro de pesquisas da Unifesp, e vários deles financiados pela Senad.

a - Levantamentos entre estudantes de Ensino Médio e Ensino Fundamental

Até o momento, foram realizados cinco levantamentos mais amplos com essa população. Os resultados do último levantamento, do ano de 2004, mostram um uso na vida de álcool (definido como qualquer consumo em qualquer momento da vida) de 65% para todos os estudantes, com 41% das crianças da faixa etária de 10-12 anos já tendo experimentado bebidas alcoólicas ao menos 1 vez na vida. O consumo frequente de bebidas alcoólicas (definido como 6 ou mais vezes no último mês) aumentou nos quatro primeiros levantamentos e foi de cerca de 11% em 2004. Além disso, o uso pesado (definido como 20 vezes ou mais no último mês) foi de quase 7% (com um pico de quase 9% em Salvador), o que é uma razão para preocupação. Entre todas as substâncias psicotrópicas avaliadas no levantamento, o álcool apresentou a menor média de início do consumo, pouco mais de 12 anos de idade.

b - Levantamentos entre crianças e adolescentes em situação de rua

Os cinco levantamentos realizados até o momento (1987/89/93/97 e 2003) apontam que o consumo de drogas, incluindo o álcool, é bastante alto entre crianças e adolescentes de 9 a 18 anos. Para esses jovens, o álcool não apareceu como a droga favorita, mas seu consumo recente (últimos 30 dias) ainda se encontrava no patamar de 43% nas cidades pesquisadas e o consumo semanal ou diário chegava a 22% no último ano pesquisado.

c - Dados de internações hospitalares

Por meio de um acordo entre o Ministério da Saúde, o Cebriad recebeu, desde 1988, informações sobre hospitalizações em todo o País que admitem pacientes com transtornos relacionados ao consumo de substâncias psicotrópicas. Embora aproximadamente 450 hospitais devessem enviar informações sobre seus pacientes – incluindo gênero, idade e diagnóstico –, apenas cerca da metade em média (variação: 35,5%-79,6%) o fizeram. No último ano analisado, 1999, foram relatadas 44.680 admissões, das quais 84,5% referentes a bebidas alcoólicas.

d - Levantamentos domiciliares

A primeira publicação sobre pesquisa domiciliar no Brasil ocorreu em 1999 e forneceu dados sobre 24 cidades com mais de 200.000 habitantes no Estado de São Paulo. Mais uma vez, as bebidas alcoólicas ocuparam o topo da lista das substâncias psicotrópicas utilizadas. Entre os adolescentes de 12-17 anos, o uso na vida foi de 35% e 2% desses jovens relataram ter tido problemas com o consumo de álcool. Essas diferenças são um pouco menores do que as apresentadas nos levantamentos de estudantes e provavelmente são devidas às diferenças metodológicas entre as pesquisas.

Em 2001 foi publicada a versão completa do I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil em 107 cidades com mais de 200.000 habitantes, representando cerca de 39% da população brasileira. O uso na vida de álcool foi de 48% entre os adolescentes de 12-17 anos e de 73% para os jovens de 18-24 anos. Problemas relacionados ao consumo de álcool foram relatados por 4% e 10% dos entrevistados nas faixas etárias de 12-17 e 18-25 anos, respectivamente. Um artigo comparando esses dois levantamentos domiciliares (que foram realizados utilizando-se de metodologia semelhante) analisou todas as faixas etárias e concluiu que o uso na vida de bebidas alcoólicas aumentou durante os dois anos de diferença na realização dessas pesquisas. (Galduróz e cols., 2003).

Em 2005, o II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Estudo Envolvendo as 108 Maiores Cidades do País, realizado pela Senad em parceria com o Cebriad – da Unifesp (Carlini, 2006) – apontou que houve aumento de consumo de bebidas alcoólicas pela população brasileira nos últimos quatro anos.

O uso na vida de álcool foi de 54,3% entre os adolescentes de 12-17 anos e de 78,6% entre os jovens de 18 a 24 anos. Problemas relacionados ao consumo de álcool foram relatados por 5,7% e 12% dos entrevistados nas faixas etárias entre 12 e 17 anos e entre 18 e 24 anos, respectivamente.

Convergência dos estudos sobre álcool

Além das pesquisas de base populacional descritas acima, muitos outros estudos mostram que existe uma grande série de problemas no Brasil relacionados ao

consumo de álcool. Duailibi e cols. (in press) em estudo no American Journal of Public Health, mostrou que o álcool estava relacionado à violência urbana e que em Diadema, com o fechamento dos bares, houve uma substancial redução dos homicídios. Hinkly (2000) também mostrou de forma independente a relação de álcool e violência. Duailibi e cols. (in press) mostraram que mais de 20% dos motoristas em Diadema apresentavam-se alcoolizados. Romano e cols. (in press) mostraram a facilidade com a qual adolescentes conseguem comprar bebidas alcoólicas em duas cidades brasileiras.

Um aspecto importante dessa convergência de dados é que existem diferenças significativas entre homens e mulheres. Em estudo recente sobre a América Latina, do Banco Mundial (2002), foi mostrado que os homens tendem a beber mais e a ter maiores prejuízos em relação ao álcool, enquanto as mulheres sofrem mais com a violência relacionada a seu consumo. Esse relatório aponta uma série de políticas que deveriam ser implementadas para diminuir o custo social do álcool, e levar em consideração as diferenças entre os gêneros.

Esses e muitos outros estudos demonstram que o álcool é um problema de saúde pública no Brasil e que necessita de intervenções vigorosas por parte da sociedade e dos diferentes níveis de governo.

I Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira

Apesar de todos esses levantamentos apresentados acima e de vários outros que estudaram populações mais específicas, até o presente momento não existe no Brasil um retrato preciso da população geral em relação aos padrões de consumo de álcool. A atual pesquisa é importante por ser a primeira na qual o governo federal, juntamente com pesquisadores da universidade, investigou em detalhes como o brasileiro bebe, o que ele pensa sobre as políticas de bebidas alcoólicas, quais são os problemas associados com o uso do álcool no Brasil e quantos brasileiros fazem uso nocivo ou são dependentes do álcool.

Foram entrevistadas 3.007 pessoas, sendo 2.346 adultos com mais de 18 anos e 661 adolescentes entre 14 e 17 anos. Essas pessoas

foram escolhidas por meio de um método estatístico (ver explicação em detalhes na metodologia – capítulo I) que garante que as informações colhidas refletem a população brasileira como um todo.

A proposta deste livro é oferecer um panorama nacional sobre os padrões de consumo de bebidas alcoólicas do brasileiro, respondendo a perguntas como:

- Qual é o índice nacional de abstinência do consumo de bebidas alcoólicas?
- Quando os brasileiros começaram a consumir álcool regularmente?
- Quanto os brasileiros costumam beber?
- Com que frequência bebem?
- Será que esse padrão varia entre os gêneros e por região ou todos bebem mais ou menos o mesmo?
- Quantos, entre os brasileiros, apresentam problemas ao beber e quais são esses problemas?
- Quantos são dependentes de bebidas alcoólicas ou dirigem alcoolizados?

Ter informações sobre os padrões de consumo, além de eliminar mitos existentes sobre o assunto, possibilita um direcionamento para o desenvolvimento de políticas públicas, incluindo prevenção e tratamento, com resultados potencialmente mais proveitosos.

A linha divisória entre um consumo de baixo risco e o uso nocivo com graves consequências não é fácil de ser estabelecida na prática. Mas saber quantos brasileiros bebem, a frequência com que bebem e a quantidade que consomem ajudará a entender essa passagem do baixo risco para o uso nocivo. E certamente contribuirá para a elaboração de políticas públicas para reduzir os riscos e os danos do consumo excessivo.

São esses os principais propósitos da mais abrangente pesquisa brasileira sobre o consumo de álcool no País, agora divulgada. Seus achados mais importantes traçam um perfil inédito do universo daqueles que bebem.

Referências bibliográficas

Banco Mundial (2002). Gender Dimensions of Alcohol Consumption and Alcohol Related Problems in Latin America and the Caribbean.

Carlini EA, Galduróz JCF, Nappo AR e Nappo SA. (2002). I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil – 2001. São Paulo, CEBRID.

Carlini EA, et al. (2006). II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Estudo Envolvendo as 108 Maiores Cidades do País – 2005. CEBRID/SENAD.

Dualibi S, Ponicki W, Grube J, Pinsky I, Laranjeira R e Raw M. (in press). Does Restricting Opening Hours Reduce Alcohol Related Violence? American Journal of Public Health.

Dualibi S; Pinsky I; Laranjeira R (in press). Prevalência do Beber e Dirigir em Duadema – SP. Revista de Saúde Pública.

Duarte PCAV, Carlini-Corrim B (2000). Alcool e Violência: Estudo dos Processos de Homicídios Julgados nos Tribunais de Juri de Curitiba-PR, entre 1995 e 1998. Jornal Brasileiro de Dependências Químicas, 1:17-25.

Galduróz JCF e Caetano R (2004). Epidemiologia do Uso de Álcool no Brasil. Revista Brasileira de Psiquiatria, 26(Sp):3-6.

Galduróz JCF, Noto AR, Nappo SA e Carlini EA (2000). I Levantamento Domiciliar Nacional sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas – Parte A: Estudo Involvido as 24 Maiores Cidades do Estado de São Paulo, São Paulo, CEBRID.

Galduróz JCF, Noto AR, Nappo SA e Carlini EA (2003). Comparações dos Resultados de Dois Levantamentos Domiciliares sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Estado de São Paulo nos Anos de 1999 e 2001. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 52(1):43-51.

Laranjeira R e Pinsky D (2002). Avaliação da Densidade de Pontos-de-Venda de Alcool e Sua Relação com a Violência. Revista de Saúde Pública, 36:455-61.

Noto AR, Galduróz JCF, Nappo SA, Fonseca AM, Carlini CMA, Moura YG e Carlini EA (2004). Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua nas 27 Capitais Brasileiras – 2003. São Paulo, CEBRID.

Noto AR, Moura YG, Nappo S, Galduróz JCF e Carlini EA (2002). Internações por Transtornos Mentais e de Comportamento Decorrentes de Substâncias Psicoativas: um Estudo Epidemiológico Nacional do Período de 1988 a 1999. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 5(2):113-121.

Noto AR, Nappo SA, Galduróz JCF, Mattos R, Carlini EA (1999). IV Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua de São Paulo, CEBRID.

Noto AR (2004). Os Índices de Consumo de Psicotrópicas entre Adolescentes no Brasil. Em: Adolescência e Drogas, Pinsky I e Horta M (organizadores), Editora Contexto.

Romero M, Dualibi S, Pinsky I e Laranjeira R (in press). Pesquisa de Compra de Bebidas Alcoólicas por Adolescentes em Duas Cidades do Estado de São Paulo – SP. Revista de Saúde Pública.

Este capítulo tem o objetivo de descrever todos os aspectos da metodologia estatística utilizada na amostragem, os procedimentos de coleta de dados em campo, o planejamento e as soluções adotadas pelos pesquisadores e, enfim, todos os pontos relevantes que envolveram o trabalho, desde o desenho da amostra até a construção da base de dados.

Entre novembro de 2005 e abril de 2006 foram realizadas 3.007 entrevistas da pesquisa, que foi a campo em 143 municípios brasileiros, de norte a sul do País. Para garantir a confiabilidade e a representatividade dos resultados, a metodologia utilizada foi igual à de estudos similares realizados nos Estados Unidos e na Europa e também à dos estudos mais rigorosos feitos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com base na metodologia probabilística descrita abaixo, os dados mostrados nos próximos capítulos são representativos de 100% da população brasileira (com exceção da população indígena e das populações que vivem em locais de convívio coletivo, como quarteis, asilos, internatos, etc.), incluindo as áreas urbanas e rurais e todas as regiões do Brasil. Foram visitados 143 municípios brasileiros e, dentro deles, um total de 325 setores censitários. A amostra foi composta por 2.522 entrevistas com a população geral de 14 anos ou mais e uma "overcota" de 485 entrevistas com a população entre 14 e 17 anos (adolescentes), totalizando 3.007 entrevistas. Assim, do total de 3.007 entrevistas, 2.346 foram realizadas com adultos de 18 anos ou mais e 661 com adolescentes de 14-17 anos.

Abrangência da pesquisa

A amostra foi desenhada para ser representativa da população brasileira de 14 anos de idade ou mais, de ambos os gêneros, e sem exclusão de qualquer parte do território nacional, inclusive áreas rurais. Não foram incluídas na amostra populações indígenas que vivem em aldeias. A pesquisa também não abrangem residentes em território brasileiro que não falam a língua portuguesa, deficientes mentais e outros deficientes incapacitados de responder ao questionário.

Dimensionamento da amostra

O objetivo da pesquisa foi obter resultados representativos da população

brasileira. Inicialmente considerou-se uma amostra nacional de 3.000 respondentes, tendo em conta uma amostragem aleatória simples com reposição e uma prevalência de consumo de álcool de 50%. O consumo de álcool foi a principal variável de interesse da pesquisa, embora muitas outras foram consideradas. Estimou-se um erro amostral de aproximadamente 2% para um nível de confiança de 95%.

A pesquisa teve um interesse especial em relação a um grupo populacional específico: pessoas entre 14 e 17 anos completos, denominadas de adolescentes. Segundo a PNAD 2003 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE), cerca de 10% da população se encontra nesta faixa de idade, ou seja, das 3.000 entrevistas, perto de 300 seriam feitas com adolescentes. Como se considerou 300 um número muito baixo para a análise detalhada de consumo de álcool nesta faixa etária, optou-se por uma diminuição da amostra para 2.600 entrevistas e uma amostra adicional, chamada de "overcota", de 400 entrevistas somente com adolescentes. Com isso, foram cerca de 260 adolescentes entre as 2.600 pessoas da amostra normal mais 400 adolescentes da "overcota", atingindo mais de 600 entrevistas neste segmento.

Usando os mesmos cálculos aproximados apresentados acima, a amostra normal teria margem de erro de aproximadamente 2% e a "overcota" de adolescentes, de 4%, considerando que seriam obtidas as 400 entrevistas da amostra e 200 entrevistas adicionais da amostra normal, totalizando 600 entrevistas. Os cálculos de margem de erro apresentados aqui têm o objetivo de justificar o número de entrevistas definido para a pesquisa, mostrando que ele é suficiente para alcançar resultados úteis.

Desenho amostral

A amostra de 2.600 entrevistas foi sorteada de forma a ser representativa de todo o território nacional. A metodologia utilizada foi a amostra probabilística estratificada em três estágios. O primeiro estágio consiste em sorteio com estratificação dos municípios por região administrativa e porte (população total). O segundo estágio compreende o sorteio, também com estratificação, dos setores censitários dentro dos municípios.

Finalmente, o terceiro estágio é o sorteio do domicílio com o sorteio final do respondente dentro do domicílio. Como não há nenhum requisito de leitura de dados regionalmente, a amostra foi distribuída de forma a ser totalmente proporcional à distribuição populacional nos estratos considerados, ou seja, dentro dos estratos o número de entrevistas foi proporcional a sua população. Uma vez definidos os setores censitários, o que seria feita a amostra normal, a "overcota" de adolescentes também seria feita nesses mesmos setores.

A seguir, cada um desses estágios apresentado separadamente.

Primeiro estágio – sorteio dos municípios

A unidade primária amostral neste caso é o município. Assim, o primeiro passo foi a escolha aleatória dos municípios que entraram na amostra. Mas antes do sorteio dos municípios foram definidas várias etapas das quais depende o número de municípios a serem sorteados, como o número de setores censitários, o número de entrevistas por setor, etc.

Com base em experiências com outros estudos, definiu-se que um setor censitário sorteado deveria ter em média 8 entrevistas da amostra normal mais 1 ou 2 entrevistas da "overcota" de adolescentes. Para conseguir 2.600 entrevistas na amostra normal, supondo em média 8 por setor censitário, foram necessários 325 setores censitários. Notou-se que, tendo 325 setores espalhados pelo Brasil, seria possível conseguir uma boa cobertura do território nacional, o que também foi considerado um ponto relevante na decisão do número de entrevistas a serem feitas por setor.

Mas a unidade primária amostral não foi o setor censitário, isto é, os setores censitários não foram sorteados individualmente no primeiro estágio da amostragem. Isso ocorreria em um enorme custo de locomoção, contatando muitas partes do interior e oferecendo acesso muito restrito. A unidade primária amostral foi o município, isto é, no primeiro estágio da amostra procedeu-se ao sorteio dos municípios e, dentro deles, dos setores censitários.

Esta forma de amostragem, na qual primeiro se sorteia a unidade primária amostral, geralmente um município, e dentro dele se faz uma amostra por conglomerado, é

comum em estudos internacionais similares, como no National Health and Nutrition Examination Survey (NHANES) e no Current Population Survey (CPS), ambos nos Estados Unidos. No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) também utiliza essa amostragem.

Como se obteve um mínimo de 2 setores por município, cada grupo de 2 setores foi chamado de ponto amostral primário. Nesta etapa, em que se trata ainda de municípios, 2 setores – ou 16 entrevistas – seriam a menor unidade possível para sorteio. Portanto, haveria 163 pontos amostrais primários para sorteio (325 setores – 2 setores por ponto amostral primário). Estes pontos amostrais só não poderiam ser definidos como municípios porque alguns municípios, por sua elevada população, podem ter mais de 2 setores. Nestes casos, esses municípios teriam mais do que um ponto amostral primário. Com esses dados já seria possível calcular o número de municípios a serem sorteados.

Segundo estimativa do IBGE, o Brasil tinha em 2003 (último ano com dados disponíveis) 176.518.443 habitantes. Estes dados resultam de projeções feitas anualmente pelo IBGE e são, portanto, estimativas. Em uma amostra sistemática, com sorteio dos pontos proporcional ao tamanho da população (PPS Sampling) haveria para escolher 163 pontos amostrais primários e dentro de cada um seriam sorteados 2 setores. Ou seja, seria escolhido um ponto amostral primário a cada 1.082.935 habitantes (176.518.443 habitantes – 163 pontos). Assim, todos os municípios com população superior a esta deveriam entrar na amostra, independentemente de sorteio. Esses municípios foram chamados de municípios auto-representativos, pois eles não precisavam ser sorteados. Na Tabela 1 encontra-se a lista dos 14 municípios brasileiros que foram considerados auto-representativos.

Esses municípios juntos têm uma população de 36.668.973 habitantes, que corresponde a 67 dos 325 setores censitários sorteados. Estes 67 setores censitários foram distribuídos proporcionalmente entre os 14 municípios, como se pode ver na última coluna da Tabela 1. Restaram 258 setores censitários para serem distribuídos entre os

demais municípios do Brasil. Como cada município deveria ter 2 setores censitários, seria preciso sortear 129 municípios dentre os 5.493 restantes (258 setores - 2 setores por município). O sorteio desses 129 municípios foi feito com estratificação pelas seguintes variáveis: 5 regiões administrativas, 5 faixas de porte (número de habitantes), 5 faixas de renda e ainda o índice de urbanização.

A Tabela 2 mostra o número de municípios sorteados dentro de cada estrato de região e porte. Foi incluída na Tabela também a população em cada estrato.

Tabela 2 - Distribuição dos municípios nos estratos

Região	Porte	População	Municípios sorteados	Total de municípios
Centro-Oeste	1	1.781.232	2	295
Centro-Oeste	2	1.765.849	7	57
Centro-Oeste	3	1.782.568	2	39
Centro-Oeste	4	1.740.295	2	11
Centro-Oeste	5	1.897.313	2	4
Nordeste	1	8.641.824	8	135
Nordeste	2	8.584.236	8	411
Nordeste	3	8.565.364	8	22
Nordeste	4	8.587.273	8	96
Nordeste	5	8.662.422	8	31
Norte	1	2.168.540	2	276
Norte	2	2.173.990	2	49
Norte	3	2.138.943	2	49
Norte	4	2.246.385	2	25
Norte	5	2.226.512	2	8
Sudeste	1	10.808.851	10	1.242
Sudeste	2	10.773.637	10	264
Sudeste	3	10.731.937	10	95
Sudeste	4	10.593.568	10	40
Sudeste	5	11.176.248	10	29
Sul	1	4.577.869	4	803
Sul	2	4.506.889	4	222
Sul	3	4.573.675	4	84
Sul	4	4.475.754	4	33
Sul	5	4.727.857	4	15
Total		139.849.470	129	5.493

Tabela 1 - Municípios auto-representativos

Município	Região	População	Setores
São Paulo	Sudeste	16.677.017	14
Rio de Janeiro	Sudeste	5.974.082	1
Salvador	Nordeste	2.556.430	5
Belo Horizonte	Nordeste	2.305.874	4
Fortaleza	Nordeste	2.256.235	4
Brasília	Centro-Oeste	2.199.792	4
Curitiba	Sul	1.671.193	3
Manaus	Norte	1.527.314	3
Recife	Nordeste	1.461.318	3
Porto Alegre	Sul	1.351.087	3
Belém	Norte	1.342.201	2
Vancouver	Nordeste	1.161.469	2
Goiania	Centro-Oeste	1.146.103	2
Campinas	Sudeste	1.146.199	2
Total		36.668.973	67

para se conseguir aproximadamente a mesma população de 92 municípios um pouco maiores. No último estrato da Região Centro-Oeste, apenas 4 municípios foram suficientes para atingir uma população equivalente à dos demais estratos dessa região, ou seja, são municípios bem maiores. Cada município sorteado deveria conter 16 entrevistas, distribuídas em 2 setores censitários de 8 entrevistas cada. Assim, na Tabela 2, cada município sorteado deve ser multiplicado por

16 para atingir o número de entrevistas a serem realizadas dentro de cada estrato. No mínimo teríamos 32 entrevistas (2 municípios) em um estrato explícito (cruzamento de região e porte).

Uma vez definido o número de municípios em cada estrato, partiu-se para o sorteio aleatório dos municípios dentro dos estratos, com estratificação implícita de renda média familiar e índice de urbanização. Aqui o índice de urbanização é específico para cada município e é definido como a proporção da população que mora na área urbana.

A estratificação implícita é realizada sorteando-se de forma sistemática os municípios dentro de cada estrato explícito (região e porte), com a lista de municípios previamente ordenada conforme o perfil das variáveis de estratificação implícita. Para fazer esta ordenação, foi criada na listagem de municípios uma nova coluna com as faixas de renda média familiar (5 faixas), sendo estas sempre definidas dentro das regiões e de forma que a população de cada uma fosse semelhante. A última variável de estratificação, que é o índice de urbanização, não precisava ser categorizada. Uma vez que a lista de municípios estava devidamente categorizada pelas faixas de renda familiar, foi possível ordená-la. Para cada estrato explícito (faixas de porte dentro das regiões) ordenou-se a listagem, primeiro pelas faixas de renda média familiar e depois pelo índice de urbanização. A Tabela 3 mostra uma parte da listagem de municípios a fim de exemplificar o procedimento.

Tabela 3 - Exemplo de sorteio sistemático dentro de um estrato

Município	Urbanização	Porte	População acumulada	Faixa de renda	Sorteio
Mogé	0,94	4	218.823	1	1
Itaberê	0,96	4	420.265	1	1
Bebim	0,97	4	766.788	1	1
Ribeirão dos Neves	0,99	4	1.047.200	1	1
Santa Luzia	1,00	4	1.246.735	1	1
Itapavaquecetuba	1,00	4	1.532.914	1	1
Caracica	0,97	4	1.892.556	2	2
Verô	1,00	4	2.244.240	2	2
Embu	1,00	4	2.467.823	2	2
Aloures Cluros	0,94	4	2.752.293	3	3
Governador Valadares	0,96	4	3.044.543	3	3
Suzano	0,97	4	3.294.752	3	3
Sete Lagoas	0,98	4	3.492.209	3	3
Suapore	0,99	4	3.706.096	3	3
Guarujá	1,00	4	3.987.727	3	3
Cataguá (Cabo)	1,00	4	4.351.093	3	3
Petrópolis	0,94	4	4.647.203	4	4
Luzerna	0,96	4	4.908.962	4	4
Jacaré	0,96	4	5.188.701	4	4
Divinópolis	0,97	4	5.392.677	4	4
Uberaba	0,97	4	5.568.503	4	4
Francia	0,98	4	5.873.072	4	4
Itatinga	0,99	4	6.095.558	4	4
São Vicente	1,00	4	6.404.868	4	4
Vila Rica	1,00	4	6.688.633	4	4
Praia Grande	1,00	4	6.973.807	4	4
Taboão da Serra	1,00	4	7.083.024	4	4
Mogi das Cruzes	0,91	4	7.336.817	5	5
Jundiaí	0,93	4	7.764.759	5	5
Jarubá	0,94	4	8.120.185	5	5
São Carlos	0,95	4	8.224.097	5	5
Araçatuba	0,95	4	8.413.734	5	5
Marília	0,96	4	8.622.228	5	5
Pitangui	0,96	4	8.804.927	5	5
Presidente Prudente	0,98	4	9.163.414	5	5
Bauru	0,98	4	9.496.406	5	5
Vila Velha	1,00	4	9.867.135	5	5
Americana	1,00	4	10.058.587	5	5
Barueri	1,00	4	10.290.735	5	5
Vinhosa	1,00	4	10.503.468	5	5

Somando novamente o intervalo 1.177.041 ao valor 1.895.108, obtém-se o valor correspondente ao próximo município sorteado, e assim sucessivamente até que os 9 municípios sejam sorteados.

A Tabela 4, a seguir, apresenta a listagem dos 129 municípios sorteados em a respectiva região e o número de setores a serem sorteados dentro de cada um.

Tabela 4 – Municípios sorteados e auto-representativos

Município	Região	Nº de setores
Brasília	Centro-Oeste	4
Castanhos	Centro-Oeste	2
Campo Grande	Centro-Oeste	2
Cratogeomys	Centro-Oeste	2
Luzitânia	Centro-Oeste	2
Rio Verde	Centro-Oeste	2
Morilandia	Centro-Oeste	2
Niquelândia	Centro-Oeste	2
Itapiranga	Centro-Oeste	2
Ceres	Centro-Oeste	2
Nova Avanhandava do Sul	Centro-Oeste	2
Juazeiro	Centro-Oeste	2
Salvador	Nordeste	3
Itapetina	Nordeste	3
Recife	Nordeste	3
São João	Nordeste	2
Teresina	Nordeste	2
Natal	Nordeste	2
Campina Grande	Nordeste	2
Pauлиста	Nordeste	2
Parabano	Nordeste	2
Ibiatã	Nordeste	2
Itaocara	Nordeste	2
Alagoinhas	Nordeste	2
Itapicoba	Nordeste	2
Timbete	Nordeste	2
Itaerá	Nordeste	2
Bezerros	Nordeste	2
Colégio	Nordeste	2
Tatuaba	Nordeste	2
Cordeiros	Nordeste	2
Delmiro Gouveia	Nordeste	2
São Miraflores do Ipiranga	Nordeste	2
Ferreiros	Nordeste	2
Colinas	Nordeste	2
Caldas	Nordeste	2
São Bernardo	Nordeste	2
São Joaquim do Monte	Nordeste	2
Boqueirão das Antas	Nordeste	2
Chã Grande	Nordeste	2
Rio do Quilino	Nordeste	2
Alcantra	Nordeste	2
Pedra	Nordeste	2

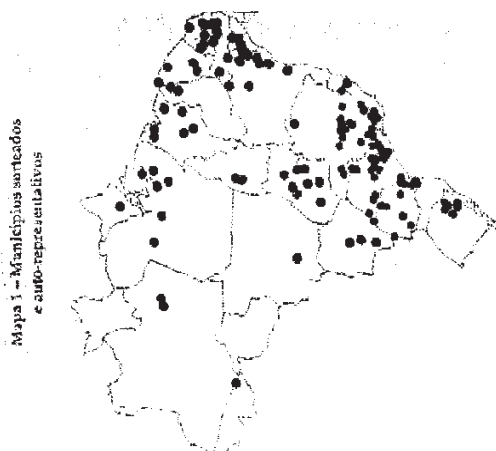
Nesta parte da listagem (Tabela 3) tem-se um estrato explícito completo, que são os 40 municípios da Região Sudeste classificados como de porte 4. Na Tabela 2 vê-se que é necessário sortear nesse estrato 9 municípios.

Note-se que os municípios dentro desse estrato estão ordenados inicialmente pelas faixas de renda familiar. Então os municípios no começo da lista são os que têm menor renda média familiar e os do final são os que têm maior renda familiar. Ao fazer uma seleção sistemática de municípios nesse estrato ordenado dessa forma, a tendência é que se represente adequadamente a renda familiar, pois os municípios sorteados serão distribuídos ao longo da tabela, ou seja, por todas as faixas de renda. Dentro de cada faixa de renda familiar os municípios são ordenados de renda familiar em ordem decrescente pelo índice de urbanização, o que garante que esse índice será bem representado em casos com amostras menores de municípios, nas quais se passou a ler mais de um município dentro da mesma faixa de renda.

Estando a listagem de municípios toda ordenada dentro de cada estrato explícito pelas variáveis de estratos implícitos, é possível selecionar os municípios, para isso, dentro de cada estrato e criar uma nova coluna com a população acumulada. No caso do estrato acima, têm-se 10.593.368 habitantes e é preciso sortear 9 municípios, ou seja, um a cada 1.177.041 habitantes, iniciando-se por um número escolhido aleatoriamente entre 0 e 1.177.041. Este número aleatório inicial é o que garante que na amostra sistemática, todos os municípios tenham probabilidade de sorteio proporcional a sua população, ou que todo habitante tenha a mesma probabilidade de ser sorteado. Neste caso, o número aleatório sorteado foi 718.067 e vai ser usado para definir o primeiro município sorteado. Na população acumulada, este valor está em Paratins, que é o primeiro município sorteado neste estrato. É como se fosse sorteado o habitante número 718.067. Até o município de Itaboraí, somam-se 420.265 habitantes; adicionando Betim, passou-se a 768.758 habitantes, ou seja, o habitante 718.067 está em Betim. Somando o intervalo de 1.177.041 ao número sorteado, obtém-se 1.895.108, que é o segundo ponto e corresponde ao município de Serra. E, assim, têm-se os dois municípios sorteados.

Município	Região	Nº de setores	Municípios	Região	Nº de setores
Jatiba	Nordeste	2	Conceição das Alagoas	Sudeste	2
Santa Luzia	Nordeste	2	Vale Grande	Sudeste	2
Pontal	Nordeste	2	Miraflores do Paranaíba	Sudeste	2
Itambé	Nordeste	2	Itapicoba	Sudeste	2
Serra	Nordeste	2	Maracá	Sudeste	2
Itacurubi	Nordeste	2	Silveiras	Sudeste	2
Juazeiro do Norte	Nordeste	2	Estrela do Sul	Sudeste	2
Muniz	Nordeste	3	Alpará	Sudeste	3
Belém	Norte	2	Caribé	Sul	3
Rio Branco	Norte	2	Puro Alegre	Sul	3
Santarém	Norte	2	Londrina	Sul	2
Manaus	Norte	2	Cruzeiro do Sul	Sul	2
Alvarães	Norte	2	Ponta Grossa	Sul	2
Uruçuí	Norte	2	Yanópolis	Sul	2
Paralelo Tocantins	Norte	2	São José dos Pinhais	Sul	2
Itajó	Norte	2	Colombo	Sul	2
Colinas do Sul	Norte	2	Jaraguá do Sul	Sul	2
Itapiranga	Norte	2	Campos	Sul	2
São João	Norte	2	Francisco Beltrão	Sul	2
Itapetina	Norte	19	Parqueópolis	Sul	2
São João	Nordeste	11	Maracá	Sul	2
Rio de Janeiro	Sudeste	4	Carajás	Sul	2
Itaerá	Sudeste	2	Pomerode	Sul	2
Caruaru	Sudeste	2	Guaranirum	Sul	2
Campina	Sudeste	2	Tanque	Sul	2
São Gonçalo	Sudeste	2	Terra Rica	Sul	2
Itapicoba	Sudeste	2	Campo Alegre	Sul	2
Nova Iguaçu	Sudeste	2	Tobá	Sul	2
São Bernardino do Capangari	Sudeste	2	Marília do Sul	Sul	2
Classico	Sudeste	2	Umuarama	Sul	2
Santa André	Sudeste	2			
São José dos Campos	Sudeste	2			
Itapetina	Sudeste	2			
Santa	Sudeste	2			
Uruçuí	Sudeste	2			
Carapicoba	Sudeste	2			
Serra	Sudeste	2			
Serra	Sudeste	2			
Itapetina	Sudeste	2			
Uberaba	Sudeste	2			
Uberaba	Sudeste	2			
Suzano	Sudeste	2			
Vila Rica	Sudeste	2			
Barão	Sudeste	2			
Teresopolis	Sudeste	2			
São Carlos do Sul	Sudeste	2			
Mogi Guaçu	Sudeste	2			
Varginha	Sudeste	2			
Conceição Lafaiete	Sudeste	2			
Itapetina	Sudeste	2			
Itapetina	Sudeste	2			
Santa Cruz	Sudeste	2			
Caratinga	Sudeste	2			
Camocim	Sudeste	2			
Rio Branco	Sudeste	2			
Itapetina	Sudeste	2			
São Francisco de Itabapoana	Sudeste	2			
São Mateus	Sudeste	2			
Orlândia	Sudeste	2			
Juazeiro do Norte	Sudeste	2			
Caridade	Sudeste	2			
São Paulo	Sudeste	2			
Nova Serrana	Sudeste	2			
Lambari	Sudeste	2			
Paratiópolis	Sudeste	2			

O mapa 1 mostra a distribuição geográfica dos municípios sorteados no Brasil - estando naturalmente mais concentrada em regiões onde a população é maior. O mapa também mostra, em pontos menores, os municípios não sorteados.



Feito o sorteio dos municípios e verificado que todos são acessíveis, sem nenhum tipo de comprometimento com a qualidade do trabalho ou risco para o entrevistador, a etapa seguinte foi o sorteio dentro de cada município, dos setores censitários de acordo com a tabela 4.

Segundo estágio -

Sorteio dos setores censitários

O sorteio dos setores censitários dentro de cada município foi feito segundo o mesmo procedimento utilizado para os municípios, com exceção de que, para os setores censitários, não foram usados estratos explícitos. Nos municípios maiores, onde são disponíveis informações censitárias completas para o setor, as variáveis usadas foram renda média do responsável pelo domicílio e o nível de urbanização. O nível de urbanização é composto por segmentos definidos com as variáveis indicadoras de infra-estrutura do domicílio (coleta de lixo, abastecimento de água, rede de esgoto e número de banheiros). Esse tipo de segmentação tende a dividir o município em áreas homogêneas quanto à infra-estrutura, o que nem sempre está relacionado à renda familiar, mas a intervenções do poder público. Por isso é interessante usar também na estratificação a renda familiar. Em municípios menores, onde essas informações não estão disponíveis, a estratificação implícita é feita somente segundo o número de pessoas por domicílio dentro de cada setor.

Em qualquer caso, o sorteio do setor é realizado de forma sistemática, após uma prévia ordenação da base de setores segundo as variáveis de estratificação implícita em questão. Segundo o mesmo procedimento em relação aos municípios, os setores são sorteados com probabilidade proporcional à sua população, sendo que todas as pessoas continuam tendo probabilidade igual de participar da amostra. É importante ressaltar que os

setores rurais não são retirados da amostra – a base de dados de setores censitários é usada em sua forma completa. Eventualmente, são retirados apenas os setores censitários em que a população é nula, os quais obviamente não nos interessam. Estes casos são também bem raros.

No total, foram sorteados 325 setores, sendo 51 deles setores rurais. Este número ficou muito próximo do percentual da população brasileira que vive em setores censitários rurais, que é de aproximadamente 17% segundo a PNAD 2004.

Uma vez sorteado o setor, o entrevistador chegou até ele por meio de mapas (em municípios maiores) ou por meio de sua descrição (em municípios menores), pois sempre o setor censitário tem sua área bem definida. Abaixo, um exemplo ilustrativo da descrição de um setor censitário e em seguida seu mapa.

Ponto inicial:

Cruzamento da Rua Aniceto Abelha com a Rua Alto Juruá - Bauru (SP).

Descrição dos limites:

Do ponto inicial segue pela Rua Alto Juruá, Rua Hildebrando de Carvalho, Rua José Torres Brito, Rua Caetano Cariane, Rua Alto Acre, Rua Princesa Isabel, Rua Silva Jardim, Rua Aniceto Abelha até o ponto inicial.

Mapa 2 - Mapa de um setor censitário em Bauru



Tercceiro estágio -

Sorteio dos domicílios

Os domicílios representam o terceiro estágio da amostra. Uma vez que o setor censitário já foi sorteado, o próximo passo seria ir até o local e fazer um arrolamento dos domicílios. Dentro dos setores censitários, todas as construções e terrenos foram contados. Os domicílios residenciais com moradores, considerados como elegíveis para a amostra, foram numerados. Ao fim desse passo, o entrevistador possui um mapa do setor censitário, com suas quadras numeradas – quando urbano – e uma lista das ocorrências desse setor, onde as unidades residenciais estavam numeradas. Com os domicílios devidamente contados e numerados, o entrevistador partiu para o sorteio da amostra normal da "overcota".

O número de domicílios sorteados em cada setor censitário para a amostra normal foi calculado de acordo somente com a taxa de não-resposta estimada para aquele Estado. Esta estimativa foi feita com base na PESB 2002 (Pesquisa Social Brasileira), que seguiu metodologia semelhante à da presente pesquisa. Mais informações sobre a PESB no site: <http://www.ufrb.br/dataufb/PESB.htm>. O número de domicílios sorteados na "overcota" de adolescentes foi calculado de forma semelhante, usando-se não só a taxa de resposta, mas também o percentual de domicílios com adolescentes entre 14 e 17 anos, segundo a PNAD 2004.

Os domicílios foram sorteados com base em uma tabela de dígitos aleatórios. O entrevistador, quando ia para campo, saía com o mapa ou a descrição do setor e a folha de dígitos aleatórios desse setor, onde constava o número de entrevistas a serem feitas na amostra normal e na "overcota". Uma vez sorteado o domicílio, o entrevistador deveria abordá-lo para arrolar todos os moradores e fazer o sorteio de um deles. O sorteio do entrevistado dentro do domicílio era simples: o próximo aniversariante, considerando-se a data do arrolamento.

Se o entrevistador não conseguisse acesso ao domicílio ou ao morador sorteado, ele deveria fazer 3 voltas racionais, em 2 dias diferentes, sendo um em final de semana e um em dia de semana, e em 3 horários diferentes –

manhã, tarde e noite. Só então, não encontrando o morador sorteado ou não sendo recebido pelo domicílio, ele poderia abandonar o domicílio. Nas regiões metropolitanas onde a taxa de resposta foi mais baixa, pediu-se para fazer 4 voltas racionais em 3 dias diferentes.

Domicílios não elegíveis, como vagos, deveriam ser substituídos por outros. Pessoas não elegíveis, como hospitalizadas, deveriam ser substituídas por outras dentro do mesmo domicílio. Quando era necessária a substituição do domicílio, o substituto deveria ser o imediatamente seguinte. Em poucos casos, porém, a substituição aconteceu, pois somente domicílios vagos e com moradores que não falavam a língua portuguesa poderiam ser substituídos. Outros tipos de estabelecimento não residenciais entravam no arrolamento, mas não eram numerados e, portanto, não eram sorteados.

O número de domicílios sorteados em cada setor censitário para a amostra normal foi calculado de acordo somente com a taxa de não-resposta estimada para aquele Estado. Esta estimativa foi feita com base na PESB 2002 (Pesquisa Social Brasileira), que seguiu metodologia semelhante à da presente pesquisa.

Em prédios adotou-se um critério mais elaborado de abordagem para evitar as barreiras de acesso, com entrega de correspondência com explicação da pesquisa ao porteiro, ao síndico e no domicílio antes da abordagem. Mesmo em residências a entrega da correspondência foi adotada.

Manual de procedimentos de campo

1 - No mapa do setor censitário, todas as quadras devem ser numeradas, sem repetição.

2 - Após a numeração das quadras, o entrevistador deve arrolar todos os domicílios dentro do setor, seguindo a ordem das quadras numeradas. Em setores rurais não há a definição de quadra e o entrevistador deve fazer o arrolamento de todos os domicílios, numerando aqueles onde existem moradores.

3 - Com as folhas de arrolamento devidamente preenchidas, os domicílios do setor devidamente numerados, procede-se ao

sorteio. Para cada setor censitário deve haver dois sorteios: um para a amostra normal e um para a "overcota" de adolescentes.

4 - Definidos os domicílios, o próximo passo será a visita. O entrevistador deve, na primeira visita, arrolar todos os moradores maiores de 13 anos, anotando seu nome e data de nascimento.

- a) Deve haver 1 volta em cada período: manhã (6h-12h), tarde (12h-17h) e noite (18h-21h).
- b) Deve haver pelo menos 1 volta em dias de semana e 1 volta em finais de semana.
- c) Nas regiões metropolitanas serão feitas 4 voltas seguindo os critérios a e b acima e mais um critério: terão que ser feitas voltas em pelo menos 3 dias diferentes.

5 - Todo morador com mais de 14 anos é elegível para a pesquisa. O morador elegível é toda pessoa que tem a unidade domiciliar como local habitual de residência. São também elegíveis pessoas ausentes por até 12 meses. Se o morador elegível tiver algum problema incomum que o impeça de responder à pesquisa, o domicílio será dado como perdido (deve ser abandonado) e não haverá novo sorteio. Incluem-se neste caso pessoas surdas-mudas, pessoas deficientes mentais, pessoas sorteadas que venham a ser internadas ou faleçam antes da entrevista e depois do sorteio.

6 - Se, em visita ao domicílio sorteado, o entrevistador constatar que é um domicílio não válido, este deverá ser substituído pelo domicílio seguinte da folha de arrolamento. Esta é a única situação em que o domicílio deve ser substituído.

7 - Haverá procedimento especial para setores verticalizados, quando o domicílio sorteado for localizado em um edifício ou condomínio. O procedimento abaixo deve ser seguido.

No edifício ou condomínio onde se localiza o domicílio sorteado o entrevistador entrega uma carta da Unifesp, com a indicação de que ele voltará para fazer uma entrevista. A primeira coisa que ele deve fazer é entregar a carta e não tentar fazer a entrevista. Em seguida, a carta deve ser entregue ao síndico inicialmente, informando que foram sorteados x domicílios e informando também sobre o teor da pesquisa que se quer fazer com os moradores desses domicílios.

A idéia é que o síndico entre em

contato com a pesquisa pela carta. O entrevistador então deve tentar entrar em contato com o síndico, informar sobre os domicílios sorteados e pedir permissão para entregar a carta nos domicílios sorteados, com informações sobre a pesquisa. A carta deve ser entregue no domicílio sorteado antes de se fazer a abordagem pessoal: é a carta que deve apresentar a pesquisa ao domicílio sorteado e não o entrevistador.

Somente nos casos em que for impossível apresentar a pesquisa ao síndico e ao domicílio sorteado por meio da carta é que o entrevistador deve tentar o contato pessoal. O abandono de um domicílio deve ocorrer somente mediante o critério das voltas ou a recusa do entrevistado em responder à pesquisa. Qualquer tipo de abandono do domicílio deve ser bem justificado.

Por causa desse critério, de que o domicílio vai ser abandonado e não substituído, é preciso muito rigor e dedicação na tentativa de localização do entrevistado. Se muitos domicílios forem perdidos por ausência dos moradores, ausência do sorteado ou recusa, o tamanho total da amostra será menor do que o esperado e, portanto, as análises não serão confiáveis.

Problemas do trabalho de campo

Um projeto que segue uma metodologia completamente científica, como este, não é feito frequentemente no Brasil. Isso torna difícil encontrar entrevistadores qualificados para a realização dos procedimentos de campo. Foi necessário um treinamento bastante rigoroso e uma seleção de entrevistadores capacitados. No início foi feito um acompanhamento mais próximo dos entrevistadores, com pesquisas na Região Metropolitana de São Paulo, e acabou-se por priorizar durante toda a fase inicial do projeto essa região. Antes do início da atividade de campo, um piloto foi realizado para levantar os possíveis problemas e dificuldades e se preparar para eles. Muitas dificuldades foram encontradas ao longo do trabalho - algumas mais simples, outras mais sérias.

Exemplos: Um dos problemas que ocorreram algumas vezes foi a dificuldade ou a impossibilidade de realizar as entrevistas ou o arrolamento em um setor censitário. Dois

setores no Rio de Janeiro e um em Duque de Caxias foram substituídos por serem áreas de favelas ocupadas por policiais ou que ofereciam grande risco ao entrevistador. Um setor em Osasco e um em São Paulo (Perfizes) foram substituídos por serem condomínios fechados e não permitirem qualquer acesso, mesmo com contato telefônico de pessoa ligada à Unifesp. Um setor em Maracápurú (AM), que era um povoado longe da cidade, tinha o único acesso, por barco, prejudicado por causa da seca. Um setor em Terra Rica (PR) foi substituído porque fortes chuvas na região haviam derrubado a única ponte que possibilitava o acesso.

Avaliação dos resultados amostrais

Após a conclusão dos trabalhos de campo, foi feita uma análise dos resultados

amostrais. Entendam-se como resultados amostrais aqueles relativos ao estudo das ocorrências de campo, incluindo aí principalmente as taxas de resposta, de recusa e de indisponibilidade. Este estudo é importante para se verificar a qualidade dos dados coletados, uma vez que, de certa forma, se está fazendo uma validação da representatividade da amostra.

Taxa de resposta

Como o campo foi planejado para que não houvesse substituições para as recusas e ausências, era impossível saber exatamente a priori o total de entrevistas que se conseguiria. O objetivo era atingir 400 entrevistas de "overcota" mais 2.600 da amostra normal. A Tabela 5 mostra a taxa de resposta obtida no estudo por região.

Tabela 5 - Resumo da taxa de resposta final

Região	Entrevistas realizadas	Domicílios arrolados	% de domicílios	Taxa de resposta
Brasil	26	44	23%	73%
DF Capital	49	68	23%	72%
GO Interior	124	166	25%	103%
NE Capital/NE	171	251	24%	98%
NE Interior	563	700	27%	86%
NO Capital	42	70	23%	60%
NO Interior	123	180	25%	109%
SE Interior	51	80	21%	70%
SE RM BH	43	72	18%	94%
SUL RM RJ	145	301	18%	64%
SE RM SP	351	591	21%	59%
SUL Interior	286	416	27%	74%
SUL RM	78	139	19%	56%

Fonte: PNAD 2008.
DF - Região Metropolitana; GO - São Francisco; NE - São Paulo; CO - Centro-Oeste; SE - Nordeste; MD - Norte; RJ - Estado do Rio de Janeiro.

A Tabela 5 mostra as taxas de resposta para a amostra normal e para a "overcota". A taxa de resposta para a amostra normal é conseguida diretamente dividindo-se o número de entrevistas feitas pelo número de domicílios sorteados. A não-resposta inclui, então, tanto as recusas quanto as ausências, isto é, quando não houve acesso ao domicílio ou quando a pessoa sorteada não foi encontrada. O método de coleta de dados

para a "overcota" de adolescentes não permite que se calcule a taxa de não-resposta exata por causa dos domicílios sorteados onde não se sabia haver adolescentes. Na Tabela 5 é estimado o número de adolescentes necessário na amostra, considerando-se o número de domicílios sorteados em cada região e a proporção dos domicílios com adolescentes. A Tabela 5 contém ambos - o percentual de domicílios com adolescentes e

CAPÍTULO 2

PEREIL DA AMOSTRA

independência entre duas variáveis categorizadas, e para comparação de médias será usado o teste *t-student* para amostras independentes. Sempre que outro tipo de teste foi utilizado, será explicitamente indicado no texto. Foi adotado um nível de significância de 5% para os testes estatísticos.

Os testes estatísticos foram feitos usando o módulo Complex Samples do SPSS, que é capaz de levar em conta o desenho amostral no cálculo da variabilidade dos estimadores.

Referências Bibliográficas

Para uma abordagem técnica sobre a teoria da amostragem, são recomendados:

Kish I. (1965). *Survey Sampling*. John Wiley & Sons, Inc., New York.

Hausner HM, Horvitz WN e Madrow WC (1983). *Sample Survey Methods and Theory*. vol. 1. John Wiley & Sons, Inc., New York.

Para uma abordagem que envolve a amostragem especificamente aplicada em estudos populacionais na área da saúde pública, é indicado:

Kornblit e Carubardá B (1999). *Analysis of Health Surveys*. John Wiley & Sons, Inc., New York.

Recomenda-se também a visita a sites de pesquisas nacionais e internacionais relacionadas a saúde pública que usam metodologia semelhante à descrita neste relatório metodológico. Alguns exemplos:

<https://nsduhweb.rti.org/> (The National Survey on Drug Use and Health – NSDUH)
<http://www.bls.gov/cps/> (The Current Population Survey – CPS)
<http://www.cdc.gov/nchs/nhanes.htm> (National Health and Nutrition Examination Survey – NHANES) <http://www.ibge.gov.br>
 – site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

o número esperado de entrevistas – aplicando-se esse percentual no número total de domicílios sorteados. Com este método, tem-se uma oscilação na taxa de resposta em razão das variações amostrais. Por isso aconteceram taxas até maiores que 100%. De qualquer forma, em média, a oscilação deu a idéia de uma boa taxa de resposta nestas regiões. A taxa de resposta para a amostra normal, de 66%, foi considerada adequada.

Questionário utilizado

Utilizou-se uma versão do questionário HABLAS, que foi desenvolvido pela equipe do Prof. Dr. Raul Caetano, da Universidade do Texas (EUA). Ele foi traduzido e passou por um longo processo de adaptação para a população brasileira. Estudos pilotos, qualitativos e quantitativos, foram realizados para avaliar o resultado, até ele ter uma boa aplicabilidade e boa aceitabilidade. A versão completa do questionário poderá ser encontrada nos sites da Uniad (www.uniad.org.br) e do OBID (www.obid.senad.gov.br). Esse questionário foi composto pelas seguintes seções: dados sociodemográficos (idade, gênero, classe socioeconômica¹, etc.); frequência e quantidade de bebidas alcoólicas separadas por tipos de bebida (cerveja, vinhos, destilados e bebidas “ízer”); idade de início; número de doses ao dia e maiores doses na vida; número de vezes em que bebeu 5 ou mais doses; dirigir alcoolizado; efeitos prejudiciais do beber; problemas com o álcool; uso nocivo/dependência do álcool de acordo com a CID-10; apoio a políticas públicas. A entrevista foi feita pessoalmente e durou, em média, 53 minutos.

Análise estatística do relatório

Neste relatório pretende-se apresentar os principais resultados descritivos do estudo, sempre que possível analisando as características relacionadas ao consumo de álcool segundo algumas variáveis demográficas tradicionalmente tidas como importantes.

Sempre que pertinentes, também foram realizados testes estatísticos de significância. Geralmente em Tabelas e Figuras, o teste usado foi o qui-quadrado para

1 - A classe socioeconômica foi definida de acordo com as definições estabelecidas pelo Anuário Brasileiro de Estatística de Trabalho (ABET), para as seguintes informações sobre a renda: “sem o emprego” (1); “sem emprego, sem renda” (2); “sem emprego, com renda” (3); “com emprego, com renda” (4).
 2 - Uma entrevista foi realizada por um profissional de saúde pública para o consumo de álcool em casa, depois de um teste piloto realizado com o intuito de avaliar a aplicabilidade do questionário. Os resultados do teste piloto foram utilizados para ajustar o questionário e a metodologia de amostragem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós é que cumprimentamos V. Ex^a, que engrandece esta Casa.

V. Ex^a é aclamado como Corregedor há alguns anos, trazendo muita transparência e tranquilidade. Assim, nós todos temos de ter essa gratidão, principalmente ao povo paulista, por ter enviado V. Ex^a representá-lo com as virtudes que V. Ex^a traduz.

Lembrando um fato histórico. Nenhum teve a grandeza...

O Presidente Sarney, vamos dizer, fez a transição democrática, mas teve V. Ex^a como Cireneu.

Convidamos para...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu diria que V. Ex^a, para mim, não é mais Mão Santa e sim um santo homem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Oh, muito agradecido!

E nós estamos, como a Casa pediu, alternando. Não tem mais comunicação inadiável, depois da Ordem do Dia. O Antonio Carlos Valadares está me fazendo um regimentalista.

Estamos alternando. E, agora, pela Liderança, César Borges, que está ali, tem um documento. Como Líder do PR, com autorização do Senador João Ribeiro.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecimento. Em sessão ontem do TSE, o Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, teve seu mandato cassado. Por indicação daquela Corte, determinou-se a posse imediata do segundo colocado, que é um companheiro de Bancada nosso, o Senador José Maranhão.

A minha questão de ordem é pedir informação à Mesa da Casa – já que o Senador foi diplomado hoje pela manhã no TRE da Paraíba e, segundo os sites lá do nosso Estado, afirmam que ele tenta tomar posse neste momento – se houve o pedido de renúncia do cargo de Senador do Governador José Maranhão, que foi ontem decidido pela Corte do TSE. A pergunta é esta: se existe algum pedido de renúncia. E caso exista esse pedido de renúncia, eu solicitaria uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós, consultando aqui a nossa Secretária Executiva, Dr^a Claudia Lyra, disse que não há nenhum documento, no momento, na nossa mão, na mão da Mesa Diretora. Neste exato momento, a situação é essa.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Eu agradeço a V. Ex^a e ao Senador César Borges, que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu, neste momento, quero anunciar a esta Casa que felizmente nós vamos, na Bahia, receber grandes investimentos para o setor rodoviário.

Sabem V. Ex^{as} que, após Minas Gerais, a Bahia é o Estado que tem a maior malha rodoviária do Brasil. E essa malha rodoviária serve a todo o Brasil, não apenas o Estado da Bahia, porque são rodovias que servem de interligação do Sul e Sudeste com o Nordeste brasileiro. Eu cito exemplo da BR-101, da BR-116, da BR-242, da BR-110 e que, apesar dos esforços da manutenção feita recentemente pelo Governo Federal, muitas delas carecem ainda de uma melhor atenção e de condições de boa trafegabilidade.

E graças ao Governo Federal e ao trabalho do Ministro Alfredo Nascimento, através do Denit, foi possível licitar agora um lote de 28 trechos rodoviários no Estado da Bahia que vão abranger 3.424 km de recuperação de rodovias federais, cuja fase final de licitação já aconteceu e hoje estamos na assinatura dos contratos. E em breve o Ministro Alfredo estará no Estado da Bahia para dar ordem de serviço para o início dessa recuperação que há muito tempo não se via nas estradas federais baianas.

Portanto, um fato de destaque: essas estradas abrangem praticamente todo o território do Estado da Bahia.

A Bahia é o quarto maior Estado do País em extensão territorial; são 574 mil Km², o Estado da Bahia é maior do que um país como a França. E nós precisamos ter boas estradas, para que nossas riquezas circulem rapidamente a baixo custo para que o ganho seja do produtor e da população.

Esses contratos são do Programa chamado Crema que é o Contrato de Restauração e Manutenção e prevê conclusão de reformas em um ano com mais 12 meses de conservação do trecho que é uma obrigação da empresa contratada. Ela fará a restauração e depois terá a obrigação de dar a manutenção naquele trecho recuperado.

Foram beneficiadas a BR-020, a BR-030, a BR-101, a BR-410, a BR-116, do Trecho Norte, a BR-242, a BR-324, a BR-330, a BR-407 e a BR-418.

Falando para a Bahia, eu acho que os baianos todos conhecem esses trechos rodoviários e não preciso citar cidade por cidade e nem os limites da extensão dos trechos, porque eles têm conhecimento e são servidos por essas importantes rodovias federais que atravessam o Estado da Bahia.

O maior trecho entre os ali citados é a Ligação Paulo Afonso e Beira do Pombal, na BR-110, com a extensão de 172 km². Na BR-101 serão atendidos trechos de Itamaraju que é no extremo Sul do Estado até a fronteira com Sergipe.

Na BR-116 serão beneficiados trechos da divisa com Pernambuco até Feira de Santana, porque o restante de Feira de Santana até Minas Gerais e a BR-116 é a famosa Rio/Bahia, feita pelo Presidente Getúlio Vargas, e nesse trecho de Feira de Santana a Minas Gerais passando por Santo Estêvão, Milagres, Jequié, Vitória da Conquista, esse trecho foi motivo de uma concessão que eu falarei logo em seguida, que foi uma concessão de sucesso.

A BR-242, que liga a BR-116 até o Município de Luís Eduardo Magalhães, passando por Ibotirama, atravessando o São Francisco em Ibotirama e passando pela importante cidade de Barreiras, terá seis trechos contemplados.

Também serão corrigidos, a partir de 2009, os pontos mais críticos de anéis rodoviários e travessias urbanas dentro da Bahia. Sabemos como as cidades que, no passado, eram pequenas e que cresceram em torno das rodovias federais hoje açambarcam a rodovia federal. É preciso que haja uma solução para que nós não tenhamos mortes ou mesmo prejuízos para o desenvolvimento das cidades. Então, esses gargalos urbanos serão resolvidos em pontos críticos nas cidades de Juazeiro, Vitória da Conquista, Jequié, Ipiáú, Luís Eduardo Magalhães, Itamaraju e a conexão da BR-116 com a BR-242, um importante entroncamento que é feito hoje a nível, e que não poderá continuar nessa situação. Temos de acabar com os riscos de acidentes nesses locais.

Essas obras estão em fase de contratação dos últimos projetos executivos, para que eles possam ser licitados e, ainda neste ano, se tudo correr dentro do cronograma, para que se possa ter o início das obras.

Outra excelente notícia, Sr. Presidente, que tenho a dar, neste momento, para este Senado e para a Bahia, principalmente para os baianos, é que teve sucesso, no dia 21 de janeiro, a licitação para concessão da total requalificação e recuperação da BR-324, que é a rodovia de maior volume de tráfego de

todo o norte e nordeste do País e, claro, do Estado da Bahia, que faz a ligação da importante cidade de Feira de Santana, maior cidade do interior do Estado, à capital do Estado. É também a ligação da BR-116, que, saindo de Feira até a divisa com Minas, sendo que nesse ponto é prevista a duplicação do trecho da maior importância, que vai de Feira de Santana até o rio Paraguaçu, passando pela cidade de Santo Estêvão, e que hoje é um gargalo para todos aqueles que se dirigem à capital do Estado.

Essa licitação foi vencida pelo consórcio chamado RodoBahia, formado pelas empresas espanhola Isolux Corsan e pelas brasileiras Engevix e Encalso, que venceu a disputa pela sua concessão, e o único lote dos trechos baianos da BR-116 e BR-324 no leilão que foi realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa.

O grupo surpreendeu ao se dispor a cobrar um pedágio de R\$2,21, o que representou um deságio de 21% em relação ao teto fixado, pelo edital, em R\$2,80. Caberá ao futuro concessionário realizar investimento de quase R\$2 bilhões para recuperar 680 Km de estrada, e o prazo da concessão é de 25 anos.

Também, Sr. Ministro, conseguiu-se colocar nessa licitação a melhoria e a iluminação do trecho urbano da BR-324, um pedido do Prefeito de Salvador. Essa rodovia será iluminada de Águas Claras até dentro da cidade de Salvador. É um pedido importante. Estive lá junto com o Senador João Durval e com o Prefeito de Salvador, e fomos atendidos nessa reivindicação pelo Ministro Alfredo Nascimento.

Serão recuperados nessa concessão, Sr. Presidente, os trechos de Feira de Santana, divisa entre Bahia e Minas Gerais, cuja extensão é de 554km; Salvador-Feira de Santana, com 113km; entrada da BR-324 até a BA-528, que vai em direção ao CIA-Norte, que é muito importante para completar o Centro Industrial de Aratu e a sua logística viária; e a entrada também da Base Naval de Aratu, com extensão de quatro quilômetros.

Os investimentos em obras e serviços previstos para todo o período de concessão são da ordem de R\$2 bilhões, mais exatamente R\$1,9 bilhão, sendo que R\$68 milhões deverão ser investidos antes mesmo do início da cobrança da tarifa nas praças de pedágio.

A situação atual das rodovias BR-116 e BR-324 revela a urgência da necessidade dessa intervenção para o Estado da Bahia. Esse é um processo que já tem uma delonga de mais de dois anos e que, felizmente, chegou a bom termo neste momento. Espero

que, ainda neste primeiro semestre, provavelmente para o mês de maio, no máximo, seja assinado o contrato da concessão.

Portanto, Sr. Presidente, essas notícias eu queria dar aqui, falando principalmente para meu querido Estado da Bahia. Sem sombra de dúvida, temos de reconhecer e parabenizar o esforço do Ministério dos Transportes, do Dnit e do Governo Federal em atender os reclamos de melhoria dessa malha rodoviária federal importantíssima para o Estado da Bahia. Vamos acompanhar todo o desenrolar desse processo para ver os seus efeitos benéficos e multiplicadores para o bem-estar da população baiana e também para o crescimento da nossa economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos. V. Ex^a fez muito quando governou o Estado da Bahia e agora está levando os benefícios com a sua liderança e os Ministros do atual Governo.

Convidamos, para usar da palavra, por cessão da Senadora Fátima Cleide, o Senador Antonio Carlos Valadares, que também é Líder do PSB e representa, com grandeza, o Estado de Sergipe. Vive numa verdadeira Atalaia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Atalaia é uma das praias mais belas do Brasil. Obrigado, Presidente, pelo elogio à força turística de Aracaju e do nosso Estado de Sergipe.

Sr. Presidente, pretendo falar na tarde de hoje sobre um assunto que já é objeto de medida provisória e de um grande evento organizado pela Presidência da República, com a presença de milhares de prefeitos, que acorreram à capital federal e participaram de uma solenidade muito concorrida, muito divulgada, em que o Presidente da República anunciou, entre outras medidas de apoio aos Municípios, a repactuação ou o parcelamento das dívidas previdenciárias, das dívidas contraídas pelos Municípios com o INSS.

O parcelamento foi bem recebido, Sr. Presidente. Muitas palmas, muitos aplausos e, sem dúvida alguma, elogios à intenção do Presidente Lula de desafogar os Municípios, que precisam de recursos para a realização de serviços essenciais e a execução de obras fundamentais de infraestrutura para o desenvolvimento de suas comunas.

É bem verdade, Sr. Presidente, que esta medida provisória que traz no seu bojo a negociação do INSS

com os Municípios, a Medida Provisória nº 457, de 2009, fala apenas em parcelamento; não atribui nem ao INSS nem às prefeituras a possibilidade de uma limitação quanto ao montante da dívida mensal a ser paga pelas prefeituras.

Isso significa o seguinte: o parcelamento é feito, digamos, no dia de hoje; daqui a alguns anos, a gritaria retornará ao Palácio do Planalto, porque a essas dívidas é imposta a taxa Selic, como também é exigido o pagamento de 1% sobre essa dívida que, ao longo dos anos, cresce em progressão geométrica, impossibilitando e inviabilizando, daqui a alguns anos, que novamente os Municípios realizem suas obras essenciais.

Tenho um levantamento feito, Sr. Presidente, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – Ibam, de autoria do economista François Bremaeker, que aponta um exagerado crescimento da dívida previdenciária municipal. Ele dá um exemplo que considero crucial para esse debate inclusive para a apresentação de emendas à Medida Provisória nº 457.

Considere-se uma dívida de R\$100 mil. Aplicando-se a taxa Selic de 16,8, com juros adicionais de 1%, como está na lei, levará essa dívida de R\$100 mil para quatro milhões, trezentos e oitenta e sete mil reais aproximadamente. Quarenta e quatro vezes mais do que o valor original da dívida. Isto é, Sr. Presidente, o Governo dá com uma mão e tira com a outra. É um benefício provisório, transitório. Como eu disse, daqui a alguns anos, novas reclamações serão feitas, nova invasão de Brasília, novo pedido ao Presidente da República para que dê um novo parcelamento e resolva o problema do endividamento municipal para com o INSS.

A nossa proposta, Sr. Presidente, é que, em vez de uma medida paliativa para se resolver hoje, que se adote uma medida ou uma solução definitiva, permanente, para que essa bomba-relógio que é a dívida contraída pelos Municípios junto à Previdência seja resolvida em definitivo e não venha a contrariar a população como tem acontecido nos últimos anos, quando Municípios, principalmente os menores das regiões mais pobres, comprometem até 40%, Senador Paulo Paim, de sua receita municipal para o pagamento de sua dívida junto ao INSS (40% a 50%).

Então, o que está acontecendo na realidade?

Existe uma lei, de nº 11.196, que concedeu novo parcelamento aos Municípios em 2005 – aliás, essa já é a quarta tentativa de resolver o problema nesses últimos anos, desde 1998. Então a Lei nº 11.196 tem um capítulo inteiro dedicado ao endividamento dos

Municípios junto à Previdência. Fala em tudo, menos no limite do endividamento. A meu ver, o que está faltando nessa Medida Provisória é um mecanismo que limite o percentual da receita que o Município pode comprometer com dívida do INSS.

Pois bem, Sr. Presidente, a lei atual, de nº 11.196, considerou que os Municípios poderiam não comprometer mais de 15% de suas receitas líquidas para com o INSS. Mas a Medida Provisória nº 457, em seu texto, diz que isso não vale. O que está na lei federal não é praticado em relação aos débitos dos Municípios, é como se ela não existisse, significando dizer aquilo que eu disse: esta é uma medida provisória provisória. É uma lei provisória. Só para resolver no dia de hoje a situação dos municípios.

Tem uma tabela aqui, Sr. Presidente, mostrando que a parcela da dívida previdenciária municipal paga entre 2006 e 2008 vai crescer 0,53% nos próximos dois anos. Tudo bem, mas quando chegar ao ano de 2021, essa dívida vai crescer à base de 50% ao mês, ficando impossível aos Municípios fazerem o pagamento dos seus débitos junto ao INSS.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando, e já termino, três emendas à medida provisória: a primeira, no sentido de que haja um limite do endividamento de 15%; a segunda, que se dê aos Municípios que pagam em dia a possibilidade de uma espécie de bônus ou desconto, porque há Municípios que se esforçam ao máximo para obterem a certidão negativa, porque sem ela não podem tomar empréstimo, não podem receber recursos federais. Então se esforçam ao máximo usando recursos que poderiam ser direcionados para serviços importantes do Município e eles não recebem nenhum desconto na hora do pagamento.

Nos estamos propondo que 15% sejam dados como desconto ao Município que paga em dia e também juros de mora, descontando 50% no ato do pagamento.

É preciso haver um escalonamento, Sr. Presidente, uma espécie de bônus para os Municípios. Por exemplo, um Município com até 50 mil habitantes teriam um bônus de 15%; os Municípios com mais de 50 mil, 10%. E assim por diante, ficando também aberta a possibilidade de trocar o índice de correção monetária, em vez da taxa Selic, que é muito alta, seja colocado um dispositivo – que já está aqui na emenda à medida provisória – trocando o índice de correção monetária. Além de não se escolher a taxa Selic que seja o IPCA, que é um índice menor que está sendo

aplicado em muitas operações e que vem dando resultado razoável.

Os Municípios, Sr. Presidente, precisam, sem dúvida alguma, ter essa tranquilidade não só hoje, para o pagamento de suas dívidas, mas também para o futuro. A medida provisória foi boa para a resolução dos problemas novos, dos Prefeitos novos que assumiram com dívidas, com problemas de folha de pagamento, com INSS. Acho que, em termos de imediatismo, de resolução urgente, essa medida provisória é válida, é meritória e recebe os nossos elogios.

Mas é preciso que as ações ali contidas, os objetivos ali contidos, tenham uma repercussão positiva no futuro, que essas emendas sejam aceitas, porque, se elas forem aceitas, essa medida provisória deixará de ser provisória para ser um ato definitivo do Governo Federal em defesa dos Municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimentos a V. Ex^a, que tem-se apresentado neste Parlamento como homem conhecedor das leis e agora encaminha emendas em benefício dos endividamentos das prefeituras do nosso Brasil. V. Ex^a, municipalista, uma vez foi extraordinário Prefeito no seu Estado.

Estamos alternando. Agora vamos chamar, como Líder do PMDB, o Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO.) – Obrigado, Presidente. Como ex-líder, falando pela liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, segundo a sabedoria popular, quem foi rei nunca deixa de ser majestade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no meu pronunciamento, queria aqui fazer um apelo. Sei que já foi falado aqui hoje... Foi noticiado na imprensa nacional e na imprensa do meu Estado que foi preso pela Polícia de Minas Gerais um cidadão que confessou 20 assaltos, assassinatos e entre eles o assassinato do ex-Senador Olavo Pires, que disputava o Governo do Estado de Rondônia comigo no segundo turno.

Pesquisa do Ibope, um dia antes da morte do Olavo, do assassinato do Senador Olavo Pires, me dava 45% de intenção de votos contra 31% do Senador Olavo Pires (Jornal Nacional, Pesquisa Ibope). No dia seguinte, metralharam o Senador Olavo Pires, então candidato ao Governo de Rondônia, em segundo turno. Aí, veio o terceiro colocado, com 17% dos votos,

e ganhou as eleições. Eu perdi, eu fui vítima daquele processo. A vítima maior foi Olavo Pires e a sua família, mas também me considero vítima naquele processo.

Já liguei hoje de manhã para a Diretoria-Geral da Polícia Federal, aqui em Brasília, e pedi que esse processo seja reaberto pela Polícia Federal. Já que a Polícia mineira está, podemos dizer, de posse desse bandido, desse assassino que está preso em Minas Gerais, peço que a Polícia Federal também entre no caso para investigar. Se ele já confessou que assassinou o Senador Olavo Pires, certamente não foi por iniciativa dele, por vontade dele, e sim a mando de alguém. Então, o que queremos saber, o que Rondônia e o Brasil querem saber é quem mandou esse cidadão chamado João, de Goiás, o “João Goiano”, assassinar o Senador Olavo Pires, candidato ao Governo do Estado de Rondônia.

Faço esse apelo à Polícia Federal e à Corregedoria do Senado Federal. Espero que o Senador Romeu, como ex-Diretor da Polícia Federal, também possa ajudar na investigação.

Era isso, Sr. Presidente. Faço agora o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, venho hoje, neste início de trabalho legislativo – se é que podemos chamar de trabalho, porque ainda não começamos a trabalhar nas votações propriamente ditas desta Casa, em função da falta de composição das Comissões,

Mas espero que, em breve, essa questão seja resolvida, as comissões estejam funcionando e o Plenário do Senado Federal votando também matérias de interesse da Nação.

Quero fazer uma homenagem, Sr. Presidente, e um agradecimento.

A homenagem, Sr. Presidente, é ao PMDB, em particular ao Senador José Sarney, eleito por nós para ocupar, mais uma vez, a Presidência desta Casa, e ao Deputado Michel Temer, Presidente Nacional do PMDB, escolhido por seus pares para presidir a Câmara dos Deputados.

A história do PMDB, Sr^{as} e Srs. Senadores, se confunde com a história dos esforços pela afirmação e pela estabilização da democracia entre nós. A dupla Presidência que assume hoje não deixa de ser um reconhecimento dessa importância, reconhecimento que já se dera pelo voto popular, que garantiu ao PMDB as maiores bancadas, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados, e que se confirmou pelo voto dos colegas Parlamentares nas duas casas. Da mesma forma, Sr. Presidente, foi confirmada pelo voto do eleitor nas últimas eleições para

Prefeitos e Vereadores, consagrando o PMDB como o maior partido do Brasil, com mais de 1.250 Prefeitos eleitos, praticamente, mais de quinhentos acima do segundo colocado.

Temos orgulho de pertencer a um partido que é sinônimo de resistência e de estabilidade. Neste momento em que enfrentamos uma grave crise econômica internacional, que apenas começou a mostrar sua virulência entre nós, e em que nos preparamos já para os movimentos, que tendem a se intensificar, em torno da sucessão presidencial do ano que vem, tenho certeza de que a dupla Presidência do PMDB no Congresso Nacional será um fator de estabilidade e de segurança – pois essa é sua tradição, esse é o legado de um partido que se orgulha de ter tido entre seus Líderes como Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Ulisses Guimarães e tantos outros que tanto lutaram pela redemocratização do Brasil. Esses líderes históricos do PMDB e esse Partido enfrentaram tempos difíceis, assim como a população brasileira, e foi esse Partido que ficou na vanguarda para que hoje a democracia seja plena em nosso País.

Hoje, Sr. Presidente, esse Partido pode ostentar em seus quadros políticos da estatura de José Sarney, Michel Temer, Pedro Simon, Mão Santa, que preside neste momento o Senado Federal, e de tantos outros Líderes do nosso Partido.

A corrupção não está instalada nos partidos, não são os partidos que são corruptos. A corrupção está em todos os governos, em todo o mundo. Não existe um governo no mundo que não tenha algum tipo de corrupção. Uns, em um grau maior; outros, em uma escala menor, mas em todos os governos do mundo – e o Brasil não é diferente – existe corrupção.

Lembro-me de que o Presidente Fernando Henrique, quando eu era Governador do meu Estado, disse-me um dia, reclamando da corrupção, que ela era uma erva daninha muito difícil de combater. Mas já foi pior no mundo e no Brasil. Aos poucos, a democracia está se encarregando disso.

Deixo aqui, portanto, os meus parabéns aos dois novos Presidentes do Senado e da Câmara, certo de que farão, mais uma vez, excelente passagem por esses postos, que conhecem muito bem.

Quanto ao agradecimento que anunciei no início, quero dirigi-lo a toda Bancada do PMDB nesta Casa, que tive o privilégio de liderar nos últimos dois anos. Quero aqui agradecer o apoio que recebi nesse período em que fui Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, período em que tive a oportunidade de conhecer melhor as grandes qualidades desta Bancada, assim

como desejar ao nobre Senador Renan, nosso novo Líder, todo sucesso na tarefa que deverá desempenhar pelos próximos dois anos.

Quero dizer, Senador Renan, que estou sempre pronto para defender nesta Casa os interesses do Partido e, em especial, da nossa Nação, do nosso País, do povo brasileiro.

Agora que deixo a Liderança e volto às fileiras, reafirmo minha fidelidade e minha disposição de lutar pelo fortalecimento de nossa legenda, que, como disse, por sua história e por seu peso, representa neste País uma referência incontornável de democracia e de estabilidade.

Deixo a Liderança mais experiente, mais confiante e mais seguro de que nosso Partido tem papel fundamental a desempenhar no equilíbrio institucional necessário para que alcancemos todos os fins que nossa sociedade almeja. Tenho certeza de que o PMDB está à altura dos desafios e das responsabilidades que hoje assume, do mesmo modo como está pronto a assumir outras e maiores responsabilidades no futuro, sempre que assim desejar o povo brasileiro.

Quem decide é o povo. Quem manda é o povo. E se o PMDB hoje é o maior Partido do Brasil, é o povo brasileiro que está concedendo ao PMDB o título de maior Partido do Brasil, com a maior Bancada no Senado Federal, com a maior Bancada na Câmara dos Deputados, com o maior número de Prefeitos, no Brasil afora, e com o maior número de Vereadores, Deputados Estaduais, Governadores e Prefeitos de capitais.

Parabéns, Presidente Sarney. Parabéns, Presidente Michel Temer. Que Deus lhes dê força para que possam fazer um grande trabalho à frente do Senado e da Câmara Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ocupando a Presidência, como membro do MDB, eu queria dizer o seguinte, Senador Raupp: é muito comum prestar homenagem ao sol que nasce, ao novo Líder, mas eu quero prestar uma a V. Ex^a: V. Ex^a tem a satisfação do cumprimento da missão. V. Ex^a foi um grande Líder, com a sua humildade nos uniu. “A humildade une os homens, o orgulho divide os homens.” Não fui eu que disse, mas Lacordaire, um filósofo. Mas V. Ex^a viveu isso, nos uniu. Tanto é verdade que o PMDB venceu as eleições no Senado, é a maior Bancada. E eu tenho que agradecer porque, nessa grandeza, o PMDB ocupa dois lugares na Mesa Diretora. Então, os nossos

agradecimentos. V. Ex^a tem perspectivas invejáveis no nosso MDB e na política do nosso País.

Estamos seguindo a alternância no plenário. Falou agora Valdir Raupp, como Líder do PMDB, e um orador inscrito. Está inscrito o Senador José Nery, que alternou com o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima. Em seguida, chamaremos o Líder que está aqui próximo, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós estamos alternando, como deve ser a democracia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, estou inscrito para falar como orador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito como Líder. Está aqui.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas fui o primeiro orador hoje. Troquei com o Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, aqui na lista, não está o primeiro. Está o Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Isso. Que, por coincidência, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas nós, segundo a orientação aqui, estamos seguindo a lista. V. Ex^a deixou de ser o primeiro na lista, mas é o primeiro no meu coração como Líder.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo tempo que achar necessário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quando do escândalo do mensalão e, também, quando se descobriram as ligações de várias empreiteiras com o serviço público, envolvendo agentes públicos, Governadores, Deputados, Senadores, apresentei um projeto em que todo agente público, mesmo o servidor público – digamos assim – simples até o Presidente da República, ao assumir uma função pública, tivesse as suas contas completamente abertas para serem seguidas pelos órgãos competentes: o Ministério Público, o Judiciário ou outro órgão que tivesse atribuição adequada.

Apresentei esse projeto, que está tramitando – até hoje não foi aprovado –, como uma medida, por-

que acho que nós temos que apresentar soluções que sejam cada vez mais atualizadas.

No ano passado, várias vezes vim aqui a esta tribuna denunciar casos que me revoltam e que me causam indignação. São aqueles crimes que, infelizmente, são crimes em qualquer circunstância, mas que, no meu entender, na área de saúde, passam a ser praticamente crimes hediondos, porque roubar na área de saúde é como tirar o remédio da boca do paciente, é como cortar o oxigênio do paciente.

Então, anunciei várias vezes aqui que eu pediria uma CPI da Funasa, mas não é só a Funasa que tem problema com atos ilegais na área de saúde, não. Em várias instâncias, a Funasa se notabilizou por essa questão comprovada pelo Tribunal de Contas da União e pela Contadoria-Geral da União – CGU.

Apresentei, para não ficar só na retórica, no início deste ano, o Projeto de Lei do Senado nº 35, que altera o Código Penal para ampliar a pena dos crimes cometidos contra a saúde ou a educação. Modifica o art. 317 e o art. 333.

No art. 317, acrescenta parágrafo único, dizendo que “a pena é aumentada da metade, se o crime é praticado na área de saúde ou educação”.

Incluí educação, porque acho também que roubar na área da educação é muito mais grave do que em outras áreas. Portanto, a pena tem que ser aumentada. Isso é com relação à corrupção passiva.

E na corrupção ativa?

“A pena é aumentada da metade, se o crime é praticado na área de saúde ou educação”.

Justifiquei:

A corrupção tem sido considerada a deterioração das relações políticas saudáveis e civilmente aceitas, haja vista o desvio da proteção do bem comum, da coisa pública.

A corrupção é crime e as condutas proibidas da corrupção passiva e ativa estão tipificadas nos arts. 317 e 333 do Código Penal, cuja pena cominada é de dois a doze anos de reclusão e multa.

Dados da Controladoria-Geral da União indicam que, no Brasil, a corrupção e a má gestão desviaram 25% do R\$1,6 bilhão repassado, nos últimos quatro anos, pelo Ministério da Saúde, aos 1.341 Municípios dos 5.562 existentes no País.

Segundo o Jornal **Correio Braziliense**, análise de convênios da Fundação Nacional de Saúde para saneamento público revela condutas prejudiciais às comunidades carentes, que indicam corrupção, como,

por exemplo, esquema que começa com a aprovação de obras sem projetos, alteração da proposta sem análise da documentação, uso de contas sem fiscalização nos Municípios.

Quanto à educação, o Brasil perde com a corrupção 81% do respectivo orçamento, que corresponde a R\$27,1 bilhões, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Entendemos que a corrupção nas áreas de educação e saúde destrói a confiança necessária para o desenvolvimento das comunidades.

Estudos de Felora Daliri Sherafat, intitulado “O motivo principal de miséria e fome é a corrupção!”, explana que “quando a corrupção se enraíza nas instituições do governo, o país perde a cultura de moralidade e a riqueza de caráter.

Diversos grupos, em todas as regiões, devastam os recursos da Nação, de acordo com sua força e poder de ação. Os sistemas grandiosos de corrupção alimentam os subsistemas de corrupção”.

Dessa forma, conclamamos os ilustres Pares para aprovação desse projeto, que, transformado em lei, permitirá maior prevenção das condutas proibidas de corrupção, que têm impedido o suprimento das necessidades sociais das áreas de saúde e educação.

Estou apresentando este projeto, Sr. Presidente, porque entendo que nós temos, realmente, que colocar no Código Penal penas mais severas, principalmente para esses crimes chamados de colarinho branco, mas que tem colarinho de toda cor, porque são funcionários das Prefeituras, da Fundação Nacional de Saúde, das Secretarias de Saúde que estão fazendo um mal horrível à população, que precisam ter atendimento de saúde e, do outro lado, um dado estarrecedor: 81% dos recursos da educação são desviados pela corrupção. Então nós temos realmente que combater isso de maneira muito frontal.

Outro assunto, Sr. Presidente, que tem ocupado as páginas dos jornais e também outros meios de comunicação, como a televisão e o rádio, é a chamada Verba Indenizatória. Ora, eu, desde que cheguei aqui – e acredito que, se não a unanimidade, a imensa maioria dos Parlamentares faz o mesmo – aplico a Verba Indenizatória. Mas não vamos analisar o aspecto de se aplicar correta ou incorretamente, porque, sendo de forma incorreta, é um crime e tem que ser punido.

O que entendo é que essa Verba Indenizatória foi um meio que se encontrou para, como que num tipo de desvio, cumprir um dispositivo constitucional,

porque a Constituição estabelece que o teto máximo do funcionalismo público é o do Ministro do Supremo Tribunal Federal. E quem é que tem de estar no teto máximo do funcionalismo público? São os Ministros do Supremo. Muito bem! E no Poder Legislativo, quem são? Os Deputados e Senadores. No Poder Executivo, quem são? O Presidente da República. Então, não se faz isso... Mas aí o Presidente da República tem casa, roupa lavada, comida, segurança, tudo pago pelo contribuinte. Ele diz que ganha R\$10 mil, mas, no fundo, ganha muito mais do que R\$60 mil.

Aí vamos para nós, Parlamentares. Temos um contracheque de R\$15 mil, recebemos R\$12 mil, e temos uma Verba Indenizatória de R\$15 mil. Quanto dá? É o salário do Ministro do Supremo. Então, por que essa hipocrisia? Por que esse faz-de-conta de que não ganhamos igual ao Ministro do Supremo? Por que não vamos logo, claramente, igualar o nosso salário ao do Ministro do Supremo, pagando o Imposto de Renda sobre esse salário, pagando o INSS sobre esse salário e gastando de acordo com as necessidades da nossa atividade parlamentar? E não ficar com esta história: “Vamos pagar aqui para divulgação da atividade parlamentar”. “Vamos botar aqui para aluguel de escritório” – está bem! – e “Vamos gastar com alimentação, com transporte”, com não sei o quê.

Recebemos isso todo mês, porque somada a verba indenizatória com o nosso salário, é isso mesmo que acontece. Então, não vai haver aumento nenhum, não. Apenas vamos deixar de ter essa desfaçatez de que recebemos dinheiro por meio desse mecanismo da Verba Indenizatória e vamos receber no salário, pagando o imposto sobre esse salário, pagando o INSS sobre esse salário de maneira clara.

Por isso, Sr. Presidente, dei entrada hoje numa proposta de emenda à Constituição, apoiada por 31 Srs. Senadores, que põe fim a essa Verba Indenizatória e transfere esses recursos, que a gente recebe por meio desse mecanismo, para o salário. Então, não haverá história de que fulano ou beltrano gastam desse ou daquele jeito. Se temos essa brecha de Verba Indenizatória, isso realmente facilita para aqueles que querem fazer pilantragem. Mas, se está no salário, não há como não pagar imposto, como não pagar a Previdência nem, portanto, como cumprir com o objetivo social daquilo que todo mundo recebe. Estou propondo isso, aberto e sem medo do debate, porque, se já recebemos – é bom que se diga claramente –, não

está havendo aumento de salário. Está-se colocando no salário o que já recebemos. Portanto, deixamos de ter essa desfaçatez.

Aprendi na medicina e não gosto de negócio de verdade pela metade e história malcontada. Quando se faz um diagnóstico, tem-se de fazer um tratamento correto mesmo que ele seja doloroso. É como na política. Mas, indiretamente, vai-se dizer que estão aumentando o salário? Então, vamos ser claros: nós já recebemos esse dinheiro. Apenas vamos colocar esse dinheiro de maneira correta e pagar o imposto sobre ele.

Portanto, está aqui apresentada a proposta com apoio de 31 Senadores. Espero, portanto, que o bom debate nesta Casa possa passar a limpo mesmo essa coisa de acabar com a brecha de que alguns – só alguns – usam essa verba de maneira desonesta e contaminam, portanto, a reputação de todo mundo. Colocando no salário, esses desonestos não terão como fazer. Vão ter o seu salário e aí, muito bem, façam do seu salário. Mas terão pago imposto antes, tanto o imposto de renda quanto a previdência, e com isso entendam e gastem o seu dinheiro como acharem que devam gastar. Se quiser gastar de maneira séria, na divulgação da sua atividade parlamentar, se quiser gastar com o seu transporte, tudo bem, mas o imposto já foi pago. E onde ele gastar, o imposto também estará sendo pago pelas empresas que ele utilizou. Não haverá brecha, portanto, para nota fiscal fria; não haverá brecha, portanto, para qualquer maracutaia.

Espero que esse debate seja bem analisado, tanto a proposta do meu projeto, que aumenta a pena para quem comete crimes de corrupção contra as áreas de saúde e educação da metade, quanto essa que acaba com essa hipocrisia da verba indenizatória.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos. Com sua inteligência privilegiada, o Senador Mozarildo Cavalcanti faz projetos que visam à transparência e à moralização da nossa democracia.

Ele falou como orador. Agora, nós convidamos, como Líder... O Senador Crivella está?

Está inscrito como Líder do PRB. Nós estamos alternando.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2009

Altera o inciso XI do art. 37 e o inciso VII do art. 49 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI do art. 37 e o inciso VII do art. 49 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 37.

.....
XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo estadual e municipal e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e os subsídios dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

.....(NR).”

“Art. 49.

.....
VII – fixar idênticos subsídios para os Deputados Federais e os Senadores, equiparados aos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, vedado o pagamento de verba indenizatória e observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A nossa emenda tem por escopo resolver uma questão polêmica sempre enfrentada dentro desta Casa Legislativa, que vem a ser o tema da remuneração dos parlamentares, constante alvo de críticas pela comunidade brasileira.

Os subsídios parlamentares, fixados de uma legislatura para a outra, precisam vez por outra de correção para acompanhar os índices de inflação. Esse fato gera problemas na imagem do Poder Legislativo, já tão combatida.

Como meio de resolver a questão, em abril de 2001 o então Presidente da Câmara Aécio Neves expediu o Ato da Mesa nº 62, que criou a chamada Verba Indenizatória. A partir daquela data, os ganhos parlamentares passaram a ser compostos do subsídio em si e também da referida verba. Ambos, somados, totalizam valor aproximado aos subsídios do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

O Senado Federal, nos moldes do Ato expedido pela Câmara, instituiu também a verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar, no Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2003, regulamentado pela Portaria do Presidente nº 2, de 2003. Ambos os Atos instituíram a referida verba para despesas exclusivamente relacionadas à atividade parlamentar, como aluguel de imóvel, de veículos, aquisição de material e locomoção.





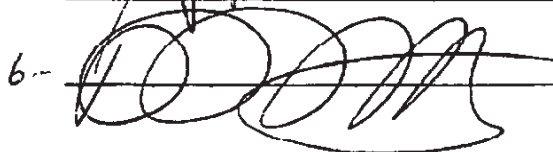
«A forma encontrada pelas duas Casas legislativas não resolveu a questão de maneira satisfatória, pois a verba indenizatória vem sendo alvo de constantes críticas, além de se perpetuar o problema da defasagem em relação aos índices inflacionários. O desgaste dos constantes reajustes, necessários para a atualização do valor dos ganhos, podem ser evitados se a presente Proposta for aprovada, já que a citada verba estará definitivamente incorporada aos subsídios e estes atrelados aos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal.

Além disso, ajudará a equacionar o problema da aposentadoria desses agentes públicos, lembrando-se que ela é calculada sobre o tempo de contribuição. Os atuais e futuros aposentados e pensionistas que serviram como representantes do Congresso Nacional ficam com as aposentadorias e pensões defasadas, pois correspondentes a 50% do benefício, dada a forma como são remunerados pelos seus trabalhos.

Esperamos, pois, a acolhida da presente iniciativa pelos nossos ilustres Pares, cuja transformação em lei trará mais racionalidade, transparência e justiça à questão da remuneração dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009.

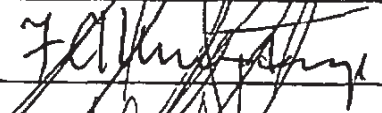

 1) Senador MOZARILDO CAVALCANTI

2- 
 3- 
 4- 
 5- 
 6- 

LÚCIA VÂNIA
 GILBERTO GOELLNER
 Daniel Campos
 DOMENECU TUMA
 Augusto Costa

7- 

PAULO DUQUE

8- 

MCS Duarte

9- 

FELIX CABEIN

10- 

JOSE NERY

11- 

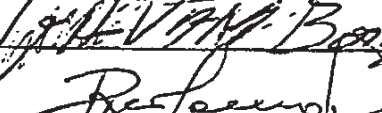
WOLFRADO SALAS

12- 

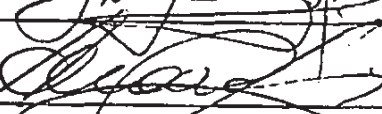
GERALDO MACHADO JR.

13- 

HERACLITO

14- 



15- 

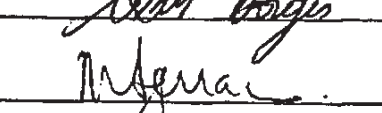
Raimundo colusso

16- 

ALVARO DIAS

17- 

Camilo

18- 

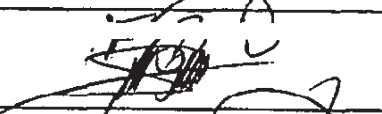
VALDIR RAUPP

19- 

Lina Borges

20- 

MANUA SERRANO

21- 

Marquie Ferrin

22- 

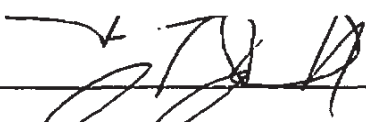
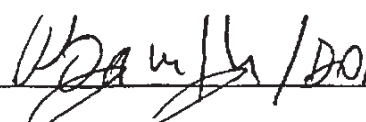
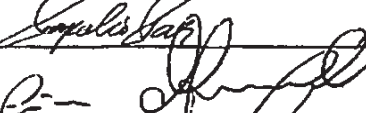
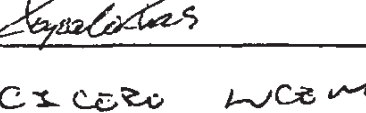
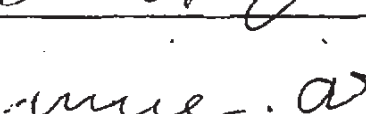
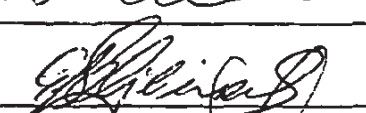
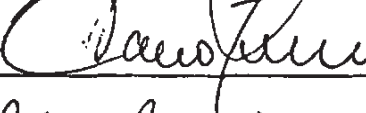
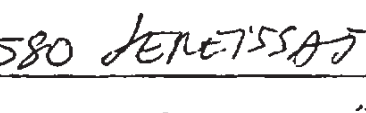
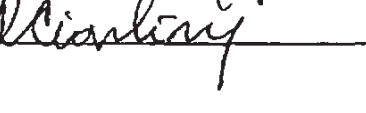
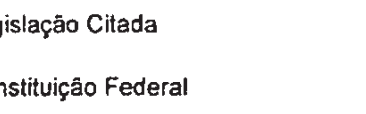
Expedito Gomes

23- 

EDUARDO AZEREDO

24- 

Jefferson Silva

25-		 / DORNELES
26-		
27-		CICERO LUCENA
28-		MANIA DO CARMO ALVES
29-		
30-		TASSO JERETISSATI
31-		ROSALBA CARLINI

Legislação Citada

Constituição Federal

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, senhores e senhoras que abrilhantam esta sessão com sua presença, boa-tarde.

Sr. Presidente, hoje, na reunião do Conselho Político com o Presidente da República, foi discutido aquilo que eu tenho aqui, de muito tempo, clamado, um pedido que tenho proclamado insistentemente ao Governo brasileiro: que ele adote um amplo programa de habitação. Um programa de habitação que possa resgatar o *déficit* habitacional que temos e que persiste no espaço, que persiste há décadas em nosso País.

Em 1970, o Brasil tinha um *déficit* habitacional – um número oficial que se falava na política, na imprensa – de sete milhões de habitações. Hoje, Sr. Presidente, passados mais de trinta anos, ainda se fala no mesmo número. O *déficit* habitacional no Brasil é de sete milhões de unidades.

Não sei se esse *déficit* inclui as casas nas comunidades carentes, nos assentamentos precários, nas periferias das grandes cidades brasileiras, mas me parece que não, Sr. Presidente. Só na cidade do Rio de Janeiro, na capital do meu Estado, temos aproximadamente mil comunidades carentes, e, nessas mil comunidades carentes, moram mais de um milhão de pessoas. E é nesse local, nessas condições improvisadas, precárias, doloridas, amargas de vida que temos hoje a proliferação do tráfico de drogas, do crime, temos ali violência, balas perdidas, invasões que a polícia realiza, a meu ver, muitas delas sem obter o êxito necessário.

Nesse enfrentamento, as balas perdidas matam inocentes, e não sei se a morte de um inocente, Sr. Presidente, compensa uma boca de fumo estourada. Eu preferia que as ações fossem muito mais de inteligência, que as Forças Armadas ocupassem as fronteiras brasileiras, conforme lei votada pelo Congresso Nacional, votada nesta Casa. Faço aqui uma menção de justiça ao falecido Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi, junto comigo, Relator dessa lei complementar que trata do emprego e do adestramento das Forças

Armadas, na qual fiz uma emenda que confere poder de polícia federal às Forças Armadas na fronteira, ou seja, a Aeronáutica, no espaço aéreo brasileiro, passa a ter as funções de polícia federal; a Marinha, no litoral; o Exército brasileiro, nas nossas fronteiras secas. E é aí, Sr. Presidente, por onde passa o grande flagelo que são as drogas.

Agora mesmo, na nossa fronteira do Brasil com Bolívia, Colômbia, Peru, Paraguai – e essa fronteira brasileira é formada, na maior parte, por uma mata espessa, por montanhas muito altas e um deserto demográfico -, pode ter certeza, Sr. Presidente, de que ali está passando uma caravana de mulas, escondida pelas copas das árvores, trazendo esse flagelo que é a cocaína e que vai suprir aqui o narcotráfico.

Pois bem, Sr. Presidente, mas toco nesse assunto porque o que me interessa falar aqui, mais uma vez, é o programa de habitação.

É preciso que o Brasil, que nós brasileiros façamos aqui um cimento social, possamos unir esses dois Brasis. De um lado, um país culto, dinâmico, um país que tem lazer; que mora bem; que é bonito; que tem condições cultas e saudáveis de vida. E a uma distância constrangedora, nós temos um outro Brasil, com uma população levando uma subvida, em condições sub-humanas, muitas vezes passando fome, com suas crianças adoecendo, em péssimas condições de habitabilidade. Esses barracos nas favelas, cenário que eu observo desde a minha infância, em minha cidade e em outras cidades brasileiras, é, hoje, a maior vergonha da cidadania. Nós, políticos, esta Casa, sobretudo o Governo, não podemos nos conformar que um País que tem calcário e argila, portanto, cimento; um País que tem um pólo petroquímico, portanto, tintas, vernizes, plásticos, borracha; um País que tem alumínio, que tem minério de ferro, exporta para o mundo inteiro, portanto, tem vergalhões, tem barras de aço, tem perfis de todo o tipo; que tem um quadro de engenheiros – o Confea, o maior Conselho profissional do mundo; um País que tem uma mão-de-obra ociosa, abundante, esperando ser treinada e empregada, com a ansiedade de um vigia que aguarda a alvorada, a esta altura de nosso desenvolvimento econômico, ainda tem amplas parcelas de população vivendo em barracos?! Nos falta argila para produzir telhas e tijolos? Nos falta madeira para fazer escoramento dessas telhas e cobrir essas casas com treliças, com tesouras, com estrutura de telhado? Nos falta plástico ou PVC para fazermos tubulações? Nos faltam metais para fazermos fios,

cabeamentos? Não, Sr. Presidente, o que nos falta é tomar a decisão política.

E é isso que hoje eu vi na reunião de que participei no conselho político do Senhor Presidente da República, em que ele disse que a equipe econômica do Governo está estudando um efetivo e, na escala da nossa necessidade, programa de habitação para ser implementado nos próximos anos. Os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, lei votada nesta Casa, aliás, o Senado Federal bateu recorde. Essa lei, Sr. Presidente, é a primeira lei de iniciativa popular depois da Constituição de 1988. O povo brasileiro se reuniu e conferiu um milhão e meio de assinaturas para o primeiro projeto de iniciativa popular depois da Constituição de 1988. Uma dessas assinaturas, inclusive, do então metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, hoje Presidente da República! E o que pedia essa lei de iniciativa popular com amplo apoio da população brasileira? A recriação do BNH, de um banco de habitação.

O Governo não fez isso, mas criou um sistema – um sistema e um fundo – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. O Fundo hoje dispõe de pouco mais de um bilhão. É pouco! Nós precisávamos fazer um milhão de casas antes do término desse Governo. E se colocarmos ao preço de R\$20 mil uma casa popular, estaremos falando de R\$20 bilhões. É disso que nós precisamos, Sr. Presidente. E não dependemos em nada de recursos do exterior. Temos tudo para que isso seja feito e para que o povo brasileiro possa ter condições melhores para sobreviver e criar seus filhos.

Sr. Presidente, a primeira favela brasileira surgiu na Guerra do Paraguai. Não me canso de contar esta história aqui da tribuna porque espero – como João Batista clamava no deserto – que isso toque a consciência do povo brasileiro. Aliás, o Cimento Social é isto, é unir esses dois brasis. Hoje, as pessoas passam em frente a uma favela e não veem que aquilo lá é um monumento hediondo, que, infelizmente, está-se transformando em um monumento perpétuo da desigualdade entre nós, brasileiros. É algo que nos envergonha a todos.

Pois bem, Sr. Presidente, a primeira favela surgiu com escravos que foram à Guerra do Paraguai como voluntários, os Voluntários da Pátria – lei de D. Pedro II, que foi publicada no **Jornal do Commercio**, no Rio de Janeiro, e immortalizada em avenidas de todas as capitais, nas grandes cidades. Em Teresina, no Piauí,

há a avenida Voluntários da Pátria; no Rio de Janeiro, tem em Botafogo a rua Voluntários da Pátria. Em todas as cidades há homenagem a esses soldados, a maioria escravos que foram à Guerra do Paraguai com a promessa de voltarem e terem alforria. Tiveram alforria, mas sem trabalho e sem moradia. Foi dada a eles, porque voltaram ao porto do Rio de Janeiro, autorização de ocuparem provisoriamente, Sr. Presidente, o morro da Providência.

Quero pedir a V. Ex^a que estenda meu tempo por mais três minutos e eu já concluirei, Sr. Presidente. Fico muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está no livro de Deus: “pedi e dar-se-vos-á”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, voltam ao Rio de Janeiro em 1870. A Lei do Ventre Livre só viria em 1871. Nessa ocasião, Nabuco, Patrocínio e Princesa Isabel tentavam nos redimir da vergonha extrema da escravidão que em 350 anos mancharam as páginas da história deste País.

Sr. Presidente, voltam 30 mil soldados, voluntários da Pátria, encontram alforria, mas sem trabalho e sem moradia, e vão ocupar, provisoriamente, o chamado morro da Providência, no Rio de Janeiro. E por que se chama morro da Providência? Porque se esperava que o Governo de então, o Governo do Imperador Dom Pedro II, tomasse uma providência.

Sr. Presidente, 130 anos se passaram e o morro da Providência até hoje aguarda essa providência. Até hoje, as casas são malfeitas, as casas são invadidas por todo tipo de pestes, ratos, baratas, lagartixas, as crianças têm problemas de verminose, ali não há um adequado abastecimento de água, coleta de lixo, distribuição de energia, tratamento de esgoto. Não há, nas universidades brasileiras, uma **house de design** para nós pensarmos a vida nas comunidades: a acessibilidade, os móveis internos, as geladeiras, os fogões. Precisa haver uma linha para assentamentos populares, para comunidades carentes. Não somos capazes, Sr. Presidente, de nos organizar sequer para dar energia solar a esses brasileiros mais pobres, trabalhadores, lutadores, desde a época da Guerra do Paraguai, para eles poderem, à noite, tomar um banho com água quente.

Sr. Presidente, é nesse sentido que, mais uma vez, ocupo esta tribuna. E quero, desta vez, parabenizar o Governo pelo anúncio desse promissor e auspicioso plano de habitação. Espero, Sr. Presidente, que essas medidas sejam implementadas e que

tenham o apoio do Congresso e da sociedade. Essa é uma dívida histórica que temos com os nossos irmãos, que crescem, sobretudo as crianças, com o estigma de serem cidadãos de segunda qualidade, com o estigma de inferioridade, por não terem sequer uma casa decente para morar. Esperamos, Sr. Presidente, que esse programa de habitação possa vir para, no mínimo, atender a um milhão de famílias antes do final deste Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos, pelas palavras, ao Senador Crivella, que defende, com muita propriedade, como engenheiro e Senador, e com sensibilidade, uma melhor habitação popular em nosso País.

Há dois oradores inscritos: o Senador Heráclito Fortes e, logo em seguida, o Senador Paulo Paim.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a está sendo chamado como orador inscrito.

Estamos alternando. Em seguida, como Líder, terá a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O Senador Heráclito Fortes é do Democratas do Estado do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos vivendo a paralisia parcial do Senado por conta da não-instalação das comissões.

As comissões técnicas são fundamentais para o funcionamento do processo legislativo no Brasil. Com isso, havendo uma obstrução justamente comandada pelo Líder Arthur Virgílio, estamos sem votar autoridades, cuja lista deve estar em torno de mais de meia dúzia.

Esperamos que esses fatos, que esses desentendimentos entre os Partidos com assento nesta Casa tenham caminho de consenso e que, logo após o período carnavalesco, façamos, então, as eleições.

Mas eu queria aproveitar, Senador Paulo Paim e, principalmente, Senador Eduardo Suplicy, membro da Comissão, para dizer que é inaceitável, que é vergonhoso para esta Casa o estado em que se encontra, Senador Romeu Tuma, o andamento da CPI das ONGs. Colocaram-se embaixo do tapete fatos vergonhosos para o País, no justo momento em que o Governo, blindado pela popularidade eventual do Presidente Lula, apadrinha milhares e milhares de entidades que não prestaram contas ou que, se as prestaram, o fizeram de maneira não convincente. São as famosas entidades “pilantrópicas”.

E nós, Senador Suplicy, estamos sendo coniventes com esses erros. Eu, como Presidente da Comissão, esforço-me, mas não consigo reunir número suficiente. E V. Ex^a, membro ativo que sempre foi das CPIs desta Casa, sagrou-se um fantástico Parlamentar exatamente por levar a fundo as denúncias em CPIs que aconteceram na Câmara dos Deputados. O mesmo ocorreu em CPIs no Senado da República. Faço um apelo a V. Ex^a para que, como membro da CPI das ONGs, ajude a dar quórum, até em respeito ao que disse o Senador Jarbas Vasconcelos – e V. Ex^a ainda há pouco teceu comentários sobre o pronunciamento de S. Ex^a.

Acho que, da maneira como estamos tratando um assunto sério, Senador Arthur Virgílio, como é o caso das ONGs, colocamo-nos em posição vulnerável.

Senador Romeu Tuma, com o maior prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Heráclito, eu sempre, desde o início, apoiei V. Ex^a quando propôs a CPI das ONGs e, hoje, por acaso, telefonei ao Senador Raimundo Colombo. Ele está na Presidência. V. Ex^a o substituiu um tempo, e ele voltou, não é isso? Porque houve uma comunicação... Até achei que ele deveria requerer, porque uma pequena parte das ONGs se cadastraram durante o período que o Ministério da Justiça ofereceu. A grande maioria não se cadastrou, e me parece que nenhuma da Região Amazônica quis se cadastrar. Então, eu sugeri – eu não sou da CPI, não fui designado – que se requeresse o que foi cadastrado e o que deixou de ser cadastrado, para se ter uma visão completa do que realmente aconteceu nessas ONGs. Então, eu cumprimento V. Ex^a e acho que não se pode largar mão dessa investigação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Romeu Tuma, na ausência, por força de licença, do Senador Colombo, eu assumi a Presidência dessa CPI e continuo a presidi-la. E quero fazer um apelo: para que esta Casa tenha a consciência coletiva de que alguma precisa ser feita, Senador Paulo Paim. O caso da Finatec é gritante! O Procurador de Brasília pediu informações, Senador Mão Santa, ao Governador do Piauí, e o Governador do Piauí se nega a responder. Se nega a responder por quê? Por que não responde, até para dar clareza a seus atos?

As denúncias são muito graves. Começaram a chegar no período do recesso, Senador Arthur Virgílio, denúncia envolvendo o Inbra, denúncia envolvendo a Petrobras. São denúncias que precisam ser apura-

das. Não é possível, não é aceitável que essa CPI vá para baixo do tapete como alguns querem. Não estão deixando, Senador Tuma, sequer que ela se reúna. Vou examinar, Senador Tuma, de acordo com a proporcionalidade, se há um mecanismo, para que V. Ex^a seja abrigado, no seu próprio partido. Caso contrário, vou solicitar ao meu Líder que ele o coloque nessa Comissão, para que, com a sua experiência e com o seu preparo, dê uma grande colaboração para que apuremos esses fatos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me permite?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, eu tenho uma sugestão para dar a V. Ex^a, porque para tudo há remédio. Se há o boicote à apuração de escândalos de corrupção, eu sugiro que V. Ex^a, com o fato, convoque a imprensa, anote os ausentes para a imprensa e diga: "Olha, esse fato deixando de ser analisado, porque boicotaram a presença, boicotaram o *quorum* da sessão". Então, esse é um santo remédio. Eu duvido que, com três rodadas de jornais, *blogs* e noticiários em rádio e TV, duvido que, na quarta vez, não esteja apinhada de gente. Inclusive, isso chama a atenção da imprensa e, portanto, da sociedade para o comportamento de cada um. Alguém defender uma situação defensável é uma coisa; alguém estar lá como se fosse um cão de guarda que não está vendo a razão do dono da casa, mas, simplesmente, quer proteger o dono da casa, isso não é próprio de quem se guinda, se elegeu para uma Casa da responsabilidade que o Senado sempre teve e da respeitabilidade que este Senado precisa recuperar. Muito obrigado, Senador, parabéns pela sua insistência num tema tão valioso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quero crer que V. Ex^a dá uma ideia fundamental. Nós poderíamos, a partir da reinstalação agora, do início do mês, distribuir a pauta à imprensa, quais são as ONGs, qual é a pauta a ser apurada, os convocados, a quebra de sigilo. Imaginem: nós não conseguimos quebrar sigilo de ninguém! Pessoas denunciadas com denúncias graves.

Senador Demóstenes, o que está ocorrendo com CPI de ONG aqui desmoraliza o Senado da República. Não adianta querer colocar debaixo do tapete esses fatos. O Piauí, por ser meu Estado e por querer ver transparência no que ali ocorre, merece um carinho especial. Não é porque o Governador é meu adversá-

rio que eu não queira que os fatos sejam esclarecidos, até para protegê-lo. O ano que vem ele poderá estar num palanque e não pode, de maneira nenhuma, deixar esses fatos sem esclarecimento.

As coisas no Piauí, Senador Mão Santa, chegaram a ponto tal que um jovem fotógrafo foi a uma solenidade ontem no Palácio, levou um *laptop* e foi roubado dentro do Palácio de Karnak. O **laptop**, instrumento de trabalho do jornalista, foi furtado lá dentro. Deprimente! A que ponto nós chegamos!

Eu registro isso com tristeza, com pesar, e me solidarizo – como V. Ex^a também, tenho certeza – com o jornalista que teve esse seu bem surrupiado nas dependências da sede do Governo do Piauí.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento em que tanto se fala na recuperação da imagem do Poder Legislativo, em que tanto se fala na transparência, esta Casa tem a faca e o queijo na mão para dar um grande exemplo: colocando em funcionamento todas as CPIs que estão aí, não se dobrando e não aceitando, de maneira nenhuma, pressões que partam de onde partir para que lamentáveis fatos sejam colocados debaixo do tapete.

Nós temos, Senador Paulo Paim, V. Ex^a que é um homem de atuação na área social. Nós temos que salvar esse grande instrumento que são as entidades ou Organizações Não Governamentais. Como se diz no seu Rio Grande, nós temos que salvar o trigo do joio. Nós temos que salvar o trigo enquanto ele ainda existe, porque não é possível nem aceitável que um instrumento de modernização, Senador Eduardo Suplicy, seja usado para pilantragem, para falcatrua e para locupletação de poucos, não importa com que objetivo, se político-partidário ou de qualquer outra natureza.

O que é preciso é que o País fiscalize. Nós temos ONGs, inclusive ONGs estrangeiras, cometendo abusos, principalmente na Amazônia. As denúncias estão aí. Autoridades militares que servem naquela área já revelaram fatos estarrecedores. Não podemos, Senador Crivella – V. Ex^a sabe muito bem o que são essas entidades –, compactuar com isso, com esse silêncio.

Portanto, aproveito esta tarde para apelar a todos aqueles que participam dessa Comissão para que não se dobrem à pressão política, para que não se deixem levar por interesses imediatos, mas para que olhem para esse instrumento que é fundamental para a Nação e que, se não for corrigida a sua rota, estaremos permitindo, de maneira deliberada e consciente, que

uma grande quantidade de recursos públicos caia no ralo da corrupção nacional.

Faço esse apelo, principalmente a essa figura que se destacou, com atuação exemplar, nas CPIs existentes nesta Casa, que é o Senador Suplicy, para que seja um paladino da fiscalização e não compactue com aqueles que querem usar esse instrumento de modernização para fins inconfessáveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu preciso seguir a recomendação do Senador Heráclito Fortes para não abusar da minha voz. Então, o aparte será feito quando ela estiver plenamente recuperada. Perdão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não entendi. V. Ex^a poderia repetir?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu estou seguindo o exemplo. Vou seguir a recomendação de V. Ex^a. Como V. Ex^a não compreende bem o que estou falando hoje, eu deixarei o aparte para quando eu estiver com a voz inteiramente recuperada e forte. Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Se o Regimento permitisse – infelizmente não permite –, eu pediria para suspender minhas palavras e continuá-las quando o Senador estivesse completamente curado, para que nós pudéssemos debater esse tema, que, tenho certeza, não só é um tema que desperta a atenção e o entusiasmo cívico do Senador Suplicy. Quanto estiver com a voz perfeita, recuperado das extravagâncias que deve ter feito nos últimos dias, poderemos contar com S. Ex^a para um debate que será benéfico para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimentamos o Senador Heráclito Fortes pelo seu pronunciamento, despertando o País à austeridade.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

É lida a seguinte

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Tendo em vista a decisão do Colendo Tribunal Superior Eleitoral e considerando os termos dos arts. 28, § 1º, e 54, II, d, da Constituição Federal, comunico a V. Ex^a que optei por assumir o Cargo de Governador

do Estado da Paraíba, para o qual fui eleito no pleito majoritário de 2006, razão pela qual, a partir desta data, deixo de exercer o meu mandato de Senador representando o referido Estado.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Atenciosamente, – **José Targino Maranhão**.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A assinatura confere com a original. Assina a nossa Secretária-Executiva.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, foi recebido hoje, 18.02.09.

O Expediente lido vai à publicação.

Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, precisamente para dizer que, tendo, como tenho, o maior respeito pela Justiça Eleitoral brasileira, portanto, referindo-me ao Tribunal Superior Eleitoral, eu aqui registro o meu descontentamento, o descontentamento do meu Partido em relação à decisão de ontem de cassar o mandato do Governador Cássio Cunha Lima por razões que julgo, se levadas ao pé da letra, farão uma devastação nos Governadores e que coloca em risco, por exemplo, o mandato do Presidente da República, porque não vejo diferença nenhuma entre aquele programa social feito – não no período eleitoral – pelo Governador Cássio e o necessário e meritório Programa Bolsa Família. Não vejo diferença entre uma coisa e outra.

Obviamente, o democrata Governador Cunha Lima recorre a quem de direito: recorre tanto na instância do próprio TSE, para o Presidente Ayres Britto, ilustre Ministro, como recorre para o Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, registro com tristeza: o Senador José Maranhão é um bom colega nosso e foi meu colega nos tempos da resistência ao regime de arbítrio. Se isso se consuma, vem para cá um suplente para lá de complicado. Não sei se ele tem mais idade ou mais processos. É uma coisa complicada. O Senado vai mergulhando e, a cada dia, se apequenando, enfim. Isto aqui está ficando uma coisa muito complicada. Ele vai chegar e dizer que é vítima de 47 injustiças – ou 52, sei lá quantas são as “injustiças” praticadas contra ele – mas perdemos um experiente Senador e

ganhamos mais um “explicandinho”, alguém que vai ficar aqui se explicando, e a Casa, perdendo em representatividade.

Não posso deixar de registrar com pesar o fato de a Paraíba perder um Governador da qualidade de Cássio Cunha Lima. A Governadora Yeda Crusius esteve lá outro dia; economista de mão cheia que é, Ministra do Planejamento que foi e, ao mesmo tempo, autora de um audacioso plano de recuperação econômica do Rio Grande do Sul. Não sei se ela vai se candidatar ou se não vai. Isso não é problema meu. É problema dela e do povo do Rio Grande do Sul. Se vai ficar popular ou se não vai também não é problema meu. O fato é que ela fez o que outros não fizeram: consertou as finanças do Rio Grande do Sul. Ela foi prestar sua solidariedade de companheira ao Governador Cássio e ficou impressionada com a ousadia e a justeza do ajuste fiscal promovido por ele naquele Estado, que está redondo para ser governado. Está administrável, porque está sendo bem administrado.

Agora, vamos aguardar. Se o Supremo der ganho de causa ao Governador Cássio Cunha Lima, nós teríamos a hipótese talvez até de uma eleição indireta, e não da posse pura e simples do Senador Maranhão. Eu preferiria ter o Senador Maranhão aqui como experiente e valioso colega nosso do que estar ouvindo aqui as explicações do seu colega, do seu suplente.

Aliás, os meus ouvidos já não aguentam mais explicação. Esta Casa não é para quem fica se explicando, não; esta Casa aqui é para quem tem respeitabilidade e goza do respeito da opinião pública. Esta aqui não é Casa de explicações pessoais, enfim.

O Senado precisa voltar a ser Senado. Aliás, estamos aqui há 16 dias sem sequer escolher as comissões técnicas da Casa. Sem sequer escolher. A Casa simplesmente não está funcionando.

Eu soube hoje que o nosso querido Presidente José Sarney disse que a Casa está funcionando. Funcionar é isso? É ficar fazendo discurso? Num momento de crise! Será que é assim que está funcionando o Senado americano? É desse jeito que está funcionando o Senado americano? Ou eles estão lá atentos a cada momento da crise, votando matéria relevante, recusando o que julgam que deva ser recusado, aprovando aquilo que julgam que deva ser aprovado?

O Senado não está funcionando. O Senado não está em clima de Carnaval, porque parece mais velório, mas já sentimos que está muito mais para férias do que para trabalho efetivo.

O nosso Presidente teria dito que ele estava ali presidindo, mas faltavam os Senadores. Eu pergunto: para quê? Eu, por exemplo, não estava. Eu ia ficar para quê? Para fazer o quê? Eu posso perfeitamente ficar no meu gabinete trabalhando, vendo minhas correspondências, e vir aqui fazer o discurso como o que eu pretendo fazer daqui a pouco sobre a Universidade do Amazonas. Não tenho que ficar aqui ouvindo quinhentos discursos e deliberando sobre nada. Não se vota uma autoridade, não se reúne uma Comissão.

Essa história de se fazer Comissão com o mais velho não vai pegar, o PSDB não vai concordar, o PSDB não vai tolerar. Nós queremos eleição. Se houver discrepância, que haja eleição. Agora, queremos decisão, e é dever do nosso Presidente liderar o Senado e, portanto, decidir. Não queremos mais velho. Eu respeito muito os mais velhos. O meu maior sonho é ficar muito mais velho. Se dependesse de mim, que morreria com 183 anos de idade, e lúcido, porque, se não for lúcido, também não adianta. Agora, não quero presidir Comissão por idade, não. Comissão representa o que cada Partido é perante a opinião pública.

O Partido do Senador Fernando Collor tem sete Senadores, uma senhora representatividade; o meu tem treze; o PT tem doze; o PMDB tem vinte; o DEM tem catorze. Então, não é o mais velho que vai resolver essa questão. Temos que ver as forças representadas nas Comissões para que o Senado funcione em paz. Portanto, espero que a gente volte do Carnaval para trabalhar, e trabalhar, para mim, não é só a gente ficar aqui na discursaria, não.

Vamos ver se acontece, no mínimo, uma eleição indireta no Estado da Paraíba, porque, sinceramente, não estou nem com vontade de interpelar. A minha vontade, o meu estado de ânimo hoje é tal que fico em dúvida se venho aqui para interpelar o Senador, que vai se explicar, ou se peço para ele me fazer a gentileza de dizer o dia que vem se explicar para eu não ouvir. Eu coloco tampão no ouvido porque não quero ouvir a explicação dele nem de ninguém.

Esta é a Casa de Rui Barbosa, e nunca ouvi falar que Rui Barbosa se explicou para quem quer que fosse. Não tem que explicar. Este é o Senado da República e tem que voltar a ser Senado.

Comunico também, Sr. Presidente, que tomei uma decisão: mandei à Mesa – já deve estar com V. Ex^a – a minha desistência dessa tal verba indenizatória. Não vejo que seja caminho para mim. Pode ser para quem

for. Respeito muito a integridade dos meus colegas, cada um age da maneira que deve agir. Mas eu não quero para mim. É um direito que tenho. Acredito que todos aqui aplicam sua verba indenizatória com muita correção, com muita justeza, com muita honestidade, enfim. Só que, no ano passado, do que tinha à disposição, eu usei uma coisa ínfima, usei R\$15 mil. Este ano resolvi não usar nada.

Então, eu não quero. Quero simplesmente que meu nome seja cortado da lista dos beneficiários dessa verba indenizatória, porque não é a forma mais justa de se tratar a questão salarial dos Senadores. Não é a forma justa. Como não é a forma mais justa e não passa pela minha goela, não passa pela minha consciência, então, prefiro ficar simplesmente fora disso.

E peço sinceramente que nós meditemos sobre os caminhos que este Senado vai tomar. Gostaria muito de fazer um pronunciamento, mas não está aqui o Senador Pedro Simon, não está aqui o Senador Jarbas Vasconcelos, vou aguardar, então. Como tudo neste País, vou deixar para depois do carnaval.

Gostaria muito de falar na frente dos dois sobre o importante pronunciamento do Senador Jarbas Vasconcelos à Nação, sobre a reação do Senador Pedro Simon ao pronunciamento, sobre a referência do Senador Pedro Simon ao meu Partido, sobre a minha opinião. O Senador quer citar um corrupto do Partido do Senador Pedro Simon, eu já cito um: o Governador do meu Estado, é o maior corrupto que tem neste País, entre todos. Os outros corruptos que me perdoem, mas este é mais que todos. E se quiserem, eu cito outros. Tem um ex-Governador que diz que administra cento e quarenta e tantas fazendas, enfim. Ele não consegue nem controlar o gado que nasce ali. Deve ter mais gado ali do que chinês. Mas vamos deixar isso para a hora própria.

Por hora, aqui confesso um clima de muito desalento. Isso aqui parece um velório, literalmente um velório. Não estou sentindo o clima de um Senado em efervescência. Escolhemos o Presidente há 16 dias, e a Casa está – vamos ser honestos – literalmente parada. A Casa não está funcionando. Porque funcionar não é só a discursaria. Funcionar é votar, funcionar é deliberar, funcionar é opinar sobre a crise e deliberar sobre a crise. Tem coisas substantivas que não estão sendo examinadas e eu, sinceramente, espero que, no início do ano, no País do carnaval, o ano começa depois do carnaval mesmo, espero que a gente aqui venha com ânimo de encarar a responsabilidade que

pesa sobre nossos ombros e que é muito grande. O Senado não pode fingir que não tem uma crise e não pode virar as costas para as soluções a esta crise que aí está, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, este Senado é tão grandioso que eu relembro um discurso do estadista Benjamin Disraeli, no Parlamento inglês. E V. Ex^a quase viveu as palavras. Benjamin Disraeli disse: “Não se queixe, não se desculpe, não se explique. Aja ou saia. O que vale é resultado”. Então, esse discurso de Disraeli vive até os dias de hoje – e estou repetindo. V. Ex^a, com a sua inteligência brilhante e a grandeza de ser Oposição, engrandece esta Casa e a democracia. Eu lembraria apenas que Rui Barbosa, que está ali em cima, foi muito mais tempo Oposição do que Governo.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a está inscrito, depois, como Líder. V. Ex^a vai querer usar como Líder? Ele está pedindo pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Claro, sem dúvida. O Senador Crivella pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Crivella pede pela ordem, e o Senador Fernando Collor também.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu disponho de quantos minutos, Senador Mão Santa?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Como nós aqui estamos fazendo um pacto, estamos alternando, são dez, mas prorrogarei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É um discurso sobre a Universidade do Amazonas e, como se trata de uma homenagem que prestaram ao meu pai, dando o nome dele para o *campus* universitário da Universidade Federal do Amazonas, eu tenho a impressão de que talvez passe um pouquinho desse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estou aqui na Mesa apenas para garantir a voz dos Senadores da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Crivella, do PRB.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a renúncia do Senador Maranhão – e vamos todos sentir a falta deste ilustre companheiro nesta Casa –, assume o Senador – que já esteve aqui conosco – Roberto Cavalcanti, que, nos quatro meses que pas-

sou aqui, prestou um serviço relevante, apresentando projetos, requerimentos.

Lembro que o Senador Roberto Cavalcanti, que é do meu partido e que passa a assumir os quadros da representação popular da Paraíba, tem uma história, Sr. Presidente, que nós devemos aqui respeitar.

Foi companheiro de universidade do Senador Sérgio Guerra; foi aluno do Senador Cristovam Buarque; esteve nas fronteiras da resistência democrática; teve um primo barbaramente assassinado no Estado da Paraíba e sempre foi um homem que lutou contra a corrupção. A história dele no seu Estado é respeitada. Os seus contemporâneos, quem o conhece, sabem que se trata de um cidadão íntegro. Não terá nada que explicar a ninguém. Tem um mandato a assumir – prerrogativa legal –, e eu quero aqui dar a ele as boas-vindas, dizer que o Senado Federal e o povo brasileiro esperam que ele possa exercer o seu mandato à altura do Senador José Maranhão, que aqui defendeu com bravura o povo da Paraíba.

Então, espero que ele possa exercer o seu mandato com a colaboração de todos e que possa também trazer para cá, fruto de sua experiência e de sua luta na vida democrática, conhecido por vários Senadores aqui, aquilo que a Paraíba espera dele.

Como Líder do partido, dou a ele as boas-vindas. Pode ter certeza de que contará com o apoio da nossa pequena Bancada. Nosso partido começou há apenas dois anos. Somos cinco Deputados Federais, dois Senadores, um Vice-Presidente da República, mas é um partido que cresce, Sr. Presidente, e do qual tenho orgulho; fazemos parte de um grande partido.

Eu era Líder de uma Bancada de cinco Senadores. Deixei a Liderança para ser um Senador solitário, por acreditar que a fundação desse partido traria alento às questões nacionais mais prementes do povo brasileiro. Ele também entrou num partido pequeno, com todas as dificuldades de um partido pequeno e, agora, vai ter de enfrentá-las, aqui, no plenário desta Casa.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esclareço que o Suplente do Senador José Maranhão é o Senador Roberto Cavalcanti. Ele já exerceu mandato, pela suplência, um período. Então, não será necessário tomar posse nem fazer juramento. Há apenas uma

documentação que a Casa exige seja apresentada à Secretária Executiva.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Fernando Collor, ex-Presidente da República do nosso Brasil.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, é para um registro, questão que me traz hoje a esta tribuna. E gostaria de lhe pedir para que ficasse registrado nos *Anais* do Senado este ofício que o Ministro da Defesa, Ministro Nelson Jobim, encaminhou ao Sr. General-de-Exército Enzo Martins Peri, que é o Comandante do Exército, nos seguintes termos:

Senhor Comandante,

Ao término da exitosa operação humanitária que culminou com a libertação de seis colombianos sequestrados pelo movimento guerrilheiro denominado Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, reconhecemos a decisiva participação de militares e meios aéreos do Exército Brasileiro nessa empreitada, ocorrida em fevereiro do corrente ano, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

É, pois, com satisfação que o País e, em particular, o Ministro da Defesa enaltecem o destemor, a dedicação e o profissionalismo desses homens fardados em tão complexa operação militar e humanitária.

Ao cumprimentar as tripulações e demais militares que, com desprendimento, adentraram a selva colombiana e desafiaram a extensa Cordilheira dos Andes, no abnegado intuito de contribuir para a libertação de semelhantes, apresento os meus cumprimentos ao Comando do Exército, que, mais uma vez, demonstrou o alto nível profissional de seu pessoal.

Atenciosamente, – **Nelson A. Jobim**, Ministro de Estado da Defesa

Era esse registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, e agradeço a V. Ex^a a oportunidade que me dá.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FERNANDO COLLOR EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Ofício nº 1508/MD

Brasília, 12 de fevereiro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
General-de-Exército ENZO MARTINS PERI
Comandante do Exército
QGEx – Bloco “A” – 4º andar - SMU
70.630-901 - Brasília - DF

Assunto: **Cumprimentos**

Senhor Comandante,

Ao término da exitosa operação humanitária que culminou com a libertação de seis colombianos seqüestrados pelo movimento guerrilheiro denominado Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, reconhecemos a decisiva participação de militares e meios aéreos do Exército Brasileiro nessa empreitada, ocorrida em fevereiro do corrente ano, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

É, pois, com satisfação que o País e, em particular, o Ministro da Defesa enaltecem o destemor, a dedicação e o profissionalismo desses homens fardados em tão complexa operação militar e humanitária.

Ao cumprimentar as tripulações e demais militares que, com desprendimento, adentraram a selva colombiana e desafiaram a extensa Cordilheira dos Andes, no abnegado intuito de contribuir para a libertação de semelhantes, apresento os meus cumprimentos ao Comando do Exército que, mais uma vez, demonstrou o alto nível profissional de seu pessoal.

Atenciosamente,



NELSON A. JOBIM
Ministro de Estado da Defesa

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência se associa ao louvor a todos os membros das nossas Forças Armadas que participaram dessa ação em defesa dos princípios democráticos da nossa América do Sul.

Com a palavra o líder do PSDB, que representa o Estado do Amazonas, o Senador Arthur Virgílio.

V. Exª pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente, um tempo do tamanho do Estado que V. Exª representa. E V. Exª representa o Brasil democrático.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Procurarei ser bastante breve, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, antes de mais nada, uma informação para o meu prezado colega e amigo Senador Marcelo Crivella. Não tenho hábito de jogar palavras fora, mas há um *síte*, que vou passar à mão de V. Exª – e é um direito do cidadão do *síte* ter opinião diversa da sua –, que diz:

Roberto Cavalcanti responde na Justiça por cinco crimes [e vou dizer a V. Exª quais são os crimes]: corrupção ativa, estelionato, formação de quadrilha, uso de documentos falsos e crimes contra a paz público. Tramita na 3ª Vara da Justiça Federal da Paraíba e é conhecido no Estado como o escândalo da Fazenda Nacional.

Mas sei que V. Exª haverá de ser uma valiosa testemunha de defesa em todos esses processos a que responde o suplente de Senador Roberto Cavalcanti.

Por outro lado, se V. Exª puder me mandar alguma coisa que ele possa ter feito de relevante no tempo que passou aqui no Senado, eu gostaria muito de saber o que foi, seja projetos, discursos. V. Exª disse que ele prestou serviços, e eu gostaria de saber quais, em que Comissões. Quem sabe eu mudo a minha opinião. Mas, por ora, encaminho ao gabinete de V. Exª cópia deste documento. V. Exª, muito facilmente, acessando a Internet, poderá constatar se é verdade ou não que ele responde a esses crimes tão graves. Não é Vara de Fazenda estadual em que supostamente poderia haver manipulação de Governador, mas Vara de Fazenda Federal.

Tem um aparte V. Exª.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Exª me permita. Eu conversei com ele hoje, antes de ele tomar posse, exatamente sobre isso. As explicações que me dera foram convincentes, vou encaminhar ao gabinete de V. Exª, e me disse inclusive que já tinha conversado com o Senador Sérgio Guerra – de quem foi contemporâneo na Universidade. O Sérgio o conhece desde a época da escola...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Crivella, eu pediria permissão para que nós, em respeito aqui ao Pedro Simon, que é meu tutor, sejamos regimentalistas. Ele está como líder. Não tem aparte.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Mas encaminharia a V. Exª o pedido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas aí já há uma contradição. V. Ex^a diz que ele não teria que se explicar de nada e diz que ele deu explicação a V. Ex^a.

Então, se isso explica V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, eu pediria também permissão para prorrogar por mais uma hora para que todos tenham condição das liberdades democráticas ao uso da palavra.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Encaminharei ao gabinete de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, eu digo Sr. Presidente, que, se prestou explicações ao Senador Crivella, é porque tem explicações a prestar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sr. Presidente, por questão de justiça, eu queria que V. Ex^a recontasse o tempo do Senador Arthur Virgílio para que ele iniciasse o tempo, porque tivemos aqui esse... Eu estou aqui para ouvir o Senador Arthur Virgílio e não quero que ele seja cerceado. Evidentemente que ele traz um outro assunto à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A minha presença aqui é justamente para garantir o tempo e a voz da democracia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas, enfim, se tem o que explicar ao Senador Crivella, tem o que explicar a mim, tem o que explicar aos Senadores com assento nesta Casa. Então, tem o que explicar. É diferente de quem não tem o que explicar. Se tem o que explicar, é óbvio que em algum momento ele será cobrado a dar as explicações. E eu repito, que esta Casa deve se sentir farta, porque eu estou farto de ouvir explicações. Isto aqui deveria ser Casa de pessoas que não têm explicações a dar em relação à sua probidade e à sua honradez pessoal.

Mas Sr. Presidente, eu trato de um assunto mais ameno e muito caro para mim. Já que estamos falando aqui de peculato, de estelionato, enfim, caro não é em dinheiro, caro ao meu coração.

Há meio século, dois meses antes da inauguração de Brasília na Câmara dos Deputados, um gesto, também pioneiro, haveria de inscrever-se para sempre na História da Educação do meu Estado, o Amazonas, e do País. Naquele 18 de fevereiro de 1960, o então Deputado Federal Arthur Virgílio Filho formalizava o projeto de lei do qual resultou a criação da Universidade Federal do Amazonas.

Cinqüenta anos antes disso, ou seja, há cem anos, nascia a Universidade Livre da Manaus – nos tempos em que se escrevia Manaus com “os” no final –, que, pela proposição de meu pai, e, como base, viria a se converter na Universidade Federal, sonho que ele tanto acalentava.

Para júbilo nosso, o Amazonas dera, então, mais uma passo pioneiro na área do ensino superior. Não foi em vão. Seu povo pôde corresponder à idéia e a instituição se tornou central de saber, de influência indiscutível em outra idéia, a do Pólo Industrial de Manaus, hoje foco de avançada tecnologia de que se orgulha o Brasil.

A UFAM existe pelo esforço de um legislador. Em meio à Grande Floresta e por ela emoldurada, a iniciativa de meu pai plantava, na distante região, a semente da primeira universidade federal do Brasil, hoje centenária.

Só isso, esse gesto que revela visão e grandeza, seria suficiente para dele orgulhar-me. Mesmo que nada mais existisse na sua biografia, entremeada de lutas, em que se narram heróicas e patrióticas proezas pela defesa da democracia, do Estado de direito e contra as tirania e ditaduras. Uma verdadeira odisséia cívica que lhe custou, por ato do golpe militar de 1964, a cassação do mandato de parlamentar que lhe foi conferida pelo povo do Amazonas.

Transcorrido esse meio século, a Universidade Federal do Amazonas resgata o nome de meu pai, por iniciativa do magnífico Reitor Hidembergue Ordozgoith da Frota.

Com a iniciativa do ilustre mestre, a nossa universidade dá ao País notável exemplo de democracia e de reconhecimento a um grande amazonense, cuja vida foi toda dedicada à causa das liberdades fundamentais.

Minha emoção começou com a leitura das linhas de abertura do texto e da Exposição de Motivos submetida ao Conselho de Administração da Universidade.

Distanciadas das praxes rotineiras, ali figuram palavras que, o colegiado de gente da UFAM, expõem e justificam o nome com o qual passou a denominar-se o espaço de significação maior para a Educação, em Manaus, o Campus da Universidade Federal do Amazonas, agora Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, o nome de meu pai, o criador da UFAM.

A iniciativa, gesto de grandiosidade, é também gesto de nobreza. Nobilitante, sim, por interpretar e perenizar o reconhecimento a um amazonense que, em 1960, representante do Amazonas na Câmara dos Deputados, propôs o projeto de lei que viesse a se transformar em Universidade Federal a nossa Universidade Livre de Manaus, a primeira instituição de ensino superior do País, hoje centenária.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda sob as emoções do gesto do Reitor Hidembergue Frota, li o bem elaborado parecer do relator indicado para o exame da matéria levada aos conselheiros. Primoroso, o texto do ilustre Professor Clynio de Araújo Brandão, filho do saudoso Desembargador Benjamin Brandão, exemplar figura democrata que, por isso mesmo, foi também outra vítima do arbítrio da ditadura: cassado pelo Ato Institucional nº 1, seu nome e os exemplos de dignidade jamais serão esquecidos pelo povo do Amazonas. Recentemente, tive a honra de prestar homenagem à memória dessa brilhante figura de magistrado.

Menos pelos laços familiares e muito mais para inscrever nos Anais do Senado esse digno gesto de resgate do nome de um homem público amazonense, entendi que também deveria acrescentar a este pronunciamento alguns pontos da tramitação do Projeto de Lei nº 1.554, daquele 18 de fevereiro de 1960.

Eram os idos de 1960, um tempo em que não existiam sistemas informatizados, pelo que o acompanhamento, *pari passu*, da matéria, está registrado em manuscritos, folha a folha. Nelas, vejo que, na Comissão de Justiça, foi relator o íntegro e saudoso Deputado Nelson Carneiro, depois o imortal Senador Nelson Carneiro. Em seguida, na Comissão de Educação, o exame do mérito foi confiado ao ilustre Deputado Jonas Bahiense, do PTB do Rio de Janeiro.

Aprovado em plenário no dia 4 de abril de 1962, o projeto foi, em seguida, acolhido pelo Senado Federal, para, no dia 12 de junho de 1962, converter-se na Lei nº 4.069-A. Estava criada a Universidade Federal do Amazonas!

Meu pai logrou a aprovação dessa matéria tão relevante para o meu Estado, como Deputado. E era Líder do Governo Goulart, já como Senador, quando a matéria foi aprovada no Senado. Portanto, ele acompanhou do nascimento até o final, até a aprovação última, essa lei que mudou para melhor a face econômica e social do Estado do Amazonas.

Dessa data aos dias de hoje, a UFAM consolidou-se e, em plena Floresta, tornou-se um centro de referência voltado para o ensino e pesquisa. Sua presença é vigorosa alavanca para o desenvolvimento do Amazonas e de toda a Amazônia. Ela, que foi berço da formação do meu pai, quando ainda era Universidade Livre de Manaus, é, na atualidade, inestimável pólo de saber e ciência a serviço do Amazonas, da Amazônia e do Brasil.

Na data de hoje, comemorativa da marca de 49 anos do projeto de lei de iniciativa de meu pai, sensibiliza-me a homenagem da UFAM ao seu criador.

Apraz-me, também com emoção, registrar algumas das palavras do relatório do professor Clynio, para quem, dentre os assuntos que examinou, *“nenhum se mostrou por sua inteireza, grandeza e justiça, maior, pelas próprias razões que tal ato encerra”*, qual seja o gesto do Reitor ao sugerir ao Conselho de Administração o nome da Arthur Virgílio Filho para o Campus da Universidade.

No mesmo ato do Reitor, as ruas internas do Campus passam a ter os nomes de ex-Reitores da Universidade, que passo a mencionar como homenagem a esses educadores eméritos, já falecidos. Leio com respeito e admiração os nomes, já na configuração, com que se agregam aos temas viários da Universidade:

– Avenida Professor Jauary Marinho: via iniciada na entrada do campus, na Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, passando pela primeira rótula para, em seguida, até à entrada no Instituto de Ciências Humanas.

O Professor Jauary Marinho, como bem nota o Relator, *“foi o responsável pela consolidação da Faculdade de Medicina, ao possibilitar que candidatos excedentes de outras faculdades do País ali ingressem”*.

– Avenida Professor Otávio Hamilton Botelho Mourão: via que inicia na primeira rótula e segue até à entrada do Instituto de Ciências Humanas e Letras.

A ele se deve a arrancada para a construção do campus da UFAM.

Avenida Prof. Roberto Vieira, via que inicia a segunda rótula, contorna o Setor Norte e segue até a entrada do Instituto de Ciências e Letras.

Além de obras de reformas no campus, implantou a reforma universitária no campus.

Av. Prof. Aderson de Menezes: via que inicia em frente ao Museu Amazônico, na Av. Prof. Jauary Marinho, e vai até a granja da FCA, no setor sul do campus, Faculdade de Ciências Agrárias.

O Prof. Aderson foi o primeiro reitor da UFAM. É autor do livro Teoria Geral do Estado, ainda hoje adotado em diversas faculdades brasileiras.

Em seu parecer o Prof. Clynio diz, ademais:

“(…)Os vultos homenageados compõem a história sentimental da nossa Universidade Federal do Amazonas e, sobretudo, o legado da oportunidade que a UFAM tem propiciado a milhares de jovens inseridos assim socialmente ao longo de sua gloriosa História”.

Como justificativa à homenagem, o mestre cita Pe. Antonio Vieira:

“É coisa tão natural o responder que até os penhascos respondem e para as vozes têm eco. É tão grande a violência de não responder que, aos que nasceram mudos, fez a natureza também surdos, porque se ouvissem e não pudessem responder reberariam de dor.”

Pensamento genial de Pe. Antonio Vieira.

Para o Prof. Clynio Brandão, sua incumbência teve o sabor *“de um desafio que é feito todo dia aos homens: a virtude da gratidão”*.

De novo, ele cita Vieira para salientar que: *“Somos o que fazemos. A história registra o que fizemos”*.

Na descrição histórica do *campus*, o ilustre mestre da UFAM sinaliza:

“O campus universitário que ora se pretende nomear assistiu, durante décadas, o silêncio dos homens na fuga do esquecimento, sem cantar as loas merecidas ao reconhecimento de fazer ostentar um nome que constituísse na evocação da canção maior da gratidão”.

Bem a propósito, traz e incorpora ao seu parecer versos do poeta amazonense Alencar e Silva:

*“Para falar aos homens
basta que lhes tenhamos o que falar,
pondo aí a unção e o grão do amor
com que falamos à amada.”*

São também do Prof. Clynio Brandão as palavras com que se refere à iniciativa do projeto de lei proposto, como disse, há meio século à Câmara dos Deputados, pelo então representante do Amazonas:

“O nome que se propõe dar ao campus da Universidade Federal do Amazonas é o do saudoso Senador Arthur Virgílio Filho, ex-aluno da então Faculdade de Direito do Amazonas, turma de 1947, turma essa que teve a grande responsabilidade histórica de ter sido a primeira após a reconstitucionalização do Brasil, verificada em 18 de setembro de 1946. Arthur Virgílio Filho foi marcado em sua vida com esse clarão das liberdades das liberdades constitucionais, o que constituiu o apanágio de toda a sua luminosa trajetória. Jornalista, advogado, político, exerceu os mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República. Foi brutalmente cassado pelo Golpe Militar de 1964 por suas opiniões e posições democráticas, o que, com certeza, constitui um galardão que os Anais do Senado com orgulho registram.

Após a redemocratização – prossegue – assumiu a Presidência do Instituto Nacional de Seguridade Social, atual INSS, dando à instituição a dimensão de seriedade que sempre pautou os seus atos.

Em todas as suas atividades públicas, colocou a sua marca: honradez, coragem e determinação.

Em 1960, o destino o encontra na Câmara Federal e, por inspiração que se deve por certo aos mistérios dos seres amazônicos, apresenta projeto para a construção da Universidade do Amazonas, a UA, hoje Universidade Federal do Amazonas UFAM.

Em sua brilhante e apaixonada exposição, Arthur Virgílio Filho queda-se de amor e de certeza à terra que lhe serviu de berço.”

Fecho aspas para o Professor Clynio Brandão.

As palavras da justificativa do projeto de meu pai que o Professor Clynio menciona são as que se seguem.

Então, aspas para o Deputado Arthur Virgílio Filho:

“O Estado do Amazonas, contando com uma população de quase 700 mil habitantes, [isso em 1959] dispõe apenas de uma Faculdade, de Direito, federalizada, e de uma Faculdade de Ciências Econômicas, estadual, reconhecida pelo Ministério da Educação. Só esse enunciado seria suficiente para justificar a aprovação do projeto que tenho a honra de submeter à douta consideração da Câmara. A mocidade amazonense, na sua maioria carente de recursos financeiros suscetíveis de assegurarem o estudo fora do Estado, fica, em decorrência dessa deficiência, impossibilitada de seguir a verdadeira vocação, o seu real pendor intelectual, porque o seu campo de escolha está limitado tão-somente a duas faculdades de Ensino Superior. Impende acrescentar que a cidade de Manaus, pela sua condição geográfica e maiores possibilidades culturais, é o centro de atração para os jovens dos Territórios Federais de Rio Branco, Rondônia e Acre, os quais, na capital do Amazonas, cursam, via de regra, o currículo secundário para depois se deslocarem para Belém ou outras capitais, quando não é o Direito ou a Economia o ciclo universitário que desejam perlustrar. Tal situação, gerando atraso de gerações que não encontram oportunidades para expansão de vocações em prejuízo da cultura regional e nacional, acarreta inúmeras conseqüências negativas, entre as quais as seguintes: impede a formação de técnicos especialistas de que a região tanto precisa, sobretudo no campo da Medicina, da Engenharia e da Agronomia, enquanto forma bachareis em Direito, em número superior à capacidade de absorção do Magistratura, do Ministério Público e da advocacia profissional do Estado. obriga os jovens a procurarem outros centros de cultura, onde, não raro, se radicam, depois de formados, atraídos pelas possibilidades maiores que encontram, não mais regressando à terra que tantas esperanças depositava na sua atuação futura. Na base do que preceitua a Constituição, é dever do Poder Público ministrar o ensino nos diferentes ramos da educação (art. 167) e amparar a cultura (art. 164) [isso se refere à Carta de 1946]

Criando a Universidade do Amazonas, com os ramos de Direito e Economia já em funcionamento, Medicina, Engenharia Agrônômica, Agronomia, Odontologia e Farmácia, o Poder Público cumpriria um dever intransferível, levando outros ramos da educação à mocidade do extremo Norte, amparando a cultura numa região que precisa, o quanto antes, ser integrada, em todos os sentidos, à vida nacional.”

Sala das sessões.

E a assinatura do então Deputado, e depois Senador, Arthur Virgílio Filho.

Encerro, Sr. Presidente, requerendo que passe a constar deste pronunciamento o anexo roteiro de tramitação do Projeto de Lei nº 1.544, de 1960.

Valho-me também deste momento para expressar agradecimentos sinceros ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Amazonas, Professor Hidembergue Ordozgoith da Frota, ao Relator da proposta, o ilustre Professor Clynio de Araújo Brandão, a todos os membros do Conselho de Administração, aos professores, servidores e alunos da Universidade Federal do Amazonas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 de Regimento Interno.)

 Matéria referida:

Anexo da tramitação do Projeto de Lei nº 1.544, de 1960.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Diretoria dos Serviços Legislativos

EMENTA

PROJETO Nº 1.554 de 18 de Fevereiro de 1960
Convergência no Compromisso da União, durante três anos consecutivos, a verba em R\$ 35.000.000,00 para a constituição da Universidade de Amazonas e autonomia e dotação orçamentária e administrativa da Educação Cultural, o crédito especial de R\$ 35.000.000,00 referente ao convênio assinado.

ANDAMENTO
Leis 18-2.60 e 1182-2.60 e suas alterações. Lei 182-2.60 e suas alterações de substituição e publicação. Ato de publicação e finalização. Financiam. b.c.m. de 19-2.60, pag. 1182-2.60.

Com. de Justiça
Leis 182-60 é distribuído ao Sr. Nelson Carneiro (P.C.) de 5.4.60, pag. 1182-60.

Comissão de Const. e Justiça
Leis 182-60 e a proposta unânime de parecer pela constituição de comissão com emenda, do relator Sr. Nelson Carneiro (P.C.) de 5.4.60, pag. 1182-60, 1ª coluna.

Comissão de Const. e Justiça
Leis 182-60, 1ª coluna, pag. 1182-60, 1ª coluna, republika-se a ata do dia 21.3.60.

Com. de Educação e Cultura
Leis 182-60, 1ª coluna, pag. 1182-60, 1ª coluna.

Comissão de Educação e Cultura
Leis 182-60, 1ª coluna, pag. 1182-60, 1ª coluna, solicita ao Sr. Nelson Carneiro (P.C.) de 9.11.60, 1ª coluna, republika-se a ata do dia 9.11.60, 1ª coluna, pag. 1182-60, 1ª coluna.

Conf.

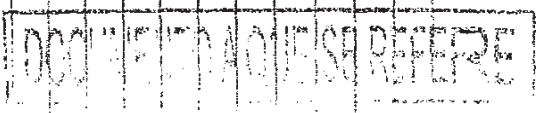
At. 11.11.60

nd. 100. 100.
4069-A- de 12-6-62

publicação no Diário Oficial de 27-6-62

Assinatura do Secretário de Redação

ANEXADO a este o Proj. 2439/60.



ANDAMENTO

1961

Com 10.1.61 e 11.1.61 o Conselho de Cultura e Cultura, solicitando o parecer do

Comissão de Educação e Cultura. No ensejo da discussão o sr. Lauro Cruz sugeriu a publicação do parecer do relator com substitutivo, o que foi aprovado pela Comissão. (DCH-11.5.961-pág. 3996-2acol.)

Comissão de Educação e Cultura. 1ª coluna encontra-se publicada no D.C.N. de 11.1.61, pág. 58, 2ª col. para o parecer do relator, Sr. Jonas Bahiense, que trata sobre substitutivo ao presente projeto e ao de nº 240/1960.

Comissão de Educação e Cultura. Em 27.7.961. Na ausência do relator, Sr. Jonas Bahiense, o Secretário da Comissão lê parecer do relator que contém incl. aprovação do projeto, com apresentação de substitutivo. É deferido o pedido de vista formulado pelo Sr. Lauro Cruz, que visa apresentar emendas ao projeto - D.C.N. de 10.8.961, pag. 5630, 4ª coluna.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Em 6.7.961 - é adiada a apreciação do presente projeto, em virtude da ausência do relator, Sr. Jonas Bahiense - D.C.N. 29.7.961, pag. 5 184, 2ª coluna.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA. Em 8.12.61 - é distribuído ao Sr. Clodomir Millet, DCH 11.12.61, pag. 10605, 1ª col.

Em 10.12.61 é lido e vai a comissão tudo parecer: da C. de Cultura, para ser lido ao artigo 1º, para Educação e Cultura, para substitutivo e de parecer, favorável ao substitutivo. (DCH 11/12/61, pag 6, 1ª col. Sup.)

(CONTINUA)

-2-

AMERICA
ANTONIO VIRGILIO

PROJETO Nº 1 554 de 18 de fevereiro

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Diretoria de Serviços Legislativos
EMENTA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Em 6.12.961 - é aprovado por unanimidade parecer do relator, Sr. LAURO CRUZ, com substitutivo ao presente projeto - D.C.N. de 6.2.962, pag. 53, 3ª coluna.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

[Handwritten signature]

[Handwritten note:] O Conselho de Pagamento em 8/12/62, é apontado unanimemente, o parecer favorável de Sr. Clodomiro N.illet (D.C.N. 7/4/62, pag. 1388, 3ª col.)

Em 29.3.962, o sr. Presidente anuncia a discussão única. Falam os srs. Aurélio Viana e Arruda Câmara.

(D.C.N. 30.3.962-págs. 1143 a 1150)

Em 30.3.962, o sr. Presidente anuncia a discussão única. Falam os srs. Sérgio Magalhães e Pereira da Silva. Não havendo mais oradores inscritos é encerrada a discussão. Adida a votação. (D.C.N. 31.3.962-págs. 1203 a 1208)

[Handwritten signature]

ACORDAMENTO

Em 4.4.962, o sr. Presidente anuncia a votação, em discussão única.
Em votação o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura - APROVADO.
Vai a redação final, ficando prejudicadas as demais matérias.
(DCM-5.4.962-pág.1524-1ª a 3ª cols.)

em 2/5/62, pelo of. 583, é áncã inbado ao 1ª v. do Senado Federal. (DCM/18/5/62, pág. 2459, 1ª col.)

Doc no 4069-A-12-6-62

Subl no 2010-27-6-62

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador Arthur Virgílio?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – S. Ex^a falou como Líder; não é permitido aparte. V. Ex^a está inscrito e poderá complementar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, eu só queria apartear-lo porque está fazendo um discurso em homenagem ao grande político do Estado do Amazonas que foi seu pai, Arthur. Vou deixar para fazer essa homenagem ao Senador Arthur Virgílio...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a concordância total da Presidência.

Eu quero acrescentar os nossos aplausos. O melhor aprendizado que tive foi quando eu recebi o livro – e oriento V. Ex^a: **Os Melhores Discursos do Senado**. Existe um DVD. E o seu pai, Senador Arthur Virgílio, está lá como um dos grandes oradores. Um trabalho feito pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães.

Eu queria ir além. Leonardo da Vinci, que foi o líder da revolução do Renascimento, disse: “Mau discípulo é o que não suplanta o mestre”. Sei que o seu pai foi grandioso, mas você foi o grande e bom discípulo dele. Continua a gratidão da geração dele e a nossa, que temos agora, pela coragem e inteligência de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio, nós vamos atender, na forma regimental, a solicitação de V. Ex^a.

Senador Flexa Ribeiro, estamos alternando. Ele falou como Líder, e V. Ex^a está inscrito como orador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, Senador Mão Santa, mas vou liberar a minha inscrição, se V. Ex^a atender.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a estava inscrito. Então, V. Ex^a cede para a nossa Rosalba?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muita honra, Senadora Rosalba.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a quer abdicar ou quer alternar com ela para falar mais tarde?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou abdicando da inscrição.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Ele é o último?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. V. Ex^a poderá usar da palavra como oradora inscrita.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – E quem é agora?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já está sendo anunciada, Senadora Rosalba Ciarlini, como oradora inscrita.

Com licença. Está inscrito, como Líder, o Senador Casagrande. Ele está na Casa?(Pausa.)

V. Ex^a, Rosalba Ciarlini, pode usar da palavra.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, ontem vim a esta tribuna exatamente para fazer um relato sobre a situação de insegurança que vive a população do Rio Grande do Norte. Nas nossas palavras, fiz o registro da ocorrência, no final de semana, somente na capital do Estado, em Natal, de sete homicídios. Na realidade, o que mais me surpreendeu foi que, após esse pronunciamento, recebi *e-mails*, ligações de pessoas do interior do Estado, cada uma contando a sua história, o quanto a violência também estava chegando às cidades antes tão tranquilas do interior do Estado.

Infelizmente, a insegurança, nessa época de verão, quando o Estado recebe tantos turistas, aconteceu também na praia, com assaltos e as mais diversas formas de violência. E alguém pode dizer: “Mas como, se é uma cidade turística, num Estado turístico, que tem de dar todas as condições de segurança, de apoio?” Falta aí, Sr. Presidente, um planejamento maior, uma questão de prioridade do próprio Governo do Estado de dar condições para que realmente a segurança venha acontecer de forma mais efetiva, para que possamos ter a atividade turística no Rio Grande do Norte prosperando ainda mais, porque as pessoas que lá chegam vão sentir-se ainda mais seguras.

Acharam até que eu não deveria falar neste tema. Como não? Temos de levantar, sim, essa questão. Não podemos fazer como têm feito alguns governantes, que colocam todas essas dificuldades debaixo do tapete, esquecendo-se de que, se não levantarmos nossa voz, não alertarmos e não denunciarmos, nada será feito. As coisas não vão melhorar. A Polícia vai continuar desequipada, os policiais vão estar desestruturados, sem apoio e sem incentivo. E a população é que mais vai sofrer e continua sofrendo. É a população, os mais simples e os mais humildes. Os que podem colocar cerca elétrica, os que podem fazer suas seguranças pessoais, privadas, mas não aqueles que estão, muitas vezes, nos bairros mais simples, mais humildes, onde cada vez mais a violência cresce.

Então, estou aqui mais uma vez falando nesse fato porque nossa cidade está disputando, está disputando para também ser sede da Copa do Mundo. Nós sabemos que, para a Copa do Mundo de 2014, a cidade de Natal também está no páreo, na disputa.

É uma cidade que tem uma boa rede hoteleira, que tem sol o ano todo, um povo maravilhoso, um povo que sabe receber, um povo que sabe muito bem fazer

com que quem chega à cidade de Natal, quem chega ao Rio Grande do Norte sinta exatamente esse carinho, a atenção, a forma de receber bem do povo norte-rio-grandense, dos potiguares. É uma cidade que tem uma estrutura e realmente – claro, com alguns acertos, com mais algumas ações – vai ter condição de bem receber os jogos da Copa de 2014. Isso é importante para que a cidade seja divulgada, seja vista no mundo todo, e o turismo possa crescer ainda mais.

Pois é pensando nessa Natal que pode ser sede de jogos da Copa do Mundo, é pensando no turismo do Rio Grande do Norte que eu não posso me calar. Eu tenho que chegar e dizer: é importante, é necessário que o Governo, que a Governadora Vilma faça uma reflexão. Foi bandeira de campanha dela, ainda no primeiro mandato, que ia, sim, resolver o problema da segurança, e ele só faz crescer. E esse problema não se resolve, como ela pensou resolver lá na minha região, lá em Mossoró, levando um presídio federal. Não, ele se resolve com outras atitudes, com outras ações, preventivas, sim, com ações sociais, com ações que levem oportunidade ao povo, que deem segurança e deem apoio aos que trabalham nessa atividade de coibir a violência, que deem apoio não somente com equipamentos, mas também de valorização de seus policiais e de seus servidores. Então, é isso.

Achar que levar um presídio federal para a cidade de Mossoró... A Governadora fez isso, e eu, desde o primeiro instante em que soube dessa grande obra que o Governo Federal ia fazer na minha cidade, me indignei. Está lá, está pronto, e o que está acontecendo? Está aumentando a violência. Está aumentando porque, na realidade, onde há um presídio desse porte para receber os maiores bandidos do Brasil, com certeza, de lá se aproximam também as suas quadrilhas.

Então, eu não poderia ficar calada pela indignação que tenho contra a falta de atenção, contra a falta de trato, contra falta de segurança do povo norte-rio-grandense, que tem um potencial imenso, despertado e ainda para ser trabalhado, capaz de gerar mais emprego, mais renda e de ajudar este País, com a força do seu povo, por meio do turismo. E o turismo precisa de segurança. E não é somente pelo turismo, mas porque o nosso Estado tem muito a contribuir com o nosso País, com a sua luta, com o seu trabalho, com a sua gente.

Mais uma vez, Sr. Presidente, era isso. Gostaria de fazer esse alerta, essa conclamação. O Presidente Lula esteve recentemente em nosso Estado. Foi olhar o tanque de tilápia, foi olhar também alguns hectares de plantação, mas um projeto, infelizmente, ele não foi olhar: o famoso Eldorado dos Carajás, da antiga Maisa. Eu era Prefeita e lembro quando ele foi entregar os títulos de terra a mil famílias e disse que

ali, Senador, ia ser o modelo, ia ser realmente um assentamento modelo porque havia uma estrutura. Ali, antes, a iniciativa privada plantava melão, melão que ficou conhecido no mundo todo porque era exportado. Era o melão da Maisa, lá da região de Mossoró, onde havia uma fábrica de suco. E, no decorrer do tempo, dos anos, toda essa estrutura, após tantos planos, que vêm desde o cruzado, passou pela inflação galopante, e a empresa não teve condições de seguir em frente. E aquela terra foi desapropriada, foi entregue. Claro, a intenção foi boa, mas não passou de intenção, porque ainda não se transformou realmente esse assentamento num assentamento modelo, num assentamento que seria o melhor do País, com todas as condições.

Sei, sim, que, se não fosse o apoio decisivo que tem dado à prefeitura para que as crianças possam estudar, para que se tenha assistência à saúde, e as estradas sejam feitas... Cadê a água naquele assentamento? Os poços profundos, poços de águas térmicas minerais não estão tendo condições de funcionar, porque falta uma estrutura de apoio maior àqueles que estão assentados.

Quero ver aquilo produzir, gerar renda, gerar emprego, gerar oportunidades, porque são mil famílias da minha região, na minha cidade, que têm direito ao que foi prometido pelo Presidente.

Então, espero que, em breve, ele retorne ao Estado, mas para trazer a solução, dando o apoio necessário, decisivo, porque já se passaram muitos anos, e infelizmente ainda não vimos o resultado desse assentamento, que foi prometido que seria realmente um Eldorado, que seria a solução, seria o modelo, um exemplo para a luta da reforma agrária por intermédio do assentamento lá da Maisa.

Obrigada, Sr. Presidente.

Quero finalizar, desejando a todos – falamos aqui em segurança pública – que vão brincar seu carnaval... Quero aqui dizer que há carnaval no meu Estado desde a cidade de Natal, no grande carnaval que acontece na Redinha; em Pirangi, lá em Tabatinga, em Búzios; enfim, nas praias, na cidade de Apodi. Há também um grande carnaval no Médio Oeste, no Alto Oeste, em Alexandria, no Seridó, na cidade de Caicó, em muitas e muitas cidades. É a festa do povo. É natureza do brasileiro que, em sua alegria, nesses dias de carnaval, tem todo o direito de mostrar, com toda força, o brilho de sua alegria. Mas que seja com paz, com muita paz, porque nada é mais importante do que fazer essa confraternização. É a festa popular, é do nosso povo, é da de nossa gente, mas que haja também muita paz, porque o carnaval é uma festa popular que, além de trazer alegria, também dá oportunidade de trabalho, de renda a milhões de brasileiros.

Muito obrigada, um bom carnaval para todos. Muita paz! E que possamos retornar... Claro, amanhã ainda vamos ter um dia de trabalho, quinta-feira e sexta-feira, mas, desde já, como já existem muitas prévias carnavalescas por este Brasil afora, eu quero aqui desejar que todos brinquem, fazendo com que nosso carnaval seja cada vez mais bonito, porque ele vai ter a paz do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos e aplausos pelo pronunciamento de V. Ex^a, enaltecendo as riquezas do Estado do Rio Grande do Norte, que tão bem representa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requiro, nos termos do artigo 40 §1º, inciso I do Regimento Interno, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, VIII Congresso da Rede USBIG (*USBIG Network*), que ocorrerá em Nova York, Estados Unidos, (27 de fevereiro a 1 de março) e do XI Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e problemas de Desenvolvimento (*XI Encuentro Internacional de Economistas sobre Globalización y Problemas del Desarrollo*), que ocorrerá em Havana, Cuba, (2 a 4 de março). Os convites dos eventos encontram-se anexo.

O evento em Cuba será patrocinado pela Associação de Economistas da América Latina e Caribe e pela Associação Nacional de Economistas e Contadores de Cuba. Na oportunidade serão discutidas maneiras para se promover o desenvolvimento frente às condições de globalização.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 26 de fevereiro a 4 de março do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2009.


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
O expediente lido vai publicação.

Feliz viagem e represente, como sempre, com
grandeza, o Brasil.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

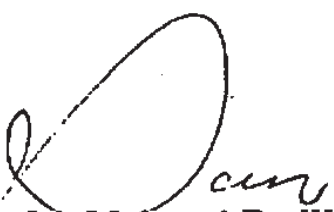
É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2009

Requeiro, com base nos arts. 39, inciso I, e 40, do Regimento Interno, autorização para ausentar-me do País e dos trabalhos desta Casa, respectivamente, no período de 19 de fevereiro a 02 de março de 2009. De 19 a 27 de fevereiro, estarei em missão oficial visitando a França e Luxemburgo, porém, de 28 de fevereiro a 02 de março de 2009, a viagem será particular de caráter político-cultural.

Na primeira parte da viagem, serão mantidos contatos com parlamentares e autoridades locais sobre tópicos relacionados às áreas de infraestrutura, questões tributárias, previdência, legislação trabalhista, biosegurança, sistema de regulação de serviços, legislação de concessões públicas, educação e biocombustíveis, conforme agendamento confirmado pela Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009.



Senador Murconi Perillo
PSDB-GO
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 117, DE 2009

Requeiro, nos termos dos artigos 154, inciso III, § 5º, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de sessão especial em homenagem ao centésimo aniversário da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a ser realizada no dia 7 maio do corrente.

JUSTIFICATIVA

A história da Universidade Federal do Amazonas se iniciou em 17 de janeiro de 1909, quando um grupo de homens, idealistas e ousados, irmanados por um forte espírito de construção coletiva, fundou a primeira universidade brasileira, a Escola Universitária Livre de Manaus, mais tarde denominada Universidade de Manaus, no coração da Amazônia, enfrentando todas as dificuldades que o amazônida aprendeu a vencer. Esse pioneirismo foi reconhecido pelo Livro Guinness de Recordes, em sua edição de 1995.

Essa grande empreitada, que para muitos parecia temerária e inexecutável, exigindo grandes sacrifícios de seus fundadores, revelou-se uma iniciativa de sucesso e um exemplo de busca de melhor qualidade de vida para o nosso povo, pela socialização do conhecimento.

A nova universidade, concebida por Eulálio Chaves, já nasceu alicerçada no espírito democrático que hoje permeia a comunidade universitária, com respeito à pluralidade de idéias, elegendo diretamente Astrolábio Passos como seu primeiro diretor-geral, com os votos dos docentes das Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais, Medicina, Ciências e Letras e Engenharia, que, juntas, constituíram a Universidade de Manaus.

Para sua implantação, convergiram forças de toda a sociedade amazonense, desde a contribuição financeira do simples cidadão, ansioso pelo advento do ensino superior no Amazonas às subvenções do Estado e dos municípios de Manaus, Maués, Parintins, Coari, Lábrea, Benjamin Constant, Manicoré, Humaitá e Codajás, comprometendo, desde então, a nossa universidade com o homem do interior, como efetivamente ocorre nos dias atuais.

Foram grandes as dificuldades pelas quais passou a Universidade de Manaus, até a sua desintegração em cursos isolados. Maior ainda foi a determinação da sociedade amazonense de refundar a sua universidade em 12 de junho de 1962, por força da lei federal 4.069-A, de autoria do seu idealizador, o senador Arthur Virgílio Filho, sendo rebatizada com o nome de Universidade do Amazonas e constituída pela reintegração das instituições de ensino superior isoladas que atuavam em nosso Estado. Com a Lei Federal 10.468, de junho de 2002, passou a ser denominada Universidade Federal do Amazonas.

A capacidade que nossa universidade tem demonstrado de crescer nas adversidades vem da sua construção coletiva, desde a sua origem, de uma consciência da relevância da pluralidade da sua comunidade, da certeza de que para cumprir plenamente seu papel social precisa de todos os seus talentos, de todas as suas competências e de todas as posições ideológicas, sem espaço para exclusões.

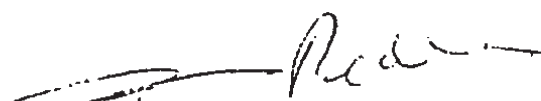
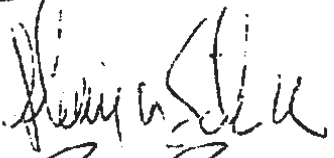


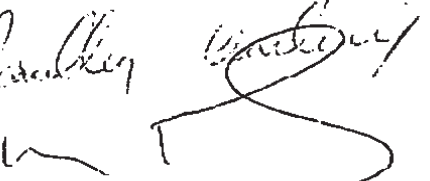
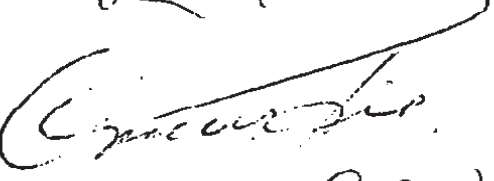
O sonho da primeira década do século passado, de implantação de uma universidade amazônica, realiza-se com a Universidade Federal do Amazonas, que tanto orgulho dá ao povo amazonense, avançando a cada ano na sua nobre missão de cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo decisivamente para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia.

Hoje, a Ufam oferece 51 cursos de graduação e 19 de pós-graduação em nível de mestrado, sendo 13 credenciados pela Capes, um em nível de doutorado e cerca de 30 na modalidade *lato sensu*. Dos 766 professores que atuam nas 11 unidades acadêmicas, 218 são doutores, 344 são mestres, 119, especialistas, e 85, graduados. Em 2003, a Universidade possuía regularmente matriculados 20,5 mil alunos nas áreas de graduação e pós-graduação.

Certo da sensibilidade dos nobres para a importância desse empreendimento de anos ao saber, à ciência e à cultura para a integração da gente e da terra amazonenses na luta brasileira pelo desenvolvimento socioeconômico sustentável e soberano, peço-lhes o apoio ao presente requerimento.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009.


Senador **JEFFERSON PRAJA**
PDT-AM



Suplicato


Resolução


Assunto

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 118, DE 2009

O Senador que este subscreve, com base no Art.222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado ao Desembargador **DOORGAL ANDRADA** voto de congratulações pela sua posse como no Tribunal de Justiça de Minas Gerais no dia 18 de fevereiro de 2009.

JUSTIFICAÇÃO

O Desembargador DOORGAL GUSTAVO BORGES DE ANDRADA é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e pós-graduado em Gerência de Empresas e em Administração em Marketing pela Faculdade de Ciências Gerenciais da UNA BH. Realizou vários estudos jurídicos no exterior.

Antes de ingressar na magistratura, o Juiz de Direito Doorgal Andrada foi secretário parlamentar e assistente de gabinete parlamentar da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Atuou como oficial de gabinete da Diretoria Administrativa do Ipsemg e assessor jurídico da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Comercial do Ministério da Indústria e Comércio.

Atuou como Delegado de Polícia Civil e Promotor de Justiça nas comarcas de Passa Tempo e Itaguara. Como juiz de direito, atuou nas comarcas de Resende Costa, Congonhas, Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete, São João del Rei, Aimorés, Conquista, Estrela do Sul, Uberaba e Belo Horizonte, onde esteve à frente da 2ª Vara de Feitos Tributários do Estado. Exerceu também o magistério em várias instituições de ensino superior.

Doorgal Andrada tem vários artigos, monografias e obras publicadas na área do Direito, tendo recebido várias homenagens e condecorações em sua carreira. Dentre outros cargos, foi presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2003, e eleito vice-presidente institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), mandatos de 2005 a 2007 e 2008 a 2010. É membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Assim é com grande alegria, que presto homenagem ao Desembargador DOORGAL ANADRADA pela sua proficua carreira na magistratura, como titular e substituto de diversas comarcas, e pelo seu trabalho acadêmico, em várias regiões mineiras, sabendo que seu apurado tirocinio, bem servirá ao direito e à justiça, agora no ponto máximo da magistratura mineira, o que permitirá que continue a prestar excelentes serviços à sociedade brasileira, à mineira em particular.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009.

EDUARDO AZEREDO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Convidamos agora, como Líder, o Senador Renato Casagrande, do PSB do Estado do Espírito Santo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, hoje, o Presidente Lula fez uma reunião do Conselho Político, com a presença do Ministro Guido Mantega e do Presidente Henrique Meireles, e tratou da crise que nós estamos vivenciando.

A descrição e o relato do Ministro e do Presidente do Banco Central apontam para um certo otimismo neste início de ano dentro, naturalmente, da crise que estamos vivenciando. Um otimismo dentro da realidade difícil que o mundo enfrenta hoje – e o Brasil não é diferente de outros países –, mas claramente apontando para a recuperação do crédito, dos preços das *commodities*, dos investimentos estrangeiros, para a venda de automóveis, enfim, para alguns setores que recomeçam a contratar pessoal. Então, há uma perspectiva, com as medidas adotadas pelo Governo, com a reação da economia, de que sofreremos, como estamos sofrendo, o desgaste da crise, mas temos possibilidades, pela base, pelos indicadores macroeconômicos, de sairmos dessa crise talvez em uma velocidade maior do que outros países.

Acho importante, porque antes da crise, em setembro, o Brasil estava crescendo numa velocidade muito grande, num patamar muito grande. Veio a crise, provocada pelo consumo irresponsável de algumas empresas norte-americanas, pela falta de controle no mercado financeiro norte-americano e em alguns países da Europa, mas que se arrastou por todo o mundo. É uma crise de confiança que tem diminuído, em todos os países, o crescimento das economias.

O Brasil está passando por dificuldades – maior desemprego, menor crescimento –, mas estamos também confiantes em que o setor privado brasileiro, com apoio do Poder Público, em todos os níveis, não só do Governo Central, mas dos governos estaduais, dos governos municipais, de fato, poderemos fazer o enfrentamento dessa crise com uma dificuldade um pouquinho menor do que outros países no mundo.

Nessa reunião, coloquei uma questão que acho fundamental: o debate sobre o novo modelo de desenvolvimento que precisamos implantar no mundo. O atual modelo fracassou na área social porque tem gerado uma quantidade enorme de excluídos no mundo todo – continentes inteiros de excluídos, como é o caso da

África –, um modelo concentrador de renda que gera miseráveis por todos os países deste mundo. Então, esse modelo fracassou na área da distribuição da renda e, agora, na área econômica. O argumento era de que o mundo estava crescendo, o consumo estava aumentando. O argumento que ficou demonstrado é que, se não tivermos a presença forte do Estado, controlando a economia e o mercado, o mercado por si só não se sustenta, não se basta. Então, é naturalmente importante a presença do Estado forte, fazendo com que haja distribuição de renda e controle do comportamento irresponsável de qualquer entidade financeira deste mundo, em qualquer país do mundo.

E fracassou na área ambiental, porque as mudanças climáticas que estamos enfrentando, provocadas pela queima de combustível fóssil, é uma realidade vivenciada por muitos hoje no mundo.

Debati lá sobre a importância de o Governo tomar todas as medidas, mas não apenas perseguir o velho modelo de desenvolvimento, o modelo da concentração de renda, da queima de combustível fóssil. É importante que, neste momento, a gente dê sinais claros de que queremos mudar algumas coisas.

O Presidente Lula, na reunião de hoje, também disse que vai anunciar um programa de construção de habitação popular de um milhão de casas (2009/2010). Encaminhei, ontem, à Ministra Dilma, Coordenadora do PAC, uma proposta para que as casas desse programa utilizem energia solar, o aquecimento solar.

Sr. Presidente, V. Ex^a, que é do Piauí, sabe a insolação que temos no Piauí e em todos os Estados do País. Falo da utilização do aquecimento solar – não é a energia solar para produção de eletricidade, que ainda não é competitiva economicamente – para o aquecimento de água.

Todos nós temos chuveiros elétricos em nossas casas. O Brasil é um dos poucos países do mundo que usa chuveiro elétrico, que, numa habitação popular, representa de 25% a 35% do consumo de energia. Com um milhão de casas – vamos imaginar que não seja um milhão de casas, mas 800 mil, 700 mil ou 500 mil; para facilitarmos o cálculo, vamos pensar no projeto do Governo, que é de um milhão de casas –, se economizarmos, com a utilização de aquecedores solares, em cada casa, para se aquecer água, para se ter água quente no chuveiro, na hora em que for preciso, nós teremos uma redução de 25% no consumo de energia. Consequentemente, teríamos, de um milhão de casas, 250 mil economizando energia. Se nós pegássemos um milhão, 25% seriam 250 mil casas, uma grande cidade, uma média grande cidade economizando uma hidrelétrica nova, ou uma térmica, que hoje se instala

no Brasil, na minha avaliação, de forma equivocada, para serem despachadas na hora em que os níveis de reservatórios estão baixos.

O Brasil tem que utilizar essa fonte de energia que está aí, gratuita. Outros países com menor insolação utilizam a energia solar. Hoje, muitos no Brasil produzem placas de aquecimento solar. Em cada Estado nosso tem alguém ou alguns empresários que produzem essa placa. É uma tecnologia simples, já dominada, de custo barato. Então, não temos razão de não começarmos a aplicar o aquecimento de água, especialmente em um programa como esse.

Isso cumpriria outro papel também, de geração de emprego verde, geração de emprego nessa área de tecnologia limpa, que é importante para que a gente mude a matriz energética e elétrica do nosso País.

Então, hoje, na reunião com o Presidente Lula, reforcei essa posição; o Deputado Sarney Filho também reforçou essa posição.

O Senador Marcelo Crivella, que tem um projeto com esse objetivo, também reforçou essa posição. Acho que o Governo também deveria dar esse exemplo. Seria uma bela contribuição que o Governo daria ao nosso povo, porque nós passaríamos de fato a difundir e a produzir em escala grandes quantidades de aquecedores de água, aproveitando a luz do sol.

Quero fazer o registro da importância desse tema, que está relacionado às mudanças climáticas, que está relacionado a diversas necessidades importantes que nós temos de preservação do meio ambiente e de adoção de tecnologias limpas.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um outro registro, para que eu fique dentro do meu tempo. Acompanhamos, de ontem para hoje, um debate sobre publicidade de gastos do Congresso, especialmente da Câmara e do Senado. Acho que tanto a Câmara como o Senado precisam avançar na publicidade total das suas despesas. Nós, que recebemos recursos públicos, não temos qualquer razão para que não apresentemos, com total transparência, todas as despesas que estamos tendo, especialmente em relação à Verba Indenizatória.

O Presidente Tião Viana, quando assumiu esta Casa, tomou uma primeira medida, que considerei importante. Acho que temos de ir avançando. O Presidente José Sarney disse que fará isso. Então, quero manifestar o meu apoio, dizendo que é nesse caminho que temos de seguir, porque a transparência hoje se transformou num item obrigatório da exigência do cidadão, da cidadã, com relação a nossa atividade e a nossa ação. E a tecnologia está totalmente disponível para nós. Até algum tempo atrás era muito mais difícil;

hoje é só você entrar num *site* e você verifica todas as despesas da administração pública.

Esta Casa já aprovou o Projeto Transparência, do ex-Senador Capiberibe, que está na Câmara, projeto importante para ser aprovado. Todos da administração pública, em todos os níveis – Municípios, Estados e Governo Federal – devem lançar *online* as suas despesas para que o cidadão possa acompanhar onde o seu dinheiro está sendo gasto.

Então, acho que esta é uma medida que vai ajudar na recuperação e no fortalecimento da imagem do nosso Senado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos a V. Ex^a, que faz um pronunciamento anunciando as ações do Governo, proporcionando melhoria habitacional e exigindo austeridade administrativa, que foi, lá no Nordeste, iniciada por Graciliano Ramos, quando era Prefeito.

O Senador Azeredo está aqui na lista do art. 17. Então, passa a sua frente o Senador Neuto de Conto, de Santa Catarina, do nosso PMDB.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, sou gaúcho de nascimento, mas de coração e alma catarinense. Meu grande oeste do Estado teve inúmeras histórias desde quando pertencia ao território do Iguazu. Depois teve a façanhas da Coluna Prestes, que atravessou o nosso Estado na corrida pela luta dos tenentes e que deixou marcas indeléveis no Município de Descanso, onde a Coluna descansou; no cemitério da Separação, hoje, a região da Separação, em Dionísio Cerqueira, onde aconteceu a grande batalha do Exército contra essa Coluna. Temos façanhas importantes, quando se fala na guerra do Contestado.

E continuando nesses avanços, lá aportamos. Aportamos há um pouco mais de meio século, junto com a segunda e terceira gerações de imigrantes gaúchos vindos da Europa, da Itália, e principalmente da Alemanha. Aportamos naquele chão quando o sertão ainda era inóspito. As barreiras quase que intransponíveis. Levávamos a força do braço e a certeza de que estávamos buscando um torrão natal para as nossas futuras gerações.

Fazíamos o que podíamos. Era com a enxada, com a pá, com o arado de boi, com o machado e com o velho manguá. Foram abertas as estradas, construídas as residências, substituindo as matas pelos campos de produção. E, hoje, somos aquela pequena região o maior complexo agroindustrial da América Latina e quiçá do mundo.

Passamos, nessa luta e nesse trabalho, a buscar a identidade forte do homem oestino e que, naqueles tempos, lutava pela criação do Estado do Iguaçu.

Frustrada a votação no Congresso Nacional, voltamos em busca de liderança, na força dos partidos políticos, para agregar Santa Catarina num único Estado, pela força, pela vontade, pelo desejo de ter uma Santa Catarina santa, mas também forte.

O pioneirismo do desbravador nos parece que chegou também ao Judiciário, pois o Tribunal de Justiça de Santa Catarina já carrega a marca de ser o pioneiro no País na descentralização das suas atividades fins.

E assim foi instalada, no dia 5 de fevereiro, a Câmara Especial Regional na Comarca da Chapecó. A 630 quilômetros de Florianópolis, a Câmara de Chapecó terá abrangência sobre outras 27 comarcas e 117 Municípios do oeste catarinense. Prevista pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a descentralização consiste na realização de julgamento de recursos e apelações do Tribunal de Justiça fora de sua sede, bem como no recebimento direto de novas apelações.

Com acervo inaugural de cerca de 300 recursos, terá, inicialmente, competência restrita ao direito privado. Em duas sessões quinzenais, os desembargadores Edson Ubaldo, César Abreu e Lédio Rosa de Andrade procederão aos julgamentos. Diariamente, os juízes de 2º grau atuarão na unidade, inclusive com regime de plantão judicial. Os julgamentos dos recursos ganharão agilidade, os advogados e partes poderão acompanhar os trâmites judiciais de perto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a descentralização iniciou no Governo de Luiz Henrique da Silveira, Governador dos catarinenses, quando descentralizou a administração, criando secretarias regionais onde o Governo ficou mais perto do povo, encurtou distâncias e, com isso, colocou todos os habitantes do Estado em igualdade de condições, quer seja nas discussões das ações de Governo, através dos conselhos de cada Secretaria. De lá, partiu para um avanço extraordinário no crescimento e desenvolvimento do Estado barriga verde.

E o Judiciário, parece até que atendendo àquele apelo e acompanhando aquelas decisões, trouxe a decisão muito clara do pioneirismo e instalou, no oeste de Santa Catarina, em Chapecó, a Câmara que tanto se esperou. Nós, oestinos e catarinenses, muito agradecemos por essa determinação do Judiciário, na liderança do seu Presidente, Desembargador Francisco Oliveira Filho.

Deixo aqui, Sr. Presidente, o agradecimento pela oportunidade, agradecendo também a Sr^{as} e Srs Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Agradecemos o pronunciamento desse grande representante do PMDB que representa o Estado da Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência recebeu ofício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que passo a ler.

É lido o seguinte

Of. Pres. nº 5/2009/CMO

Brasília, 3 de fevereiro de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: solicita providências junto à Casa Civil da Presidência da República para que seja substituído o Quadro de Créditos Orçamentários constante do Volume VI da Redação Final ao Projeto de Lei nº 38/2008 – CN (PLOA/2009).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência encaminho o Ofício nº 2/2009, do Senador Delcídio Amaral, Relator-Geral do Projeto de Lei nº 38/2008 – CN (PLOA-2009), que solicita providências no sentido de que seja substituído, junto à Casa Civil da Presidência da República, o Quadro de Créditos Orçamentários constante do Volume VI da Redação Final do PLOA/2009, tendo em vista erro material decorrente de processamento dos dados.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente

Ofício Nº 2/2009

Brasília, 2 de fevereiro de 2009

Exmo. Sr.
Deputado Mendes Ribeiro Filho
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência que o Quadro de Créditos Orçamentários constante do Volume VI da Redação Final ao Projeto de Lei nº 38/2008 – CN (PLOA/2009) foi gerado com erro material decorrente de processamento dos dados. O

campo relativo ao código da classificação programática omitiu uma coluna, com isso os valores apresentados não correspondem ao código correto, o que inviabiliza a completa compreensão do conteúdo pelo leitor.

Providenciadas as devidas correções junto ao Prodasen/SF, reencaminho a Vossa Excelência o referido Quadro de Créditos Orçamentários constante do Volume VI, a fim de que a impressão gerada espelhe com fidedignidade as votações ocorridas tanto na CMO como no Plenário do Congresso Nacional.

Ademais, solicito que este Quadro de Créditos Orçamentários corrigido seja enviado à Presidência do Congresso Nacional para que esta providencie a respectiva substituição junto à Casa Civil da Presidência da República.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Relator-Geral do PLOA/2009 – Projeto de Lei nº 38, de 2008 – CN

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Uma vez que, nos termos do ofício que acaba de ser lido, se trata de “erro material de processamento dos dados” constantes do Volume VI da Redação Final oferecida pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ao Projeto de Lei nº 38, de 2008, conforme do disposto no inciso III do art. 325 do Regimento Interno, **a Presidência determina a republicação da referida Redação Final** do Projeto de Lei nº 38, de 2008, bem como o envio do referido volume retificado à Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Magno Malta.

V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, está no art. 17.

V. Ex^a nos tem ensinado a ser regimentalistas. Aprendi com V. Ex^a, quando presidia, muitas vezes, a Comissão de Relações Exteriores, da qual eu fazia parte. Por isso, V. Ex^a, hoje, vai ser eleito Presidente dela.

Então, com a sua característica gentileza, o Senador Magno Malta cede ao Senador Eduardo Azeredo. É o Espírito Santo fazendo gentileza a Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senador Magno Malta, nosso colega do Espírito Santo e também colega no combate a essa questão absurda, que é a pedofilia, que tanto incomoda a nossa juventude e a nossa infância.

Senador Mão Santa, quero aqui trazer só a notícia de que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar o projeto de minha autoria, apresentado no Senado

em 2005 e aprovado por esta Casa em 2007, referente à instalação obrigatória de **airbags** nos carros produzidos no Brasil. Esse projeto foi agora, portanto, encaminhado à Presidência da República para a sua sanção, e a Câmara discutiu bastante esse projeto pela sua importância no combate à questão dos acidentes, especialmente dos acidentes fatais que acontecem no Brasil.

Já está provado que o **airbag** duplo salva, realmente, muitas vidas. Ele é fundamental; é um item de segurança da maior importância. Por isso, agora, com essa aprovação – pude trazer aqui, ontem, exatamente o assunto –, nós teremos um avanço para todos os brasileiros, não apenas para aqueles que podem comprar carros mais caros – os carros mais caros já têm **airbag**; os carros populares não têm. Agora, o **airbag** será obrigatório para todos.

O custo vai crescer? É importante levantar a questão de que o **airbag** hoje é importado. Sendo importado, evidentemente, o custo é mais alto. À medida que ele for fabricado no Brasil, não apenas para 300 mil veículos, mas para três milhões de veículos, significará investimentos e empregos para o País e redução do custo, que vem com esse ganho de escala, já que nossa produção de automóveis é de cerca de três milhões ao ano. Teremos, portanto, novos empregos também, que serão gerados por esses investimentos. O número de acidentes com vítimas nas estradas e nas ruas brasileiras vêm aumentando, e é muito importante termos essas ações que visam preservar a vida de todos – dos motoristas e também dos passageiros.

Evidentemente, é um primeiro avanço. Defendo que tenhamos também os ABSs para a questão dos freios e que o próprio **airbag**, como alguns veículos já colocam e algumas companhias já produzem, seja até ampliado e não seja apenas frontal, havendo **airbags** laterais e barras laterais. Mas isso tudo vem com o tempo, não podemos fazer tudo de uma vez. É importante que essa aprovação, portanto, seja sancionada pelo Presidente da República. Depois, o próprio Contrans fará a regulamentação, definindo as especificações técnicas do equipamento.

Mas o importante é que eu queria trazer aqui exatamente a notícia, com muita satisfação, de que chegamos a um final feliz para a tramitação desse projeto, que começou aqui há quatro anos praticamente e passou pelas comissões do Senado. Tivemos o Senador Flexa Ribeiro como Relator na Comissão de Assuntos Econômicos, a Senadora Lúcia Vânia como relatora, na Comissão de Constituição e Justiça, e, lá na Câmara dos Deputados, tivemos a participação de todas as lideranças: do Líder do meu Partido, José

Aníbal, do Líder do Democratas, Ronaldo Caiado, do Deputado Otavio Leite, dos líderes do Governo, que também aprovaram o projeto – ele foi aprovado, na verdade, por todos os deputados que entenderam a importância dessa providência.

Eu não tenho dúvida em dizer que é, realmente, um momento muito importante, porque reafirma a capacidade do Congresso de legislar defendendo o consumidor brasileiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador Azeredo?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim. Ouço com prazer o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu queria pedir permissão ao Presidente Mão Santa. Presidente Mão Santa, V. Ex^a permite que eu aparteie o Senador Azeredo?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PB) – Eu vou, mas tudo tem a contrapartida. Eu quero que V. Ex^a preste aquela homenagem do Estado do Pará, da mocidade agradecida, ao ex-Senador Arthur Virgílio, pai deste, que foi um dos criadores da Universidade do Amazonas, está certo?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, eu, lamentavelmente, não pude apartear o nobre Senador Arthur Virgílio no momento da homenagem que ele tão bem fez, da tribuna do Senado, ao seu pai, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador pelo Estado do Amazonas, Arthur Virgílio Filho. Mas, agora, eu vou apartear o Senador Eduardo Azeredo, parabenizando-o pelo projeto, que foi aprovado hoje e vai à sanção presidencial, que coloca como item obrigatório, nos carros populares também, o **airbag** para proteger os passageiros e o motorista de acidentes. Muitas vidas são perdidas em função da falta desse equipamento de segurança. Eu relatei o projeto de vossa autoria na CAE. Discutimos bastante lá e houve até um momento em que senti que o projeto não passaria, apesar de muito importante. V. Ex^a, em defesa realmente dos usuários do transporte automotivo, mostrou a necessidade e o nosso relatório foi aprovado e agora aprovado definitivamente. Daqui a algum tempo, os veículos virão equipados de fábrica com esse sistema de segurança e os que estão em tráfego terão um prazo maior para incluir esse equipamento de segurança. Parabéns a V. Ex^a, porque muitas vidas de brasileiros serão salvas sendo o equipamento obrigatório também nos carros populares, não apenas nos de luxo. Qualquer vida é muito importante, seja ela de uma pessoa de classe elevada ou de classe mais popular. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

O seu relatório foi fundamental naquele dia da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, passados dois anos, porque foi naquele momento que fizemos a discussão.

Quero registrar também a atuação do Senador Romeu Tuma, que, prontamente, acabou por entender a importância do projeto e apoiá-lo.

Essa é uma questão que atende o consumidor brasileiro, que é o beneficiado. É possível fazer essa conciliação. Estamos conciliando um avanço tecnológico, um equipamento de segurança, com a questão dos custos, porque o **airbag**, que hoje é importado, passará a ser fabricado no Brasil. Existe o compromisso do Governo Federal, era um compromisso ainda do Ministro Furlan, e, certamente, o Governo vai honrar o compromisso de que o IPI seja simbólico, para incentivar a fabricação aqui. Era um compromisso do Ministro Furlan que, certamente, o Governo honrará, porque isso ajuda na fabricação, aqui, do **airbag**, ou bolsa inflável – houve um Deputado que protestou na Câmara para que parássemos de usar esses termos em inglês. Mas o fato é que o nome é esse e que, **airbag** ou bolsa inflável, ele protege a população que exatamente usa os veículos nas ruas, cada vez mais lotadas, e nas estradas, que carecem tanto de obras, como é o caso das estradas brasileiras.

Assim, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Mão Santa e ao Senador Magno Malta, porque era uma notícia que eu gostaria muito de trazer aqui neste fim de dia a da aprovação a favor da vida dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo pronunciamento e cumprimentos pela indicação para a Presidência da Comissão de Relações Exteriores.

V. Ex^a era o vice e tive o prazer de ser liderado por V. Ex^a. Sem dúvida nenhuma, a ação de V. Ex^a vai engrandecer o Senado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Como bom mineiro, espero a instalação das comissões no próximo dia 3.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra esse extraordinário líder Magno Malta, Senador da República pelo Estado do Espírito Santo.

Ele é baiano e foi Presidente da CPI contra o Crime Organizado e me ajudou a prender o chefe do crime o organizado no Piauí, Coronel Correia Lima.

Sem dúvida nenhuma, agora ele preside uma das CPIs mais importantes: a da pedofilia.

Mas, Senador Arthur Virgílio, como o título mais importante de V. Ex^a é ser filho do ex-Senador Arthur Virgílio, o dele é ser filho da santa Dadá.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr. Senador Flexa Ribeiro, Senador Arthur Virgílio e Senador Eduardo Azeredo.

Senador Arthur Virgílio, votamos, na manhã de ontem, ir a seu Estado. Na primeira quarta-feira após o Carnaval, nós iremos ao Pará. Iremos ao Pará, a Marajó. Como Presidente dessa CPI, Senador Eduardo Azeredo, pedi uma audiência ao Sr. Ministro da Defesa, Jobim, para que a Nação providencie, de forma muito urgente, que o Sivam se estenda e cubra o Marajó. Lamento que o Marajó ainda não tenha sido coberto pelo Sivam.

Nossas crianças têm sido levadas, vendidas. Atravessam as fronteiras em barcos pequenos e são abusadas nas grandes embarcações. Ao fazer esse pedido ao Ministro, vou à Governadora Ana Júlia pedir que as embarcações pertencentes ao seu Estado que cruzarem o Marajó não o façam sem que tenham o acompanhamento policial dentro de cada uma delas e que sejam monitoradas por câmeras pela polícia, porque crianças de 8, 9, 10 anos de idade são abusadas nessas embarcações, segundo alguns porque os pais são muito pobres. Por que o pai pobre não vende o corpo dele? Por que a mãezinha pobrezinha não vende o corpo dela? E aliás, pai pobre em beira de rio é preguiçoso, porque podia muito bem pescar, se alimentar. Essa conversa fiada de que, por causa da pobreza, você tem que vender o corpo... É preciso acabar com essa cultura infame de abuso de crianças.

Depois de Belém, iremos a Manaus, Senador Arthur Virgílio, iremos a Coari, a CPI se instalará em Coari. De posse de dados da Polícia Federal, Senador José Nery, que acaba de integrar essa CPI e a quem nomeei sub-relator do caso do Pará, nós iremos a Coari com todas as informações de que a CPI dispõe para as oitivas, para casos lamentáveis de abusos de criança.

Senador Arthur Virgílio, não podemos mais conviver com o discurso nefasto e mentiroso de poderosos que dizem que abuso de criança e adolescente na Amazônia...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Magno Malta, desculpe-me interrompê-lo só para prorrogar por mais meia hora, para que V. Ex^a e o Senador José Nery possam fazer uso da palavra e

eu possa fazer uma homenagem ao Senador Arthur Virgílio Filho no fim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ... de que abuso de criança é cultura. Pois bem, vamos criar o tipo penal e esse tipo penal vai se chamar “veneno”. Quem toma veneno sabendo sabe que vai para o lado de lá. De zero a quatorze, abusou, trinta anos.

Quero, Senador João Claudino, meu amigo João Claudino, comunicar ao País que hoje entrei no ar ao vivo na Bandeirantes com o jornalista José Luiz Datena, a quem rendo minhas homenagens. Esse rapaz é um guerreiro pela vida humana. Comprou para si a briga, a luta de combate e enfrentamento à pedofilia com sentimento. Ele é avô, embora seja tão novo. Esse é o sentimento que move todo nós. Hoje, ele colocou no ar a imagem de um pai, foragido, que a esposa filmou com um telefone celular. Aliás, o telefone celular é muito bom para filmar pedófilo. Se você perceber alguém abusando de uma criança, dê o “bote” nele, porque essas informações, essa filmagem, essas imagens valerão como prova contra esse desgraçado. Esse desgraçado estava estuprando com o dedo a filhinha de um ano e meio de idade. A esposa o filmou. Quando percebeu que estava sendo filmado, atirou-lhe um objeto. Esse mau-caráter, indigno, pústula, nojento, está foragido e contra ele há um mandado de prisão.

Há outro caso em Catanduva, no Estado de São Paulo. E quero avisar à cidade de Catanduva que estamos providenciando – amanhã oficiaremos à juíza do caso – cópia do inquérito para a CPI. Vamos a Catanduva. V. Ex^a viu o caso, Senador João Claudino? Quarenta e sete crianças foram abusadas e prenderam o borracheiro da cidade. Hum, hum! Só falta chover para cima agora, porque o resto eu já vi tudo. Prenderam o borracheiro. Algumas crianças ouvidas disseram: o local onde o abuso ocorreu tinha uma piscina bonita, uma banheira de hidromassagem, uma mesa grande, uma casa bonita com muito quadro na parede.

O *modus operandi* é o mesmo. É necessário que alguém dê ajuda judicial a esse borracheiro para que ele possa falar. Nós já temos informações do envolvimento de outras figuras. E a população de Catanduva pode esperar que a CPI da Pedofilia não fugirá à sua responsabilidade.

Vocês, desgraçados, olhem para mim, olhem para mim, que abusaram dessas crianças aí em Catanduva, nós vamos arrancá-los de onde vocês estiverem, porque há um Deus no céu. Nós temos falhas no sistema judiciário brasileiro porque temos um ordenamento jurídico que não é bom, um ordenamento jurídico que julga recurso, recurso, recurso, recurso, recurso, prescreve-se o crime e não se julga o mérito. Mas, no

caso de abuso de criança, tenho certeza de que contaremos com o Judiciário e o Ministério Público, que não de tratar esses desgraçados com sentimento paterno, sentimento materno, sentimento de quem quer a proteção das crianças. Desgraçados!

Sr. Presidente, Senador João Claudino, eu queria chamar a sua atenção, V. Ex^a que é o 2º Secretário da Mesa, eu hoje protocolei e criei, gostaria de convocar V. Ex^a para assinar – o Senador Mão Santa já assinou – a Frente Parlamentar contra a Legalização das Drogas no Brasil.

Um homem que pede a legalização das drogas e que discursa em favor de tal mostra profundo desconhecimento do que essa miséria, essa desgraça que são as drogas, seu uso e seu abuso têm imposto a milhões de famílias neste País.

Ao deixar o meu gabinete para vir ao plenário, recebi um telefonema do ex-Ministro da Saúde hoje Deputado Federal de Minas Gerais, do seu partido. O ex-Ministro da Saúde, Senador Mão Santa, pediu uma ligação para mim, e eu disse: pois não. Atendi o telefone, Senador Nery, do ex-Ministro da Saúde. Ele dizia: estou aqui no meu gabinete. É um Deputado Federal de Minas cujo nome esqueci. Disse: estou com minha secretária em prantos, desesperada. O que acontece? E ele disse, Senador Mão Santa: “Ela tem um filho drogado, com pouco mais de 20 anos, que já destruiu a saúde dela, a alegria da família, se autodestruuiu. É viciado em *crack*.”

Senador Mão Santa, o que a cocaína leva doze anos para fazer no sistema nervoso central – V. Ex^a é médico –, o *crack* faz em apenas 120 dias, Senador Nery. O *crack* tomou conta do País.

A mim me entristece muito a atitude de um homem da estatura do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a quem devoto todo o meu respeito, pelo conhecimento, pelo respeito que a sociedade mundial lhe deu. É Doutor **Honoris Causa** em diversas universidades deste mundo, por merecimento. Um homem que encampou a luta da ditadura neste País, fez enfrentamentos históricos. Ele não podia, a esta altura, depois de oito anos de mandato, depois de ter criado no Brasil a Senad, Secretaria Nacional Antidrogas, que foi criada para produzir políticas públicas preventivas no Brasil e não o faz...

Senador Mão Santa, Senador João Claudino, a Senad no Brasil, que foi preparada para produzir políticas públicas – preste atenção ao que eu vou dizer –, o relatório anual... E fui a um congresso em que o Presidente Lula não falou, e não entendi, porque o Presidente Lula fala em todos os Congressos. O relatório era assim: “O doutor fulano se levanta e fala em nome

da Senad. A doutora fulana, em seguida.” Sabe o que era o relatório? “Este ano contratamos a consultoria da universidade tal, do lado tal, do cafundó do judas, para fazer um levantamento e um estudo de onde se usa mais crack no Brasil, de onde há mais crianças cheirando cola, de onde se mata mais, de onde tem mais...” Mamãe, me acode!

Guardando as devidas proporções, droga tomou conta do Brasil! Droga invadiu as casas de brasileiros, independentemente do seu credo, da sua cor e da sua faixa etária, em todos os lugares! Três milhões aqui, um milhão aqui, dois milhões ali. E o País é cheio de abnegados: abnegados que dividiram a sua geladeira, que dividiram a cama dos seus filhos, o sofá e a sala da sua casa, com colchonetes, tirando filhos dos outros das ruas, dos guetos, das cadeias, recuperando, por puro comportamento sacerdotal; abnegados da vida humana, católicos, evangélicos, freiras, pastores. É gente que tem o sacerdócio na alma e não tem um centavo de ajuda.

Carros que apodrecem nos pátios, presos no tráfico de drogas. Eu não conheço uma ação da Senad no sentido de que isso seja revertido para aqueles que revertem essa história e fazem o bem na recuperação dessas pessoas. Eu lamento quando o ex-Presidente da República – volto a dizer: por quem nutro grande respeito – vem a público falar de legalização de drogas.

O Brasil tem 1.100 km abertos de fronteira com o Paraguai; 700 km com a Bolívia; mais de 2.000 pistas clandestinas para uso de aeronaves de pequeno porte, carregando drogas e traficando armas. O Sivam não cobre 1.100 km abertos; o Sivam não cobre os 700 km com a Bolívia. Os nossos vizinhos, irmãos, companheiros aqui do lado, infelizmente, não são afeitos nem amam o ordenamento jurídico. E o Brasil vira o paraíso da contravenção, mesmo sem legalização. Amanhã, quando nós legalizarmos as drogas neste País, nós seremos o paraíso da contravenção.

Aí, então, convido o meu amigo, ex-Presidente da Câmara e hoje Governador de Minas Aécio Neves: como candidato a Presidente da República, ele é obrigado a dizer se esse discurso é o dele. O Serra fica obrigado, porque o ícone do Partido vem a público... Eu lamento! A lágrima de uma mãe que tem um filho drogado é muito cara. As noites indormidas de uma mãe que tem um filho drogado são caras!

Quando o Brasil legalizar as drogas, nós viveremos o nosso inferno. Os contraventores do mundo já têm conhecimento do nosso complexo portuário, das nossas estradas, dos nossos aeroportos, que já servem como entreposto hoje. Amanhã, os brasileiros estarão liberados para vender éter para as Farc. Haverá em-

presas de fornecimento de éter para refino de coca. Onde nós chegaremos?

Eu dizia hoje, Senador Flexa Ribeiro, ao protocolar o requerimento de instalação da Frente Parlamentar Mista de Combate à Legalização das Drogas... Ontem, quando toquei nesse assunto, recebi uma ressonância maravilhosa da sociedade brasileira, de milhões de senhores e senhoras, de gente anônima, de gente famosa, de gente pobre, de gente rica.

A droga invadiu os condomínios, invadiu as favelas. A droga invadiu os melhores ambientes. A droga no Brasil tomou conta do comportamento da juventude a partir do começo escolar até os seus dias de universidade. Hoje, a Rede Globo mostrou navios que são alugados para cruzeiro tão-somente para o desfrute de drogas. São cinco dias de viagem, de uso constante de droga, sem que alguém fiscalize.

O Brasil não pode conviver mais com uma legislação que não puna o usuário. O litro de gasolina, Senador Arthur Virgílio, que é comprado para incendiar ônibus com criança dentro é dinheiro de usuário!

Quem serão os traficantes? Fernandinho Beira-Mar já não mais será chamado de narcotraficante ou de contraventor das Américas. E estará preso um empresário que, outrora, quando a sua atividade era ilegal, foi preso como traficante, mas agora é preciso que se faça um esforço para tirar esse empresário que está na cadeia, porque é empresário das drogas. Aonde é que nós vamos parar?

Eu tenho uma filha de 8 anos, Jaisline, que vai de van para a escola, e há um moço que dirige a van. Eu dizia ontem: se esse motorista for viciado em *crack* e maconha, e se eu estiver bem tranquilo, em paz para ele carregar a minha filha nessa van e levá-la para a escola – porque a droga é legalizada –, esse vai ser o dia de legalizar as drogas no Brasil. No dia que eu ficar tranquilo que o meu chefe de gabinete é viciado em cocaína, será o dia de legalizar as drogas no Brasil. Eu dizia: na hora em que você estiver no aeroporto e sabendo que o piloto do avião...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...o piloto do avião que você vai viajar é um viciado em *crack* e cocaína, ou está lhe aguardando no saguão do aeroporto, fumando um grande baseado de maconha, e você fica em paz, esta é a hora de legalizar as drogas no Brasil. Não temos vocação. Não é o nosso lugar.

Espero que, do alto da sua inteligência e da humildade que cerca a vida do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao refletir em nome dos seus netos, em nome da sua própria história, tenho certeza

de que ele haverá de fazer uma reflexão diferente para a sociedade brasileira, que o estima, que respeita a sua história – e eu a respeito. Porque, se hoje sou um jovem Senador, Senador Arthur Virgílio; como um jovem Senador, posso subir a esta tribuna, abrir a minha boca e falar num País democrático, eu agradeço a Fernando Henrique, eu agradeço a Lula, eu agradeço a Genoino, a Zé Dirceu, a V. Ex^a – que, ainda lá, na minha adolescência, impedido por conta...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...já militavam no enfrentamento de rua, Senador Nery, para que eu tivesse o direito de falar.

Então, é com esse respeito que eu tenho a S. Ex^a o Sr. Fernando Henrique Cardoso que eu sei que ele vai fazer uma reflexão, vai medir todas essas coisas, desde um País de fronteiras abertas, desde um País que pode ser entreposto dos nossos vizinhos, desde um País que perdeu todos os limites na segurança pública; vai fazer uma reflexão e voltar atrás; vai fazer uma pausa. Nós, no Brasil, em nenhum momento, podemos legalizar essa desgraça. Muito pelo contrário: precisamos criar um mecanismo para fazer um enfrentamento, oferecendo instrumentos à sociedade para colocarmos o tráfico de drogas e seus operadores no seu devido lugar.

Eu agradeço.

Convido o Sr. Flexa Ribeiro, convido os Srs. João Claudino, José Nery, Arthur Virgílio; aqueles que quiseram assinar comigo...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...a Frente Parlamentar de Combate à Legalização das Drogas fiquem à vontade.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Magno Malta, mostrando as preocupações contra a droga, convidamos, para usar da palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

Ainda estão inscritos o Líder do PSOL e, como último orador – mas está escrito na Bíblia que “os últimos serão os primeiros” –, o Líder do PTB, do Estado do Piauí, Dr. João Vicente Claudino.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, ontem, no pronunciamento que fiz, referi-me brevemente sobre a questão dos dispêndios do Governo Federal, Senador

Francisco Dornelles, usados para turbinar a candidatura da Ministra Dilma Rousseff.

E hoje volto à tribuna para tratar mais detalhadamente deste assunto, porque vou fazer referência ao que está nas páginas dos jornais de grande circulação deste País.

Digo que faço referência ao encontro dos Prefeitos promovido pelo Governo Federal, que ficou marcado pela utilização indevida de recursos públicos para autopromoção, assim como de recursos de imagens de programas federais, que tinham como único objetivo, Senador João Claudino, dar destaque e visibilidade para a Ministra Chefe da Casa Civil, provável candidata à sucessão presidencial pelo Partido dos Trabalhadores.

O Governo havia anunciado que o encontro custaria R\$253 mil, e o fez para rebater suspeitas de que o evento seria um palanque eleitoral para a Ministra da Casa Civil.

Ocorre que a matéria da jornalista Rosa Costa, publicada pelo **jornal O Estado de S. Paulo**, em sua edição de hoje, mostra que a União, Senador Arthur Virgílio, vai desembolsar mais R\$1,3 milhão para arcar com as despesas do encontro realizado semana passada.

Segundo a matéria, a quantia é 5,3 vezes maior do que a admitida pelo Palácio do Planalto, aqueles R\$253 mil. Na realidade, ela é 6,3 vezes maior, porque aos 5,3 têm de se somar os próprios 253 mil que foram admitidos pelo Presidente da República. De acordo com o Siafi, o dinheiro usado para “bançar” o evento saiu do Ministério das Cidades e faz parte da verba destinada ao apoio à política de desenvolvimento urbano, que o Ministério define assim: “fortalecer a capacidade técnica e institucional dos Municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos e gestão territorial”.

A assessoria de comunicação do Ministério afirmou que esses objetivos foram plenamente atendidos, Senador Eduardo Azeredo.

Imaginem que o Ministro Márcio Fortes, por intermédio de sua assessoria de comunicação, afirma que os objetivos do encontro – capacitar tecnicamente os Municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos e gestão territorial – foram atendidos, Senador Nery, pelo encontro dos Prefeitos aqui em Brasília.

A Secretaria de Imprensa da Presidência admitiu que a conta palaciana não contemplava esses valores do Ministério das Cidades.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a quem se quer enganar? Esta é a pergunta que todo cidadão brasileiro está fazendo neste momento: a quem se quer enganar?

Primeiro: como a Secretaria de Comunicação do Ministério das Cidades pode dizer que os objetivos foram alcançados? O que vimos nada mais foi do que um palanque para a promoção pessoal de uma servidora pública, que, não por acaso, é a provável candidata à sucessão presidencial pelo Partido dos Trabalhadores.

Aliás, isso desrespeita o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, que determina:

Art. 37.

§1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Além disso, como pode o Governo, de uma conta de R\$1,6 milhão, “lembrar” de R\$253 mil e “esquecer” do restante?

Como se vê, a história está mal explicada. Não dá para disfarçar. É nítido que o evento foi, sim, marcado pelo uso indevido de recursos públicos para a promoção da provável candidata do Governo para a próxima eleição.

É por isso que o PSDB, Senador Arthur Virgílio, entrou, hoje, com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral contra o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, por propaganda extemporânea.

O DEM, que também assina a ação, apresentou ainda uma consulta, questionando se atos de inauguração de obras e programas governamentais podem ser considerados propaganda eleitoral antecipada.

As duas legendas pedem a aplicação de multa ao Presidente Lula, como artifice da conduta, e à Ministra Dilma, como beneficiária.

Os dois Partidos, Senador João Claudino, apresentaram duas grandes indagações ao Tribunal Superior Eleitoral:

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço desculpas por interrompê-lo só para prorrogar por mais meia hora, porque estão inscritos ainda o José Nery, o João Vicente Claudino e o nosso Dornelles.

Pode continuar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Primeira: Antes do período eleitoral referido no art. 36 da Lei nº 9.504, de 1997, constitui propaganda eleitoral extemporânea a realização de eventos que, a pretexto de difundirem os feitos de gestões governamentais em

andamento, buscam impulsionar a pré-candidatura de determinados agentes públicos?

Segunda: Antes do período mencionado no citado art. 36, configura propaganda eleitoral extemporânea a divulgação, em eventos ou por veículos de comunicação, da idéia de que a continuidade de obras, ações e programas depende da eleição de determinado agente público?

Portanto, é fácil perceber que o Presidente Lula e a Ministra Dilma estão-se utilizando do poder político e da máquina administrativa para promover, antecipadamente, a candidatura da Ministra para a sucessão presidencial de 2010.

O evento foi, sim, eleitoreiro e, mais do que um encontro, tornou-se um verdadeiro comício, haja vista as inúmeras citações feitas pelo Presidente Lula à Ministra-Chefe da Casa Civil.

Além do mais, enquanto o Governo fica alardeando programas que mal saíram do papel e inaugurando “pedras fundamentais”, a “marolinha” já se transformou, lamentavelmente, em tsunami e está atingindo frontalmente milhares de lares brasileiros que estão vendo seus chefes de família perderem seus postos de trabalho.

Os recursos despendidos, Senador Mão Santa, com esse evento eleitoreiro, poderiam ser direcionados para atender às necessidades da carente população brasileira, que clama por moradia, escolas de boa qualidade, segurança e saúde, bem mais importantes do que as unhas do Presidente ou o batom da Ministra candidata.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que o Governo reconheça o uso abusivo da máquina e o desrespeito às regras estabelecidas pela Justiça Eleitoral, explicando a origem dos recursos que patrocinaram o evento bem como o porquê da antecipação explícita da propaganda eleitoral.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, o pronunciamento de V. Ex^a foi um dos mais brilhantes e contundentes do dia de hoje. Aí está o Senador Arthur Virgílio, que é o Líder do partido de V. Ex^a e está fazendo escola.

Prorrogaamos a sessão por mais meia hora.

Vamos à seguinte sequência: alternando um Líder com um inscrito, fará uso da palavra o Senador José Nery, inscrito como Líder do PSOL; depois, João Vicente Claudino, que está como orador inscrito e é do PTB do Piauí. Para terminar, Dornelles, que está como Líder e é Presidente do PP.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão

Santa, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a comissão parlamentar de inquérito que apura os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes no Pará acendeu a discussão sobre o tema e revelou estatística estarrecedora sobre a questão em meu Estado.

Instalada a partir das denúncias feitas pelo Arcebispo do Marajó, Dom José Luiz Azcona, a CPI teve acesso aos dados do Centro Integrado de Atenção a Vítimas de Violência Sexual, que revelam um quadro muito grave para as nossas crianças e adolescentes. Uma geração inteira pode estar com seu futuro comprometido. No Pará, a cada dia dois menores são vítimas de algum tipo de assédio. De 2004 a 2008, foram registrados 3.558 casos, sendo 3.057 contra meninas e 501 contra meninos; 688 deles ocorreram com crianças com menos de cinco anos de idade. Em Belém, os casos de crimes sexuais graves, como estupro e atentado violento ao pudor, passaram de 296, em 2003, para 529, em 2008. Considerados os últimos cinco anos, foram 1.720 crianças vítimas desse tipo de crime.

O que as estatísticas não podem revelar é o quadro de desagregação gerado por esse crime hediondo. Famílias inteiras são destruídas, principalmente porque esse tipo de crime ocorre majoritariamente no âmbito da estrutura familiar.

Mas, inegavelmente, o maior combustível da pedofilia ainda é a impunidade. Em Belém, das 210 denúncias de estupro registradas em 2008, apenas 20 – cerca de 9,5% – chegaram a gerar algum tipo de procedimento judicial. Levando-se em conta que entre os acusados estão diversas autoridades, entre elas prefeitos, deputados, conselheiros de tribunais de contas e até conselheiros tutelares, teremos um quadro dos reais motivos dessa impunidade.

Uma das denúncias mais surpreendentes envolve o Deputado Estadual pelo DEM, o médico Luiz Afonso Sefer, ativo integrante da base de apoio do governo estadual, acusado de submeter a inomináveis sevícias sexuais uma criança hoje com treze anos de idade, que residia em sua casa. A menor S.B.G, que atualmente se encontra em outra unidade da Federação, sob guarda de programa de proteção às crianças vítimas de violência, afirma ter sido estuprada pelo Parlamentar desde os nove anos de idade, quando foi trazida de um Município do interior paraense. Os dados constantes no inquérito policial para investigar este crime, segundo relatos recolhidos pela CPI da Pedofilia, da Assembléia Legislativa do Pará, dão conta dos fortíssimos indícios da culpabilidade deste Deputado, cuja conduta enodoa, de forma irremediável, a imagem do parlamento paraense.

Outra denúncia, já com inquérito policial tombado e há pouco aqui citado pelo Senador Magno Malta, envolve o irmão da Governadora Ana Júlia Carepa, o Sr. João Carlos Vasconcelos Carepa. Há informações consistentes de que muitas outras personalidades – entre deputados, ex-prefeitos, conselheiro de Tribunais de Contas e até membro de Conselho Tutelar – deverão ter seus nomes proximamente arrolados nas investigações.

É hora de dar um basta. Em se confirmando as denúncias, devemos exigir punição exemplar a todos os responsáveis, principalmente em se tratando de figuras públicas que exercem mandatos em nome do povo.

Diante de um quadro tão dramático, exigimos do Governo do Estado, juntamente com todas as entidades da sociedade civil, do Parlamento paraense, uma atitude muito firme, corajosa e determinada, para realizar um verdadeiro mutirão pela punição desses criminosos.

A sociedade precisa participar ativamente desse debate. Suas organizações populares, sindicais, estudantis e comunitárias devem funcionar como instrumento de pressão permanente sobre os órgãos competentes e a própria CPI. Só assim poderemos começar a mudar o triste quadro do estigma da impunidade, que é uma ferida aberta e sangrenta a desafiar todos aqueles que lutam por uma sociedade efetivamente justa.

Na semana passada, participei de uma longa audiência, de uma longa conversa com o Senador Magno Malta, quando S. Ex^a me relatou, demonstrou documentos, fatos que estão em apuração no curso das investigações realizadas pela CPI da Pedofilia do Senado Federal.

S. Ex^a me disse, naquele momento, que aqueles fatos são tão graves que qualquer cidadão, qualquer brasileiro que tenha conhecimento daquelas informações, sem dúvida, passará a ter uma outra compreensão desse crime hediondo e bárbaro que se abate sobre nossas crianças e adolescentes.

Naquela oportunidade, o Senador Magno Malta me convidou, mais uma vez, para integrar a CPI da Pedofilia do Senado Federal. Na ocasião, fez gestões junto ao Senador Marcelo Crivella, para que eu pudesse ocupar a vaga desse grande representante do Estado do Rio de Janeiro na CPI.

Desse entendimento, uma vez consagrado, desde o dia de ontem, passei a integrar a CPI e, com maior razão, pelos fatos que envolvem nosso Estado. Inclusive há diligências no Pará, na primeira semana de março, a partir dos requerimentos apresentados pelo Senador Magno Malta, nos quais fiz questão de subscrevê-los. Estaremos, então, no Estado do Pará, acompanhando, participando dos trabalhos da CPI e, com certeza, desse

trabalho poderemos ter esperança e a certeza de que esses crimes, pela sua extensão, pelo envolvimento desregrado de autoridades, de agentes públicos – algo inimaginável –, com certeza, terá respostas, terá a investigação, haverá as representações ao Ministério Público, de forma a coibir esse estado de impunidade contra os direitos de nossas crianças e adolescentes.

Portanto, agradeço o convite que me foi feito pelo Senador Magno Malta e a possibilidade de poder contribuir mais diretamente nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Com certeza, assumirei todas as tarefas e atribuições que forem a mim delegadas, para fazer com que o resultado desse trabalho seja o reparo, a punição e, sem dúvida, a definição de políticas, de ações e, sobretudo, de medidas legislativas que ajudem a combater esses crimes hediondos.

Mas, Sr. Presidente, para finalizar, eu queria fazer dois registros.

O primeiro, a reunião da representação brasileira no Parlamento do Mercosul que ocorreu esta tarde na sala das comissões do Senado Federal, que pela maioria de nove votos a quatro, admitiu o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, medida que considero extremamente importante no processo de integração Latino-Americana, e que vencido os obstáculos para que essa votação se processasse, tivemos um resultado positivo para esse pleito para essa necessidade de integração dos povos da América Latina. Depois dessa decisão da representação brasileira, será enviado protocolo para o Senado Federal, será apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e posteriormente pelo Plenário do Senado Federal desejando, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul seja referendado, consolidado, por decisão soberana do Parlamento brasileiro.

Por último, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dar conhecimento ao plenário do projeto de resolução que apresentei na tarde de hoje. Determina a disponibilização, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a verba indenizatória, razão de muitas discussões e desconfianças. Não há nenhum sentido no grau de democracia e de transparência que alcançamos. É preciso ficar patente, claro e evidente para a toda a sociedade que todo e qualquer gasto e despesa feitos com recursos da verba indenizatória, que é recurso público, seja de conhecimento de todos aqueles que nos prestaram serviços, oferecendo-lhes todos os detalhes, inclusive as notas fiscais, para que não fique nenhuma dúvida sobre a utilização correta e honesta desses recursos.

Era o que eu tinha a dizer. Agradeço a V. Ex^a a paciência pelo tempo que me foi concedido.

A Mesa do Senado Federal – que V. Ex^a integra na condição de 3º Secretário, bem como o Senador João Claudino, que é o 2º Secretário, uma vez que toda a Bancada do Piauí integra a Mesa Diretora do Senado Federal, é algo histórico nesta Casa – possa, enfim, avaliar essa proposta de resolução, para que possamos, nos próximos dias, deliberar aqui no plenário e assim consagrar esse importante instrumento de transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos ao Senador José Nery, do PSOL, que continua com a sua representação, aquilo que engrandeceu a democracia, que foi a presença da Líder mulher Heloisa Helena nesta Casa.

E com muito honra convidamos para usar da palavra o Senador do Piauí, João Vicente Claudino.

João Vicente Claudino é do PTB. O PTB foi o Partido que mais cresceu no Piauí. Eu tive a felicidade de tê-lo como secretário de Indústria e Comércio, quando governei o Piauí, é um homem de grande visão de futuro empresarial e com perspectivas invejáveis na política do Piauí e do Brasil.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, quero agradecer as palavras elogiosas, Senadores aqui presentes. Presidente Mão Santa, queria registrar três fatos, nesta noite, do Piauí, mesmo já tendo ocorrido durante o mês de fevereiro, mas é dever de ofício registrá-los.

Primeiro, no início do mês de fevereiro ocorreu em São João do Piauí – pode causar até uma certa estranheza – o 1º Festival da Uva. Um evento promovido pelo Governo do Estado, principalmente com o trabalho gigantesco da primeira-dama Rejane Dias, com o apoio do Sebrae, pautado num exemplo importante da força da capacidade produtora do nosso Estado.

Nasceu, no assentamento Marrecas, projeto de 30 hectares, dos quais quatro hectares de uva, um sonho, com o apoio da Codevasf, do ex-Superintendente Hildo Diniz, que dá nome ao projeto. Vimos, no sertão do Piauí, terra propícia, topografia do terreno em condições melhor do que Petrolina, grau de insolação, um poço jorrante, de onde a água é distribuída em canais para irrigar os 30 hectares, sem nenhum custo de energia elétrica. Trata-se de um poço jorrante irrigando 30 hectares de frutas e, principalmente, quatro hectares de uva. Isso gerou esse evento, que é mais um estímulo para a capacidade de mais mil hectares que ainda temos a explorar.

Estive em visita à Codevasf, e o atual Superintendente, Dr. Guilherme, está investindo R\$100.300.000,00 na margem do rio Piauí – o senhor conhece muito bem a barragem do Jenipapo, nas proximidades de São João do Piauí –, onde estão sendo feitos barramentos, canais de irrigação e cinco reservatórios, para iniciarmos a irrigação dessa área que pode chegar a mil hectares de frutas irrigadas.

Então, esse é um empreendimento, um investimento que mudará a face daquela região, juntamente com o investimento da Vale do Rio Doce na transformação do níquel, na região de Capitão Gervásio Oliveira.

Então, não poderia deixar de registrar esse evento importante e, segundo, registrar a posse da nova diretoria da Ampar, da Associação dos Municípios do Médio Parnaíba, que é uma associação pioneira. São 24 Municípios, organizados de uma maneira eficiente, discutindo os problemas comuns daqueles Municípios do Piauí. E agora tomou posse o Prefeito de Lagoinha do Piauí, o presidente Alcione Barbosa, e o vice-presidente, o Prefeito de Regeneração, Eduardo Carvalho, e demais diretores da Ampar, que deseja a todos um profícuo trabalho no sentimento maior do desenvolvimento daquela região tão produtora do Estado do Piauí.

O último registro que quero fazer, sem me alongar e sem usar o tempo regimental: hoje, Presidente Mão Santa, a Assembléia Legislativa fez uma sessão solene em homenagem ao ex-Governador, ex-Deputado Federal e ex-Senador Chagas Rodrigues.

Eu não estava aqui no dia do falecimento, estava em Teresina, mas acompanhei as homenagens, o voto de pesar de diversos Senadores enaltecendo a história política, o caráter, a dignidade e a honradez do ex-Senador Chagas Rodrigues, que começou na UDN, foi Governador com 37 anos pelo PTB, levado por um fato que vitimou Demerval Lobão e Marcos Parente, naquele evento próximo a Teresina. Ele chegou a ser Governador, um Governador que plantou todas as bases do desenvolvimento do Estado do Piauí. Foi quem criou a primeira companhia de desenvolvimento, foi quem estabeleceu a UDR no Estado, toda a política de desenvolvimento do Estado do Piauí nasceu com Chagas Rodrigues, parnaibano como V. Ex^a.

Depois, Deputado Federal, cassado, vivendo aqui em Brasília, professor do Ceub, volta à vida política como Senador do PMDB e fundador do PSDB pela amizade que tinha muito íntima com o ex-Senador e Governador Mário Covas.

Então, como Presidente do PTB, eu queria também nesta data dizer que, por ter sido ele um expoente

da história do PTB, nós vamos fazer uma homenagem à altura de Chagas Rodrigues e do legado que ele deixou ao PTB do Estado do Piauí.

Queremos parabenizar a Assembléia Legislativa por essa homenagem de hoje, tão merecida, e enaltecer a memória desse grande homem público que é um exemplo de honradez, de dignidade, de perseverança e de tenacidade no Estado do Piauí.

É um registro que eu tinha o dever de ofício de fazer. Pessoas como Chagas Rodrigues, que engrandeceram o Senado, são um estímulo a nós que estamos na vida pública nesta luta, dia a dia, constante, para fortalecer a democracia brasileira.

Era isso o que eu tinha a dizer. Quero agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Vicente, eu diria que nós somos felizes e tranquilos porque não precisamos buscar os exemplos em outros Estados e em outros países. Os exemplos estão no próprio Piauí. Chagas Rodrigues é um deles, o Senador Petrônio...

João Vicente chega a esta Casa muito novo, mas, na sua primeira disputa política, sendo Presidente do PTB, venceu candidatos muito fortes: o ex-Senador da República Hugo Napoleão, Governador; o ex-Secretário de Fazenda, ex-Deputado Federal Ari Magalhães e o extraordinário líder político Freitas Neto, brilhante ex-Senador entre outros.

Então, nós queremos parabenizar. Juntos, aqui, os que estamos à mesa, temos que seguir o exemplo de Petrônio, Chagas e todos aqueles que nos antecederam.

Para encerrar, convidamos para usar da palavra – está na Livro de Deus, Francisco Dornelles, “os últimos serão os primeiros” – Francisco Dornelles, ele, que é Presidente do PP, vai falar como Líder do PP. O seu grande título, ele é o sucessor predileto daquele que se imolou pela democracia, Tancredo Neves. E a sua credibilidade é tão grande que a ele Tancredo Neves entregou a chave do cofre e as riquezas do Brasil.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, pela Mensagem nº 741, foi enviado à Câmara dos Deputados e ao Congresso um acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos para o intercâmbio de informações relativas a tributos.

Esse acordo, Sr. Presidente, não foi assinado pelo Presidente da República dos dois países. Esse acordo foi assinado pelo Secretário da Receita do Brasil e o Embaixador dos Estados Unidos.

Sobre a constitucionalidade desse acordo, eu vou ler aqui o que falou o professor de todos nós, o Professor Yves Gandra:

Apenas e tão-somente o Presidente da República em sua competência privativa é que pode assinar atos internacionais de qualquer espécie a serem referendados pelo Congresso Nacional.

Assim, o referido acordo é formalmente inconstitucional por ter sido celebrado não pelo Presidente da República, mas por uma autoridade do Ministério da Fazenda e não pelo Presidente dos Estados Unidos, mas pelo seu embaixador. Essa manifesta inconstitucionalidade macula por inteiro o acordo, que só por isso já deveria ser, de plano, rejeitado sem necessidade de exame das demais inconstitucionalidades materiais.

Sr. Presidente, sobre o mérito desse acordo, eu queria analisar e mostrar alguns tópicos do parecer do ilustre Deputado Régis de Oliveira. Disse ele:

O acordo permite a indevida interferência de autoridades norte-americanas em fiscalizações a serem conduzidas no Brasil, mesmo que o fato investigado não seja ilícito tributário, fiscal, administrativo ou criminal no nosso País ou no Brasil.

Continua o Deputado Régis de Oliveira:

Exige-se pelo acordo de investigados brasileiros a submissão a juramento, o que poderia levar a um eventual pena de perjúrio nos Estados Unidos, inexistente na legislação brasileira. Permitiria, direta ou indiretamente, que autoridades norte-americanas ingressem em repartições da Receita Federal, ou instalações de contribuintes brasileiros, obtendo documentos ou os requisitando. Isso, sem dúvida, consuma sérias interferências e impõe custos de toda ordem não apenas à Receita Federal, mas também ao cidadão brasileiro, mesmo que o ato investigado não configure ilícito no Brasil.

Continua Régis de Oliveira:

Ainda de extrema gravidade é a possibilidade veiculada pelo artigo VIII do TIEA, permitindo que autoridades fazendárias dos Estados Unidos, ao seu exclusivo critério, possa autorizar a cessão de informações sigilosas, obtidas junto a contribuintes brasileiros.

Sr. Presidente, o Deputado Régis de Oliveira também conclui pela inconstitucionalidade desse acordo. É inacreditável que nós façamos um acordo desse tipo, permitindo a

presença de autoridades dos fisco americano, exercendo seu poder no Brasil, exigindo de contribuintes brasileiros informações e querendo imprimir penalidades não estabelecidas pela lei brasileira.

Eu quero fazer um apelo muito grande a todos os Senadores: quando esse acordo chegar ao Senado, que nós possamos examiná-lo na Comissão de Relações Exteriores, se chegar, e que ele possa ser rejeitado pela sua inconstitucionalidade, pela violência e pelos absurdos que ele contém nos seus artigos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Francisco Osvaldo Neves Dornelles, Senador da República. Daí, de quando em quando, eu dizer, com toda a convicção, que este é um dos Senados mais ricos da história do Brasil e do mundo.

Francisco Osvaldo. Ninguém mais que ele recebeu o apoio de Francisco, aquele que disse: “Senhor, faça de mim um instrumento de vossa paz”, que andava com uma bandeira “paz e bem”. V. Ex^a anda com a bandeira do PP. Mas é Neves, de Tancredo Neves, que se imolou pela redemocratização, e Dornelles, de Getúlio Vargas. Tem essa ligação também. Então, esse é um dos homens que enriquecem o Senado da República do Brasil.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) –

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Para encerrar esta sessão, quis Deus que aqui estivesse, em nome da Senado da República, prestando uma homenagem a um dos seus Senadores mais ilustres da história da República. Em um dos momentos mais difíceis contra a ditadura militar, ele foi líder da democracia. É o Senador Arthur Virgílio Filho. O atual Senador que o Brasil todo admira. E nós temos certeza que ele vai continuar nesta Casa, porque entendo que o Estado grandioso do Amazonas não pode decepcionar o Brasil. Tenho andado no Brasil todo, no meu Piauí e em todos os Estados e visto e sentido que o povo do Brasil quer Arthur Virgílio Senador. Então, o Amazonas não pode decepcionar o Brasil.

Então, o Estado do Amazonas faz uma grande homenagem ao pai do nosso Arthur Virgílio Netto, ao Arthur Virgílio Filho, que foi um dos fundadores da Universidade do Amazonas, que deu grandeza a ela e ela se tornou universidade.

Então, dos primórdios ela faz cem anos, e a mocidade estudiosa, na sua independência, na sua grandidão, presta homenagem a Arthur Virgílio Filho.

Ele nasceu em Manaus em 1921 e morreu em 30 de março de 1987, um dos cassados pela revolução, um dos mártires da redemocratização. Sua vida pública... Várias vezes todos os cargos que teve foi uma eleição popular.

Eu queria dizer, então, que ele era membro do PSD, foi para o PTB e posteriormente para o PMDB. Quando Líder do PTB, ele foi Líder do ex-Presidente pacifista João Goulart.

Então, eu queria dizer ao Arthur Virgílio Neto que um dos fatos que mais me emocionou foi, estudando a biografia de Thomas Jefferson, que fez a Constituição dos Estados Unidos e fora Presidente da República, ver que, no seu túmulo, estava escrito “Aqui jaz o fundador da Universidade de Virgínia”. Então, hoje, a mocidade estudiosa diz – está na história, na biografia – que ali morreu Arthur Virgílio Filho, o fundador da Universidade da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– **A Sra.** Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em 10 de fevereiro de 1980, há 29 anos, no colégio Sion (SP), o Movimento Pró-PT aprovou o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, que foi publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.

Em nosso manifesto já estava escrito que “O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá”

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas. As grandes majorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites.

Assim nasceu o Partido dos Trabalhadores, fruto da necessidade do povo e alicerçado em uma sólida carta de princípios. Desde o início demarcando uma diferença fundamental com as outras organizações partidárias, seja pelo perfil de seus militantes, seja por sua forma de organização.

O Partido dos Trabalhadores logo mostrou sua ousadia disputando o espaço político, antes monopólio dos partidos tradicionais. A ditadura militar ouvia o brado das ruas, lia as pichações e ouvia os contundentes discursos de uma nova geração de políticos que não se referenciava em modelos existentes, mas propunha uma sociedade que respeitasse ao mesmo tempo a liberdade individual e o interesse coletivo.

Para isso, participou da Assembléia Nacional Constituinte e deixou claro sua posição de que a Carta estava aquém das necessidades dos trabalhadores.

Hoje ainda vemos o quanto isso era verdade, pois muitos pontos nunca foram regulamentados e outros alterados durante o auge da ideologia neoliberal.

Quando o neoliberalismo atingiu o seu ápice e caiu o Muro de Berlim, a esquerda mundial perplexa assistia a festa dos conservadores que comemoravam “o fim da história” e do socialismo. O Partido dos Trabalhadores aprofundou os seus debates demonstrando a diferença fundamental com os setores que ainda viviam os referenciais políticos do século 19.

Foi o momento em que os governos democrático-populares de nosso Partido, tanto no âmbito dos municípios quanto nos estados, mostrou a viabilidade de um novo jeito de governar. Um governo eleito pelo povo governando para o povo e com o povo, sem, no entanto, atender aos apelos populistas.

Esses sucessivos êxitos em administrações petistas, somados à história de luta do companheiro Luís Inácio Lula da Silva, nos levaram a Presidência da República nas eleições de 2002.

Diferente de todas as experiências anteriores, a Esperança venceu o Medo, e o Presidente Lula assumiu um país quebrado, endividado e com graves crises sociais decorrentes da implantação de políticas neoliberais.

O Presidente Lula, seguindo a histórica proposta do Partido dos Trabalhadores, inicia seu governo garantindo a comida na mesa dos brasileiros.

Logo após inicia uma série de programas reestruturantes, colocando em primeiro lugar os direitos sociais e buscando a sustentabilidade econômica.

Um profundo estudo político do mosaico social brasileiro é construído a partir de dezenas de Conferências Nacionais temáticas.

Tanto o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como dezenas de programas, quanto o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, com investimentos em obras de infra-estrutura em todo o país, são exemplos de uma ação governamental planejada e executada com toda a sociedade.

O neoliberalismo, festejado como o fim da história, inicia o seu ocaso. A promessa de um mercado que se auto-regule foi destruída pela ganância e especulação daqueles que não queriam regulamentação nenhuma. Bolhas sobre bolhas e ao final uma crise sem precedentes corroem a maior economia do planeta. A solução que deverá ser buscada para enfrentar a crise e seus deletérios efeitos sociais é recorrer aos instrumentos democrático-populares.

Uma das primeiras providências do presidente norte-americano, Barack Obama, foi construir um conselho político formado por sindicalistas, empresários e representantes de organizações – algo parecido com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Presidente Lula.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta trajetória de 29 anos, muitos companheiros e muitas companheiras sofreram com a repressão, tiveram suas vidas ceifadas em covardes assassinatos, foram acusados de forma leviana e sem provas.

O vale-tudo contra o PT gerou furores de radicalismo. Era necessário acabar com o PT, destruir os petistas “radicais”, acabar com essa idéia de que um outro governo era possível.

As vezes que se levantaram para nos atacar provinham dos porões da ditadura, não como torturados, mas como torturadores.

Mas a voz do povo falou mais alto e o Presidente Lula não só se reelegera como atinge recordes de popularidade.

O Partido dos Trabalhadores, fruto do sonho de milhares de brasileiros e brasileiras e, fundado pelos idealistas que assinaram o manifesto há 29 anos, no colégio Sion aprendeu a governar. Os corações e mentes de milhões de militantes moldaram um novo país, um Brasil de Todos e de Todas.

Nesta tribuna, ao homenagear o Partido dos Trabalhadores, homenageio o Brasil. Os Homens e Mulheres, operários e camponeses que fazem do PT um partido sempre jovem, sintonizado com os anseios do povo

Parabéns ao Brasil por ter o PT!

Parabéns ao povo brasileiro que construiu o PT
E parabéns ao Partido dos Trabalhadores por 29 anos de luta.

Muito obrigada.

Quantos adjetivos nos atribuíram!

Quantas verdades...

Irreverente,

Porque não nos curvamos aos poderosos,

Ao manda quem pode, obedece quem tem juízo!
 Exigimos os nossos direitos de trabalhadores,
 E lutamos, dia após dia, para conquistá-los.
 Radical,
 Porque não aceitamos as estruturas de poder e,
 Cortamo-las pela raiz.
 Afinal,
 Quando a elite brasileira
 Imaginaria um presidente metalúrgico?
 Socialista,
 Porque colocamos as políticas sociais
 A frente das políticas de governo.
 Garantimos a alimentação, a educação e a saúde,
 Implantamos programas de transferência de renda e
 Empoderamos a sociedade em dezenas de conferências nacionais,
 Que estão construindo um novo Brasil!
 Jovem,
 Porque mesmo com 29 anos de caminhada,
 Continuamos com a paixão da juventude,
 Exigindo justiça social, igualdade, direitos.
 Ocupamos as ruas, os parlamentos, os governos,
 Debates no Fórum Social Mundial
 Em Belém.
 Irreverentes, radicais, socialistas, jovens,
 Quantos adjetivos nos atribuíram!
 Porque somos do Partido dos Trabalhadores,
 E nesses 29 anos, construímos nossa história
 Com sofrimento, dores e alegrias,
 Vitórias compartilhadas com o povo.
 Que vê a estrela que brilha,
 Vermelha, por sobre o horizonte:
 Uma estrela de esperança,
 Para todos os lutadores.
 Feliz Aniversário PT!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, recebi, com enorme satisfação, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU)

referente ao 3º trimestre de 2008. Para mim, é muito gratificante divulgar um trabalho dessa magnitude, tendo em vista que o TCU desempenha, no atual quadro democrático brasileiro, uma das mais importantes funções da República.

Afirmo isso com absoluta convicção porque uma das características da democracia moderna é a chama **accountability**, ou seja, o Estado deve expor suas ações de maneira clara e transparente para a sociedade que elegeu democraticamente seus representantes e que, além disso, é responsável por arcar com os gastos do próprio Estado.

O TCU, ao promover fiscalizações, é responsável por determinar que sejam evitadas ações de pessoas nocivas aos interesses públicos, ou seja, aqueles indivíduos que se aproveitam de suas posições de mando apenas para obter vantagens pessoais ou para seus familiares.

Esse patrimonialismo não tem mais lugar no Brasil moderno, pois não é possível imaginar que alguns cidadãos façam uso do Estado apenas para auferir lucros de maneira ilícita e criminosa. Dessa forma, o TCU tem papel essencial para fiscalizar e punir aqueles que insistem em imaginar que o Brasil não passa de uma capitania hereditária.

Posto isso, vejamos alguns dados do relatório do 3º Trimestre de 2008.

Nos nove primeiros meses de 2008, foram 153 fiscalizações realizadas em campo, além de outras 255 feitas por meio de sistemas informatizados.

Em relação ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, houve 84 fiscalizações de obras, sendo que foram apontados indícios de irregularidades graves, com proposta de paralisação, em 13 delas, o que equivale a 15% do total.

Felizmente, a maioria dos problemas detectados tem sido sanada de maneira tempestiva. Se todas as irregularidades forem corrigidas, haverá economia de R\$ 2,8 bilhões de reais para o povo brasileiro.

Além dessas ações fiscalizadoras, o TCU tem acompanhado licitações como a do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira ou a auditoria levada a cabo na Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Estima-se que as ações do TCU, com suas propostas de regularização dos problemas encontrados, podem levar a uma economia de R\$ 10 bilhões de reais num prazo de 5 anos.

De acordo ainda com o Relatório, de cada 1 real destinado ao TCU, o retorno para o País foi de 36,63 reais! É o exemplo mais claro da importância da Corte de Contas para a sociedade brasileira.

O TCU, cada vez mais, tem um papel ativo na condução de políticas públicas. Apesar de estar constituído

nalmente ligado ao Poder Legislativo Federal, suas atribuições vão muito além, constituindo-se – para relembrar os tempos de Roma – em verdadeiro tribuno da plebe, ou seja, defensor dos interesses da população ao lado de outras instituições como o Ministério Público.

Afirmo, no princípio deste discurso, que a **accountability** é essencial para o funcionamento da democracia moderna, na medida em que torna transparente e clara para a população a maneira como os gastos do Estado têm sido realizados.

Creio que o Brasil, em seu processo de redemocratização levado a cabo a partir da Constituição Cidadã de 1988, entrou em nova fase, em que os desmandos, os “jeitinhos”, a roubalheira, os desvios, os acertos escusos e outras formas de malversação dos recursos públicos são profundamente repudiados por toda a sociedade.

Para combater aqueles que ainda insistem em práticas arcaicas e inaceitáveis para nosso povo, alegro-me em saber que temos o Tribunal de Contas da União, sempre atuante e alerta para defender os interesses da sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória
nº 445, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de:
22.12.2008)

Prazo final prorrogado: 16.4.2009

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

3

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator **ad hoc**: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 5, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio

Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator **ad hoc**: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº

6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003,

na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora **ad hoc**: Senadora Ideli Salvatti.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002,

na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Virgínio de Carvalho.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado)*.

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de da-

dos, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar,

de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 32, DE 2008**

(*Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 33, DE 2008**

(*Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

38

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 34, DE 2008**

(*Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 35, DE 2008**

(*Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum*)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

42

REQUERIMENTO Nº 1048, DE 2007

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou

o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 1423, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando de voto de aplauso pelo transcurso do cinqüentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança – Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

46

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador César Borges.

47

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismos a técnicas duras de interrogatório como o “*waterboarding*”.

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao

diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

49

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro, solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

50

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

51

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes “ilegais” por até 18 meses.

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

53

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pela Colômbia.

54

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

55

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1.650, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 32 minutos.*)

Ata da 11ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 19 de Fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko, do Sr. Mão Santa

(inicia-se a Sessão às 14 horas, e encer-
ra-se às 17 horas e 44 minutos)

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 19/2/2009 07:07:33 até 19/2/2009 20:30:01

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GÉRSOON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X						
POT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PT	AC	MARINA SILVA	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PDT	CE	PATRÍCIA SABOYA	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PTB	SP	ROMEU TUMA	X						
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						

Compareceram: 48 Senadores



A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu gostaria de convidar o Senador Mão Santa para presidir a Mesa neste momento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas antes...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A primeira inscrita sou eu.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a V. Ex^a que me inscreva para uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Atenderei à solicitação de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E convido V. Ex^a a participar da sessão de amanhã para mostrar a grandeza dos que fazem o Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O primeiro inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador Mão Santa; o segundo inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr^a Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O terceiro inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador Eduardo Suplicy acaba de chegar.

Como V. Ex^a ainda não havia chegado, anunciei que seria a primeira a falar, mas V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a pode falar primeiro. Falarei em seguida.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada.

Peço ao Senador Mão Santa que me substitua na Presidência para que eu possa fazer o meu pronunciamento. *(Pausa.)*

A Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso, professora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – S. Ex^a é trigo também. Esse negócio de partido... É preciso saber quem é trigo e quem é joio em cada partido, e V. Ex^a é o melhor trigo do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. SERYS SELHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – O Partido dos Trabalhadores só tem bons trigos, Senador!

Senador Mão Santa, que preside a Mesa neste momento, que preside o nosso plenário neste momento, agradeço ao Senador Suplicy, que, estando inscrito em primeiro lugar, me cedeu a vez ao chegar ao plenário.

Obrigada, Senador Suplicy.

Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, gostaria de falar um pouco, como sempre faço, do meu Estado de Mato Grosso. E acredito que a fala que vou fazer é extremamente importante para todas as Sr^s e os Srs. Senadores. Vou falar de um programa de abrangência nacional, que é o programa Luz para Todos.

Em Mato Grosso, esse programa vai bem, ainda que precise, cada vez mais, colocar o pé no acelerador. Infelizmente, porém, em alguns Estados, o percentual de execução do Luz para Todos é zero, ou algo próximo disso. No meu Mato Grosso, aproximadamente 80% do programa já foi cumprido. Aliás, vou dizer por que não está todo cumprido, e quem ficar atento à nossa fala, ao nosso discurso, vai ver por quê. É por uma grande e boa causa.

No primeiro levantamento feito, constatou-se que não chegavam a quarenta mil as residências cadastradas na área rural, mas hoje já estão beirando as 140 mil. Então, o Luz para Todos, que seria para trinta e poucos mil, menos de quarenta, será para quase 140 mil. Por isso ele não está absolutamente todo cumprido.

Recebi, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, do Coordenador do Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos, que é o Dr. Gustavo Vasconcelos... Aliás, estou sempre a elogiar o trabalho do Coordenador do Comitê Gestor do Programa Luz para Todos em Mato Grosso, porque a ele nós podemos dar o título de gente que faz, gente que realmente faz acontecer aquilo que está sob a sua incumbência, sob a sua competência, sob o seu compromisso político – não é um compromisso político-partidário, é o compromisso político com a causa. Quero aqui saudar, em nome do

Dr. Gustavo Vasconcelos, todo o Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos em Mato Grosso, pela importância do trabalho que vem desempenhando.

Então, como disse, recebi do Dr. Gustavo Vasconcelos o honroso convite para a inauguração das obras de eletrificação rural no Município de Bom Jesus do Araguaia, no meu Estado de Mato Grosso. Essa inauguração será realizada no dia 12 de março de 2009, às 16 horas, no Assentamento Jacobim, beneficiando cerca de 370 pessoas.

Tenho muito orgulho desse programa, que o Presidente Lula iniciou em 2004 com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural. Esse programa é um sucesso e é muito gratificante para nós, que somos base deste Governo. Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com a participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, a ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita. Vejam que coisa justa! Sabemos todos que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e entre aquelas que têm baixa renda. Cerca de 90% dessas famílias têm renda inferior, Sr. Presidente, a três salários mínimos, e 80%, Senador Paim, estão no meio rural.

Nosso salto para a modernidade só se dará efetivamente com a chegada da energia elétrica. Claro que isso facilitará a integração de outros programas sociais, como o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Meu Estado de Mato Grosso é imenso e ocupa uma área de 906.806 quilômetros quadrados, sendo que a região do Norte Araguaia ocupa uma área de aproximadamente 102 mil quilômetros quadrados, abrangendo quinze Municípios, área essa equivalente ao Estado de Pernambuco ou aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo juntos. É muito grande o meu Mato Grosso.

Lá em Mato Grosso, a energia tem sido disponibilizada para milhares de famílias, o que representa um impacto positivo na vida dessas pessoas, pois a chegada da energia representa mais conforto, melhoria da qualidade de vida, novas oportunidades e geração de emprego e renda para as famílias atendidas, diminuindo os índices de pobreza e fome.

Imaginem, senhores e senhoras, que a Região do Araguaia era conhecida internacionalmente como o vale dos esquecidos. Nessa região, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a energia elétrica era tida como um artigo de luxo. Mas, hoje, a realidade é bem diferente do que era até o ano de 2005, quando o Programa Luz para Todos começou efetivamente seus trabalhos.

Não foi fácil e exigiu do nosso Governo um esforço muito grande e a alocação de muitos recursos. Os números são gigantescos. Foi necessária a implantação de aproximadamente 11.500 km de rede, construção e/ou ampliação de dezesseis subestações, sendo instalados cerca de vinte mil transformadores e implantação de cem mil postes, Senador Paim. É poste que não tem mais tamanho!

Em março de 2007, iniciou-se a construção do Linhão em 138 kV, que está interligando as sedes dos Municípios de Querência, Alto da Boa Vista, Confresa e Vila Rica, cuja extensão é de aproximadamente 426 km, com investimento estimado em R\$120 milhões.

Agora, recebo com alegria o convite para mais essa inauguração. Eu, que incansavelmente estive com diretores da Eletrobrás para viabilizar os recursos desse Linhão, me sinto vitoriosa. Foram inúmeras viagens ao Rio de Janeiro e dezenas de audiências com o Ministro de Minas e Energia e tantas outras com a diretoria da Eletronorte, mas conseguimos.

Hoje, passados quatro anos, dez milhões de pessoas já foram beneficiadas com o Luz para Todos. Fenômenos como a melhoria da qualidade de vida no campo, a migração de retorno e o sucesso do agronegócio fizeram o Governo prorrogar o programa até 2010, por meio do Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008.

Até o momento já foram aplicados, no Estado de Mato Grosso, recursos da ordem de R\$698 milhões, suficientes para o atendimento de 74 mil domicílios rurais, beneficiando aproximadamente 370 mil pessoas.

Devo lembrar que, no lançamento do programa, no ano de 2003, as famílias sem energia na área rural no Estado de Mato Grosso totalizavam 40 mil, isso nos primeiros levantamentos. Já no ano de 2005 foi aprovada a primeira revisão de metas para o nosso Estado, passando o número de ligações de 40 mil para 92.662 casas na área rural; e, devido à demanda crescente, ainda prevê uma segunda revisão, elevando a meta de 92.662 para 133 mil.

Devido a essa demanda crescente, houve a necessidade de se prorrogar o Programa Luz para Todos até o ano de 2010, conforme Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, assinado pelo Presidente Lula.

O certo, Sr. Presidente, é que até 31 de dezembro de 2008 já foram realizadas 73.484 ligações, ou seja, 84% a mais do número de ligações que eram previstas inicialmente para o meu Estado de Mato Grosso.

Só no Norte Araguaia já foram aplicados cerca de R\$210 milhões, beneficiando aproximadamente 50 mil pessoas.

Em todas as sedes dos Municípios, foram construídas subestações e montados grupos geradores novos,

gerando energia elétrica de qualidade 24 horas por dia. Lá, Senador Mão Santa, nessa região do Araguaia, em muitos e muitos Municípios, a energia funcionava até às 2 horas da manhã e, depois, só voltava lá pelas 8 ou 10 horas da manhã do outro dia. Passávamos de 10 a 12 horas sem energia. Hoje, o Linhão chegou. E a população tem direito a energia 24 horas por dia.

Foram construídas Linhas de Distribuição nas tensões de 34,5 kV, interligando as subestações com os domicílios localizados na área rural.

O Município de Bom Jesus do Araguaia, no dia 12 de março, estará em festa. E estarei lá, no Assentamento Jacobim, levando os abraços do nosso Ministro Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, que, com competência, vem levando avante tantos programas na área de energia, especialmente o Programa Luz para Todos.

Esse programa é de autoria do nosso Presidente Lula, mas eu costumo dizer que a mãe desse programa... O Presidente Lula diz que a nossa Ministra Dilma Rousseff é a mãe do PAC. Eu digo que ela é mãe do PAC, sim, mas, com certeza, ela é, antes de ser mãe do PAC, a mãe do Luz para Todos, porque, quando era Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff elaborou, com toda sua equipe, a proposta solicitada pelo Presidente Lula, para que realmente não ficasse nenhuma casa, nenhuma residência na área rural sem energia.

Em um primeiro momento, o prazo era 2008; agora, passou para 2010. Só em Mato Grosso, onde em torno de 40 mil ligações eram necessárias, hoje, esse número saltou para 133 mil residências na área rural. E por que isso? Foram aparecendo intempestivamente? Não. Eram pessoas que moravam na área rural, mas estavam no seu cantinho, muitas vezes escondidinhas, Senador Paim, e não imaginavam...

(Interrupção no som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra por mais dois minutos.

Não imaginavam que, um dia, a energia chegaria às suas casas. Quando viram chegar ao campo o Luz para Todos, a energia às casas dos seus vizinhos, correram para dizer: “Estou aqui e quero também energia”. A energia chegou lá e onde não chegou está chegando, porque falta mais ou menos um quarto das residências da área rural de Mato Grosso para serem atingidas.

Então, é um programa do Presidente Lula, é um programa que conta com todo o esforço e determinação do Ministro Edison Lobão, mas a nossa querida Dilma Rousseff é a mãe, com certeza, desse programa;

e, como mãe, vem zelando muito por esse filho querido.

Finalizo, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizendo que o objetivo do programa é levar energia a pelo menos 15 milhões de brasileiros do meio rural até o ano de 2010.

Senhoras e senhores, estou acabando de falar, referindo-me apenas ao Luz para Todos, à energia na residência daqueles que moram na área rural, sem falar nos outros programas de energia que, obviamente, o nosso Governo vem levando com determinação.

Por mais que as aves de agouro tenham falado muito em apagão e em outras coisas perniciosas em termos de energia para o País há pouco tempo ainda, nada disso aconteceu, e não teremos apagão, não, pois o planejamento funciona no Governo do Presidente Lula em todos os setores, especialmente na área de energia. Temos energia, sim! A produção está acontecendo; a distribuição, também. Nós não teremos falta de energia e muito menos apagão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo pronunciamento que destaca o desenvolvimento do Mato Grosso, com a expansão da rede elétrica, e reconhece as ações profícuas do nosso Ministro do meu Partido, Edison Lobão, que presidiu esta Casa nos momentos mais difíceis e conturbados e teve a inteligência de entregar a sua presidência a Ramez Tebet. Foi extraordinário Governador do Estado do Maranhão e, hoje, foi indicado pelo PMDB para ser Ministro de Minas e Energia.

Agora estamos alternando com comunicação inadiável. Era eu o primeiro, mas transformo a lista por mérito. Então, o primeiro passa a ser o Senador Paulo Paim. Lamento, porque ontem fiquei aqui até a noite aguardando a palavra de V. Ex^a, mas V. Ex^a desapareceu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Compenso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. V. Ex^a merece o respeito, os aplausos e a admiração não só aqui dos seus companheiros, mas de todos os brasileiros.

Depois, convidamos o Senador Eduardo Suplicy – estamos aqui alternando – como orador escrito. Ele deve estar com a voz melhor porque, ontem, eu e o Papaléo receiptamos, não é? Nós somos médicos.

V. Ex^a, Senador Paulo Paim, fique à vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senador Papaléo Paes, Senador Eduardo Suplicy, Senadora Serys Slhessa-

renko, este é um ano especial. Temos que comemorar e homenagear os Cem Anos do Ensino Técnico.

Todos nós sabemos a importância da educação – educação de qualidade – para o futuro do País e para todos os brasileiros, com certeza absoluta. No item educação, Sr. Presidente – Sr^a Presidente agora –, eu quero lembrar de uma frase do escritor espanhol Emilio Castelar. Disse ele: “A felicidade dos povos e a tranquilidade dos Estados dependem da boa educação da juventude”; ou seja, está nos jovens a esperança de um futuro melhor para todos. E é por isso, Sr. Presidente, que nós acreditamos na educação de qualidade e defendemos mais investimentos nas escolas técnicas profissionalizantes. Estou convencido disso.

Eu mesmo era vendedor na feira livre, em Porto Alegre, com dez anos de idade. Saía de Caxias, trabalhava com um primo meu. Fiz teste no Senai e, com 12 anos, voltei a Caxias e entrei numa escola técnica que me permitiu ter o mínimo de formação. Depois, claro, fui para o ginásio e o científico. Mas se não fosse a escola técnica Senai, com certeza eu estaria hoje vendendo frutas na feira livre, com muito orgulho, junto com meu primo, lá em Porto Alegre.

Resolvi, então, nesta minha fala, homenagear esses cem anos. Neste ano, temos que lembrar que, em 1909, tínhamos somente 19 escolas técnicas no País, criadas pelo Presidente Nilo Peçanha.

O objetivo das escolas era oferecer formação profissional às pessoas com pouco ou nenhum recurso financeiro. Com o passar do tempo, tivemos, em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Foi aí que surgiu, por exemplo, o Senai e o Senac. No fim da década de 50, por volta de 1959, houve outra reformulação no ensino profissional. O processo desencadeou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ocasião em que o ensino técnico passou a ser visto da mesma forma que o ensino secundário. Nas décadas de 60 e 70, o País implantou os Centros Federais de Educação Tecnológica, os quais formavam uma grande rede do ensino técnico profissional.

Não vamos aqui, Senadora Serys e Senador Mão Santa, fazer todo o histórico da importância das escolas técnicas, mas entendo que a melhor forma de combater a violência neste País seria instalar escolas técnicas inclusive nas favelas, nos morros, não deixando a nossa juventude à mercê dos traficantes e a favor do narcotráfico, infelizmente. Sabemos que ali muitos jovens acabam sendo assassinados.

Felizmente, o Governo Lula, ciente desse quadro e da importância do ensino técnico, criou 140 novas escolas técnicas federais, sendo que esse número será ampliado até 2010, com certeza, para cerca de 300 escolas. Portanto, se considerarmos, até este

momento, os oito anos do Governo Lula, o número de escolas técnicas vai crescer mais de 300% – em torno de 350% –, em relação às que foram criadas por todos os governos anteriores. Sem dúvida, isso vai garantir aos nossos jovens uma formação de qualidade, ampliação, no meu entendimento, da distribuição de renda e do crescimento saudável da nossa juventude e, ainda, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Sr^a Presidente, acreditamos que, graças a essa expansão do ensino técnico sem precedentes na história do Brasil, o crescimento econômico e social do País subirá a patamares já alcançados pelo Japão, Alemanha e França, nações que investiram maciçamente no ensino técnico e alcançaram índices invejáveis na matéria de desenvolvimento e educação profissional.

Sem dúvida, o ensino técnico é o maior responsável direto pela capacitação e pela qualificação dos trabalhadores no Brasil e no mundo. Sr^a Presidente, isso traz suporte necessário para o crescimento da nossa economia.

Por implicações como essa que afirmamos que a lembrança neste ano dos Cem Anos do Ensino Profissional no Brasil é um marco, não apenas pelo significado do número cem, mas também pelas melhorias que esse ensino, com certeza, teve no decorrer dos tempos.

Este ano, segundo o projeto de autoria do nobre Senador Gerson Camata, que tivemos o prazer de relatar, será o ano do ensino técnico. O Ano do Ensino Profissional no Brasil, na verdade, é comemorado em setembro. Só que eu acho que, para festejar esse ano, não é só fazer uma sessão aqui no dia 19 de setembro de 2009; é falarmos muito do ensino técnico, de preferência toda semana.

Sr^a Presidente, isso com certeza vai dar mais visibilidade a esse debate. Espero que contribua para que haja mais investimentos na área do ensino. Além disso, alertará todos para a responsabilidade que temos em relação às futuras gerações de brasileiros e brasileiras.

Sr^a Presidente, eu sempre digo, quando faço palestra nos bairros, nas vilas, nas universidades e mesmo nas favelas, com muito orgulho, que me considero filho do ensino técnico-profissional. Fomos alunos do Senai, em Caxias do Sul, e a boa experiência que lá tivemos é que nos impulsionou e contribuiu muito para estarmos onde estamos hoje.

Foi por isso que apresentei, em 2005, a PEC nº 24, que cria o Fundo Nacional do Ensino Profissionalizante, o Fundep. Os recursos desse Fundo virão da arrecadação do Imposto de Renda e também do Imposto sobre Produtos Industrializados (2%) e do PIS/

Pasep (3%); ou seja, não se cria nem um novo tributo. Ele vem de impostos, de uma forma ou de outra, tributos que o País, que a população brasileira já contribui para a União.

Posso aqui projetar que, se nós aprovarmos o Fundep – o Relator na CCJC foi o Senador Demóstenes Torres, que deu parecer favorável, foi lá aprovado, está pronto para ser votado aqui neste plenário –, nós poderemos arrecadar para investimento no ensino técnico algo em torno de 9 bilhões por ano.

Tenho certeza absoluta de que, se fizessem uma pesquisa aqui no Senado, todos diriam: “Eu preciso de mais escolas técnicas no meu Estado”. Se chegarem a qualquer cidade deste País, consultarem a população, ela dirá: “Aqui não tem nenhuma escola técnica”. Isso ocorre em uma ampla maioria, são mais de cinco mil Municípios, temos uma projeção para 300 escolas técnicas.

Se depender desse Fundo, teremos pelo menos uma escola técnica em cada Município, com estrutura adequada e pagamento decente para os funcionários e servidores.

Sr^a Presidente, ao longo do meu pronunciamento, faço aqui detalhadamente uma análise da importância do ensino técnico como instrumento inclusive de combate à crise e à violência, já que temos que apostar – e muito – no mercado interno.

Como não é possível devido ao tempo, quero dizer, como um dia disse Martin Luther King – e todos nós políticos gostamos de repeti-lo – em um de seus discursos: “Eu tenho um sonho”. Eu diria, nós também sonhamos para que um dia, nos 5.562 Municípios do País, tenhamos pelo menos uma escola técnica. É claro que nos Municípios maiores, teremos muito mais que uma escola técnica.

Não vou, Sr^a Presidente, devido ao tempo, abordar todo o assunto, mas faço uma série de considerações favoráveis aos profissionais que se formaram nessa área, viraram educadores, professores e estão hoje, com certeza, formando milhares de jovens para que eles possam entrar no mercado de trabalho.

Senadora Serys, permita-me, ainda nesses dois minutos, trazer ao Brasil uma mensagem do PT do Rio Grande do Sul.

A Bancada do PT lá no Rio Grande, preocupada com a crise, apresentou ontem, quarta-feira, uma série de medidas para que o meu Estado, o solo gaúcho, o Rio Grande, enfrente a crise econômica.

Ao analisar os indicadores locais, o Partido constatou que a crise financeira é internacional, mas desencadeou-se pelos países centrais e agora, com certeza absoluta, chegou a nossa América do Sul,

chegou ao Brasil, repercutindo muito lá no Sul, lá no Rio Grande do Sul.

O líder da Bancada, Deputado Estadual Elvino Bohn Gass, expôs 22 propostas e que também serão apresentadas aos empresários, aos trabalhadores e ao Governo do Estado.

Sr^a Presidente, a atual conjuntura econômica e social do Rio Grande é assustadora. Lembro que houve uma queda de 39% nas exportações gaúchas, redução na produção industrial, diminuição do emprego. Só na região metropolitana, há 196 mil desempregados. Além disso, foi constatada a diminuição do PIB.

A crise está aqui, batendo a nossa porta, quase, como diz o gaúcho, “caseriando”, entrando na casa, como a gente fala lá no Sul. Portanto, é fundamental apresentarmos propostas concretas. E foi isso que o PT do Rio Grande do Sul fez, para não ficar só criticando.

Eu vou listá-las rapidamente.

O PT gaúcho propõe, para alavancar a economia do meu Estado, retomar o Simples gaúcho, com redução das alíquotas das pequenas empresas no mesmo patamar vigente até junho de 2007, com implementação imediata;

- menor carga tributária e maior disponibilidade de recursos para as pequenas, micro e médias empresas. R\$90 milhões no caixa das pequenas empresas;

- manter todos os benefícios fiscais existentes para a agropecuária até 31 de dezembro de 2009. Isso vai incidir positivamente sobre o PIB gaúcho;

- benefícios temporários para os setores mais atingidos pela crise que se comprometerem com a manutenção da produção e dos empregos;

- liberar os créditos de exportação, especialmente para setores de máquinas e implementos agrícolas, metal-mecânico, calçadista e a cadeia de suínos e aves;

- dilatar o prazo de recolhimento do ICMS dentro do próprio mês, com incidência positiva sobre o fluxo de caixa das empresas;

- antecipar o reembolso do ICMS pago na compra de máquinas e equipamentos para a produção, com incidência positiva sobre o capital de giro das empresas;

- suspender imediatamente, caso haja demissões, acordos que fortaleçam o Fundopem. Entendemos que é importante o Fundopem, mas não dá para pegarmos o Fundopem por um lado e demitir, em massa, por outro.

Tem de haver essa cumplicidade entre capital e trabalho. Incentivo sim, demissão não;

- gerar novos empregos e ampliar a produção como condição para a ampliação do Fundopem;

- fomento à produção interna de insumos e geração de novos empregos como forma de fortalecer o próprio Fundopem;

- transparência dos contratos do Fundopem e dos benefícios usufruídos pelas empresas;

- utilizar mais o Banrisul, Caixa RS e BRDE para programas especiais de créditos às médias, pequenas e microempresas e cooperativas, ampliando, assim, os recursos e diminuindo as taxas de juros e garantia;

- linhas especiais para financiamento da habitação popular;

- ampliar o crédito ao microempresário;

- criar linha para safra de trigo a fim de duplicar a área de plantio (66 mil novos empregos e mais R\$1 bilhão na economia);

- realizar um PAC estadual, com garantia de recursos e implementação de investimentos previstos no orçamento, buscando, assim, parceria ampliada pelas estatais, também com cronograma físico-financeiro;

- antecipar o reajuste do piso regional para fevereiro;

- conceder os benefícios do Fundopem/ Integrar somente para investimentos nas regiões mais pobres do Estado;

- direcionar os investimentos para áreas intensivas de mão de obra e áreas sociais: habitação popular, saneamento, construção e manutenção de escolas, irrigação, entre outros;

- implementar programas voltados para o desenvolvimento econômico e social, com foco nas micro e pequenas empresas, cooperativas e agroindústria familiar;

- programa de garantia de renda e proteção ao trabalho; instituir um programa de renda mínima, Senador Suplicy, no Estado, aos moldes do Bolsa-Família; execução total dos recursos previstos para a área social, investimento na educação e na saúde.

Para combater os efeitos da seca, o PT propõe ainda lá, no Estado:

- execução dos recursos orçamentários para o setor agrícola;

- ampliação da construção de açudes e cisternas;

- implantação de linhas de financiamento para equipamento de irrigação;

- implementação do troca-troca de sementes de forrageiras, visando à recuperação da bacia leiteira;

- tornar, assim, obrigatório o seguro agrícola estadual vinculado ao troca-troca de sementes de milho, benefício que atingirá 150 mil famílias.

Senadora Serys, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Pode apresentar uma proposta concreta do PT gaúcho para combater a crise e o desemprego lá, no Rio Grande, e fortalecer o nosso ensino técnico, tão importante para todos nós e, sei, uma prioridade também do Governo Lula.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, 2º Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, pela inscrição, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Senadora Serys Shlessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise na citricultura paulista continua e se aprofunda.

Venho à tribuna desta Casa para tratar de um assunto muito importante para o Estado de São Paulo e para o Brasil. Refiro-me à citricultura, ou seja, a cultura, o plantio e industrialização da laranja. Desde 2000, tenho feito diversos alertas acerca dos malefícios que a concentração do setor produtor do suco de laranja iria provocar nos pequenos e médios produtores, bem como nos trabalhadores agrícolas e das indústrias.

Senão vejamos: a crise na citricultura paulista dura mais de quinze anos, resultado do processo de concentração e verticalização das empresas que controlam o processamento e, principalmente, a comercialização e o sistema logístico de distribuição a granel do suco produzido.

De acordo com dados do Instituto de Economia Agrícola e da Associação Brasileira dos Citricultores, o setor citrícola gera mais de cerca de 400 mil empregos (diretos e indiretos) no Estado de São Paulo. Somente na área agrícola, a laranja absorve 8,5% e 7,16% do total da demanda da força de trabalho rural. Em termos de divisas, as exportações de suco de la-

ranja concentrado e subprodutos e de frutas de mesa captaram próximo a US\$1,6 bilhão em 2007.

Essa crise teve, como marco inicial, julho de 1994, quando os produtores de laranja entraram com uma ação na Secretaria de Direito Econômico (SDE) contra 12 empresas processadoras de suco, acusando-as de prática de formação de cartel e imposição de preços na negociação com produtores de laranja. Isso resultou na instauração de um processo administrativo, encerrado mediante assinatura de um TCC - Termo de Cessação de Conduta, conforme citado por Mateus Kfoury Marino e Paulo Furquim Azevedo, atualmente conselheiro do Cade, no trabalho "Avaliação da Intervenção do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no Sistema Agroindustrial da Laranja", na revista **Gestão & Produção** de abril de 2003.

Quero salientar que Paulo Furquim Azevedo é, também, colega meu e Professor na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Pelo acordo, as empresas se comprometeram a não combinar preços e a não trocar informações. Entretanto, o compromisso não foi cumprido, e as práticas de cartelização continuaram. Assim, as agroindústrias continuaram com as suas práticas oligopolistas, além de transferir as despesas do frete para os produtores.

Ao acompanhar esse processo, meu objetivo sempre foi o de reverter o movimento de concentração no setor, pois esse resultado é conhecido na literatura e história econômica, tendo como efeito a redução das oportunidades de emprego, a elevação do preço do produto final e a queda nos rendimentos dos trabalhadores, dos pequenos produtores e produtores independentes.

Já nos primeiros dias de janeiro de 2000, na região de Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu, participei, juntamente com os pequenos e médios produtores de frutas, sobretudo cítricas, com prefeitos e vereadores de vários municípios citricultores, de uma grande audiência pública a respeito da evolução da produção e comercialização de laranja e do suco da fruta. Ressalto também a importância de os Ministros da Agricultura e da Fazenda se preocuparem com tão séria questão.

Como resultado desse encontro, em janeiro de 2000, apresentei requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que o aprovou, solicitando ao Presidente do Cade, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Gesner de Oliveira, todas as informações sobre os procedimentos que aquela autarquia estava implementando, visando apurar e dirimir os conflitos entre as empresas de suco de laranja, os citricultores e os trabalhadores.

Em decorrência desse requerimento, foi realizada, em 25 de março de 2000, uma audiência pública, à qual estiveram presentes dois conselheiros do Cade, além de seu procurador, os Senadores do Estado de São Paulo – inclusive os Senadores Romeu Tuma, Pedro Piva e eu – e ainda membros da Sociedade Rural Brasileira, inclusive seu então Presidente, Luiz Marcos Suplicy Hafers, que presidiu aquela reunião. Na Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro, no Estado de São Paulo, iniciamos a discussão de um acordo com vistas a solucionar os problemas decorrentes da concentração do setor.

Apesar dessas ações, a concentração do setor, bem como seus efeitos maléficos, intensificaram-se. Sendo assim, em 10 de agosto de 2005, foi realizada uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, à qual compareceram representantes dos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Justiça, o Procurador do Trabalho e representantes dos citricultores. Entretanto, os representantes das empresas processadoras de laranja aqui não compareceram.

Conforme matéria do jornalista Fernando Lopes publicada no jornal **Valor Econômico** de 27 de janeiro último, atualmente, "a concentração econômica é evidente, e quatro grupos econômicos centralizam o processo do suco de laranja: Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Louis Dreyfus. As duas primeiras, líderes mundiais, são familiares e têm suas origens na década de 60; a Citrovita, a que mais cresce atualmente, é do Grupo Votorantim; e a LD, francesa, também é familiar. A Cargill pertencia ao seletto grupo, mas deixou a atividade no Brasil. Todas empresas de capital fechado e pouquíssima transparência", ressalta o jornalista Fernando Lopes, para o **Valor Econômico**.

Segundo a Associtrus, as empresas processadoras detinham menos de 600 mil pés de laranja nos anos 70. Hoje, esse número está próximo de 50 milhões. Essas empresas continuam adquirindo fazendas e plantando cerca de 2,5 milhões de árvores por ano. Parcelas significativas dos recursos utilizados dessas inversões são fornecidas pelo BNDES. No Estado de São Paulo, estima-se que 50% das frutas destinadas ao processamento são produzidas em propriedades da própria indústria produtora de suco de laranja. Isso atribui a esses compradores um elevado poder na fixação dos preços de aquisição dos produtos. Hoje, o custo de produção de cada caixa da fruta supera R\$17,00. No entanto, a remuneração ao produtor oscila entre R\$15,00 e R\$6,00 a caixa. Esse fato promoveu a expulsão de mais de 20 mil pequenos e médios produtores do setor e descapitalizou muitos outros agricultores, que estão sem condições de renovar seus pomares.

A Associtrus, além disso, denuncia outra prática abusiva contra a economia nacional, feita pelas empresas produtoras de suco de laranja: o subfaturamento na exportação de suco e seus subprodutos. Segundo a entidade, esse valor está próximo a US\$1 bilhão por ano. No ano de 2008, os preços registrados na exportação e os preços publicados por órgãos especializados apontam uma perda de US\$700 milhões em nossas exportações. O suco de laranja não concentrado (NFC) foi registrado nas exportações a um preço médio de US\$311 a tonelada, mas foi comercializado, a granel, na faixa de US\$750 a tonelada.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só um minutinho.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Esse quadro está penalizando inúmeros pequenos e médios produtores de laranja, assim como trabalhadores rurais. Não podemos mais tolerar essa concentração e a manipulação que vem ocorrendo no setor citricultor.

Estou apresentando na CAE requerimento para a realização de uma audiência pública com o Presidente do Cade; da Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça; com o Presidente da Associtrus; com o Presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp); com os presidentes dos sindicatos rurais de Bebedouro; de Itápolis e de Taquaritinga, Municípios do Estado de São Paulo; com o Presidente da Citrosuco; com o Presidente da Cutrale; com o Presidente da Dreyfus (Louis Dreyfus Citrus) com o do Presidente da Citrovita.

Como o Senador Romeu Tuma está subscrevendo este requerimento comigo, eu gostaria de pedir a atenção especial do Senador Romeu Tuma; se V. Ex^a pode fazer a gentileza de vir aqui e ler esta página conclusiva do teor do requerimento em relação ao qual V. Ex^a me honra.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não sei se a Presidente concorda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Presidente concordará, porque V. Ex^a, assim, permitirá que eu possa, com sua voz forte, concluir o requerimento, que agora é de ambos os Senadores de São Paulo. Inclusive, queremos informar que convidaremos o Senador Aloizio Mercadante para também o assinar.

Então, nessa reunião, esperamos que, com a ajuda de todos os membros da CAE, possamos analisar a evolução desse processo de concentração e suas consequências para a economia brasileira, no que

diz respeito, sobretudo, aos cinco pontos que peço a V. Ex^a que leia.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Cede lugar na tribuna o Senador Suplicy ao Senador Romeu Tuma, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma espécie de dueto!

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – A proposta do requerimento do Senador Suplicy, a qual endosso, refere-se: 1. à redução na remuneração dos trabalhadores e dos produtores da citricultura; 2. aos problemas decorrentes do possível subfaturamento dos valores da produção exportada, bem como das remessas de recursos para instituições financeiras no exterior; 3. ao exame das medidas adotadas pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) – Cade, SDE do Ministério da Justiça e Seae do Ministério da Fazenda –, para evitar os malefícios econômicos e sociais decorrentes desse processo; 4. aos impactos do fechamento de unidades processadoras de laranja, como a usina de Bebedouro – o que é muito triste para nós, Senadora, e para todos os paulistas e brasileiros que lá vivem, o fechamento dessa usina de esmagamento de cítrico, principalmente de laranja –, na região do Estado de São Paulo, empresa Citrosuco, que resultou de imediato na demissão de 208 funcionários da unidade; 5. à possibilidade de se constituir uma Câmara de Arbitragem, Consecitrus, com o objetivo de definir as formas de comercialização da laranja e seus derivados, a exemplo do que ocorre com a Consecana, no setor da cana-de-açúcar, e que tem sido recomendado pelo ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues. E, aí, seguem as informações a que o Senador Suplicy dará continuação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu posso continuar, Senador e, daí, conceder um aparte.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Não, não precisa mais aparte, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu gostaria, Senador Suplicy, de registrar que essa participação do Senador Romeu Tuma foi um aparte, dentro do nosso Regimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem, mas que me honrou, porque ele assina comigo o meu requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sim, com certeza. Honrou a todos nós.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Essas informações, certamente, permitirão o aperfeiçoamento do projeto de lei que dispõe sobre o sistema

brasileiro de defesa da concorrência, em tramitação nesta Casa.

O Senador Romeu Tuma salientou a gravidade do episódio ocorrido, recentemente, em Bebedouro e quero aqui, inclusive, ler a nota do Comitê em Defesa do Emprego e pela Permanência da Citrosuco, em Bebedouro, que nos foi enviada pela Câmara Municipal de Bebedouro, nos seguintes termos:

O protesto que estava sendo organizado por ex-funcionários da indústria Citrosuco e por lideranças sindicais e políticas de Bebedouro está confirmado para esta sexta-feira, às 9 horas, em frente à empresa, no portão de entrada e saída de caminhões, em área paralela à rodovia Armando Sales de Oliveira, a rodovia da laranja.

O protesto foi confirmado hoje de manhã após reunião ocorrida na Câmara Municipal de Bebedouro, entre representantes dos funcionários demitidos e de vários sindicatos de Bebedouro, como o dos Bancários, da Alimentação, dos Empregados Rurais e Patrões, da Agência de Desenvolvimento Econômico de Bebedouro (Adebe) e os Vereadores Carlinhos Pica-Pau (PV) e Sebastiana Camargo (DEM).

Ontem à noite, sob a coordenação do Presidente da Câmara, José Baptista de Carvalho Neto (PDT), do presidente da Associtrus, Flávio Viegas, e do Presidente do Sindicato da Alimentação, José Antonio Janotta, foi formado um comitê com representantes de todos os sindicatos de Bebedouro, com o nome de "Comitê em Defesa do Emprego e Pela Permanência da Citrosuco em Bebedouro", cujo lançamento oficial acontecerá durante os protestos desta sexta-feira (20).

Veja a íntegra do manifesto elaborado pelo Comitê em Defesa do Emprego e pela Permanência da Citrosuco em Bebedouro:

Citrosuco – Fischer, Bebedouro merece respeito!

No dia 07 de fevereiro, a Citrosuco surpreendeu a todos, especialmente seus trabalhadores, anunciando o fechamento da unidade em Bebedouro e a demissão, por carta, de 208 pais e mães de família. Com essa atitude, considerando os empregos indiretos e as famílias, a empresa joga na rua da amargura mais de 2.000 pessoas.

O impacto negativo dessas demissões sobre o comércio e o setor de serviços da cidade é incalculável. O fechamento da fábrica também atinge diretamente os produtores rurais, que terão dificuldade para entregar suas frutas.

Isso tudo agrava sobremaneira os problemas sociais em nossa cidade, que, ainda por cima, perderá em arrecadação de impostos.

Durante anos, a Citrosuco – maior indústria de suco de laranja do mundo – obteve altos lucros, inclusive na última safra, e nenhum dado concreto aponta para prejuízos no próximo período. Mesmo assim, a Citrosuco se aproveita da crise para pôr em prática sua lógica de enxugamento e concentração, fechando uma unidade lucrativa e demitindo seus funcionários, alguns com mais de 20 anos dedicados à empresa. Isso reacende as discussões sobre as denúncias já feitas ao Cade sobre a atuação do cartel no setor, reforçadas com a "Operação Fanta", da Polícia Federal, em 2006.

Não há motivo para fechamento nem demissões, a não ser a sede de grandes lucros e um total descaso com a sociedade, em especial com a cidade de Bebedouro e sua população, que terá que amargar os sofrimentos dessa decisão insensata e antissocial.

O fechamento da fábrica em Bebedouro não é um fato isolado. É mais uma ação do cartel da indústria de suco...

(Interrupção no som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

... composto pelos grupos Fischer, Cutrale, Louis Dreyfus e Votorantim, que há muitos anos atuam visando a eliminar indústrias concorrentes, reduzir o número de produtores de laranja e aumentar o plantio de pomares próprios, com o objetivo de aumentar seus lucros.

Hoje, são 208 funcionários demitidos. No futuro, quantos trabalhadores rurais perderão seus empregos? Quantos produtores rurais serão obrigados a deixar de produzir laranja?

Precisamos agir agora para conter a atuação do cartel das indústrias. Ou vamos aguardar passivamente o próximo fechamento?

Por tudo isso, nós, membros deste Comitê, que congrega dezenas de entidades, vimos a público denunciar esses fatos e convocar a população de Bebedouro para se mobilizar junto conosco e cobrar, dos governos, a valorização do setor citrícola, e da direção da Citrosuco uma postura socialmente responsável, que garanta empregos e trate nossa cidade com o respeito que ela merece.

Vamos atender a esse chamado. Vamos para as ruas e demonstrar toda a nossa indignação. Nossas vidas, nossos empregos estão em jogo!

Quero ressaltar, Sr^a Presidente, que o próprio Presidente Lula, nesses últimos dias, tem feito apelo aos empresários, que tiveram resultados tão positivos em anos recentes, para que não despeçam trabalhadores aos primeiros sinais de dificuldades.

Eu quero aqui também transmitir o meu apelo ao Presidente da Citrosuco, Tales Lemos Cubero, com quem tentei falar no início desta tarde, porque quero muito discutir com ele, mas com os presidentes das quatro empresas: Tales Lemos Cubero, José Luiz Cervanto, Henrique de Freitas, Mário Bavaresco Júnior, e com os demais mencionados.

Assim, Sr^a Presidente, requeiro seja transcrita a íntegra de meu pronunciamento e do requerimento anexo, que encaminho à Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna desta Casa para tratar de um assunto muito importante para o Estado de São Paulo e para o Brasil. Refiro-me à citricultura, ou seja, a cultura, plantio e industrialização da laranja. Desde 2000 tenho feito diversos alertas acerca dos malefícios que a concentração do setor produtor de suco de laranja provocaria nos pequenos e médios produtores, bem como nos trabalhadores agrícolas e das indústrias.

Senão vejamos: a crise na citricultura paulista dura mais de quinze anos, resultado do processo de concentração e verticalização das empresas que controlam o processamento e, principalmente, a comercialização e o sistema logístico de distribuição a granel do suco produzido.

De acordo com dados do IEA (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA) e da Associação Brasileira dos Citricultores (ASSOCITRUS), o setor citrícola gera mais de cerca de 400 mil empregos (diretos e indiretos) no Estado de São Paulo. Somente na área agrícola, a laranja absorve 8,5% e 7,16% do total da demanda da força-de-trabalho rural, em termos de divisas, as exportações de sucos de laranja concentrado e sub-produtos e de frutas de mesa captaram próximo a US\$1,6 bilhão em 2007.

Essa crise teve como marco inicial julho de 1994, quando os produtores de laranja entraram com uma ação na Secretaria do Direito Econômico (SDE) contra

12 empresas processadoras de suco, acusando-as de prática de formação de cartel e imposição de preços na negociação com produtores de laranja. Isso resultou na instauração de processo administrativo encerrado mediante a assinatura de um TCC – Termo de Cessação de Conduta, conforme citado por Matheus Kfouri Marino e Paulo Furquim Azevedo, atualmente conselheiro do CADE, no trabalho *Avaliação da Intervenção do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no Sistema Agroindustrial da Laranja*, na Revista **Gestão & Produção**, de abril de 2003.

Pelo acordo, as empresas se comprometeram a não combinar preços e a não trocar informações. Entretanto, o compromisso não foi cumprido e as práticas de cartelização continuaram. Assim, as agroindústrias continuaram com as suas práticas oligopolistas, além de transferir as despesas do frete para os produtores.

Como disse, venho acompanhando de perto esse processo. Meu objetivo sempre foi o de reverter o movimento de concentração no setor, pois esse resultado é conhecido na literatura e história econômica, tendo como efeito a redução das oportunidades de emprego, elevação do preço do produto final e a queda nos rendimentos dos trabalhadores, dos pequenos produtores e produtores independentes.

Já nos primeiros dias de janeiro de 2000, na região de Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu, participei, juntamente com pequenos e médios produtores de frutas, sobretudo cítricas, com prefeitos e vereadores de vários municípios citricultores, de uma grande audiência pública a respeito da evolução da produção e comercialização de laranja e do suco da fruta. Ressalto também a importância de os Ministros da Agricultura e da Fazenda se preocuparem com tão séria questão.

Como resultado desse encontro, em 18 de janeiro de 2000 apresentei Requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, que o aprovou, solicitando ao Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Gesner de Oliveira, todas as informações sobre os procedimentos que aquela autarquia estava implementando, visando apurar e dirimir os conflitos entre as empresas de suco de laranja e os citricultores e trabalhadores.

Em decorrência desse requerimento, foi realizada, em 25 de março de 2000, uma audiência pública, à qual estiveram presentes dois conselheiros do Cade, além de seu procurador, os Senadores do Estado de São Paulo – Pedro Piva, Romeu Tuma e eu – e membros da Sociedade Rural Brasileira. Na Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro, do Estado de São Paulo, iniciamos a discussão de um acordo com vistas solucionar os problemas decorrentes da concentração do setor.

Apesar dessas ações a concentração do setor, bem como seus efeitos maléficos, intensificaram-se. Sendo assim, em 10 de agosto de 2005, foi realizada uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, à qual compareceram representantes dos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Justiça, o Procurador do Trabalho e representantes dos citricultores. Entretanto, os representantes das empresas processadoras de laranja aqui não compareçam.

Conforme matéria do jornalista Fernando Lopes publicada no jornal **Valor Econômico**, de 27 de janeiro último, atualmente, “a concentração econômica é evidente e quatro grupos econômicos centralizam o processamento do suco de laranja: Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Louis Dreyfus. As duas primeiras, líderes mundiais, são familiares e têm suas origens na década de 60; a Citrovita, a que mais cresce atualmente, é do grupo Votorantim, e a LD, francesa, também é familiar. A Cargill pertencia ao seletor grupo, mas deixou a atividade no Brasil. Todas empresas de capital fechado e pouquíssima transparência.”

Segundo a Associtrus, as empresas processadoras detinham menos de 600 mil pés de laranja nos anos 70; hoje esse número está próximo de 50 milhões. As mesmas continuam adquirindo fazendas e plantando cerca de 2,5 milhões de árvores por ano. Parcelas significativas dos recursos utilizados dessas inversões são fornecidas pelo BNDES. No estado de São Paulo, estima-se que 50% das frutas destinadas ao processamento são produzidas em propriedades da própria indústria produtora de suco de laranja. Isso atribui a esses compradores um elevado poder na fixação dos preços de aquisição dos produtos. Hoje, o custo de produção de cada caixa da fruta supera R\$17,00. No entanto, a remuneração ao produtor oscila entre R\$15,00 e R\$6,00 a caixa. Esse fato promoveu a expulsão de mais de 20 mil pequenos e médios produtores do setor e descapitalizou muitos outros citricultores que estão sem condições de renovar seus pomares.

Além disso, a Associtrus denuncia outra prática abusiva contra a economia nacional feita pelas empresas produtoras de suco de laranja: o subfaturamento na exportação de suco e seus subprodutos. Segundo a entidade, esse valor está próximo a US\$1 bilhão por ano. No ano de 2008, os preços registrados na exportação e os preços publicados por órgãos especializados apontam uma perda de US\$700 milhões em nossas exportações. O suco de laranja não concentrado – NFC foi registrado nas exportações a um preço médio de US\$311 a tonelada, mas foi comercializado, a granel, na faixa de US\$750 a tonelada.

Esse quadro está penalizando inúmeros pequenos e médios produtores de laranja, assim como trabalha-

dores rurais. Não podemos mais tolerar essa concentração e a manipulação que vem ocorrendo no setor citricultor. Estou apresentando, na CAE, requerimento para a realização de uma audiência pública com o Presidente do Cade; da SDE do Ministério da Justiça; da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda; do Presidente da ASSOCI-TRUS; do presidente da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo); dos presidentes dos Sindicatos Rurais de Bebedouro, de Itápolis e de Taquaritinga, municípios do Estado de São Paulo; do Presidente da Citrosuco; do Presidente da Cutrale; Presidente da Dreyfus (Louis Dreyfus Citrus) e do Presidente da Citrovita.

Nessa reunião espero que, com a ajuda de todos os membros da CAE, possamos analisar a evolução desse processo de concentração e suas conseqüências para a economia brasileira no que diz respeito:

1. a redução da remuneração dos trabalhadores e dos produtores da citricultura;
2. aos problemas decorrentes do possível subfaturamento dos valores da produção exportada, bem como das remessas de recursos para instituições financeiras no exterior;
3. ao exame das medidas adotadas pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) – Cade, SDE/MJ e SEAE/MF – para evitar os malefícios econômicos e sociais decorrentes desse processo;
4. aos impactos do fechamento de unidades processadoras de laranja, como a usina de Bebedouro, no Estado de São Paulo, da empresa Citrosuco, que resultou de imediato na demissão de 208 funcionários da unidade;
5. a possibilidade de se constituir uma *Câmara de Arbitragem*, Consecitrus, com o objetivo de definir as formas de comercialização da laranja e seus derivados, a exemplo do que ocorre com a Consecana, no setor da Cana de Açúcar, e que tem sido recomendado pelo ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues.

Essas informações permitirão o aperfeiçoamento do projeto de lei que dispõe sobre o sistema brasileiro de defesa da concorrência em tramitação nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, §2º, art. 210 do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº. , DE 2009

Solicitando informações ao **MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA** sobre se este órgão tem conhecimento, e quais as providências adotadas, em relação ao armazenamento de material radioativo apreendido pela Polícia Federal às margens de um afluente do Rio Araguari, na Região da Serra do Navio, no Estado do Amapá, principalmente porque o material nuclear está depositado, ao relento, na região Amazônica.

Requeiro informações ao **Ministério das Minas e Energia** sobre se este órgão do Poder Executivo Federal tem conhecimento sobre a extração e o comércio ilegal de TORIANITA (material radioativo que contém urânio, tório e um tipo de chumbo, que é utilizado na montagem de reatores nucleares e bombas de Nêutrons) por parte da **POLÍCIA FEDERAL**, cujo contrabando dar-se na região central do Estado do Amapá, mais precisamente nas margens de um afluente do Rio Araguari - na Serra do Navio - com fulcro no § 2º, do art. 50, da Constituição da República Federativa do Brasil, concomitante com às determinações do art. 216 do Regimento Interno do Senado da República, considerando também que é competência exclusiva do Congresso Nacional a fiscalização das atividades nucleares (art. 49, XIV, CF/1988).

Há informações de que o material radioativo não tem local apropriado para armazenamento, ficando depositado ao relento.

JUSTIFICAÇÃO

Fiquei estarecido e chocado ao lê matéria do Jornal Folha de São Paulo, publicada no sábado, 27/12/2008, folhas A6, que revela o descaso das autoridades constituída brasileiras em relação ao abandono de material nuclear que vem sendo apreendido pela Polícia Federal no Estado do Amapá, sendo que o material nuclear apreendido (cerca de 3.200KG) é abandonado no meio ambiente amapaense.

A Polícia Federal do Amapá investiga o comércio clandestino daquele material nuclear desde o ano de 2004, quando houve a primeira apreensão de TORIANITA.

Hoje, as investigações estão paralisadas, pois a Polícia Federal amapaense recebe as denúncias de contrabando, mas não pode fazer as apreensões porque não possui local apropriado para armazenar o material nuclear apreendido.

O absurdo da questão levou o delegado responsável pela apreensão do material radioativo daquela região, Dr. Felipe Alcântara, a ingressar na Justiça para que a Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, retirasse o material do Estado do Amapá e construísse, também, um depósito para armazenar o material radioativo apreendido.

Antes, o material nuclear estava armazenado, provisoriamente, em tonéis que ficavam expostos no Batalhão da Polícia Militar Ambiental, do município amapaense de Santana, mas o comandante da corporação, Coronel Sérgio do Nascimento, não quer mais a custódia do material radioativo, temendo um desastre de proporções idênticas ao que Goiânia, em setembro de 1987.

Cerca de 3.200 (três mil e duzentos) quilos foram apreendidos e estão ao relento.

A situação é grave, segundo aquela matéria jornalística, pois o responsável pelo recebimento de material radioativo da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, Dr. **Antônio Luís Quinelato**, afirma que não é funções da comissão receber o minério apreendido.

Ora, Excelentíssimos Senhores, se a própria CNEN não quer ter a custódia do material nuclear, de quem será a responsabilidade?

Será necessário um desastre nuclear em terras amapaenses para que o Governo Federal, que tem a competência constitucional para lidar com a matéria, tome alguma providência?

Sugiro, pois, a criação de uma comissão, composta pelos Ministérios da Justiça, Meio Ambiente e Minas e Energia para tratar o assunto.

Razões pelas quais solicito a aprovação urgente do presente requerimento para que as informações sobre a extração e no comércio ilegal de TORIANITA no Estado do Amapá e tudo que envolve o assunto.

Sala das Sessões, fevereiro de 2009.



Senador **ROMEU TUMA**
PTB-SP

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Na sistemática de intercalarmos os oradores, de fazermos revezamento, falará, agora, para fazer uma comunicação inadiável, o Senador Mão Santa. Logo após, pela ordem de inscrição, falará o Senador José Nery. Depois, pela Liderança, falará o Senador Valdir Raupp.

Tem a palavra o Senador Mão Santa, para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Senadora Serys, que preside esta sessão de quinta-feira; as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares aqui presentes; as brasileiras e os brasileiros que aqui estão nos assistindo e os que nos acompanham pela televisão, pelas rádios AM e FM e pelo sistema de comunicação escrita, o **Jornal do Senado**.

O Presidente Sarney tem visão de estadista. Sempre digo que, neste País, há poucos estadistas: Fernando Henrique Cardoso é um deles, pela cultura dele, pelos serviços prestados; o Presidente Sarney é outro, bem como o Senador Marco Maciel. Entendo bem as coisas. Então, nessa sua visão de estadista, o Presidente Sarney, ao assumir... E não assumiu por que quis, não. Vou assumir a culpa: dos que o forçaram a ser candidato, fui um dos principais. Depois, convencemos o PMDB. O Presidente Sarney não queria assumir esse cargo, não, Serys. Sou testemunha disso. No PMDB, dei meu voto por escrito, muito claro, dizendo: “Ó Presidente, minha posição é a de Rui Barbosa”. Está ouvindo, Marco Maciel? Rui Barbosa disse: “Quem não luta pelos seus direitos não merece viver”. Então, esse é um direito do PMDB. Esse é um pacto que vem, não é? Esta é uma Casa que tem de ter união, que é ícone do Poder Legislativo, que está enfraquecido. Então, nós não podemos dividir. E dei meu voto por escrito: 1º – Presidente Sarney; 2º – Pedro Simon; 3º – Garibaldi; 4º – Leomar Quintanilha, que é homem de bem, mas no qual não pude votar, porque eu tinha assumido um compromisso; 5º – Geraldo Mesquita, do qual o PMDB não abdicaria. Eu seria o sexto candidato. Todo mundo sabe – há testemunha disso – que saí pedindo voto por aí. Pedi voto até para a Ideli. A Serys, eu sei que é professora, mas a Ideli fez uma cara, e eu lhe disse: “Calma! Está na Bíblia: “Pedi, e dar-se-vos-á”. Eu sabia o resultado. A surpresa foi o PSDB. Na minha pesquisa interna, eu disse: “O senhor é o nome mais forte”. E, realmente, ele o foi. Mas ele não queria isso, não. Ele foi forçado. Eu dei meu voto escrito, e ele o botou no bolso e disse que ia ver. Aí, ele foi convencido.

Isso é normal, Marco Maciel. V. Ex^a se lembra da nossa era? Nós nascemos na guerra, eu e o Marco

Maciel. Olha, estava tudo perdido, e foram buscar o Winston Churchill. Isso não é verdade, Marco Maciel? Ele adentra o parlamento e diz: “Eu vos tenho a oferecer trabalho, sangue, suor e lágrimas”. Veio e comandou; uniu os Estados Unidos com a Rússia, Franklin Delano Roosevelt com Stálin; arrastou Getúlio; e ganhamos a guerra. Winston Churchill voltou naquele momento. Sarney também veio por que era o melhor para todos nós. Ele nunca desejou isso, nunca quis isso. Ele veio aqui, como Winston Churchill, que teve de assumir o poder quando o mundo estava em dificuldade; não era num momento bom não, e ele já tinha sido tudo. Todo mundo sabe disso. Quero apenas, Presidente Serys, dizer que essa é a realidade.

E o Presidente Sarney é muito competente, é um estadista, ó Marco Maciel! “A inveja e a mágoa corrompem os corações.” Eu o escolhi, pois ele era o primeiro, o melhor. Assumo isso. E o conheço desde menininho. Eu passava as minhas férias em São Luís, no Maranhão. Essa é outra história.

Ele assumiu quatro compromissos básicos: a mãe de todas as reformas, que é a política; a reforma fiscal; austeridade – e já está dando exemplo, pois cortou 10% linearmente –; e uma comissão para acompanhar essa parafernália mundial da economia. E já a instalou. Aí foi buscar os nomes dos notáveis da Economia: Francisco Dornelles, Tasso Jereissati, Marco Maciel – V. Ex^a está em todas, Marco Maciel –, Pedro Simon e Aloizio Mercadante. E já está funcionando. Em tudo, o Presidente é quem dá o exemplo de trabalho. Ele é discípulo do Padre Antônio Vieira. “Palavra sem exemplo é um tiro sem bala”, dizia Padre Antonio Vieira. O exemplo arrasta. Neste instante, ele está lá recebendo o Vice-Presidente da China. Vou já acompanhá-lo. E ele não tem culpa, não! Como é que ele vai mandar votar aqui? Podem focar o placar na televisão: há 41 registros, mas sabemos que muitos não estão aqui, viajaram. Mas, por ele, estaríamos votando. Não venham com negócio de Oposição, não venham apelar para demagogia, não! Não é por causa dele, não. Ele tem dado exemplo. O bom exemplo arrasta. Agora, vou acompanhá-lo.

Mas essa é a realidade, Presidente Luiz Inácio. Então, eu ia buscar minha cidadezinha, Parnaíba, Marco Maciel. Fui buscar para ver nossas preocupações com a economia. Brasília é diferente de tudo. Ô José Nery, esta é uma ilha da fantasia. Aqui, há muito emprego público, os Parlamentos, a Câmara, o Senado, as embaixadas. Não sofrem, não sofrem, nem nas capitais, porque nelas há a máquina administrativa pública. Mas o País está sofrendo. Então, vou buscar minha cidade como exemplo.

Um dos artigos que tenho aqui é de um dos mais conceituados jornalistas, Zózimo Tavares, publicado no jornal **Diário do Povo**, intitulado “Demissão em massa”, que retrata, Presidente Luiz Inácio, todas as cidades do Brasil. O otimismo de Vossa Excelência é bom, Luiz Inácio. Juscelino disse: “É melhor sermos otimistas; o otimista pode errar, e o pessimista já nasce errado”. A realidade, temos de enfrentá-la. Sou um cirurgião e tenho de enfrentar a realidade, e chega!

Diz a matéria: “Demissão em massa”. A matéria é veiculada pelo jornal **Diário do Povo**, o mais livre e independente do Brasil, talvez, porque o empresário, seu dono é muito rico, inclusive comercializa com a China e contratou o melhor jornalista, Zózimo Tavares, que é Carlos Castello Branco revivido.

Demissão em massa

Está havendo demissão em massa nas empresas exportadoras do Piauí sediadas em Parnaíba [onde é o litoral, onde se faz a exportação], por conta da crise econômica mundial. O comunicado foi feito ao Presidente do Centro dos Exportadores do Piauí, Antônio Machado. O e-mail, encaminhado ao empresário, enfatiza que os números de demissões, até o início deste mês, “são assombrosos”.

Eis, conforme o levantamento, a situação do desemprego nas indústrias de Parnaíba voltadas para a exportação: Vegeflora – 48% de demissões; PVP [Produtos vegetais do Piauí] – 70%; Nortcor – 25%, podendo chegar a 50%; Cera Pontes – 60%; Curtume Cobrasil – 20%; e Q-Odor (recicláveis) [do extraordinário empresário Abidon Teixeira] – 100% de demissões.

No e-mail encaminhado ao Presidente do Centro dos Exportadores do Piauí, os industriais parnaibanos pedem uma manifestação da Associação Industrial do Piauí sobre a crise e fazem apelo ao Governo do Estado para que adote providências no sentido de socorrer as empresas que estão dispensando seus empregados e ameaçam fechar:

“Considerando a difícil situação mundial e vendo o que os governos estão fazendo, no mundo todo, para salvar os empregos (liberação de recursos para montadoras, flexibilização das leis trabalhistas, etc.), achamos que o Estado do Piauí, ou melhor, cada Estado da Federação poderia contribuir com algo”.

Mas não está contribuindo com nada. Isto são os empresários que dizem: “Está ausente, está alienado o Governador do Piauí”. Continuo a leitura:

Segundo os empresários parnaibanos, “uma forma positiva de contribuir seria a de efetuar os pagamentos das empresas que solicitem, ou solicitarem, a restituição de crédito tributário (ICMS)”. Outra medida “que teria maior impacto ainda nas contas do Estado seria a flexibilização das transferências de ICM entre empresas”.

De acordo ainda com o comunicado, “tanto uma quanto a outra medida implicaria na injeção de recursos no mercado, propiciando um crescimento do consumo e, consequentemente, da arrecadação”. Mas o maior impacto seria, entretanto, a injeção de recursos na empresa, sejam nas cedentes, sejam nas adquirentes destes créditos, segundo os empresários parnaibanos.

Por fim, eles garantem que “tal medida se faz urgente, considerando a situação de grande maioria das empresas no Piauí, parando ou reduzindo suas atividades por falta exclusiva de crédito”.

O presidente do Centro de Exportadores [que é o Sr. Antônio Machado] se comprometeu em encaminhar o manifesto aos empresários parnaibanos à Associação Industrial do Piauí e ao Governo do Estado.

Então, são essas as palavras dirigidas à Sua Excelência nosso Presidente Luiz Inácio. Essa é a verdade. A crise está aí.

Senadora Serys, um empresário muito inteligente, que participou do Governo quando eu governava o Piauí, disse-me: “A vida fora está difícil”. Eu não sabia. Ele me disse: “É fora do governo”. A vida está fácil, Luiz Inácio, para nós que estamos no Governo.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou terminar, Sr. Presidente.

Joaquim Almeida, grande líder empresarial, disse esta frase sábia: “A vida lá fora está difícil”. Está difícil para quem está fora do Governo, Luiz Inácio. Essa é a realidade. Então, Vossa Excelência, ô Luiz Inácio, vê aqueles aloprados, puxa-sacos e tudo. Mas, para quem trabalha, está difícil. Vamos lembrar nosso patrono: “A primazia tem de ser dada ao trabalhador e ao trabalho; eles vieram antes, eles é que fazem a riqueza”.

Esse é nosso apelo ao Presidente Luiz Inácio.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Antes de passar a palavra ao Senador José Nery, gostaria de comunicar ao Plenário que o Sr. Presidente do Senado e Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, recebe, neste momento, o Sr.

Vice-Presidente da República Popular da China, Sr. Xi Jinping, no salão nobre, próximo a este plenário.

Tem a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, tenho procurado, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, com o Senador João Pedro, com outros Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras e com setores da sociedade civil brasileira que atuam em defesa dos direitos humanos, fazer com que a situação jurídica do prisioneiro Cesare Battisti, detido desde 2007, primeiro na Polícia Federal e depois na Penitenciária da Papuda, em Brasília, seja tratada de forma honesta, justa, serena, sem paixões exacerbadas e desmedidas. Tenho buscado também ouvir todos os segmentos envolvidos, tanto na Itália como no Brasil e na França, países onde Cesare esteve asilado nos últimos anos, para formar uma opinião definitiva sobre o caso. Procurarei, no presente pronunciamento, jogar luz sobre esse acontecimento, e não ódio, preconceito e desinformação, como tenho lido em alguns jornais e revistas do País, que apostam mais no obscurantismo de um discurso retrógrado e ultrapassado, como se estivessem ainda nos anos de chumbo e de ditadura.

O ato de conceder asilo é um ato de soberania de um país. Vejo que alguns parlamentares, tanto na Câmara Federal como aqui no Senado da República, querem fazer letra morta dos dispositivos de nossa Constituição ao ignorarem o direito à obtenção do *status* de refugiado político a Cesare Battisti.

O Professor Doutor Dalmo de Abreu Dallari, um dos mais notáveis juristas de nosso País, produziu brilhante nota técnica em 25 de dezembro de 2008. Destaco aqui os principais argumentos:

1º O direito à obtenção do *status* de refugiado tem fundamento, no Brasil, em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como em disposições expressas da Constituição brasileira de 1988, que reafirmam a antiga e melhor tradição de país acolhedor, que dá abrigo e oportunidade de convivência pacífica e integração social a pessoas que, vindas de qualquer parte do mundo, são vítimas de perseguição ou sentem insegurança em seus países de origem, por motivos, convicções ou ações de natureza política.

2º Ainda que formalmente enquadradas em disposições legais que definam como crimes as convicções ou ações dos solicitantes, isso não exclui a possibilidade jurídica da concessão de refúgio ou asilo, como também

impede a extradição, se a conclusão for no sentido de que se trata de crime político.

3º A decisão de conceder refúgio ou asilo é ato de soberania. Se alguém fizer uma solicitação dessa espécie a uma autoridade brasileira, caberá exclusivamente ao Brasil, com absoluta independência, decidir pela concessão ou negação do pedido. Isso é coerente com as relações jurídicas de cunho internacional, que devem ser pautadas pelo respeito recíproco entre os Estados e pelos preceitos jurídicos que regem as relações internacionais e as que se estabelecem no interior de cada Estado nacional. Assim como cada Estado tem o direito de ver respeitadas sua independência e soberania e sua ordem jurídica, todos têm o dever de respeitar esses mesmos valores quando integrantes do patrimônio jurídico fundamental dos demais Estados.

4º O Brasil assinou declarações, pactos e tratados, comprometendo-se a dar abrigo aos perseguidos políticos, concedendo-lhes o status de refugiado ou o asilo político e impedindo a extradição quando o conjunto de circunstâncias evidenciar que se trata de perseguição política e haja elementos que justifiquem os temores do solicitante de abrigo quanto à sua vida, sua segurança e o respeito aos seus direitos fundamentais.

Cito também o artigo do jornalista, articulista Sebastião Néri, que foi Deputado Federal pelo PDT do Rio de Janeiro à época em que Leonel Brizola foi Governador, entre os anos de 83 e 86, e que, durante o governo do Presidente Collor de Mello, foi nomeado Embaixador do Brasil na Itália.

Conhecedor dos meandros da política italiana, o jornalista Sebastião Néri afirma em seu artigo que:

O Ministério Público e a Justiça enfrentaram a aliança satânica, que vinha desde 1945, no fim da guerra, entre a Democracia Cristã e a Máfia Italiana. Houve centenas de prisões, suicídios. Nunca antes a Máfia tinha sido tão encurralada e atingida. Responderam com bombas detonando carros de Procuradores e Juizes. Mas os grandes partidos políticos aliados (Democrata Cristão, Socialista, Liberal) explodiram. O Partido Comunista, conivente, se desintegrou (...). A Operação Mãos Limpas não teria havido se um empunhado de bravos jovens valentes e alucinados, das Brigadas Vermelhas e dos Proletários Armados pelo Comunismo (PAC) não tivessem enfrentado o Estado mafioso.

O Governo, desmoralizado, usava a máfia para eliminá-los. Eles reagiam. Houve mortos de lado a lado e prisões dos líderes intelectuais, como o filósofo De Negri, (asilado na França) e o romancista Cesare Battisti. Estava lá, vi, escrevi, acompanhei tudo.

São afirmações do jornalista Sebastião Nery, que é mais categórico ainda ao afirmar: “Foram eles, os jovens rebeldes das décadas de 70 e 80, que começaram a salvar a Itália. Se não se levantassem de armas nas mãos, a aliança entre a Democracia Cristã, o Partido Socialista, Liberais e Máfia estaria lá até hoje”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Caro Senador José Nery, V. Ex^a aqui toma uma postura de quem procurou saber a verdade completa da história de Cesare Battisti. Alguns de nossos colegas Senadores têm feito afirmações que não condizem inteiramente com a verdade comprovada dos fatos. Nós os respeitamos, mas avaliamos como muito importante que possam, inclusive, os Senadores ouvir as palavras do próprio Cesare Battisti. Eu já informei ao Senado que, no próximo dia 26, lerei uma carta de Cesare Battisti aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Mas acaba de chegar às minhas mãos, neste instante, uma carta de Cesare Battisti, cujo conteúdo ele gostaria que fosse divulgado a toda a imprensa. Gostaria de pedir a atenção e a compreensão de V. Ex^a e da nossa Presidente, dada a relevância – inclusive, o Senador Papaléo Paes, que foi um dos que muito falou a respeito, certamente vai querer saber o que diz o próprio Cesare Battisti –, desta carta que acaba de me chegar. Veio da Papuda. É datada de hoje. Passo às mãos de V. Ex^a, para que possa ser feita a leitura. Eu mesmo não poderei ficar todo o tempo, senão perco o voo, pois tenho um compromisso urgente em São Paulo. Os estudantes e professores da Unisa me esperam para uma reunião que começou às 13 horas, e preciso estar lá. Acredito que esta carta tenha um grande valor. Ela é como uma introdução à carta que lerei aos Ministros do Supremo Tribunal Federal e que será entregue a eles pelo advogado Luís Eduardo Greenhalgh. Só quero fazer uma observação, inclusive ao Senador Demóstenes Torres, que, outro dia, aqui teve um...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...diálogo comigo. Quero dizer que não concordo com a adjetivação que ele fez em relação ao advogado e ex-Deputado Federal Luís Eduardo Greenhalgh. E quando estivermos juntos aqui, vou dizer das razões – porque

conheço a sua história – por que acredito na integridade e seriedade dele, inclusive como advogado nessa questão. Passo às mãos de V. Ex^a esta importante carta de Cesare Battisti.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Suplicy, V. Ex^a acaba de receber a carta de Cesare Battisti.

E solicito à Sr^a Presidente, Senadora Serys Silhessarenko, e, é claro, com a anuência do Plenário, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que se encontram presentes, para abandonar o restante da leitura do meu pronunciamento e ler a carta de próprio punho, que vou tentar aqui ler. Gostaria de saber se seria possível V. Ex^a me conceder, com a mais ampla condescendência do Plenário, pelo menos mais dez minutos, porque são várias páginas. Vou tentar ler parte, para atender ao pedido do nosso companheiro de luta, Senador Eduardo Suplicy, que foi quem recebeu, neste momento, a carta vinda da Papuda, datada de hoje, dirigida ao povo brasileiro, ao Congresso Nacional, a todas as instituições. Depois, fazemos questão de que chegue às mãos de cada um dos Srs. Senadores e Deputados o teor da carta.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Nery, há o problema de termos muitos inscritos, que estão me olhando atentamente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Mas eu quero...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concederei cinco minutos e peço a V. Ex^a que faça um esforço grande, sendo possível prorrogar um pouco mais. Leia muito rápido, Senador, por favor.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Vou tentar, mas faço um apelo também aos meus colegas, a todos os Srs. Senadores, que têm o justo direito de se pronunciar, e queremos ouvir a todos, mas, pela importância do tema, que tem dominado inclusive o debate aqui no Congresso Nacional, creio que todos nós temos interesse em conhecer a carta que passo a ler agora.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

Por que eu?

Mesmo que eu nunca tenha acreditado, como disse Voltaire, que nós vivemos em um mundo onde se vive ou se morre “com as armas à mão”, a ironia do destino fez com que hoje, eu me encontre condenado por quatro homicídios. A minha situação é terrível. Eu fico amedrontado, desarmado, frente à hostilidade, ao ódio rancoroso que manifestam meus adversários. Eu sei que deveria lutar contra a avalanche de mentiras, de falsificação histórica, mas o que me faz falta para lançar-me na luta é o desejo de ganhar. Ganhar o quê?

Meus adversários, ao contrário de mim, parece que tem [sic.] algo a defender. Quem sabe a sua miséria ou riqueza ou, talvez, como no caso de alguns atuais ministros do Governo italiano, manter escondido o passado deles em quanto [sic.] ativistas de extrema direita (fascista), responsáveis direta ou indiretamente dos massacres à bomba. Eu não sei exatamente o que motiva meus adversários a entrar nesta luta, mas com certeza não é a sede de Justiça.

Da minha parte, eu não pretendo fazer-me o defensor de tudo o que aconteceu nos sangrentos anos 70. Estamos em pleno século XXI, não tenho mais verdades absolutas sobre a sociedade ideal, e eu não sou tão importante a ponto de defender o que de bom havia nos sonhos daqueles anos. Não posso jogar-me em uma guerra dessa. Eu diria mais, tampouco sou muito inteligente, ao ponto de criar tantos inimigos; se incomodei tantas pessoas importantes, isso foi sem dúvida o resultado de minha inconsciência.

A verdade é que não fiz nada para evitar tantos problemas, mas ainda fico por compreender, como fui capaz para conseguir resultados tão desastrosos. Resta, de todo modo, a questão: por que tanto ódio? Não é para esquivar-me, que eu me declaro incompetente e deixo a resposta para esta pergunta a pessoas mais inteligentes, àqueles que não acostumam assumir o papel de “anjos vingadores”.

Esta interminável perseguição e toda essa história dos anos 70 italianos, é uma longa agonia, um lamento de vergonha deitado sobre o papel amarelento dos justiceiros. Isto é, a expressão de um rosto corroído por uma doença nervosa, como um pecado original que macula o corpo político italiano. Coitada da Itália de Dante, até de Beccaria, de Bobbio e Umberto Eco. Coitada da pátria varrida pelo vento do orgulho, do cinismo e da vaidade que lhe impede de reconhecer os próprios erros, os próprios pecados, de não querer rebaixar-se ao nível desses países latino-americanos, admitindo corajosamente que também eles sofreram na mesma época uma guerra civil de baixa intensidade (ler as declarações do ex-Presidente da República, o senador Francesco Cossiga) e que para combatê-la recorreram a toda sorte de ilegalidade.

Além de dezenas de presos políticos enterrados vivos nas cadeias italianas, há centenas de outros refugiados no mundo inteiro.

Temos aqui no Brasil o caso de um extraditando italiano pertencente a uma organização nazi-fascista e envolvido no atentado de Bologna, 82 mortos. Estranhamente, a Itália não faz menção [sic.] desse caso, não faz protestos nem chantagem ao povo Brasileiro. Por quê? Por que a Itália não agiu da mesma maneira quando Sarkozy negou a extradição de Marina Petrella da França e cuja situação penal supera de longe a minha? Por que esta obstinação feroz contra mim, enquanto não se fez nenhum protesto para a extradição negada dos outros quatro italianos também condenados por homicídio? Será que minha atividade de escritor e jornalista pode ser um perigo pela manipulação histórica daquela Itália governada pela máfia. Não sei.

O que é certo é que, com todos os esforços eu não consigo agir diante desses ataques virulentos contra mim. Não posso me identificar à imagem de mim que eles me devolvem e associar esse reflexo lamentável à minha identidade social. Podem continuar dizendo que eu sou um “terrorista”, “assassino”, etc., de todo modo, eu não consigo pensar em mim como alguém capaz sequer de um centésimo de tudo o que me atribuem.

É curioso observar a reação das pessoas que por alguma razão chegam a ter um contato comigo: agentes penitenciários, outros presos, visitas e até mesmo meus advogados. Logo nos primeiros minutos de conversa, leio nas suas expressões um “quê” de decepção, é como se estivessem pensando: “então é esse aí, o perigoso terrorista?” É justamente assim que as pessoas exclamam quando me encontro em situações simulares, frente àqueles que não conseguiram evitar o bombardeio midiático, principalmente da “imprensa marrom”, que tudo fazem na tentativa de interferir negativamente nas decisões judiciais.

Fico perplexo, surpreso e incomodado por tudo que estou provocando e, sem dúvida, acabo por parecer um pouco bobo, com ar distraído e até incrédulo ao ver que o sujeito em questão sou eu. Isso porque eu nunca tive sentimento quando se tratou de contestar as acusações, de agir pela minha própria defesa. Eu fico ainda com a impressão de que, restabelecendo a verdade histórica, os fatos, não faço outra coisa do que cumprir um dever cívico.

Eu gostaria de gritar a verdade ao povo italiano, mas como fazer isso? Pois a multidão

manipulada se tornou linchadora e convencida sobre a nossa perdição. A fera que se esconde atrás da massa, de um sorriso de circunstância, de palavras vazias e que só espera a primeira oportunidade para revelar-se, eu a conheço bem. Já antes que me apontassem, em particular, eu sabia que uma hora ou outra chegaria meu tempo.

E eu deixei falar. Deixei me tratarem de assassino, ladrão, estuproador e muitas outras coisas. Eu deixei fazer tudo isso não por negligência ou por superioridade, ou ainda por me achar invulnerável a esses insultos ou porque gosto que falem de mim, bem ou mal que seja. Não, se eu não protestei vigorosamente contra tais obscenidades, é só porque de alguma maneira eu fico sendo um otimista. Inútil ter a consciência de que quando a multidão se reúne, fazem sempre contra alguém, esse mesmo que os há colocado de acordo desde o início. Esse alguém é a rejeição de uma molécula dessa multidão que geralmente algum dia o havia idolatrado.

Mesmo se nos meus raciocínios eu me levanto, com razão, contra os baixos instintos da multidão manipulada, ainda não perdi as esperanças de que uma luzinha pode de repente acender-se no meio dessa gente para trazê-las de volta ao mundo dos seres pensantes e dos espíritos livres.

Sr^a Presidente, vou ler mais um parágrafo e, infelizmente, vou interromper. E, depois, vou me comprometer, mesmo sem ter...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador, para não ficar um hiato, seria melhor que V. Ex^a completasse toda a carta.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu também acho que deve completar. Está muito importante e muito interessante.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Complete, Senador, com a aquiescência do Plenário.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Eu agradeço à Presidente, à manifestação dos Srs. Senadores Papaléo Paes e Pedro Simon, que, junto aos demais, pedem para que seja lida até o final a carta de Cesare Battisti.

Minha atitude pode parecer suicida, ao menos contraditória, mas esta é parte integrante da ideia que eu tenho das razões que me lançam na aventura de escrever. Pois é bem verdade que antes de ser transformado em monstro eu fui um escritor.

Enfim, as autoridades italianas de hoje me perseguem, como explicar isso, como explicar esta Itália, a mesma que transmitiu-me um dia o amor das palavras escritas, esse sonho de liberdade e de justiça social, que fez de mim um homem, e agora um pestilento? Como explicar essa Itália que esqueceu sua recente pobreza, seus imigrantes tratados como cachorros que morriam nas minas belgas, alemãs e francesas. Que esqueceu seus fascismos nunca enterrados, suas tentativas de golpe de estado, a máfia no poder, a estratégia da tensão, Gladio, as bombas do serviço secreto nas praças públicas, as torturas aos militantes comunistas, esses mesmos que, não obstante os erros, rasgaram sua vida para contribuir e fazer da Itália um país à altura da Europa e que hoje, 35 anos depois, são tratados de terroristas, e alguns deles apodrecem ainda nas “prisões especiais”.

Seria essa Itália, cujo chefe de governo foi um excelente membro da célebre Loggia P2, e que hoje decreta leis racistas. É esta a Itália que se recusa a lavar a sua roupa suja em público? De toda maneira, a história não se julga nos tribunais, nossos juízes só podem ser os que ainda virão lutando para uma sociedade justa. Pois somente eles nos julgarão imparcialmente.

A verdade dói, mas ela esclarece. Nossa história recente nos mostrou o erro e o engano da inquisição, fazendo com que cicatrizes jamais esquecidas devessem ser reparadas e assim reconhecessem os excessos cometidos diante da verdade singular imposta. De nada adianta varrer a sujeira para debaixo do tapete. Mais cedo ou mais tarde a sujeira vai aparecer.

Reconheço que fiz parte de uma página da história que foi escrita a sangue, suor e lágrimas; e espero que hoje meus adversários reconheçam que jamais os algozes ficaram sem sua paga. A história sempre se mostrou implacável com aqueles que tentam suplantar e esconder seus erros.

Vivemos uma era democrática. Barreiras e muros foram derrubados, conceitos foram revistos. Será que não chegou a hora da Itália mostrar seu lado cristão? Pois o perdão é um ato de nobreza. Se sou considerado inimigo da Itália, até os inimigos fazem trégua e se perdoam.

A história fez sua parte e proporcionou à Itália uma era de progresso e desenvolvimento.

Espera-se que aqueles que fizeram da Itália a Itália de todos sejam reconhecidas a sua importância e o papel fundamental que tiveram no restabelecimento do Estado Democrático de Direito, ainda que não compreendidos, foram essenciais.

Itália, Itália, que mata o sonho dos teus filhos e fecha os olhos àqueles que te defenderam, nunca é tarde para um gesto de nobreza, a exemplo do Vaticano em reconhecer suas atividades durante a Inquisição. A caça às bruxas acabou. “Faça-se justiça, não depois de perecer o mundo, mas justamente para que ele não pereça”.

A sociedade sofre muito mais com a prisão de um inocente do que com a absolvição de um culpado.

Abraços aos brasileiros e brasileiras, Cesare Battisti.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que encaminhou à publicação os Pareceres nºs 1 e 2, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre as Contas do Governo Federal referentes aos exercícios de 2004 e 2006, que concluem pela apresentação de projetos de decreto legislativo.

Esclarece, ainda, que, nos termos do art. 142 do Regimento Comum, as matérias sobre as Contas de 2004 terão sua tramitação iniciada no Senado Federal, e as relativas às Contas de 2006 serão encaminhadas à Câmara dos Deputados.

São as seguintes as proposições que terão tramitação iniciadas no Senado Federal:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

**Aprova as Contas do Governo Federal,
relativas ao Exercício de 2004.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada as contas do Presidente da República relativa ao exercício de 2004, nos termos do inciso IX do art 49, combinado com, o inciso XXIV do art 84 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ficam ratificadas as ressalvas constantes do Relatório do Tribunal de Contas da União para o Exercício de 2004 e recomenda-se ao Poder Executivo que estude a implementação de medidas tendo em vista sanar as situações enumeradas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2008. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente – Senador **Gim Argelo**, Presidente.

(*) Apresento como conclusão de Parecer nº 1, de 2009 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, publicado no **DSF** de 19-2-2009.

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 61, DE 2009**

Sobresta a apreciação das contas dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal de primeiro e segundo grau, Conselho da Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, relativos ao Exercício de 2004, em virtude da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal concedida na sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.238.

Considerando que o Supremo Tribunal Federal concedeu medida cautelar na sede da ADIN nº 2.238, afastando a aplicação dos arts 56 e 57 da LC nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sobrestada a apreciação das contas, relativas ao exercício de 2004, dos dirigentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Justiça Federal de primeiro e segundo grau, Conselho da Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Justiça do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público da União, até a apreciação em definitivo pelo Supremo Tribunal Federal do mérito da ADIN nº 2.238.

Parágrafo único. Em caso de manutenção da suspensão da vigência dos arts. 56 e 57 da Lei Complementar nº 101/00 na apreciação definitiva do mérito da Ação citada no **caput** essas contas devem ser remetidas ao arquivo sem apreciação de mérito.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2008. – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, Presidente. – Senador **Gim Argelo**, Relator.

(*) Apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, publicado no **DSF** de 19-2-2009.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – As matérias que acabam de ser lidas serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente, nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 3, de 2009, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para vedar a realização de comemoração especial no Período de Expediente e de sessão especial nos meses de julho e dezembro*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Serys Slhessarenko, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quando de sua posse como Presidente desta Casa, o Senador José Sarney assumiu o compromisso de cortar 10% do orçamento de custeio e investimento do Senado, o que representa mais de R\$ 50 milhões.

Anteontem, o Presidente reafirmou os cortes e detalhou onde e como seriam feitos.

Entre as medidas anunciadas pelo Presidente Sarney e amplamente divulgadas pela imprensa, estão o corte de R\$4,5 milhões com impressos na Secretaria Especial de Editoração e Publicações, que não estão ligadas às atividades dos Parlamentares; R\$1,5 milhão em diárias e passagens para cursos de servidores; R\$6 milhões com a eliminação de novas obras; R\$1,2 milhão com a redução de 300 ramais eletrônicos no Senado Federal e órgãos supervisionados com acesso a ligações externas locais e telefones móveis; e R\$ 36,8 milhões com a redução de aquisições e contratação de serviços.

Outra medida de extrema importância é a que dispõe sobre a fixação de percentual máximo de taxa de juros nos contratos de empréstimos em consignação no Senado – todos sabemos que isso é um assunto muito sério. Pela medida, todos os bancos e instituições financeiras credenciadas junto à Casa não poderão cobrar taxa percentual de juros mensal superior a 1,6% nos contratos de empréstimos em consignação. É importante ressaltar que existem instituições financeiras que cobram até 4,6% ao mês dos funcionários ativos, inativos e comissionados que utilizam este tipo de empréstimo. Por esse motivo, acho extremamente lúcida a afirmação do Presidente Sarney de que esta

é uma medida de colaboração para o decréscimo dos juros no País.

Quero parabenizar o Senador José Sarney, assim como toda a Mesa Diretora do Senado, pela iniciativa e pela presteza com que encaminharam essa questão. Neste momento de crise financeira, estamos dando a todo o País uma prova inequívoca do compromisso desta Casa com os esforços de ajuste econômico que pesa sobre toda a sociedade brasileira, e em especial sobre o Estado brasileiro.

Mais do que isso, Sr^a Presidenta, estamos dando ao País um exemplo, que, se seguido por outros órgãos públicos, certamente será uma contribuição inestimável para que atravessemos esta crise de maneira mais tranquila, resistindo mais facilmente às turbulências que, inevitavelmente, encontraremos. Todos concordam que o Estado terá um papel fundamental no enfrentamento desta crise. Precisamos de um Estado robusto para fazer frente aos problemas que já estamos enfrentando. Um Estado que sangue descontroladamente seus recursos logo perderá, exangue e anêmico, a resistência e a robustez que precisa demonstrar neste momento.

Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a rapidez com que o Senado respondeu ao desafio mostra bem que esta Casa é ágil e capaz de reagir prontamente à adversidade. A flexibilidade e a agilidade são virtudes que caem bem nas instâncias políticas, e estamos mostrando decisivamente que as possuímos.

O Presidente Sarney, com sua longa experiência – ele, que completou este ano cinco décadas de vida pública –, demonstrou possuir a agilidade de um jovem, aliada à sabedoria do homem experiente, quando deu, rapidamente, concreção aos compromissos que assumiu, desta mesma tribuna, no dia em que o escolhemos para presidir esta Casa.

Mais uma vez, quero aqui louvar essa iniciativa e esse exemplo que estamos dando, ao mesmo tempo em que volto a parabenizar nosso Presidente, que, com essa medida, mostra que o Senado Federal está em perfeita sintonia com o interesse público e com a vontade nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu tinha uma carta para ler aqui, mas vou deixar para outra oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Papaléo.

Antes de passarmos ao próximo orador, a Presidência comunica que, em virtude de o Senador José

Maranhão ter o assumido cargo de Governador da Paraíba, assume nesta data o exercício do mandato pela representação daquele Estado, em sua titularidade, o Senador Roberto Cavalcanti.

A Presidência esclarece ainda que S. Ex^a já prestou o compromisso constitucional e regimental, quando esteve no exercício do mandato em virtude de licença do Senador José Maranhão.

Sobre a Mesa, expediente que será lido pelo Sr. Secretário, neste momento, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com art. 7º do Regimento Interno, que assumindo nesta data a representação do Estado da Paraíba, em substituição ao Senador José Maranhão, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Republicano Brasileiro – PRB.

Nome Parlamentar: **ROBERTO CAVALCANTI**.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009. – **Roberto Cavalcanti Ribeiro**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Expediente lido vai à publicação.

Gostaríamos agora de fazer uma corrigenda: havíamos anunciado, pela Liderança do PMDB, o Senador Valdir Raupp, em primeiro lugar; agora, pela inscrição, é o Senador Marco Maciel e, logo após, aí, sim, pela Liderança do PMDB, o Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Marco Maciel.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pode somente informar em que lugar estou, porque tenho de viajar...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Só para a senhora, por favor, informar em que lugar estou... se vai dar tempo ou não...

Desculpa, Senador...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, agora, o Senador Marco Maciel. Logo após, o Senador Valdir Raupp; e, em seguida, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs.

Senadores, venho esta tarde à tribuna para registrar que, na próxima quarta-feira – Quarta-Feira de Cinzas –, início da Quaresma portanto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, iniciará, como faz habitualmente no período quaresmal, mais uma Campanha da Fraternidade, agora sob o título “Fraternidade e Segurança Pública”, um tema objetivo e atual.

Como sabem V. Ex^{as}, as campanhas da fraternidade se realizam anualmente, algumas são geridas exclusivamente pela Igreja Católica, e outras são ecumênicas.

Devo lembrar que a campanha da fraternidade deste ano tem a ser destacado além do tema escolhido, que estamos comemorando os 100 anos do nascimento de Dom Hélder Câmara, grande líder e pensador. Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro e, depois, Arcebispo de Olinda e do Recife, Dom Hélder foi um dos idealizadores da criação da CNBB.

Conferência episcopal, a CNBB passou, a partir de sua criação, a realizar, a cada quaresma a Campanha da Fraternidade, cujos temas variam. Foram realizadas campanhas sobre o menor, sobre o Amazonas, sobre o índio, sobre o Nordeste. Essas campanhas têm um sentido de mobilização da comunidade com o objetivo de discutir questões agudas e ainda não resolvidas.

O Secretário-Geral da CNBB atualmente é Dom Dimas Lara Barbosa, que, em recente entrevista, sintetizou muito bem a Campanha deste ano: “Nosso objetivo é suscitar um debate sobre a questão da segurança pública e das causas da violência e também sobre a cultura do medo, que reina em muitos lugares, e promover uma cultura da paz em todos os âmbitos”.

A Campanha será iniciada no próximo dia 25, Quarta-Feira de Cinzas, como já observei, em missa a ser celebrada na Basílica Nacional de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, pelo Arcebispo de Aparecida, Dom Raymundo Damasceno de Assis, que foi Bispo Auxiliar de Brasília.

Os temas da Campanha da Fraternidade variam ao longo dos anos e são escolhidos em função de consultas realizadas pela Igreja Católica, que ouve as diferentes dioceses e também o sentimento popular.

Para o ano de 2009, como sempre ocorre, surgiram várias propostas, destacando-se a escolhida, que foi patrocinada pela Pastoral da Criança e pela Pastoral Carcerária. A opção final é feita pelo Conselho Episcopal Pastoral, Consep, do qual participam os Bispos do Conselho, os Assessores da CNBB e os Delegados regionais.

Insisto que o objetivo é promover uma cultura de paz em todos os âmbitos. O texto da Campanha da Fraternidade do corrente ano, cumprindo a metologia do

ver, julgar e agir, conclama ao “Compromisso de todos na luta contra as causas e fatores da insegurança”.

A metodologia adotada leva em consideração o modelo já consagrado pela ação católica, ou seja, ver é conhecer a realidade, a questão da violência no Brasil e o estabelecimento de uma cultura da paz. O segundo objetivo, julgar, é explicitar valores considerados relevantes e que devam servir de subsídio ao debate. Agir, finalmente, é partir para gestos concretos em função de problema grave e que preocupa toda a sociedade brasileira.

Aliás, desde 1983 a CNBB se preocupa com a questão, como se vê na Campanha da Fraternidade de 2005, intitulada “Fraternidade e Violência”, e nas Campanhas anteriores, com temas correlatos.

Não se trata, Sr^a Presidente, de eliminar o conflito pacífico de opiniões e, sim, que “O conflito não precisa necessariamente levar à violência. Queremos trabalhar o conflito através do diálogo”. “Existem propostas de leis para se ampliar essa mediação de conflitos, de modo que não apenas advogados, mas também psicólogos, teólogos e outros profissionais liberais possam atuar como mediadores de conflitos, por exemplo, entre casais”.

Portanto, a violência não é só urbana, ela penetra toda a sociedade, a começar pela família, sobretudo contra a mulher e a criança. Além disso, há o racismo e o desrespeito aos direitos humanos.

A única solução é o reconhecimento de que a paz é fruto da justiça – *opus justitiae pax* –, justiça individual e justiça social. A violência tem fundamentos psicológicos e também econômicos e sociais na desigualdade da distribuição de renda e suas consequências na insuficiência quantitativa e qualitativa de escolas, na construção de habitações populares em escala muito menor que suas necessidades e na segurança pública nem sempre entendida no sentido de prevenção e correção do crime.

O texto básico da Campanha da Fraternidade de 2009 diz com propriedade: “Somente quando o poder significar de fato autoridade, ou seja, exercício em vista do aperfeiçoamento do outro, e tornar-se serviço em vista do bem comum, poderá haver segurança e paz”.

O crescimento econômico – ressalte-se – não é sinônimo de desenvolvimento. Para se completar o outro, cumpre torná-lo também qualitativo, ético, social e político, em consciência cristã de direitos e deveres individuais e para com a comunidade.

Dom Dimas, Secretário-Geral da CNBB, sintetiza mais uma vez com oportunidade o tema da Campanha da Fraternidade, Segurança Pública: “Acima de tudo, a Campanha da Fraternidade quer suscitar o debate

para que cada comunidade levante as situações de mais insegurança e violência presentes nela, questione suas causas e procure se organizar para combatê-las pela raiz”.

Vindo das bases, a CNBB a elas retorna ao prosseguir sua mobilização pelo debate de providências concretas nas comunidades. Uma capilaridade autêntica permeia, assim, a sociedade brasileira pelo trabalho da CNBB em todas as classes sociais.

Por isso, Sr. Presidente Senador Mão Santa, eu concluiria as minhas palavras dizendo...

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Marco Maciel, é possível ainda um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não. Se a Mesa autorizar, eu terei prazer em ouvir a palavra de V. Ex^a, como sempre.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – É rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É possível e, por enquanto, eu acrescentei cinco minutos ao tempo de V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Presidente Marco Maciel, eu jamais me atreveria a pedir um aparte para discutir assunto teológico ou religioso com V. Ex^a, principalmente os temas da CNBB. E digo isso em função do profundo conhecimento que V. Ex^a tem desses assuntos. Eu me lembro que, no exercício da Vice-Presidência, V. Ex^a, se não me engano, coordenava a Pastoral Católica. Lá compareci várias vezes, todos os meses. Por acaso, hoje houve a reabertura da Pastoral Parlamentar Católica, que o Padre José Linhares coordena, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Mas, Senador Marco Maciel, V. Ex^a descreveu o problema de segurança pública, um tema que a CNBB achou importante incluir nos debates que pretende promover este ano. Aliás, por acaso, eu liguei a televisão quando se transmitia uma entrevista com membros da CNBB que tentavam explicar o que estava sendo tratado. Eu percebi um alargamento do procedimento – eu não ouvi a entrevista por inteiro, porque realmente liguei repentinamente a televisão e me interessei. Eles estavam falando lá, além de tudo o que V. Ex^a falou, também na área da segurança pública, sobre o comportamento do cidadão na população, o respeito que tem de ter por determinadas normas, religiosas ou não, para dar tranquilidade ao próximo a esse respeito. Então, não era só segurança física, patrimonial e combate às drogas, como também uma linha de conduta do cidadão, para que realmente pudesse vingar o objetivo principal, de tranquilidade à sociedade. Peço desculpas a V. Ex^a porque, quem

sabe, entendeu como eu ou estou fora do eixo que foi programado pela CNBB.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que trouxe observações muito interessantes sobre o tema objeto da Campanha da Fraternidade deste ano. Devo aproveitar a ocasião para oferecer a V. Ex^a um exemplar da publicação da CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, editada sobre a questão.

Na publicação a que me refiro há uma análise muito bem feita, a partir do ver, julgar e agir, ou seja, um diagnóstico da questão; depois, como incorporar valores ao tratamento dessa questão e, finalmente, como praticar gestos concretos que venham fazer com que a violência se reduza em nosso País.

Essa é uma reflexão que não se circunscreve à Igreja Católica Apostólica Romana. Acho que deve pervadir toda a comunidade brasileira, vez que a questão da violência surge de diferentes formas, e V. Ex^a assinalou algumas. É uma questão extremamente grave, sem que nós consigamos reduzir esses índices, não teremos uma sociedade amante da paz e, sobretudo, uma sociedade corretamente desenvolvida e atenta aos valores básicos de uma vida social responsável.

Agradeço a V. Ex^a e concedo agora a palavra ao Senador Marcelo Crivella, da representação do Rio de Janeiro.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. Apenas para dizer a V. Ex^a que a frase citada tem três mil anos. Moisés disse que a paz é fruto da justiça e a segurança se estabelece com o direito. Moisés, na concepção do povo judeu, tinha uma preocupação, uma obsessão: evitar concentração de poder e renda. Ele determinou que se pagassem dízimos. Naquela época, não havia estrutura de igreja para ser sustentada, era simplesmente para diminuir a pobreza. Ele determinou também que, na celga do campo, quando se colhessem as espigas, as que caíssem no chão, era indignidade pegá-las, pertenciam aos pássaros, aos pobres, pertenciam ao solo. Também ensinou que, de sete em sete anos, se deveriam perdoar todas as dívidas; e, de 49 em 49 anos, acabava-se a servidão, que lá era voluntária. Quando o povo hebreu pede ao Profeta Samuel um rei, a resposta que ele dá é a seguinte: “Não, não, porque o rei irá mandar os filhos mais fortes de vocês para a guerra; as filhas mais lindas, para o harém; e, de tudo o que vocês plantarem, o melhor vai para a mesa do rei. Não é bom para vocês, não é bom para o rei”.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Já concluo, Senador. A história dos reis hebreus, incluindo

do David, é dura, muitos deles terminaram... Aliás, o primeiro deles foi também o primeiro suicídio da Bíblia. De tal maneira que V. Ex^a fala em segurança e justiça. A CNBB tem uma visão, a meu ver, muito correta, que é a visão cristã, de que é impossível manter segurança ou níveis baixos de violência quando temos uma desigualdade social constrangedora. Na minha cidade, por exemplo, Senador Marco Maciel, há uma distância, como eu disse, constrangedora: nós temos a riqueza e temos uma pobreza... mas uma pobreza amarga, abaixo da linha da dignidade humana, que são as favelas do Rio de Janeiro. São duas irmãs siamesas e monstruosas, que não podem viver uma sem a outra e que causam uma violência tremenda. Temos, no Rio de Janeiro, mais de 300 mil crimes por ano. Se não tocarmos na raiz do problema, que V. Ex^a hoje traz no seu discurso, continuarão aquelas incursões cada vez mais violentas, com armas mais pesadas, matando mais inocentes, mas não vamos conseguir baixar os níveis de violência para termos uma sociedade pacífica. As últimas três décadas já nos mostram isso. É uma coisa óbvia e angustiante cada vez que vemos aquelas incursões violentas. Então, queria saudar V. Ex^a, queria dizer da minha alegria de saber que a CNBB, mais uma vez, como João Batista no deserto, mas com lucidez, com calma, da maneira política e correta, traz o debate e coloca como tema da sua tradicional campanha da solidariedade esse tema. Quer dizer, precisamos de mais igualdade entre nós. Muito obrigado. Desculpe ter me estendido mais do que os dois minutos.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Marcelo Crivella. V. Ex^a fez considerações muito oportunas sobre o tema, e devo dizer que fiz um resumo do tema, posto que é uma publicação de mais de cem páginas. Mas, de toda maneira, quero lembrar que, quando a CNBB fala na questão da segurança, não se circunscreve apenas à questão da segurança pública, mas se refere também às causas sociais que agravam o quadro da violência, as desigualdades econômicas, etc.

Eu até vou ler, antes de encerrar, um pequeno parágrafo que diz o seguinte:

A segurança pública é dever do Estado. Ela também é direito e responsabilidade de todos. Deve ser exercida para a preservação da ordem pública e da integridade das pessoas e dos seus bens. Esta visão da segurança pública representa o reconhecimento de que o Estado Democrático de Direito é o modelo político adotado no nosso país. Portanto, ao reconhecer que a construção de ordem pública não é uma função exclusiva do Estado, e que está relacionada também às atitudes e

valores dos cidadãos, quer isolada, quer coletivamente, a Constituição Federal representa o compromisso com a garantia do pleno exercício da cidadania.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu encerro as minhas palavras, mencionando que esperamos que a Campanha da Fraternidade deste ano, que tem um tema tão relevante, possa obter o êxito que nós desejamos.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, concedo a palavra ao nobre Senador José Nery para um aparte.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Marco Maciel, quero cumprimentar V. Ex^a por trazer à Casa, nesta tarde, um tema que, sem dúvida...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Um tema que, sem dúvida, dialoga com todo o Brasil, com todos os brasileiros e brasileiras, que é o tema de segurança pública, especialmente porque a Campanha da Fraternidade, “Fraternidade e Segurança Pública”, leva-nos a refletir sobre esse drama, esse clamor da sociedade brasileira em busca de políticas públicas e de ações que garantam a segurança das pessoas. E, em especial, porque V. Ex^a, ao fazer o pronunciamento, lembrava do pioneirismo e do protagonismo de Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, que foi o idealizador e realizador da primeira Campanha da Fraternidade e quem estimulou a CNBB a adotar como uma campanha a ser feita em todo o Brasil. Isso justamente no ano em que nós celebramos cem anos do nascimento de Dom Hélder Câmara, ocorrido em 7 de fevereiro do ano 9 do século passado, ou seja, 1909.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Exatamente.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Então, parabênzulo e cumprimento V. Ex^a. Também quero comunicar a V. Ex^a e ao plenário que estou apresentando à Mesa um requerimento a fim de que seja realizada em plenário uma sessão especial em homenagem à Campanha da Fraternidade e aos seus 35 anos de existência em nosso País, para o qual peço o apoio de V. Ex^a e de todos os Srs. Senadores da Casa. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador José Nery, agradeço as considerações de V. Ex^a e quero manifestar o apoio integral à iniciativa de V. Ex^a de que se realize no Senado uma sessão espe-

cial para homenagear o centenário do nascimento de Dom Hélder Câmara.

E quero mencionar que eu compareci, no dia 07 deste mês, à missa que se realizou no Recife, celebrada sob a presidência de Dom Lyrio, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela passagem dos cem anos do nascimento de Dom Helder Câmara.

Acredito que Dom Helder Câmara, o “Dom da paz”, como era chamado, que tinha um enorme carisma e que muito contribuiu, nos tempos pós-conciliares, para que a Igreja se inserisse mais na comunidade, olhando, inclusive, com sua opção preferencial pelos pobres, marcou muito a sua presença de modo especial no Nordeste, que é uma região reconhecidamente pobre. Por isso, essa homenagem a Dom Helder o Senado não poderá deixar de prestar. E, certamente, com isso estaremos contribuindo para construirmos uma sociedade que tenha a paz como princípio basilar da nossa vida social.

Sr. Presidente, apenas quero dizer que o Secretário-Executivo da Campanha da Fraternidade é o Padre José Adalberto Vanzella, que participou dos trabalhos que foram coordenados por Dom Dimas Lara Barbosa, Bispo-Auxiliar do Rio de Janeiro e Secretário-Geral da CNBB.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, a Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos ao Senador Marco Maciel pelo pronunciamento mostrando as ações da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para combater a violência.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente. Apenas um minuto. Eu gostaria de registrar que, hoje, ilustres visitas estiveram no meu gabinete: o Governador Blairo Maggi e o diretor-geral do Dnit, Dr. Luiz Antonio Pagot.

Estivemos tratando, no nosso gabinete, de questões do nosso Estado de Mato Grosso, especialmente sobre a instalação da Sudeco; também de um seminário que vamos realizar em Cuiabá sobre regularização

fundiária urbana, enfim, de questões ligadas à infraestrutura de Mato Grosso e da política local.

Também conversamos, naquele momento, sobre a ida da Ministra Dilma Rousseff ao nosso Estado de Mato Grosso, onde ela visitará obras do PAC, acompanhando e conhecendo programas do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula, que estão acontecendo em Mato Grosso. Estaremos juntos, tanto eu, quanto o Governador Blairo Maggi, quanto o nosso Presidente do Partido dos Trabalhadores, Deputado Abicalil, com a Ministra Dilma Rousseff, principalmente nessa visita às obras do PAC.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Serys Slhessarenko anuncia grandes fatos, importantes, que ocorrem em Mato Grosso. Mato Grosso do Sul também é motivo de festa. Hoje, o Mato Grosso do Sul e o Brasil comemoram o aniversário de Gilberto Goellner, esse extraordinário Senador da República.

A Presidência recebeu da Liderança do Partido Democrático Trabalhista expedientes referentes a indicações e substituições de seus membros nas Comissões Permanentes do Senado Federal.

São os seguintes os expedientes recebidos:

Ofício nº 14/09 – GLPDT

Brasília – DF, 18 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em substituição as indicações anteriores, fica designado para compor, como titular, a Comissão de Assuntos Sociais o Senador João Durval.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder PDT.

Ofício nº 15/09 – GLPDT

Brasília – DF, 18 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Osmar Dias como titular e a Senadora Patrícia Saboya como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder PDT.

Ofício nº 17/09 – GLPDT

Brasília – DF, 18 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em substituição as indicações anteriores, ficam designados para comporem a Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle o Senador Cristovam Buarque como titular e o Senador Jefferson Praia como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder PDT.

Ofício nº 19/09 GLPDT

Brasília – DF, 18 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em substituição as indicações anteriores, ficam designados para comporem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Senadora Patrícia Saboya como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder PDT.

Ofício nº 20/09 – GLPDT

Brasília – DF, 18 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para comporem a Comissão de Serviços e Infra-Estrutura o Senador **João Durval** como titular e o Senador **Osmar Dias** como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder PDT.

Ofício nº 21/09 – GLPDT

Brasília – DF, 18 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em substituição as indicações anteriores, ficam designados para comporem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Senador Jefferson Praia como titular e o Senador João Durvai como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder PDT.

Ofício nº 22/09 – GLP/DT

Brasília – DF, 18 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para comporem a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Senador **Osmar Dias** como titular e o Senador **João Durval** como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder PDT.

Ofício nº 23/09 – GLPDT

Brasília – DF, 18 de Fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em substituição as indicações anteriores, ficam designados para comporem a Comissão de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática a Senadora Patrícia Saboya como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Será feita a substituição solicitada nos termos do expediente encaminhado.

A Presidência designa os Senadores Osmar Dias e João Durval para integrarem, como suplentes, as Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Agricultura e Reforma Agrária, respectivamente, nos termos dos expedientes encaminhados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Em votação os Requerimentos nºs 115 e 116, de 2009, de autoria, respectivamente, dos Senadores Eduardo Suplicy e Marconi Perillo, lidos na sessão de ontem.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 18, de 2009, do Senador João Vicente Claudino e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização da sessão especial destinada a homenagear os 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Estado do Piauí, preferencialmente no dia 11 de março de 2009.

Em votação o Requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 43, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização da sessão especial a realizar-se no dia 30 de abril vindouro, destinada a comemorar os 90 anos de criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Em votação o Requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos para usar a palavra como Líder do PMDB o Senador Valdir Raupp. Na mesa, há um documento apresentado pelo Senador Renan Calheiros, outorgando a Liderança a Valdir Raupp, porque não só Rondônia, mas o Brasil atentamente o aguarda. E V. Ex^a é um dos responsáveis por esse crescimento extraordinário do PMDB no Senado, no Congresso e no Brasil.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. E isso está incomodando muita gente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho aqui para falar do desmatamento, em especial na Amazônia.

O desmatamento da Floresta Amazônica deixou, há muito tempo, de ser uma questão doméstica do Brasil e dos demais países sul-americanos, que compartilham conosco a Região Amazônica.

Com a profunda conscientização ecológica que ocorreu em todo o mundo, nas últimas décadas, a preservação dos principais ecossistemas do Planeta passou a ser um tema global.

A Floresta tropical Amazônica é especialmente visada pelo movimento preservacionista. A Amazônia detém um quinto de toda água doce do Planeta. Representa um papel importantíssimo no equilíbrio climático mundial e é um dos ecossistemas mais ricos e exuberantes da Terra. Não é sem razão, portanto, a atenção com que é vigiada pelos principais governos e organizações ecológicas internacionais.

No mais recente Fórum Social Mundial, que se encerrou no dia 1º de fevereiro, em Belém, ONGs, como Greenpeace, reforçaram campanhas internacionais pelo fim do desmatamento na Amazônia, cobran-

do do Governo brasileiro o estabelecimento de metas realistas para o fim absoluto da derrubada de árvores na maior floresta do Planeta.

Não há dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que é importantíssimo trabalhar com metas factíveis no que diz respeito aos temas ambientais. Em relação ao desmatamento da Amazônia, especificamente, temos observado avanços significativos nos últimos dez anos, que renovam as esperanças em nossa capacidade de cumprir metas cada vez mais ambiciosas.

No Brasil, o desmatamento é mensurado segundo um calendário anual que se inicia em agosto de um ano e segue até julho do ano seguinte. No período de 2003 a 2004, foram registrados mais de 26 mil km² de desmatamento. Em 2006/2007, esse número já havia caído para 11.500 km².

Para o calendário 2008/2009, as perspectivas são excelentes. É bastante provável que alcancemos uma mínima histórica e fiquemos abaixo dos 10 mil km² desmatados. Os primeiros cinco meses mensurados, ou seja, no segundo semestre de 2008, registrou-se queda de 82% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os motivos dessa redução, acreditam os especialistas, são uma mistura de fatores, entre os quais se destacam a crise econômica que atacou agropecuaristas e madeireiros e as ações ambientais governamentais e não-governamentais de combate ao desmatamento.

Se por um lado, Sr. Presidente, podemos comemorar a perspectiva de uma mínima histórica, por outro lado, é importante constatar que um desmatamento de 10 mil km² anuais ainda está muito acima do limite aceitável. Uma taxa de desmatamento manejável seria, segundo os especialistas da área, algo em torno de 2 a 3 mil km² quadrados anuais.

Faço parte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do grupo que acredita na possibilidade de alcançarmos um desmatamento zero na Amazônia. Esse grupo, que antes incluía apenas ambientalistas e membros de ONGs, passou a contar com um número cada vez maior de pessoas, inclusive de agropecuaristas e madeireiros, que estão abrindo os olhos para a importância da preservação ambiental para a regularidade do regime de chuvas e de outras variáveis climáticas que afetam diretamente o agronegócio.

É preciso ter em mente, porém, que a adoção de uma política radical de desmatamento zero, adotada a qualquer custo, é não apenas utópica, como

também indesejável. Não é na base da pressão, da opressão, das prisões, das multas que isso vai acontecer. Para alcançarmos uma situação em que a necessidade de desmatar a floresta desapareça, precisamos oferecer à região alternativas econômicas ao desmatamento, tomando medidas de curto e longo prazo que transformem a agenda econômica da região, com base em valores como a sustentabilidade e a valorização socioeconômica dos povos amazônicos.

Sr. Presidente, uma das alternativas que já teve início, mas muito timidamente, é a licitação das florestas públicas. Não estamos aqui defendendo que as madeiras fechem, que não haja mais o aproveitamento da madeira adulta, porque isso não agride ao meio ambiente. A madeira, a própria natureza recicla. E as madeiras velhas, adultas, se não forem derrubadas, vão apodrecendo. Então, é justo que as madeiras continuem trabalhando, gerando renda e emprego para o povo da Amazônia, mas de uma forma sustentável. E uma delas é a licitação das florestas públicas, das Flonas, das reservas estaduais, das reservas federais, para continuar o aproveitamento dessa madeira adulta, sem o corte raso, apenas o extrativismo com planos de manejo legalizados pelo Ibama ou pelas Secretarias de Estado do Meio Ambiente.

À nossa disposição, Sr. Presidente, temos ótimos meios para atingir esses objetivos. Um deles é a proposta do novo Código Ambiental Brasileiro, que deve começar a vigorar ainda em 2009 e que, tenho certeza, ainda será objeto de muitos aperfeiçoamentos.

De minha parte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ofereci, recentemente, uma contribuição que julgo importante, e volto a mencioná-la nesta tribuna. Refiro-me ao Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2008, por meio do qual proponho uma moratória de dez anos para a concessão de autorizações de desmatamento na Amazônia Legal e para renovação das autorizações em vigor. Excluo da moratória as propostas que contem com um plano de manejo florestal sustentável, aprovado pelo órgão ambiental competente a que já me referi, que é a extração de madeiras adultas.

Proponho, ainda, a criação de incentivos para o surgimento de projetos que priorizem a floresta como ativo econômico, com o objetivo de preservar a floresta primária, sua biodiversidade e seus valores culturais e históricos.

Advogo, no projeto, a importância da regularização fundiária e da anistia das multas ambientais aplicadas

contra os proprietários rurais. Por que a anistia? Porque aplicaram muitas impagáveis. O Ibama não fiscalizou durante 30, 40 anos e agora vem aplicando multas a torto e a direito, como se diz no jargão popular, e multas de 5 milhões, 6 milhões, 2 milhões, 3 milhões, muitas vezes maiores do que o valor da propriedade.

Precisamos garantir que as pessoas que desbravaram a Região Amazônica há 40, 50 anos tenham seus direitos respeitados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito ser plenamente possível alcançar um nível zero de desmatamento na Amazônia. Isso, porém, só acontecerá se promovermos uma verdadeira revolução na matriz econômica da Amazônia Legal.

Enquanto 50% da madeira comercializada for de origem ilegal; enquanto a exploração madeireira e a expansão da fronteira agrícola forem feitas de maneira caótica e descontrolada; enquanto não aprendermos a conciliar sustentabilidade e preservação com crescimento econômico e desenvolvimento social, o padrão econômico da região continuará dependendo de ações predatórias como o desmatamento ilegal. Para atacarmos o problema na raiz, precisamos transformar o desmatamento em uma atividade desinteressante, não-lucrativa e desnecessária, porque, muitas vezes, a floresta em pé rende mais dinheiro do que a simples derrubada para se usar por um ano e, depois, a capoeira tomar conta, como existem milhões e milhões de hectares na Amazônia encapoeirados.

O PLS nº 342, de 2008, ataca esses problemas. Antes de apresentá-lo, discuti a proposta exaustivamente, em reuniões que tivemos, eu e minha esposa, a Deputada Federal Marinha Raupp, com proprietários rurais, criadores de gado, representantes de associações agrícolas de Rondônia, Prefeitos dos Municípios do Estado, especialistas em meio ambiente da Consultoria Legislativa do Senado, do Inbra, do Dnit, do Ibama. Conversamos com Deputados Federais da região, com Senadores, com Governadores, com os Presidentes do Inbra e da Federação da Indústria do Estado de Rondônia, com o Diretor do Ibama, com os Ministros Mangabeira Unger, José Múcio e Carlos Minc, do Meio Ambiente.

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Mais três minutos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Em resumo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cercamos a questão de todos os ângulos possíveis, discutimos o projeto com os principais articuladores e

formuladores da política ambiental brasileira, e o resultado é o PLS nº 342, que apresentamos em agosto passado à apreciação de V. Ex^{as}, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Assim, a minha proposta de dez anos de moratória é uma tentativa de conceder à região e aos formuladores de políticas públicas um tempo valioso para que possamos respirar fundo, corrigir o que está errado, implementar as mudanças necessárias e criar uma consciência ambiental. É uma medida simples em aparência, mas que pode representar um passo importante na erradicação definitiva do desmatamento da Floresta Amazônica.

Com a aprovação do projeto, estaremos não apenas mostrando à comunidade internacional nossa disposição de preservar a maior floresta tropical do planeta, mas também estaremos proporcionando às comunidades e aos povos amazônicos a oportunidade de inserção em uma econômica sustentável e ecologicamente correta.

Sr. Presidente, recentemente, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 458, que trata, em grande parte, do que está no meu projeto. Ainda não está 100% contemplado. E eu falava, quando apresentei o projeto, que, se o Governo Federal quisesse emitir uma medida provisória em cima do meu projeto, eu não ficaria aborrecido, porque eu sei, com todo o respeito a esta Casa e à Câmara dos Deputados, que as medidas provisórias estão emperrando muitas vezes os trabalhos legislativos, mas um projeto de lei que nasce aqui no Senado ou na Câmara dos Deputados pode demorar dois anos, três, quatro, cinco ou mais anos para ser aprovado, e a medida provisória anda com um pouco mais de rapidez.

Então, agradeço ao Governo por ter lembrado do povo da Amazônia, do povo de Rondônia, dos produtores que estão lá, desesperados – a verdade é essa –, sem regularização fundiária, com a pressão e o terrorismo que o Ibama vem empreendendo em cima deles.

Concedo com muito prazer um aparte, se der tempo ainda, Sr. Presidente, ao nobre Senador Gilberto Goellner, aniversariante do dia.

Parabéns, Senador Gilberto, pela passagem de mais um aniversário.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois é, acabei de ampliar o tempo pelo seu aniversário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Em homenagem ao aniversariante.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Muito obrigado. Senador Valdir Raupp, o senhor traz a esta Casa uma síntese de tudo que precisamos fazer em prol de adequar as leis ambientais, fazendo com que se estabeleça desmatamento zero das áreas dentro da legislação. Eu acho que precisa de muito pouco. O diálogo cada vez acontece mais. Agora, causa-me surpresa um fato. O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura formalizaram uma comissão específica para tratar desse assunto, composta por membros da Câmara e do Senado e também por entidades, por ONGs e por representantes das entidades brasileiras ligadas aos produtores rurais, e essa comissão fez muito pouco. Houve duas reuniões e simplesmente não se estabeleceu mais diálogo. Eu diria assim: conversa-se muito pouco sobre o meio ambiente, as coisas não ficam claras. Os representantes quando... Todo mundo tem medo de se exprimir, de colocar a verdadeira posição, e eu vejo que o Ministério da Agricultura e o do Meio Ambiente têm tudo para se acordar. Nós temos condições hoje de colocar para o Brasil uma legislação...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço permissão para interromper, enquanto passo a Presidência para o Presidente Sarney, este homem que segue o Padre Antônio Vieira: palavra sem exemplo é como tiro sem bala, o exemplo arrasta. Há pouco, ele recepcionava o Vice-Presidente da China. Fiquei orgulhoso. Estava lá o Romeu Tuma, que usou da palavra em nome dos Senadores comuns, mais o estadista, Senador Arthur Virgílio, que representa Sarney. V. Ex^a teve o pai que sofreu.

Como eram complicadas as relações Brasil e China! Quando renunciou o nosso Presidente Jânio Quadros, o nosso Vice apenas estava na China e conturbou-se a política, a democracia de nosso País. E ele era um vice novo, como o que nos visitou, João Goulart, e o Presidente Sarney, numa destinação histórica, numa bênção divina, retomou a democracia e foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar a China.

Presidente Sarney, mais uma vez, eu fiquei pessoalmente, como brasileiro, orgulhoso do estadista que V. Ex^a é, mas hoje é aniversário do Gilberto Goellner.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Um minutinho, para que o Senador Goellner encerre seu aparte, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Com sua licença, Sr. Presidente, eu gostaria de concluir, então. Senador Valdir Raupp, nós precisamos reativar essa comissão, composta pelos três ministérios: Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente e o MDA. Ela estava avançando. O que precisa é, realmente, a gente colocar as coisas às claras. Agora, eu não entendi muito bem o seu PLS nº 342, quando o senhor fala em uma moratória de dez anos. Eu vejo que a reposição da floresta, que foi desmatada além do permitido, dificilmente vai ser restabelecida no mesmo local. E não só das florestas, mas do cerrado, das regiões do Paraná, do Rio Grande do Sul, que tiveram uma colonização muito anterior, até uma legislação mais específica, dificilmente vão conseguir fazer na mesma propriedade, no mesmo imóvel. Então, esta recolocação da reserva legal em outro imóvel, em um parque, é uma das saídas. Eu acho que é isso que está emperrando, hoje, o diálogo. E, pelo que eu vi, o Ministro Minc concorda com isso. Então, nós estamos muito próximos de um acordo. Eu o felicito pelo PLS, que vou olhar com mais afinco, e, junto com a MP nº 447, nós devemos avançar. Vejo que nós podemos sintetizar uma legislação ambiental mais clara para o País, fazendo com que todos os produtores façam realmente a regularização ambiental – como o senhor propõe – e também a regularização fundiária que cabe ao País fazer. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a. O meu projeto trata exatamente disto: uma compensação pelo desmatamento zero seria liberar o que está desmatado, reflorestando apenas margens de rios, as montanhas, as encostas onde possa ter erosão. Então, isso seria uma espécie de compensação, já que nós temos apenas 17% desmatado na Amazônia Legal, dos nove Estados da Amazônia Legal, e 83% ainda em preservação. Se nós parássemos aqui, liberando o que está derrubado, preservando o que está de pé, já estaria de bom tamanho para o Brasil e para a humanidade a preservação de 83% da Floresta Amazônica brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2009

Autoriza que as pessoas físicas deduzam do imposto de renda devido as doações ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e que as pessoas jurídicas deduzam da base de cálculo do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido as doações a órgãos de apoio do Sistema Nacional de Defesa Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 12.**

VIII – as contribuições feitas ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969.

..... (NR)”

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 22.** A soma das deduções a que se referem os incisos I a III e VIII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções. (NR)”

Art. 3º O § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“**Art. 13.**

§ 2º

IV – as efetuadas, na forma do regulamento, aos órgãos de apoio integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), até o limite de um por cento do lucro operacional, observado o disposto no § 4º do art. 3º desta Lei, em cada período de apuração. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As chuvas que castigaram o Estado de Santa Catarina no final do ano passado causaram mortes, dor e sofrimento. Estima-se, ainda, que os danos materiais superem os R\$ 350 milhões. O ano de 2009, infelizmente, também iniciou com fortes chuvas e grandes prejuízos nas demais regiões do País.

Essas calamidades, por outro lado, permitiram-nos comprovar, mais uma vez, a ilimitada solidariedade do povo brasileiro, sempre disposto a estender a mão aos necessitados. Da mesma forma, fizeram-nos constatar a imprescindibilidade da Defesa Civil na prevenção dos desastres e no atendimento aos atingidos.

A proposta que ora apresentamos visa a unir a solidariedade e a generosidade do povo brasileiro, com a necessidade de apoiar os entes ligados ao Sistema Nacional de Defesa Civil. Nesse sentido, propomos que as doações de pessoas físicas ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) possam ser abatidas do imposto de renda por elas devido. No caso das pessoas jurídicas, o valor das doações feitas, em bens ou dinheiro, aos órgãos de apoio do Sistema Nacional de Defesa Civil, deixará de integrar a base de cálculo para incidência do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Assim, ao mesmo tempo em que se premiam os brasileiros que, com sacrifício, colaboram para o bem comum, fortalecem-se as entidades públicas e privadas que, efetivamente, desempenham atividades essenciais para minorar o sofrimento dos vitimados pelas catástrofes naturais.

Quanto às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, não consideramos que o impacto da renúncia fiscal seja significativo, tendo em vista, no caso das pessoas físicas, submeterem-se os novos benefícios aos mesmos limites válidos para os já existentes.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009

Senadora **MARISA SERRANO**

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.**Mensagem de veto**

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As bases de cálculo e o valor dos tributos e contribuições federais serão expressos em Reais.

Art. 2º O imposto de renda das pessoas jurídicas e a contribuição social sobre o lucro líquido serão determinados segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta Lei.

Art. 3º A alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas é de quinze por cento.

~~§ 1º A parcela de lucro real, presumido ou arbitrado, apurado anualmente, que exceder a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), sujeita-se à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento.~~

~~§ 2º O limite previsto no parágrafo anterior será proporcional ao número de meses transcorridos, quando o período de apuração for inferior a doze meses.~~

§ 1º A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento. (Redação dada pela Lei 9.430, de 1996)

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se, inclusive, nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação. (Redação dada pela Lei 9.430, de 1996)

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à pessoa jurídica que explore atividade rural de que trata a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990.

§ 4º O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções.

Art. 4º Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, e o art. 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.

Art. 5º O inciso IV do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 187....."

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais;

....."

Art. 6º Os valores controlados na parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real, existentes em 31 de dezembro de 1995, somente serão corrigidos monetariamente até essa data, observada a legislação então vigente, ainda que venham a ser adicionados, excluídos ou compensados em períodos-base posteriores.

Parágrafo único. A correção dos valores referidos neste artigo será efetuada tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996.

Art. 7º O saldo do lucro inflacionário acumulado, remanescente em 31 de dezembro de 1995, corrigido monetariamente até essa data, será realizado de acordo com as regras da legislação então vigente.

§ 1º Para fins do cálculo do lucro inflacionário realizado nos períodos-base posteriores, os valores dos ativos que estavam sujeitos a correção monetária, existentes em 31 de dezembro de 1995, deverão ser registrados destacadamente na contabilidade da pessoa jurídica.

§ 2º O disposto no parágrafo único do art. 6º aplica-se à correção dos valores de que trata este artigo.

§ 3º À opção da pessoa jurídica, o lucro inflacionário acumulado existente em 31 de dezembro de 1995, corrigido monetariamente até essa data, com base no parágrafo único do art. 6º, poderá ser considerado realizado integralmente e tributado à alíquota de dez por cento.

§ 4º A opção de que trata o parágrafo anterior, que deverá ser feita até 31 de dezembro de 1996, será irrevogável e manifestada através do pagamento do imposto em cota única, podendo alcançar também o saldo do lucro inflacionário a realizar relativo à opção prevista no art. 31 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.

§ 5º O imposto de que trata o § 3º será considerado como de tributação exclusiva.

Art. 8º Permanecem em vigor as normas aplicáveis às contrapartidas de variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual.

Art. 9º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

~~§ 1º O efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.~~

§ 1º O efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996)

§ 2º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

§ 3º O imposto retido na fonte será considerado:

I - antecipação do devido na declaração de rendimentos, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real;

II - tributação definitiva, no caso de beneficiário pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, ressalvado o disposto no § 4º;

~~§ 4º No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, os juros de que trata este artigo serão adicionados à base de cálculo de incidência do adicional previsto no § 1º do art. 3º. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

§ 5º No caso de beneficiário sociedade civil de prestação de serviços, submetida ao regime de tributação de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, o imposto poderá ser compensado com o retido por ocasião do pagamento dos rendimentos aos sócios beneficiários.

§ 6º No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real, o imposto de que trata o § 2º poderá ainda ser compensado com o retido por ocasião do pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração de capital próprio, a seu titular, sócios ou acionistas.

§ 7º O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo do disposto no § 2º.

§ 8º Para os fins de cálculo da remuneração prevista neste artigo, não será considerado o valor de reserva de reavaliação de bens ou direitos da pessoa jurídica, exceto se esta for adicionada na determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

~~§ 9º À opção da pessoa jurídica, o valor dos juros a que se refere este artigo poderá ser incorporado ao capital social ou mantido em conta de reserva destinada a aumento de capital, garantida sua dedutibilidade, desde que o imposto de que trata o § 2º, assumido pela pessoa jurídica, seja recolhido no prazo de 15 dias contados a partir da data do encerramento do período base em que tenha ocorrido a dedução dos referidos juros, não sendo reajustável a base de cálculo nem dedutível o imposto pago para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

~~§ 10. O valor da remuneração deduzida, inclusive na forma do parágrafo anterior, deverá ser adicionado ao lucro líquido para determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Parágrafo único. No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.

Art. 11. Os rendimentos produzidos por aplicação financeira de renda fixa, auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto de renda à alíquota de quinze por cento.

§ 1º Os rendimentos de que trata este artigo serão apropriados pro rata tempore até 31 de dezembro de 1995 e tributados, no que se refere à parcela relativa a 1995, nos termos da legislação então vigente.

~~§ 2º No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, os rendimentos de que trata este artigo, bem como os rendimentos de renda variável e os ganhos líquidos obtidos em bolsas, serão adicionados à base de cálculo de incidência de adicional previsto no § 1º de art. 3º. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

§ 3º O disposto neste artigo não elide as regras previstas nos arts. 76 e 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Art. 12. O inciso III do art. 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.77....."

III - nas operações de renda variável realizadas em bolsa, no mercado de balcão organizado, autorizado pelo órgão competente, ou através de fundos de investimento, para a carteira própria das entidades citadas no inciso I;"F

Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:

I - de qualquer provisão, exceto as constituídas para o pagamento de férias de empregados e de décimo-terceiro salário, a de que trata o art. 43 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e as provisões técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável; (Vide Lei 9.430, de 1996)

II - das contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

III - de despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

IV - das despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores;

V - das contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica;

VI - das doações, exceto as referidas no § 2º;

VII - das despesas com brindes.

§ 1º Admitir-se-ão como dedutíveis as despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

I - as de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

II - as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;

b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

Art. 14. Para efeito de apuração do lucro real, fica vedada a exclusão, do lucro líquido do exercício, do valor do lucro da exploração de atividades monopolizadas de que tratam o § 2º do art. 2º da Lei nº 6.264, de 18 de novembro de 1975, e o § 2º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.730, de 17 de outubro de 1979.

Art. 15. A base de cálculo do imposto, em cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de oito por cento sobre a receita bruta auferida mensalmente, observado o disposto nos arts. 30 a 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995. (Vide Lei nº 11.119, de 2005)

§ 1º Nas seguintes atividades, o percentual de que trata este artigo será de:

I - um inteiro e seis décimos por cento, para a atividade de revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;

II - dezesseis por cento:

a) para a atividade de prestação de serviços de transporte, exceto o de carga, para o qual se aplicará o percentual previsto no caput deste artigo;

b) para as pessoas jurídicas a que se refere o inciso III do art. 36 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 29 da referida Lei;

III - trinta e dois por cento, para as atividades de: (Vide Medida Provisória nº 232, de 2004)

~~a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares;~~

a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008)

b) intermediação de negócios;

c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;

d) prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

§ 2º No caso de atividades diversificadas será aplicado o percentual correspondente a cada atividade.

§ 3º As receitas provenientes de atividade incentivada não comporão a base de cálculo do imposto, na proporção do benefício a que a pessoa jurídica, submetida ao regime de tributação com base no lucro real, fizer jus.

§ 4º O percentual de que trata este artigo também será aplicado sobre a receita financeira da pessoa jurídica que explore atividades imobiliárias relativas a loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, quando decorrente da comercialização de imóveis e for apurada por meio de índices ou coeficientes previstos em contrato. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

Art. 16. O lucro arbitrado das pessoas jurídicas será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta, quando conhecida, dos percentuais fixados no art. 15, acrescidos de vinte por cento.

Parágrafo único. No caso das instituições a que se refere o inciso III do art. 36 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, o percentual para determinação do lucro arbitrado será de quarenta e cinco por cento.

Art. 17. Para os fins de apuração do ganho de capital, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas não tributadas com base no lucro real observarão os seguintes procedimentos:

I - tratando-se de bens e direitos cuja aquisição tenha ocorrido até o final de 1995, o custo de aquisição poderá ser corrigido monetariamente até 31 de dezembro desse ano, tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996, não se lhe aplicando qualquer correção monetária a partir dessa data;

II - tratando-se de bens e direitos adquiridos após 31 de dezembro de 1995, ao custo de aquisição dos bens e direitos não será atribuída qualquer correção monetária.

Art. 18. O ganho de capital auferido por residente ou domiciliado no exterior será apurado e tributado de acordo com as regras aplicáveis aos residentes no País.

Art. 19. A partir de 1º de janeiro de 1996, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido, de que trata a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a ser de oito por cento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para as quais a alíquota da contribuição social será de dezoito por cento.

~~Art. 20. A partir de 1º de janeiro de 1996, a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, devida pelas pessoas jurídicas que efetuarem o pagamento mensal a que se referem os arts. 27 e 29 a 34 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e pelas pessoas jurídicas desobrigadas de escrituração contábil, corresponderá a doze por cento da receita bruta, na forma definida na legislação vigente, auferida em cada mês do ano-calendário.~~

Art. 20. A base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, devida pelas pessoas jurídicas que efetuarem o pagamento mensal a que se referem os arts. 27 e 29 a 34 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e pelas pessoas jurídicas desobrigadas de escrituração contábil, corresponderá a doze por cento da receita bruta, na forma definida na legislação vigente, auferida em cada mês do ano-calendário, exceto para as pessoas jurídicas que exerçam as atividades a que se refere o inciso III do § 1º do art. 15, cujo percentual corresponderá a trinta e dois por cento. (Redação dada Lei nº 10.684, de 2003) (Vide Medida Provisória nº 232, de 2004) (Vide Lei nº 11.119, de 2005)

~~Parágrafo único. A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao quarto trimestre-calendário de 2003, optar pelo lucro real, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos três primeiros trimestres. (Incluído pela Lei nº 10.684, de 2003)~~

§ 1º A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao 4º (quarto) trimestre-calendário de 2003, optar pelo lucro real, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos 3 (três) primeiros trimestres. (Renumerado com alteração pela Lei nº 11.196, de 2005)

§ 2º O percentual de que trata o caput deste artigo também será aplicado sobre a receita financeira de que trata o § 4º do art. 15 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

Art. 21. A pessoa jurídica que tiver parte ou todo o seu patrimônio absorvido em virtude de incorporação, fusão ou cisão deverá levantar balanço específico para esse fim, no qual os bens e direitos serão avaliados pelo valor contábil ou de mercado.

§ 1º O balanço a que se refere este artigo deverá ser levantado até trinta dias antes do evento.

§ 2º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, que optar pela avaliação a valor de mercado, a diferença entre este e o custo de aquisição, diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão, será considerada ganho de capital, que deverá ser adicionado à base de cálculo do imposto de renda devido e da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 3º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, os encargos serão considerados incorridos, ainda que não tenham sido registrados contabilmente.

§ 4º A pessoa jurídica incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar declaração de rendimentos correspondente ao período transcorrido durante o ano-calendário, em seu próprio nome, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Art. 22. Os bens e direitos do ativo da pessoa jurídica, que forem entregues ao titular ou a sócio ou acionista, a título de devolução de sua participação no capital social, poderão ser avaliados pelo valor contábil ou de mercado.

§ 1º No caso de a devolução realizar-se pelo valor de mercado, a diferença entre este e o valor contábil dos bens ou direitos entregues será considerada ganho de capital, que será computado nos resultados da pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido devidos pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado.

§ 2º Para o titular, sócio ou acionista, pessoa jurídica, os bens ou direitos recebidos em devolução de sua participação no capital serão registrados pelo valor contábil da participação ou pelo valor de mercado, conforme avaliado pela pessoa jurídica que esteja devolvendo capital.

§ 3º Para o titular, sócio ou acionista, pessoa física, os bens ou direitos recebidos em devolução de sua participação no capital serão informados, na declaração de bens correspondente à declaração de rendimentos do respectivo ano-base, pelo valor contábil ou de mercado, conforme avaliado pela pessoa jurídica.

§ 4º A diferença entre o valor de mercado e o valor constante da declaração de bens, no caso de pessoa física, ou o valor contábil, no caso de pessoa jurídica, não será computada, pelo titular, sócio ou acionista, na base de cálculo do imposto de renda ou da contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 23. As pessoas físicas poderão transferir a pessoas jurídicas, a título de integralização de capital, bens e direitos pelo valor constante da respectiva declaração de bens ou pelo valor de mercado.

§ 1º Se a entrega for feita pelo valor constante da declaração de bens, as pessoas físicas deverão lançar nesta declaração as ações ou quotas subscritas pelo mesmo valor dos bens ou direitos transferidos, não se aplicando o disposto no art. 60 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e no art. 20, II, do Decreto-Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.

§ 2º Se a transferência não se fizer pelo valor constante da declaração de bens, a diferença a maior será tributável como ganho de capital.

Art. 24. Verificada a omissão de receita, a autoridade tributária determinará o valor do imposto e do adicional a serem lançados de acordo com o regime de tributação a que estiver submetida a pessoa jurídica no período-base a que corresponder a omissão.

§ 1º No caso de pessoa jurídica com atividades diversificadas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado, não sendo possível a identificação da atividade a que se refere a receita omitida, esta será adicionada àquela a que corresponder o percentual mais elevado.

~~§ 2º O valor da receita omitida será considerado na determinação da base de cálculo para o lançamento da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para a seguridade social - COFINS e da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP.~~

§ 2º O valor da receita omitida será considerado na determinação da base de cálculo para o lançamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP e das contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita. (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

~~§ 3º Na hipótese deste artigo, a multa de lançamento de ofício será de trezentos por cento sobre a totalidade ou diferença dos tributos e contribuições devidos, observado o disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 1996)~~

§ 4º Para a determinação do valor da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, na hipótese de a pessoa jurídica auferir receitas sujeitas a alíquotas diversas, não sendo possível identificar a alíquota aplicável à receita omitida, aplicar-se-á a esta a alíquota mais elevada entre aquelas previstas para as receitas auferidas pela pessoa jurídica. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 5º Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se ao recolhimento da COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, calculadas por unidade de medida de produto, não sendo possível identificar qual o produto vendido ou a quantidade que se refere à receita omitida, a contribuição será determinada com base na alíquota **ad valorem** mais elevada entre aquelas previstas para as receitas auferidas pela pessoa jurídica. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 6º Na determinação da alíquota mais elevada, considerar-se-ão: (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

I - para efeito do disposto nos §§ 4º e 5º, as alíquotas aplicáveis às receitas auferidas pela pessoa jurídica no ano-calendário em que ocorreu a omissão; (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

II - para efeito do disposto no § 5º, as alíquotas **ad valorem** correspondentes àquelas fixadas por unidade de medida do produto, bem como as alíquotas aplicáveis às demais receitas auferidas pela pessoa jurídica. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

Art. 25. Os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na determinação do lucro real das pessoas jurídicas correspondente ao balanço levantado em 31 de dezembro de cada ano. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 1º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na apuração do lucro líquido das pessoas jurídicas com observância do seguinte:

I - os rendimentos e ganhos de capital serão convertidos em Reais de acordo com a taxa de câmbio, para venda, na data em que forem contabilizados no Brasil;

II - caso a moeda em que for auferido o rendimento ou ganho de capital não tiver cotação no Brasil, será ela convertida em dólares norte-americanos e, em seguida, em Reais;

§ 2º Os lucros auferidos por filiais, sucursais ou controladas, no exterior, de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil serão computados na apuração do lucro real com observância do seguinte:

I - as filiais, sucursais e controladas deverão demonstrar a apuração dos lucros que auferirem em cada um de seus exercícios fiscais, segundo as normas da legislação brasileira;

II - os lucros a que se refere o inciso I serão adicionados ao lucro líquido da matriz ou controladora, na proporção de sua participação acionária, para apuração do lucro real;

III - se a pessoa jurídica se extinguir no curso do exercício, deverá adicionar ao seu lucro líquido os lucros auferidos por filiais, sucursais ou controladas, até a data do balanço de encerramento;

IV - as demonstrações financeiras das filiais, sucursais e controladas que embasem as demonstrações em Reais deverão ser mantidas no Brasil pelo prazo previsto no art. 173 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º Os lucros auferidos no exterior por coligadas de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil serão computados na apuração do lucro real com observância do seguinte:

I - os lucros realizados pela coligada serão adicionados ao lucro líquido, na proporção da participação da pessoa jurídica no capital da coligada;

II - os lucros a serem computados na apuração do lucro real são os apurados no balanço ou balanços levantados pela coligada no curso do período-base da pessoa jurídica;

III - se a pessoa jurídica se extinguir no curso do exercício, deverá adicionar ao seu lucro líquido, para apuração do lucro real, sua participação nos lucros da coligada apurados por esta em balanços levantados até a data do balanço de encerramento da pessoa jurídica;

IV - a pessoa jurídica deverá conservar em seu poder cópia das demonstrações financeiras da coligada.

§ 4º Os lucros a que se referem os §§ 2º e 3º serão convertidos em Reais pela taxa de câmbio, para venda, do dia das demonstrações financeiras em que tenham sido apurados os lucros da filial, sucursal, controlada ou coligada.

§ 5º Os prejuízos e perdas decorrentes das operações referidas neste artigo não serão compensados com lucros auferidos no Brasil.

§ 6º Os resultados da avaliação dos investimentos no exterior, pelo método da equivalência patrimonial, continuarão a ter o tratamento previsto na legislação vigente, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

Art. 26. A pessoa jurídica poderá compensar o imposto de renda incidente, no exterior, sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital computados no lucro real, até o limite do imposto de renda incidente, no Brasil, sobre os referidos lucros, rendimentos ou ganhos de capital.

§ 1º Para efeito de determinação do limite fixado no caput, o imposto incidente, no Brasil, correspondente aos lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos no exterior, será proporcional ao total do imposto e adicional devidos pela pessoa jurídica no Brasil.

§ 2º Para fins de compensação, o documento relativo ao imposto de renda incidente no exterior deverá ser reconhecido pelo respectivo órgão arrecadador e pelo Consulado da Embaixada Brasileira no país em que for devido o imposto.

§ 3º O imposto de renda a ser compensado será convertido em quantidade de Reais, de acordo com a taxa de câmbio, para venda, na data em que o imposto foi pago; caso a moeda em que o imposto foi pago não tiver cotação no Brasil, será ela convertida em dólares norte-americanos e, em seguida, em Reais.

Art. 27. As pessoas jurídicas que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior estão obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real.

Art. 28. A alíquota do imposto de renda de que tratam o art. 77 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 e o art. 100 do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, com as modificações posteriormente introduzidas, passa, a partir de 1º de janeiro de 1996, a ser de quinze por cento.

Art. 29. Os limites a que se referem os arts. 36, I, e 44, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com a redação dada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, passam a ser de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

Art. 30. Os valores constantes da legislação tributária, expressos em quantidade de UFIR, serão convertidos em Reais pelo valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996.

Art. 31. Os prejuízos não operacionais, apurados pelas pessoas jurídicas, a partir de 1º de janeiro de 1996, somente poderão ser compensados com lucros de mesma natureza, observado o limite previsto no art. 15 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

Art. 32. (VETADO)

Art. 33. (VETADO)

Art. 34. Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente:

I - o Decreto-Lei nº 1.215, de 4 de maio de 1972, observado o disposto no art. 178 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;

II - os arts. 2º a 19 da Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989;

III - os arts. 9º e 12 da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990;

IV - os arts. 43 e 44 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992;

V - o art. 28 e os incisos VI, XI e XII e o parágrafo único do art. 36, os arts. 46, 48 e 54, e o inciso II do art. 60, todos da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e o art. 10 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

Brasília, 26 de dezembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Pullen Parente

DECRETO-LEI Nº 950, DE 13 DE OUTUBRO DE 1969.

Institui no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art 1º Fica instituído no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), como um dos instrumentos de execução do programa previsto no artigo 8º, item XII, da Constituição Federal.

Art 2º Constituem recursos do FUNCAP:

- a) as dotações orçamentárias da União e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- b) os auxílios, subvenções, contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, destinadas à assistência a populações atingidas em caso de calamidade pública;
- c) os saldos dos créditos extraordinários abertos para calamidade pública não aplicados e ainda disponíveis;
- d) outros recursos eventuais.

Art 3º Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial, no Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. A rede de bancos oficiais e privados poderá, ser utilizada para recebimento de auxílios e donativos, que serão transferidos até o fim de cada mês à conta especial.

Art 4º Incumbe a uma Junta Deliberativa, composta por representantes do Ministério do Interior, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, presidida pelo primeiro e indicados pelos respectivos Ministros, programar a aplicação dos recursos financeiros, segundo o Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades Públicas e aprovar a proposta do orçamento anual do FUNCAP.

Art 5º O Poder Executivo estabelecerá, através do Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades, as diretrizes para aplicação do FUNCAP, especialmente para:

- a) assistência imediata às populações atingidas por calamidades públicas, cujo estado venha a ser declarado em decreto pelo Governo Federal;
- b) reembolso de despesas de entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços e socorros realizados nos termos deste diploma legal.

Art 6º O regulamento do presente Decreto-lei, disciplinando o mecanismo e condições de sua utilização, será expedido dentro do prazo de noventa dias.

Art 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
José Costa Cavalcanti

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

Conversão da MPv nº 1.602, de 1997

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas serão adicionados ao lucro líquido, para determinação do lucro real correspondente ao balanço levantado no dia 31 de dezembro do ano-calendário em que tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, os lucros serão considerados disponibilizados para a empresa no Brasil:

- a) no caso de filial ou sucursal, na data do balanço no qual tiverem sido apurados;
- b) no caso de controlada ou coligada, na data do pagamento ou do crédito em conta representativa de obrigação da empresa no exterior.
- c) na hipótese de contratação de operações de mútuo, se a mutuante, coligada ou controlada, possuir lucros ou reservas de lucros; (Incluída pela Lei nº 9.959, de 2000)
- d) na hipótese de adiantamento de recursos, efetuado pela coligada ou controlada, por conta de venda futura, cuja liquidação, pela remessa do bem ou serviço vendido, ocorra em prazo superior ao ciclo de produção do bem ou serviço. (Incluída pela Lei nº 9.959, de 2000)

§ 2º Para efeito do disposto na alínea "b" do parágrafo anterior, considera-se:

- a) creditado o lucro, quando ocorrer a transferência do registro de seu valor para qualquer conta representativa de passivo exigível da controlada ou coligada domiciliada no exterior;
- b) pago o lucro, quando ocorrer:
 - 1. o crédito do valor em conta bancária, em favor da controladora ou coligada no Brasil;
 - 2. a entrega, a qualquer título, a representante da beneficiária;
 - 3. a remessa, em favor da beneficiária, para o Brasil ou para qualquer outra praça;

4. o emprego do valor, em favor da beneficiária, em qualquer praça, inclusive no aumento de capital da controlada ou coligada, domiciliada no exterior.

~~§ 3º Não serão dedutíveis na determinação do lucro real, os juros, pagos ou creditados a empresas controladas ou coligadas, domiciliadas no exterior, relativos a empréstimos contraídos, quando, no balanço da coligada ou controlada, constar a existência de lucros não disponibilizados para a controladora ou coligada no Brasil.~~

~~§ 3º Não serão dedutíveis na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido os juros, pagos ou creditados, incidentes sobre o valor equivalente aos lucros não disponibilizados por empresas: (Redação dada pela Lei nº 9.959, de 2000)~~

~~I - coligadas ou controladas, domiciliadas no exterior, quando estas forem as beneficiárias do pagamento ou crédito; (Incluído pela Lei nº 9.959, de 2000)~~

~~II - controladas, domiciliadas no exterior, independente do beneficiário. (Incluído pela Lei nº 9.959, de 27.1.2000)~~

§ 3º Não serão dedutíveis na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido os juros, relativos a empréstimos, pagos ou creditados a empresa controlada ou coligada, independente do local de seu domicílio, incidentes sobre valor equivalente aos lucros não disponibilizados por empresas controladas, domiciliadas no exterior. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 4º Os créditos de imposto de renda de que trata o art. 26 da Lei nº 9.249, de 1995, relativos a lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, somente serão compensados com o imposto de renda devido no Brasil se referidos lucros, rendimentos e ganhos de capital forem computados na base de cálculo do imposto, no Brasil, até o final do segundo ano-calendário subsequente ao de sua apuração.

§ 5º Relativamente aos lucros apurados nos anos de 1996 e 1997, considerar-se-á vencido o prazo a que se refere o parágrafo anterior no dia 31 de dezembro de 1999.

§ 6º Nas hipóteses das alíneas "c" e "d" do § 1º o valor considerado disponibilizado será o mutuado ou adiantado, limitado ao montante dos lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição, proporcional à participação societária da empresa no País na data da disponibilização. (Incluído pela Lei nº 9.959, de 2000)

§ 7º Considerar-se-á disponibilizado o lucro: (Incluído pela Lei nº 9.959, de 2000)

a) na hipótese da alínea "c" do § 1º: (Incluída pela Lei nº 9.959, de 2000)

1. na data da contratação da operação, relativamente a lucros já apurados pela controlada ou coligada; (Incluído pela Lei nº 9.959, de 2000)

2. na data da apuração do lucro, na coligada ou controlada, relativamente a operações de mútuo anteriormente contratadas; (Incluído pela Lei nº 9.959, de 2000)

b) na hipótese da alínea "d" do § 1º, em 31 de dezembro do ano-calendário em que tenha sido encerrado o ciclo de produção sem que haja ocorrido a liquidação. (Incluída pela Lei nº 9.959, de 2000)

Art. 2º Os percentuais dos benefícios fiscais referidos no inciso I e no § 3º do art. 11 do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, com as posteriores alterações, nos arts. 1º, inciso II, 19 e 23, da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e no art. 4º, inciso V, da Lei nº 8.661, de 02 de junho de 1993, ficam reduzidos para:

I - 30% (trinta por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; (Vide Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)

II - 20% (vinte por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

III - 10% (dez por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.

~~§ 1º Os percentuais de benefício fiscal de que tratam o art. 4º do Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, o inciso V do art. 11 do Decreto-Lei nº 1.376, de 1974, o inciso I do art. 1º e o art. 23 da Lei nº 8.167, de 1991, ficam reduzidos para: (Revogado pela Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)~~

~~a) 25% (vinte e cinco por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; (Revogado pela Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)~~

~~b) 17% (dezessete por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; (Revogado pela Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)~~

~~c) 9% (nove por cento), relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013; (Revogado pela Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)~~

~~§ 2º Ficam extintos, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2014, os benefícios fiscais de que trata este artigo. (Revogado pela Medida provisória nº 2.156-5, de 24.8.2001)~~

Art. 3º Os benefícios fiscais de isenção, de que tratam o art. 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, o art. 23 do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, com a redação do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.564, de 29 de julho de 1977, e o inciso VIII do art. 1º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, para os projetos de instalação, modernização, ampliação ou diversificação, aprovados pelo órgão competente, a partir de 1º de janeiro de 1998, observadas as demais normas em vigor, aplicáveis à matéria, passam a ser de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, observados os seguintes percentuais: (Vide Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)

I - 75% (setenta e cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003;

II - 50% (cinquenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

III - 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica a projetos aprovados ou protocolizados até 14 de novembro de 1997, no órgão competente, para os quais prevalece o benefício de isenção até o término do prazo de concessão do benefício.

§ 2º Os benefícios fiscais de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, de que tratam o art. 14 da Lei nº 4.239, de 1963, e o art. 22 do Decreto-Lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, observadas as demais normas em vigor, aplicáveis à matéria, passam a ser calculados segundo os seguintes percentuais:

I - 37,5% (trinta e sete inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003;

II - 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

III - 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.

§ 3º Ficam extintos, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2014, os benefícios fiscais de que trata este artigo.

~~Art. 4º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão manifestar a opção pela aplicação do imposto em investimentos regionais na declaração de rendimentos ou no curso do ano-calendário, nas datas de pagamento de imposto com base no lucro estimado, apurado mensalmente, ou no lucro real, apurado trimestralmente. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~§ 1º A opção, no curso do ano-calendário, será manifestada mediante o recolhimento, por meio de documento de arrecadação (DARF) específico, de parte do imposto sobre a renda de valor equivalente a até: (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~I - 18% para o FINOR e FINAM e 25% para o FUNRES, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~II - 12% para o FINOR e FINAM e 17% para o FUNRES, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~III - 6% para o FINOR e FINAM e 9% para o FUNRES, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~§ 2º No DARF a que se refere o parágrafo anterior, a pessoa jurídica deverá indicar o código de receita relativo ao fundo pelo qual houver optado. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~§ 3º Os recursos de que trata este artigo serão considerados disponíveis para aplicação nas pessoas jurídicas destinatárias. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~§ 4º A liberação, no caso das pessoas jurídicas a que se refere o art. 9º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, será feita à vista de DARF específico, observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~§ 5º A opção manifestada na forma deste artigo é irrevogável, não podendo ser alterada. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~§ 6º Se os valores destinados para os fundos, na forma deste artigo, excederem o total a que a pessoa jurídica tiver direito, apurado na declaração de rendimentos, a parcela excedente será considerada: (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~a) em relação às empresas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, como recursos próprios aplicados no respectivo projeto; (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~b) pelas demais empresas, como subscrição voluntária para o fundo destinatário da opção manifestada no DARF. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~§ 7º Na hipótese de pagamento a menor de imposto em virtude de excesso de valor destinado para os fundos, a diferença deverá ser paga com acréscimo de multa e juros, calculados de conformidade com a legislação de imposto de renda. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

~~§ 8º Fica vedada, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2014, a opção pelos benefícios fiscais de que trata este artigo. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001)~~

Art. 5º A dedução do imposto de renda relativa aos incentivos fiscais previstos no art. 1º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, no art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e no inciso I do art. 4º da Lei nº 8.661, de 1993, não poderá exceder, quando considerados isoladamente, a quatro por cento do imposto de renda devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995.

Art. 6º Observados os limites específicos de cada incentivo e o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995, o total das deduções de que tratam:

I - o art. 1º da Lei nº 6.321, de 1976 e o inciso I do art. 4º da Lei nº 8.661, de 1993, não poderá exceder a quatro por cento do imposto de renda devido;

~~II - o art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação do art. 10 da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, o art. 26 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, não poderá exceder a quatro por cento do imposto de renda devido.~~

II - o art. 26 da Lei nº 8.313, de 1991, e o art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, não poderá exceder quatro por cento do imposto de renda devido. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

Art. 7º A pessoa jurídica que absorver patrimônio de outra, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, na qual detenha participação societária adquirida com ágio ou deságio, apurado segundo o disposto no art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; (Vide Medida Provisória nº 135, de 30.10.2003)

I - deverá registrar o valor do ágio ou deságio cujo fundamento seja o de que trata a alínea "a" do § 2º do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, em contrapartida à conta que registre o bem ou direito que lhe deu causa;

II - deverá registrar o valor do ágio cujo fundamento seja o de que trata a alínea "c" do § 2º do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, em contrapartida a conta de ativo permanente, não sujeita a amortização;

~~III - poderá amortizar o valor do ágio cujo fundamento seja o de que trata a alínea "b" do § 2º do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, nos balanços correspondentes à apuração de lucro real, levantados em até dez anos calendários subseqüentes à incorporação, fusão ou cisão, à razão de 1/60 (um sessenta avos), no máximo, para cada mês do período de apuração;~~

III - poderá amortizar o valor do ágio cujo fundamento seja o de que trata a alínea "b" do § 2º do art. 20 do Decreto-lei nº 1.598, de 1977, nos balanços correspondentes à apuração de lucro real, levantados posteriormente à incorporação, fusão ou cisão, à razão de um sessenta avos, no máximo, para cada mês do período de apuração; (Redação dada pela Lei nº 9.718, de 1998)

IV - deverá amortizar o valor do deságio cujo fundamento seja o de que trata a alínea "b" do § 2º do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, nos balanços correspondentes à apuração de lucro real, levantados durante os cinco anos-calendários subseqüentes à incorporação, fusão ou cisão, à razão de 1/60 (um sessenta avos), no mínimo, para cada mês do período de apuração.

§ 1º O valor registrado na forma do inciso I integrará o custo do bem ou direito para efeito de apuração de ganho ou perda de capital e de depreciação, amortização ou exaustão.

§ 2º Se o bem que deu causa ao ágio ou deságio não houver sido transferido, na hipótese de cisão, para o patrimônio da sucessora, esta deverá registrar:

a) o ágio, em conta de ativo diferido, para amortização na forma prevista no inciso III;

b) o deságio, em conta de receita diferida, para amortização na forma prevista no inciso IV.

§ 3º O valor registrado na forma do inciso II do *caput*:

a) será considerado custo de aquisição, para efeito de apuração de ganho ou perda de capital na alienação do direito que lhe deu causa ou na sua transferência para sócio ou acionista, na hipótese de devolução de capital;

b) poderá ser deduzido como perda, no encerramento das atividades da empresa, se comprovada, nessa data, a inexistência do fundo de comércio ou do intangível que lhe deu causa.

§ 4º Na hipótese da alínea "b" do parágrafo anterior, a posterior utilização econômica do fundo de comércio ou intangível sujeitará a pessoa física ou jurídica usuária ao pagamento dos tributos e contribuições que deixaram de ser pagos, acrescidos de juros de mora e multa, calculados de conformidade com a legislação vigente.

§ 5º O valor que servir de base de cálculo dos tributos e contribuições a que se refere o parágrafo anterior poderá ser registrado em conta do ativo, como custo do direito.

Art. 8º O disposto no artigo anterior aplica-se, inclusive, quando:

a) o investimento não for, obrigatoriamente, avaliado pelo valor de patrimônio líquido;

b) a empresa incorporada, fusionada ou cindida for aquela que detinha a propriedade da participação societária.

Art. 9º À opção da pessoa jurídica, o saldo do lucro inflacionário acumulado, existente no último dia útil dos meses de novembro e dezembro de 1997, poderá ser considerado realizado integralmente e tributado à alíquota de dez por cento. (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 38, de 13.5.2002)

§ 1º Se a opção se referir a saldo de lucro inflacionário tributado na forma do art. 28 da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989, a alíquota a ser aplicada será de três por cento.

§ 2º A opção a que se refere este artigo será irrevogável e manifestada mediante o pagamento do imposto, em quota única, na data da opção.

Art. 10. Do imposto apurado com base no lucro arbitrado ou no lucro presumido não será permitida qualquer dedução a título de incentivo fiscal.

~~Art. 11. A dedução relativa às contribuições para entidades de previdência privada, a que se refere a alínea "e" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, somada às contribuições para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, a que se refere a Lei nº 9.477, de 24 de julho de 1997, cujo ônus seja da pessoa física, fica limitada a doze por cento do total dos rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)~~

~~§ 1º Aos resgates efetuados pelos quotistas do Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, aplicam-se, também, as normas de incidência do imposto de renda de que trata o art. 33 da Lei nº 9.250, de 1995.~~

~~§ 2º Na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, o valor das despesas com contribuições para a previdência privada, a que se refere o inciso V do art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995, e para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, a que se refere a Lei nº 9.477, de 1997, cujo ônus seja da pessoa jurídica, não poderá exceder, em cada período de apuração, a vinte por cento do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da~~

~~empresa, vinculados ao referido plano.~~
~~§ 3º O somatório das contribuições que exceder o valor a que se refere o parágrafo anterior deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.~~
~~§ 4º O disposto neste artigo não elide a observância das normas do art. 7º da Lei nº 9.477, de 1997.~~

Art. 11. As deduções relativas às contribuições para entidades de previdência privada, a que se refere a alínea e do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e às contribuições para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi, a que se refere a Lei nº 9.477, de 24 de julho de 1997, cujo ônus seja da própria pessoa física, ficam condicionadas ao recolhimento, também, de contribuições para o regime geral de previdência social ou, quando for o caso, para regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observada a contribuição mínima, e limitadas a 12% (doze por cento) do total dos rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 1º Aos resgates efetuados pelos quotistas de Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi aplicam-se, também, as normas de incidência do imposto de renda de que trata o art. 33 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 2º Na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, o valor das despesas com contribuições para a previdência privada, a que se refere o inciso V do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual - Fapi, a que se refere a Lei nº 9.477, de 24 de julho de 1997, cujo ônus seja da pessoa jurídica, não poderá exceder, em cada período de apuração, a 20% (vinte por cento) do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, vinculados ao referido plano. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 3º O somatório das contribuições que exceder o valor a que se refere o § 2º deste artigo deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 4º O disposto neste artigo não elide a observância das normas do art. 7º da Lei nº 9.477, de 24 de julho de 1997. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

§ 5º Excetuam-se da condição de que trata o caput deste artigo os beneficiários de aposentadoria ou pensão concedidas por regime próprio de previdência ou pelo regime geral de previdência social. (Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos. (Vide artigos 1º e 2º da Mpv 2.189-49, de 2001) (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados; (Vide Lei nº 10.637, de 2002)

b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;

g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

~~§ 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado integralmente ao incremento de seu ativo imobilizado.~~

§ 3º Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. (Redação dada pela Lei nº 9.718, de 1998)

Art. 13. Sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei, a Secretaria da Receita Federal suspenderá o gozo da imunidade a que se refere o artigo anterior, relativamente aos anos-calendários em que a pessoa jurídica houver praticado ou, por qualquer forma, houver contribuído para a prática de ato que constitua infração a dispositivo da legislação tributária, especialmente no caso de informar ou declarar falsamente, omitir ou simular o recebimento de doações em bens ou em dinheiro, ou de qualquer forma cooperar para que terceiro sonegue tributos ou pratique ilícitos fiscais.

Parágrafo único. Considera-se, também, infração a dispositivo da legislação tributária o pagamento, pela instituição imune, em favor de seus associados ou dirigentes, ou, ainda, em favor de sócios, acionistas ou dirigentes de pessoa jurídica a ela associada por qualquer forma, de despesas consideradas indedutíveis na determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda ou da contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 14. À suspensão do gozo da imunidade aplica-se o disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996.

Art. 15. Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à

disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 1º A isenção a que se refere este artigo aplica-se, exclusivamente, em relação ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido, observado o disposto no parágrafo subsequente.

§ 2º Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

§ 3º Às instituições isentas aplicam-se as disposições do art. 12, § 2º, alíneas "a" a "e" e § 3º e dos arts. 13 e 14.

~~§ 4º O disposto na alínea "g" do § 2º do art. 12 se aplica, também, às instituições a que se refere este artigo. (Revogado pela Lei nº 9.718, de 1998)~~

Art. 16. Aplicam-se à entrega de bens e direitos para a formação do patrimônio das instituições isentas as disposições do art. 23 da Lei nº 9.249, de 1995.

Parágrafo único. A transferência de bens e direitos do patrimônio das entidades isentas para o patrimônio de outra pessoa jurídica, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, deverá ser efetuada pelo valor de sua aquisição ou pelo valor atribuído, no caso de doação.

Art. 17. Sujeita-se à incidência do imposto de renda à alíquota de quinze por cento a diferença entre o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, por pessoa física, a título de devolução de patrimônio, e o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos que houver entregue para a formação do referido patrimônio.

§ 1º Aos valores entregues até o final do ano de 1995 aplicam-se as normas do inciso I do art. 17 da Lei nº 9.249, de 1995.

§ 2º O imposto de que trata este artigo será:

- a) considerado tributação exclusiva;
- b) pago pelo beneficiário até o último dia útil do mês subsequente ao recebimento dos valores.

§ 3º Quando a destinatária dos valores em dinheiro ou dos bens e direitos devolvidos for pessoa jurídica, a diferença a que se refere o *caput* será computada na determinação do lucro real ou adicionada ao lucro presumido ou arbitrado, conforme seja a forma de tributação a que estiver sujeita.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, para a determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido a pessoa jurídica deverá computar:

- a) a diferença a que se refere o *caput*, se sujeita ao pagamento do imposto de renda com base no lucro real;
- b) o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos recebidos, se tributada com base no lucro presumido ou arbitrado.

Art. 18. Fica revogada a isenção concedida em virtude do art. 30 da Lei nº 4.506, de 1964, e alterações posteriores, às entidades que se dediquem às seguintes atividades:

- I - educacionais;
- II - de assistência à saúde;
- III - de administração de planos de saúde;
- IV - de prática desportiva, de caráter profissional;
- V - de administração do desporto.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não elide a fruição, conforme o caso, de imunidade ou isenção por entidade que se enquadrar nas condições do art. 12 ou do art. 15.

~~Art. 19. A isenção do imposto de renda a que se refere o art. 16 da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, somente se aplica ao fundo de investimento imobiliário que, além das previstas na referida Lei, atendam, cumulativamente, às seguintes condições: (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~I - seja composto por, no mínimo, vinte e cinco quotistas; (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~II - nenhum de seus quotistas tenha participação que represente mais de cinco por cento do valor do patrimônio do fundo; (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~III - não aplique seus recursos em empreendimento imobiliário de que participe, como proprietário, incorporador, construtor ou sócio, qualquer de seus quotistas, a instituição que o administre ou pessoa ligada a quotista ou à administradora. (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~§ 1º Para efeito do disposto no inciso III, considera-se pessoa ligada: (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~a) à quotista, pessoa física, a empresa sob seu controle ou qualquer de seus parentes até o segundo grau; (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~b) à quotista, pessoa jurídica, e à administradora do fundo; (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~1. a pessoa física que seja sua controladora, conforme definido no § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e os parentes desta até o segundo grau; (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~2. a pessoa jurídica que seja sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido nos §§ 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 1976. (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~§ 2º O fundo de investimento imobiliário que não se enquadrar nas condições a que se refere este artigo fica equiparado a pessoa jurídica, para efeito da incidência dos tributos e contribuições de competência da União. (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, é responsável pelo cumprimento das obrigações tributárias do fundo a entidade que o administrar. (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~§ 4º Os fundos de investimento imobiliário existentes na data da publicação desta Lei deverão se enquadrar, até 31 de dezembro de 1998, nas condições a que se refere este artigo. (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~§ 5º Às entidades que não observarem o prazo referido no parágrafo anterior aplica-se o disposto no § 2º. (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

~~§ 6º O limite a que se refere o inciso II não se aplica no caso em que o quotista seja seguradora ou entidade de previdência privada fechada ou aberta. (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

Art. 20. O *caput* do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos auferidos no País, por residentes ou domiciliados no exterior, fica reduzida para zero, nas seguintes hipóteses:".

~~Art. 21. Relativamente aos fatos geradores ocorridos durante os anos-calendários de 1998 e 1999, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), constante das tabelas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 1995, e as correspondentes parcelas a deduzir, passam a ser, respectivamente, de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento), R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) e R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais).~~

~~Parágrafo único. Ficam restabelecidas, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2000, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) e as respectivas parcelas a deduzir de R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais) e R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais) de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 1995.~~

~~Art. 21. Relativamente aos fatos geradores ocorridos durante os anos-calendário de 1998 a 2002, a alíquota de vinte e cinco por cento, constante das tabelas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e as correspondentes parcelas a deduzir, passam a ser, respectivamente, de vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento, trezentos e sessenta reais e quatro mil, trezentos e vinte reais. (Redação dada pela Lei nº 9.887, de 1999)~~

~~Parágrafo único. São restabelecidas, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2003, a alíquota de vinte e cinco por cento e as respectivas parcelas a deduzir de trezentos e quinze reais e três mil, setecentos e oitenta reais de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. (Redação dada pela Lei nº 9.887, de 1999)~~

Art. 21. Relativamente aos fatos geradores ocorridos durante os anos-calendário de 1998 a 2003, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), constante das tabelas de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e as correspondentes parcelas a deduzir, passam a ser, respectivamente, a alíquota, de 27,5% (vinte e sete inteiros e cinco décimos por cento), e as parcelas a deduzir, até 31 de dezembro de 2001, de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) e R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais), e a partir de 1º de janeiro de 2002, aquelas determinadas pelo art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, a saber, de R\$ 423,08 (quatrocentos e vinte e três reais e oito centavos) e R\$ 5.076,90 (cinco mil e setenta e seis reais e noventa centavos). (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

Parágrafo único. São restabelecidas, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2004, a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) e as respectivas parcelas a deduzir de R\$ 370,20 (trezentos e setenta reais e vinte centavos) e de R\$ 4.442,40 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), de que tratam os arts. 3º e 11 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, modificados em coerência com o art. 1º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002) (Revogado pela Lei nº 10.828, de 2003)

Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.

Art. 23. Na transferência de direito de propriedade por sucessão, nos casos de herança, legado ou por doação em adiantamento da legítima, os bens e direitos poderão ser avaliados a valor de mercado ou pelo valor constante da declaração de bens do *de cuius* ou do doador.

§ 1º Se a transferência for efetuada a valor de mercado, a diferença a maior entre esse e o valor pelo qual constavam da declaração de bens do *de cuius* ou do doador sujeitar-se-á à incidência de imposto de renda à alíquota de quinze por cento.

~~§ 2º O imposto a que se refere o parágrafo anterior deverá ser pago pelo inventariante, no caso de espólio, ou pelo doador, no caso de doação, na data da homologação da partilha ou do recebimento da doação.~~

§ 2º O imposto a que se referem os §§ 1º e 5º deverá ser pago: (Redação dada pela Lei nº 9.779, de 1999)

I - pelo inventariante, até a data prevista para entrega da declaração final de espólio, nas transmissões **mortis causa**, observado o disposto no art. 7º, § 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; (Incluído pela Lei nº 9.779, de 1999)

II - pelo doador, até o último dia útil do mês-calendário subsequente ao da doação, no caso de doação em adiantamento da legítima; (Incluído pela Lei nº 9.779, de 1999)

III - pelo ex-cônjuge a quem for atribuído o bem ou direito, até o último dia útil do mês subsequente à data da sentença homologatória do formal de partilha, no caso de dissolução da sociedade conjugal ou da unidade familiar. (Incluído pela Lei nº 9.779, de 1999)

§ 3º O herdeiro, o legatário ou o donatário deverá incluir os bens ou direitos, na sua declaração de bens correspondente à declaração de rendimentos do ano-calendário da homologação da partilha ou do recebimento da doação, pelo valor pelo qual houver sido efetuada a transferência.

§ 4º Para efeito de apuração de ganho de capital relativo aos bens e direitos de que trata este artigo, será considerado como custo de aquisição o valor pelo qual houverem sido transferidos.

§ 5º As disposições deste artigo aplicam-se, também, aos bens ou direitos atribuídos a cada cônjuge, na hipótese de dissolução da sociedade conjugal ou da unidade familiar.

Art. 24. Na declaração de bens correspondente à declaração de rendimentos das pessoas físicas, relativa ao ano-calendário de 1997, a ser apresentada em 1998, os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1995 deverão ser informados pelos valores apurados com observância do disposto no art. 17 da Lei nº 9.249, de 1995.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal expedirá as normas necessárias à aplicação do disposto neste artigo.

Art. 25. O § 2º do art. 7º da Lei nº 9.250, de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º O Ministro da Fazenda poderá estabelecer limites e condições para dispensar pessoas físicas da obrigação de apresentar declaração de rendimentos."

Art 26. Os §§ 3º e 4º do art. 56 da Lei nº 8.981, de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º A declaração de rendimentos das pessoas jurídicas deverá ser apresentada em meio magnético, ressalvado o disposto no parágrafo subsequente.

§ 4º O Ministro da Fazenda poderá permitir que as empresas de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, optantes pelo SIMPLES, apresentem suas declarações por meio de formulários."

Art. 27. A multa a que se refere o inciso I do art. 88 da Lei nº 8.981, de 1995, é limitada a vinte por cento do imposto de renda devido, respeitado o valor mínimo de que trata o § 1º do referido art. 88, convertido em reais de acordo com o disposto no art. 30 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Parágrafo único. A multa a que se refere o art. 88 da Lei nº 8.981, de 1995, será: (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)

a) deduzida do imposto a ser restituído ao contribuinte, se este tiver direito à restituição; (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)

b) exigida por meio de lançamento efetuado pela Secretaria da Receita Federal, notificado ao contribuinte. (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)

Art. 28. A partir de 1º de janeiro de 1998, a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica imune ou isenta, nas aplicações em fundos de investimento, constituídos sob qualquer forma, ocorrerá:

I - diariamente, sobre os rendimentos produzidos pelos títulos, aplicações financeiras e valores mobiliários de renda fixa integrantes das carteiras dos fundos; (Vide Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

II - por ocasião do resgate das quotas, em relação à parcela dos valores mobiliários de renda variável integrante das carteiras dos fundos. (Vide Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

§ 1º Na hipótese de que trata o inciso II, a base de cálculo do imposto será constituída pelo ganho apurado pela soma algébrica dos resultados apropriados diariamente ao quotista.

§ 2º Para efeitos do disposto neste artigo o administrador do fundo de investimento deverá apropriar, diariamente, para cada quotista:

a) os rendimentos de que trata o inciso I, deduzido o imposto de renda;

b) os resultados positivos ou negativos decorrentes da avaliação dos ativos previstos no inciso II.

§ 3º As aplicações, os resgates e a apropriação dos valores de que trata o parágrafo anterior serão feitos conforme a proporção dos ativos de renda fixa e de renda variável no total da carteira do fundo de investimento.

§ 4º As perdas apuradas no resgate de quotas poderão ser compensadas com ganhos auferidos em resgates posteriores, no mesmo fundo de investimento, de acordo com sistemática a ser definida pela Secretaria da Receita Federal.

§ 5º Os fundos de investimento cujas carteiras sejam constituídas, no mínimo, por 95% de ativos de renda fixa, ao calcular o imposto pela apropriação diária de que trata o inciso I, poderão computar, na base de cálculo, os rendimentos e ganhos totais do patrimônio do fundo. (Vide Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

§ 6º Os fundos de investimento cujas carteiras sejam constituídas, no mínimo, por 80% de ações negociadas no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade assemelhada, poderão calcular o imposto

no resgate de quotas, abrangendo os rendimentos e ganhos totais do patrimônio do fundo. (Vide artigos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

§ 7º A base de cálculo do imposto de que trata o parágrafo anterior será constituída pela diferença positiva entre o valor de resgate e o valor de aquisição da quota.

§ 8º A Secretaria da Receita Federal definirá os requisitos e condições para que os fundos de que trata o § 6º atendam ao limite ali estabelecido.

§ 9º O imposto de que trata este artigo incidirá à alíquota de vinte por cento, vedada a dedução de quaisquer custos ou despesas incorridos na administração do fundo.

§ 10. Ficam isentos do imposto de renda:

a) os rendimentos e ganhos líquidos auferidos na alienação, liquidação, resgate, cessão ou repactuação dos títulos, aplicações financeiras e valores mobiliários integrantes das carteiras dos fundos de investimento;

b) os juros de que trata o art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995, recebidos pelos fundos de investimento.

§ 11. Fica dispensada a retenção do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pelos quotistas dos fundos de investimento:

a) cujos recursos sejam aplicados na aquisição de quotas de outros fundos de investimento.

b) constituídos, exclusivamente, pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 77, inciso I, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§ 12. Os fundos de investimento de que trata a alínea "a" do parágrafo anterior serão tributados:

a) como qualquer quotista, quanto a aplicações em quotas de outros fundos de investimento;

b) como os demais fundos, quanto a aplicações em outros ativos.

§ 13. O disposto neste artigo aplica-se, também, à parcela dos ativos de renda fixa dos fundos de investimento imobiliário tributados nos termos da Lei nº 8.668, de 1993, e dos demais fundos de investimentos que não tenham resgate de quotas.

Art. 29. Para fins de incidência do imposto de renda na fonte, consideram-se pagos ou creditados aos quotistas dos fundos de investimento, na data em que se completar o primeiro período de carência em 1998, os rendimentos correspondentes à diferença positiva entre o valor da quota em 31 de dezembro de 1997 e o respectivo custo de aquisição.

§ 1º Na hipótese de resgate anterior ao vencimento do período de carência, a apuração dos rendimentos terá por base o valor da quota na data do último vencimento da carência, ocorrido em 1997.

§ 2º No caso de fundos sem prazo de carência para resgate de quotas, com rendimento integral, consideram-se pagos ou creditados os rendimentos no dia 2 de janeiro de 1998.

§ 3º Os rendimentos de que trata este artigo serão tributados pelo imposto de renda na fonte, à alíquota de quinze por cento, na data da ocorrência do fato gerador.

Art. 30. O imposto de que trata o § 3º do artigo anterior, retido pela instituição administradora do fundo, na data da ocorrência do fato gerador, será recolhido em quota única, até o terceiro dia útil da semana subsequente.

Art. 31. Excluem-se do disposto no art. 29, os rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 1997 pelos quotistas dos fundos de investimento de renda variável, que serão tributados no resgate de quotas. (Vide artigos 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se de renda variável os fundos de investimento que, nos meses de novembro e dezembro de 1997, tenham mantido, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) de patrimônio aplicado em ações negociadas no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade assemelhada.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos rendimentos auferidos pelos quotistas de fundo de investimento que, nos meses de novembro e dezembro de 1997, tenham mantido, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seus recursos aplicados em quotas dos fundos de que trata o parágrafo anterior.

Art. 32. O imposto de que tratam os arts. 28 a 31 será retido pelo administrador do fundo de investimento na data da ocorrência do fato gerador e recolhido até o terceiro dia útil da semana subsequente.

Art. 33. Os clubes de investimento, as carteiras administradas e qualquer outra forma de investimento associativo ou coletivo, sujeitam-se às mesmas normas do imposto de renda aplicáveis aos fundos de investimento.

~~Art. 34. O disposto nos arts. 28 a 31 não se aplica aos fundos de investimento de que trata o art. 81 da Lei nº 8.981, de 1995, que continuam sujeitos às normas de tributação previstas na legislação vigente.~~

Art. 34. Fica instituída a Ordem do Mérito Cultural, cujo estatuto será aprovado por Decreto do Poder Executivo, sendo que as distinções serão concedidas pelo Presidente da República, em ato solene, a pessoas que, por sua atuação profissional ou como incentivadoras das artes e da cultura, mereçam reconhecimento. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

Art. 35. Relativamente aos rendimentos produzidos, a partir de 1º de janeiro de 1998, por aplicação financeira de renda fixa, auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica imune ou isenta, a alíquota do imposto de renda será de vinte por cento.

Art. 36. Os rendimentos decorrentes das operações de *swap*, de que trata o art. 74 da Lei nº 8.981, de 1995, passam a ser tributados à mesma alíquota incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa.

Parágrafo único. Quando a operação de *swap* tiver por objeto taxa baseada na remuneração dos depósitos de poupança, esta remuneração será adicionada à base de cálculo do imposto de que trata este artigo.

Art. 37. Os dispositivos abaixo enumerados, da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o inciso II do art. 4º:

"II - as filiais e demais estabelecimentos que exercerem o comércio de produtos importados, industrializados ou mandados industrializar por outro estabelecimento do mesmo contribuinte;"

II - o § 1º do art. 9º:

"§ 1º Se a imunidade, a isenção ou a suspensão for condicionada à destinação do produto, e a este for dado destino diverso, ficará o responsável pelo fato sujeito ao pagamento do imposto e da penalidade cabível, como se a imunidade, a isenção ou a suspensão não existissem."

III - o inciso II do art. 15:

"II - a 90% (noventa por cento) do preço de venda aos consumidores, não inferior ao previsto no inciso anterior, quando o produto for remetido a outro estabelecimento da mesma empresa, desde que o destinatário opere exclusivamente na venda a varejo;"

IV - o § 2º do art. 46:

"§ 2º A falta de rotulagem ou marcação do produto ou de aplicação do selo especial, ou o uso de selo impróprio ou aplicado em desacordo com as normas regulamentares, importará em considerar o produto respectivo como não identificado com o descrito nos documentos fiscais;"

V - o § 2º do art. 62:

"§ 2º No caso de falta do documento fiscal que comprove a procedência do produto e identifique o remetente pelo nome e endereço, ou de produto que não se encontre selado, rotulado ou marcado quando exigido o selo de controle, a rotulagem ou a marcação, não poderá o destinatário recebê-lo, sob pena de ficar responsável pelo pagamento do imposto, se exigível, e sujeito às sanções cabíveis."

Art. 38. Fica acrescentada ao inciso I do art. 5º da Lei nº 4.502, de 1964, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 1.133, de 16 de novembro de 1970, a alínea "e", com a seguinte redação:

"e) objeto de operação de venda, que for consumido ou utilizado dentro do estabelecimento industrial."

Art. 39. Poderão sair do estabelecimento industrial, com suspensão do IPI, os produtos destinados à exportação, quando:

I - adquiridos por empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação;

II - remetidos a recintos alfandegados ou a outros locais onde se processe o despacho aduaneiro de exportação.

§ 1º Fica assegurada a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem utilizados na industrialização dos produtos a que se refere este artigo.

§ 2º Consideram-se adquiridos com o fim específico de exportação os produtos remetidos diretamente do estabelecimento industrial para embarque de exportação ou para recintos alfandegados, por conta e ordem da empresa comercial exportadora.

§ 3º A empresa comercial exportadora fica obrigada ao pagamento do IPI que deixou de ser pago na saída dos produtos do estabelecimento industrial, nas seguintes hipóteses:

a) transcorridos 180 dias da data da emissão da nota fiscal de venda pelo estabelecimento industrial, não houver sido efetivada a exportação;

b) os produtos forem revendidos no mercado interno;

c) ocorrer a destruição, o furto ou roubo dos produtos.

§ 4º Para efeito do parágrafo anterior, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o IPI na data da emissão da nota fiscal pelo estabelecimento industrial.

§ 5º O valor a ser pago nas hipóteses do § 3º ficará sujeito à incidência:

a) de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da emissão da nota fiscal, referida no § 4º, até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento;

b) da multa a que se refere o art. 61 da Lei nº 9.430, de 1996, calculada a partir do dia subsequente ao da emissão da referida nota fiscal.

§ 6º O imposto de que trata este artigo, não recolhido espontaneamente, será exigido em procedimento de ofício, pela Secretaria da Receita Federal, com os acréscimos aplicáveis na espécie.

Art. 40. Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o IPI, no início do consumo ou da utilização do papel destinado a impressão de livros, jornais e periódicos a que se refere a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição, em finalidade diferente destas ou na sua saída do fabricante, do importador ou de seus estabelecimentos distribuidores, para pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras.

Parágrafo único. Responde solidariamente pelo imposto e acréscimos legais a pessoa física ou jurídica que não seja empresa jornalística ou editora, em cuja posse for encontrado o papel a que se refere este artigo.

Art. 41. Aplica-se aos produtos do Capítulo 22 da TIPI o disposto no art. 18 do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977.

~~Art. 42. Os estabelecimentos produtores de açúcar de cana, localizados nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e em estados das regiões Norte e Nordeste, terão direito a crédito presumido, calculado com base em percentual, fixado pelo Poder Executivo em virtude do diferencial de custo da cana de açúcar entre as regiões produtoras do País, a ser aplicado sobre o valor do produto saído do estabelecimento e compensado com o IPI devido nas saídas de açúcar. (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~
~~Parágrafo único. A utilização de crédito presumido, calculado em desacordo com a legislação, configura redução indevida do IPI, sujeitando o infrator às penalidades previstas na legislação aplicável. (Revogado pela Lei nº 9.779, de 1999)~~

Art. 43. O inciso II do art. 4º da Lei nº 8.661, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - redução de cinquenta por cento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados, prevista na Tabela de Incidência do IPI - TIPI, incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem assim sobre os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico;"

Art. 44. A comercialização de cigarros no País observará o disposto em regulamento, especialmente quanto a embalagem, apresentação e outras formas de controle.

Art. 45. A importação de cigarros do código 2402.20.00 da TIPI será efetuada com observância do disposto nos arts. 46 a 54 desta Lei, sem prejuízo de outras exigências, inclusive quanto à comercialização do produto, previstas em legislação específica.

Art. 46. É vedada a importação de cigarros de marca que não seja comercializada no país de origem.

Art. 47. O importador de cigarros deve constituir-se sob a forma de sociedade, sujeitando-se, também, à inscrição no Registro Especial instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 1977.

Art. 48. O importador deverá requerer à Secretaria da Receita Federal o fornecimento dos selos de controle de que trata o art. 46 da Lei nº 4.502, de 1964, devendo, no requerimento, prestar as seguintes informações:

I - nome e endereço do fabricante no exterior;

II - quantidade de vintenas, marca comercial e características físicas do produto a ser importado;

III - preço do fabricante no país de origem, excluídos os tributos incidentes sobre o produto, preço FOB da importação e preço de venda a varejo pelo qual será feita a comercialização do produto no Brasil.

§ 1º O preço FOB de importação não poderá ser inferior ao preço do fabricante no país de origem, excluídos os tributos incidentes sobre o produto, exceto na hipótese do parágrafo seguinte. (Vide Medida Provisória nº 66, de 29.8.2002)

§ 2º Será admitido preço FOB de importação proporcionalmente inferior quando o importador apresentar prova de que assumiu custos ou encargos, no Brasil, originalmente atribuíveis ao fabricante. (Vide Medida Provisória nº 66, de 29.8.2002)

Art. 49. A Secretaria da Receita Federal, com base nos dados do Registro Especial, nas informações prestadas pelo importador e nas normas de enquadramento em classes de valor aplicáveis aos produtos de fabricação nacional, deverá:

I - se aceito o requerimento, divulgar, por meio do Diário Oficial da União, a identificação do importador, a marca comercial e características do produto, o preço de venda a varejo, a quantidade autorizada de vintenas e o valor unitário e cor dos respectivos selos de controle;

II - se não aceito o requerimento, comunicar o fato ao requerente, fundamentando as razões da não aceitação.

§ 1º O preço de venda no varejo de cigarro importado de marca que também seja produzida no País não poderá ser inferior àquele praticado pelo fabricante nacional.

§ 2º Divulgada a aceitação do requerimento, o importador terá o prazo de quinze dias para efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na Receita Federal.

§ 3º O importador deverá providenciar a impressão, nos selos de controle, de seu número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC - MF e do preço de venda a varejo dos cigarros.

§ 4º Os selos de controle serão remetidos pelo importador ao fabricante no exterior, devendo ser aplicado em cada maço, carteira, ou outro recipiente, que contenha vinte unidades do produto, na mesma forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal para os produtos de fabricação nacional.

§ 5º Ocorrendo o descumprimento do prazo a que se refere o § 2º, fica sem efeito a autorização para a importação.

§ 6º O importador terá o prazo de noventa dias a partir da data de fornecimento do selo de controle para efetuar o registro da declaração da importação.

Art. 50. No desembaraço aduaneiro de cigarros importados do exterior deverão ser observados:

I - se as vintenas importadas correspondem à marca comercial divulgada e se estão devidamente seladas, com a marcação no selo de controle do número de inscrição do importador no CGC e do preço de venda a varejo;

II - se a quantidade de vintenas importada corresponde à quantidade autorizada;

III - se na embalagem dos produtos constam, em língua portuguesa, todas as informações exigidas para os produtos de fabricação nacional.

Parágrafo único. A inobservância de qualquer das condições previstas no inciso I sujeitará o infrator à pena de perdimento.

Art. 51. Sujeita-se às penalidades previstas na legislação, aplicáveis às hipóteses de uso indevido de selos de controle, o importador que descumprir o prazo estabelecido no § 6º do art. 49.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo serão calculadas sobre a quantidade de selos adquiridos que não houver sido utilizada na importação, se ocorrer importação parcial.

~~Art. 52. O valor tributável para o cálculo do IPI devido no desembaraço aduaneiro dos cigarros do código 2402.20.00 da TIPI será apurado da mesma forma que para o produto nacional, tomando-se por base o preço de venda no varejo divulgado pela SRF na forma do inciso I do art. 49.~~

Art. 52. O valor do IPI devido no desembaraço aduaneiro dos cigarros do código 2402.20.00 da Tipi será apurado da mesma forma que para o produto nacional, tomando-se por base a classe de enquadramento divulgada pela Secretaria da Receita Federal. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)

Parágrafo único. Os produtos de que trata este artigo estão sujeitos ao imposto apenas por ocasião do desembaraço aduaneiro.

Art. 53. O importador de cigarros sujeita-se, na condição de contribuinte e de contribuinte substituto dos comerciantes varejistas, ao pagamento das contribuições para o PIS/PASEP e para o financiamento da Seguridade Social - COFINS, calculadas segundo as mesmas normas aplicáveis aos fabricantes de cigarros nacionais.

Art. 54. O pagamento das contribuições a que se refere o artigo anterior deverá ser efetuado na data do registro da Declaração de Importação no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX.

Art. 55. Ficam reduzidos à metade os percentuais relacionados nos incisos I, II, III e V do art. 1º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, e nos incisos I, II e III do art. 1º da Lei nº 9.449, de 14 de março de 1997.

Art. 56. O inciso IV do art. 1º da Lei nº 9.440, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - redução de cinquenta por cento do imposto sobre produtos industrializados incidente na aquisição de máquinas, equipamentos, inclusive de testes, ferramental, moldes e modelos para moldes, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, novos, importados ou de fabricação nacional, bem como os respectivos acessórios, sobressalentes e peças de reposição;"

Art. 57. A apresentação de declaração de bagagem falsa ou inexata sujeita o viajante a multa correspondente a cinquenta por cento do valor excedente ao limite de isenção, sem prejuízo do imposto devido.

Art. 58. A pessoa física ou jurídica que alienar, à empresa que exercer as atividades relacionadas na alínea "d" do inciso III do § 1º do art. 15 da Lei nº 9.249, de 1995 (factoring), direitos creditórios resultantes de vendas a prazo, sujeita-se à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários - IOF às mesmas alíquotas aplicáveis às operações de financiamento e empréstimo praticadas pelas instituições financeiras.

§ 1º O responsável pela cobrança e recolhimento do IOF de que trata este artigo é a empresa de *factoring* adquirente do direito creditório.

§ 2º O imposto cobrado na hipótese deste artigo deverá ser recolhido até o terceiro dia útil da semana subsequente à da ocorrência do fato gerador.

Art. 59. A redução do IOF de que trata o inciso V do art. 4º da Lei nº 8.661, de 1993, passará a ser de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 60. O valor dos lucros distribuídos disfarçadamente, de que tratam os arts. 60 a 62 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, com as alterações do art. 20 do Decreto-Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983, serão, também, adicionados ao lucro líquido para efeito de determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 61. As empresas que exercem a atividade de venda ou revenda de bens a varejo e as empresas prestadoras de serviços estão obrigadas ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF.

§ 1º Para efeito de comprovação de custos e despesas operacionais, no âmbito da legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, os documentos emitidos pelo ECF devem conter, em relação à pessoa física ou jurídica compradora, no mínimo:

a) a sua identificação, mediante a indicação do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, se pessoa física, ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC, se pessoa jurídica, ambos do Ministério da Fazenda;

b) a descrição dos bens ou serviços objeto da operação, ainda que resumida ou por códigos;

c) a data e o valor da operação.

§ 2º Qualquer outro meio de emissão de nota fiscal, inclusive o manual, somente poderá ser utilizado com autorização específica da unidade da Secretaria de Estado da Fazenda, com jurisdição sobre o domicílio fiscal da empresa interessada.

Art. 62. A utilização, no recinto de atendimento ao público, de equipamento que possibilite o registro ou o processamento de dados relativos a operações com mercadorias ou com a prestação de serviços somente será admitida quando estiver autorizada, pela unidade da Secretaria de Estado da Fazenda, com jurisdição sobre o domicílio fiscal da empresa, a integrar o ECF.

~~Parágrafo único. O equipamento em uso, sem a autorização a que se refere o caput ou que não satisfaça os requisitos desta, poderá ser apreendido pela Secretaria da Receita Federal ou pela Secretaria de Fazenda da Unidade Federada e utilizado como prova de qualquer infração à legislação tributária, decorrente de seu uso.~~

§ 1º O equipamento em uso, sem a autorização a que se refere o **caput** ou que não satisfaça os requisitos deste artigo, poderá ser apreendido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Secretaria de Fazenda da Unidade Federada e utilizado como prova de qualquer infração à legislação tributária, decorrente de seu uso. (Renumerado do parágrafo único pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 2º Constatada a ausência do ECF ou equivalente por estabelecimento obrigado ao seu uso, ou a inobservância das normas sobre o seu funcionamento, a empresa será intimada a regularizar a situação no prazo de vinte dias, sem prejuízo da aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 3º O não-atendimento ao disposto no § 2º sujeitará o estabelecimento à suspensão das atividades até ulterior regularização. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

Art. 63. O disposto nos arts. 61 e 62 observará convênio a ser celebrado entre a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e as Unidades Federadas, representadas no Conselho de Política Fazendária - CONFAZ pelas respectivas Secretarias de Fazenda.

Art. 64. A autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo sempre que o valor dos créditos tributários de sua responsabilidade for superior a trinta por cento do seu patrimônio conhecido.

~~§ 1º Se o crédito tributário for formalizado contra pessoa física, no arrolamento devem ser identificados, inclusive, os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com a cláusula de incomunicabilidade.~~

§ 1º No arrolamento, devem ser identificados também os bens e direitos: (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

I - em nome do cônjuge, desde que não comunicáveis na forma da lei, se o crédito tributário for formalizado contra pessoa física; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

II - em nome dos responsáveis tributários de que trata o art. 135 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 2º Na falta de outros elementos indicativos, considera-se patrimônio conhecido, o valor constante da última declaração de rendimentos apresentada.

§ 3º A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário dos bens e direitos arrolados, ao transferi-los, aliená-los ou onerá-los, deve comunicar o fato à unidade do órgão fazendário que jurisdiciona o domicílio tributário do sujeito passivo.

§ 4º A alienação, oneração ou transferência, a qualquer título, dos bens e direitos arrolados, sem o cumprimento da formalidade prevista no parágrafo anterior, autoriza o requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo.

§ 5º O termo de arrolamento de que trata este artigo será registrado independentemente de pagamento de custas ou emolumentos:

I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;

II - nos órgãos ou entidades, onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados;

III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.

§ 6º As certidões de regularidade fiscal expedidas deverão conter informações quanto à existência de arrolamento.

§ 7º O disposto neste artigo só se aplica a soma de créditos de valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 8º Liquidado, antes do seu encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, a autoridade competente da Secretaria da Receita Federal comunicará o fato ao registro imobiliário, cartório, órgão ou entidade competente de registro e controle, em que o termo de arrolamento tenha sido registrado, nos termos do § 5º, para que sejam anulados os efeitos do arrolamento.

§ 9º Liquidado ou garantido, nos termos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, após seu encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, a comunicação de que trata o parágrafo anterior será feita pela autoridade competente da Procuradoria da Fazenda Nacional.

§ 10. Fica o Poder Executivo autorizado a aumentar ou restabelecer o limite de que trata o § 7º. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

Art. 64-A. O arrolamento de que trata o art. 64 recairá sobre bens e direitos suscetíveis de registro público, com prioridade aos imóveis, e em valor suficiente para cobrir o montante do crédito tributário de responsabilidade do sujeito passivo. .(Incluído pela Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

Parágrafo único. O arrolamento somente poderá alcançar outros bens e direitos para fins de complementar o valor referido no **caput**. .(Incluído pela Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

Art. 65. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias.

Parágrafo único. O requerimento da medida cautelar, na hipótese dos incisos V, alínea "b", e VII, do art. 2º, independe da prévia constituição do crédito tributário."

"Art. 2º A medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor:

.....
III - caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens;

IV - contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio;

V - notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal:

a) deixa de pagá-lo no prazo legal, salvo se suspensa sua exigibilidade;

b) põe ou tenta por seus bens em nome de terceiros;

VI - possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem trinta por cento do seu patrimônio conhecido;

VII - aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei;

VIII - tem sua inscrição no cadastro de contribuintes declarada inapta, pelo órgão fazendário;

IX - pratica outros atos que dificultem ou impeçam a satisfação do crédito."

Art. 66. O órgão competente do Ministério da Fazenda poderá intervir em instrumento ou negócio jurídico que depender de prova de inexistência de débito, para autorizar sua lavratura ou realização, desde que o débito seja pago por ocasião da lavratura do instrumento ou realização do negócio, ou seja oferecida garantia real suficiente, na forma estabelecida em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 67. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que, por delegação do Decreto-Lei nº 822, de 5 de setembro de 1969, regula o processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16.....

.....

§ 4º A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que:

- a) fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;
- b) refira-se a fato ou a direito superveniente;
- c) destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

§ 5º A juntada de documentos após a impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de uma das condições previstas nas alíneas do parágrafo anterior.

§ 6º Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância."

"Art. 17. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante."

"Art. 23.

I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente do órgão preparador, na repartição ou fora dela, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;

II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo.

.....

§ 2º.....

II - no caso do inciso II do *caput* deste artigo, na data do recebimento ou, se omitida, quinze dias após a data da expedição da intimação;

III - quinze dias após a publicação ou afixação do edital, se este for o meio utilizado.

§ 3º Os meios de intimação previstos nos incisos I e II deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência.

§ 4º Considera-se domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo o do endereço postal, eletrônico ou de fax, por ele fornecido, para fins cadastrais, à Secretaria da Receita Federal."

"Art. 27. Os processos remetidos para apreciação da autoridade julgadora de primeira instância deverão ser qualificados e identificados, tendo prioridade no julgamento aqueles em que estiverem presentes as circunstâncias de crime contra a ordem tributária ou de elevado valor, este definido em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. Os processos serão julgados na ordem e nos prazos estabelecidos em ato do Secretário da Receita Federal, observada a prioridade de que trata o *caput* deste artigo."

"Art. 30.....

.....

§ 3º Atribuir-se-á eficácia aos laudos e pareceres técnicos sobre produtos, exarados em outros processos administrativos fiscais e trasladados mediante certidão de inteiro teor ou cópia fiel, nos seguintes casos:

- a) quando tratarem de produtos originários do mesmo fabricante, com igual denominação, marca e especificação;
- b) quando tratarem de máquinas, aparelhos, equipamentos, veículos e outros produtos complexos de fabricação em série, do mesmo fabricante, com iguais especificações, marca e modelo."

"Art. 34.....

I - exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa de valor total (lançamento principal e decorrentes) a ser fixado em ato do Ministro de Estado da Fazenda."

Art. 68. Os processos em que estiverem presentes as circunstâncias de que trata o art. 27 do Decreto nº 70.235, de 1972, terão prioridade de tratamento, na forma estabelecida em ato do Ministro de Estado da Fazenda, na cobrança administrativa, no encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, na efetivação da inscrição e no ajuizamento das respectivas execuções fiscais.

Art. 69. As sociedades cooperativas de consumo, que tenham por objeto a compra e fornecimento de bens aos consumidores, sujeitam-se às mesmas normas de incidência dos impostos e contribuições de competência da União, aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Art. 70. Os dispositivos abaixo enumerados, da Lei nº 9.430, de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o § 2º do art. 44:

"§ 2º As multas a que se referem os incisos I e II do *caput* passarão a ser de cento e doze inteiros e cinco décimos por cento e duzentos e vinte e cinco por cento, respectivamente, nos casos de não atendimento pelo sujeito passivo, no prazo marcado, de intimação para:

- a) prestar esclarecimentos;

b) apresentar os arquivos ou sistemas de que tratam os arts. 11 a 13 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, com as alterações introduzidas pelo art. 62 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991;

c) apresentar a documentação técnica de que trata o art. 38."

II - o art. 47:

"Art. 47. A pessoa física ou jurídica submetida a ação fiscal por parte da Secretaria da Receita Federal poderá pagar, até o vigésimo dia subsequente à data de recebimento do termo de início de fiscalização, os tributos e contribuições já declarados, de que for sujeito passivo como contribuinte ou responsável, com os acréscimos legais aplicáveis nos casos de procedimento espontâneo."

Art. 71. O disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510, de 27 de dezembro de 1976, aplica-se, também, nas hipóteses de aquisições de imóveis por pessoas jurídicas.

Art. 72. O § 1º do art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510, de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A comunicação deve ser efetuada em meio magnético aprovado pela Secretaria da Receita Federal."

Art. 73. O termo inicial para cálculo dos juros de que trata o § 4º do art. 39 da Lei nº 9.250, de 1995, é o mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido.

Art. 74. O art. 6º do Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6º....."

Parágrafo único. O FUNDAF destinar-se-á, também, a fornecer recursos para custear:

a) o funcionamento dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda, inclusive o pagamento de despesas com diárias e passagens referentes aos deslocamentos de Conselheiros e da gratificação de presença de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971;

b) projetos e atividades de interesse ou a cargo da Secretaria da Receita Federal, inclusive quando desenvolvidos por pessoa jurídica de direito público interno, organismo internacional ou administração fiscal estrangeira."

~~Art. 75. Compete à Secretaria da Receita Federal a administração, cobrança e fiscalização da contribuição para o Plano de Seguridade Social de servidor público civil ativo e inativo. (Revogado pela Lei nº 10.833, de 2003)~~

Art. 76. O disposto nos arts. 43, 55 e 56 não se aplica a projetos aprovados ou protocolizados no órgão competente para a sua apreciação, até 14 de novembro de 1997.

§ 1º O disposto no art. 55 não se aplica a projetos de empresas a que se refere o art. 1º, § 1º, alínea "h", da Lei nº 9.449, de 14 de março de 1997, cuja produção seja destinada totalmente à exportação até 31 de dezembro de 2002. (Incluído pela Lei nº 10.184, de 2001)

§ 2º A empresa que usar do benefício previsto no parágrafo anterior e deixar de exportar a totalidade de sua produção no prazo ali estabelecido estará sujeita à multa de setenta por cento aplicada sobre o valor FOB do total das importações realizadas nos termos dos incisos I e II do art. 1º da Lei nº 9.449, de 1997. (Incluído pela Lei nº 10.184, de 2001)

Art. 77. A aprovação de novos projetos, inclusive de expansão, beneficiados com qualquer dos incentivos fiscais a que se referem o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com as posteriores alterações, o Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, o Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975 e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, fica condicionada à vigência de:

I - lei complementar que institua contribuição social de intervenção no domínio econômico, incidente sobre produtos importados do exterior pelos respectivos estabelecimentos beneficiados; e

II - lei específica, que disponha sobre critérios de aprovação de novos projetos, visando aos seguintes objetivos:

a) estímulo à produção de bens que utilizem, predominantemente, matérias-primas produzidas na Amazônia Ocidental;

b) prioridade à produção de partes, peças, componentes e matérias-primas, necessários para aumentar a integração da cadeia produtiva dos bens finais fabricados na Zona Franca de Manaus;

c) maior integração com o parque produtivo instalado em outros pontos do território nacional;

d) capacidade de inserção internacional do parque produtivo;

e) maior geração de emprego por unidade de renúncia fiscal estimada;

f) elevação dos níveis mínimos de agregação dos produtos oriundos de estabelecimentos localizados na Zona Franca de Manaus ou da Amazônia Ocidental.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo deixará de produzir efeitos se o Poder Executivo não encaminhar ao Congresso Nacional, até 15 de março de 1998, os projetos de lei de que trata este artigo.

§ 2º Ficam extintos, a partir de 1º de janeiro de 2014, os benefícios fiscais a que se referem os dispositivos legais mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 78. As obras fonográficas sujeitar-se-ão a selos e sinais de controle, sem ônus para o consumidor, com o fim de identificar a legítima origem e reprimir a produção e importação ilegais e a comercialização de contrafações, sob qualquer pretexto, observado para esse efeito o disposto em regulamento.

Art. 79. Os ganhos de capital na alienação de participações acionárias de propriedade de sociedades criadas pelos Estados, Municípios ou Distrito Federal, com o propósito específico de contribuir para o saneamento das finanças dos respectivos controladores, no âmbito de Programas de Privatização, ficam isentos do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo fica condicionada à aplicação exclusiva do produto da alienação das participações acionárias no pagamento de dívidas dos Estados, Municípios ou Distrito Federal.

Art. 80. Aos atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.602, de 14 de novembro de 1997, e aos fatos jurídicos dela decorrentes, aplicam-se as disposições nela contidas.

Art. 81. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - nessa data, em relação aos arts. 9º, 37 a 42, 44 a 54, 64 a 68, 74 e 75;

II - a partir de 1º de janeiro de 1998, em relação aos demais dispositivos dela constantes.

Art. 82. Ficam revogados:

I - a partir da data de publicação desta Lei:

a) os seguintes dispositivos da Lei nº 4.502, de 1964:

1. o inciso IV acrescentado ao art. 4º pelo Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, art. 5º, alteração 1ª; (Vide Decreto-Lei nº 1.199, de 1971)

2. os incisos X, XIV e XX do art. 7º;

3. os incisos XI, XIII, XXI, XXII, XXV, XXVII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV e XXXV do art. 7º, com as alterações do Decreto-Lei nº 34, de 1966, art. 2º, alteração 3ª;

4. o parágrafo único do art. 15, acrescentado pelo art. 2º, alteração sexta, do Decreto-Lei nº 34, de 1966;

5. o § 3º do art. 83, acrescentado pelo art. 1º, alteração terceira, do Decreto-Lei nº 400, de 1968;

6. o § 2º do art. 84, renumerado pelo art. 2º, alteração vigésima-quarta, do Decreto-Lei nº 34, de 1966;

b) o art. 58 da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967;

c) o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.276, de 1º de junho de 1973;

d) o § 1º do art. 18 da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;

e) o art. 7º do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976;

f) o Decreto-Lei nº 1.568, de 2 de agosto de 1977;

g) os incisos IV e V do art. 4º, o art. 5º, o art. 10 e os incisos II, III, VI e VIII do art. 19, todos do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977;

h) o Decreto-Lei nº 1.622, de 18 de abril de 1978;

i) o art. 2º da Lei nº 8.393, de 30 de dezembro de 1991;

j) o inciso VII do art. 1º da Lei nº 8.402, de 1992;

l) o art. 4º da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992;

m) os arts. 3º e 4º da Lei nº 8.846, de 21 de janeiro de 1994;

n) o art. 39 da Lei nº 9.430, de 1996;

II - a partir de 1º de janeiro de 1998:

a) o art. 28 do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943;

b) o art. 30 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964;

c) o § 1º do art. 260, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

d) os §§ 1º a 4º do art. 40 da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993;

e) o art. 10 da Lei nº 9.477, de 1997;

f) o art. 3º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 (Vale-Transporte).

f) o art. 3º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, renumerado pelo art. 1º da Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

Brasília, 10 de dezembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 11.12.1997

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Mensagem de veto

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 1996 o imposto de renda das pessoas físicas será determinado segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta Lei. (Vide Lei nº 11.311, de 2006)

Art. 2º Os valores expressos em UFIR na legislação do imposto de renda das pessoas físicas ficam convertidos em Reais, tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996. (Vide Lei nº 11.311, de 2006)

CAPÍTULO II

DA INCIDÊNCIA MENSAL DO IMPOSTO

Art. 3º O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7º, 8º e 12, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva em Reais: (Vide Lei nº 11.311, de 2006)

BASE DE CÁLCULO EM R\$	ALÍQUOTA%	PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO EM R\$
até 900,00	-	-
acima de 900,00 até 1.800,00	15	135
acima de 1.800,00	25	315

Parágrafo único. O imposto de que trata este artigo será calculado sobre os rendimentos efetivamente recebidos em cada mês.

Art. 4º. Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda poderão ser deduzidas: (Vide Lei nº 11.311, de 2006)

I - a soma dos valores referidos no art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990;

~~II - as importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão ou acordo judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;~~

II - as importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

~~III - a quantia de R\$ 90,00 (noventa reais) por dependente; (Vide Medida Provisória nº 22, de 8.1.2002)~~

~~III - a quantia de R\$ 106,00 (cento e seis reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10.5.2002) (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)~~

~~III - a quantia de R\$ 117,00 (cento e dezessete reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)~~

~~III - a quantia de R\$ 126,36 (cento e vinte e seis reais e trinta e seis centavos) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006) (Vide Medida nº 340, de 2006)~~

- ~~a) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~
- ~~b) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~
- ~~c) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~
- ~~d) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

III - a quantia, por dependente, de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) R\$ 132,05 (cento e trinta e dois reais e cinco centavos), para o ano-calendário de 2007;
(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) R\$ 137,99 (cento e trinta e sete reais e noventa e nove centavos), para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) R\$ 144,20 (cento e quarenta e quatro reais e vinte centavos), para o ano-calendário de 2009;
(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

d) R\$ 150,69 (cento e cinquenta reais e sessenta e nove centavos), a partir do ano-calendário de 2010; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

IV - as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

~~VI - a quantia de R\$ 900,00 (novecentos reais), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade. (Vide Medida Provisória nº 22, de 8.1.2002)~~

~~VI - a quantia de R\$ 1.058,00 (um mil e cinquenta e oito reais), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10.5.2002) (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)~~

~~VI - a quantia de R\$ 1.164,00 (mil, cento e sessenta e quatro reais), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência complementar, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)~~

~~VI - a quantia de R\$ 1.257,12 (mil, duzentos e cinquenta e sete reais e doze centavos), correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência complementar, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

~~a) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

- ~~b) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~
- ~~c) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~
- ~~d) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

VI - a quantia, correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) R\$ 1.313,69 (mil, trezentos e treze reais e sessenta e nove centavos), por mês, para o ano-calendário de 2007; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) R\$ 1.372,81 (mil, trezentos e setenta e dois reais e oitenta e um centavos), por mês, para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) R\$ 1.434,59 (mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), por mês, para o ano-calendário de 2009; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

d) R\$ 1.499,15 (mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quinze centavos), por mês, a partir do ano-calendário de 2010. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Parágrafo único. A dedução permitida pelo inciso V aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa a rendimentos do trabalho com vínculo empregatício ou de administradores, assegurada, nos demais casos, a dedução dos valores pagos a esse título, por ocasião da apuração da base de cálculo do imposto devido no ano-calendário, conforme disposto na alínea e do inciso II do art. 8º desta Lei.

Art. 5º As pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil que recebam rendimentos de trabalho assalariado, em moeda estrangeira, de autarquias ou repartições do Governo brasileiro, situadas no exterior, estão sujeitas ao imposto de renda na fonte incidente sobre a base de cálculo de que trata o art. 4º, mediante utilização da tabela progressiva de que trata o art. 3º.

§ 1º Os rendimentos em moeda estrangeira serão convertidos em Reais, mediante utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para compra pelo Banco Central do Brasil para o último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do pagamento do rendimento.

§ 2º As deduções de que tratam os incisos II, IV e V do art. 4º serão convertidas em Reais, mediante utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para venda pelo Banco Central do Brasil para o último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do pagamento do rendimento.

§ 3º As pessoas físicas computarão, na determinação da base de cálculo de que trata o art. 4º e na declaração de rendimentos, 25% do total dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos nas condições referidas neste artigo.

Art. 6º Os rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior, sujeitos a tributação no Brasil, bem como o imposto pago no exterior, serão convertidos em Reais mediante utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para compra pelo Banco Central do Brasil para o último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do recebimento do rendimento.

CAPÍTULO III

DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

Art. 7º A pessoa física deverá apurar o saldo em Reais do imposto a pagar ou o valor a ser restituído, relativamente aos rendimentos percebidos no ano-calendário, e apresentar anualmente, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente, declaração de rendimentos em modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal.

§ 1º O prazo de que trata este artigo aplica-se inclusive à declaração de rendimentos relativa ao exercício de 1996, ano-calendário de 1995.

~~§ 2º Ficam dispensadas da apresentação de declaração:~~

§ 2º O Ministro da Fazenda poderá estabelecer limites e condições para dispensar pessoas físicas da obrigação de apresentar declaração de rendimentos. (Redação dada pela Lei nº 9.532, de 10.12.1997)

I - as pessoas físicas cujos rendimentos tributáveis, exceto os tributados exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva, sejam iguais ou inferiores a R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), desde que não enquadradas em outras condições de obrigatoriedade de sua apresentação;

II - outras pessoas físicas declaradas em ato do Ministro da Fazenda, cuja qualificação fiscal assegure a preservação dos controles fiscais pela administração tributária.

§ 3º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a prorrogar o prazo para a apresentação da declaração, dentro do exercício financeiro.

§ 4º Homologada a partilha ou feita a adjudicação dos bens, deverá ser apresentada pelo inventariante, dentro de trinta dias contados da data em que transitar em julgado a sentença respectiva, declaração dos rendimentos correspondentes ao período de 1º de janeiro até a data da homologação ou adjudicação.

§ 5º Se a homologação ou adjudicação ocorrer antes do prazo anualmente fixado para a entrega das declarações de rendimentos, juntamente com a declaração referida no parágrafo anterior deverá ser entregue a declaração dos rendimentos correspondente ao ano-calendário anterior.

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II - das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

~~b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o~~

limite anual individual de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais);

c) à quantia de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) por dependente;

b) a pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1^º, 2^º e 3^º graus, creches, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, até o limite anual individual de R\$ 1.080,00 (um mil, novecentos e noventa e oito reais); (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10.5.2002) (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, até o limite anual individual de R\$ 2.198,00 (dois mil, cento e noventa e oito reais), relativamente: (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes efetuados a estabelecimentos de ensino, até o limite anual individual de R\$ 2.373,84 (dois mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos), relativamente: (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006) (Vide Medida nº 340, de 2006);

— 1. à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006);

— 2. ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006);

— 3. ao ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006);

— 4. à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida nº 340, de 2006);

— 5. à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico; (Incluído pela Lei nº 11.119, de 2005)

e) à quantia de R\$ 1.272,00 (um mil, duzentos e setenta e dois reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10.5.2002)

c) à quantia de R\$ 1.404,00 (mil, quatrocentos e quatro reais) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)

e) à quantia de R\$ 1.516,32 (mil, quinhentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos) por dependente; (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006) (Vide Medida nº 340, de 2006);

— 1. (Vide Medida nº 340, de 2006);

— 2. (Vide Medida nº 340, de 2006);

— 3. (Vide Medida nº 340, de 2006);

— 4. (Vide Medida nº 340, de 2006);

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite anual individual de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001)

1. R\$ 2.480,66 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2007; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 2.592,29 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) para o ano-calendário de 2008; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 2.708,94 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos) para o ano-calendário de 2009; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

5. (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) à quantia, por dependente, de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

1. R\$ 1.584,60 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) para o ano-calendário de 2007; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 1.655,88 (mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 1.730,40 (mil, setecentos e trinta reais e quarenta centavos) para o ano-calendário de 2009; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) a partir do ano-calendário de 2010; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

~~f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais;~~

f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

g) às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

§ 1º A quantia correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, representada pela soma dos valores mensais computados a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, não integrará a soma de que trata o inciso I.

§ 2º O disposto na alínea a do inciso II:

I - aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II - restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III - limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV - não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V - no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

~~§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea b do inciso II deste artigo.~~

§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea b do inciso II do **caput** deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

Art. 9º O resultado da atividade rural, apurado na forma da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, com as alterações posteriores, quando positivo, integrará a base de cálculo do imposto definida no artigo anterior.

~~Art. 10. O contribuinte que no ano calendário tiver auferido rendimentos tributáveis até o limite de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de vinte por cento sobre esses rendimentos, na Declaração de Ajuste Anual, independentemente de comprovação e de indicação da espécie de despesa.~~

~~Art. 10. Independentemente do montante dos rendimentos tributáveis na declaração, recebidos no ano calendário, o contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de vinte por cento do valor desses rendimentos, limitada a oito mil reais, na Declaração de Ajuste Anual, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 2004)~~

~~Art. 10. Independentemente do montante dos rendimentos tributáveis na declaração, recebidos no ano calendário, o contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de 20% (vinte por cento) do valor desses rendimentos, limitada a R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), na Declaração de Ajuste Anual, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie. (Redação dada pela Lei nº 10.451, de 10.5.2002) (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)~~

~~§ 1º O desconto simplificado a que se refere este artigo substitui todas as deduções admitidas na legislação. (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)~~

~~§ 2º O valor deduzido não poderá ser utilizado para comprovação de acréscimo patrimonial, sendo considerado rendimento consumido. (Vide Medida Provisória nº 232, 2004)~~

~~Art. 10. Independentemente do montante dos rendimentos tributáveis na declaração, recebidos no ano calendário, o contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que consistirá em dedução de 20% (vinte por cento) do valor desses rendimentos, limitada a R\$ 10.340,00 (dez mil, trezentos e quarenta reais), na~~

~~Declaração de Ajuste Anual, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie. (Redação dada pela Lei nº 11.119, de 2005) (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)~~

~~Art 10. O contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que substituirá todas as deduções admitidas na legislação, correspondente à dedução de 20% (vinte por cento) do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual, limitada a R\$ 11.167,20 (onze mil, cento e sessenta e sete reais e vinte centavos), independentemente do montante desses rendimentos, dispensada a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie. (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

~~— a) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

~~— b) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

~~— c) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

~~— d) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

~~Parágrafo único. O valor deduzido não poderá ser utilizado para comprovação de acréscimo patrimonial, sendo considerado rendimento consumido. (Incluído pela Lei nº 11.311, de 2006) (Vide Medida nº 340, de 2006).~~

Art. 10. O contribuinte poderá optar por desconto simplificado, que substituirá todas as deduções admitidas na legislação, correspondente à dedução de 20% (vinte por cento) do valor dos rendimentos tributáveis na Declaração de Ajuste Anual, independentemente do montante desses rendimentos, dispensadas a comprovação da despesa e a indicação de sua espécie, limitada a: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 11.669,72 (onze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos) para o ano-calendário de 2007; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - R\$ 12.194,86 (doze mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - R\$ 12.743,63 (doze mil, setecentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos) para o ano-calendário de 2009; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

IV - R\$ 13.317,09 (treze mil, trezentos e dezessete reais e nove centavos) a partir do ano-calendário de 2010. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Parágrafo único. O valor deduzido não poderá ser utilizado para comprovação de acréscimo patrimonial, sendo considerado rendimento consumido. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 11. O imposto de renda devido na declaração será calculado mediante utilização da seguinte tabela:

BASE DE CÁLCULO EM R\$	ALÍQUOTA%	PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO EM R\$
até 10.800,00	-	-
acima de 10.800,00 até 21.600,00	15	1.620,00
acima de 21.600,00	25	3.780,00

Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

I - as contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III - os investimentos feitos a título de incentivo às atividades audiovisuais, na forma e condições previstas nos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;

IV - (VETADO)

V - o imposto retido na fonte ou o pago, inclusive a título de recolhimento complementar, correspondente aos rendimentos incluídos na base de cálculo;

VI - o imposto pago no exterior de acordo com o previsto no art. 5º da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965.

VII - até o exercício de 2012, ano-calendário de 2011, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado. (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

§ 2º (VETADO)

§ 3º - A dedução de que trata o inciso VII do caput deste artigo: (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

I - está limitada: (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

a) a 1 (um) empregado doméstico por declaração, inclusive no caso da declaração em conjunto; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

b) ao valor recolhido no ano-calendário a que se referir a declaração; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

II - aplica-se somente ao modelo completo de Declaração de Ajuste Anual; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

III - não poderá exceder: (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

a) ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal, sobre o 13º (décimo terceiro) salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mínimo; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

b) ao valor do imposto apurado na forma do art. 11 desta Lei, deduzidos os valores de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo; (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

IV - fica condicionada à comprovação da regularidade do empregador doméstico perante o regime geral de previdência social quando se tratar de contribuinte individual. (Incluído pela Lei nº 11.324, de 2006) (Vide Medida provisória nº 284, de 2006)

Art. 13. O montante determinado na forma do artigo anterior constituirá, se positivo, saldo do imposto a pagar e, se negativo, valor a ser restituído.

Parágrafo único. Quando positivo, o saldo do imposto deverá ser pago até o último dia útil do mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos.

~~Art. 14. À opção do contribuinte, o saldo do imposto a pagar poderá ser parcelado em até seis quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:~~

Art. 14. À opção do contribuinte, o saldo do imposto a pagar poderá ser parcelado em até 8 (oito) quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte: (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006)

I - nenhuma quota será inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), e o imposto de valor inferior a R\$ 100,00 (cem reais) será pago de uma só vez;

II - a primeira quota deverá ser paga no mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos;

III - as demais quotas, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento, vencerão no último dia útil de cada mês. (Vide Lei nº 9.430, de 1996)

IV - é facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas.

~~Art. 15. Nos casos de encerramento de espólio e de saída definitiva do território nacional, o imposto de renda devido será calculado mediante a utilização dos valores da tabela progressiva anual de que trata o art. 11, calculados proporcionalmente ao número de meses do período abrangido pela tributação no ano-calendário. (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)~~

Art. 15. Nos casos de encerramento de espólio e de saída definitiva do território nacional, o imposto de renda devido será calculado mediante a utilização dos valores correspondentes à soma das tabelas progressivas mensais relativas aos meses do período abrangido pela tributação no ano-calendário. (Redação dada pela Lei nº 11.311, de 2006)

Art. 16. O valor da restituição do imposto de renda da pessoa física, apurado em declaração de rendimentos, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição e de 1% no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte. (Vide Lei nº 9.430, de 1996)

CAPÍTULO IV

TRIBUTAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL

Art. 17. O art. 2º da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

V - a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada, tais como a pasteurização e o acondicionamento do leite, assim como o mel e o suco de laranja, acondicionados em embalagem de apresentação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à mera intermediação de animais e de produtos agrícolas."

Art. 18. O resultado da exploração da atividade rural apurado pelas pessoas físicas, a partir do ano-calendário de 1996, será apurado mediante escrituração do Livro Caixa, que deverá abranger as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e demais valores que integram a atividade.

§ 1º O contribuinte deverá comprovar a veracidade das receitas e das despesas escrituradas no Livro Caixa, mediante documentação idônea que identifique o adquirente ou beneficiário, o valor e a data da operação, a qual será mantida em seu poder à disposição da fiscalização, enquanto não ocorrer a decadência ou prescrição.

§ 2º A falta da escrituração prevista neste artigo implicará arbitramento da base de cálculo à razão de vinte por cento da receita bruta do ano-calendário.

§ 3º Aos contribuintes que tenham auferido receitas anuais até o valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) faculta-se apurar o resultado da exploração da atividade rural, mediante prova documental, dispensado o registro do Livro Caixa.

Art. 19. O resultado positivo obtido na exploração da atividade rural pela pessoa física poderá ser compensado com prejuízos apurados em anos-calendário anteriores.

Parágrafo único. A pessoa física fica obrigada à conservação e guarda do Livro Caixa e dos documentos fiscais que demonstram a apuração do prejuízo a compensar.

Art. 20. O resultado decorrente da atividade rural, exercida no Brasil por residente ou domiciliado no exterior, apurado por ocasião do encerramento do ano-calendário, constituirá a base de cálculo do imposto e será tributado à alíquota de quinze por cento.

§ 1º Na hipótese de que trata este artigo, a apuração do resultado deverá ser feita por procurador, a quem compete reter e recolher o imposto devido, não sendo permitidas a opção pelo arbitramento de vinte por cento da receita bruta e a compensação de prejuízos apurados.

§ 2º O imposto apurado deverá ser pago na data da ocorrência do fato gerador.

§ 3º Ocorrendo remessa de lucros antes do encerramento do ano-calendário, o imposto deverá ser recolhido no ato sobre o valor remetido por ocasião do evento, exceto no caso de devolução de capital.

Art. 21. O resultado da atividade rural exercida no exterior, por residentes e domiciliados no Brasil, convertido em reais mediante utilização do valor do dólar dos Estados Unidos da América fixado para compra pelo Banco Central do Brasil, para o último dia do ano-calendário a que se refere o resultado, sujeita-se ao mesmo tratamento tributário previsto no art. 9º, vedada a compensação de resultado positivo obtido no exterior, com resultado negativo obtido no País.

CAPÍTULO V

TRIBUTAÇÃO DOS GANHOS DE CAPITAL DAS PESSOAS FÍSICAS

~~Art. 22. Fica isento do imposto de renda o ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, cujo preço unitário de alienação, no mês em que esta se realizar, seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).~~

Art. 22. Fica isento do imposto de renda o ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, cujo preço unitário de alienação, no mês em que esta se realizar, seja igual ou inferior a: (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

I - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no caso de alienação de ações negociadas no mercado de balcão; (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

II - R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nos demais casos. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

Parágrafo único. No caso de alienação de diversos bens ou direitos da mesma natureza, será considerado, para os efeitos deste artigo, o valor do conjunto dos bens alienados no mês.

Art. 23. Fica isento do imposto de renda o ganho de capital auferido na alienação do único imóvel que o titular possua, cujo valor de alienação seja de até R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), desde que não tenha sido realizada qualquer outra alienação nos últimos cinco anos.

Art. 24. Na apuração do ganho de capital de bens adquiridos por meio de arrendamento mercantil, será considerado custo de aquisição o valor residual do bem acrescido dos valores pagos a título de arrendamento.

CAPÍTULO VI

DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

Art. 25. Como parte integrante da declaração de rendimentos, a pessoa física apresentará relação pormenorizada dos bens imóveis e móveis e direitos que, no País ou no exterior, constituam o seu patrimônio e o de seus dependentes, em 31 de dezembro do ano-calendário, bem como os bens e direitos adquiridos e alienados no mesmo ano.

§ 1º Devem ser declarados:

I - os bens imóveis, os veículos automotores, as embarcações e as aeronaves, independentemente do valor de aquisição;

II - os demais bens móveis, tais como antigüidades, obras de arte, objetos de uso pessoal e utensílios, adquiridos a partir do ano-calendário de 1996, cujo valor de aquisição unitário seja igual ou superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III - os saldos de aplicações financeiras e de conta corrente bancária cujo valor individual, em 31 de dezembro do ano-calendário, exceda a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais);

IV - os investimentos em participações societárias, em ações negociadas ou não em bolsa de valores e em ouro, ativo-financeiro, adquiridos a partir do ano-calendário de 1996, cujo valor de aquisição unitário seja igual ou superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§ 2º Os bens serão declarados discriminadamente pelos valores de aquisição em Reais, constantes dos respectivos instrumentos de transferência de propriedade ou da nota fiscal.

§ 3º Os bens existentes no exterior devem ser declarados pelos valores de aquisição constantes dos respectivos instrumentos de transferência de propriedade, segundo a moeda do país em que estiverem situados, convertidos em Reais pela cotação cambial de venda do dia da transmissão da propriedade.

~~§ 4º Os depósitos mantidos em bancos no exterior devem ser relacionados pelo valor do saldo desses depósitos em moeda estrangeira convertido em Reais pela cotação cambial de compra em 31 de dezembro do ano-calendário, sendo isento o acréscimo patrimonial decorrente de variação cambial.~~

§ 4º Os depósitos mantidos em instituições financeiras no exterior devem ser relacionados na declaração de bens, a partir do ano-calendário de 1999, pelo valor do saldo desses depósitos em moeda estrangeira convertido em reais pela cotação cambial de compra em 31 de dezembro, sendo isento o acréscimo patrimonial decorrente da variação cambial. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001)

§ 5º Na declaração de bens e direitos, também deverão ser consignados os ônus reais e obrigações da pessoa física e de seus dependentes, em 31 de dezembro do ano-calendário, cujo valor seja superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 6º O disposto nos incisos II e IV do § 1º poderá ser observado na declaração de bens referente ao ano-calendário de 1995, com relação aos bens móveis e aos investimentos adquiridos anteriormente a 1996.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. Ficam isentas do imposto de renda as bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, quando recebidas exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas e desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador, nem importem contraprestação de serviços.

Art. 27. O art. 48 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48. Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas decorrentes de seguro-desemprego, auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-acidente, pagos pela previdência oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades de previdência privada."

Art. 28. O inciso XV do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

.....

XV - os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, até o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), por mês, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto."

Art. 29. Estão isentos do imposto de renda na fonte os rendimentos pagos a pessoa física, residente ou domiciliada no exterior, por autarquias ou repartições do Governo brasileiro situadas fora do território nacional e que correspondam a serviços prestados a esses órgãos.

Art. 30. A partir de 1º de janeiro de 1996, para efeito do reconhecimento de novas isenções de que tratam os incisos XIV e XXI do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, a moléstia deverá ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O serviço médico oficial fixará o prazo de validade do laudo pericial, no caso de moléstias passíveis de controle.

§ 2º Na relação das moléstias a que se refere o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, fica incluída a fibrose cística (mucoviscidose).

Art. 31. (VETADO)

Art. 32. O inciso VII do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

.....

VII - os seguros recebidos de entidades de previdência privada decorrentes de morte ou invalidez permanente do participante."

Art. 33. Sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual os benefícios recebidos de entidade de previdência privada, bem como as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 34. As alíneas a e b do § 1º do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

.....

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica:

a) a quotas de depreciação de instalações, máquinas e equipamentos, bem como a despesas de arrendamento;

b) a despesas de locomoção e transporte, salvo no caso de representante comercial autônomo."

Art. 35. Para efeito do disposto nos arts. 4º, inciso III, e 8º, inciso II, alínea c, poderão ser considerados como dependentes:

I - o cônjuge;

II - o companheiro ou a companheira, desde que haja vida em comum por mais de cinco anos, ou por período menor se da união resultou filho;

III - a filha, o filho, a enteada ou o enteado, até 21 anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

IV - o menor pobre, até 21 anos, que o contribuinte crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial;

V - o irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até 21 anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

VI - os pais, os avós ou os bisavós, desde que não auferam rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal;

VII - o absolutamente incapaz, do qual o contribuinte seja tutor ou curador.

§ 1º Os dependentes a que se referem os incisos III e V deste artigo poderão ser assim considerados quando maiores até 24 anos de idade, se ainda estiverem cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.

§ 2º Os dependentes comuns poderão, opcionalmente, ser considerados por qualquer um dos cônjuges.

§ 3º No caso de filhos de pais separados, poderão ser considerados dependentes os que ficarem sob a guarda do contribuinte, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente.

§ 4º É vedada a dedução concomitante do montante referente a um mesmo dependente, na determinação da base de cálculo do imposto, por mais de um contribuinte.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36. O contribuinte que no ano-calendário de 1995 tiver auferido rendimentos tributáveis até o limite de R\$ 21.458,00 (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais) poderá optar pelo regime de tributação simplificada de que trata o art. 10.

Art. 37. Fica a Secretaria da Receita Federal autorizada a:

I - instituir modelo de documento fiscal a ser emitido por profissionais liberais;

II - celebrar, em nome da União, convênio com os Estados, Distrito Federal e Municípios, objetivando instituir cadastro único de contribuintes, em substituição aos cadastros federal, estaduais e municipais.

Art. 38. Os processos fiscais relativos a tributos e contribuições federais e a penalidades isoladas e as declarações não poderão sair dos órgãos da Secretaria da Receita Federal, salvo quando se tratar de:

I - encaminhamento de recursos à instância superior;

II - restituições de autos aos órgãos de origem;

III - encaminhamento de documentos para fins de processamento de dados.

§ 1º Nos casos a que se referem os incisos I e II deverá ficar cópia autenticada dos documentos essenciais na repartição.

§ 2º É facultado o fornecimento de cópia do processo ao sujeito passivo ou a seu mandatário.

Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma espécie e destinação constitucional, apurado em períodos subseqüentes.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada. (Vide Lei nº 9.532, de 1997)

Art. 40. A base de cálculo mensal do imposto de renda das pessoas jurídicas prestadoras de serviços em geral, cuja receita bruta anual seja de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), será determinada

mediante a aplicação do percentual de 16% sobre a receita bruta auferida mensalmente, observado o disposto nos arts. 30 a 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às pessoas jurídicas que prestam serviços hospitalares e de transporte, bem como às sociedades prestadoras de serviços de profissões legalmente regulamentadas.

Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42. Revogam-se as disposições em contrário e, especialmente, o Decreto-Lei nº 1.380, de 23 de dezembro de 1974, o art. 27 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, o art. 26 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, e os arts. 8º a 20 e 23 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Brasília, 26 de dezembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Pullen Parente

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2009

Estabelece normas relativas à aplicação dos recursos públicos federais para as transições governamentais dos poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DA TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

Art. 1º Considerando os princípios federativo, da supremacia do interesse público, da continuidade do serviço público, da transparência da gestão pública e do planejamento da ação governamental, bem como do dever de prestar contas, esta Lei estabelece normas para garantir a continuidade e a transparência da aplicação dos recursos públicos federais, além do controle e fiscalização, nas transições governamentais dos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Esta Lei não afasta a aplicação de normativos editados pelos entes da Federação para regular a transição governamental nos limites das respectivas competências.

Art. 2º Para efeitos da aplicação desta Lei:

I – transição governamental é o processo que objetiva:

a) propiciar condições a que o candidato eleito para o cargo de Chefe do Poder Executivo de um ente federado possa receber de seu antecessor, e de outros intervenientes na gestão pública, todos os dados e informações necessários à implementação do seu programa governo;

b) assegurar que sejam observados os requisitos e restrições legais previstos para os atos de gestão no período final de mandato de um titular do Poder Executivo.

II – o processo de transição governamental tem início com a proclamação do resultado oficial da eleição pelo órgão competente e se encerra com a posse do novo titular do Poder Executivo, sem prejuízo dos prazos fixados para atos ou medidas administrativas em qualquer outro dispositivo legal;

III – considera-se:

a) autoridade substituída, o titular do Poder Executivo cujo mandato se encerra;

b) autoridade eleita, o candidato eleito para a chefia do Poder Executivo, a partir do momento em que tenha sido diplomado, na forma da legislação eleitoral;

c) ente federado ou ente, a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município.

§ 1º As referências feitas nesta Lei a entes federados incluem as respectivas administrações indiretas, exceto quando expressamente ressalvado.

§ 2º As referências feitas nesta Lei a recursos federais incluem os dos entes das respectivas administrações indiretas, exceto quando expressamente ressalvado.

CAPÍTULO II DA TRANSFERÊNCIA DE DADOS E INFORMAÇÕES

Seção I Da Obrigação de Prestar Informações

Art. 3º A autoridade substituída é obrigada a oferecer à autoridade eleita acesso pleno às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do ente federado em que haja aplicação de recursos federais, nas condições desta Lei.

§ 1º A autoridade eleita deve requerer, por escrito, as informações que deseja receber, as quais devem ser fornecidas, também por escrito, em prazo não superior a dez dias a contar da data do requerimento.

§ 2º As informações cujos levantamento e processamento comprovadamente exijam prazo mais dilatado do que o definido no § 1º poderão ser entregues em novo prazo a ser ajustado, por escrito, entre a autoridade eleita e a autoridade substituída, que não poderá exceder a trinta dias a contar da data do requerimento.

§ 3º Poderão ser solicitadas quaisquer informações relativas à Administração Pública do ente, destacando-se, naquilo em que for aplicável:

I – para todos os entes federados:

a) relação completa das contas bancárias do ente federado em que haja recursos federais, com os respectivos extratos e conciliações bancárias, bem como todos os demais saldos de tesouraria, dinheiro em espécie e demais valores;

b) todos os dados relativos a recursos federais contemplados na lei do plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual, inclusive anexos e demonstrativos que acompanham as referidas leis;

c) contratos celebrados pelo ente com o uso de recursos federais;

d) demonstrativo dos valores mensais recebidos a título de transferências obrigatórias de recursos federais, notadamente os oriundos do:

1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

2. Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

3. Fundo Nacional de Saúde (FNS), de outras fontes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e decorrentes da Emenda Constitucional nº 29, de 2000;

e) comprovantes de regularidade do ente junto à Fazenda Pública federal, estadual e municipal, à Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, na forma da legislação respectiva;

f) convênios celebrados com a União, nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação pertinente, incluindo dados individualizados relativos às datas de vigência e encerramento e à situação das prestações de contas respectivas;

g) documentação constitutiva de consórcios em que a União e o ente participem, de qualquer forma, em especial aqueles constituídos na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II – apenas para a União:

a) relação atualizada dos bens patrimoniais e levantamento de estoques de bens de consumo existentes;

b) estrutura organizacional da Administração Pública, com demonstrativos do quadro de servidores;

c) inventário organizado de dívidas e haveres, bem como relação de processos judiciais e administrativos em que figura como parte, com a indicação do foro, do número do processo, das partes e do valor da causa;

d) relação dos atos expedidos no período de 1º de julho a 31 de dezembro do ano em que se processa a transição que importem concessão de reajuste de vencimentos, nomeação, admissão, contratação, exoneração de ofício, demissão, dispensa, transferência, designação, readaptação ou supressão de vantagens de qualquer espécie, relativos a seus servidores públicos ou empregados;

e) demonstrativos contábeis previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, legalmente exigíveis à data da solicitação;

f) demonstrativos dos saldos disponíveis, devidamente conciliados, dos restos a pagar e da dívida fundada;

g) relação de contratos e instrumentos financeiros relativos a empréstimos e financiamentos contraídos, inclusive para a dívida mobiliária;

h) convênios celebrados com terceiros, nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação pertinente, incluindo dados individualizados relativos às datas de vigência e encerramento e à situação das prestações de contas respectivas.

§ 4º Excetuam-se da obrigação de que trata este artigo as informações cuja transferência a terceiros esteja expressamente vedada por disposição legal específica.

§ 5º O descumprimento da obrigação definida no *caput* deste artigo caracteriza o crime previsto no artigo 319 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 4º A autoridade eleita pode requerer, por escrito, o acesso direto a quaisquer documentos, registros ou sistemas de informação já existentes.

§ 1º O acesso direto de que trata este artigo deve ser concedido, em qualquer circunstância, no prazo máximo de cinco dias úteis.

§ 2º No caso de sistemas de informação e de registros em formato eletrônico, a autoridade eleita tem direito a acesso direto e irrestrito para consultas.

§ 3º Excetuam-se da obrigação de que trata este artigo, exclusivamente, os documentos, registros e sistemas de informação cuja transferência a terceiros esteja expressamente vedada por disposição legal específica.

§ 4º O acesso de que trata este artigo é assegurado nas dependências dos órgãos e entidades da administração envolvida, sendo vedada a retirada de documentos, equipamentos, programas ou quaisquer outros bens públicos.

Art. 5º Cabe à autoridade eleita designar equipe de transição, a cujos membros pode ser delegado o acesso às informações, documentos, registros e sistemas de que trata este capítulo.

§ 1º A designação a que se refere este artigo será feita por meio de ofício à autoridade substituída, do qual deve constar, no mínimo:

I – nome completo, endereço residencial, número de inscrição junto ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e número da cédula de identidade, acompanhado do respectivo órgão emissor, das pessoas que poderão exercer as faculdades de acesso às informações, documentos, registros e sistemas envolvidos;

II – o limite da delegação aplicável a cada um dos membros da equipe de transição.

§ 2º A autoridade eleita tem direito de requisitar locais de trabalho, para uso da equipe de transição, nas dependências da administração envolvida, para os quais poderão ser transportados os documentos e bens de que trata o art. 4º, § 4º, desta Lei.

Art. 6º A autoridade eleita para a chefia do Poder Executivo:

I – federal é parte legitimamente interessada para requisitar vista e cópia de qualquer processo em tramitação no Tribunal de Contas da União;

II – de Estado, do Distrito Federal ou de Município é parte legitimamente interessada para requisitar vista e cópia de qualquer processo em tramitação no Tribunal de Contas da União do qual o respectivo ente federado, qualquer entidade da sua administração indireta ou seus prepostos constem como parte ou interessado.

§ 1º As requisições de vista e cópia devem ser formuladas por escrito pela autoridade eleita, identificando de forma individualizada os processos a que deseja ter acesso.

§ 2º A autoridade eleita pode delegar a integrantes da equipe de transição o exercício das prerrogativas previstas neste artigo, observadas as disposições do art. 5º.

Seção II

Da Responsabilidade pelas Informações Transferidas

Art. 7º Aplicam-se à autoridade eleita e às pessoas por ela designadas nos termos dos arts. 5º desta Lei os mesmos deveres da autoridade substituída relativos a informações, documentos, registros e sistemas a que tiveram acesso em função do disposto nesta Lei.

§ 1º A responsabilização pelo descumprimento dos deveres de que trata o *caput* será processada e julgada:

I – até a posse da autoridade eleita, na forma da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

II – a partir da posse da autoridade eleita, de acordo com a legislação aplicável, conforme o agente esteja sujeito a sanções por crime de responsabilidade ou por ato de improbidade administrativa.

§ 2º As reuniões da autoridade substituída e servidores subordinados com a autoridade eleita e os integrantes da equipe de transição devem ser objeto de agendamento, divulgação pública e registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas.

Seção III

Da sistematização de informações gerenciais sobre a Administração Pública

Art. 8º A autoridade substituída deverá organizar e publicar no órgão de imprensa oficial do ente federado e na rede mundial de computadores, em até sessenta dias antes do fim do seu mandato, relatório sintético de transição em que informe, separadamente:

I – para todos os entes federados:

a) ações, projetos e programas nos quais haja aplicação de recursos federais, realizados e em execução, relativos ao período do seu mandato;

b) ações, projetos e programas nos quais haja aplicação de recursos federais que aguardam implementação ou que tenham sido interrompidos;

c) assuntos envolvendo recursos federais que demandarão ação ou decisão da administração nos cem primeiros dias do novo governo;

d) atos praticados nos últimos seis meses do mandato, que tenham relação com a aplicação de recursos federais e dos quais decorram direitos ou obrigações para o ente exigíveis ao longo das futuras administrações;

e) relação de convênios ou contratos assinados com a União cuja vigência se encerre no período de transição e que necessitem de prorrogação, incluindo as providências já adotadas junto às respectivas contrapartes;

f) outras informações relativas a recursos federais relevantes para a não-interrupção dos serviços prestados pelo ente federado e para a mais rápida familiarização da futura equipe de governo com a administração do ente federado envolvido;

II – apenas para a União: relação de convênios ou contratos assinados com outros entes federados cuja vigência se encerre no período de transição e que necessitem de prorrogação, incluindo as providências já adotadas junto às respectivas contrapartes.

Art. 9º O Tribunal de Contas da União fará publicar, em até sessenta dias antes do fim do mandato do Presidente da República, relatório de caráter gerencial em que deverá descrever os assuntos relacionados à gestão administrativa e à formulação e execução de políticas públicas pela União que, ao seu critério, representem temas de maior risco e relevância para a administração que se inicia, formulando recomendações acerca dos mencionados assuntos ao novo titular do Poder Executivo federal.

7

**CAPÍTULO III
DAS OBRIGAÇÕES DE GESTÃO DURANTE A TRANSIÇÃO****Seção I****Das obrigações relativas à gestão de recursos públicos federais transferidos a Estado, ao Distrito Federal e a Município**

Art. 10. A autoridade substituída é responsável pela elaboração e apresentação da prestação de contas da gestão de recursos públicos federais cuja exigibilidade ocorra até o término de seu mandato, na forma da legislação aplicável.

Art. 11. A autoridade eleita é responsável pela elaboração e apresentação da prestação de contas da aplicação de recursos públicos federais cuja exigibilidade ocorra entre a data da posse e o término de seu mandato, na forma da legislação aplicável.

Art. 12. Para o cumprimento no disposto no art. 11, é responsabilidade da autoridade substituída manter todos os registros e documentos relativos à execução procedida no respectivo mandato, assim como a elaboração de todos os demonstrativos e prestações parciais exigíveis até o fim do respectivo mandato.

§ 1º A autoridade substituída pode:

I – antecipar a entrega ao concedente da prestação de contas dos recursos recebidos e executados durante a sua gestão;

II – com o fim exclusivo de comprovar a ciência pela autoridade eleita do cumprimento da obrigação do art. 12, mediante recibo, apresentar-lhe rol de documentos e informações relativas a prestações de contas disponíveis.

§ 2º No caso do inciso II do § 1º deste artigo, a autoridade eleita tem a obrigação de firmar o recibo, devendo ressaltar expressamente os itens que considerar não entregues.

§ 3º A autoridade eleita pode delegar a competência prevista no § 2º deste artigo a integrantes da equipe de transição, observadas as disposições do art. 5º.

Art. 13. A autoridade eleita é legitimada para verificar e exigir o cumprimento das obrigações previstas nos arts. 10 e 12, estando autorizada, no caso de suas violações, a provocar as autoridades competentes para executar os procedimentos necessários à responsabilização da autoridade substituída, entre elas a propositura de ação judicial e a instauração de tomada de contas especial, além de poder representar ao Tribunal de Contas da União.

Art. 14. São de responsabilidade da autoridade substituída, até o término de seu mandato, as alterações e atualizações de dados e documentos do ente nos cadastros estabelecidos pelos órgãos concedentes para fins de controle e autorização da realização de transferências voluntárias, inclusive os cadastros e sistemas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à autoridade substituída todos aqueles que vierem a assumir a titularidade do Poder Executivo durante o período de transição, ainda que em caráter temporário ou em substituição.

Art. 16. Sem prejuízo das disposições expressas nesta Lei, o descumprimento das obrigações nela definidas será punido na forma da legislação administrativa, civil e penal cabível.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A sucessão entre administradores ao final dos mandatos de Chefe do Poder Executivo persiste como um problema grave no país, especialmente nos pequenos Municípios.

Movidos por inclinações políticas por vezes hostis, ou mesmo induzidos por graves fragilidades nos controles internos e administrativos, muitos titulares políticos obstaculizam as ações do novo mandatário que irá substituí-los, fazendo com que os entes públicos percam muitos de seus já escassos recursos em impasses administrativos. Frequentemente, tais impasses impedem ou prejudicam as obrigações de prestações de contas de transferências, sobrecarregando os órgãos federais repassadores e o sistema de controle, ao mesmo tempo em que passam a vedar o recebimento de novos recursos destinados à população.

Em virtude do princípio federativo, a proposição que ora apresentamos trata somente de recursos federais. Contudo, é nossa esperança que seja uma semente que germine e motive os legislativos estaduais e municipais a produzirem normas similares, dentro de suas competências e adequadas à realidade de cada ente federado.

Esta proposição busca especificar minuciosamente os direitos e obrigações das autoridades que encerram o mandato e daquelas que assumem a titularidade do Poder Executivo, estabelecendo as orientações gerais da boa prática administrativa da transição entre governos, extraídas de experiências bem sucedidas na esfera federal e em nível internacional, além de referenciar – com efeito educativo – as principais vedações e restrições impostas durante o período de transição.

Destaca-se especialmente o fato de que a nova lei estabelece critérios e parâmetros de gestão administrativa, não adentrando na seara da especificação de penalidades. Assim, os fatos que configurem descumprimento de obrigações relativas à transição serão apreciados e processados de acordo com as regras gerais aplicáveis ao controle e resguardo dos recursos públicos, evitando-se assim a criação de mais ritos específicos que dificultem ou tornem mais custosos os procedimentos de preservação do Erário e responsabilização de autoridades administrativas.

Desta forma, oferecemos à Casa Legislativa instrumento útil de orientação dos administradores públicos para que se minimize o risco de descontinuidades ou fricções, deliberadas ou involuntárias, que prejudiquem a prestação dos serviços públicos de que tanto necessita a população.

Convictos da justiça, da relevância e do alcance social da proposição que apresentamos, bem como de seu elevado espírito cívico, pedimos o apoio dos nobres Senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009

Senador RENATO CASAGRANDE

LEGISLAÇÃO CITADA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000

Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde

.....

.....

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências

.....

Capítulo VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

.....

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

.....
.....

LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005.

Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências

.....

.....

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

.....

.....

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

.....

**TÍTULO XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**CAPÍTULO I
DOS CRIMES PRATICADOS
POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

.....

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

.....

.....

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

.....

.....

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 43, DE 2009

Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor com o seguinte parágrafo adicional:

“Art. 9º.....

.....

§ 4º. Para o cumprimento dos incisos VI e VIII, a União promoverá exames de proficiência para os egressos dos cursos de graduação, em colaboração com as entidades profissionais que lhes são afins, de forma a condicionar o reconhecimento dos cursos das respectivas instituições a um desempenho médio mínimo de seus formados. (NR)”

Art. 2º. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor com o seguinte art. 46-A:

“Art. 46-A. Na avaliação a que se refere o artigo anterior, incluem-se exames de proficiência profissional, a que serão obrigados todos os egressos de cursos de graduação, no prazo de um ano após a respectiva conclusão.

§ 1º. O planejamento e execução dos exames a que se refere o *caput* estarão a cargo do sistema de ensino da União, em colaboração com os órgãos competentes pelo controle das atividades de trabalho da respectiva profissão ou ocupação, segundo regulamento.

§ 2º. Como critério de renovação do reconhecimento dos cursos de graduação das instituições de educação superior levar-se-á prioritariamente em conta o desempenho médio dos respectivos egressos nos exames a que se refere o *caput*, observados os §§ 1º e 2º do artigo anterior.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no início do ano subsequente ao da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A qualidade da educação escolar, medida pelas condições do ensino e da aprendizagem, é um princípio da Constituição Federal, contido em seu art. 206, VII, e explicitado no art. 4º, IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

A sociedade está estarecida com denúncias da má qualidade das escolas de ensino fundamental e médio, inclusive pelos fraquíssimos resultados no desempenho dos estudantes em provas e exames de avaliação, principalmente nos estabelecimentos públicos. Esta situação é lamentável e precisa ser imediatamente considerada e remediada pelas autoridades e por quantos se interessam pela formação dos cidadãos.

No caso da educação superior, não seria de esperar que os cursos de graduação apresentassem graves problemas de qualidade. Afinal, ainda é a minoria dos brasileiros que têm oportunidade de frequentar as universidades e faculdades, uma vez que foram selecionados durante os doze anos da escolaridade básica anterior e tiveram que superar os concursos vestibulares, muitos dos quais famosos pelo rigor.

Eis que, ingressando no presente milênio, a sociedade brasileira é surpreendida por notícias muito preocupantes: não somente os "provões", aplicados no ano final dos cursos, mas alguns exames de proficiência profissional, como os da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos revelam que parte considerável dos concluintes das graduações de nível superior não alcançam as competências mínimas para o exercício da cidadania e da profissão.

Há casos emblemáticos dessa situação: no ano de 2004 o "Exame de Ordem" reprovou no Mato Grosso do Sul 68% dos candidatos; em Tocantins 69%; no Pará 70%; no Mato Grosso 79%; na Paraíba 74,5%; em Goiás 76%; no Paraná 86%, e em São Paulo 86,7%.

Diante desse quadro, é inadmissível que se cogite que a responsabilidade por esse desastroso desempenho caiba apenas aos formandos. Com efeito, no caso de São Paulo, por exemplo, dos 21.600 bacharéis que prestaram o exame em 2004, apenas 2.878 obtiveram a carteira de advogado. Ou seja, 18.722 pessoas, até famílias inteiras, viram seu investimento, de dinheiro e tempo, tornar-se inútil.

E o problema não atinge apenas os cursos de Direito. Naquele mesmo ano de 2004, devido a esses estarecedores resultados, o governo decidiu suspender, por cento e oitenta dias, a tramitação dos pedidos de abertura de novos cursos de Direito, Medicina, Psicologia e Odontologia, até que fossem revistos os critérios de credenciamento.

Eis a razão para tornar obrigatório e de responsabilidade das mais altas autoridades educacionais do País – o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação (MEC) – um exame de proficiência profissional para todos os egressos dos cursos de graduação de instituições de educação superior – federais, estaduais, municipais e privadas.

Regulamento apropriado cuidaria de que todos os estudantes só obtivessem seu diploma uma vez comprovada sua participação nesses exames, independentemente de sua nota. Seria estabelecida, a cada ano, pela autoridade competente, uma média nacional de desempenho para todas as instituições, a qual, se não alcançada, determinaria um processo salutar de “intervenção”, com vistas à sua recuperação acadêmica.

Tais resultados, amplamente publicados, serviriam também de parâmetro e orientação para o ingresso de novos alunos nas instituições.

A experiência da OAB e de outros conselhos profissionais poderá ser de grande valia para que o CNE e o MEC produzam as diretrizes pedagógicas e técnicas que presidirão a elaboração dessas provas, com a preocupação de se galgar patamares crescentes de qualidade intrínseca e social dos cursos e das instituições e com a vantagem de transformar esses exames em política pública, a ser sedimentada no imaginário e na cultura de educadores e de educandos.

O que não se pode permitir é, de um lado, a proliferação da oferta de milhares de vagas e de currículos inadequados, e, de outro, a trava tardia de exames com que órgãos profissionais querem

“defender” a integridade da respectiva categoria, caracterizando um tipo de “estelionato educativo”, em prejuízo de pessoas, de famílias e de instituições que vêem frustrados investimentos de anos de vida e de enormes sacrifícios.

Para a provação do presente projeto de lei, conto com a compreensão das Senadoras e dos Senadores, das Deputadas e Deputados.

Sala das Sessões, 19 de Fevereiro de 2009

Senador MARCELO CRIVELLA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2009**Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica, ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pelo período de dez anos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É urgente e necessário que a legislação tributária incorpore, em seu espírito, uma maior preocupação com o meio ambiente e com a preservação dos recursos naturais.

Um dos caminhos para tanto é a utilização do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como meio de estimular a produção de bens menos poluentes. No caso dos veículos automotores, essa preocupação já se revela, uma vez que as alíquotas de IPI se elevam à proporção que se elevam as cilindradas. Maior potência, portanto, implica maior tributação.

Os carros movidos a tração elétrica, por sua vez, são ainda menos poluentes, sejam os exclusivamente elétricos, sejam os chamados híbridos, em que um acu-

mulador elétrico trabalha em conjunto com um motor a explosão, permitindo alcançar longas distâncias com grande economia de combustível, e menos emissões de gases poluentes.

No entanto, os carros movidos a tração elétrica são até hoje ignorados pela legislação tributária, que não lhes dispensa qualquer tipo de benefício. Esse é, certamente, o motivo por que não há, no mercado, veículos nacionais com esse perfil.

Não podemos apostar somente no biocombustível para reduzir nossas emissões de CO², e nossa dependência do petróleo, altamente poluidor. Devemos estimular o desenvolvimento e a produção de amplo arco de alternativas, entre as quais se destaca o veículo movido a tração elétrica, que já demonstra desempenho satisfatório em outros países.

Por fim, a proposição não implica criação de despesa ou renúncia de receita para a União, estando em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que, atualmente, não há produção ou comercialização de veículos dessa natureza. O benefício fiscal visa, na verdade, criar esse mercado. Por esse motivo, recomendo que a isenção vigore pelo prazo determinado de dez anos.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009. –
Senador **Flávio Arns**.

(Às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2009

Altera o inciso IV, do art. 1º, da Lei N.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI na compra de automóveis para uso particular das pessoas que especifica, para compreender a todas as pessoas com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso IV, do art. 1º, da Lei N.º 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art.1º.....

IV – Pessoas com deficiência, assim definidas na forma da legislação vigente, diretamente ou por intermédio de seu representante legal”; (NR)

.....”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação Brasileira tem evoluído consideravelmente nos últimos anos em direção da consolidação dos direitos da pessoa com deficiência. Políticas de Estado bem coordenadas têm contribuído

para a presença cada vez mais frequente desses cidadãos em contextos sociais, como o trabalho, a educação formal e profissional, o esporte, o lazer, a cultura, entre outros. Na atualidade a pessoa com deficiência tem saído mais de casa, tem articulado-se mais, de maneira participativa, e com mais autonomia.

Capacitadas e ingressas no mercado por meio das cotas, e também pela competição direta com trabalhadores sem deficiência, as pessoas com deficiência se mostram produtivas e capazes de contribuir com o crescimento do País, e com o desenvolvimento da sociedade. Ocorre que, para estarem lado a lado

com os trabalhadores sem deficiência, esses brasileiros necessitam despender gastos com equipamentos e ajudas técnicas que minimizem as dificuldades inerentes às deficiências que apresentam, tornando-se capazes de atuar em condições de produtividade assemelhadas às dos demais outros.

Uma necessidade típica é o emprego de veículo próprio para o deslocamento até o trabalho, com gastos diários de combustível, e regulares com manutenção, não por comodidade ou opção pessoal, mas pela grande dificuldade que a utilização do transporte coletivo ainda se lhes impõe nas cidades brasileiras. Paradas distantes das residências e dos locais de trabalho, obstáculos nas calçadas, além da grande incidência de veículos de transporte coletivo desprovidos de acessibilidade, dificultam o atendimento da rotina diária que a jornada de trabalho a todos impõe.

Acrescente-se ao trabalho as necessidades de deslocamento para escola, atividades de habilitação e reabilitação, lazer, cultura, etc. Possuir veículo próprio deve ser considerado uma necessidade para a pessoa com deficiência, e não um conforto ou conveniência, onerando-a em gastos regulares e permanentes, de maneira distinta e agravada, quando em comparação com a pessoa sem deficiência.

Ademais, os veículos adaptados tornam-se mais caros, devido às adequações e equipamentos adicionais de que necessitam, como embreagem assistida, câmbio automático, acelerador e freio manuais, porta traseira modificada, para possibilitar a acomodação de cadeira de rodas pelo próprio motorista, itens esses necessários para a condução segura de seus proprietários.

A Lei N.º 8.989, de 1995, atualmente estabelece a isenção a apenas alguns tipos de deficiência. O mérito da presente matéria é o de estender o benefício a todas as formas de deficiência estabelecidas na legislação vigente, para o qual conto com a sensibilidade e apoio de meus pares no Senado.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009

Senador **FLÁVIO ARNS**

Legislação citada

LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências

Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por:

.....

IV – pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal;

.....

(As Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2009

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7. 713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir na isenção do imposto de renda, a condição de pessoa com deficiência, entre as alterações de saúde e doenças que dão direito aos benefícios de que tratam.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7. 713, de 22 de dezembro de 1988, passará a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se o parágrafo único:

“**Art.6º**.....

.....
XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pela pessoa com deficiência, pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso XIV do Art. 6º, a pessoa com deficiência é aquela assim definida na forma da legislação vigente. (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com a evolução das políticas públicas e sociais de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, esses cidadãos têm apresentado uma participação a cada instante mais significativa no mercado formal de emprego. A lei de cotas para empresas privadas, que estabelece percentual mínimo de vagas para pessoas com deficiência, além das cotas estabelecidas em concursos públicos, representam importantes oportunidades de emprego aos brasileiros acometidos por variadas formas de deficiência.

Ingressas no mercado por meio das cotas, as pessoas com deficiência se mostram produtivas e capazes de contribuir com o crescimento do País, e com o desenvolvimento da sociedade. Ocorre que, para estarem lado a lado com os trabalhadores sem deficiência, esses brasileiros necessitam despender gastos com equipamentos e ajudas técnicas que minimizem as dificuldades inerentes às deficiências que apresentam, tornando-se capazes de atuar em condições de produtividade assemelhadas às dos demais outros.

Uma necessidade típica é o emprego de veículo próprio para o deslocamento até o trabalho, com gastos diários de combustível, e regulares com manutenção, não por comodidade ou opção pessoal, mas pela grande dificuldade que a utilização do transporte coletivo ainda se lhes impõe nas cidades brasileiras. Paradas distantes das residências e dos locais de trabalho, obstáculos nas calçadas, além da grande incidência de veículos de transporte coletivo desprovidos de acessibilidade, inviabilizam o atendimento da rotina diária que a jornada de trabalho a todos impõe. A necessidade por equipamentos de locomoção como cadeiras de rodas motorizadas, além de incontáveis recursos outros, acabam por onerar a atividade profissional exercida pela pessoa com deficiência, de maneira distinta e agravada, quando em comparação com os trabalhadores sem deficiência.

Visando proporcionar uma compensação para esses gastos, que são adicionais e permanentes, e acima de tudo para favorecer a presença da pessoa com deficiência no mercado formal de trabalho, apresento esta proposta de isenção fiscal para os trabalhadores com deficiência, que tendo garantidas as condições de que necessitam, a cada momento demonstram a capacidade produtiva que lhes é própria.

Considero que este benefício resultará em uma arrecadação ainda maior para o Estado, que a partir do trabalho eficiente desempenhado pela pessoa com deficiência, terá aumentada sua produção de bens e serviços, implicando em maior arrecadação ao longo da cadeia tributária.

Diante do exposto, em face do acentuado alcance social da presente iniciativa, conto com o apoio dos eminentes Pares no Congresso Nacional, para a aprovação de mais esta proposta legislativa, em favor dos direitos dos cidadãos brasileiros com deficiência.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009

Senador **FLÁVIO ARNS**

Legislação citada

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988.

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 6º

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

.....

(Às Comissões de Assuntos Sociais; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2009.

Determina a disponibilização, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. O Senado Federal disponibilizará ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, as informações pormenorizadas sobre a Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar, em meios eletrônicos de acesso público.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* o órgão administrativo responsável pela fiscalização e controle da verba indenizatória deverá liberar as informações contábeis, em linguagem à todos acessível, com informações como valores, datas, fornecedores, prestadores de serviço e outras aptas ao completo entendimento das despesas, bem como cópia da documentação comprobatória das informações fornecidas, como notas fiscais e afins.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Resolução em justificção visa conferir mais transparência e controle social sobre a utilização dos recursos provenientes da Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar.

Independente do debate em torno da legitimidade ou não dessas verbas indenizatórias, não se pode ignorar a justificada desconfiança da sociedade em relação ao uso destes recursos públicos.

A prestação de contas prevista nas regras confere ao Senado Federal o controle dos gastos oriundos da verba indenizatória. Entretanto, há necessidade de participação popular, com vistas ao estímulo à cidadania e ao próprio controle da sociedade sobre os gastos efetuados pelos Senadores, através do acesso à documentação que comprove os gastos realizados pelos parlamentares.

O Projeto intenta, ainda, propiciar meios para que esse controle popular possa ser exercido. Através da obrigatoriedade do já existente órgão administrativo do Senado relacionarem pormenorizadamente todos os gastos realizados com os recursos da Verba Indenizatória, com a consequente disponibilização das relações na página do Senado o cidadão poderá aferir a austeridade e probidade dos Senadores no trato com os recursos públicos.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009

Senador José Nery Azevedo
PSOL - Pará

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 119, de 2009

*Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento do jornalista **GUILHERME DUNCAN**, ocorrido no último dia 17 de fevereiro deste ano.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE PESAR pelo falecimento, ocorrido no último dia 17 de fevereiro, do jornalista **GUILHERME DUNCAN**.

Requeiro, também, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

JUSTIFICATIVA

O jornalista Guilherme José Duncan de Miranda, ou Bill Duncan, como era conhecido pelos colegas, foi responsável pela supervisão do Prêmio Esso de Jornalismo durante 13 anos. Também trabalhou em grandes jornais brasileiros como o *Jornal do Brasil* e o *Estado de S. Paulo*.

Enfim, o Voto de Pesar que ora proponho se justifica pela inquestionável importância de Bill Duncan para o jornalismo brasileiro.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009.

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 120, de 2009

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre o Programa Nacional de DST-Aids.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre o Programa Nacional de DST-Aids:

1. Qual o montante de recursos alocados para a prevenção e assistência de AIDS no período entre 1998 e 2008?
2. Qual a taxa de incidência de AIDS na população para os anos entre 1998 e 2008?
3. Qual a taxa de mortalidade por AIDS entre os anos de 1998 e 2008?
4. Qual a evolução no número de casos novos de AIDS entre os anos de 1998 e 2008?
5. Que mudanças vêm sendo implementadas no Programa para combater o avanço da doença?

JUSTIFICATIVA

O jornal O Estado de S. Paulo, em sua edição de 12 de janeiro do corrente, publicou matéria intitulada "Programa de aids começa a estagnar", informando que o Programa Nacional de DST-Aids começa a dar sinais de estagnação, com indicadores importantes praticamente inalterados nos últimos anos.

Ainda segundo a matéria, a epidemia vem adquirindo novas características que exigem mudanças na forma de atuação, principalmente na área de prevenção.

Enfim, o Programa Nacional de DST-Aids – que é uma das marcas registradas do ex-ministro da Saúde, José Serra, e que sempre foi motivo de elogios no cenário internacional – é uma conquista da sociedade brasileira e não pode perder importância na definição das prioridades do atual governo.

Portanto, o requerimento que ora apresento visa a dar maior transparência aos resultados obtidos pelo Programa, bem como para as novas ações que deveriam estar sendo permanentemente implementadas.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2009.

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

(A Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento lido vai à publicação e será encaminhado à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 121, DE 2009

Nos termos do § 5º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Sessão Especial no dia 25 de março de 2009, para homenagear os 35 anos de existência da Campanha da Fraternidade, cujo Tema deste ano é “Fraternidade e Segurança Pública”, tendo como Lema “A Paz é Fruto da Justiça” (Is 32, 17).

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009.

Senador JOSÉ NERY
PSOL-PA

Justificação

Neste ano, o tema da Campanha da Fraternidade é “Fraternidade e Segurança Pública”, sendo seu Lema “A Paz é Fruto da Justiça”.

Trata-se, como se sabe, de uma campanha promovida pela Igreja Católica, coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que ao escolher um tema, e a cada ano ele é diferente, busca uma discussão de toda a sociedade brasileira em relação a ele.

Tem, assim, por objetivo despertar a solidariedade, não só dos católicos, mas de todos aqueles cuja discussão do tema possa ser alcançada e que desejam uma transformação da sociedade, em termos objetivos busca a melhoria das relações humanas, a ponderação no uso da força do Estado, o engajamento dos governantes com os valores éticos e morais na gestão pública, a conscientização da sociedade.

A primeira Campanha da Fraternidade, idealizada por Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, cujo centenário de nascimento é comemorado neste ano, ocorreu justamente em 1964, lançada que fora em dezembro de 1963, em nível nacional, cujo Tema era: “Igreja em renovação”, e tinha o Lema “Lembre-se, você também é Igreja”.

O surgimento da campanha, portanto, meses antes do golpe militar, foi um marco decisivo na histó-

ria da luta democrática que se instalou no Brasil nos 20 anos seguintes, período que foi marcado por atos institucionais que delimitaram a liberdade, de atos de repressão, do abuso da censura, era a Ditadura.

Assim, as Campanhas da Fraternidade seguintes tornaram-se luzes na escuridão, todo ano uma nova campanha buscava resgatar o espírito da solidariedade, da fraternidade, da importância da liberdade, do respeito aos direitos humanos, e dos valores maiores do espírito humano.

Tanto que a Campanha de 2009 – “Fraternidade e Segurança Pública”, e o Lema “A Paz é Fruto da Justiça”, evidencia que, mais uma vez, a diretiva, o objeto é sempre a discussão de um problema que atinja a sociedade atual. A questão da segurança pública, é, hoje, uma das grandes preocupações do brasileiro. Todo pai, toda mãe, ao ver o filho sair para trabalhar, estudar, se divertir, etc., pensa nos perigos que ronda um simples ir e vir, que deveria ser natural, livre e sem os perigos de uma bala perdida, de um assalto, de uma agressão gratuita. O Caminho da campanha é o lema, e o deste ano é “A Paz é Fruto da Justiça”, ou seja, a segurança do cidadão está diretamente ligada a uma política social realista e, principalmente eficaz, que regularize e estabeleça a justiça social, que resultará na tão sonhada Paz.

Assim, pela importância histórica e atual, pelo que representa a existência dessa campanha que é de todos nós brasileiros, não só os católicos, é que submeto aos caros pares desta nobre Casa o presente Requerimento, na certeza de sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009. – Senador **José Nery**, PSOL-PA.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– o requerimento lido vai à publicação.

Vamos proceder à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Projeto de Conversão nº 31, de 2008, proveniente de medida provisória, que dispõe sobre o recolhimento da parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Sendo evidente a falta de número no plenário, nós estamos com a matéria adiada.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão, em virtude de falta de *quorum*.

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 31, DE 2008**

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).*

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.12.2008)

Prazo final: 15.02.2009

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

3

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62*

da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005,

tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para re-*

duzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros),

que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.* Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator *ad hoc*: Senador Virgínio de Carvalho.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Po-*

lítica Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

42

REQUERIMENTO Nº 1.048, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.*

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys

Shlessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 1.423, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando de voto de aplauso pelo transcurso do cinqüentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança ; Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.*

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

46

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de*

aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador César Borges.

47

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismos a técnicas duras de interrogatório como o “waterboarding”.*

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

49

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro,

solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

50

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.*

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

51

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes "ilegais" por até 18 meses.*

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador*

Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

53

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pela Colômbia.*

54

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.*

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

55

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em*

Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete.

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.*

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.*

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Edu-

ardo Suplicy, *solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça. solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.*

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1.650, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Vamos voltar aos oradores inscritos.

Senador Romeu Tuma, com a palavra.

Antes que V. Ex^a inicie o seu discurso, eu quero, em nome da Mesa, associar-me aos demais Senadores no cumprimento ao nosso Colega, Senador Gilberto Goellner.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou ser rápido, porque tenho um compromisso agora. Vou ser bem rápido.

Eu queria, primeiro, agradecer à Diretoria da Escola Paulista da Magistratura, de São Paulo, que mandou um *e-mail* comunicando a homenagem recebida pelo Desembargador paulista Marco Antonio Marques da Silva, meu amigo, que foi homenageado, em Portugal, durante o lançamento do seu livro **Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana**, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Ele recebeu a “Láurea de Reconhecimento da Universidade de Lisboa”, entregue pelo Reitor António Sampaio da Nóvoa, e a “Medalha de Honra da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa”, das mãos do Presidente do Conselho Directivo, Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto e do Professor Catedrático Jorge Miranda, pelo seu trabalho em favor do ensino e pelo empenho incansável na cooperação jurídica luso-brasileira. O Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa aprovou as honorárias de forma unânime.

A obra que foi lançada se constitui uma cooperação luso-brasileira, tendo como tema central a Dignidade da Pessoa Humana, possuindo uma visão interdisciplinar, com variantes relativas aos direitos humanos fundamentais, tais como democracia, processo justo e igualitário, cidadania, direitos do consumidor, área ambiental, entre outros assuntos correlatos.

O trabalho é uma realização conjunta da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Academia Brasileira de Direito Criminal, com a participação de 102 juristas, sendo 80 brasileiros e 22 portugueses, e seus coordenadores são os Professores Jorge Miranda e Marco Antonio Marques da Silva.

Na cerimônia, diversas autoridades estiveram presentes, entre elas o Presidente e os dois Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça português, o Presidente do Tribunal de Relação de Lisboa, o Embaixador do Brasil em Portugal, o Embaixador do Brasil em Portugal, o Procurador-Geral da República Adjunto, o representante do gabinete do Primeiro Ministro, o Reitor da Universidade de Lisboa, além do Diretor da Faculdade, de professores, de advogados, de juízes e das demais personalidades.

Ao meu amigo Marco Antonio, desejo sucesso permanente. A homenagem que recebeu honra o Judiciário brasileiro. Parabéns, Marco Antonio!

Queria também pedir, Sr. Presidente, que desse como lido o que foi publicado no sábado, na **Folha de S. Paulo**, no dia 27 de dezembro, com respeito à torianita, um produto radioativo, minério radioativo, que está sendo explorado ilegalmente na Região Norte do País. A Polícia Federal do Amapá alega não ter condições

de reprimir o crime por não ter onde guardar o material radioativo. O Dr. Caio, que hoje trabalha comigo, que é Delegado Federal, já em 1996 fez apreensão do mesmo material, torianita, em Macapá, ocasião em que foi instalado o inquérito policial e realizada a perícia por peritos da Polícia Federal e por técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) do Rio de Janeiro. Portanto, a CNEN tem conhecimento do fato. O minério é negociado clandestinamente por US\$300 o quilo, e não há onde guardar a mercadoria apreendida, ficando, sem dúvida, o Brasil com esse prejuízo, e a exploração clandestina vai continuar. Eles peneiram a torianita, colocam-na num saco e levam-na embora sem nenhum tipo de fiscalização, sem nenhum tipo de resguardo da nossa soberania, da nossa fronteira e dos minérios nucleares, que são tão importantes no mundo moderno.

Eu queria que V. Ex^a determinasse a publicação da matéria por inteiro, visto que não tenho mais tempo de permanência aqui, por causa de um compromisso para o qual já estou em certo atraso.

Meus parabéns ao nosso Senador!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento. E a preocupação em atendê-lo, pelo respeito e pela gratidão, é tão grande, que a própria Secretária Cláudia já veio aqui me advertir de que temos de atender o requerimento de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Estou enviando um requerimento ao Ministério de Minas e Energia, pedindo informações sobre os problemas que são trazidos ao nosso conhecimento, por meio das investigações da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a merece respeito e gratidão não só desta Mesa, mas do Senado e da Pátria. Também fiquei orgulhoso. Quando o Presidente Sarney deu a palavra aos Senadores, nós todos a delegamos a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E V. Ex^a mostrou a intimidade que tem com o mundo oriental e com a China.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é o símbolo maior da Polícia Federal. Aliás, o Secretário de Segurança do Piauí, Robert Rios, é oriundo da Polícia Federal. Ele é competente, é muito esforçado, mas a violência está muito forte. Ele tem pouca ajuda dos Governos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, um crime sem castigo impera no Norte do País. Fiquei estarecido e chocado ao lê matéria do jornal **Folha de S. Paulo**, publicada em dezembro passado, que revela o descaso de autoridades brasileiras em relação ao abandono de material nuclear, no Amapá. Há um ano, a extração e o comércio ilegais de Torianita – minério radioativo que contém urânio, tório e um tipo de chumbo usado na montagem de reatores nucleares e bombas de nêutrons – ocorrem livremente, sem qualquer fiscalização, naquele Estado.

O alerta é da própria Polícia Federal do Amapá, que alega não ter condições de reprimir o crime por não ter onde guardar o material radioativo. A última ação da PF foi feita há exatamente um ano, quando mais de uma tonelada de Torianita extraída ilegalmente foi apreendida.

De mãos atadas, a Polícia Federal do Amapá, que investiga o comércio clandestino desde 2004, quando foi feita a primeira apreensão no Estado, recebe denúncias mas pouco pode fazer. Sem condições de armazenamento, as investigações foram praticamente suspensas. O minério é negociado clandestinamente por até US\$300, o quilo.

O material apreendido estava armazenado provisoriamente em tonéis no Batalhão de Polícia Militar Ambiental, em Santana, a 22Km de Macapá. Mas como a unidade abriga projetos sociais, são grandes os riscos de acidentes nucleares à população, como ocorreu em Goiânia, em 1987. Assim, o comandante da corporação Coronel Sérgio do Nascimento não quer mais a custódia do minério.

O Delegado da PF Felipe Alcântara, que preside o único inquérito ainda em andamento, ingressou na Justiça para que a Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, retirasse do Estado o material radioativo apreendido e construísse um lugar apropriado para guardá-lo. Como resposta, obteve a negativa da Comissão que alega não ser função do órgão receber o minério.

Sras e Srs. Senadores, se a própria CNEM recusa-se a guardar o material nuclear apreendido de quem é a responsabilidade? O que fazer com cerca de 3.200 (três mil e duzentos) quilos de Torianita apreendidos até agora? Enquanto isso, a cada dia aumenta os riscos de um acidente radioativo em terras amapaenses.

Dessa forma, comunico à Casa que apresentei requerimento de informações ao Ministério da Justiça, ao Ministério das Minas e Energia e ao do Meio-Ambiente, com a finalidade de esclarecer quais as providências que estão sendo adotadas sobre essa questão da extração e o comércio ilegais de Torianita que ocorrem livremente, sem qualquer fiscalização, naquele Estado. Vale ressaltar que a nossa Constituição Federal, no art. 49, determina que é iniciativa privativa do Executivo iniciativas referentes a atividades nucleares.

Sugeri ainda a criação de uma comissão composta pelos Ministérios da Justiça, Minas e Energia e Meio Ambiente para tratar de um assunto.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

-O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos a usar da palavra, como Líder, o Senador Arthur Virgílio, que lidera o PSDB e a Amazônia.

Lembramos que o País todo se emocionou com a homenagem que a mocidade estudiosa fez ao ex-Senador Arthur Virgílio, mártir da redemocratização neste País, que criou a Universidade da Amazônia, vivendo por igual como o estadista Thomas Jefferson, que libertou os Estados Unidos, fez a Constituição, foi Presidente. Em seu túmulo, está escrito: “Aqui jaz o fundador da Universidade de Virgínia”. Então, esse é um título de grandeza, além dos muitos que seu pai obteve na luta pela democracia, nos partidos dos trabalhadores, liderando as forças avançadas de João Goulart neste País. Foi em boa hora que resgatamos a grandeza do pai de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. V. Ex^a nem imagina como tocou na minha família e nos meus amigos a homenagem que V. Ex^a ontem prestou, com a generosidade de amigo e de companheiro que o caracteriza, ao meu pai, no encerramento da sessão de ontem. Afinal de contas, foi um resgate de mais de trinta anos.

A juventude do Amazonas não sabia que meu pai era o criador da Universidade do Amazonas. A ditadura fez tudo para transformá-lo num pária, ao cassá-lo, ao suspender seus direitos políticos, e, de repente, a verdade veio à tona. Hoje, o Amazonas está diferente, em situação econômica e social diversa, impulsionado pelo Pólo Industrial de Manaus e pela Universidade Federal do Amazonas, à qual se junta hoje a Universidade Estadual do Amazonas. Mas foi a Universidade

Federal do Amazonas que virou a mola propulsora do desenvolvimento, inclusive formando a mão-de-obra técnica que hoje faz do meu Estado e da minha cidade um centro de tecnologia avançado neste País.

Agradeço a V. Ex^a de coração mesmo, como seu amigo e admirador.

Mas, Sr. Presidente, antes de tudo, encaminho à Mesa a versão em inglês do documento preparado pelo Senador João Pedro, meu colega de bancada do Amazonas, que teve a generosidade de solicitar que o Senador Jefferson Praia e eu assinássemos o documento endereçado ao Sr. Joseph Blatter, Presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa), mostrando as razões pelas quais Manaus merece ser uma das subsedes da Copa de 2014. Trata-se de documento muito bem preparado, que faço questão de colocar nos Anais da Casa como homenagem à atitude diligente e correta do meu colega Senador João Pedro.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, faço ainda um breve relato. Hoje, conversei com um amigo muito simples do Município de Borba, no Estado do Amazonas, e ele me dizia algumas coisas sábias. Faço questão de, ao citar seu nome, Alcemir, dizer que ele vê como necessário que, neste momento, cuidemos de algumas coisas no Amazonas. Para enfrentar a crise, que o Governo proteja – como faz com as montadoras – as empresas eletroeletrônicas e as empresas do Pólo Industrial de Manaus! Afinal de contas, o Pólo Industrial de Manaus faturou, no ano passado, algo acima de US\$30 bilhões. Isso não é desprezível! Talvez, seja o terceiro pólo industrial do País. E ele dizia que os habitantes do interior do Amazonas não têm, até hoje, a dignidade para desembarcar suas cargas nem para o desembarque pessoal, o embarque e o desembarque.

Isso é humilhante para uma mulher grávida, para uma pessoa idosa. É realmente humilhante! Ele diz que tem de haver um terminal de passageiros decente em Manaus. Também falou que deveríamos aparelhar a Justiça Federal, para que ela se instalasse nos Municípios do Estado com mais ação do Governo Estadual, com mais ação do Governo Federal, para coirmos abusos de compra e de venda de terras a estrangeiros, a exemplo do que aqui já denunciei desta tribuna, que terminou dando matéria ampla na televisão e nos jornais brasileiros a respeito, por exemplo, do Sr. Johan Eliasch, um sueco britânico que comprou terras monumentais entre Itaquatiara e Monicoré, no Amazonas, e a gente não sabe o que ele é, nem se sabe como ele conseguiu comprar tanta terra, se foi para fazer pirataria biológica, se foi por qualquer outra razão.

A desculpa que ele dá é muito esfarrapada: a de que ele produz, Senador Goellner – e comprou em nome de uma ONG dele –, raquetes Head e esquis Head e a de que ele não quer ver o clima se deteriorar, porque isso prejudicaria a venda dos esquis dele. É uma resposta tão estúpida, que chego a pensar que uma pessoa não teria obtido a fortuna que ele obteve se fosse tão atrasada mentalmente assim. Então, é dever do Governo brasileiro saber o que ele faz ali e, se for o caso, tomar as terras dele – ou melhor, não as terras dele, mas as terras que pertencem ao Amazonas, ao Brasil – e não permitir esse vai da valsa de estrangeiro que chega e compra o que quer, como se fosse mesmo a casa da sogra. Na casa da minha sogra, eu me porto com muito respeito.

E, finalmente, me propõe o Alcemir que nós priorizemos algumas coisas daqueles inúmeros pontos da agenda de Governadores, priorizemos alguns pontos. Porque ele diz o seguinte: quem prioriza muito não prioriza nada.

Então, eu sugeriria que o governo, nessa hora de crise, descontingenciasse totalmente, cem por cento, os recursos da Suframa, que não são recursos orçamentários, são recursos obtidos de preços públicos, cobrados das empresas locais. Isso é muito doído para a nossa região. Vai para o Tesouro Nacional e é um dinheiro feito lá. Não tem nada a ver com o Orçamento do País. Isso seria de muita valia para toda a Amazônia Ocidental para propiciar a Prefeitos que fizessem obras de infraestrutura numa hora de crise e de escassez econômica.

Sr. Presidente, tomadas essas providências, eu analiso aqui com olhos bastante claros, bastante duros, talvez, mas com muita vontade de colaborar. Eu disse isso ao Presidente da República ao encontrá-lo na homenagem que ele prestou ao Presidente Álvaro Uribe, da Colômbia, que conta conosco para enfrentar a crise. Agora, é fundamental que nós olhemos com realismo.

Eu trago, aqui, alguns dados que eu julgo relevantes.

Bem, recentemente, saiu um *research*, do Morgan Stanley Bank, que prevê que a avaliação de crescimento do Brasil caia para crescimento zero em metade do ano. Bem diferente disso dos 4% que, ainda, ingenuamente, talvez, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, insiste em apregoar. Eu vejo que, quando alguém maquia, não enfrenta a crise, não admite a gravidade da crise, talvez, esse alguém esteja impedindo que atitudes sérias sejam tomadas, agora, para nós enfrentarmos a

própria crise. Então, como não enfrenta a crise, a crise tende a ser mais grave.

Mas, muito bem! O dólar continua com tendência de alta, hoje, aproximando-se de 2,40, acima de 2,35, enfim. Nós temos o fato de que a Bovespa tem caído; caiu, nos últimos dias, cerca de 6% e está em torno de 40 mil pontos, podendo descer para 35 mil pontos.

Quanto à taxa de desemprego, amanhã se anuncia nova taxa; eu imagino que terá subido um por cento; então vai para 7,8%, 8%. É a primeira vez desde 1999 que a taxa de desemprego sobe no País. É bom que se registre: isso mostra o tamanho da crise e a gravidade dela. E a previsão que se faz entre pessimismo e realismo – eu prefiro essa medida ao otimismo delirante – é que a taxa de desemprego atinja dois dígitos, o que seria muito complicado, muito ruim.

As *commodities* vão perdendo ainda em preço. O preço do petróleo não para de cair. Eu faço uma advertência à Casa, Senador Gilberto Goellner, Presidente Mão Santa. Parece-me que nós devemos colocar os nossos olhos todos no Leste Europeu, porque é preocupante a situação da maioria dos países do Leste Europeu: dívidas altíssimas, incapacidade de pagar essas dívidas e sistemas bancários frágeis, o que significa dizer que pode vir uma nova onda de quebra de bancos, desta vez do Leste Europeu, novamente agitando, empurrando para baixo as expectativas econômicas de países que estão interligados ao mundo, como é o caso do Brasil.

Eu ainda complementaria, dizendo que a Fundação Getúlio Vargas aponta que o clima econômico da América Latina registrou uma queda para 2,9 neste primeiro trimestre do ano e no outro trimestre esse índice estava em 3,4. O número atual de 2,9 é o pior, é o menor desde 1999, de acordo com a sondagem econômica para a região feita pela própria Fundação Getúlio Vargas.

Nós olhamos os países. A China não crescerá de maneira exuberante, 5% ou 6% para a China significam muito pouco, muito pouco. É um país que tem que alimentar um bilhão (b de bola) e quatrocentos milhões de bocas. Olhando o Japão, vê-se que o Japão se mantém em posição paquidérmica, parado. A taxa de juro inalterada em 0,1%, não tem mais o que baixar. E alguma coisa viciosa impede aquele País de demarrar. Os números que saíram hoje do mercado de trabalho americano são desalentadores. A economia vai perdendo gastos cada vez mais, o desemprego aumenta. O número de trabalhadores naquele país que foram pela primeira vez solicitar o auxílio desemprego foi de quase 630 mil, já concluiu, Sr. Presidente, na se-

mana encerrada em 14 de fevereiro, perto do recorde histórico de 25 anos. O auxílio desemprego subiu para cinco milhões de pessoas. São dados piores do que os do período da recessão de 1981 e 1982.

Ainda sobre o desemprego nós temos o Cajed, aqui no Brasil, que revelou que desde 1999 o País não apresentava uma queda tão grande, não apresentava queda no número de vagas. Caíram. Já perdemos 102 mil postos de trabalho com carteira assinada. É um sinal muito nítido de crise. O mercado está desanimado, nós percebemos que as Bolsas americanas permanecem em queda, com os bancos, até pela situação precária de que desfrutam, os bancos lideram a queda nas Bolsas americanas. Dou exemplos: Bank of America e Citibank. O risco Brasil, até o momento em que observei, estava subindo acima de 6%, indo para 462 pontos. Portanto, eu diria que a notícia ruim de ontem era o alerta que importantes analistas de economia faziam sobre a crise que se avizinha a partir do Leste Europeu. A notícia ruim de hoje é o crescimento do risco País, em função de todo esse quadro à nossa volta.

Eu diria que temos dois embaraços que impedem a recuperação da economia no mundo: primeiro, a crise dos bancos nos Estados Unidos, a crise financeira – ou se resolve isso ou vai ser difícil encontrarmos um bom caminho – e a crise do Leste Europeu, que, observem Srs. Senadores, eu posso estar enganado, tomara que esteja, mas me parece que, de fato, vem como bola da vez. Estou aguardando com ansiedade a taxa de desemprego, torcendo para estar mais uma vez errado. Mas, Sr. Presidente, gostaria de retomar o que estava dizendo: estou inteiramente, meu partido também, à disposição do Senhor Presidente da República para tudo o que significar saída efetiva para a crise. Encaro a crise com muita seriedade, com muito medo inclusive, porque mexe com a vida das pessoas, mexe com emprego. E não vou cultivar aqui otimismo ululantes. Eu vou ser realista; vou dizer o que sinto, vou dizer o que vejo, o que observo dos números. Para mim, nós tínhamos uma saída muito simples. A melhor saída para o Brasil agora, já que a crise é inevitável e está aí, seria o Brasil fazer uma troca, cortar rigidamente gastos de custeio, Senador Gilberto Goellner, para poupar recursos para o investimento no essencial. Não adianta se endividar para fazer investimento se o custeio continua aumentando: isso significará, para o Brasil, que, quando a crise para os outros países acabar, ela vai começar para nós outra vez. Cortar rigidamente gastos de custeio; trocar, ou seja, x milhões para o investimento. Onde corta? Eu sugiro decepar logo 10,

12, 15 Ministérios, acabar com tanto gasto em passagem, diária e despesas desnecessárias. Não seria necessário gastar R\$2,5 milhões com aquela história dos Prefeitos. Enfim...

Aqui não é o opositor que fala; é o brasileiro que fala. Não estou torcendo para o “quanto pior melhor” coisa nenhuma. O que vai definir eleição não é isso. Não estamos pensando na eleição. Digo isso de coração. Até porque tive uma conversa com o Presidente, do melhor nível, do melhor respeito.

A outra sugestão que faço, muito clara, é que o Brasil, fazendo essa redução de gastos em custeio, deve aproveitar a chance que lhe dá a crise para reduzir juros. Desta vez, pode. Eu nunca fui doidivana de ficar pregando rebaixamento de juros só porque eu quero, até porque se a gente aumenta e baixa juros feito doidivanas, o mercado depois rejeita isso. Vai ter que aumentar; é pior. Entendo que dá para reduzir juros, sim, se cortar custeio. Reduzindo juros, nós nos aproximaremos dos padrões internacionais. Quando a crise amainar, quando a crise acabar, nós estaremos perto do consenso internacional, e não essa coisa esdrúxula, essa coisa meio jabuticaba que só tem no Brasil: um País com uma economia exuberante, uma economia com aspectos modernos fantásticos e, ao mesmo tempo, uma economia que pratica os maiores juros reais do planeta e os maiores juros nominais do planeta. Nós temos de aprender a nos financiar com menos recursos.

Então, faço este pronunciamento, quando vamos parar para os feriados de Carnaval, faço este pronunciamento de coração absolutamente desarmado. Não me peçam para entrar num otimismo desvairado, porque não vou entrar em otimismo desvairado. Eu tenho a visão de que a crise é muito dura e muito grave. Se alguém me perguntar se eu entendo, de certa forma, a tentativa do Presidente Lula de passar otimismo, eu entendo. Eu entendo, claro! Ele não tem de ficar dizendo que tudo vai ficar ruim, senão a coisa piora. A economia é muito expectativa também. Mas é fundamental que essa tentativa de passar otimismo por parte dele, que é o Líder desta Nação, não impeça o Governo de tomar medidas duras, porque, às vezes, para não admitir que há uma crise, terminam não tomando uma medida dura que enfrentaria a crise. Então, é bom que diga: “Muito bem. Vamos enfrentar a crise, vamos vencer a crise. Agora, para vencê-la, é fundamental tomar as medidas tais, tais e tais”. Não vejo como o Brasil escapará de cortar custeio para fazer sobrar dinheiro para investimento. Ou nós vamos

plantar as bases de uma crise fiscal que se agudizará quando a crise mundial tiver arrefecido.

O que preconizo é que o Brasil enfrente a crise bem, com austeridade, feito formiga e não feito cigara, para, quando amainar a crise internacional, o Brasil estar na *pole position*, na largada para a nova etapa de crescimento que poderá não ser tão exuberante quanto a anterior, mas que seja um crescimento saudável, sustentável. O Brasil tem condições de crescer 4%, 4,5%, sem aumentar inflação, se fizer uma política fiscal justa. Ao longo de 10, 15 anos, isso mudaria a face econômica do País. E 4%, 4,5% já são razoáveis para o Brasil. O ideal seriam 5%, 5,5%, com inflação baixa. Isso para a China não é nada. Para nós, é bastante.

Então, desejo sinceramente que o País encontre seu eixo e que o Governo nos lidere, que o Presidente seja o líder equilibrado e forte de que a Nação precisa. Estamos aqui para colaborar. Não vetaremos nenhuma medida boa para o País. E mais: eu gostaria muito que o Governo não mandasse para cá mais nada que significasse aumento de gastos públicos e que percebesse que é hora de segurar, trincar os dentes e segurar, porque a crise passa. O Brasil é maior do que ela, mas temos de saber ser timoneiros na hora de dirigir este País.

Mesmo na parte que toca a uma liderança de oposição, que não tem o poder de decisão nas mãos, eu diria que o nosso papel é colaborar propondo medidas corretas. E a melhor forma de colaborar neste momento é fazendo, neste modestíssimo discurso, este apelo para que o Presidente crie as condições para baixar os juros. Agora, seria ótimo ele fechar-se com seus assessores no Palácio e, na quarta-feira de cinzas, ele amanheceria anunciando um corte drástico de gasto de custeio. Isso significaria mais credibilidade para a economia brasileira, significaria garantia de investimentos, significaria termos aberta a possibilidade de cortar juros para valer, juros nominais e juros reais – portanto, na consequência.

Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Mais uma vez, muito obrigado, em nome de minha família, pela generosidade com que V. Ex^a sempre se porta. E ontem especialmente, demonstrou em relação à memória de meu pai.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a torna este um dos melhores Congressos da nossa história pela sua formação, não só pela genética que vem de seu pai, mas também pela sua formação cultural.

Arthur Virgílio é um homem oriundo do Instituto Rio Branco, do Itamaraty. É um homem de vasta cultura, de que todos nós nos orgulhamos.

Convidamos para usar da palavra o Senador do Estado do Mato Grosso, Gilberto Goellner, que é o aniversariante de hoje. E jamais vou cortar o tempo que S. Ex^a queira usar.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, nosso Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao mesmo tempo que é um estado de alegria, por estar comemorando mais um ano natalício, é também de extremo pesar o assunto que levo. Nós estamos, hoje, com um ano do falecimento do Senador Jonas Pinheiro. No mesmo dia.

Venho a esta tribuna, neste 19 de fevereiro, para homenagear aquele que foi um dos maiores representantes que Mato Grosso já teve nesta Casa. Há um ano exato, deixava-nos o Senador Jonas Pinheiro.

Mato-grossense simples, de Santo Antonio do Leverger, nascido aos 22 de janeiro de 1941, tornou-se Senador da República. Isso não se deu de uma hora para outra. Como ele próprio dizia:

Quis a Providência divina que esse simples filho de pescador galgasse, um a um, os postos que ele foi conquistando na vida, até chegar aos elevados e destacados cargos de Deputado Federal e, depois, de Senador, quando, então, teve mais oportunidade de lutar em favor dos seus coestaduanos.

Jonas era uma pessoa única. Pragmático, não era dado a elucubrações filosóficas, nem a faroleiros inúteis. Antes, era na busca de resultados práticos que sua atuação parlamentar se definia. Falava pouco, fazia muito. Era médico veterinário, mas nunca gostou de ser chamado de doutor. Preferia a alcunha de homem do campo, de filho de pescadores. Identificava-se com a gente simples do meu Estado. Gostava da música do interior, do povo do interior. Quando chegava a uma choupana, sentia-se como em casa. Comia e bebia o que lhe fosse servido, com alegria e singeleza de coração. Essa característica tornou Jonas Pinheiro o grande representante do Estado de Mato Grosso.

Mas não era só entre os simples que Jonas se destacava; também era muito respeitado entre os grandes empresários do agronegócio brasileiro, bem como entre todas as entidades de classe do agronegócio. Suas posições sempre firmes, suas idéias inovadoras, sua ampla visão dos problemas que a agricultura enfrentava tornavam a sua presença sempre obrigatória e prazerosa nas reuniões de interesse do setor.

Por isso, era também o grande líder do agronegócio de Mato Grosso.

Mesmo aqui nesta Casa, quem poderia negar a respeitabilidade que tinha o Senador Jonas Pinheiro? Seu jeito simples era muito bem compreendido, pois todos os Senadores, posso isso atestar, viam naquela alma gentil a grande voz da agricultura nesta Casa.

Os que defendem a fidelidade partidária que se mirem em Jonas Pinheiro. Toda a sua carreira foi construída no Democratas, começando pela Arena e pelo PFL. Em todas as fases por que passou a agremiação partidária, lá estava o Senador a nos conduzir. Não era um cacique; era uma referência. Não era um chefe; era um líder.

Quem, em sã consciência, poderia tomar uma decisão dentro do partido ou dar uma orientação de como atuar, ao Democratas, sem ouvir primeiro a voz de Jonas Pinheiro? Não era um homem de dar a “palavra” final. Mas, quando falava, nenhuma outra voz se erguia. Um assentimento unânime às suas palavras se fazia ecoar em todos os diretórios do partido, mesmo nos rincões mais afastados de Mato Grosso.

Representante legítimo do povo simples; grande norteador das ações do agronegócio; articulador respeitado nesta Casa e líder político dentro e fora do Democratas. Tudo isso faz de Jonas Pinheiro uma das figuras públicas de maior destaque na política mato-grossense e nacional.

Por ironia, dessas que só a Providência, como dizia Jonas, seria capaz de engendrar, sua partida se deu no dia em que comemoro minha data natalícia. No meu aniversário de 2008, então, perdi um amigo, e Mato Grosso perdeu um líder, mas ninguém perdeu a referência ética, moral e política de Jonas Pinheiro.

Sucedi a ele nesta Casa, com imenso cuidado para que as minhas ações jamais provocassem à memória daquele homem simples qualquer mácula. Comprometi-me com as suas causas. Continuei suas ações e dessa forma prossegurei, a fim de que o tom de Jonas Pinheiro venha a se espargir e a ser sentido em cada ação minha no Senado Federal.

Termino esta homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, Sr. Presidente, reproduzindo um trecho de sua autobiografia. O texto, como ele, é simples, mas denso e profundo. Diz muito em poucas palavras. Abro aspas:

Não se melhoram condições de vida de um povo apenas com frases de efeito ou com boas intenções. Devem ser postas de lado a retórica, as especulações abstratas, a declamação demagógica, e tomadas, com firmeza

e conhecimento de causa, medidas severas e plausíveis, a fim de sanear esse descompasso que está havendo entre o trabalho e a renda no campo, a fim de que os problemas ali existentes sejam enfrentados com objetividade.

Se forem pelo menos diminuídos os problemas do campo, os da cidade serão mais facilmente resolvidos, porque, na sua maioria, eles foram causados pelo enorme êxodo do homem do campo para as periferias das grandes cidades. Com condições de trabalho e renda no campo, muitas dessas pessoas voltariam para a sua terra natal. E, mesmo que se tenham de resolver concomitantemente os problemas do campo e da cidade, as soluções para isso não exigem cálculos mirabolantes, nem números quânticos, nem silogismos dialéticos ou considerações metafísica.

O povo é simples [olha a sabedoria do que Jonas falava] e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário, quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Ao final das contas, o povo anseia, desesperadamente, por dignidade.” [Essa era a filosofia do Senador Jonas Pinheiro].

Simple também são as coisas que o povo não quer: o povo não quer viver na miséria, não quer ser explorado, nem quer ser ludibriado com promessas que nunca se hão de cumprir.

[...]

Minha luta, portanto, tem sido para impedir que os agricultores e os trabalhadores rurais sejam explorados e humilhados, que os grandes lhes arrebatem as terras ou o produto do seu trabalho. Enfim, coloquei sempre, em primeiro lugar, o homem, o trabalhador, com os seus problemas, suas necessidades e seus anseios; e não descurei, jamais, de outras questões de interesse vital para a economia do Estado do Mato Grosso e que formam, por assim dizer, a base de sua estrutura e do seu progresso.

Agora que recomeço novo mandato, não é menor meu entusiasmo nem minha vontade de alcançar esses objetivos. Continuarei na luta com a mesma decisão de sempre, com a mesma boa vontade e o mesmo afinco, a fim de recompensar meus eleitores, que sempre acreditaram em mim e sempre me apoiaram.

Agradeço a todos e coloco-me à disposição de cada um que de mim precisar, e faço votos de um futuro fulgurante para o Brasil, para nosso Mato Grosso e para cada um de nós em particular, com trabalho honrado e muita paz.

Isso foi o que Jonas Pinheiro falou no início de seu segundo mandato, em 2003.

Então, hoje faz um ano que essa pessoa maravilhosa nos deixou. E eu, por consideração especial do meu Partido, do Senador Jonas Pinheiro, dos produtores rurais, tive a honra de compartilhar do seu grupo político. Fui eleito primeiro suplente dele e hoje estou aqui nessa missão de perpetuar os ideais e os anseios de Jonas Pinheiro, pois foi isso que nos levou à nossa candidatura em 2002 e ao início do mandato que se iniciou em 2003 e que finaliza em 2010.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Gilberto Goellner, nossos parabéns pelo aniversário, mas nossos parabéns também por reviver aquele nosso Senador Jonas Pinheiro. Deus foi bom para mim porque eu sentava atrás do Jonas Pinheiro, era como se ele nos guiasse.

Mas o filósofo Lacordaire disse, Geraldo Mesquita: “A humildade une os homens, o orgulho divide os homens.” Era o retrato. Agora, V. Ex^a é um homem muito preocupado com a cultura. Outro dia nos chamava a opinar sobre que publicações deveria fazer. Eis o presente no seu aniversário que V. Ex^a dará ao povo. Olha, aí estão os Estados Unidos, ricos e fortes. Franklin Delano Roosevelt pensou como ele. Foi Roosevelt que disse: “As cidades poderão ser destruídas, elas ressurgirão do campo.”

E, Geraldo Mesquita, num momento como este, de crise econômica, de recessão, ele disse: “Vamos botar um bico de luz em cada fazenda, uma galinha em cada panela, e os Estados Unidos se enriquecerão através do campo.”

É a vida, a obra e o ensinamento de Jonas Pinheiro.

Meus parabéns a V. Ex^a pelo aniversário e por reviver Jonas Pinheiro. Feliz do Mato Grosso, que não precisa buscar luz nem inspiração. A luz está na vida de Jonas Pinheiro, que V. Ex^a continua muito bem.

Convidamos para usar da palavra este homem público também extraordinário, que engrandece o Senado da República, a democracia e o meu Partido, o PMDB, sinônimo de amor e firmeza no direito e na ética, Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado amigo e companheiro Senador Mão Santa, que preside esta sessão, daqui a pouquinho, compareceremos ao gabinete do Senador Gilberto e, mais uma vez, iremos abraçá-lo e confraternizarmos com ele por esta data, o seu aniversário.

O Senador teve a grandeza de vir aqui lembrar o nome do saudoso Jonas Pinheiro. É o que V. Ex^a realmente disse: Jonas Pinheiro, aquela pessoa simples, cordata, humilde, olhem quanta camaradagem, quanta amizade ele granjeou aqui, Senador Gilberto. Era impressionante. Você podia até discordar dele em alguma coisa, mas não havia possibilidade de ver o Senador Jonas de forma desagradável. Isso era impossível. Era impossível porque ele, muito cioso na defesa das suas teses, das suas convicções, é como eu disse, a gente, eventualmente, poderia até discordar dele em algum ponto, mas jamais enxergar o Senador Jonas com olhos que não aqueles da amizade, da camaradagem e da solidariedade, Senador Mão Santa..

Então, hoje é o dia, a gente festeja o seu aniversário, Senador Gilberto, e lembra com muita saudade também, ao mesmo tempo, do convívio que tivemos aqui com o Senador Jonas. Que Deus o tenha, que a sua família, que deve sofrer até hoje a ausência de um companheiro tão querido, receba o conforto pela perda de um ente tão estimado como era o Senador Jonas.

Mas o que me traz hoje aqui, Senador Mão Santa, é fazer um apelo – desculpem-me – a toda a população brasileira. Nós vamos viver um dos momentos de que o povo brasileiro mais gosta, o nosso Carnaval. Vamos viver no País uma grande festa. Ao lado do futebol, temos o Carnaval como um momento de extravasar a nossa alegria, o nosso contentamento. E viva o povo brasileiro por isso, Senador Mão Santa!

Agora, o povo brasileiro precisa viver. Ao mesmo tempo em que a gente lembra de um momento como este como um momento festivo, alegre, descontraído e de muita alegria, não pode também deixar de lembrar, Senador Mão Santa, que é nesta quadra carnavalesca...Quando chega próximo um momento como este, eu já começo a me preocupar, Senador Mão Santa, porque todo ano a gente colhe, depois do Carnaval, uma estatística cruel de acidentes, de morte de pessoas que estavam ali para se divertir e que, de repente, se envolveram em uma situação que leva a óbito. É um momento de alto consumo de bebida alcoólica.

Eu me atrevo a vir aqui fazer um apelo à população brasileira: que a gente brinque, que a gente se divirta, que a gente caia no frevo, caia no samba, mas que a

gente tenha a noção exata da preservação da vida, que a gente respeite o próximo e, sobretudo, respeite aquela regra básica que começa a tomar uma feição mais nítida no nosso País: a de que não convém misturar bebida com direção.

No momento em que eu faço este apelo, Senador Mão Santa, quero lembrar à Casa e a V. Ex^a, que preside esta sessão, que eu pretendo retomar uma luta antiga na qual a gente se envolveu aqui. Eu tenho um projeto que tramita nesta Casa desde que eu cheguei e que trata de proibir a veiculação de bebida alcoólica nas rádios e nas televisões brasileiras.

Senador Mão Santa, eu tenho três filhos que nasceram ao longo da década de 70. E olhe que coisa curiosa: quando eles chegaram à fase de juventude, já não havia no País aquela coisa horrorosa que era a propaganda de cigarro. No Brasil nós já tivemos. As televisões e as rádios eram veículos de divulgação de propagandas de cigarro, de consumo de cigarro. E olhe que coisa curiosa: meus filhos, quando chegaram à fase da adolescência, já não havia no País a propaganda de cigarro, e nenhum dos três fuma. E no convívio com suas amigas e com os seus amigos, o que deu para perceber, acompanhando o crescimento dos filhos, é que no ambiente deles a exceção era quem fumava, Senador Mão Santa.

Eu, o senhor, muitos aqui, somos da geração de fumantes. Eu fumei por muitos anos. Larguei o hábito de fumar há mais de 30 anos, mas fui da geração de fumantes, fui da geração que assistia na televisão e ouvia no rádio brasileiro que fumar era uma coisa fantástica, que era coisa de bacana. E aquilo me levou a fumar e a uma grande parte da população brasileira a colocar o pé nesse vício.

Por que digo isso, Senador Mão Santa? Há uma tese defendida pelos fabricantes de cerveja de que a propaganda de bebida não induz ao consumo.

Digo aqui, Senador Mão Santa, sem pestanejar, que isso é uma grande mentira. Eles dizem que a propaganda apenas estimula a concorrência entre os fabricantes de bebida. Isso não é verdade! A propaganda estimula o consumo; a propaganda atrai, por gravidade, a nossa juventude.

Eu não sou hipócrita, eu não sou piegas. Tomo minha cervejinha, tomo vinho – lá na casa de V. Ex^a, inclusive, Senador Mão Santa, quando V. Ex^a me convida. Mas eu digo sempre que quem quiser beber que beba!

Mas acho um absurdo que as rádios e televisões brasileiras... Senador Mão Santa, é bom que as pessoas saibam exatamente de quem são as rádios

e televisões brasileiras. São do poder público! Rádio e televisão neste País são instrumentos públicos entregues à iniciativa privada por meio de concessão pública. Mas são, na essência, instrumentos públicos. Tanto é assim que, para que um particular exercite a rádio e a televisão brasileira, ele precisa de uma concessão pública. Então, eu acho inadmissível, eu acho um absurdo, Senador Mão Santa, que nós tenhamos ainda no nosso País as rádios e as televisões a serviço da divulgação de uma prática como esta do consumo da bebida alcoólica.

Eu repito aqui, para que as pessoas não me interpretem mal: não sou hipócrita, não sou piegas. Tomo minha cervejinha, tomo meu vinho, lá com V. Ex^a e com D. Adalgisa, mas eu acho um absurdo que um instrumento público entregue, sim, à iniciativa privada, por força de concessão pública, continue no nosso País sendo o veículo de estímulo ao consumo de bebida alcoólica.

O Estado brasileiro permite que isso aconteça e, na outra ponta, tem de se responsabilizar por todas as sequelas e mazelas decorrentes do consumo exagerado de bebida alcoólica no nosso País. O projeto ao qual eu me refiro, Senador Mão Santa, eu protocolei logo que cheguei a esta Casa. E esse projeto acabou sendo apensado a outros que tratam de assuntos correlatos, e ele não vem para plenário de forma alguma.

Eu tenho um requerimento aqui na mesa, protocolado desde o ano passado, pedindo o desapensamento desse projeto e que ele venha, de forma autônoma, para o plenário desta Casa, porque o Senado não pode passar mais um ano sem se pronunciar sobre essa questão.

Para os cétricos, para aqueles que acham que isso seria difícil, eu lembro sempre: o Congresso Nacional, muitos anos atrás, deliberou e decidiu excluir a propaganda de cigarros das rádios e das televisões.

Por que nós não podemos fazer isso com relação às bebidas? Podemos, Senador Mão Santa! O Congresso Nacional aprovou, há pouco tempo, a chamada Lei Seca. Num primeiro momento, houve uma redução drástica de acidentes de trânsito em decorrência da ingestão de bebida alcoólica. A coisa está afrouxando um pouco. É bom a gente tomar tento, porque começa a afrouxar e começam a surgir novamente acidentes dramáticos. E, quando se apura, descobre-se que o condutor estava altamente alcoolizado. Começam a acontecer de novo, no nosso País, esses acidentes dramáticos que levam vidas e, inclusive, vidas de pessoas jovens.

Eu, hoje, obriguei-me a vir a esta tribuna, Senador Mão Santa, fazer um apelo à população brasileira, àqueles que estão nos ouvindo: que a gente brinque o carnaval, que a gente se divirta. Essa é uma festa eminentemente popular e brasileira. Agora, que a gente tenha o cuidado com a nossa própria vida, com a vida de terceiros, com a vida dos outros. Que aqueles que forem brincar procurem lembrar que bebida e direção não combinam, e que essa combinação hoje é proibida, Senador Mão Santa. Bebida e direção, hoje, são proibidos no nosso País. Que a gente se divirta, que a gente extravase, mas que a gente tenha apreço pela própria vida, que a gente tenha apreço pela vida das pessoas, dos demais, dos outros, que vão brincar junto com a gente.

Então, é esse o apelo que eu queria fazer hoje aqui. Não queria perder esta oportunidade, Senador Mão Santa, de fazer este apelo a todos, do Acre ao Rio Grande do Sul; do Piauí ao Amazonas. As pessoas vão estar envolvidas numa grande festa popular. Que a gente tenha cuidado. Que a gente brinque. Que a gente se divirta, mas que a gente tenha cuidado, para que, na virada do Carnaval, na quarta-feira de Cinzas, na quinta-feira, não se depare com um quadro de estatística cruel de acidentes violentos, de mortes, grande parte delas em decorrência de ingestão de bebida alcoólica por alguém que bebeu e dirigiu, por alguém que bebeu em demasia e acabou assassinando.

Enfim, eu vou retomar, Senador Mão Santa, este assunto no nosso Senado Federal. Vou voltar a pedir aqui, sempre que eu tiver oportunidade, que este requerimento que está aqui na Mesa seja apreciado, que o meu projeto seja desapensado dos demais, que ele venha para cá. Ele trata de uma questão específica de proibir a propaganda de bebida alcoólica no rádio e na televisão brasileira.

Esse é o ponto. Acho que seria uma medida que viria complementar e fechar o quadro. Junto com a Lei Seca, essa medida viria complementar uma ação consciente, uma ação concreta do Estado brasileiro pela preservação da vida, pela preservação da saúde e pela dignidade do povo brasileiro.

Vou retomar essa briga nesta Casa, quero a ajuda de V. Ex^a que, como médico, como homem público, sabe do que estou falando, sabe das consequências que nós haveremos ainda de viver, caso uma medida dessa não seja apreciada e aprovada nesta Casa e adotada no nosso País.

Portanto, que o povo brasileiro brinque e se divirta, mas brinque com responsabilidade e, sobretudo,

observando que beber e dirigir, além de ser proibido atualmente em nosso País, é algo que não condiz com a necessidade de preservarmos a própria vida e a vida de terceiros.

Senador Mão Santa, amanhã teremos uma sessão pela manhã e, nessa ocasião, pretendo falar de um outro tema ligado ao meu Estado, ao que vêm passando, por exemplo, as pessoas envolvidas com atividades que chamamos lá de extrativistas, pessoas que ainda colhem castanha na mata, pessoas que ainda extraem látex para a produção de borracha. Enfim, pessoas que vivem ainda da coleta de produtos que a floresta amazônica e acreana lhes permitem.

Vou aqui falar com detalhes do que está acontecendo e do que precisamos fazer para sair do discurso da preservação, do desenvolvimento sustentável e, na prática, ajudar essas pessoas que estão ainda dentro das matas. É muita gente, Senador Mão Santa, que ainda vive em um penúria de dar pena, de dar dó e que precisa de apoio para continuar vivendo, melhorar, inclusive, a renda que auferem com essa atividade, para que a Amazônia, para que o Acre sejam, enfim, isso que o povo brasileiro espera: uma região em que se saiba conciliar a preservação da nossa floresta com atividade a produtiva que o povo precisa ter. Portanto, Senador Mão Santa, amanhã, vamos nos referir a esse assunto. E espero ter a oportunidade de falar porque é dramática a situação de milhares de pessoas que vivem ali no Acre, na nossa região, nessa atividade ainda extrativista.

Fico por aqui, fazendo votos de que a minha fala tenha o mínimo de repercussão no que diz respeito a Carnaval, a bebida, a direção, para que, depois do Carnaval, a gente possa enxergar uma estatística menos cruel e mais agradável de se ver em nosso País.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Essas foram as palavras do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Ele é do PMDB do Acre. Mostrou as suas preocupações, devendo ter uma legislação melhor quanto à publicidade de bebidas alcoólicas. Em suas preocupações, fica uma advertência: para que a festa, a alegria do carnaval não se transforme em vítimas.

Este é o Senado da República do Brasil. Esta é a sessão ordinária de 19 de fevereiro de 2009, iniciada às 14 horas.

Queria, então, prestar uma homenagem ao nosso Presidente José Sarney. Nós somos responsáveis pela eleição do Presidente Sarney: eu, Geraldo Mesquita, o PMDB. Ele não queria ser eleito, ele não desejava

ser eleito; fomos nós, do PMDB, que o incentivamos, exigimos que ele participasse da luta. E nós fizemos isso por uma razão pura e simples. Bem aqui está o Rui Barbosa, que disse e ensinou: “Quem não luta pelos seus direitos não merece viver.” Era um direito do nosso partido.

Esta Casa aqui, ao longo dos anos, chegou à conclusão de que, para prevalecer a harmonia no nosso Poder e irradiar a harmonia da democracia, esse Poder, então, adota, ao longo da sua existência, que o partido que tem maior número de eleitos pelo povo, já que nós somos filhos do povo e da democracia, atinge a Presidência.

Não seria agora que o PMDB, com 21 anos, iria permitir que o PT dirigisse o Poder Legislativo, porque entendemos, e entendemos bem, somos os pais da democracia. Só tem essa razão de existir Senado na história do mundo. A democracia nasceu contra o absolutismo, contra os reis. A primeira coisa foi a divisão do poder, foi a alternância do poder.

Nós reconhecemos o Poder Executivo do Presidente Luiz Inácio. Foi eleito; sessenta milhões de votos. Venceu um candidato extraordinário. Mas ele é muito forte neste mundo capitalista, porque ele detém o BNDES, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, e, no mundo capitalista, mesmo democrático, isso é muito forte.

E, pela sensibilidade do Congresso, fizeram uma Constituição boa, que foi beijada, cidadã, mas ela previa um mandato de Presidente de quatro anos. Daí Ulysses, do nosso Partido, ter beijado a Constituição, porque ela atendia ao povo. Ele disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. E o povo brasileiro era presidencialista. Deu força ao Presidente e fez com que o Presidente tivesse o poder de nomear o ápice do Poder Judiciário, a Corte Suprema, o Supremo Tribunal Federal. Mas eles não erraram, não. Quem sou eu para criticar Afonso Arinos, Mário Covas, Ulysses Guimarães e todos esses Constituintes? Eles fizeram com sensibilidade e em respeito ao povo; mas fizeram para um mandato. De repente, o Presidente tem direito a dois mandatos. Então, já nomeou quase toda a Corte Suprema – um desequilíbrio extraordinário. Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio, já nomeou sete de onze. Então, ele tem quase o Poder Judiciário. O desequilíbrio acaba com a democracia. Se nós entregássemos isso ao PT, era enterrar a democracia! Nós somos responsáveis. Nós salvaguardamos a democracia e fomos buscar aquele que tinha a melhor história entre os membros do PMDB. É um estadista. A inveja e a mágoa corrompem os corações. Mas ele é um estadista. Ele pegou

este País no pior momento e mais difícil: a transição da ditadura, dos canhões militares para liberdades democráticas, que, com sua paciência e sua tolerância, nos trouxe até hoje. Então, nós fomos buscá-lo e o convidamos. Nós participamos.

Meu Partido teria dois lugares nesta Mesa. No segundo, estou aqui, porque Geraldo Mesquita, Pedro Simon fizeram uma campanha tão forte que tive os 20 votos do meu Partido e, no dia, de 74, 71. Então, foi essa a razão.

Eu queria deixar ao Brasil o que significa este momento. Este Congresso nunca faltou ao País. Essa democracia é aqui, segurada pelo Senado da República. Então, eu lia dois artigos de Sarney, um intelectual. Aristóteles, nos primórdios da democracia, disse que o melhor governo seria aquele que tivesse um filósofo como governante. E nós atingimos aqui. Ele é um intelectual.

Sarney escreveu em 1998, 15 de maio – **Política com “P grande”**:

Quem primeiro falou em fazer política com “P grande” foi Joaquim Nabuco. Em seu livro “Minha Formação”, em que Gilberto Freyre descobre que uma “autobiografia se confunde com a história nacional”, o grande escritor, aquele que transformou a Abolição numa causa do País inteiro, faz algumas distinções entre o que é política – com “p” minúsculo – e Política [...]

Mas vamos ao que diz Sarney. Ele diz o seguinte:

Eles não podem ser julgados pelas condutas menores, pelos que se valem da política para atender interesses pessoais e pequenas ambições. É uma arte difícil, convive com a ingratidão, com as seduções do poder e com os amargos da derrota. [...] Fugir do egoísmo e do individualismo, ter formação de grandeza e jamais deixar que cresça dentro das suas ações outra coisa que não seja uma conduta generosa.

[...] Diz-se, hoje, que o século XIX foi o da liberdade, o XX o da busca da igualdade, e o XXI será o da fraternidade.

[...] Para não ficar somente nas divagações, pergunto-me se o capitalismo selvagem, a globalização do mercado financeiro, os altos níveis de pobreza, o desemprego e uma democracia excludente é política com “P grande”.

Isso ele escreveu há dez anos – isso é um estadista –, essas complicações econômicas que nós vivemos.

Mas, para terminar, em 1999 ele tomava posse pela primeira vez. Na segunda, nós convivemos. Foi um extraordinário Presidente daqui, que nós queríamos repetir, o nosso Partido. E nós tínhamos homens: Pedro Simon, Garibaldi Alves, Geraldo Mesquita e outros. Mas ele... Está no Livro de Deus: “Muitos são os chamados e poucos os escolhidos”. Ele foi escolhido neste momento difícil. E é necessário para o Brasil, e nós estamos aqui para isso.

Mais velho? Foi o mais velho que nos salvou no mundo, que salvou a democracia. Ele estava recolhido, ele estava afastado. Aí, apavorados, todos nós, do mundo democrático, fomos buscar Winston Churchill. Ele já estava afastado, já tivera sido, mas o povo inglês foi buscar sua experiência, e ele adentrou o Congresso: “Eu vos tenho a oferecer trabalho, sangue, suor e lágrimas”.

O Presidente Sarney podia usufruir, na sua idade, conhecido no mundo todo, mas aceitou em um momento difícil de crise econômica e aí está.

Mas, para tranquilizar, ele, da primeira vez que assumiu esta Casa, dizia o seguinte:

O Congresso não é melhor nem pior do que a sociedade brasileira. Ele é o espelho de suas transformações, da mudança de seus hábitos e de sua face. Ele paga o ônus da missão, é a caixa de pancada, onde todos podem questionar tudo.

A glória do Parlamento, como diz Victor Hugo, é efêmera, só perdendo para a glória do palco.

A nova legislatura vai enfrentar período difícil. As dificuldades econômicas vão bater nas atividades políticas.

Mas o Parlamento nunca faltou ao Brasil e há de cumprir com o seu dever perante a Nação.

Este é Senado da República do Brasil.

Lamento, neste instante, informar aos Parlamentares o falecimento, na capital Campo Grande, de Valdomiro Pereira de Oliveira, irmão do nosso querido Senador Valter Pereira e faleceu aos 73 anos.

Campo Grande, Mato Grosso do Sul, receba o pesar da Mesa Diretora do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, empojado com a vitória no referendo que

permite sua reeleição ilimitada, o coronel-presidente Hugo Chávez anunciou o início do “terceiro ciclo” da sua “revolução bolivariana”. Não se sabe muito bem em que ele consiste, mas Chávez tem o hábito de dividir a história recente do país que preside em ciclos de 10 anos. Logo, como o ciclo que começa agora terminará em 2019, é lógico pressupor que ele dá como certa a sua eleição, pela quarta vez, em 2012.

A eleição ilimitada, para Chávez, inaugura uma “nova doutrina constitucional”, ao “colocar nas mãos do povo quem deve exercer o poder”. Trata-se de uma distorção monstruosa. O que o presidente, agora virtual ditador, da Venezuela está fazendo é recorrer a sucessivos referendos e eleições com o objetivo de perpetuar-se no poder. Ou seja, utiliza os instrumentos que a democracia colocou à sua disposição para destruir o regime democrático.

Podemos dizer que, com o último referendo, consolidou seu propósito. Não existe, na Venezuela, uma autêntica divisão e autonomia dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Chávez governa por meio de decretos, fazendo do Legislativo um apêndice que simplesmente confirma suas ordens. O Congresso venezuelano hoje é totalmente chavista, graças a um erro das oposições, que boicotaram as últimas eleições parlamentares.

Quanto ao Judiciário, depois de submetido a um expurgo, presta-se ao mesmo papel do Legislativo, o de obedecer incondicionalmente ao governante supremo. Além disso, o grau de independência da imprensa para se expressar – um dos mais fiéis termômetros da vitalidade democrática – é mínimo. Jornais e emissoras de rádio e televisão que se arriscam a demonstrar o menor sinal de oposição são perseguidos implacavelmente.

É sintomático que Hugo Chávez tenha dedicado a vitória no referendo ao ditador ou ex-ditador cubano Fidel Castro. Nada mais natural que o aprendiz agradeça ao mestre. Castro é o espelho em que Chávez se contempla. A condução do Estado para o modelo totalitário avança a passos largos, mas ainda há tempo de deter a sua marcha. Os resultados do referendo não deixam dúvidas quanto à vitória da eleição ilimitada, mas, como destacou o jornal *El Universal*, de Caracas, a oposição consolidou os espaços políticos conquistados nas eleições regionais realizadas em 23 de novembro do ano passado.

No distrito metropolitano de Caracas, o “não” à reeleição sem limites ganhou em 18 de 32 zonas eleitorais. Em sete capitais de Estados que haviam escolhido candidatos opositores, o “não” também ganhou. As capitais de Carabobo, Falcón, Mérida, Miranda, Nueva

Esparta, Táchira e Portuguesa rechaçaram o “sim”. Em Valencia e em Los Teques, os opositores venceram apesar de seus candidatos terem perdido nas eleições de novembro. A campanha pela rejeição à emenda constitucional, desta vez, surgiu de uma mobilização espontânea, graças a iniciativas da própria população.

Não se trata, portanto, de uma vitória esmagadora, como, sem dúvida, o aprendiz de Fidel desejaria. O referendo deixou o país praticamente dividido ao meio, como ocorreu na tentativa anterior de aprovação da emenda da presidência perpétua, em 2007.

Além disso, a crise econômica mundial conspira contra o regime de Chávez. Em seus 10 anos no poder, ele conseguiu, apesar do longo período de disparada dos preços do petróleo, desperdiçar oportunidades e promover o retrocesso em quase todos os setores.

A produção de petróleo, graças à má administração da estatal petrolífera, caiu de 3 milhões e 400 mil barris por dia, em 1998, para 2 milhões e 300 mil barris diários em 2008. O investimento externo sofreu uma redução brutal, de 77%, no mesmo período. A inflação está em 32% ao ano e caminha para os 40%. A criminalidade cresceu em 166% em 10 anos. Hoje, a taxa de homicídios é de 48 para cada 100 mil habitantes, o que faz de Caracas uma das cidades mais perigosas do mundo.

Enquanto isso, os gastos militares praticamente triplicaram, saltando de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, 10 anos atrás, para 3 bilhões e 300 milhões de dólares no ano passado. Com a inflação mais alta da América Latina, o parque industrial praticamente desmantelado e os supermercados sem mercadorias para vender, a Venezuela sofre as consequências de uma administração caótica e personalista.

Na sua tentativa de destruir o regime capitalista e criar um exótico “socialismo do século 21”, Hugo Chávez ameaça levar seu país ao triste destino experimentado por Cuba, onde, como dizem, a desigualdade entre ricos e pobres foi efetivamente suprimida. Lá, todos são miseráveis.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão de 19 de fevereiro, quinta-feira.

Convoco-os para amanhã, sexta-feira, véspera de carnaval, às nove horas da manhã, quando os Senadores da República do Brasil apresentarão seus pronunciamentos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 44 minutos.)

Ata da 12ª Sessão Não Deliberativa em 20 de Fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, João Ribeiro e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 11 minutos, e encerra-se às 12 horas e 9 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Décima segunda Sessão Não Deliberativa, sexta-feira, 20 de fevereiro de 2009, às 9 horas e 11 minutos.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Senado da República do Brasil é um dos mais eficientes da democracia do mundo. Desafiamos qual parlamento está aberto à sexta-feira no País do Carnaval.

Convidamos, para usar da palavra, como primeiro orador inscrito, o Senador Marco Maciel.

Marco Maciel foi ex-Presidente da República por várias vezes durante os oito anos do profícuo mandato do estadista Fernando Henrique Cardoso. Marco Maciel representa o povo de Pernambuco e o Partido Democratas, e exerceu, com muita sabedoria - como em todos os cargos por que passou, durante toda a sua exemplar vida -, a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado da República. Senador Marco Maciel também, dando grandeza a este Parlamento, justamente com o Presidente Sarney, é membro da Academia Brasileira de Letras.

V. Exª poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa; Sr. Senador Geraldo Mesquita Júnior; Sr. Senador Marcelo Crivella; Srªs e Srs. Senadores, a sociedade do futuro, que já começa no presente, é a sociedade do saber pela educação.

O mundo ainda está dividido entre os que sabem e os que não sabem. Aliás, essa frase é de autoria de Norberto Bobbio, que diz, com o rigor conceitual que possui, que o mundo vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem.

É lógico que ele antes reconhece que o mundo se divide entre nações ricas e pobres, fortes e fracas, mas

que as tecnologias da informação vão fazer com que o mundo se divida entre os que sabem e os que não sabem, o que significa, se não avançarmos no campo da educação, ficaremos em situação desfavorável no *ranking* internacional, ou seja, o País ficará sempre em posição desvantajosa entre as nações mais importantes. Daí a importância da educação, tema que venho aferir nesta manhã no Senado Federal.

A questão brasileira começa, evidentemente, na educação e, de modo especial, no ensino básico, origem de toda revolução no campo da educação.

No Brasil, lamentavelmente, o analfabetismo residual de pessoas com mais de quinze anos resiste aos insuficientes esforços para erradicá-lo. Entre 2005 e 2006, a taxa de alfabetização aumentou em apenas 1%, isto é, de 88,6% para 89,6%. Quanto à taxa de matrículas, caiu de 87,5% para 87,3%, o que denota claramente, na minha opinião, a sua estagnação. Com o resultado de 14 milhões de analfabetos totais, além dos 30% funcionais com mais de 15 anos de idade. Isso significa um enorme peso na economia e na sociedade do Brasil, com tantas pessoas sem grandes possibilidades de ascensão social.

O Ipea, conhecido Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, prevê, pelo ritmo atual, cerca de vinte anos para a eliminação do analfabetismo em nosso País, tempo, temos que reconhecer, excessivamente longo, pois o mundo não pode parar para nos esperar.

Daí porque a educação é hoje, de forma muito clara, a grande questão brasileira. E devemos dar, consequentemente, toda ênfase, tanto nos projetos em execução quanto nas perspectivas do futuro. Devemos dar, repito, toda ênfase à solução da questão educacional, inclusive em seus desdobramentos no campo das tecnologias da informação, que vão permitir fazer com que o País cresça no sentido de aumentar a sua participação na geração de ciência e tecnologia e também no campo da inovação, que ainda é hoje, no Brasil, algo em que não se avançou muito, sobretudo se fizermos um cotejo com países já desenvolvidos.

Voltando especificamente à questão da educação, quanto à faixa de 7 e 14 anos, 2,4 milhões de brasileiros continuam analfabetos. O mais grave é que a metade desses analfabetos, já com 14 anos de idade, está na escola sem ser alfabetizada, o que demonstra o déficit qualitativo do ensino e não só quantitativo. E 43,6% dos próprios professores do primeiro grau reconhecem, em pesquisa efetuada pela Organização dos Estados Ibero-Americanos, que as três últimas séries do ensino básico são ruins ou – o que é mais grave ainda – muito ruins.

A progressão automática, que vem sendo adotada em alguns Estados ou Municípios – de ano em ano didático – só pode bem funcionar se houver professores em quantidade suficiente para a recuperação dos alunos incapazes de progressão normal. Do contrário, levarão seus problemas para a série seguinte, com resultado da queda geral de nível, como está acontecendo, e isso se revela nas pesquisas realizadas por instituições idôneas em nosso País.

A educação brasileira está, assim, diante de um duplo dilema: o quantitativo de um lado e o qualitativo do outro, juntos contribuindo para manter e agravar os nossos desníveis socioeconômicos.

Anísio Teixeira, grande reformador da pedagogia no nosso País e que tanto contribuiu, conseqüentemente, para uma nova leitura da importância da educação em nossa pátria, já chamava a atenção nacional para o fato de que a educação não deve ser um privilégio, e sim, democrática nos meios e democratizante nos objetivos. Ainda hoje, estamos diante deste dilema, que, aliás, continua se agravando. Sem resolver esta questão fundamental, nós, brasileiros, continuaremos no primeiro dos nossos impasses, ainda nos desafiando para sua solução.

Na realidade, Sr. Presidente, a educação, além de fazer do cidadão um partícipe ativo da vida social, contribui para o desenvolvimento do País, tem também uma significação muito grande no campo da realização, porque somente a educação liberta, emancipa, isto é, somente a educação dá ao cidadão a plena fruição dos direitos assegurados no estado democrático de direito.

Se quisermos ter uma sociedade participante, uma sociedade capaz de fazer suas escolhas com relação ao futuro, isso, naturalmente, passa pelo acesso à educação e, conseqüentemente, a uma escola de boa qualidade, aí incluindo uma boa biblioteca. Se não houver uma boa biblioteca, não há leitor. Sem que haja leitor, não há escritor, e sem haver escritor, não podemos avançar no campo da cultura, que divide a identidade de um povo.

Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar a ocasião para dizer que, ao falarmos da questão da educação a que hoje estou me referindo, devemos ter consciência de que as desigualdades brasileiras encontram sua raiz baixo desempenho educacional do País.

Pobreza e desigualdade não são, no mundo contemporâneo, monopólio dos países mais pobres. São mazelas que sobrevivem até mesmo em algumas das mais ricas comunidades internacionais. Trata-se, portanto, de uma preocupação mundial; talvez a mais importante da agenda política.

Se a desigualdade é o fundamento e a causa principal da crise social, em qualquer parte do mundo – e não somos uma exceção – em que ela consiste? Considerando-se o caso brasileiro, não se pode falar de um padrão diferenciado e, portanto, não tem sentido aludir-se à “desigualdade”, mas às nossas várias “desigualdades”. A mais conhecida e menos comentada é, seguramente, a desigualdade étnica. Não apenas aquela que separa os índices de padrões de renda e os indicadores de proteção social, como escolaridade, expectativa de vida, habitação e acesso aos serviços de água tratada, saneamento e assistência médica, criando um enorme hiato entre negros e brancos.

Outra vertente é a que atinge, de forma ainda mais aguda, porém menos admitida, os descendentes dos silvícolas, a despeito de seu crescimento populacional, dado positivo no esforço imemorial de integrá-los à comunidade de cidadãos. Se a esses grupos, numerosos em seu conjunto, juntamos as minorias e os novos excluídos representados pelos imigrantes vivendo na ilegalidade, teremos uma idéia aproximada, ainda não efetiva, nem convenientemente mensurada, do que ainda seria a primeira de nossas desigualdades.

Se essa é a desigualdade, poderíamos dizer vertical, há outra tão grave e não menos excludente e injusta, a de cunho espacial ou geográfico. É a diferença, tão marcante quanto cruel, traduzida numa velha constatação de muitas vertentes. Ela se materializou, no século XIX, com a constatação de Ferdinand Denis, no seu livro **Resumo da História Literária do Brasil**, quando afirmou que éramos “um país sem povo”, dividido em apenas duas categorias: a elite altamente capacitada, que lidera o País e usufrui de todos os benefícios do Estado, e os escravos, marginalizados de toda e qualquer proteção jurídica, de direitos sociais e até mesmo, Sr. Presidente, de proteção política. Essa questão foi retomada um século depois pelo seu conterrâneo Jacques Lambert, autor do clássico *Os Dois Brasís*, reeditado pelo professor Edmar Bacha com a imagem da “Belíndia”, ou seja, o Brasil como uma mistura de Bélgica com Índia, uma área muito desenvolvida de um lado e uma área pobre do outro.

Ela resultou da estrutura social, imposição do arcabouço econômico calcado na monocultura e no latifúndio que a independência e a abolição não foram capazes de vencer. Isso levou Joaquim Nabuco, certa feita, a dizer que, embora tenhamos conseguido abolir a escravidão, as causas da escravidão ainda não foram superadas. E Nabuco insistia muito – esse é um dado que não podemos desconhecer – no fato de que, enquanto não investíssemos em educação, a questão da abolição não estaria totalmente resolvida.

Mas, Sr. Presidente, eu falaria agora, portanto, que essa desigualdade espacial penaliza exatamente a mais pobre e que já foi a mais populosa região brasileira. Eu me refiro ao Nordeste, que responde hoje, indistintamente, pelos índices de mais baixo desempenho no conjunto da federação brasileira. E isto, a despeito de o Nordeste, nos últimos anos, haver crescido mais do que o País como um todo, o que dá uma idéia do fosso que o distancia da média brasileira e, de forma mais grave, das regiões de maior desenvolvimento – aí eu me refiro basicamente ao Sudeste e, por que não dizer, ao Sul do País.

Às desigualdades étnica e espacial ou geográfica é preciso acrescentar outra: a condição feminina, isto é, a que afasta, já não mais em desempenho profissional, mas em matéria de renda em situações de igualdade, mulheres e homens, aqui e em quase todos os países.

Cotejando-se essas três vertentes das nossas desigualdades, torna-se fácil diagnosticar o perfil dos desafios que teremos de vencer. Aliás, a experiência está revelando que é menos difícil combater a pobreza que superar as desigualdades. O IBGE, que é uma instituição reputada em nosso País e que, de alguma forma, é responsável pelos levantamentos estatísticos, realizados pela instituição desde a sua criação – e é bom lembrar que os recenseamentos no Brasil começaram em 1872, se não estou equivocado, e vêm se repetindo a cada dez anos –, ao divulgar as suas últimas séries históricas dos indicadores sociais brasileiros, dá um quadro do que é o País hoje. Em apenas um não conseguimos progresso, o que separa o fosso dos mais ricos dos mais pobres, isto é, da desigualdade que, refletida em termos econômicos, ainda não traduz as conquistas do aumento da escolaridade, diminuição da mortalidade infantil, erradicação do trabalho penoso de crianças, manutenção de renda e do poder aquisitivo e a diminuição da pobreza, para aludirmos a apenas alguns indicadores mais utilizados.

Essa guerra, Sr. Presidente, a meu ver, não será vencida só pelo governo. Exigirá a conscientização, a participação e a mobilização de toda a sociedade, aí

incluídas as empresas, os atores econômicos e todos os agentes sociais.

Aliás, certa feita, o presidente americano John Kennedy, disse que governar é administrar pressões. Com isso, penso que ele queria dizer que, obviamente, o Governo age em função das demandas da sociedade; e a sociedade tem que se caracterizar por uma cidadania ativa, que cobre, obviamente, o atendimento desses pressupostos básicos, indispensáveis a uma correta política de desenvolvimento.

A democracia começa no reino das consciências, e é, portanto, a partir da cidadania, que podemos fazer nossas opções. Que sejam opções corretas e que nos levem a ter uma maior participação na comunidade internacional dos nossos tempos.

Sr. Presidente, é preciso, portanto, trabalhar a questão da educação como prioridade das prioridades. É preciso também ampliar o esforço de congregar governo e sociedade nesse sentido, aproximar cada vez mais as políticas públicas das ações corretivas e compensatórias das desigualdades; especialmente também adotar medidas fiscais que reforcem os laços de solidariedade social, quer por meio da progressividade tributária, quer por intermédio de uma política de gastos públicos, fundada em benefícios comprometidos com a justiça social.

Temos uma carga tributária muito elevada, que cresce e que está próxima já de quase 37%, segundo dados revelados nos jornais de anteontem. E devemos destacar que essa elevada carga tributária penaliza os de menor poder aquisitivo, em função da alta regressividade dos tributos.

Sr. Presidente, para que aceleremos esse processo que se funda na educação, isso vai depender de três requisitos: primeiro, manter a estabilidade econômica. Isso significa manter o Plano Real, o mais bem-sucedido programa de estabilidade que o País já conheceu. Nenhum plano de estabilidade econômica foi tão completo e exitoso quanto o Plano Real. E a prova do que afirmo é o fato de ele estar em vigor há 13 anos, criando condições para que o País se liberte do vírus da inflação e possa ter, conseqüentemente, taxas continuadas de crescimento compatíveis. Então, como eu dizia, manter a estabilidade econômica, intensificar o desenvolvimento e modernizar, através de reformas políticas, os mecanismos decisórios do governo, melhorando a eficiência das instituições do Estado.

E, quando se fala em melhorar as instituições do Estado, Sr. Presidente, significa justamente criar instituições capazes de responder às demandas da sociedade. O grande desafio brasileiro é melhorar institucionalmente o País. Não podemos ficar dependendo de pessoas que têm, sobretudo, seus defeitos. Todo um

processo vertebrado de desenvolvimento dependerá de instituições fortes, mesmo porque os homens passam, mas as instituições ficam. E são elas que asseguram um projeto continuado de crescimento.

Este é, portanto, o nosso desafio. Ninguém pode deixar de dar sua contribuição para eliminarmos a pobreza e reduzirmos as desigualdades, que, no Brasil, não são poucas nem irrelevantes.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentar o Senador Marco Maciel.

Eu estava aqui, na Presidência, e o nosso Senador Marcelo Crivella telefonava para a residência do Vice-Presidente da República, para se inteirar sobre o estado de saúde dele. Ele está fazendo curativo. Mas, Marco Maciel, enquanto o nosso Senador Marcelo Crivella se inteirava da situação do nosso querido Vice-Presidente, José Alencar, que é Presidente do Partido de Crivella – que acaba de ganhar um Senador –, eu estava a meditar: o nosso Presidente Luiz Inácio tem muita felicidade, porque tem muitos modelos. E eu ficava a meditar sobre as grandezas dos Vice-Presidentes da República deste País: eu me lembrava de Floriano, eu me lembrava de João Goulart, de Aureliano Chaves, Marco Maciel e José Alencar.

Então, V. Ex^a, Marco Maciel, na nossa análise – e João Goulart –, eu comentava que está entre os cinco melhores ex-Vice-Presidentes da República, com José Alencar.

Voltamos à lista de oradores inscritos.

O próximo inscrito é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que, com sua sensibilidade, generosidade e cavalheirismo, cede a vez ao Senador Marcelo Crivella, do PRB do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero começar agradecendo ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre, pela sua generosidade.

Senador, muito agradecido!

Quero cumprimentar o Senador Marco Maciel, o Senador Mão Santa, nossos telespectadores da TV Senado, nossos ouvintes da Rádio Senado e as senhoras e os senhores que abrilhantam esta sessão de sexta-feira.

Sr. Presidente, trago aqui apenas uma pequena nota.

O lucro líquido do Banco do Brasil, que chegou a R\$2,944 bilhões no quarto trimestre de 2008, ou seja, mais que dobrou em relação ao mesmo período de 2007, quando o resultado foi de R\$1,200 bilhão. No acumulado do ano, o lucro alcançou R\$8,8 bilhões em 2008,

um acréscimo de 74% sobre 2007 – isso foi notícia em todos os jornais.

O resultado é auspicioso, em especial diante de uma crise mundial do sistema financeiro, que já vitimou gigantes como o banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers e deixou um rastro de perdas que o FMI estima em mais de US\$2 trilhões.

A rigor, mais do que o desempenho individual do Banco do Brasil, o resultado é mais um indicador da saúde do sistema financeiro brasileiro, que tem sido um dos pilares a impedir um contágio mais agudo da economia nacional. Não que o Brasil esteja passando incólume pela turbulência atual, mas, hoje, quando se comparam os desdobramentos sobre o ambiente macroeconômico brasileiro com os de crises passadas, a diferença é marcante.

Quando a comparação se dá com a maioria dos países industrializados ou em desenvolvimento, a resistência às ondas de choque também são notáveis.

De fato, usufruindo da inédita condição de credor líquido em moeda estrangeira, com reservas internacionais superiores a US\$200 bilhões e colhendo os frutos de uma redução firme da dívida cambial doméstica e da dívida externa pública, o País ficou praticamente blindado diante do súbito colapso da oferta internacional de crédito.

No passado recente, os choques externos se traduziam imediatamente em perda da confiança, dos agentes econômicos e depreciação violenta do câmbio, com impacto direto sobre a dívida pública. Desta vez, fundamentos mais sólidos propiciaram absorção mais suave da turbulência, com manutenção dos níveis de confiança.

Mais do que isso, é preciso salientar que os bancos brasileiros vêm tendo um papel importante na atual estabilidade: em primeiro lugar, por uma característica do próprio mercado doméstico, relativamente pouco internacionalizado, o que acabou por ajudar a preservar a oferta interna de crédito em face do enxugamento da liquidez externa. Em segundo lugar, porque as instituições financeiras nacionais se mostraram pouco expostas às arriscadas operações com papéis subprime, que foram estopim da crise. Isso permitiu uma expansão importante das carteiras de crédito, como o próprio Banco do Brasil demonstra, um

movimento fundamental para contrabalançar a retração das fontes externas.

Em terceiro lugar, usufrui-se, hoje, do doloroso processo de reestruturação dos sistemas bancários público e privado, levado a cabo desde os anos 90. Aliás, o Banco Central tem dado continuidade a esse processo de saneamento e reforço da solidez dos bancos nacionais, inclusive dando passos na direção da implementação dos padrões de regulação do risco de Basiléia II. Não é de surpreender, portanto, que o Banco do Brasil tenha apresentado resultados tão positivos como esse de 2008.

Sr. Presidente, essa é uma nota que eu encomendei à Consultoria e foi escrita pelo Haroldo Guimarães, em que em rápidas palavras nós, por um lado, parabenizamos o Banco do Brasil por uma gestão sólida e, por outro, cobramos do Banco do Brasil que esses 8,8 bilhões faturados no exercício do ano passado, quem sabe, Sr. Presidente, possam, agora, dar oportunidade, dar condições de o Banco entrar no mercado de financiamento de casas populares.

O Brasil tem um déficit de sete milhões de habitações populares.

Eu prestei vestibular na Cesgranrio, no meu Estado, na cidade do Rio de Janeiro, em 1977. Uma das questões que caía na prova era sobre habitação. Então, a gente lia os jornais, guardava os números de cabeça e, naquela ocasião, década de 70, o índice de déficit habitacional no Brasil era de sete milhões de unidades. Eu me lembro que, ainda rapaz, eu disse: então, vou me formar em Engenharia Civil, vou prestar concurso, porque essa é uma atividade que o Brasil vai precisar e eu vou ter emprego. Construção civil será sempre, com um déficit desses: sete milhões de habitações, edifícios, casas... Para esses edifícios e casas terão de ter ruas, avenidas, bairros, estradas, enfim, o Brasil vai precisar de engenheiros.

Então, prestei vestibular para Engenharia Civil. É um curso demorado, seis anos, e, naqueles seis anos aprendendo essa arte de construir, eu fui verificando e foi crescendo dentro de mim, no meu íntimo, uma convicção de que não havia maior desperdício e maior dívida inexplicável com o povo brasileiro do que o seu déficit habitacional, porque eu aprendi, por exemplo, que, no Brasil, nós temos em abundância toda a matéria-prima necessária para construir habitações.

Desde 1920, quando chega ao Brasil o cimento... Antes de 1920, durante todo o período colonial, durante todo o período imperial, o Brasil usava como cimento o óleo de baleia, que era misturado com areia de rio, algumas conchas moídas, de onde vinha o calcário, e óleo

de baleia. Fazia-se essa massa, essa cola, essa pasta que iria unir aquelas paredes espessas, com aqueles tijolos de argila feitos, muitas vezes, com o suor dos nossos irmãos negros que, durante 350 anos, foram escravos, para nossa vergonha e para nossa dívida – também uma dívida que devemos pagar, precisamos pagar, resgatar esse passado triste da nossa história. Pois bem, eram os escravos que faziam as telhas e faziam os tijolos. E esses tijolos eram usados, eram argamassados, eram unidos com óleo de baleia.

Mas, em 1920, chega ao Brasil o cimento e, na era de Getúlio, as fábricas de cimento. Pois bem, o que é o cimento? O cimento não é mais nem menos do que uma farofa de calcário, essa pedra que a gente encontra aí, em profusão, em todas as montanhas brasileiras – o paralelepípedo é calcário – e argila, a terra vermelha, que também temos em profusão em todas as regiões do Brasil. Leva um pouquinho de gesso, uma pitadinha de gesso para controlar a “pega”, aquilo tudo é misturado e é levado a um alto-forno. Essa mistura entra em fusão a 1.800 graus e, depois, ela se solidifica numa substância chamada clínquer. Isso é moído, embalado e pronto.

É claro que se a argila tem poucos teores de alumínio, então se coloca alumina, se tem poucos teores de sílica, coloca-se areia de praia, coloca-se sílica. Vai-se corrigindo a argila, corrige-se o calcário, mas o que eu quero dizer é que essa matéria-prima pode faltar no deserto do Kalahari, na África, na Namíbia, em Botsuana, pode faltar no Oriente Médio, mas no Brasil, não. No Brasil, não.

No Brasil, não falta também o petróleo e, portanto, temos uma indústria petroquímica que nos garante tintas, vernizes, alumínio, plásticos, borrachas de toda forma e toda espécie. Nós temos madeira em profusão, nós temos areia para fazer vidro, nós temos tudo, e temos uma mão-de-obra abundante e ociosa, esperando ser treinada e empregada, com a angústia ou com a ansiedade de um vigia que aguarda a alvorada.

De tal maneira, fica a pergunta: por quê? Por que, a esta altura do nosso desenvolvimento, o povo brasileiro ainda mora em assentamentos precários, em favelas, em barracos, com suas crianças crescendo com o estigma de inferioridade, crianças que, amanhã, revoltadas com a vida, muitas delas, vão ingressar ou vão expressar essa violência na criminalidade aberta, no narcotráfico, na venda de piratas, na prostituição?

Olha, o meu Rio de Janeiro – cidade tão linda, Senador Mão Santa –, agora, estará em festa: carnaval, 700 mil turistas, praias lotadas. A Marquês de Sapucaí, praticamente, durante três dias, será o epicentro das comemorações, juntamente com a Bahia, do carnaval do Brasil.

Pois bem, mas, atrás de toda aquela alegria, de toda aquela fantasia, existem 300 mil crimes cometidos a cada ano, 50 mil carros roubados, 80 mil furtos, 60 mil assaltos, roubos com arma, quase 10 mil homicídios – e a gente fala 10 mil homicídios porque não se consideram homicídios os mais de 20 mil corpos que encontramos por ano, ao relento, boiando na Baía de Guanabara, debaixo das pontes, ao longo das avenidas, das estradas, que são dados como morte natural de população de rua, o que é suspeitíssimo, porque há muita queima de arquivo, desova de cadáveres, jogados nos rios, etc e tal, por conta do narcotráfico, da briga entre facções, da violência tremenda que existe na Cidade Maravilhosa.

Agora, lá é o lugar da favelização. Temos mais de mil favelas. Ali surgiu a primeira favela com uma injustiça histórica, que não canso de repetir: a volta dos soldados da Guerra do Paraguai. Foram para a Guerra do Paraguai 30 mil negros. O primeiro navio saiu de Campos, com negros dos canaviais. O navio chamava-se Ceres, era um galeão – aliás, esses galeões todos eram fabricados num estaleiro, ali no fundo da Baía de Guanabara, onde hoje tem o aeroporto internacional chamado Galeão. Ali, Salvador Correia de Sá e Benevides, um dos maiores traficantes de escravos deste País, terceiro ou quarto Governador do Rio de Janeiro, montou um estaleiro e fazia os galeões. Daí veio o nome do bairro: Galeão.

O primeiro galeão saiu de Campos, levando centenas de negros. Trinta mil negros foram à Guerra do Paraguai lutar. Muitos morreram, muitos voltaram, agora, voltaram, tiveram alforria, mas sem trabalho, sem moradia, e foram autorizados a improvisar seus barracos no Morro da Providência. Disseram: “Olha, vocês fiquem aí que nós vamos tomar uma providência.”. Tomaram? Não. Até hoje, a providência não foi tomada. O morro ficou com esse nome, mas a providência não foi tomada.

Então, 130 anos se passaram e, ao invés de se consertar aquele mau princípio, aquela injustiça virou um paradigma, porque todo mundo que explora o pobre dá o dinheiro para o sujeito se vestir. O salário dá para o sujeito se vestir, dá para comer, porque sem roupa tem problema estético, sem comida não tem força para trabalhar, e na hora de morar? “Não, então, você improvisa ali, naquele morro. Se vira ali, naquele morro, dá jeito ali, depois a gente toma uma providência.”. É um paradigma que nasce com o Estado, nasce com o Governo.

Caxias não queria isso. Caxias exigia que todo cidadão que vestisse a farda – era o que ele pregava – fosse cidadão conforme previa a Constituição de 24, mas o Partido Republicano Paulista, único partido

naquela ocasião, não queria derrubar a escravidão porque ela desgastava o Império. Portanto, só vai cair a escravidão em 88, porque o Império cai em 89.

Então, a tese de Caxias foi derrubada. Caxias foi Senador aqui pelo meu Estado, o Rio de Janeiro. Caxias foi nosso Senador nesta Casa, um dos vultos do nosso passado. Pacificador, que Dom Pedro I permitiu que a sua espada conciliadora fundisse a unidade moral, territorial e política da nossa Pátria. Caxias!

Sr. Presidente, peço, então, ao Banco do Brasil. São 8,8 bilhões! Não é hora de o Banco do Brasil, que empresta mais do que o BNDES – a Caixa Econômica, Sr. Presidente, tem de 60 a 70 bilhões por ano para emprestar. O BNDES, 100 bilhões. Agora, o Presidente reforçou o caixa do BNDES e vai para 150. Mas o Banco do Brasil empresta 250 bilhões. São empréstimos que não constroem muito este País. Aqui fica a minha crítica. Por quê? Porque é empréstimo de curto prazo, é cheque especial, é cartão de crédito. Tudo bem, é o comércio, é a economia – juros altos, heim! Aliás, esperava-se que o Banco do Brasil, um Banco nosso, dos brasileiros, desse um exemplo ao mercado diminuindo o *spread*. Mas não! O Banco do Brasil aumentou o *spread*, nessa fase em que nós todos precisamos relançar nossa economia. Não estou aqui para fazer críticas ao Banco do Brasil, e sim fazer um apelo. Nós tivemos um lucro extraordinário nesse Banco. Então, vamos aplicar isso num grande programa de habitação. Mas não vamos fazer essas casinhas feias, horrorosas, que, ao invés de nos animarem, nos entristecem. Vamos fazer casas boas, porque temos aqui em abundância tijolo, madeira, cimento, vernizes, tintas, alumínio, borracha. Temos tudo! Vamos fazer casas bonitas; vamos colocar energia solar.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senador Crivella...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois não, Senador João Ribeiro. Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – Senador Crivella, participamos, esta semana, V. Ex^a e eu, da reunião do Conselho Político do Presidente Lula para debater, e presenciei – quero aqui dar este testemunho – a fala de V. Ex^a, que, aliás, foi muito aplaudida e muito oportuna,...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado, Senador.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – ... quando V. Ex^a colocou para o Presidente da República e para os Ministros que ali estavam, inclusive o Ministro da Fazenda, o competente Ministro Guido Mantega, os Líderes, e todos nós que fazemos parte do Conselho Político, a importância de se construir moradia para

o povo brasileiro, para os mais carentes. Sobretudo quando V. Ex^a falou da questão do aquecedor solar. Porque energia solar, sabemos, fica bem mais cara e é bem mais complicada, pelo menos o aquecedor solar, para esquentar a água que é usada na residência – no banheiro, no chuveiro, para fazer comida, a limpeza da casa. Então, isso já diminui mais de 70%, nós sabemos, o gasto de energia elétrica em uma residência. V. Ex^a e eu presenciamos a exposição que os Ministros fizeram, que o Presidente do Banco Central fez – aliás, diga-se de passagem, temos um excelente Presidente de Banco Central, que conhece o mundo, conhece a economia do mundo inteiro de perto, porque ele viveu isso lá fora –, e também a exposição do Ministro Guido Mantega sobre a crise internacional que, sem sombra de dúvida, atinge o Brasil, mas de forma menos acentuada, e não da maneira que tem atingido os países lá fora. E a torcida – algo que me chamou a atenção – do Presidente Lula, para que a China saia da crise rapidamente, e que ela seja uma grande potência no mundo – porque já o é –, e para que a gente saia um pouco das mãos dos Estados Unidos – acho que isso é muito importante –, e se volte mais para a Ásia, sobretudo, a China, o Japão, mas a China, principalmente. Estive na China, conheci a economia da China de perto, há dois anos lá estive em um congresso e fiquei impressionado com o que vi na China, com o que vi na cidade de Xangai, com a construção da parte nova da cidade, que era um pântano antigamente, hoje arranha-céus estão sendo construídos lá. Então, chamou-me muito a atenção à China. Por isso, faço coro com o Presidente Lula nessa questão da China. Importantíssimas também são as questões – vou falar daqui a pouco sobre isso – das obras do PAC, que não pararam e não devem parar. Aliás, o Presidente da República está querendo injetar mais recursos na economia, gerar mais empregos incluindo novas obras no PAC, através da Ministra Dilma Rousseff, que é a madrinha do PAC, a idealizadora deste Programa fantástico de Aceleração do Crescimento – têm alguns países tentando copiar o que o Brasil está fazendo. Então, nós nos precavemos antes. Por isso, a crise nos atinge de forma mais amena. Esperamos que a gente possa sair também mais rapidamente dela, e gerar emprego e renda. Cumprimento V. Ex^a pelo brilhante discurso que faz. Um homem que conhece o mundo como V. Ex^a merece ser enaltecido sempre que vai à tribuna. V. Ex^a sabe da admiração e do respeito que tenho por V. Ex^a,...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado.

O Sr. João Ribeiro (Bloco/PR – TO) – ...sobretudo quando fala das criancinhas, dos menos favorecidos, da

fome que assola o mundo, das dificuldades; V. Ex^a, não apenas pelo fato de ser um homem de Deus que é, o Pastor que é, mas pela sua formação, pelo que V. Ex^a fez nos países lá fora, na África, região mais pobre do mundo. Então, V. Ex^a é um homem que conhece tudo do mundo lá fora: conhece os países ricos, os países pobres, e conhece o Brasil rico e o Brasil pobre. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador João Ribeiro. As palavras de V. Ex^a me emocionam. Fico muito grato pela sua generosidade. V. Ex^a é um grande Líder do nosso Tocantins, e com certeza, tem o respeito do seu povo, dos seus Prefeitos, porque, aqui, nesta Casa, tem trabalhado incansavelmente para levar recursos para a sua terra.

Sr. Presidente, vou concluir.

Estamos na alvorada, na expectativa, olhando, nos horizontes infinitos da esperança desta terra que Deus nos deu, a perspectiva iluminada de um grande programa de habitação, que venha, na escala da nossa necessidade, a resgatar essa que é uma dívida com o nosso povo trabalhador, que, sabemos, dá um duro danado, mas cujo salário é suficiente para comer e vestir.

Então, Sr. Presidente, nessa reunião citada pelo Senador João Ribeiro, o Presidente Lula falou de um grande programa de habitação. Eu não vou dar detalhes, porque acho que cabe ao Presidente anunciar, no futuro, essa grande obra. Porém, todos, naquela reunião, falamos da necessidade de termos energia solar. Este é um projeto, até gostaria de convidar os nossos telespectadores para, na Internet, acessarem a Sociedade do Sol, uma empresa incubada pela USP.

A USP é uma das grandes universidades nossas – a Universidade de São Paulo –, um orgulho para todos nós: é uma das grandes universidades. Então, a USP ajudou esses pesquisadores. E há muitos anos, eles têm esse *kit* de aquecimento solar, que é muito usado no Nordeste. Eu mesmo, na fazenda Nova Canaã tinha. É um conforto. É uma beleza! Com cinco furos numa caixa d'água, com alguns canos e com dois painéis consegue-se água quente com a insolação que há no Brasil. É claro que as pessoas que vivem no sul ou em áreas menos ensolaradas poderão acoplar isso ao chuveiro elétrico. O Brasil tem 50 milhões de chuveiros elétricos que consomem 10% da nossa energia. Se implantarmos isso, segundo os técnicos da USP, vamos reduzir nosso consumo drasticamente em 10%. Uma economia extraordinária. Está no *site*, basta ver. É barato. Fazemos isso com R\$200,00, R\$ 250,00. Não sei se V. Ex^a se lembra, mas o Ministro disse assim: “Não, mas isso é muito caro”. É a idéia que se tem. No

site tem o manual, basta ler. O sujeito precisa de uma serra-copo, algumas arruelas, umas tarraxas, alguns canos, uma caixa d'água, que ele terá de qualquer forma, e os painéis, que é a parte um pouquinho mais cara, mas isso é pouca coisa. E claro, se o Ministro abrir um programa de milhares e milhares de casas em que ele financie, dizendo que é preciso que aquela casa tenha aquecimento solar... É o meu projeto aqui, Sr. Presidente, já foi até aprovado, com o Relatório do Senador Inácio Arruda, porque aí você faz a escala: "Todo o financiamento público deve ter previsão para energia solar para o aquecimento da água". Pronto. Abre-se o mercado. Quinhentos mil unidades e abre-se o mercado de escala, o preço desabarará, porque o sujeito pode fabricar aquilo em larga escala.

Então, Sr. Presidente, fica aqui o nosso pedido. O Banco do Brasil teve 8,8 bilhões de lucro. Vamos aplicar esse dinheiro, fazer casa para pobre!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marcelo Crivella, queremos cumprimentá-lo pelas preocupações do Senador do Rio de Janeiro sobre a violência, a barbárie que o Brasil vive. Lá no nosso pacato Piauí, Estado que governei, isso é coisa recente. O Presidente Luiz Inácio tem de saber que é coisa recente.

Ô, João Ribeiro, todo domingo, eu andava dez quilômetros na nossa praia, quando Governador do Estado, para fazer *cooper*. Quando não conseguia, eu andava em dia de semana à noite, em Teresina, à meia-noite, às 23 horas, porque lá é muito quente. Eu andava por dez ou doze quilômetros, e nenhum assalto havia, nada. Essa violência chegou ao Piauí, mesmo reconhecendo os méritos do Secretário de Segurança, que é pessoa que tem experiência, que é da Polícia Federal, o Dr. Robert Rios. Mas o Governo Federal e Estadual não instrumentalizaram a Polícia, de tal maneira que essa violência se tornou, em nossa sociedade, uma barbárie. Seis farmácias são assaltadas toda noite em Teresina. A tradição era a de que, nas casas, houvesse jardim e muro baixo, mas as casas já não os têm mais; agora, estão com muro alto ou com aqueles fios elétricos ou cacos de vidro. Essa é a sociedade hoje.

O Presidente da República foi advertido pelo estadista Fernando Henrique Cardoso de que a violência seria o problema dele a resolver. Nós lamentamos o que se passa.

O Senador Geraldo Mesquita permutou? (Pausa.)

Com seu cavalheirismo, com sua sensibilidade, o Senador Geraldo Mesquita cede a vez ao nosso Líder desse carinhoso Partido que é o PR, o Senador João

Ribeiro, que é um dos criadores do Tocantins, que foi Prefeito da cidade mais importante de lá e que tem uma das mais poderosas lideranças daquele Estado.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, meu querido Senador Mão Santa, que representa aqui o valoroso e sofrido Estado do Piauí. O Estado do Piauí – aproveito para cumprimentar V. Ex^a –, nessa eleição da Mesa, elegeu 100% dos membros do seu Estado para representá-lo na Mesa Diretora do Senado Federal: V. Ex^a, que é um grande parlamentar; o Senador Heráclito Fortes, outro brilhante parlamentar; e o Senador João Claudino, que é uma revelação da política do Piauí, que é homem do Armazém Paraíba, da fábrica de bicicletas, dos colchões Ônix e da Ônix Jeans. A família Claudino gera empregos demais neste País. Eu os conheci em Araguaína e em Tocantins inteiro com o Armazém Paraíba. Naquela época, quando cheguei a Araguaína, Senador Mão Santa, eu pensava que armazém fosse uma loja que vendia secos e molhados, não é verdade? Mas não! Lá vendiam-se móveis, eletrodomésticos, roupa, utensílios, tudo de casa. E foi um sucesso danado! Aliás, o *slogan* deles é "sucesso em qualquer lugar", como fez o Piauí nessa eleição com o total sucesso na Mesa do Senado. E os cumprimento novamente em nome de V. Ex^a, que é um parlamentar super atuante. Eu cumprimentava V. Ex^a quando cheguei aqui por estarmos aqui hoje, nesta sexta-feira, véspera de carnaval. Aliás, o carnaval já começou em muitas partes do Brasil, em que pese o alerta que nos fez aqui o Senador Marcelo Crivella; essa é uma verdade. Mas o carnaval faz parte do folclore brasileiro, é a festa popular maior do Brasil, até do mundo, eu diria. E, portanto, gera empregos e renda por este País afora, mesmo lá no meu querido Estado do Tocantins.

Por estar falando de carnaval, quero aproveitar para cumprimentar o Prefeito de Gurupi, que é do meu Partido, Dr. Alexandre Abdala, seus Vereadores e a população da cidade. Gurupi é uma cidade que faz um dos melhores carnavais do Brasil. O carnaval ali é histórico, tradicional. Ontem, à noite, ele falava comigo da praça, de um trio elétrico, estava fazendo a abertura do carnaval, reclamava da minha ausência lá. Eu lhe disse: "Dr. Abdala, seu Senador está aqui trabalhando, tentando ajudar a cidade de Gurupi, querendo levar para aí o anel viário, pelo qual o senhor tanto briga, tanto luta, fazendo nossa travessia urbana, levando asfalto, canalização de córrego, dinheiro para faculdade, para a nossa Unig, que é a maior faculdade do Tocantins". Gurupi é a terceira cidade do nosso Estado – a primeira

é a nossa capital, que também tem um carnaval muito bom, mas que não é tão quente, tão caloroso, tão forte como o carnaval de Gurupi. Lá, nesta época, não se acha vaga em hotel; quem resolve passar um dia lá tem de ir para a casa de um parente ou de um amigo, porque não acha hotel, não acha nada mais.

Então, o carnaval gera muitos empregos e rendas, e Gurupi é a terceira maior cidade do Estado do Tocantins: a primeira é a nossa capital; depois, a minha cidade Araguaína, onde fui Vereador, Deputado Estadual, Prefeito, Deputado Federal por duas vezes, hoje Senador, e a represento com muito orgulho. No último sábado, eu estava lá, conservando com o Prefeito, que é do Democratas, que é meu amigo pessoal e que me perguntava: “Senador, como é que o senhor vai fazer?”. Eu falei: “O senhor é Prefeito de todos os araguainenses, e sou Senador de todos os tocantinenses. Eu não posso discriminar um prefeito por ser de outro partido, ainda mais um amigo como você”. E, portanto, fui lá para anunciar obras boas, uma ponte sobre o lago. Coloquei os recursos, juntamente com o Deputado Eduardo Gomes e com o Deputado Lázaro, em emenda individual, para construir uma ponte, para beneficiar a população que está do outro lado da cidade, do outro lado do lago, que está ilhada, que tem de atravessar a rodovia, e o risco é muito grande. Estamos ali colocando os recursos para fazer aquela ponte. Depois, faremos outra maior, e aí temos de reunir toda a bancada, para cada um colocar uma parte dos recursos.

Mas, hoje, vim aqui, Senador Mão Santa, para, além de falar do nosso querido Prefeito de Gurupi, Abdala, da sua comunidade, do carnaval fantástico de lá, de todos os carnavais, das cidades que fazem o carnaval, essa festa maravilhosa, lá no meu Estado do Tocantins – e aí prefiro não falar do carnaval nacional, porque estaria mexendo com muita gente, com muitos Estados, e ficaria aqui o dia todo e não daria conta –, falar também da minha cidade de Araguaína, onde vivi minha juventude, o início da minha carreira política, cidade onde tenho muitos amigos, onde meu filho Diego estuda Medicina.

Portanto, no início desta minha fala, digo, Sr. Presidente Mão Santa, que Deus, além de ser brasileiro, é tocantinense. E vou explicar o porquê ao Senador Geraldo Mesquita, que está aqui; ao Senador Marco Maciel, que esteve aqui e deve estar no seu gabinete; ao Senador Marcelo Crivella e a outros Parlamentares que fizeram questão de estar em Brasília hoje, mantendo esta sessão, para que pudéssemos falar para nossa gente que representamos neste País afora. Vim aqui, Sr. Presidente, para dizer que Deus é brasileiro e é tocantinense, porque a crise que assola o mundo,

que está arrebatando com a economia neste mundo afora, acabou beneficiando meu querido Estado do Tocantins, pelo menos em alguma coisa importante: o Presidente Lula, quando foi, há duas semanas, à cidade de São Salvador, desceu em Gurupi, e fui junto com ele na sua comitiva, eu e o Senador Leomar. Ao chegar a São Salvador, junto com a Ministra Dilma Roussef, com o Ministro Gedel, com outros Ministros e com Parlamentares, com o Governador Marcelo Miranda do meu querido Estado do Tocantins, o Presidente, já na antessala, conversando comigo, disse-me: “Senador, vou anunciar algo aqui hoje que você vai achar muito bom”. E eu lhe disse: “Olha, Presidente, para mim é uma alegria muito grande sempre que vejo anúncio de coisas boas, de obras e de benefícios que serão realizados por este País afora, principalmente no meu Estado do Tocantins”. O Presidente disse: “Você, bem como outros Parlamentares, tem cobrado muito a questão da hidrovía do Tocantins, mas sobretudo das eclusas, da eclusa do Lajeado”. Foi construída a nossa usina hidrelétrica, mas não foi feita a eclusa, na época. A eclusa, se tivesse sido feita durante a construção da usina, ficaria, segundo estatística dos engenheiros, 30% a 40% mais barata, mas, infelizmente, não foi feita na época, pois não houve interesse dos empresários da iniciativa privada. Construíram a primeira usina hidrelétrica no Brasil, Senador Mão Santa, com recursos da iniciativa privada, assumida pela iniciativa privada apenas a concessão, concedida pelo Governo, e isso se deu em Tocantins. Por isso, dizemos que é o Estado da livre iniciativa e da justiça social.

A eclusa do Lajeado não pôde ser feita antes por que o Presidente estava colocando os recursos na ferrovia Norte-Sul. E perturbei tanto o Presidente, que, um dia, ele se virou para mim e me disse – nós estávamos indo lá para o Estreito –: “Senador, você quer a ferrovia ou quer a eclusa?”. Eu disse: “Presidente, quero as duas”. Senador Geraldo Mesquita, eu disse: “Eu quero as duas, Presidente”. Ele disse: “Mas as condições financeiras não me permitem que eu faça as duas ao mesmo tempo. Como é que vamos fazer com isso? Você tem de escolher: ou fica com a eclusa ou fica com a ferrovia. Você combina com seus companheiros [nessa época, eu era o coordenador da Bancada], combina com o Governador e me dá a resposta”. Eu lhe disse: “Não, Presidente, eu já lhe dou a resposta agora. Não precisa eu consultar ninguém. O senhor faça a ferrovia. Só quero que assuma comigo este compromisso: quando o País tiver condições, quando for possível, o senhor faça a nossa eclusa do Lajeado e as outras eclusas, a de Peixe, a de Estreito, enfim, para que possamos fazer a navegação de 800 quilômetros de hidrovía”. Sabemos, Senador Geraldo

Mesquita, que o frete mais barato que existe é o frete feito por água; é mais barato do que o feito pelos trilhos, nem se compara com a rodovia nem com o transporte aéreo. O Presidente, muito espirituoso que é, virou para mim, pegou na minha mão, Senador Mão Santa, e disse: “Está fechado, então. No dia em que houver jeito, no dia em que eu puder, no dia em que o País suportar, vou fazer um estudo muito melhor dessa obra e vou executá-la”. Assim, lá em São Salvador, o Presidente me disse isso, junto com a Ministra Dilma Rousseff, que anunciou que mais de 70% já estavam definidos, porque ele achava que era o momento de fazer.

O Presidente, na sua fala, Senador Geraldo Mesquita, disse que estava ali anunciando isso. E digo que Deus é brasileiro e é tocantinense, mais do que tudo, porque estamos com uma obra, Senador Geraldo Mesquita, licitada, paralisada por falta de recursos, mas com toda licença ambiental, enfim, sem nenhum tipo de problema. Faltava apenas a mão forte do Governo para alocar os recursos, para que essa obra pudesse caminhar, para que ela pudesse ser executada próxima à capital do nosso Estado, onde vai gerar, Senador Mão Santa, 2,5 mil empregos diretos.

E aí quero cumprimentar, mais uma vez, o Presidente Lula, a Ministra Dilma, a equipe do Governo. O Presidente dizia aos empresários, com a mesma fala, que se preparassem para entrar na obra, mas que fizessem um esforço, um estudo para trabalhar em três turnos, Senador Mão Santa, para que os trabalhadores pudessem trabalhar em três turnos. Ou seja, seriam três equipes, gerando mais emprego e renda. E, para nossa alegria, no fim de semana passado, estive comigo, em minha residência, uma equipe do aquário do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que havia feito um levantamento. Pediram-me sigilo, mas, hoje, está na Casa Civil, e os números já são conhecidos até pela imprensa. Este ano, serão aportados R\$140 milhões na obra da usina hidrelétrica do Lajeado. Serão gastos R\$170 milhões, mas R\$30 milhões ficarão em restos a pagar para o próximo ano, segundo programação que me foi passada pela Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia (Ahitar), do Estado do Tocantins. Sr. Presidente, no levantamento global, será uma obra de R\$726 milhões, quase R\$1 bilhão. É obra importantíssima. Só essa obra vai gerar a navegação de praticamente 800 quilômetros de hidrovia. Portanto, o escoamento de toda a produção daquela região será feito pela hidrovia. Mas o mais importante é que essa obra, além de gerar 2,5 mil empregos diretos, vai gerar também 12,5 mil empregos indiretos. Veja que coisa fantástica, Senador Geraldo Mesquita!

Mas alguém pode me dizer o seguinte: “Senador, essa obra só está sendo feita ou realizada por causa da crise internacional, porque o Governo tem de gerar empregos e renda. Ela está pronta, licitada há muito tempo, já tinha sido iniciada, foi paralisada por falta de recursos!”. Nossa Bancada sempre colocou emendas nela, mesmo sabendo, Senador Geraldo Mesquita, que íamos perder o dinheiro. E dizíamos sempre o seguinte, quando eu era coordenador da Bancada: “Se não colocarmos uma emenda de Bancada para essa obra, o Governo e a própria população vão dizer que não temos interesse nisso”. Colocamos o dinheiro, e se deixa lá. O dinheiro está no Orçamento. Se não for executado, a culpa não será nossa, mas vamos cobrar.

A ferrovia Norte-Sul, Senador Geraldo Mesquita, sempre teve emenda de Bancada nossa, mesmo depois que passou a integrar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). É uma obra do PAC. Era desnecessário que ali colocássemos ou gastássemos uma emenda para alocar recursos para a ferrovia. Mas é interesse da nossa Bancada ver essa obra executada, ver essa obra pronta, porque vai beneficiar não apenas o Tocantins ou o Centro-Oeste ou o Norte do Brasil. É uma ferrovia de integração nacional. E, agora, o Presidente anunciou que ela vai até o Estado de São Paulo, compreendendo mais de mil quilômetros. Essa ferrovia, realmente, vai integrar o Brasil.

Ficamos felizes por ver que boas coisas estão ocorrendo. Nós, como eu disse, que participamos da reunião do Conselho Político desta semana, vimos a exposição da área econômica, do Ministro da Fazenda, do Presidente do Banco Central. Presenciamos os fatos, os números, a comparação de países do mundo inteiro e estamos observando que o Brasil sofre menos com a crise do que outros países. E ficamos felizes por isso.

Sr. Presidente, aproveitando a bondade de V. Ex^a e o fato de hoje estarmos bem tranquilos nesta Casa, por estar falando a respeito do meu Tocantins, quero também dizer algo muito importante: hoje, várias cidades do meu Estado estão comemorando o aniversário de emancipação política. É a emancipação política de várias cidades do Tocantins.

Sr. Presidente, a cidade de Angico é comandada pelo querido Prefeito tão carinhosamente conhecido como Nego D’Água. É o nome do homem, Sr. Presidente. O nome dele não é esse, mas esse é o apelido pelo qual a população o trata de forma tão carinhosa! A cidade completa hoje dezoito anos de emancipação política. Meu abraço à população de Angico!

A cidade de Carrasco Bonito é comandada pelo também competente Prefeito Claudemi, lá do Bico do Papagaio. Também meus cumprimentos à população

daquela cidade, que completa hoje dezoito anos de emancipação política.

Na cidade de Lagoa da Confusão, Senador Mão Santa – vou explicar por que chama Lagoa da Confusão –, existe uma pedra que fica quase no final da lagoa, para quem está de frente para a cidade, uma cidade muito bonita, turística. A lenda diz que a gente, quando vai passar por essa pedra, vemos que ela está do outro lado do lago. É claro que sabemos que isso é lenda. Mas, se a gente perguntar para um morador de lá, ele afirmará, categoricamente, que “a pedra anda pelo lago”. Ele diz: “Não. Ela não fica parada, ela anda pelo lago”. A gente respeita isso por que é lenda. Isso ajuda, inclusive, a atrair os turistas para a cidade da Lagoa da Confusão. Há gente que vai lá para ver essa pedra, para entrar no seu barco, para percorrer o lago e para ver a pedra de perto. Que pedra misteriosa é essa, que anda? Ela afunda? Ela desaparece? Não é verdade. Eu já fui lá, vi a pedra, estive pertinho dela. Mas a população diz que essa pedra anda. E, por isso, muita gente vai lá. Isso acaba atraindo muita gente, a curiosidade de muitos que vão lá para deixar seu dinheirinho, para pagar o hotel, para comer um delicioso tucunaré assado na brasa.

Hoje, também completam aniversário as cidades de Rio da Conceição – cumprimento o Prefeito e a população –, de Bom Jesus do Tocantins e de Cariri, no Estado do Tocantins. A cidade de Bom Jesus é governada pelo Prefeito Jairton Castro; a cidade de Cariri, pelo Prefeito Almir Augusto de Lima.

A cidade de Carmolândia, que é governada pelo meu querido Prefeito João Holanda Leite, o querido Bogó, também faz aniversário. Carmolândia, Sr. Presidente, é uma cidade que tem uma história muito forte comigo, porque, quando fui Prefeito de Araguaína, nós a emancipamos. Era um distrito, um povoado da cidade de Araguaína. Lá havia um Prefeito que Deus levou muito precocemente, irmão do nosso João Holanda Leite, o Bogó, o Severino de Góis Holanda, que faleceu. Deus o levou tão cedo, tão prematuramente! Esse rapaz era um grande líder. Seria Deputado estadual, Deputado federal, Senador, Governador, porque era um líder extraordinário do povo da cidade de Carmolândia. Quero, portanto, Sr. Presidente, ainda, transmitir meu abraço àquela querida gente, àquela querida população, eu que fui convidado mas não pude estar lá presente.

Cumprimento também a cidade de Mateiros, que fica na região do Jalapão, uma região turística das mais bonitas do Brasil e do mundo. Meu querido Senador Pedro Simon, quero aqui convidar V. Ex^a, de público, para conhecer Jalapão, no Tocantins, que é uma região do nosso Estado onde se encontra o ca-

pim dourado. Senador Mão Santa, é a única região do mundo onde se encontra o capim dourado. As mulheres do Brasil inteiro sabem o que é o capim dourado, de que são feitas, artesanalmente, bolsas, mandalas, chapéus. Além disso, há o turismo, que é fantástico, o turismo ecológico. Lá há o fervedouro, um poço em que as pessoas não conseguem afundar. Pulam dentro daquela água, que joga as pessoas para cima, e as pessoas não afundam. Parece a história da pedra da Lagoa da Confusão, mas não é, Senador Pedro Simon. Lá, as pessoas não conseguem afundar. A água joga as pessoas para cima por causa da corrente forte de água que vem do fundo do poço. Portanto, é uma região muito bonita. V. Ex^a está convidado, juntamente com o Senador Geraldo Mesquita e o Senador Mão Santa, para conhecer o Jalapão. O dia em que quiserem ir lá, avisem-me, que irei com V. Ex^{as}. Hoje, a cidade de Mateiros está fazendo aniversário.

Palmeirante, outra cidade querida do meu Estado, cujo Prefeito se chama Cláudio – lá também vive meu amigo Paraná, que foi seu concorrente e que é meu companheiro de longas datas –, é uma cidade que também experimenta um progresso muito grande.

A cidade de Riachinho, comandada pelo Prefeito Lipe, outro extraordinário Prefeito, completa também vinte anos de emancipação política.

E a cidade de Sucupira, que também aniversaria hoje, é pequena e fica próxima à cidade de Gurupi. O Prefeito é do meu Partido, o PR, o querido José Dantas, da família Dantas, que comanda aquele Município por muitos e muitos anos.

Sr. Presidente, vou encerrar minha fala, porque já falei bastante, falei tudo que queria ter falado nesta manhã. Hoje, estou muito feliz, muito alegre, porque vejo que vamos gerar, a partir do dia 1º de março, mais 2,5 mil empregos diretos na usina hidrelétrica do Lajeado na construção da eclusa e 12,5 mil empregos indiretos.

Vi aqui o Senador Marcelo Crivella falar de moradia. Senador Mão Santa, V. Ex^a, que foi Prefeito, que foi Governador, sabe o quanto alegre qualquer homem público – o Senador Pedro Simon e o Senador Geraldo Mesquita, que aqui estão, vão concordar comigo –, o quanto alegre qualquer ser humano entregar a chave de uma casa para um pai de família que nunca teve direito a uma moradia digna, que morava num cortiço, numa casa de palha, num rancho de palha. Na nossa região, Senador Mão Santa, o cidadão, quando não tem condições, faz uma casinha para ele, numa terrinha que alguém cede, que alguém dá ou que alguém empresta, mesmo que seja de palha, porque é melhor do que pagar aluguel. Fui Prefeito, Senador Mão Santa, fiz muitas moradias, ajudei muita gente naquela épo-

ca e me senti muito honrado. Todas as obras que fiz foram importantes, mas acho que nenhuma delas foi tão importante quanto a moradia popular, a residência que eu entregava àquela população carente. Que alegria que eu via! Muita gente chorava de alegria, de emoção!

Então, esse Programa é fantástico. E o Presidente, que disse e que já anunciou na imprensa 500 mil moradias, quer fazer um milhão de moradias por este País afora. O déficit é de sete milhões, Sr. Presidente, e isso vem de muito tempo. Então, a gente precisa lutar, para que pelo menos esses 15% de moradias sejam construídos – isso vai gerar emprego e renda – e para que a gente possa fazê-las com aquecimento solar, seguindo aquilo que o Senador Marcelo Crivella falou. A energia solar é muito cara, mas o aquecimento não é tanto. Será uma grande demonstração que o Governo do Presidente Lula dará ao País, às pessoas que financiaram casa pela Caixa. Que sejam feitas com energia solar!

Então, ficam aqui meus cumprimentos ao Governo! Expresso minha alegria de iniciar uma nova etapa no Tocantins, com mais 2,5 mil empregos diretos e 12,5 mil empregos indiretos. Isso, para mim, foi o melhor anúncio que o Presidente pôde fazer na nossa reunião do Conselho Político e, sobretudo, na usina hidrelétrica de São Salvador, quando ele a inaugurava.

Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Ribeiro, agora, quero lhe dar um conselho. Petrônio Portella, uma vez, disse-me: “Mão Santa, seja Prefeito da sua cidade e aí você vai ser tudo o que quiser no Piauí”. E, de repente, eu estou, neste instante, até como Presidente. Chegou a vez de V. Ex^a ser o Governador do Estado. Vi a sensibilidade, o amor e as ações de V. Ex^a por aquele povo. Então, a confiança é tão grande em V. Ex^a, que vou logo pedir para V. Ex^a presidir esta sessão, porque quero falar.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Obrigado, vou presidi-la com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem perspectiva invejável no Estado de Tocantins e na política do Brasil.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Senador Mão Santa, pelo carinho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a sabe: nossos Estados fazem limite. É o menor limite do Piauí, a menor fronteira. Não é mais geográfica...

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Na região mais pobre dos dois Estados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas há amor e entendimento, essa é a grande identidade entre o povo do Tocantins e o povo do Piauí. V.

Ex^a, então, lembre-se do que Petrônio me disse. V. Ex^a já foi extraordinário Prefeito da sua cidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 154-GP/TCU

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 102/2009 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), solicitando especial atenção quanto à recomendação contida no subitem 9.2 da referida Deliberação, proferida pelo Plenário deste Tribunal, na Sessão de 4-2-2009, ao apreciar o processo nº TC nº 029.094/2008-0, que trata de Acompanhamento referente ao Plano Plurianual 2008/2011.

Atenciosamente, – **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Ribeiro, presida a sessão, por favor. Eu gostaria de falar rapidamente. (Pausa.)

O Sr. Mão santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Senador Mão Santa, tem V. Ex^a a palavra pelo tempo que achar necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Ribeiro, que preside esta reunião de sexta-feira, 20 de fevereiro, sexta-feira, véspera, neste país, do carnaval. Isso dá uma demonstração de que este é o melhor Senado da história da nossa República, de 183 anos.

E qual a razão disso? De estarmos aqui? Em tempo de ditadura civil, surgiu um militar, Brigadeiro Eduardo Gomes, que disse: “O preço das liberdades democráticas é a eterna vigilância”. Somos nós, é o preço, é o Senado. Nós que garantimos a divisão do poder, a alternância do poder. É esta Casa. Aqui não vamos embarcar na filosofia de Cuba. Não vamos. O Senado que não deixou. Muitos alopados – a ignorância é audaciosa e atrevida – sonhavam que aqui seria uma nova Cuba, uma nova Venezuela. O Senado não

deixou. Essa é a verdade. É aqui que enterramos os sonhos de aloprados aproveitadores. É aqui.

V. Ex^a é da base de apoio do Governo, com seriedade, mas jamais iria enterrar a democracia. E a democracia é a divisão de poder, com alternância de poder. É isso. É isso que fundamenta. Ela nasceu do povo, gritando: liberdade, igualdade e fraternidade. O povo, nas ruas, derrubou os reis. E este Senado não deixou esse sonho tresloucado... A ignorância é audaciosa e atrevida. Isto não era sonho, não era o sonho de Martin Luther King, era o pesadelo dos aloprados: eternizar-se no governo. Nós não permitiremos.

V. Ex^a é da base, mas não ia permitir isso. O Presidente Sarney não iria permitir. E, por isso, nós fizemos o Presidente do PMDB, para ter a divisão de poder.

Ninguém nada tem e nada contestamos quanto à liderança do Presidente Luiz Inácio. Foram 60 milhões de votos! Venceu por 20 milhões um candidato de virtudes extraordinárias: Alckmin. Aprendi com Petrônio a não agredir os fatos, mas enterrar uma democracia nós não íamos permitir. Por isso, colocamos o PMDB, para que houvesse a divisão de poder.

O PT tem o Executivo, que é forte no mundo do capitalismo perverso, selvagem: ele tem o BNDES, ele tem o Banco do Brasil, ele tem a Caixa Econômica. E mais: não por culpa de Luiz Inácio, não por culpa de ninguém. A Constituição foi beijada pelo Presidente do meu partido, Ulysses. Eu não ia contestar uma Constituição feita por Afonso Arinos, feita por Mário Covas, por Ulysses, por Pedro Simon. Não iria contestar. Eles, sensíveis ao povo – o povo era presidencialista –, deram um poder excepcional do Presidente: indicar os membros da Corte Suprema da Justiça. É, isso não tem por aí não! Mas eles fizeram certo, porque o povo brasileiro é presidencialista. Já se manifestou, João Ribeiro, por duas vezes, em plebiscito. Então, deram, mas deram para um mandato de quatro anos do Presidente. De repente, oito! Luiz Inácio já nomeou sete de onze Ministros. Se ele demorar mais, acabou a democracia. É porque a ignorância é audaciosa e atrevida. Nós entendemos e entendemos muito. Por isso, estamos aqui. O Senado só tem um sentido: se nós formos o pai da Pátria, e o somos.

O que me trouxe aqui foram horas passadas no estudo e no trabalho, no trabalho e no estudo: representar a grandeza do Piauí, simbolizada por Petrônio Portella, um dos melhores Presidentes desta Casa.

Mas, Pedro Simon, por que hoje? Esta é a Casa. Olha, Pedro Simon, eu sempre disse: você pode, e eu aprendi com a sabedoria popular. É mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade. Acabou, Pedro Simon. Ô Pedro Simon! Você se lembra da

marcha dos prefeitos que vieram aqui? Dinheiro muito. Farsa! Mentira! Estão todos os prefeitos hoje chorando, todos! Por isso, tem que ter oposição. É fácil. Está na Bíblia. A porta larga da vadiagem, da malandragem. Eu escolhi a porta estreita.

Tem, Luiz Inácio, 84? É mentira! Com o tratamento dos velhinhos, aposentados, morrendo. Sabe quantos aposentados há no Brasil, ô Pedro Simon? Vinte e seis milhões. Isso é mais do dobro das bolsas família. Os velhinhos estão é se suicidando, porque foram enganados, traídos e roubados. Porque eles assinaram um contrato. Trabalharam 30, 40 anos para receber uma aposentadoria. É! De dez salários, estão recebendo cinco. De cinco, dois. E o seu planejamento? Destruí a família, porque o ápice da família, Pedro Simon... Pedro Simon, V. Ex^a já é avô? Eu sou. Eu sou melhor avô do que pai. É um testemunho. Eu sou o retrato do Brasil, estou aqui para ensinar o Luiz Inácio. Eu sou melhor avô do que pai. Olha, eu trabalhei tanto, João Ribeiro, tanto, tanto, que eu chegava a minha casa às duas horas da manhã. Muitas vezes, eu ia para um restaurante tomar uma sopa para deixar a Adalgisinha dormir. Eu chegava e operava dez, doze, treze, quatorze numa santa casa de misericórdia. Então, quando eu via os meus filhos, eles já estavam dormindo, Geraldo Mesquita. Quem os educou foi a mãe, foi a Adalgisa; por isso, o meu encantamento. Hoje, não. Sou Senador, eu aconselho os netos, moram comigo, guio, a faculdade... O neto, o avô, Luiz Inácio, não é culpa, ele não teve, mas eu tive. Meu avô era muito bom; aliás, os dois; minhas avós, muito boas, as duas.

Pedro Simon, este Governo destruiu a família, e a família é importante. Sabe por que Rui está ali? Ô Pedro, Pedro – Pedro Simon está num papo ali com a secretária –, Rui Barbosa disse: “A Pátria é a família amplificada”. O próprio Deus, quando botou o filho dele, não o desgarrou, botou-o numa família. E a família está destruída. O avô é a cobertura da família. Eu só daria um exemplo, Pedro Simon. Os maiores líderes hoje, reconhecidos pelo próprio Luiz Inácio, são Barack Obama e Sarkozy, os maiores líderes. Está ali o livro, está bem aí, pegue-o aí, Ribeiro, debaixo do vermelho, mostre aí; é o segundo livro que leio de Barack Obama. Ele diz que, se não fossem os avós dele, ele seria um maconheiro, desviado, desvirtuado. Então, os nossos avós, eles planejaram, eles sonharam, eles assumiram compromissos com os filhos, com os netos, com a família e, hoje – por isso essa desvalorização da família –, o neto diz: “Vovô é mentiroso. Vovô disse que ia pagar minha faculdade, vovô disse que ia me dar gasolina e me dá um livro e me dá...”

Tomaram, roubamos nós, não é Luiz Inácio, somos nós, a Pátria somos todos nós. Governo somos todos nós. Governo é o tripé. Não tem negócio de *L'État c'est moi*, Luiz Inácio, não. Nós enganamos, nós roubamos os velinhos, assinamos que iríamos pagar as suas aposentadorias. São 26 milhões de velinhos enganados. Eu estou fazendo um estudo sobre suicídios: nunca houve tantos suicídios entre velhos e idosos.

E os banqueiros... Já foi lido pelo Crivella, que é da base do Governo, o lucro do Banco do Brasil. Veja nas páginas dos jornais, está aqui, depois eu vou ver: estratosférico! Os banqueiros, ganhando dinheiro, enganaram os velinhos, fizeram empréstimos consignados, botaram umas letras miúdas, os velhos, com catarata, com hipermetropia, vista cansada... E, agora, estão pagando 40% para os bancos. E eu dizia: não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado. Mas não são minhas, foi Abraham Lincoln quem disse isso. Essa é a nossa diferença.

Mas, Pedro Simon, um quadro vale por dez mil palavras. Olhe o que eu recebi agora! Isto aqui. Nós somos o povo, nós somos democracia, nós somos filhos do voto. Luiz Inácio, eu já somei: V. Ex^a teve 60 milhões, aqui tem muito mais, tem 80 milhões de votos. Este é o Poder. Nós nascemos do povo. Eis a verdade, Pedro Simon.

Olha o que recebi; vocês vão receber: Morro do Chapéu do Piauí – Prefeito Lucídio Rebêlo. Olhem, ele recebeu de IPI – no do Lula, com mãe do PAC, a galinha cacarejadora, atentai bem: parcela do IPI –, ele recebeu R\$26.818. Hoje, a parcela caiu para R\$5.750. Olha o Prefeito! De Imposto de Renda, ele recebeu R\$180.117. A parcela, agora, caiu para R\$17 mil – de 180 – menos de 10%. Só para receber os aplausos, as aclamações e a mentira.

É, Pedro Simon... Aqui é a verdade. “De verdade em verdade, eu vos digo”, Cristo. “Nós falamos como irmãos”, Cristo.

Em Matias Olímpio, o Prefeito é Fogoió. A parcela do IPI, na festa, na farra, no bacanal, que desmoraliza esse TSE, que está fazendo boi voar. O Prefeito mais corrupto da História do Brasil é do Piauí, que recebe processo, mas o PT abafa. Mas estão aí homens públicos cujos mandatos foram tirados!

Mas, ô Pedro Simon, atentai bem. O Fogoió recebeu, de IPI, R\$35.157 lá na farra, no comício, no lançamento – R\$35.157 – e, agora, recebeu R\$7.667. O Imposto de Renda dele foi de R\$241 mil no dia da farra, do lançamento. Baixou, agora para R\$23.719. Atentai bem, para fazer aquela algazarra, aquela mentira, aquela palhaçada, desmoralizando o TSE, campanha prematura.

Barras (PI), terra de ex-governadores, Prefeito extraordinário, Manin Rêgo, recebeu de IPI R\$89.394; baixou agora para R\$19.169. Tudo fácil! O Governo mandou aumentar para dizer que tinha o apoio dos prefeitos. Parcela do Imposto de Renda, R\$603.726. Baixou – ô Geraldo Mesquita – para R\$59.299.

É mentira, é mentira a pesquisa. O alopradinho do Piauí responde a sete processos, e o PT e a Procuradoria-Geral, rápido, engavetam. Enquanto isso, são perseguidos governadores que não são do PT. Essa é a imoralidade.

Nunca dantes, Pedro Simon... O Getúlio adentrou a Presidência da República pela corrupção eleitoral. Nunca dantes teve tanta corrupção eleitoral. Aí você vê prefeitos, governadores de alta dignidade, alta história, cassados. E o pior de todos é o do Piauí: sete processos engavetados.

Pedro Simon, mostre-me onde pessoas de carteirinha, filiados há 20 anos, são nomeados para a corte? Eu sei psicologia, sou médico, está encravada na sua essência essa doença. Nós estamos aqui para salvar a democracia.

Olha aqui: Luzilândia, uma Prefeita mulher, Janaína, recebeu R\$62 mil do IPI na festa; agora, baixou para R\$13.418. Imposto de Renda, R\$422.608; baixou para R\$41 mil. E todos se repetem assim.

Ô, ô, ô João Ribeiro, o Boris Casoy: “isso é uma vergonha!”. Os prefeitos já entraram na quarta-feira de cinzas na ressaca.

Ô Luiz Inácio – “afaste de mim esse cálice”, disse Jesus no aperseio – diga: afaste de mim esses aloprados que enganam.

Aumentaram para ter aquela festa. Está aqui, Pedro Simon. Lacerda trazia, eu também trago. Não vou cansá-los, serei objetivo. Um quadro vale... Mas é na mesma proporção, Geraldo Mesquita.

Geraldo Mesquita, uma vez, me disse: “Mãe Santa, esse negócio, você não sabe o que vamos enfrentar. Esse Partido dos Trabalhadores é um negócio pesado!” É pesado! Foi o Geraldo Mesquita. É pesado! Por isso que nós não deixamos que o Partido dos Trabalhadores assumisse o Senado da República de Rui Barbosa. Essa é a verdade.

Não vou cansá-los, mas a matemática é a mesma.

Em Luzilândia, Janaína. Eu recebi tudo isso agora; Júlio Borges, professor... Rapaz, é a mesma matemática!

Em Batalha, no Piauí, Amaro Melo, extraordinário administrador. Em Corrente, Ribeiro, empresário, vitória extraordinária. Rapaz, é a mesma proporção. Não vou... A matemática.

Olhem, os prefeitos, queridos prefeitinhos, estão de ressaca, estão na quarta-feira de cinzas. E os aloprados enganaram o Brasil.

Luzilândia... Está aqui. É muito documento. Matias Olímpio, mesma proporção. E aí vai, e aí vai: Barra do Piauí e todos.

Então, essa é a verdade. Não acredito. É mentira. Uns aloprados desses, que carregam dinheiro na cueca, que ganham mensalão, que dizem que no passado até mataram, e mataram muito, por São Paulo, eles não vão enganar o povo? Isso é claro.

Pedro Simon, esse **Correio Braziliense** é um bom jornal. E o governadorzinho do Piauí, que estava nos escândalos antes de assumir, da Finatec, estava no da Gautama, com dezessete gravações... Dezessete! Essa Polícia Federal mexe com todo mundo, mas eu duvido. Dezessete gravações! Aquele Benoit... Eu não vou aprender o nome desses vigaristas sanguessugas, das ambulâncias, flagrados lá. No Luz Para Todos, há corrupção generalizada. Cadê o Porto de Luís Correia, as ZPEs, a estrada de ferro, a ponte de Teresina, o Hospital Universitário? É só mentira. E ele copiou. As pesquisas do Luiz Inácio encheram os jornais.

É mais fácil você tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade.

Correio Braziliense: “Desafios do Milênio. A vida sem saneamento”. Está aqui. Este **Correio Braziliense** é um jornal bom. Olhe aí, João: saneamento. Está aqui. Bota lá, bota grandão aí, como um **outdoor**. Faz de conta que eu sou o Mercadante. Quando é esse povo do PT, sai grandão. “Situação é mais grave no Piauí (...)”. “A vida sem saneamento”. Estão aqui os gráficos, a mulherzinha... Então, o Piauí é o pior, o último lugar, governado pelo PT da mentira. Está aqui: 29,85% – é o azul – dos domicílios não têm esgotamento sanitário; e em 45,86% – quase a metade da população – não se tira nem lixo. Último lugar. Isso é lamentável.

Ô Luiz Inácio, estão enganando-o. Acredito que V. Ex^a ouviu o líder do Tocantins dizer... Mas V. Ex^a mandou dinheiro para o porto, e os aloprados... Eu já botei todas as minhas emendas há três anos: para as ZPEs, a estrada de ferro, uma ponte, Pedro Simon.

Eu levei o Geraldo Mesquita: eu fiz no mesmo rio, Rio Poty – Teresina fica entre dois rios, Poty e Parnaíba –, uma ponte em 87 dias, com um engenheiro da cidade, Lourival Parente, construtora do Piauí, operário do Piauí e dinheiro do Piauí. Heráclito fez em cem dias no mesmo rio. Nós concorriamos, na brincadeira.

Esse Governo de aloprados disse que ia fazer a ponte dos 150 anos, sesquicentenário. Teresina vai para 158 anos e está lá só o esqueleto.

Então, eu não posso pertencer a essa sua base aliada. Eu pertencço à verdade, ao PMDB de verdade, ao PMDB de vergonha, ao PMDB de Pedro Simon e de Geraldo Mesquita. É por isso.

Presidente Luiz Inácio, acompanhe ou mande para a cadeia os aloprados do Piauí e aí eu virei aqui aplaudi-lo. Ainda acredito, a esperança é a última que morre. Impressiona-me aquele livro **O Velho e o Mar**, que diz: a maior estupidez é perder a esperança. E eu não quero perdê-la. Então, eu tenho esperança. E digo isso para nós sairmos desta vergonha: o último lugar, o Estado com menos saneamento; o último lugar em ética e em decência política.

Olha como o quadro é mentiroso! Pedro Simon, vamos ver só as manchetes desse jornal. O Mozarildo está bonito aqui, é o Mozarildo – vamos ser claros: “Nós já recebemos esse dinheiro; apenas vamos colocar esse dinheiro de maneira correta e pagar o imposto sobre ele” – aquela verba indenizatória. Mas não é isso, não. Vamos ler aqui as manchetes para você ver.

O que quero dizer é o seguinte: não tem crise.

“Embraer” – é a maior empresa do Brasil, do Governo, o orgulho – “demite quatro mil e irrita Lula”. Como é que a gente pode andar? Está aqui a Embraer. É o **Correio Braziliense**.

E queria dizer o seguinte: olha, eu estava com muita inveja do nosso Governador. Olha a imoralidade aqui, ô Pedro Simon! Rui Barbosa, Luiz Inácio, está ali porque disse o seguinte – ele está ali, Rui: “a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Ele veio antes, ele fez a riqueza”.

Luiz Inácio, V. Ex^a é tão iludido e os aloprados estão enganando-o. “Aumento de 74% no lucro do Banco do Brasil”. O Banco do Brasil! Empresários meus que trabalham: quem é que ganhou 74%? Quem é que aumentou, brasileira ou brasileiro que trabalha, 74% da sua renda? Está aqui. É o banco.

Então, aí diz outra: “Dilma Rousseff vai cair na folia”. Olha aí.

Mas o que eu queria dizer é que eu estava com inveja de V. Ex^a falando sobre o carnaval. E o Geraldo Mesquita foi lá. Esse Governo...

Olha, o melhor hotel do litoral era um Santa Mônica, aí um grupo português comprou-o. Não sei se V. Ex^a foi. Aliás, o Luiz Inácio se hospedou ali. Tomou um banho. Ele não foi no Piauí, Geraldo Mesquita? Era de um grupo português.

Olha, mas esses aloprados aí... Quem nunca comeu mel, quando come, se lambuza. Eu vou dar um conselho a quem tem hotel: no carnaval, não aceite fornecer bebida, comida para essa gente. Eu acredito que o Luiz Inácio pagou a dele, mas a farra foi tão grande, tão grande, tão grande, que o melhor hotel do

litoral fechou as portas. Você conhece o Coqueiro? Fica a mil metros da minha casa, eu passo com a Adalgisa olhando. Era de um empresário... Santa Mônica. Mudou o nome: Islamar.

Luiz Inácio, em nome de Luiz Inácio, prometeram o aeroporto internacional. Não tem mais nem teco-teco, Pedro Simon, não tem avião nenhum. O Geraldo Mesquita foi lá. Só mentira. Os trens: só mentira. A energia... O Governo ia lá, passava **réveillon**, banqueteava-se e não pagava nada. E o empresário português, competente, dedicado, decorador, com a cultura, está fechado. O outro grande também, Hotel Araras, de um empresário muito rico, num local muito bom, próximo da Lagoa do Portinho, entre Luís Correia e Parnaíba, está fechado. Tinha toboágua, tinha aquela pista de carro, tinha... Eu fui a um congresso médico.

E eu pergunto: por que isso nunca fechou quando nós governamos o Piauí e também outros governadores? Todos os hotéis surgiram pela inspiração do ex-Senador Freitas Neto, que governou o Estado. Ele dava 40%, num acordo, numa parceria, para os empresários. E eu paguei quase todos quando o segui no Governo. A idéia foi do Freitas Neto, e nós concluímos todos aqueles hotéis. Todos. Agora estão fechando. Então, eu não posso convidar nem enaltecer, porque os dois melhores hotéis do litoral estão fechando, por incompetência, por irresponsabilidade do Governo do Estado do Piauí.

Luiz Inácio, é aquele hotel em que Vossa Excelência ficou com a encantadora Primeira-Dama. Está fechado. Vossa Excelência talvez não saiba.

Então, quero uma grande ajuda, dos empresários, nesse carnaval: não aceitem, não, porque essa turma aí de alopados, é só dando golpe. E, no carnaval, eles são useiros e vezeiros em fazer isso. Fizeram no meu Piauí.

Mas, enfim, essas são as nossas palavras. E temos ainda a esperança no Presidente Luiz Inácio. Ele foi ao México. Foi lá, com Dona Marisa, tirou fotografias extraordinárias. É bonita a Primeira-Dama, nós nos orgulhamos. Foi às pirâmides. Luiz Inácio, quando Vossa Excelência for ao México... Pedro Simon, V. Ex^a já foi ao México? Geraldo Mesquita, o palácio é na praça. E tem uma frase do General Oregon. Ele foi Presidente, o General. Ele diz o seguinte: "Prefiro um adversário que me diga a verdade do que um aliado amigo que me mente, que me engana e que puxe o saco". Enfim, um alopado não me acompanha.

Presidente Luiz Inácio, lembre-se de Cristo: "Afastete de mim esse cálice". Medite, faça uma reflexão e diga: "Afastete de mim esses alopados". E grande parte está no meu Piauí!

O SR. PRESIDENTE (João Ribeiro. Bloco/PR – TO) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição – o Senador Geraldo Mesquita já havia feito duas permutas –, ao ilustre Senador representante do Rio Grande do Sul, um dos melhores Senadores deste País, Pedro Simon, por quem tenho grande respeito e admiração. S. Ex^a sabe disso.

Tem V. Ex^a o tempo necessário para fazer o seu pronunciamento, Senador Pedro Simon.

Senador Mão Santa, vou entregar a presidência para V. Ex^a agora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a fique aí porque está muito bem, treinando para ser governador do Estado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, se há algo que funciona admiravelmente bem aqui, no Senado, é esse serviço de convivência, digamos assim, entre nós, Senadores, e o povo em geral.

Cada vez que você fala aqui, se o assunto for de interesse, alguns que nem o Mão Santa recebem uma montanha de correspondência; outros que nem eu, não uma montanha, mas muita correspondência. E estou acostumado com isso e acho muito bom.

Eu recebo do Brasil inteiro. Conte aqui um caso, que para mim foi importante, em que fiz três pronunciamentos desta tribuna no mesmo dia e recebi três montanhas de manifestações, uma diferente da outra.

Vim para esta tribuna protestar, porque o Lula dizia que o candidato dele à Presidência do Senado, naquela época, era o Sarney, porque ele tinha confiança no Sarney e não tinha confiança no Pedro Simon. Eu vim para a tribuna. O Presidente é o Presidente. "Eu quero saber por que o Senhor não tem confiança em mim. Votar no Sarney, ele é dez vezes melhor do que eu. Ter simpatia pelo Sarney não estou discutindo. Quero saber qual é o motivo de o Senhor ter tanta confiança nele e não ter confiança em mim." Então, uma situação... De tarde, na mesma reunião, à tarde, houve a votação da taxa de contribuição para a saúde, taxa sobre cheque para a saúde. Eu vim nesta tribuna, defendendo a tese de que deveríamos suspender a votação por 24 horas, porque o Lula nos mandava uma carta, dizendo que ele se comprometia de que seria por um ano, que a reforma tributária seria feita e que a verba seria destinada exclusivamente para a saúde.

"Isso é o que lutamos a vida inteira", dizia eu. "O Lula vai cumprir". "O Lula não vai cumprir". "Não sei, mas vamos suspender; não vamos votar agora; vamos esperar 24 horas, vamos ao Lula e vamos as-

sumir esse compromisso”. Eu recebi uma montanha de cartas quando cobrei do Lula por que ele não tinha confiança em mim, todas de solidariedade. Recebi uma montanha de cartas quando eu defendi a taxa para a saúde, contrárias. “Mas, Simon, o senhor agora falar uma coisa dessas, e votar e acreditar no Lula?” Uma montanha de cartas contra.

E vim fazer o terceiro discurso no mesmo dia, me justificando, dizendo: “Olha, vocês me desculpem, mas, se eu falei, eu, que tinha toda mágoa, que tinha todo ressentimento contra o Lula e dez horas depois eu fui defender...”. Eu não fui defender o Lula, fui defender um projeto que era importante para nós. Era um diálogo que era importante para nós. “Me perdoe, mas eu acho que não é justa essa referência que vocês estão me fazendo”.

Recebi uma terceira montanha de cartas: “É, o senhor tem razão. Realmente, nós não nos demos conta...”.

Agora eu estou recebendo uma montanha de cartas com relação ao meu amigo Jarbas Vasconcelos. Ele falou, e eu pago a conta. Ele falou e parou. E eu passei o fim de semana passado em Brasília – se eu soubesse, eu não teria passado; passei o fim de semana em Brasília, e a imprensa toda: “Só tem o senhor, Senador; só tem o senhor, Senador”. E eu falei.

A maioria, a imensa maioria das cartas, mas a imensa maioria mesmo, é de solidariedade a mim. Fico comovido, fico emocionado. “Senador, o senhor tem razão, o senhor tem autoridade, nós conhecemos a sua história, nós conhecemos a sua biografia”.

Eu não nego que uma ou outra – e estou respondendo pessoalmente a cada uma delas – diz que estranhou. Estranharam que o Pedro Simon, arauto da ética, não sei o quê, tenha discordado, enfim. E algumas manifestações de imprensa.

Hoje, o Merval Pereira: “Tanto faz”. Diz ele:

O PMDB é corrupto? Não mais do que o PT ou o PSDB”. Essa frase do senador Pedro Simon, a respeito das acusações feitas por seu colega Jarbas Vasconcelos ao partido de ambos, reflete bem o espírito que tomou conta da política brasileira nos últimos tempos. Identificado com o sentimento mais libertário da política brasileira, o senador Pedro Simon, durante um período, simbolizou o que havia de independente e até mesmo romântico na atividade parlamentar. A frase pode ser interpretada como uma tentativa canhestra de defender a cúpula do PMDB, fortemente atacada por Jarbas [...].

Meu amigo Merval Pereira, eu critico a cúpula do PMDB muito mais do que o Jarbas e há muito mais tempo do que o Jarbas. Tenho vindo a esta tribuna, há vinte anos, fazendo até algo que muita gente acha que não devia ser, lavando roupa suja aqui da tribuna, o que não tenho chance dentro do meu partido. Não me dão chance.

Por amor de Deus, tenho vindo a esta tribuna, cobrando e cobrando muito. O PT passou oito anos criticando o PSDB, criticando as coisas erradas do PSDB. O PT passou oito anos defendendo a ética, a moralidade, a dignidade, a seriedade e cobrando, linha por linha, os equívocos que o PSDB, no governo, eventualmente cometia.

Agora, o PT no Governo. Cá entre nós, nada mais semelhante a um PSDB no governo do que um PT no governo, o que, a rigor, é a mesma coisa.

Você vai cobrar do PT: “Mas estão fazendo isso, estão fazendo aquilo”. E eles respondem ao Líder do PSDB: “Mas vocês também fizeram!” “Vocês estão usando cartão corporativo.” “Mas o Fernando Henrique também usou!”

Essa é a realidade. Agora, meu amigo Merval Pereira, imaginar que essa é a tese que estou defendendo?! Então, será que alguém pode imaginar que estou aqui dizendo que o PMDB é corrupto, mas, tudo bem, o PMDB é corrupto, porque os outros também são? Respeitem-me! Respeitem minha história e minha biografia!

Sou do velho MDB, época da ditadura, época do arbítrio, e sempre tivemos luta. Olha, como bateram em mim lideranças à época! O Brizola queria a guerrilha e financiou uma guerrilha. O Brizola queria o voto em branco, fez uma campanha em 1970. A Arena tirou primeiro lugar nas eleições; o voto em branco, segundo lugar; e o MDB, terceiro lugar.

Parte das Esquerdas estava na luta armada, dividiu a guerra civil e riu da gente: “O Simon e essa gente aí numa ditadura como essa; o quinto general presidente nomeado, as Forças Armadas todas coesas, a Igreja do lado deles, o poder econômico, o empresariado, o mundo internacional, o americano, a grande imprensa. Estão todos do mesmo lado, e essa ‘gentezinha’ aí do MDB, e o Pedro Simon a dizer que temos é que lutar, que resistir, democraticamente, e não apelar, e não ir para as armas, e não ir para a luta. Isso é bobagem! Temos é que ir para a luta!”

Arrombaram cofre, prenderam embaixador, fizeram horrores! E eu fui um dos que defendiam: “Não, sou contra isso, porque o Brasil não é Cuba”. Em Cuba, saíram da montanha e tomaram Havana. E ganharam. O Brasil é um continente, e, diabolicamente, o americano quer rachar o Brasil. O americano dividiu a Coreia

em Coreia do Norte e Coreia do Sul e dividiu o Vietnã em Vietnã do Norte e Vietnã do Sul. Eles querem fazer isso no Brasil. E, hoje, isso está provado.

O Embaixador da época, no Brasil, no livro que ele publicou, disse: “A frota americana estava na fronteira, esperando que o João Goulart resistisse para iniciar a ocupação”. E Jango foi um herói. Eu estava com ele lá, na casa do Comandante do III Exército, em Porto Alegre, de madrugada, quando Brizola – e eu respeito – insistia, exigia que tínhamos que resistir e ir para a luta. E quando o Comandante do III Exército disse que, praticamente, ele estava do lado do Jango, mas que as tropas até do III Exército já estavam do lado do golpe, o Jango disse: “Não quero derramar sangue; não quero ser o responsável por um terror desses no meu País”. E foi embora.

Mas conquistamos a democracia sem derramar uma bala. E foi o velho MDB. Somos dessa época; somos da época em que, quando caiu a Emenda das Diretas Já, continuamos na rua e transformamos o Colégio Eleitoral, que era um órgão imoral, indecente, para nomear general, e fizemos esse Colégio Eleitoral se transformar num Colégio responsável e democrático, para derrotar o candidato da ditadura e eleger o Tancredo.

Não, meu amigo Merval Pereira, não me faça isso!

Tenho mágoas profundas do PMDB.

Não aceito essa cúpula que está aí. Lamento o Fernando Henrique e o Lula. Os dois, na Presidência da República, aliaram-se com essa cúpula. No fundo, no fundo, parece que o Fernando Henrique e o Lula desejam, realmente, que o PMDB seja isso aí, para eles fazerem conchavos e pegarem apoio. Nenhum dos dois se preocupou em selecionar, em fortalecer uma área mais ética, mais séria, mais responsável.

Nesse mesmo *O Globo*, na segunda-feira, o Noblat, endeusando meu amigo Jarbas, disse: “E o Pedro Simon, onde é que está? Do Pedro Simon, só sobrou uma fotografia na parede”. Meu amigo Noblat, nem a fotografia na parede.

Quando fui Governador, proibi fotografia de Governador, a tradicional, em todos os lugares do Estado. Coloquei um mapa do Rio Grande do Sul, e muita gente pode não se dar conta, mas o mapa do Rio Grande do Sul é a figura de um coração. E coloquei: “Leve o Rio Grande no peito”. Esse foi o símbolo do meu Governo, e todas as repartições públicas tinham obrigação de colocar, em vez da fotografia do Governador, esse mapa.

Não tenho nenhuma fotografia, meu amigo Noblat! Aqui, no Senado, estou há 30 anos. Nunca fui líder, nunca fui presidente de Comissão, nunca fui vice-presi-

dente de Comissão, nunca fui membro da Mesa, nunca fui coisa nenhuma. Você anda por aí e vê fotografia de todo mundo. Não tem do Pedro Simon.

Se for falar o que você está pensando, meu amigo Noblat, minha situação é ainda mais grave: não sobrou nem a fotografia na parede. Não tenho nenhuma fotografia na parede.

Mas, meu amigo Noblat, continuo o mesmo. E você sabe.

Quando derrubaram Ulysses da Presidência do MDB, eu era o primeiro Vice-Presidente. Fui contra. Ulysses tinha mil qualidades. O grande defeito é que ele queria ser Presidente da República a qualquer preço, e isso atrapalhou o MDB. Ele tinha um diálogo difícil com o Tancredo, um diálogo difícil com o Covas, um diálogo difícil com o Montoro, um diálogo difícil com o Arraes, um diálogo difícil com o Teotônio, um diálogo difícil com o Brizola, porque ele queria ser o candidato a Presidente da República, e o resto que se danasse. Mas agora ele já foi e levou uma surra; agora, sobrou ele como candidato a presidente, ele como presidente do partido.

E, quando o Quércia veio me procurar, primeiro, queriam que eu assumisse a Presidência, que eu fosse o candidato a vice da Presidência no lugar do Dr. Ulysses. Hoje, digo: “Lamentavelmente, não aceitei; devia ter aceitado”. Aí colocaram o Quércia, e o Quércia veio me convidar para ser o primeiro vice dele, para ficar na vice-presidência. Eu disse: “Quércia, não aceito. Tu vais fazer uma bobagem. O Dr. Ulysses, os defeitos que ele tinha não tem mais, ele é o grande candidato a presidente do partido. Deixa ele lá! Se tu queres ser candidato a Presidente da República, ele vai ser o teu grande cabo eleitoral, mas não pega a presidência”. Ele disse: “Pô, Simon, mas tu vais ser o vice-presidente. Eu estou lá sem mandato, eu estou em São Paulo, não tenho nada. Você vai ficar aqui em Brasília, você vai assumir, praticamente, o comando”. Não aceitei, e ele foi convidar o Jarbas, e o Jarbas aceitou ser primeiro-vice-presidente do Quércia, na derrubada do Dr. Ulysses. E eu iniciei a minha resistência contra a cúpula do MDB.

Na época da candidatura Quércia, eu achei absolutamente negativo. Eu era líder do Itamar, e o Itamar queria que o candidato a Presidente da República fosse do MDB – claro que não o Quércia –, mas o MDB não deixou. E o Quércia foi e fez menos votos do que o Dr. Ulysses.

De lá para cá, tem sido com essa cruz que o PMDB trabalha. Grande partido, povo do lado, mas o comando é uma cruz que nós estamos carregando. A Executiva, a Liderança aqui, na outra Casa, o PMDB não merece. Não merece. O partido com mais votos

na última eleição, que fez mais Governadores, mais Deputados Federais, mais Deputados Estaduais, mais Senadores. Nesta última eleição, mais Vereadores, mais Prefeitos, seis milhões de votos a mais do que o que está em segundo lugar. Está aí um partido que a imprensa ridiculariza, debocha, debocha, ridiculariza, porque nós estamos para ser a noiva: quem paga a baia, quem dá o melhor dote. É uma posição grosseira, vulgar!

Eu apresentei projeto, meus amigos, dizendo que o partido político tem de abrir, na convenção, espaço para que membros da convenção possam impugnar candidatos cuja ficha tenha problemas graves. Mas convenção, hoje, nós sabemos como é: Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, a gente vai para a convenção, botam uma lista, tu votas e tu não sabes nem em quem tu estás votando, nem em quem tu não estás votando. Pois eu acho que a gente tem de tomar conhecimento, saber quem é, e se alguém tem coisas graves, um grupo de 10% dos convencionais faz a denúncia e a comissão de ética tem de decidir.

Eu concordo que a seleção tem de começar lá no partido. Com isso eu concordo, mas eu concordo também, Sr. Presidente, e isso eu digo daqui, que o mal do Brasil se chama impunidade.

Eu tenho autoridade para falar, Sr. Presidente. Durante dez anos, eu, membro da Comissão de Constituição e Justiça, criei uma comissão: Presidente do Supremo, Presidente do Senado, Presidente da Câmara, Ministro da Justiça, Procurador-Geral da República, Presidente do Tribunal de Contas nos reuníamos mensalmente para debater e discutir o que fazer para terminar com a corrupção. Eu participei da Comissão de Justiça e trouxemos da Itália os célebres procuradores da operação Mãos Limpas, que vieram, debateram, discutiram conosco como foi lá e como nós podíamos fazer aqui.

Eu apresentei projeto. Eu acho que quem tem ficha suja não pode ser candidato, mas eu não acho que tenha de ficar na gaveta – nem da revista, nem da promotoria, nem da polícia, nem do juiz e nem do tribunal – o julgamento. O tribunal, o juiz, o delegado têm de dar prioridade absoluta no julgamento do político, mais do que todos, e não pode ficar na gaveta. E o relator, o ministro não podem pegar, pedir vista e ficar um ano com o processo na gaveta.

Eu tenho dois projetos: quem tiver ficha suja não pode ser candidato, mas quem é candidato tem o direito de exigir que o seu processo seja julgado até a eleição. E, se, por qualquer questão, não for julgado até a eleição e se ele for eleito, entre a eleição e a

posse – aí, é muito menor, é um número infinitamente menor –, esse tem de ser julgado.

O mal do Brasil é a impunidade. Fazem acusações contra mim, contra o companheiro Mão Santa, contra qualquer companheiro nosso e não se prova nada, e não se faz nada, e não acontece nada. Quem é honesto não pode provar que é honesto e quem é desonesto empurra com a barriga e nunca decide.

Essas teses eu venho defendendo há vinte anos. Eu posso dizer, e disse ontem a um membro do Supremo: foi minha a iniciativa. Quando entrei aqui na Casa, Deputado e Senador não podiam ser processados pelo Supremo, só se a Casa desse consentimento. Então, o Presidente do Supremo mandava um ofício para o Senado: “Peço licença para processar o Senador fulano de tal”, ou mandava um ofício para a Câmara: “Peço licença para processar o Deputado fulano de tal”. E o que acontecia? Ficava na gaveta do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado. Não ia a plenário para ser votado. Por quê? Porque os Parlamentares não queriam. Não queriam dar licença, porque não queriam que o colega fosse condenado, e não queriam negar a licença, para não se ridicularizarem perante a opinião pública.

Nós aprovamos – parecia um milagre. Muita gente achou que isso nunca ia acontecer, mas aconteceu. Hoje, é lei. O Procurador denuncia o Parlamentar ao Supremo Tribunal, o Supremo aceita a denúncia e não ouve Senado, não ouve Câmara, não dá bola nenhuma, e processa o Parlamentar. E o Parlamentar é processado. Então, hoje, não dá para culpar nem o Senado, nem a Câmara na questão da impunidade. Essa é uma questão do Judiciário. E eu repito: terminar com a impunidade é fundamental.

Se dependesse de mim, meus caros jornalistas, o PMDB seria um partido diferente. Seria. Seria um partido em que nós, um grupo de jovens meio aloprados, como diria o Mão Santa, que queríamos a democracia, teríamos ido adiante. Lamentavelmente, o Dr. Tancredo morreu. Ele não podia ter morrido.

Sarney foi um grande Presidente. Eu fui Ministro do Dr. Ulysses, fiquei com Sarney durante um ano e sou o homem que fala da seriedade com que ele agiu, mas o Sarney não era o Tancredo, e todo aquele movimento que tinha sido feito era para o Tancredo. E, principalmente com o Sarney e o Dr. Ulysses rompendo, o PMDB não era nem Governo, nem Oposição, e aí começou o nosso calvário.

Mas eu venho lutando, venho lutando pela candidatura própria. Quando Itamar assumiu a Presidência, eu, que fui o coordenador da CPI do **Impeachment**, não aceitei ser Ministro do Itamar. Como gaúcho, nós carregamos uma mágoa muito grande daqueles que

derrubaram o Getúlio e depois foram pegar os ministérios do governo que ficou no lugar do Getúlio. Mas fui Líder do Governo de Itamar. E nós tínhamos tudo para fazer o Presidente da República. Mas o Quéricia exigiu a candidatura dele. O Antônio Britto, que o Itamar, o Fernando Henrique e eu, na reunião, decidimos que era o candidato, se assustou de ir para a convenção com o Quéricia, não aceitou, e terminamos não tendo o candidato. Eu fiquei aqui, com a vitória do Fernando Henrique, como Líder do Governo dele; continuar na tarefa que eu estava como Líder do Itamar. Quando Fernando Henrique não deixou criar a CPI das Empreiteiras, e quando Fernando Henrique extinguiu a Comissão de Fiscalização que o Itamar tinha criado, eu caí fora. Tanto que o Líder de Fernando Henrique foi o meu Vice-Líder, que era meu Vice-Líder e ficou no meu lugar. E eu apoiei o Lula na candidatura dele quando ele ganhou.

Eu tinha uma esperança enorme no Lula, uma enorme esperança no Lula! Convidou-me para ser seu Ministro, jantando lá em casa. Não aceitei sob o argumento de que, no Rio Grande do Sul, o PT e o PMDB eram velhos adversários e de que eu podia ajudá-lo muito mais nesta Casa do que em Ministério. E fiquei aqui disposto a ajudá-lo. Quando saiu o problema do Waldomiro na televisão, em que ele colocava dinheiro no bolso e conversava com o cidadão sobre sua comissão, sobre as porcentagens da bandalheira, saí daqui e, em cinco minutos, estava no gabinete do Lula. E lhe disse: “Presidente, demita-o já! O senhor tem de demiti-lo imediatamente, porque seu Governo precisa disso!”. E o Presidente não o demitiu. Aí queríamos criar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), e ele não deixou que se criasse a CPI. O Supremo teve de pedir para que fosse criada a CPI. Aliás, ele e o PMDB não o quiseram, e fomos contra ele e contra o PMDB.

Então, minha linha é uma só. Não sou melhor do que ninguém. Sou um homem de 80 anos, e essa é minha trajetória, essa é minha maneira de ser, e não vou mudar depois de velho. Concordo com o Jarbas, um grande líder, nas coisas que fala. É verdade. Mas não concordo que se queira, de repente... E parece-me que a *Veja* vem aí agora com uma entrevista de capa, mostrando os corruptos do PMDB. Correto! A resposta que a Executiva do Partido deu é ridícula. A Executiva, em sete linhas, disse o seguinte: “Foi um desabafo do Jarbas. E, como ele disse que a corrupção está em todos os partidos, não é problema nosso”. A nota da Executiva, meu amigo Merval Pereira, está dentro do que o senhor está dizendo aqui, não eu, porque acho que esse é problema nosso, sim. Eu já vinha defendendo e defendendo agora: vamos fazer um grande congres-

so do PMDB. Vamos debater, vamos discutir, vamos analisar, vamos apresentar um programa de governo, vamos apresentar uma proposta!

O Lula está apresentando a candidatura da Ministra Dilma, que, até ontem, era ridicularizada. Ninguém a levava a sério, mas, hoje, ela está crescendo. O Serra é uma pessoa competente, séria, mas anti-pática, e está crescendo! Dizer que o PMDB não tem candidato?! E o Jobim não é um grande candidato? E o Governador do Rio não é um grande candidato? E o Jarbas Vasconcelos não é um grande candidato? E o Rigotto não é um grande candidato? E o Governador do Paraná não é um grande candidato? E o Ministro da Saúde não é um grande candidato? Quem tem mais candidato do que o PMDB?

O problema é que a cúpula está negociando. A cúpula está negociando quem dá mais! Isso é uma vergonha! Essa cúpula do PMDB é uma vergonha! Primeiro, foi o Sr. Temer, um grande Presidente. Ele tinha todas as condições para ser Presidente. É um homem natural. Já foi quatro anos presidente, um bom presidente, um homem sério, um intelectual, um jurista, o maior partido, apoio do Lula. Mas ele mendigou a presidência, ele não se impôs. Em primeiro lugar, queria que o Senado abrisse mão da presidência para ele ser. Em segundo lugar, a rigor,... Agora estão dizendo que se está discutindo entre ele e o da Bahia quem é o vice-presidente do Lula. O nosso amigo Gedel, que era o grande herói da luta contra o Lula – Fernando Henrique fanático –, agora declarou: “O que vou fazer? Me apaixonei pelo homem!” Ele se apaixonou pelo Lula. O que ele pode fazer? Não pode.

Acho que o presidente do partido, que é Presidente da Câmara, já devia ter se licenciado ou renunciado; já devia. Se renunciar, se tiver outra eleição, se licenciar-se, a Deputada Iris é uma grande Deputada e tem condições de assumir, e vão fazer uma movimentação nesse sentido.

Tenho medo de falar agora, porque se eu disser: “Tudo bem, meus irmãos da **Veja**, agora vocês publicaram a lista dos corruptos do PMDB. Ótimo!”, eu vou vir à tribuna semana que vem cobrar do PMDB uma análise disso. Mas que tal apresentar uma lista também do geral da vida partidária? Do geral da vida partidária! Até porque, reparem, o PMDB não está no Governo. O PSDB esteve oito anos. O PT vai fechar oito anos.

Estive em um debate na Globo News e dizia isso. Os outros dois que participaram, brilhantes, da maior dignidade, da maior seriedade, primeiro cobravam do Congresso – o que está certo –: “O Congresso não tem o que fazer, não tem personalidade, não tem nada!”

Eu digo: “Em primeiro lugar, e a medida provisória? Como é que o Congresso vai ter personalidade? Como é que o Congresso vai existir com a medida provisória? A medida provisória é uma imoralidade, é uma indecência!” Quero fazer justiça ao Presidente Sarney. Estive em seu gabinete, e ele deu-me a impressão profunda de que isso vai mudar. Ele está convencendo, inclusive o Lula, para o bem do Lula, para o bem do Brasil, para que encontraremos uma saída para isso. Eu fiquei muito feliz. Tomara que se encontre! “E a corrupção?” Respondi: “A corrupção, a primeira causa da corrupção no Brasil se chama impunidade”. No Brasil não acontece nada! No Brasil não acontece nada!

Eu já falei dez vezes no Obama, meu Presidente – agora o Acre na Presidência, e V. Ex^a fica bem na Presidência; não é um Mão Santa, mas fica bem. Eu fiquei triste com o nosso Obama por ter mandado 17 mil soldados para o Afeganistão. Dizem até que não tem outra saída, que a situação estava num percalço que era capaz de implodir. Até há uma certa unanimidade das pessoas que debatem essa questão, achando que não tinha outra saída. Mas foi triste pra gente que confiava tanto no Obama! Ele foi o presidente americano que não chegou a fechar um mês e já mandou 17 mil para o Afeganistão. Nem o Bush fez isso. O Bush levou bem mais tempo para mandar gente para o Iraque. Mas quando a gente vê como o Obama constituiu o governo dele! A gente vê que lá nos Estados Unidos – corrupção, é claro que há corrupção, muito mais do que aqui; lá em dólar, em bilhões de dólares – as pessoas pagam a conta. Lá as pessoas pagam a conta! E no Brasil não. No Brasil não acontece nada. Não acontece absolutamente nada. E vai e vem, dali a pouco a pessoa volta.

Tem certas revistas e certos jornais que guardam o dossiê na gaveta. Teve um caso, e eu nem vou falar em nomes, mas eu soube que ia sair uma reportagem violenta em relação ao cidadão, e eu falei: “Olha, vai acontecer isso, assim, assim, assim...” E o cidadão saiu do Ministério, na quarta-feira. A reportagem ainda não saiu. Suspenderam a reportagem. Mas a informação que tenho: continua na gaveta. Continua na gaveta!

O senhor se lembra quando o Renan saiu daqui e depois se apresentou como candidato a Presidente da Câmara? Tinha baixado a bola. Ele renunciou ao Senado. Renan não, o Jader. O Jader renunciou para não ser cassado, foi embora e veio como Deputado Federal, com uma montanha de votos. Ficou uns tempos calado. E aquela frase que na época da ditadura a gente dizia muito: “na época da muda, passarinho não canta”. Na época das cassações, vão cassar, há perigo de cassar, vão cassar, então todo mundo fica

sem abrir a boca, ninguém falava. O Jader ficou assim. Começou a voltar a ter prestígio e se lançou à Presidência da Câmara. A *Veja* fez uma reportagem de capa, nunca mais se falou na candidatura dele a Presidente da Câmara.

Eu não aceito isso. Eu não aceito que o jornal, que a revista, que o ministro do tribunal, que o procurador, que o delegado fique com processo na gaveta. Isso não é correto. Essa impunidade é causa disso tudo. Que a revista *Veja* publique, sei lá quem são, acho que até podia. Não vou dizer aqui, mas garanto que eu posso dizer daqui alguns nomes que vão sair, que todo mundo sabe, e alguns nomes que não vão sair e que podiam sair. Agora, não sei se meu amigo Merval Pereira, se eu disser aqui, não vai querer imaginar que estou dizendo “nós somos, outros também são”. Não, nós somos e vamos cobrar do PMDB, porque é uma barbaridade isso que está acontecendo com o PMDB. Mas, cá entre nós, por que não botar a lista do PT? E por que não botar a lista do PSDB? O problema é a impunidade.

Eu tenho muita mágoa do meu partido. Eu tive muitas ocasiões de sair. Eu fui dos poucos que recebi convite pessoal quando fundaram o PT. E eu não sei. Eu nunca imaginei que o PT teria esse êxito que ele tinha. Porque eu acho que se eu tivesse lá, no PT, podia ter ajudado em muita coisa, mas fiquei no meu partido. Aí veio o Brizola. O Brizola chorou, amargou, fez o que ele fez para eu entrar no PTB, que depois virou PDT. E eu dizia a ele que a minha tese era muito singela: a ditadura tinha terminado com o MDB e a Arena porque o MDB tinha crescido demais e a Arena estava desmoralizada, então quiseram implodir o MDB. Eu nunca fui a favor do bipartidarismo. Eu era a favor do pluripartidarismo. Só que eu achava que extinguir os partidos como eles queriam e criar os partidos dentro da ditadura era começar mal.

Então, a minha tese era convocar a Assembleia Nacional Constituinte. Feita a Assembleia Nacional Constituinte, extinguir-se-ia os partidos; quer dizer, instalada a Assembleia Nacional Constituinte, extinguir-se-ia os partidos. E aí se organizariam os grupos. E esses grupos teriam o prazo de dois anos para, depois de promulgada a nova Constituição, se organizarem em partidos políticos. Aí não seria o mal que aconteceu em 45: PTB, PSDB e UDN não tiveram nenhum conteúdo, porque os partidos formaram contra o Getúlio e a favor do Getúlio. Getúlio tinha ficado vinte anos no poder, ele era o chefão, quer dizer, ou era a favor dele, ou era contra ele. O conteúdo do PTB, que tinha, ninguém dava bola. O conteúdo do PSD, que tinha, ninguém dava bola. E mesmo da UDN. E lá depois que o Getúlio tinha morrido, quando os partidos começaram

a ter conteúdo, o PTB, partido dos trabalhadores, o PSD, partido da área rural, que era riquíssima naquela época, UDN, partido dos intelectuais, dos literatos, do pessoal da burguesia cidadina, quando começaram, quando o PDC era um partido de idéias no mundo inteiro, parecia que era uma revolução social, extinguiram os partidos e criaram a Arena e o MDB. E extinguiram Arena e MDB antes do prazo.

Pois eu não fiquei com o Brizola. Fraudaram-me uma eleição. Mas, na verdade, eu perdi uma eleição que poderia ganhar facilmente em 1982. Mas fiquei no MDB. O Mário Covas e o Governador do Rio Grande do Sul – ele e mais quatro, José Richa e outros tantos – foram ao meu gabinete pedir, implorar para que eu entrasse no PSDB. Eu disse: vocês estão fazendo um erro; vocês e nós do MDB vamos derrotar o Orestes Quéricia; nós vamos ser um grande partido. Mas eles estavam com ódio do Quéricia, com medo do Quéricia, e fundaram o PSDB. Eu fiquei no MDB.

Eu não nego que hoje sou um desiludido. Oitenta anos. A única coisa que eu tenho que conservar é a minha dignidade. Eu saúdo aqui... Eu peço, Sr. Presidente, meio... Eu apresento à Mesa um voto de agradecimento e de alegria por nosso querido José Alencar ter saído de uma cirurgia de 18 horas espetacular, alegre, feliz. Ele disse uma frase e eu fiquei emocionado. “E aí, como é que vai ser?” “Não sei. Eu só digo que não quero que Deus me dê um dia a mais de vida que eu não possa viver com dignidade”. Eu estou assim. A única coisa que sobrou foi a minha dignidade.

Tem um grande amigo meu, foi deputado muito tempo, é jornalista do jornal *O Sul*, Adroaldo Streck, que escreveu uma coluna – ele tem uma coluna brilhante e é um grande companheiro – onde ele fala, debocha assim: “O nosso arauto da ética: Pedro Simon”. O meu amigo Streck sabe que eu não sou isso, não. Eu não sou arauto da ética. Eu sempre digo que quando começam a dizer que o fulano é isso, é ridículo, porque ser sério, ser digno, ser correto é o mínimo necessário para qualquer cidadão, seja operário, seja Presidente da República. Eu não sou nem mais ético nem menos ético do que ninguém. Eu sou apenas o que eu sou. Eu tenho coerência, isso eu digo com toda a sinceridade. Eu tenho coerência. Eu tenho coerência e não tenho ambição. Podia ter brigado muitas vezes. Podia ter retornado, nas duas vezes que nós fizemos o Governo do Rio Grande do Sul. O partido insistia porque insistia que eu devia ser o candidato. E eu não aceitei, em hipótese nenhuma. E ganhamos com o Rigotto, e ganhamos com o Britto. Então... Não aceitei ser ministro do Fernando Henrique, não aceitei ser ministro do Itamar, não aceitei ser ministro do Lula. Não sou nada nesta Casa. Eu acho que sou o único Senador que

está aqui há trinta anos e nunca teve cargo nenhum. Mas eu sou assim: cumpro as minhas idéias e faço o que tenho de fazer.

Eu não precisava ter entrado... Até porque o Jarbas é um amigão meu. Eu acho que não tem ninguém mais amigo do Jarbas aqui, nesta Casa, do que eu. Ideias iguais, idênticas, luta permanente pelas mesmas causas. Mas eu falei uma coisa que eu achava que devia falar, e o espírito do que eu falei, não é isso que a imprensa botou. O espírito do que falei e falo agora de novo: vamos aproveitar a entrevista do Jarbas na Veja, nós do PMDB e até nós do Congresso, para discutirmos, discutirmos essas questões da impunidade, essas questões no seu geral e no seu todo. Vamos aproveitar essa questão para entrar no geral.

Alguns diziam que eu não devia falar hoje: “Espera para falar segunda-feira, que a gente já vê a Veja que vai sair”, porque a única notícia que a gente tem é que a capa são os corruptos do PMDB. Mas eu achei que devia falar hoje, e até antes. Posso voltar na segunda-feira.

Era isso, Sr. Presidente. Eu agradeço a V. Ex^a, que devia estar aqui. Eu achei que ia falar pouquinho e ocupei o seu espaço, mas prometo ficar aqui o tempo todo, ouvindo o seu pronunciamento. Eu só vim aqui... Eu não vinha para falar, Sr. Presidente. Eu vim de casa aqui, porque V. Ex^a me disse que ia falar e eu tinha me comprometido a vir para assistir ao discurso de V. Ex^a.

Eu só quero felicitar, nesta sexta-feira de Carnaval, que, ao lado de tanta festa e de tanta alegria – e é correto –, de tantas manifestações – e é correto –, existem grupos que se reúnem para fazer meditação. Eu acho isso muito bonito. Eu tenho feito isso, inclusive aqui, em Brasília, o chamado Rebanhão, que lota o Ginásio de Esportes.

E o que me chama a atenção, Presidente, é que muitos jovens, muitos, muitos jovens ficam esses dias de carnaval meditando, debatendo, analisando. E uma das partes mais bonitas é a parte dos depoimentos, que são espontâneos. Alguém que está assistindo sente uma inspiração e uma vontade de falar, e fala. Fala no seu problema, fala no que sente, fala no que pensa. Não é só a Igreja Católica. Várias igrejas fazem isso. Eu acho isso muito, muito profundo, porque o carnaval é o carnaval: é uma alegria. Eu sou a favor do carnaval. Eu acho que é uma manifestação, é o povo na rua, cantando. Eu acho, por exemplo, que, no Rio de Janeiro, a escola de samba e, antes de mais nada, aquele desfile, uma manifestação cultural. Muita gente me diz que é um dos espetáculos mais bonitos, no mundo inteiro, de ser assistido. E é verdade. Eu sou muito a favor, mas também sou a favor daqueles que não gostam de carnaval

e passam exatamente esses quatro dias como aqui, no Rebanhão, com o nosso querido Arcebispo de Brasília, por quem tenho muito respeito e de quem gosto. É um homem simples, muito simples, fala com uma voz meiga, carinhosa. Eu até acho que o Arcebispo de Brasília tinha a obrigação de ser Cardeal. O Brasil é o maior país católico do mundo. O Arcebispo de Brasília deveria ser Cardeal. Mas o Rebanhão... E fico emocionado com os convites que tenho recebido.

Eu decidi, com a minha mulher, Mão Santa, que, neste ano agora, vou fazer, mais uma vez, a caminhada de Santiago de Compostela. E, se Deus ajudar, vou levar meu filho junto. É uma grande caminhada, é uma possibilidade de meditação. Eu fiz aquela, aqui no Ceará, bem mais simples, bem mais humilde, de Fortaleza até Canindé, o segundo santuário do mundo, mais importante, de São Francisco. Só que a gente caminha de noite – porque o calor é muito intenso – e, durante o dia, a gente dorme nos lugares que a gente encontra.

Mas essa de Santiago de Compostela...

V.Ex^a já fez, não é, Senador?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não. Conheço a igreja, mas não fiz a caminhada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, vamos fazer juntos. Estou convidando. Está aí. São três. A sua esposa garante que aceita, pelo que eu conheço. E a esposa do Mão Santa nem adianta perguntar, porque é ele que manda. Eu acho que ela aceita, mas, independentemente de aceitar ou de não aceitar... Eu acho que vale a pena. Sinceramente, vale, vale, vale a pena.

Não vou começar o discurso de novo, Presidente. É que estou recebendo aqui da Internet a Veja que vai sair. Estou vendo aqui a Veja que vai sair:

Basta de folia com o dinheiro público.

A entrevista do Senador Jarbas Vasconcelos, recebida com silêncio pelo PMDB, entrará na história como um marco na luta contra a corrupção. Ele deu as coordenadas desse bom combate.”

É. Está aqui o Renan, que eu já desconfiava. Está aqui o Jader. Está aqui o Roriz. Está aqui o Jucá. Está aqui o Newton Cardoso. Esses com fotografia. Não sei se tem mais aqui. Não dá para comentar agora, Sr. Presidente. Fica para segunda-feira.

Muito obrigado.

Mão Santa, dá uma chegada no Rebanhão. Você vai gostar.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. João Ribeiro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Pedro Simon, eu, de fato, cheguei inclusive a comentar com V. Ex^a, ontem, que eu hoje iria fazer um pronunciamento sobre um assunto que muito me preocupa, ligado a milhares de pessoas, no meu Estado, que vivem nas matas, nos campos, pequenos agricultores, seringueiros. Mas o certo é que esperava concluir a análise de alguns documentos que tenho em mãos, fatos. Esperava concluir todo esse processo ainda ontem à noite, mas não logrei êxito. Não tive oportunidade de esgotar o assunto. E como eu não gosto de falar sem profundo conhecimento de causa, de forma leviana, Senador Mão Santa, terei oportunidade de mais na frente fazê-lo.

E me cabe aqui encerrar esta sessão.

Agora, não dá para simplesmente encerrarmos esta sessão sem fazer um brevíssimo comentário acerca do pronunciamento do Senador Pedro Simon.

Senador Marco Maciel, que falou no início da sessão, quando ia saindo ali, se despedindo, manifestou assim a sua alegria, Senador Mão Santa, de, como Parlamentar, disciplinado que é, ter a oportunidade de, sempre que está em Brasília, participar desta sessão de sexta-feira. Ele me passou a ideia de que o seu sentimento era de que estava cumprindo com a sua obrigação.

Nós, de fato, Senador Pedro Simon, Senador Mão Santa, alguns Senadores sempre que estão em Brasília nesse dia vêm a esse plenário e a gente realiza essa sessão. Eu costumo dizer, Senador Pedro Simon, que esse é nosso papel. Eu também saio sempre daqui com o sentimento de dever cumprido. Estamos aqui trabalhando. Alguém pode dizer: mas vocês ficam lá discursando. Ora, é nosso papel, Senador. É nosso papel comentar a história, inclusive fazer história. Como acaba de fazer o Senador Pedro Simon. É um dos raros momentos nesta Casa que o Senador Mão Santa não pede um aparte. Isso é uma manifestação de profunda atenção, de profundo respeito, Senador Simon. É verdade o que eu estou dizendo. Senador Mão Santa, ali, quietinho, disciplinado, ouvindo o seu pronunciamento, e V. Ex^a disseca a história com conhecimento de causa, como ninguém. V. Ex^a disse que nunca exerceu nenhum cargo relevante neste Senado.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a é daqueles homens públicos e parlamentares que poderia, e pode ser e exercer qualquer função ou cargo nesta Casa. As circunstâncias sempre o afastaram do exercício de cargos nesta Casa, mas V. Ex^a exerce o seu mandato com uma dignidade, com uma compostura, com uma lealdade com a História do Brasil como poucos. E faz com que

o povo brasileiro entenda que, exercendo o cargo ou não, V. Ex^a exerce o maior dos cargos, que é o cargo de Senador da República. Esse é o maior dos cargos para mim, Senador Mão Santa. Esse, sim, se a gente exerce com dignidade, com decência, como ocorre no caso do Senador Pedro Simon – o Brasil inteiro é testemunha disso, Senador Pedro Simon.

Então, o nosso papel aqui é esse, é frequentar esta Casa com assiduidade, trabalhar, vir aqui discursar – é o fato; fiscalizar o que acontece no nosso País é o nosso papel; analisar com a população brasileira, que nos assiste, que nos acompanha, os acontecimentos ocorridos no nosso País e no mundo; analisar os fatos.

E eu digo, olhe, com toda honestidade, a rigor, não precisamos mais nem de elaborar lei, Senador Pedro Simon. Temos milhares de leis neste País, a grande maioria não é nem cumprida, 99% o povo brasileiro desconhece inclusive. Entende? É muita lei. Aqui nos cabe é isso mesmo, é um plantão cívico, uma vigília cívica permanente nesta Casa, discursando, sim, analisando fatos, criticando, ressaltando aquilo que de bom acontece; mas, sobretudo comparecendo a esta Casa.

Hoje, e aqui encerro a nossa sessão, até porque os nossos companheiros e as nossas companheiras que nos auxiliam nessa tarefa espinhosa de ser Senador da República estão ávidos, e com todo direito, justamente, de caírem na folia. Não é, Senador Mão Santa? Tomara que os nossos companheiros, as nossas companheiras do Senado, de todos os setores, as pessoas que nos acodem com tanta generosidade, Senador Pedro Simon, tenham uma festa maravilhosa, um bom carnaval.

E, aqui, eu queria, só para encerrar e concluir, dizer que ontem tomei a liberdade de fazer um apelo ao povo brasileiro: que tenha um excelente carnaval, mas que assuma um compromisso com a integridade da vida. Isso é uma coisa bonita. E recomendei aqui que aqueles que forem para o carnaval e precisarem de dirigir não bebam. Entende, Senador Simon?

E saí daqui e fui para casa achando: será que fui muito arrogante de recomendar uma coisa dessa? Quem sou eu para estar recomendando. Mas, hoje, Senador Pedro Simon, abri os jornais e me deparei com uma das manchetes mais tratadas nos jornais brasileiros, exatamente essa preocupação que deve ocorrer a todos.

Abri, por exemplo, o **Correio Braziliense**: “Bebe-deira estimula surto de violência”. Estudo nos boletins de ocorrência feitos nas delegacias do DF, em 2008,

revela que grande parte das agressões, homicídios e estupros teve como autores pessoas que haviam bebido antes de cometer o crime. E por aí vai.

Mais uma vez me sinto aliviado por ter ferido um assunto que acabei sabendo que é preocupação generalizada, tanto da imprensa como de parte do povo brasileiro. Então, fico tranquilo, acho que não fui arrogante, acho que não exorbitei da minha função ao querer recomendar que as pessoas se divirtam, mas sem exorbitar, sem exagerar na bebida, e principalmente ao volante.

Com essas palavras, quero felicitar o Senador Pedro Simon pelo seu discurso analítico, sério, honesto, compenetrado e, na pessoa dele, renovando inclusive o compromisso, já que fui convidado – forcei um convite, mas tenho certeza de que V. Ex^a me convidaria – para fazer a caminhada de Compostela. O Senador Mão Santa já está se comprometendo. Dona Adalgisa, tenho certeza absoluta de que vai gostar da ideia. Maria Helena também, minha esposa, acho que vai adorar. E vamos mesmo, Senador Mão Santa. Acho que será uma oportunidade de a gente, ao longo de um grande caminho, refletir e aprofundar as nossas convicções e o nosso amor pelo povo brasileiro e por este País tão bonito.

Com essas palavras, encerro a nossa sessão de sexta-feira, como diz o Senador Mão Santa, 20 de fevereiro de 2009, pedindo a Deus que proteja todos nós e o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 122, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha designação como representante do Senado Federal do II Congresso Nacional do Pólo Democrático Alternativo, a realizar-se durante os dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2009, em Bogotá, na Colômbia.

Comunico ainda, que em razão do cumprimento dessa missão oficial, nos termos do art. 39 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, estarei ausente do País no período de 25 a 28 deste.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2009. – Senador **Inácio Arruda**.

REQUERIMENTO Nº 123, DE 2009

Senhor Presidente,

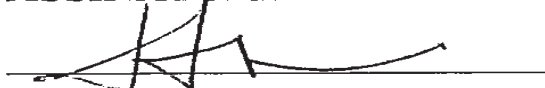
Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 13 de outubro do corrente ano, destinada a home-

nagear a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP, em comemoração ao seu 24º aniversário.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2009.

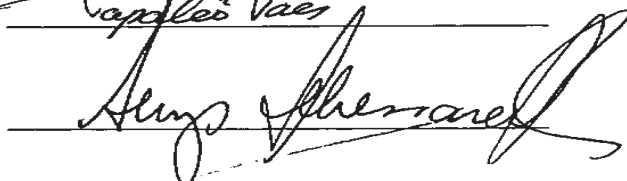

Senador Paulo Paim

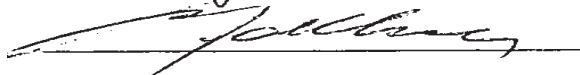
ASSINATURA









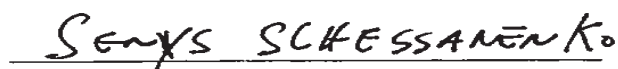


SENADOR











O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 12 horas e 9 minutos.)

Ata da 13ª Sessão Não Deliberativa em 25 de Fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Serys Slhessarenko e do Sr. Adelmir Santana

(inicia-se a Sessão às 14 horas e 12 minutos, e encerra-se às 15 horas e 23 minutos)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás* (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2007); e

– **Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007**, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul* (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007).

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 394 e 491, de 2007, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e os de nºs 534 e 560, de 2007, rejeitados, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente Senador José Sarney.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje vamos tratar de dois assuntos, um que fala da questão da Justiça, de um modo geral do acúmulo de processos no Judiciário e, de modo específico, no meu Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nosso País tem avançado em diversas áreas, mas existem aqueles setores em que as transformações se fazem demoradas, e, nem por isso, menos reclamadas. Quero aqui falar da situação do Judiciário de Mato Grosso, onde os problemas se acumulam, o que, sem dúvida nenhuma, causa espanto e revolta na população que reclama por um melhor atendimento e que tem direito a ele.

Tudo isso ficou evidente na reportagem do jornal *A Gazeta*, do Estado de Mato Grosso, mostrando que, neste início de semana, nas diversas Comarcas de nosso Estado os problemas só têm feito se acumular.

Sim, a situação do Judiciário de Mato Grosso é difícil. A constatação é de que o Poder Judiciário de Mato Grosso gasta em torno de R\$244,8 milhões com andamento processual.

Atualmente tramita nas varas estaduais de Mato Grosso número extraordinário de 660 mil processos, sendo que o gasto inicial de cada um desses processos é de R\$371,00.

Quem visita os fóruns de Cuiabá e de Várzea Grande facilmente percebe que nas varas judiciais o número de processos existentes, conforme registra a reportagem do jornal *A Gazeta*, é muito superior ao considerado aceitável para que se garanta uma tramitação de qualidade, estimada em até mil casos por cada um dos juízes, conforme avaliação dos próprios magistrados. Em Mato Grosso, 85% dos juízes estão sobrecarregados. A média mensal de distribuição para análise – vejam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras – deveria ser de mil processos por magistrado mas é de 2.500 a 3.500 processos para cada um dos juízes, sendo que apenas 15% do total opera com o número ideal.

Com tanto trabalho acumulado, com tanta sobrecarga, é evidente que a qualidade do serviço desenvolvido pela magistratura mato-grossense acaba deixando a desejar. Mas as queixas não podem se voltar só contra os juízes, mas contra toda essa estrutura de atendimento à Justiça que anda capenga lá no meu querido Mato Grosso.

Temos que ter a coragem de identificar as nossas responsabilidades dentro desta realidade.

A população reclama pelo acúmulo dos processos. Mas o acúmulo de processos é resultado da morosidade de análise que é provocada pelo número insuficiente de juízes e equipes de trabalho nas diversas varas, pelo Mato Grosso afora. Foi o que disseram magistrados de todo o Brasil à Associação dos Magistrados Brasileiros, AMB, em pesquisa sobre a condição de trabalho deles. Foram unânimes em afirmar que seria necessário pelo menos dobrar o número de profissionais. A estimativa é de que a demanda nacional do Judiciário seja de 68 milhões de processos, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, CNJ.

Na região Centro-Oeste a situação é ainda pior, porque apenas 8% das unidades trabalha nas condições como deveria trabalhar. Os juízes do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal disseram que 43% das varas tramitam com demanda entre 2.500 a 5.000 processos. Apontaram que 28% das unidades analisam de mil a 2.500 processos e 13% acumulam de cinco mil a 7.500.

Segundo avaliação do Presidente da Associação Mato-Grossense de Magistrados, Amam, o combativo Juiz Walter Pereira de Souza, que recentemente assumiu o cargo, o número de feitos e de habitantes de cada município é que deveria nortear a quantidade de juízes e servidores. Sim, é evidente que alguma coisa precisa ser feita para enfrentar essa situação. Não podemos continuar dizendo que existe Justiça, que existe garantia aos jurisdicionados quando a situação que se observa em quase todas as varas judiciais de Mato Grosso é tão caótica.

Fica aqui, então, o meu apelo para que essa situação não fique apenas como mais uma reportagem de jornal. É preciso uma união de esforços para que o problema seja enfrentado, unindo autoridades dos municípios, do Estado e também do Governo Federal.

O desembargador Mariano Travassos, que está por assumir o comando do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, tem diante de si um grande desafio. Torçamos para que o novo Presidente do TJ tenha competência suficiente e coragem necessária para debelar esta crise que prejudica tanto o nosso povo. Pela imprensa, já anunciou o novo Presidente, desembargador Travassos, sua disposição de realizar urgente concurso público para contratar 60 novos juízes e 350 novos servidores para a Justiça.

Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senadora Serys, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a, que traz a esta Casa um assunto que tem sido levantado nesses últimos dias não apenas relativo ao seu Estado, mas a todos os Estados brasileiros.

Há casos, inclusive, de milhares de pessoas que são aprisionadas e que ficam longos períodos, até fora da lei, sem que os casos sejam julgados. Fez-se referência a alguns Estados brasileiros nessa direção. Então, é de muita importância o seu pronunciamento, chamando a atenção de todos nós para a necessidade de agilizarmos e de melhorarmos a Justiça brasileira. Congratulo-me com V. Ex^a. Esse é um assunto realmente preocupante, porque não é justo que pessoas inocentes fiquem privadas da liberdade por falta de julgamento em tempo hábil e oportuno.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Adelmir Santana, é extremamente oportuno o seu aparte, uma vez que eu não estou trazendo à tona a questão prisional, mas é uma das questões que realmente está preocupando o Brasil inteiro, como o senhor muito bem disse. Com certeza o seu aparte estará inserido no meu discurso.

Como eu dizia, o desembargador Travassos, novo Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, acaba de informar também que realizará concurso público para contratar 60 juízes e 350 novos servidores para a Justiça em Mato Grosso. Na minha avaliação, esses números ainda são tímidos, mas são importantes. A situação vivenciada pela Justiça de Mato Grosso reclama por medidas rigorosas, por um concurso de amplo alcance.

O nosso Presidente do Tribunal de Justiça tem a responsabilidade de dar prosseguimento ao esforço de moralização desenvolvido pelos dirigentes do Tribunal que estão saindo: o desembargador Paulo Lessa e o Corregedor de Justiça, Desembargador Orlando Perri, dois queridos amigos e grandes desembargadores, juntamente com Shelma Lombardi, com o nosso querido Pereirão. Eu não vou citar o nome porque eu teria que citar o nome de muitos, meu Presidente José Sarney.

É preciso que seja feita uma rápida articulação entre o Governo de Estado, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o Ministério Público e a sociedade organizada de Mato Grosso para que se revise a estrutura de trabalho de nossa Justiça, para que se reavalie o funcionamento das comarcas, pois há quem fale na existência de “comarcas fantasmas”. Não sei se existem; fantasmas são difíceis de se detectarem. E que se enfrente decididamente essa realidade em que a maior quota de sacrifício cabe sempre ao cidadão comum, ao contribuinte, que arca com todas as despesas, todos os ônus para a manutenção deste Poder Judiciário – e, às vezes, dele tão pouco se beneficia.

Já se disse que justiça tardia não é justiça, é injustiça. Então, um acúmulo de quase 700 mil processos nas gavetas do Judiciário do meu Estado é uma situa-

ção preocupante. Um grande mutirão precisa ser feito para o enfrentamento desse problema. Coloco-me ao lado do desembargador Mariano Travassos e de todos os desembargadores que compõem nosso Tribunal de Justiça para que esse problema seja enfrentado de forma eficiente e célere. O povo de Mato Grosso não pode mais esperar. O povo de Mato Grosso não pode mais continuar esperando e sendo espezinhado.

Quando o Senador Adelmir Santana diz que esse problema que estou trazendo não é problema só de Mato Grosso, eu citei vários Estados inclusive todos os Estados da região Centro-Oeste, mas, com certeza, quase com certeza, Senador Sérgio Zambiasi, lá no nosso Rio Grande do Sul, onde eu nasci, esse problema também existe. Talvez não seja tão grave como o é na nossa região, mas praticamente existe, em todos os Estados brasileiros, o acúmulo de processos no Judiciário.

Eu citei o Rio Grande do Sul porque fica lá na ponta. Às vezes é diferente, não é, Senador Sérgio Zambiasi?

Um aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (Bloco/PTB – RS) – Senadora Serys Slhessarenko, foi muito bem observado um problema nacional no Rio Grande do Sul. Ele também enfrenta esse problema. O Judiciário gaúcho é um dos mais avançados do Brasil, sem dúvida nenhuma. Temos uma Justiça muito atenta, que trabalha intensamente; talvez por isto, exatamente porque a Justiça é muito ativa e há uma característica que vem marcando: é o acúmulo de processos que se apresenta, é natural. A confiança que se estabelece da população em relação ao Judiciário é diretamente proporcional ao volume de casos que ingressam cotidianamente no nosso Judiciário. O Rio Grande do Sul tem muito orgulho do seu Judiciário, que passa por permanente renovação, com juízes, desembargadores, novas desembargadoras; dos 120 desembargadores, se não me engano, 40 são mulheres, um número significativo para o equilíbrio entre homens e mulheres no poder, outro aspecto bastante relevante em relação ao Judiciário gaúcho. Lá, nós temos este fenômeno: a confiança da população faz com que o número de casos avance ainda mais, embora o acúmulo do trabalho seja maior. Ao mesmo tempo, nós temos já previstos alguns concursos que preencherão as novas vagas e farão com que aliviem o trabalho do nosso Judiciário, melhorando ainda mais o desempenho.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Zambiasi. Extremamente relevantes as suas colocações em dois sentidos: um deles é que, a partir do momento em que a população confia na Justiça, mais e mais ela procura a Justiça. E o acúmulo continua a existir. Mas, aos poucos, vamos superando: lá, no Rio Grande do Sul de uma forma, no

meu Mato Grosso do Sul de outra e, com certeza, no Maranhão, do nosso Presidente, de outra forma; aqui no Distrito Federal, o Senador Adelmir Santana já se posicionou, essa questão também vai avançando.

Sobre uma abordagem do Senador Zambiasi, gostaria rapidamente de tecer um comentário quanto à participação das mulheres no Judiciário. Nós, mulheres, ainda somos poucas no Parlamento, no Executivo, meu Presidente Sarney, mas, no Judiciário, a gente está chegando um pouquinho mais aceleradamente. E vamos buscar e alcançar, com certeza, a participação das mulheres em igualdade de condições. Não queremos ser mais nem menos, Presidente; apenas iguais.

Eu queria só dois ou três minutos ainda para falar de outro assunto que considero extremamente importante neste momento, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Sobre essa questão que as pessoas têm comentado muito pelas ruas, Presidente: a tal da geladeira. Eu queria falar um pouquinho sobre a geladeira, porque as pessoas perguntam e não têm noção do porquê dessa história. Eu queria explicar um pouco.

Nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, está pretendendo lançar, até o início do mês de março, um programa para substituir dez milhões de geladeiras velhas ao longo de dez anos. O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc – e aqui quero saudar especialmente o tão comprometido e competente Ministro que substituiu a tão comprometida e competente Marina Silva, nossa Senadora tão querida –, já adiantou que haverá incentivo para a população de baixa renda comprar sua nova geladeira, que terá financiamento facilitado. Essa iniciativa visa ainda à economia de energia, diminuindo, no final do mês, a conta do consumidor.

Segundo estudos do Governo Federal, a população de baixa renda terá uma economia anual de cem reais na conta de luz. Essa economia, para a população mais despossuída de nossa sociedade, é de fundamental importância, pois servirá – é óbvio – para outros gastos essenciais. Nosso Governo, que se preocupa em melhorar a vida da população de renda mais baixa, financiará parte do valor do eletrodoméstico.

Existem aqueles que, mesmo com o incentivo de financiamento direto, terão dificuldade de trocar seu eletrodoméstico.

Outra forma de cumprir a meta de substituição de um milhão de geladeiras por ano será a distribuição do eletrodoméstico via sorteio, usando o que se chama de Fundo de Eficiência Energética (FEE). Esse Fundo todos pagam na conta de luz. É aquele meio por cento do valor da conta, que nem todos percebem. O Ministro Carlos Minc garante que, com esse fundo, dará para trocar cento e cinquenta mil geladeiras por ano sob forma de sorteio.

Quem entregar a geladeira velha, Senador Adelmir Santana – que neste momento está presidindo a sessão –, na compra de uma nova, pagará juros menores. Segundo o Ministro, essa é uma forma de incentivo para tirar os eletrodomésticos antigos de circulação.

Essa troca de geladeiras trará ganhos para o meio ambiente. Ocorre que as geladeiras velhas têm o clorofluorcarbono, que fura a camada de ozônio e é equivalente ao CO₂, que também é um gás do efeito-estufa. Além disso, elas são ineficientes e gastam o dobro de energia.

Além de proteger a camada de ozônio, há outra vantagem na troca da geladeira, que é a reciclagem de geladeiras velhas depois de se retirar o gás, o clorofluorcarbono. Com isso, teremos um ganho energético muito importante.

A vantagem desse programa, que é bem-vindo em todos os aspectos, é que também servirá para o enfrentamento dessa crise mundial, gerando mais empregos para os brasileiros.

Parabéns ao Presidente Lula, parabéns à nossa grande Ministra Dilma Rousseff, parabéns ao nosso Governo, que é criativo e preocupado com a qualidade de vida de seu povo. Essa questão da geladeira – às vezes, as pessoas acham que é pouca coisa, que é uma coisa pequena – traz várias vantagens: proteção do meio ambiente em cheio, melhoria da qualidade de vida da população, com um eletrodoméstico de melhor qualidade, e a geração de emprego, melhorando a qualidade de vida da população principalmente com a geração de emprego. A entrada de um milhão de geladeiras no mercado por ano, dez milhões em dez anos, é importante, sim, para o meio ambiente, para a preservação de vida.

Senador Adelmir Santana, as pessoas costumam dizer que, neste momento, a gente tem que ver o que é mais importante para a gente ter lucro, para a gente ter vantagens e vão cortando a árvore, vão poluindo o rio, vão despejando gás de efeito-estufa, CO₂, de qualquer jeito na atmosfera, pensando que o importante nesse momento é lucro, mais lucro, mais lucro. Mas de que adianta lucro, mais lucro, mais lucro se, de repente, o prejuízo maior que é a qualidade da nossa vida, que a nossa vida estar existindo com qualidade está comprometida. Então, tudo aquilo que se busca para proteger o meio ambiente, com certeza, é proteção à vida.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Shlessarenko, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. DEM – DF) – Parabéns, Senadora Serys Shlessarenko, pelo pronunciamento desta tarde.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Adelmir Santana, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, 2º Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Obrigada, Sr^a Presidente, Serys Shlessarenko.

O final de sua manifestação, Senadora Serys Shlessarenko, quando V.Ex^a aborda a questão do meio ambiente, vem ao encontro de uma preocupação que trago exatamente neste pronunciamento nesta tarde de Quarta-Feira de Cinzas em que todos nós aproveitamos para fazer uma reflexão sobre o nosso comportamento em relação aos cuidados que devemos ter com o nosso planeta.

A questão das geladeiras é extremamente importante, não apenas pela geração de empregos, mas também porque ela observa algo fundamental, que é uma obediência obrigatória no sentido de reduzir a poluição, diminuir a questão do ozônio e afetar menos a nossa atmosfera.

Casualmente, eu estava olhando o *site* do jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, que chamava a atenção para uma notícia que está sendo divulgada hoje pelo Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas, Senadora Serys. O que diz ali? Que o mais recente estudo do Ano Polar Internacional, que reuniu 60 países, milhares de cientistas, muitos deles gaúchos, brasileiros – um desses gaúchos há poucos dias fez uma incursão pela Antártica, pelos confins da Antártica, pelo centro da Antártica. Estamos participando do Ano Polar Internacional. O alerta é que a Antártica está derretendo mais rápido do que o imaginado. Isso é algo para realmente preocupar a todos nós. E aponta exatamente para a América do Sul, exatamente para o sul da América do Sul, que é a parte mais afetada.

O mesmo estudo do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas alerta que mais de 200 milhões de pessoas que vivem nas regiões costeiras, marítimas costeiras, poderão ser afetadas pela elevação dos mares, pela elevação dos oceanos.

Acho bom que diariamente a gente fale de temas que envolvam a questão do ambiente, para que tenha-

mos mais consciência a respeito deste assunto que deve fazer parte do nosso dia-a-dia, do nosso cotidiano.

Meio ambiente, Senadora Serys, é aquilo que nos envolve a todos – e o mesmo se pode dizer dos problemas ambientais. Eles espalham-se por nosso imenso País, diminuindo a biodiversidade, degradando áreas naturais, rurais e urbanas e causando um sem-número de problemas para a população brasileira.

Na Região Sul e, em particular, no meu Estado Rio Grande do Sul, a situação não é diferente. Constatamos a ocorrência, cada vez mais intensa, de alguns graves problemas relacionados com as alterações climáticas e, em conseqüência, do meio ambiente.

Um fenômeno de degradação ambiental tem despertado especialmente atenção da população gaúcha. Reporto-me, Presidente Serys, à desertificação, como é normalmente mencionado o fenômeno que ocorre no sudoeste do Rio Grande, alcançando pelo menos dez Municípios da Região de Campanha: Alegrete, Cacequi, Itaqui, Maçambará, Manuel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, São Borja, Unistalda e São Francisco de Assis, lá, na nossa fronteira.

Defendem alguns especialistas que o termo correto a ser empregado, nesse caso, não é desertificação, fenômeno típico das regiões áridas, e, sim, arenização. O fato é que o seu resultado é muito semelhante àquilo que todos nós costumamos entender por deserto: vastas áreas cobertas de areia e quase desprovidas de vegetação, que já se estendem por cerca de um milhão e meio de hectares.

Esse fenômeno tem acontecido, sobretudo, pelo desenvolvimento inadequado de atividades agrícolas em um solo muito arenoso e com uma cobertura vegetal frágil. Se os danos propriamente ambientais, como a degradação do solo e a perda da biodiversidade, são desoladores, também são graves as conseqüências econômicas, afetando o desenvolvimento dos municípios atingidos.

Não obstante a competência demonstrada ao longo dos anos pela Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Rio Grande do Sul, agora já com o seu novo Secretário, Deputado Berfran Rosado, que assumiu na semana passada e já vem realmente comprometido em ações de defesa do ambiente do Estado, o apoio do Governo Federal – a Senadora falou muito bem da nossa colega Marina Silva, com a sua maravilhosa história de proteção ao nosso ambiente natural, do novo Ministro Carlos Minc; enfim, do compromisso do Governo Federal no sentido de trabalhar a questão do ambiente –, na forma de recursos e de assistência técnica, faz-se ainda necessário para a custosa recuperação das áreas degradadas e a proteção das áreas de risco; é fundamental, portanto, as parcerias dos governos municipais, estaduais e do Governo Federal.

Presidenta Serys, esse problema da desertificação ou arenização provavelmente se relaciona com outras questões ambientais, como a intensificação das secas na Região Sul, a qual pode apresentar relação, por sua vez, com o processo do aquecimento global. Nós tivemos uma seca muito forte; na Argentina, uma seca arrasadora, como também no Uruguai. Então, vê-se que há uma região inteira assolada por esse problema.

Não temos condições de resolver todos esses problemas, mas não podemos ignorar, pois esta é a grande lição da ecologia, que os diversos fatores que compõem qualquer meio ambiente – e o próprio ambiente planetário – estão interligados.

As secas, que tanto têm prejudicado os agricultores da Região Sul, alternam-se com enchentes. Basta que se lembre a destruidora enchente que atingiu parte de Santa Catarina há pouco tempo. Essas enchentes, cada vez mais comuns, transtornam a vida da população ribeirinha e também causam consideráveis perdas econômicas. Alguns desses males serão evitados por uma conduta ambiental mais correta, mas, para uma boa parte deles, devemos nos preparar para evitar ou mitigar as nefastas conseqüências para a população.

Há outros problemas que não podem ser esquecidos na abordagem das questões ambientais que afetam o Sul do País. Um dos mais melancólicos se refere à ameaça de desaparecimento das florestas de araucária, que, segundo estimativas, estão reduzidas a pouco mais de 1% da cobertura original, que se estendia por amplas áreas do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Aliás, quero registrar aqui uma visita que fiz, no final de semana, ao Município de Cambará do Sul, nos Campos de Cima da Serra, lá nos cânions, lá na região das araucárias, que já se prepara para comemorar e celebrar a sua festa do pinhão.

Este será um ano muito generoso, dizem os nativos, em relação ao pinhão. Por que isso? Porque, lá, a região está melhor preservada. Estendo um convite para quem quiser conhecer algo realmente bonito da natureza: os cânions que separam o Rio Grande do Sul de Santa Catarina – Itaimbezinho, Fortaleza e mais de vinte outros cânions, que fazem paredões de cerca de 900 a 1.000 metros de queda livre, algo realmente fantástico e único na natureza planetária e que nos privilegia, exatamente, lá no Rio Grande do Sul.

Lá nos Campos de Cima da Serra nós ainda encontramos parte da vegetação com araucárias protegidas. Eu visitei alguns sítios, algumas áreas, algumas propriedades em que os proprietários declararam a defesa permanente da vegetação natural. E, portanto, a absoluta proibição da derrubada das araucárias,

preservando valores, preservando a cultura, preservando, inclusive, a possibilidade de as comunidades fazerem sua tradicional Festa do Pinhão, no mês de abril, época em que as araucárias oferecem esse generoso fruto, um alimento maravilhoso para os nativos e, também, para os turistas. Essas florestas, como eu disse, estendiam-se por amplas áreas do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, mas, infelizmente, não se vê mais esse processo, apenas em algumas regiões. Refiro-me aqui exatamente ao Município de Cambará do Sul como uma referência no sentido de proteger essa espécie nativa fundamental para o equilíbrio ambiental da região.

Inseridas no domínio da Mata Atlântica, essas florestas, apesar do predomínio da araucária ou pinheiro-do-Paraná), apresentam uma notável biodiversidade, além de importantes efeitos no equilíbrio dos microclimas. É inadmissível que se deixe extinguir de seu ambiente nativo uma árvore de tamanha importância ecológica, além do inestimável valor cultural e simbólico para a região sulina.

Os esforços para a criação imediata de unidades de conservação das matas remanescentes devem somar-se aos de recuperação, pelo replantio, de áreas degradadas, bem como aos de eficiente fiscalização do cumprimento das leis ambientais. Para parte considerável dessas ações, é muito importante, portanto, o apoio do Ministério do Meio Ambiente.

Eu constatei: o Ministério está lá, na parceria com a Prefeitura de Cambará do Sul. O Prefeito Aurélio está atento ao desenvolvimento turístico da região, oferecendo exatamente as matas nativas, essas belezas naturais, aqueles imensos cânions de 800, 900, 1.000 metros de queda livre, Senador Geraldo Mesquita, algo que é muito raro de se ver no mundo inteiro. E nós estamos lá, convivendo com esse privilégio que a natureza nos oferece.

Portanto, o Governo Federal tem uma enorme responsabilidade, através do Ministério do Meio Ambiente e também do Ministério do Turismo, porque o turismo ecológico ajuda a preservar. Eu vi o Ministério do Turismo presente também, apoiando esses Municípios, para que tenham uma infraestrutura adequada. Com infraestrutura adequada, Senadora Serys, a fiscalização torna-se mais rigorosa, mais atenta, e a própria população, o turista que prefere fazer esse turismo alternativo, ambiental, também se transforma num fiscal. Mas, para isso, tem que ter estrutura, tem que haver infraestrutura, estradas, apoio, sinalização.

E eu trago esta boa notícia: pelo menos a região dos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul, o Ministério do Turismo, juntamente com a Secretaria de Turismo do Estado e as Secretarias dos Municí-

pios, estão fazendo um belo trabalho, melhorando a infraestrutura, a condição de trânsito de veículos e de pessoas e, também, a sinalização, que lá é absolutamente fundamental.

Ademais, é preciso que as diversas instâncias de governo estimulem a prática, pelos agricultores e empresas, de processos produtivos e extrativos que causem o menor impacto sobre o meio ambiente. Entendo que a vontade política de superação das divergências entre a iniciativa privada e as entidades governamentais e de busca de soluções comuns deve prevalecer sobre uma mentalidade meramente fiscalizadora e punitiva. Afinal, a geração de riquezas e o desenvolvimento econômico são necessários, imprescindíveis até, para todos nós.

Para dizê-lo de outra maneira, urge que o desenvolvimento sustentável deixe de ser apenas um bonito conceito e se concretize nas atividades econômicas do País.

Uma outra dívida da natureza que não podemos deixar que se degrade esconde-se debaixo do solo dos Estados da região Sul e do Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas e São Paulo, bem como sob amplas extensões do Paraguai, do Uruguai e da Argentina. Refiro-me ao aquífero Guarani, que é estimado como a maior reserva de água doce do mundo. Mais de dois terços – isto é, 71% – da área de superfície do aquífero encontram-se em território brasileiro, mais um privilégio fantástico para todos nós, Senadora Marisa Serrano. O aquífero Guarani, essa enorme, fantástica reserva de água doce, a maior de todas, está sob solo brasileiro. Hoje, os conflitos internacionais acontecem em função do petróleo, mas amanhã poderão acontecer pela disputa da água. E nós estamos com essa maravilhosa reserva de água doce sob nossa responsabilidade, Senadora Marisa.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Acho interessantíssima a colocação de V. Ex^a a respeito da riqueza, da pujança do nosso País e das belezas do seu Estado, o Rio Grande do Sul, do turismo, mas principalmente quando V. Ex^a fala do aquífero Guarani. Estava vendo esses dias uma reportagem dizendo da seriedade com que os países têm tratado essa questão. O Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai estão discutindo juntos, tendo um fundo mundial de recursos da OEA para auxiliá-los nesse trabalho de monitoramento. Nesta Casa, a Senadora Marina Silva, que preside a Comissão de Águas, o Senador Casagrande, que é o Vice-Presidente, e eu, que sou relatora, temos discutido muito a respeito disso e, talvez, Senador, discutindo pouco. Embora tenhamos uma legislação muito avançada na questão de recursos hídricos, é necessário que a gente pare para pensar um pouquinho em alguns

óbices que existem. Por exemplo, quanto ao subsolo, cada Estado brasileiro tem a sua própria legislação, é ele que comanda o subsolo. Só que o aquífero Guarani não pode ficar restrito apenas ao que um Estado pensa, ao que São Paulo pensa e ao que pensa Mato Grosso do Sul, Estado que por quase toda extensão passa o aquífero Guarani, sobre o qual vamos legislar. Qualquer contaminação ao aquífero Guarani contamina não só aquele Estado, mas contamina o País e os países vizinhos. Portanto, é necessário, sim, que todos procuremos preservar e garantir, não só para nós, mas para as futuras gerações, água potável e doce, que é uma grande riqueza, talvez uma das maiores riquezas do mundo.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano, por sua observação. É absolutamente pertinente a preocupação de tornar essa discussão mais pública. Acho que ela está, ainda, muito restrita. O aquífero Guarani ainda é muito pouco conhecido de nós brasileiros, especialmente daqueles que moram, que vivem sobre esse lençol de água generosíssimo que a natureza está reservando para o nosso futuro, porque isso é uma relação direta com o futuro, além de, obviamente, ficarmos atentos à cobiça de outros países. Há, sim, a questão da cobiça de outros países e a própria incerteza da ocorrência de conflitos armados pela posse desse precioso líquido. Por enquanto, ainda não há guerras em relação às águas, mas elas já estão se aproximando. As guerras em relação ao petróleo estão diariamente nas manchetes dos jornais. Infelizmente, logo poderá haver conflitos disputando a água. E nós estamos com toda essa reserva aqui sob nossa responsabilidade. Por isso, a importância do Mercosul, a importância dessa discussão, que já foi iniciada também no Parlamento do Mercosul, Senadora Marisa, que, agora em março, completa dois anos da sua instalação. Nós constituímos o Parlamento do Mercosul, em 14 de dezembro de 2006, aqui, neste plenário, com a presença do Presidente Lula e, em março de 2007, foi instalado em sua sede permanente, em Montevidéu.

O aquífero Guarani já é tema também de debate no Mercosul, porque é um desafio para a própria capacidade dos hoje quatro países titulares – o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai – de preservar o bom estado dessas águas subterrâneas, utilizando-as de modo controlado e também de modo equilibrado.

Entendo que a regulamentação do uso de insumos agrícolas e de diversas outras atividades econômicas deve envolver os quatro países interessados. O que não se pode admitir é que a falta de responsabilidade dos poderes públicos deixe destruir-se esse recurso natural de inestimável valor.

Podemos ver, Sr^a Presidente Senadora Serys, já encerrando, que as questões ambientais não se restringem apenas à permanente luta pela preservação da exuberante Floresta Amazônica, por mais importante que ela seja para nosso País e para o planeta – luta essa que deve continuar. O meio ambiente deve ser visto de forma abrangente, na diversidade de biomas e ecossistemas que atravessam nosso País, em uma imensa diversidade de situações e de interação com os seres humanos. A esses componentes do meio ambiente – os seres humanos – compete garantir o seu equilíbrio, preservar o precioso legado da Natureza, em prol das gerações presentes e futuras.

E essa questão, Sr^a Presidente, é, evidentemente, política. Exige a conscientização de sua importância, pressões e mobilização da sociedade, priorização pelos governos, recursos e, desde já, ações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra, neste momento, o Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em primeiro de janeiro deste ano entrou em vigor o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Esse documento marca o fim de um processo que começou em 1990, quando os filhos da pátria da Língua Portuguesa – Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste – decidiram se unir para preservar suas raízes comuns. Naquela data, firmaram um pacto para definir uma ortografia oficial para a língua portuguesa no mundo, para terminar com a duplicidade e as variações.

Dezenove anos depois, será hora de o Brasil ser o primeiro signatário a implementar as mudanças. Esta é uma nova era para os países de língua portuguesa, que poderão, em tese, unificar a produção de dicionários, livros didáticos e literários, reduzindo custos e ampliando mercados. O acordo facilitará a difusão da *última flor do Lácio, inculta e bela*, como Olavo Bilac chamava a caçula das línguas derivadas do latim, como o castelhano, o italiano e o francês.

E foi a partir do *hermano* castelhano que tomamos o exemplo para firmar esse acordo ortográfico. Os países que utilizam o espanhol foram os primeiros a se organizar com vistas à uniformização do próprio idioma, coisa que ingleses, americanos, australianos e outros falantes da língua inglesa, por exemplo, nunca se dignaram a fazer.

Ora pois, é a vez do nosso maravilhoso português!

Brasileiros, portugueses, angolanos, cabo-verdianos, timorenses e outros falaremos a mesma língua, precisamente, sem diferenças. Ou, ao menos, a escreveremos. A ortografia oficial definirá os padrões da norma culta para todos eles, visando eliminar as variações que hoje encontramos. O português falado no Brasil será o que menos sofrerá alterações: apenas 0,5% das palavras serão grafadas de modo diferente do atual. Para os demais, cerca de 1,6% do vocabulário será modificado, dizem os especialistas.

Entre as principais mudanças, *seqüestraram* (com trema) o trema, para não pedir resgate. O sinal, que já vinha sofrendo baixas no *brasileiro* falado entre nós, ainda resistia alguns *qüinqüênios* (com dois tremas) de vida. Sinal de diérese, dizem os especialistas, ou de separação de sílabas, não precisaremos pingar duas vezes a letra *u* nunca mais. Ninguém precisará *agüentar* (com dois pinguinhos) mais reclamação se não o fizer.

A *conseqüência* será uma grafia mais limpa, menos escrevinhada. Ficarão apenas os tremas importantes, que vêm junto aos nomes próprios.

Hão de se acostumar a limar os acentos das palavras. *Jóia, geléia e abençôo* perderão seus sinais gráficos de tonicidade. É o *voo* do acento circunflexo! Como um *asteroide!* Que *feiura!* Outra coisa: as letras W, K e Y, que viviam dando as caras, foram redimidadas no alfabeto oficial. Ditongos abertos nas palavras paroxítonas perderão o acento. Assim, a palavra *apoia*, por exemplo, perderá o acento agudo.

Não cabe detalhar a totalidade das novas regras, que são muitas. Algumas tão controversas que suscitam forte discussão mesmo entre os gramáticos. A grafia de algumas palavras compostas vai mudar, bem como a utilização do hífen. *Autoescola* vai aparecer junto, sem hífen no meio. *Coautor* seguirá a mesma regra. *Infraestrutura* idem. Em outros casos, o hífen sairá e cederá lugar a outras letras, como em *ultrarresistente, contrarregra* e *ultrassom*, que passarão a ser grafadas com um “r” e um “s” a mais, respectivamente.

“Gosto de ser e de estar, quero me dedicar”, cantou Caetano Veloso ao roçar a língua de Camões. A mensagem está dada. Teremos de nos dedicar a reaprender algumas palavras. Haverá algum tempo para adaptação às novas mudanças: o período de transição irá de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012. Até lá, as duas formas estarão facultadas. Aqui no Senado, será necessário cuidado dobrado para produzir documentos de acordo com a nova regra.

Devemos dar o exemplo!

Há, entretanto, o ceticismo quanto aos benefícios do acordo ortográfico. Alguns questionam a possibilidade de ampliar os mercados para a produção em língua portuguesa, pelo simples fato de unificar a grafia das palavras. José Saramago, Eça de Queiroz e Miguel Sousa Tavares não são sucesso editorial no Brasil do jeito que estão? Há mesmo real necessidade de promover mudanças? Os custos não serão maiores que os benefícios? Afinal, desaprender o que é certo é bem mais custoso que aprender o errado!

Outros apontam a variabilidade gráfica como virtude e não defeito do processo lingüístico, com trema, ainda com trema. As diferenças nos vocábulos seriam sinônimo de riqueza e diversidade e seria um erro aniquilá-las. O custo da diferença seria mínimo e não impediria a compreensão do português, argumentam. Na outra ponta, outros gramáticos, mais conservadores, reclamam da aceitação de grafias múltiplas.

Há ainda outros estudiosos da Língua Portuguesa, como o Professor Ernani Pimentel, que lamentou, em recente publicação, sobre o Acordo e a oportunidade perdida para simplificar a ortografia e diminuir o alto custo pago pelo País para a manutenção de uma ortografia desorganizada.

Sustenta o Professor Ernani que exceções criadas e/ou mantidas no Acordo encarecem enormemente o custo da língua, porque obrigam o indivíduo a estar, a todo momento, consultando um dicionário, pelo resto da vida.

Concedo a palavra à educadora e *expert* no assunto Senadora Marisa Serrano.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Não *expert*, mas uma pessoa que tem dedicado esses últimos quarenta anos a discutir educação e também a língua. Mas não é fácil discutir essa questão. E eu fiquei muito feliz com o tema que V. Ex^a traz a esta Casa. É difícil nós pararmos um pouquinho, Presidente Serys Shessarenko, para discutir questões que, de qualquer forma, vão impactar todos os brasileiros. Uma reforma que parece simples, mas não o é. Até as nossas taquígrafas aqui vão ter que reaprender a trabalhar com a língua. Agora, o que nos preocupa mesmo - e é onde nós temos que nos debruçar, Senador Adelmir Santana - é aquilo que acabamos de ver nessas últimas revistas e jornais da última semana, aqui no Brasil. Só cinco Estados brasileiros, entre os quais o da Senadora Serys e o meu, conseguiram alcançar a meta no ensino fundamental, das nossas crianças fazendo uma prova mínima de Português. Matemática todos alcançaram – aliás, menos um Estado brasileiro –, mas Português só cinco alcançaram. É o caso de a gente pensar que precisamos, sim, de uma reforma ortográfica, mas precisamos também fazer com que

as nossas crianças aprendam melhor a sua língua, tenham amor à sua língua, gostem de ler, e gostem de falar bem e de escrever bem.

A preocupação, também, Senador Adelmir Santana, é com uma nova língua surgindo através da Internet: cada vez mais, os nossos jovens estão aprendendo a simplificar as palavras na hora que mandam seus torpedos, seus *e-mails*. E é também uma preocupação, porque alguns têm a impressão de que a língua escrita, da forma como a conhecemos, como fomos educados, pode terminar, que os livros podem terminar. Ledo engano. Não vão acabar nunca, mas é necessário que fiquemos atentos às modificações que uma língua viva tem, até através dessa síncope que os jovens fazem das nossas palavras e das nossas letras. Oxalá a gente aprenda melhor o Português. E que essas mudanças, mesmo que não sejam fáceis, mesmo que não sejam assimiladas de pronto, com o tempo, Senador Adelmir Santana, que elas entrem no nosso cotidiano. E aí fica mais fácil, talvez, a gente estar em Portugal, em Tomé e Príncipe, em Cabo Verde, e ler os mesmos livros com a mesma grafia que temos aqui. Meus parabéns.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado. Na verdade, V. Ex^a enfoca muito bem que, mesmo sem as mudanças, ainda estamos engatinhando no uso da própria língua. Falamos todos, felizmente, em todo o território, o mesmo idioma, mas temos dificuldade em escrever corretamente. Esse é um testemunho visto - a senhora fez referência - em provas feitas em todo o Brasil.

Mas, voltando ao Professor Ernani Pimentel, ele sustenta que exceções criadas e/ou mantidas no Acordo encarecem enormemente o custo da língua, porque obrigam o indivíduo a estar, a todo momento, consultando um dicionário, pelo resto da vida. Multiplicando todo esse tempo pelas centenas de lusófonos, pode-se ter uma idéia do absurdo desperdício de tempo e de dinheiro.

Em todo caso, em 2009, decidimos por aderir, de fato, ao Acordo, que pode ser um bom ponto de partida para que o Ministério da Educação estimule as universidades a aprofundar o estudo sobre o rico acervo de palavras da língua portuguesa e apontar sugestões para simplificar e racionalizar objetivamente as normas ortográficas.

Na verdade, a Senadora Marisa Serrano fez referência aos jovens no uso da Internet. Muitas vezes, a gente recebe um texto e tem dificuldades em interpretá-lo, tamanho é o processo de simplificação, de abreviação das palavras. E nós, mais antigos ou mais velhos, temos dificuldade em acompanhar esses textos.

Como dizia o poeta Fernando Pessoa, “minha pátria é a língua portuguesa”. Temos de abraçá-la e defendê-la com os meios que pudermos, da maneira que for.

Portanto, o meu pronunciamento, sem ser um especialista nem um gramático, é chamar a atenção de que esse assunto deve ser discutido entre nós para que tenhamos consciência da necessidade do aperfeiçoamento e da difusão do Acordo celebrado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Adelmir Santana.

Com a palavra, pela inscrição, a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Obrigada, Presidenta. É um prazer enorme tê-la presidindo esta Casa hoje.

Gosto muito de estar aqui na tarde de hoje, porque há um ditado que diz que, no Brasil, o ano só começa depois do Carnaval. É bom lembrar as festas brasileiras, principalmente uma festa coletiva que atrai multidões, desde o Carnaboi, em Manaus, passando pelo Farol da Barra, em Salvador, por aqueles bonecos gigantes, lindos, de Olinda, sem esquecer – é claro – o Sambódromo, de São Paulo, e da Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro. Também é bom a gente se lembrar do Carnaval e pensar que a cultura popular é tão rica. Vêem-se, no interior de Minas Gerais, as festas maravilhosas; em Pernambuco, o Maracatu; não se esquecendo, evidentemente, da minha Corumbá, cidade de Mato Grosso do Sul, que faz um Carnaval belíssimo.

Essa é uma festa que representa a riqueza cultural nacional nas suas mais variadas formas. Por meio dos seus trajes e das suas alegorias, vamos ver as facetas daqueles sonhos e daquelas esperanças que o povo brasileiro carrega. Para muitos é o contrário: o Carnaval é o momento para recarregar as baterias, criando força, esperança e fé para enfrentar um ano que já começou.

Hoje é Quarta-Feira de Cinzas. Sai o Brasil da fantasia e entra o Brasil real. E tudo indica que o ano de 2009 será diferente, com uma crise econômica que está varrendo o mundo, cortando lá fora e aqui milhares e milhares de postos de trabalho e gerando um clima de intranquilidade no seio da família brasileira.

Tenho acompanhado os números pela imprensa e pelos relatórios do Caged, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados no País. Só no mês de dezembro, houve um aumento assustador do desemprego em todas as regiões do País. As demissões, em janeiro, atingiram cerca de dois milhões de brasileiros. O desemprego cresceu 20,6% em relação a dezem-

bro, indicando que estamos começando a viver um processo extremamente danoso dos impactos dessa crise mundial.

Além do desemprego, as perspectivas da produção agropecuária, âncora nacional do País, para se falar só em Mato Grosso do Sul, são extremamente desanimadoras. Os números do Conab mostram que vamos ter uma redução da produção do algodão, no meu Estado, em torno de quinze por cento; do arroz, em torno de 5,7%; do milho, de 6%, e da soja, de mais do que 7%. Eu não sei no seu Estado, Mato Grosso, Senadora Serys, mas não deve ser muito diferente.

Qual a razão disso? Diminuição do uso de tecnologia, a estiagem incomum e a falta do seguro agrícola, que é fundamental para equilibrar as incertezas da produção.

Na *agrofolha*, da *Folha de S. Paulo* de ontem, há um título "A cadeia da cana perde dez bi em dois anos". A matéria diz que, apesar da moagem de 83 milhões de toneladas, usinas do setor mantém o mesmo faturamento de 2006 e 2007 e coloca que a queda dos preços expõe a fragilidade do setor, que precisa de mudanças na comercialização e na política de investimentos. Quer dizer, precisamos de políticas novas e de cuidados para o setor da comercialização.

Some-se a isso as medidas protecionistas que vários países vêm adotando e teremos um quadro nebuloso. Eu falei aqui do desemprego, da produção e das medidas protecionistas. Ora vejam: vamos exportar menos, gerar menos empregos e crescer quase nada. Essa realidade para um Estado como o meu Mato Grosso do Sul indica problemas graves para as contas dos Municípios, dos Estados e também para as contas federais.

Eu fico imaginando quais serão os reais impactos que essa crise causará nos setores da saúde, da educação, da segurança pública e me pergunto: o Governo terá instrumentos mais eficazes do que a retórica de balanque para garantir o essencial para os trabalhadores brasileiros? Será que a fantasia do PAC será suficiente para manter o clima de alegria que vimos durante o Carnaval?

O Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, falou ontem à nação americana. Interessante, Senadora Serys, que nunca vi, em dois mandatos, como Deputada Federal e, agora, como Senadora, o Presidente vir aqui defender suas idéias e apresentar sua proposta de trabalho para o ano. Não sei porque não há esse hábito no País. Mas o Presidente Barack Obama foi lá. Toda a Suprema Corte presente, a Câmara, o Senado e as mais altas figuras do país, para ouvir o que tinha a dizer o Presidente, cuja obrigação é garantir o rumo ao país. E ele começou dizendo que o Governo tem a

obrigação de salvar pessoas, empregos, para que elas tenham mais dinheiro no bolso. Começou falando das pessoas. E é essa a obrigação dos Governos, cuidar das pessoas. Uma coisa tão simples, tão óbvia, mas, às vezes, a gente esquece disso.

Como fazer isso? Ele destaca: construindo um novo modelo de economia, gerando empregos na área verde, meio-ambiente, energias limpas. Mas não qualquer emprego, e sim aqueles oriundos de um planejamento que inclua o que é necessário para o desenvolvimento do país, conhecendo o país, sabendo onde estão os óbices, aquilo que é importante fazer para garantir o emprego e a felicidade da sua população.

O que eu acredito ter sido o mais importante no longo discurso, interrompido 37 vezes por aplausos, de pé, de toda a platéia, inclusive pelo Senador que foi seu adversário, foi que o Presidente precisa assumir a tarefa de conduzir o país de maneira séria e consequente. Falou em assumir as responsabilidades do futuro, em garantir as ações corretas, em ter uma visão moderna e competente e agir com coragem e sabedoria. Enfim, governar com senso de responsabilidade para garantir também a vida das futuras gerações e, principalmente, agarrar as oportunidades que surgem dos desafios. E os Estados Unidos estão enfrentando um grande desafio. E elegeu a energia, a saúde e a educação como o tripé do desenvolvimento. E olha, Senador Geraldo Mesquita, que é difícil um presidente da maior potência do mundo colocar educação e saúde como fundamentais no desenvolvimento.

E o que vemos aqui, no Brasil? Podemos não perceber a crise como os americanos a veem, mas todos percebemos que o Governo vem se debatendo consigo mesmo, adotando a famosa agenda de falar por todos, inclusive fazendo oposição a si próprio. É incrível como o Presidente da República consegue criar cortinas de fumaça dando a entender que a melhor forma de se livrar das responsabilidades reais é utilizando a tática da confusão e da fantasia. Se os juros estão altos, o Presidente Lula está lá para criticar os banqueiros. Se as empresas demitem, a culpa é dos empresários, que são insensíveis. Se caem as exportações, a culpa é atribuída aos países desenvolvidos. Se as obras não saem do papel, a culpa é da burocracia e da Justiça. Enfim, ninguém é responsável por nada, os culpados são as elites desumanas, e tudo fica por isso mesmo, como se vivêssemos um eterno carnaval.

Acho que o Governo, a partir de hoje, Quarta-Feira de Cinzas, deve começar a tratar o povo brasileiro com mais seriedade. Temos que colocar os pingos nos "is". Não dá mais para viver de fantasia. O momento exige medidas efetivas, menos discursos, menos balanque

e mais realismo. O mundo está perplexo, contendo despesas e elegendo prioridades.

Aqui, no Brasil, o Governo Lula não pode ser impulsionado pelas eleições de 2010. Não pode fazer ações para perpetuar seu nome na História, não pode deixar de governar com austeridade e competência só porque tem que plantar um candidato que lhe interessa na sua sucessão. A impressão que temos é que, para fazer sua candidata subir nas pesquisas, vale a pena largar tudo para ir até o interior do Rio Grande do Norte, como denunciou aqui o Senador Agripino, inaugurar tanque e criar peixes. Mas nós aqui, o Senado, temos que fazer a nossa parte, independentemente da coloração partidária. Temos que exigir trabalho, seriedade e visão de futuro do Governo Federal, mas também precisamos dar o exemplo, fazer também aqui a nossa parte com decência e honradez.

Os Srs. Senadores Jarbas, Pedro Simon, Arthur Virgílio e Mesquita não estão sós. Somos muitos que vamos continuar bradando contra os desmandos e a corrupção, onde estiverem. Mais do que isso: fiscalizar e controlar. Essas são as nossas atribuições.

Temos, nesta Casa, uma Comissão de Fiscalização e Controle. É necessário, Senadora Serys, que cumpramos a nossa obrigação. É constitucional. É obrigação nossa, independentemente de partido político. Temos, sim, que fiscalizar e controlar, porque é um dever que o povo nos legou quando nos deu o seu voto.

Temos também, Senador Geraldo Mesquita, que selecionar projetos que interessem ao País, que interessem aos seus cidadãos, que sejam corretos e votá-los com urgência. É fazer a nossa obrigação. É exigir do Governo Federal que ele faça a dele.

Que a Quaresma, que se inicia hoje para todos os cristãos, seja um tempo de orações e sacrifícios, mas também seja tempo de paz, harmonia e esperança para todo o povo brasileiro.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, Projeto de Lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 1, DE 2009-CN
MENSAGEM Nº 16, DE 2009-CN
(nº 86/2009, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 492.078.530,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008) crédito especial no valor de R\$ 492.078.530,00 (quatrocentos e noventa e dois milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais), em favor da Presidência da República, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 20060 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I L	F T E	VALOR
1458 VETOR LOGISTICO LESTE								71.000.000
PROJETOS								
26 784	1458 122A	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)						31.000.000
26 784	1458 122A 0033	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 723	F	4	2	90	0 100	31.000.000
26 784	1458 122I	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE VITORIA (ES)						15.000.000
26 784	1458 122I 0032	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 294	F	4	2	90	0 100	15.000.000
26 784	1458 122L	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)						20.000.000
26 784	1458 122L 0033	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 752	F	4	2	90	0 100	20.000.000
26 784	1458 122Q	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ANGRA DOS REIS (RJ)						5.000.000
26 784	1458 122Q 0033	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ANGRA DOS REIS (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 100	F	4	2	90	0 100	5.000.000
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL								139.000.000
PROJETOS								
26 784	1459 121Z	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE RECIFE (PE)						25.200.000
26 784	1459 121Z 0020	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE RECIFE (PE) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 1838	F	4	2	90	0 100	25.200.000
26 784	1459 122H	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SUAPE (PE)						53.000.000
26 784	1459 122H 0026	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SUAPE (PE) - NO ESTADO DE PERNAMBUCO DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 1080	F	4	2	90	0 100	53.000.000
26 784	1459 122J	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE FORTALEZA (CE)						42.300.000
26 784	1459 122J 0023	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 5947	F	4	2	90	0 100	42.300.000
26 784	1459 122N	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE NATAL (RN)						18.500.000
26 784	1459 122N 0024	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 1209	F	4	2	90	0 100	18.500.000
1460 VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL								64.600.000
PROJETOS								
26 784	1460 122C	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SALVADOR (BA)						36.000.000
26 784	1460 122C 0039	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 2149	F	4	2	90	0 100	36.000.000
26 784	1460 122G	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ARATU (BA)						28.600.000
26 784	1460 122G 0029	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 1926	F	4	2	90	0 100	28.600.000
1461 VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE								98.000.000

		PROJETOS							
26 784	1461 122E	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SANTOS (SP)							40.000.000
26 784	1461 122E 0035	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO DRAGAGEM REALIZADA (MIL M') 2188	F	4	2	90	0	100	40.000.000
26 784	1461 122D	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE PARANAGUA (PR)							50.000.000
26 784	1461 122D 0041	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE PARANAGUA (PR) - NO ESTADO DO PARANA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M') 8490	F	4	2	90	0	100	50.000.000
1462 VETOR LOGISTICO SUL									117.478.530
		PROJETOS							
26 784	1462 122B	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE RIO GRANDE (RS)							84.000.000
26 784	1462 122B 0043	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE RIO GRANDE (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DRAGAGEM REALIZADA (MIL M') 8400	F	4	2	90	0	100	84.000.000
26 784	1462 122F	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SAO FRANCISCO DO SUL (SC)							26.000.000
26 784	1462 122F 0042	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SAO FRANCISCO DO SUL (SC) - NO ESTADO DE SANTA CATARINA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M') 969	F	4	2	90	0	100	26.000.000
26 784	1462 122K	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE IMBITUBA (SC)							4.400.000
26 784	1462 122K 0042	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE IMBITUBA (SC) - NO ESTADO DE SANTA CATARINA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M') 850	F	4	2	90	0	100	4.400.000
26 784	1462 122M	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ITAJAI (SC)							3.078.530
26 784	1462 122M 0042	DRAGAGEM E ADEQUACAO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE ITAJAI (SC) - NO ESTADO DE SANTA CATARINA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M') 404	F	4	2	90	0	100	3.078.530
1470 GESTAO DA POLITICA PORTUARIA									10.000.000
		ATIVIDADES							
26 122	1470 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC							10.000.000
26 122	1470 8785 0001	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL	F	2	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									492.078.530
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									492.078.530

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20126 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
1470		GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA							492.078.530
		PROJETOS							
26 784	1470 114G	DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS							492.078.530
26 784	1470 114G 0001	DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS - NACIONAL							461.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 27980	F	4	2	90	0	100	461.000.000
26 784	1470 114G 0101	DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS - NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES							1.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 200	F	4	2	90	0	100	1.000.000
26 784	1470 114G 0107	DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS - NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA - SC							1.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 190	F	4	2	90	0	100	1.000.000
26 784	1470 114G 0109	DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS - NO MUNICÍPIO DE ITAJAI - SC							12.078.530
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 1600	F	4	2	90	0	100	12.078.530
26 784	1470 114G 0119	DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS - NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA							1.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 83	F	4	2	90	0	100	1.000.000
26 784	1470 114G 0127	DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS - NO MUNICÍPIO DE NATAL - RN							1.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 120	F	4	2	90	0	100	1.000.000
26 784	1470 114G 0131	DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE EM PORTOS MARÍTIMOS - NO MUNICÍPIO DE PARANAGUA - PR							15.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 2500	F	4	2	90	0	100	15.000.000
		TOTAL - FISCAL	---						492.078.530
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							492.078.530

Plano Plurianual 2009-2011

Anexo III – Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo *Implementar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional*
Objetivo Setorial *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

Programa **1458 Votor Logístico Leste** **Órgão Responsável** **39000 Ministério dos Transportes (MT)**

Objetivo *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste de estado de GO*
Público-alvo *Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro*

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projetos

Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico		
						2008	2009	2010
1121	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)	06/2009 04/2010	SEP	R\$ 130.306,000 4,980	Sudeste	-	R\$ 30.000,000	10.300,000
1122	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio de Janeiro (RJ)	08/2009 08/2010	SEP	R\$ 150.000,000 3,504	Sudeste	-	R\$ 31.000,000	19,640,000
1123	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)	09/2009 11/2010	SEP	R\$ 95.306,000 1,982	Sudeste	-	R\$ 15.000,000	40.300,000

Plano Plurianual 2008-2011

Anczo II - Programa de Governo - Fidejuzco

Objetivo do governo *Impulsar uma infraestrutura aliciosa e integradora do Território Nacional*
 Objetivo Setorial *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes (MT)

Programa 1459 Votor Logístico Nordeste Setentrional

Objetivo *Promover eficiência e eficiência nos modos de transporte no região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL*
 Subprojeto *Usinários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas*

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projeto	Órgão	Fonte	Programa	Subprograma	Atividade	Unidade	Valor	Meta	Realizado	2008	2009	2010	2011
131N	03/2010	SEP	03/2010	03/2010	Unidades capitalizadas (mil m ²)	2.194	7.744	655					
131Z	01/2010	SEP	01/2010	01/2010	Orçamentos realizados (mil m ²)	2.123	1.428	205					
131H	06/2010	SEP	06/2010	06/2010	Orçamentos realizados (mil m ²)	5.257	1.040	2.771					

Plano Plurianual 2001-2011

Anexo III - Programas de Governo - Finalístico

Objetivo de Governo *Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional*
 Objetivo Setorial *Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores*

Programa 1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo *Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de BA e SE*
 Público-alvo *Usuários de transporte nos Estados de Bahia e Sergipe*

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projeto	Cód. Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
							2008	2009	2010	2011
121C	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Aratu (BA)	Dragagem realizada (mil m³)	07/2009 04/2010	SEP	49.000.000 3.365	Nordeste	R\$	28.600.000	20.400.000	-
121C	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Salvador (BA)	Dragagem realizada (mil m³)	07/2009 04/2010	SEP	50.000.000 2.986	Nordeste	R\$	1.926	1.379	-
								16.000.000	14.000.000	-
								2.149	837	-

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III - Programas de Governo - Finalístico

Valores em R\$ 1,00

Objetivo da Governo: Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional
 Objeto Social: Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores

Programa: 1461 Vêtor Logístico Centro-Sudeste Órgão Responsável: 39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo: Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e subeaste do estado do GO
 Público-alvo: Usuários de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projetos

Cod. Projeto	Projeto (unidade de medida)	Data Término	Objeto Exeçutor	Valor Total Estimado	Regionalização	2008	2009	2010	2011
1210	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)	07/2009 03/2010	SEP	53.000.000 9.000	Sul	-	59.000.000	1.000.000	-
								8,4%	510
121E	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)	05/2009 03/2010	SEP	167.300.000 9.668	Sudeste	-	40.000.000	127.300.000	-
								2,1%	6.900

Plano Plurianual 2008-2011
Anexo III - Programas de Governo - Finalístico
 Valores em R\$ 1,00

Objetivo de Governo Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional
Objetivo Setorial Ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores

Programa 1462 Vetor Logístico Sul **Órgão Responsável** 39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS
Público-alvo Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projeto	Objetivo	Descrição (medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor (R\$) Estimado	Região	Execução em 2008		Execução em 2011	
							R\$	Mes	R\$	Mes
122M	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itajaí (SC)	Dragagem realizada (mil m³)	08/2009 12/2010	SEP	23.300.000 3.000	Sul	3.078.530	404	10.221.470	2.658
122B	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)	Dragagem realizada (mil m³)	03/2009 04/2010	SEP	160.000.000 16.000	Sul	84.900.000	8.400	76.000.000	7.600
122I	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de São Francisco do Sul (SC)	Dragagem realizada (mil m³)	07/2009 08/2010	SEP	85.900.000 3.272	Sul	26.000.000	989	59.900.000	2.603

Mensagem nº 86

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 492.078.530,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.

EM nº 00011/2009/MP

Brasília, 06 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008) crédito especial no valor de R\$ 492.078.530,00 (quatrocentos e noventa e dois milhões, setenta e oito mil, quinhentos e trinta reais), em favor da Presidência da República, e dá outras providências.

2. A proposição tem por finalidade a inclusão de novas categorias de programação na Lei Orçamentária de 2009 - LOA-2009, com vistas a permitir à Secretaria Especial de Portos a execução de obras, integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, relativas a dragagem e adequação da navegabilidade em diversos portos marítimos brasileiros, bem como o desenvolvimento de ações voltadas à gestão e à coordenação do PAC, e apresenta o seguinte detalhamento:

Órgão/Unidade Orçamentária/Programa	R\$ 1,00	
	Aplicação dos Recursos	Origem dos Recursos
Presidência da República	492.078.530	492.078.530
Secretaria Especial de Portos	492.078.530	492.078.530
Vetor Logístico Leste	71.000.000	
Vetor Logístico Nordeste Sctentrional	139.000.000	
Vetor Logístico Nordeste Meridional	64.600.000	
Vetor Logístico Centro Sudeste	90.000.000	
Vetor Logístico Sul	117.478.530	
Gestão da Política Portuária	10.000.000	492.078.530
Total	492.078.530	492.078.530

3. Segundo informações da Presidência da República, as obras contempladas na ação “114G - Dragagem e Adequação da Navegabilidade em Portos Marítimos”, com localizador de gastos “Nacional”, constante da LOA-2009, constituem projetos de grande vulto, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011, os quais devem ser objeto de ações orçamentárias específicas, com objeto determinado, nos termos do § 1º desse artigo.
4. O presente crédito visa substituir a atual composição de gastos da ação “114G”, mediante a criação de categorias de programação específicas, de forma a atender ao dispositivo legal vigente e, assim, viabilizar a execução de obras portuárias e de ações de gestão e coordenação, no âmbito do PAC.
5. A proposição decorre de solicitação formalizada pela Presidência da República, segundo a qual as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de sua possibilidade de execução no final do presente exercício.
6. O crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei, à conta de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
7. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 57, § 12, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 - LDO-2009, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo.
8. Vale destacar que integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 2008, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos das ações “122A - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)”; “122I - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)”; “122L - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)”; “121Z - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Recife (PE)”; “122H - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)”; “122N - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Natal (RN)”; “122C - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Salvador (BA)”; “122G - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Aratu (BA)”; “122E - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)”; “122O - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)”; “122B - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)”; “122F - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de São Francisco do Sul (SC)”; e “122M - Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itajaí (SC)”, que passam a incorporar-se ao citado Plano. As demais ações contempladas neste crédito não implicam alteração do PPA, conforme dispõe o art. 22 da referida Lei, pois, de acordo com informações da Presidência da República, a sua execução não ultrapassa o exercício vigente.
9. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento de ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º;~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de~~

~~recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8.º, bem assim o disposto no § 4.º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

LEI Nº 11.897, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2009 no montante de R\$ 1.660.729.655.083,00 (um trilhão, seiscentos e sessenta bilhões, setecentos e vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil e oitenta e três reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição, e dos arts. 6º, 7º e 55 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II**DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****Seção I****Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 1.581.447.761.494,00 (um trilhão, quinhentos e oitenta e um bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, setecentos e sessenta e um mil e quatrocentos e noventa e quatro reais), incluindo a proveniente da emissão de títulos destinada ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, na forma detalhada nos Anexos a que se referem os incisos I e IX do art. 11 desta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 669.734.231.960,00 (seiscentos e sessenta e nove bilhões, setecentos e trinta e quatro milhões, duzentos e trinta e um mil e novecentos e sessenta reais), excluída a receita de que trata o inciso III deste artigo;

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 386.166.966.191,00 (trezentos e oitenta e seis bilhões, cento e sessenta e seis milhões, novecentos e sessenta e seis mil e cento e noventa e um reais); e

III - Refinanciamento da dívida pública federal: R\$ 525.546.563.343,00 (quinhentos e vinte e cinco bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e três mil e trezentos e quarenta e três reais), constantes do Orçamento Fiscal.

Seção II**Da Fixação da Despesa**

Art. 3º A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 1.581.447.761.494,00 (um trilhão, quinhentos e oitenta e um bilhões, quatrocentos e quarenta e sete milhões, setecentos e sessenta e um mil e quatrocentos e noventa e quatro reais), incluindo a relativa ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 74 da Lei de Diretrizes

Orçamentárias para 2009, na forma detalhada entre os órgãos orçamentários no Anexo II e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 631.552.031.550,00 (seiscentos e trinta e um bilhões, quinhentos e cinquenta e dois milhões, trinta e um mil e quinhentos e cinquenta reais), excluídas as despesas de que trata o inciso III deste artigo;

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 424.349.166.601,00 (quatrocentos e vinte e quatro bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões, cento e sessenta e seis mil e seiscentos e um reais); e

III - Refinanciamento da dívida pública federal: R\$ 525.546.563.343,00 (quinhentos e vinte e cinco bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e três mil e trezentos e quarenta e três reais), constantes do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 38.182.200.410,00 (trinta e oito bilhões, cento e oitenta e dois milhões, duzentos mil e quatrocentos e dez reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

Seção III

Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares

Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 os limites e condições estabelecidos neste artigo, para suplementação de dotações consignadas:

I - a cada subtítulo, até o limite de 10% (dez por cento) do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação parcial de dotações, limitada a 10% (dez por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação, vedado o cancelamento de programações decorrentes da aprovação de emendas individuais apresentadas pelos parlamentares, a serem informadas ao Poder Executivo pelo Congresso Nacional;

b) reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal; e

c) excesso de arrecadação de receitas próprias, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso II, 3º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", mediante utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo, objeto da suplementação, limitada a 20% (vinte por cento) da soma das referidas dotações;

III - ao atendimento de despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive daquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente e relativas a débitos periódicos vincendos, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) anulação de dotações consignadas a grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo;

c) anulação de dotações consignadas a essa finalidade, na mesma ou em outra unidade orçamentária;

d) até 10% (dez por cento) do excesso de arrecadação de receitas próprias e do Tesouro Nacional; e

e) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2008, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - ao atendimento de despesas com juros e encargos da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou à amortização da dívida, na mesma ou em outra unidade orçamentária;

V - ao atendimento de despesas com amortização da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação de dotações consignadas a essa finalidade ou ao pagamento de juros e encargos da dívida, na mesma ou em outra unidade orçamentária;

b) excesso de arrecadação decorrente dos pagamentos de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores;

c) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2008; e

d) resultado do Banco Central do Brasil, observado o disposto no art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VI - ao atendimento das despesas de pessoal e encargos sociais, inclusive as decorrentes da revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos federais e dos militares das Forças Armadas prevista no art. 37, inciso X, da Constituição, e nos arts. 85 e 86 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas:

a) a esse grupo de natureza de despesa no âmbito do respectivo Poder e do Ministério Público da União; e

b) aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", constantes do mesmo subtítulo, objeto da suplementação, até o limite de 20% (vinte por cento) da soma dessas dotações;

VII - a subtítulos aos quais foram alocadas receitas de operações de crédito previstas nesta Lei, mediante a utilização de recursos decorrentes da variação monetária ou cambial dessas operações;

VIII - a subtítulos aos quais possam ser alocados recursos oriundos de doações e convênios, inclusive decorrentes de saldos de exercícios anteriores ou de remanejamento de dotações à conta dos referidos recursos, observada a destinação prevista no instrumento respectivo;

IX - ao atendimento do refinanciamento, juros e outros encargos da dívida pública federal, mediante a utilização de recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, inclusive constantes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2008, até o limite de 20% (vinte por cento) do montante do refinanciamento da dívida pública federal estabelecido no art. 3º, inciso III, desta Lei;

X - ao atendimento de transferências de que trata o art. 159 da Constituição, bem como daquelas devidas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios decorrentes de vinculações legais, mediante a utilização do superávit financeiro correspondente apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2008;

XI - ao atendimento de despesas com equalização de preços nas ações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de produtos agropecuários, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações consignadas a essas despesas no âmbito do órgão "Operações Oficiais de Crédito";

XII - ao atendimento de despesas com benefícios previdenciários, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação de dotações consignadas a essas despesas no âmbito do Fundo do Regime Geral de Previdência Social;

b) excesso de arrecadação das contribuições previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social; e

c) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2008;

XIII - ao atendimento de despesas da ação "0413 - Manutenção e Operação dos Partidos Políticos" no âmbito da unidade orçamentária "14901 - Fundo Partidário", mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2008; e

b) excesso de arrecadação de receitas próprias e vinculadas;

XIV - ao atendimento de despesas no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Instituto Benjamim Constant, do Colégio Pedro II, das Instituições Federais de Ensino Superior, das Escolas Técnicas Federais, dos Centros Federais de Educação Tecnológica, das Escolas Agrotécnicas Federais e dos Hospitais Universitários, integrantes do Ministério da Educação, classificadas nos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação de até 20% (vinte por cento) do total das dotações orçamentárias consignadas a esses grupos de natureza de despesa no âmbito de cada uma das entidades;

b) excesso de arrecadação de receitas próprias geradas por essas entidades;

c) superávit financeiro, relativo a receitas próprias e vinculadas, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2008, de cada uma das referidas entidades; e

d) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a receitas vinculadas à educação, até o limite do saldo orçamentário de cada subtítulo, nos referidos grupos de natureza de despesa, não utilizado no exercício de 2008, desde que para aplicação nos mesmos subtítulos em 2009;

XV - ao atendimento de despesas no âmbito do Ministério da Educação, classificadas nos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", mediante a utilização de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2008, relativo a receitas vinculadas à educação, até o limite do saldo orçamentário de cada subtítulo apurado em 31 de dezembro de 2008, nos referidos grupos de natureza de despesa, vinculados às subfunções "361 - Ensino Fundamental", "362 - Ensino Médio", "363 - Ensino Profissional", "364 - Ensino Superior" e "847 - Transferências para a Educação Básica", não utilizado no exercício de 2008, desde que para aplicação nos mesmos subtítulos em 2009;

XVI - ao atendimento de despesas da ação "0E36 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB", mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2008;

b) excesso de arrecadação de receitas vinculadas; e

c) anulação parcial ou total de dotações alocadas aos subtítulos dessa ação;

XVII - ao pagamento de benefícios a novos servidores, empregados e seus dependentes, mediante a anulação de dotações consignadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no subtítulo "Pagamento decorrente de Provisões e Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - Nacional", GND "3 - Outras Despesas Correntes";

XVIII - ao atendimento de programações constantes do Anexo VII desta Lei, mediante o remanejamento de até 30% (trinta por cento) do montante das dotações orçamentárias constantes desta Lei com o identificador de resultado primário "3";

XIX - ao atendimento de despesas com o pagamento do abono salarial e do seguro desemprego, mediante a utilização de recursos provenientes de:

a) anulação de dotações consignadas a essas despesas no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e

b) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União do exercício de 2008;

XX - à suplementação de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, classificadas com identificadores de resultado primário "1" ou "2", identificadas no SIAFI, até o limite de 30% (trinta por cento) de cada ação, mediante o cancelamento de até 30% (trinta por cento) de cada ação orçamentária, também identificada no SIAFI como integrante desse Programa; e

XXI - a subtítulos das ações do programa "0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais", mediante a anulação de dotações orçamentárias contidas no mesmo programa, desde que não incida sobre subtítulos derivados integralmente de alterações efetuadas pelo Congresso Nacional no Projeto de Lei Orçamentária de 2009.

§ 1º Os limites referidos no inciso I e respectiva alínea "a" deste artigo poderão ser ampliados quando o remanejamento:

I - ocorrer entre ações de um mesmo programa no âmbito de cada unidade orçamentária, para 30% (trinta por cento);

II - destinar-se ao atendimento dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar e auxílio-transporte aos servidores, empregados, e seus dependentes, para 30% (trinta por cento); e

III - destinar-se a recompor despesas correntes.

§ 2º A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até o dia 15 de dezembro de 2009, do ato de abertura do crédito suplementar, exceto nos casos previstos nos incisos III, VI, XII e XIX do caput e inciso II do § 1º, deste artigo, em que a publicação poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2009.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares à conta de recursos de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso II, 3º e 4º, da Lei no 4.320, de 1964, destinados:

I - a transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrentes de vinculações constitucionais ou legais;

II - aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989;

III - ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, mediante a utilização de recursos das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, inclusive da parcela a que se refere o art. 239, § 1º, da Constituição; e

IV - ao complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, mediante a utilização de recursos da contribuição relativa à despedida de empregado sem justa causa, de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Seção I

Das Fontes do Financiamento

Art. 6º As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimento somam R\$ 79.281.893.589,00 (setenta e nove bilhões, duzentos e oitenta e um milhões, oitocentos e noventa e três mil e quinhentos e oitenta e nove reais), conforme especificadas no Anexo III.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 7º A despesa do Orçamento de Investimento é fixada em R\$ 79.281.893.589,00 (setenta e nove bilhões, duzentos e oitenta e um milhões, oitocentos e noventa e três mil e quinhentos e oitenta e nove reais), cuja distribuição por órgão orçamentário consta do Anexo IV.

Seção III

Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, observados os limites e condições estabelecidos neste artigo, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, para as seguintes finalidades:

I - suplementação de subtítulo, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor, constante desta Lei, mediante geração adicional de recursos ou anulação parcial de dotações orçamentárias da mesma empresa;

II - atendimento de despesas relativas a ações financiadas com recursos do Tesouro Nacional, aprovadas em exercícios anteriores e em execução no exercício de 2009, mediante a utilização do saldo desses recursos em favor da correspondente empresa; e

III - realização das correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, decorrentes da abertura de créditos suplementares ou especiais aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até 15 de dezembro de 2009, do ato de abertura do crédito suplementar.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E EMISSÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

Art. 9º Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam autorizadas a contratação das operações de crédito incluídas nesta Lei, nos termos do art. 24 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, e a emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional para o atendimento das despesas previstas nesta Lei com essa receita, nos termos do art. 75 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, sem prejuízo do que estabelece o art. 52, inciso V, da Constituição, no que se refere às operações de crédito externas.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a emitir até 27.623.774 (vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e quatro) Títulos da Dívida Agrária para atender ao programa de reforma agrária no exercício de 2009, nos termos do § 4º do art. 184 da Constituição, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a dois anos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Integram esta Lei os seguintes Anexos, incluindo os mencionados nos arts. 2º, 3º, 6º e 7º desta Lei:

I - receita estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e fonte;

II - distribuição da despesa fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por órgão orçamentário;

III - discriminação das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento;

IV - distribuição da despesa fixada no Orçamento de Investimento, por órgão orçamentário;

V - autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais, conforme estabelece o art. 84 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009;

VI - subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, com base nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, conforme previsto no art. 9º, § 2º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009;

VII - programação do "Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI", classificada nesta Lei com o identificador de resultado primário "3", nos termos do art. 3º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009;

VIII - quadros orçamentários consolidados, relacionados no Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009;

IX - discriminação das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

X - discriminação da legislação da receita e da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

XI - programa de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

XII - programa de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários do Orçamento de Investimento.

Parágrafo único. O Anexo a que se refere o inciso VII deste artigo será atualizado, pelo Poder Executivo, na internet, em decorrência da abertura de créditos adicionais ou de modificação de identificadores de resultado primário efetuada em conformidade com o disposto no inciso III do art. 56 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a excluir da programação do Orçamento de Investimento a unidade orçamentária 25271 – Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de dezembro de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Paulo Bernardo Silva

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

Art. 10. Consideram-se, para efeito deste Plano, como Projetos de Grande Vulto, ações orçamentárias do tipo projeto:

I - financiadas com recursos do orçamento de investimento das estatais, de responsabilidade de empresas de capital aberto ou de suas subsidiárias, cujo valor total estimado seja igual ou superior a cem milhões de reais;

II - financiadas com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, ou com recursos do orçamento das empresas estatais que não se enquadrem no disposto no inciso anterior, cujo valor total estimado seja igual ou superior a vinte milhões de reais.

§ 1º O projeto de grande vulto deverá constituir ação orçamentária específica a nível de título, com objeto determinado, vedada sua execução à conta de outras programações.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo somente se aplicará ao projeto de lei orçamentária do ano subsequente ao da assinatura do convênio ou contrato de repasse, na hipótese de projeto de caráter plurianual custeado com dotação destinada a transferências voluntárias para o financiamento de projetos de investimentos apresentados por Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 3º (VETADO)

§ 4º Serão adotados critérios e requisitos adicionais para a execução, acompanhamento e controle, interno e externo, incluindo a avaliação prévia da viabilidade técnica e socioeconômica, sempre que o custo total estimado do projeto de grande vulto for igual ou superior a:

I - cem milhões de reais, quando financiado com recursos do orçamento de investimento das estatais, de responsabilidade de empresas de capital aberto ou de suas subsidiárias; ou

II - cinquenta milhões de reais, quando financiado com recursos do orçamento fiscal e da seguridade social ou com recursos do orçamento das empresas estatais que não se enquadrem no disposto no item anterior.

§ 5º O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal:

I - estabelecerá critérios e parâmetros para a avaliação dos projetos de grande vulto de forma diferenciada em função de faixas de valor e de tipos de intervenção;

II - poderá regulamentar as características e a necessidade de individualização, em projetos orçamentários específicos, de que trata o § 1º deste artigo, dos empreendimentos contemplados na programação do Plano Plurianual.

Seção IV

Das Revisões e Alterações do Plano

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - Inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Ficam dispensadas de discriminação no Plano as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento de ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 166, § 8º;~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8.º, bem assim o disposto no § 4.º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.**Mensagem de veto**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.

.....

Art. 57. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2009.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I - pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;

b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;

c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes;

d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II - serviço da dívida;

III - sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 5º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 6º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 5º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 7º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 8º O texto da Lei Orçamentária de 2009 somente poderá autorizar remanejamentos na programação a que se refere o art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2009, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2008, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2009 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2008 por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita.

O Projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do Projeto.

Leitura: 25-2-2009

Até 2/3 – publicação e distribuição de avulsos;

até 10/3 – prazo final para apresentação de emendas;

até 15/3 – publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

até 30/3 – encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 08, DE 2009

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir, na educação superior, a frequência mínima exigida para aprovação.

RELATOR: Senador ROMEU TUMA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 387, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, tem por finalidade fixar em 85% (oitenta e cinco por cento) a frequência mínima para a aprovação de estudantes do ensino superior.

Com a medida, o proponente tem em vista promover a melhoria da qualidade do ensino superior, mediante a elevação do tempo dedicado, pelo estudante, às atividades propriamente acadêmicas e presenciais.

Encaminhado a esta Comissão para decisão em caráter terminativo, o projeto recebeu emenda do Senador Flávio Arns, com vistas a fixar a frequência mínima, nas instituições de ensino superior, em setenta e cinco por cento do total de horas letivas de cada disciplina ou matéria.

II – ANÁLISE

O PLS nº 387, de 2007, tem a finalidade precípua de melhorar o aprendizado no ensino superior, pela elevação da frequência mínima dos estudantes nas aulas ministradas, nas instituições de ensino superior brasileiras.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que tange à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, cumpre sublinhar que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), em seu art. 24, inciso VI, estabelece frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas para a aprovação na educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Para a educação superior – freqüentada por adultos em regra responsáveis por seus projetos e escolhas individuais –, a LDB não estabelece frequência mínima. O art. 47 limita-se a impor, no *caput*, um patamar mínimo de duzentos dias de trabalho acadêmico.

No § 2º do mencionado artigo, consta, inclusive, a possibilidade de abreviação dos cursos para os estudantes que apresentem “extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos”.

Note-se, portanto, que os formuladores da LDB, conscientes de que a educação superior normalmente ocorre em fase economicamente ativa para a maioria dos estudantes, optaram por não enrijecer em demasia os critérios formais de aprovação. O art. 47, em seu § 3º, limita-se a estabelecer que tanto os alunos quanto os professores estão obrigados a freqüentar os cursos, à exceção dos programas de educação a distância.

Muitos estudantes, ademais, devem conciliar os estudos com suas atividades laborais e também com a vida familiar, situação legítima que, no

entanto, pode se tornar inviável se as exigências de comparecimento às aulas forem excessivamente elevadas.

Parece-nos útil e oportuno que a LDB passe a determinar frequência mínima dos estudantes nas aulas ministradas, nas instituições de ensino superior brasileiras. Entretanto, dadas as condições da maioria dos estudantes anteriormente aventadas, o patamar de 85% (oitenta e cinco por cento) não se mostra adequado, porque nitidamente excessivo. Até por razões de lógica e de paralelismo, a exigência de frequência mínima aos estudantes do ensino superior deve manter coerência com o limite estabelecido pela LDB para a educação básica.

Esse é, em suma, o mérito da Emenda nº 01 – CE, de autoria do Senador Flávio Arns. Por suprir a lacuna na LDB (que não dispõe sobre a frequência dos estudantes em relação ao ensino superior) e, ao mesmo tempo, reproduzir, nas faculdades e universidades brasileiras, idênticos padrões de exigência do ensino básico, esta proposição merece acolhida do Senado Federal.

A emenda apresenta, contudo, problemas de redação que trataremos de retificar, nos termos de subemenda. Com vistas a dar coerência formal à LDB, optamos por adaptar a redação do art. 24, inciso VI, com alterações tópicas. Desse modo, o teor do art. 47, § 5º, ficará próximo ao teor do referido art. 24, inciso VI.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007, e da Emenda nº 01 – CE, com subemenda de redação.

EMENDA 1 – CE

SUBEMENDA Nº – 01 CE (DE REDAÇÃO) (à Emenda nº 01 – CE)


Dê-se ao art. 1º do PLS nº 387, de 2007, a seguinte redação:

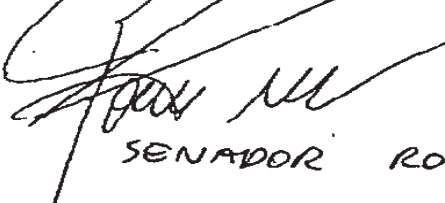
“Art. 1º O art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 47 47

.....
.....
§ 5º O controle de frequência fica a cargo da instituição de ensino superior, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida, para aprovação em cada disciplina, a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas. (NR)”

Sala da Comissão, em 28 de outubro de 2008.

 SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
, Presidente

 SENADOR ROMEU TUMA
, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 387/07 NA REUNIÃO DE 28/10/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Archie A. SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE <i>Renato Casagrande</i>	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	4- VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- MARCO ANTÔNIO COSTA <i>Marco Antônio Costa</i>
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	RELATOR <i>Marconi Perillo</i>
MARISA SERRANO <i>Marisa Serrano</i>	7- CÍCERO LUCENA
PAPALÉO PAES	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
FLEXA RIBEIRO	9- SÉRGIO GUERRA
	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	(VAGO)
----------------------------------------	--------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 351/07

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOAO PEDRO				
FATIMA CLEIDE	X				MARINA SILVA				
PAULO PAIM	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVAITI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INACIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE				X	MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOAO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP	X				VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBAO FILHO					(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA				
HERÁCLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINIO DE CARVALHO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					MARCO ANTONIO COSTA	X			
ROSALBA CIARLINI					ROMEL TUMA				
MARCONI PERILLO					CICERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO					LUCIA VANIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 46 SIM: 14 NÃO: 32 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1


 SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
 Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 / 02 / 2008

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 357/07 EMENDA

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS					PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO					JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE	X				MARINA SILVA				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
IDELI SALVATTI	X				FRANCISCO DORNELLES				
INACIO ARRUDA	X				MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA				
JOÃO RIBEIRO					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUIP	X				VALTER PEREIRA	X			
PAULO DUQUE					JARBAS VASCONCELOS				
LOBÃO FILHO					(VAGO)				
GERSON CAMATA					NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA				
HERACLITO FORTES					(VAGO)				
VIRGINIO DE CARVALHO					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				JOSE AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					MARCO ANTONIO COSTA	X			
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO					CICERO LUCENA				
MARISA SERRANO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES					SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				(VAGO)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					(VAGO)				

TOTAL: 15 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: *Luiz A.*

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SALA DAS REUNIÕES, EM 28/10/2008

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 387/07 SUBEMENDA

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PPS)	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNS	PATRICIA SABOYA GOMES	X								
AUGUSTO BOTELHO	JOÃO PEDRO									
FATIMA CLEIDE	MARINA SILVA	X								
PAULO PAIM	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X					X			
IDELI SALVATTI	FRANCISCO DORNELLES	X								
INACIO ARRUDA	MARCELO CRIVELLA									
RENATO CASAGRANDE	MAGNO MALTA	X								
JOÃO RIBEIRO	JOÃO VICENTE CLAUDINO									
TITULARES - PMDB	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO	ROMERO JUCA									
GILVAM BORGES	LEOMAR QUINTANILHA									
MÃO SANTA	PEDRO SIMON	X								
VALDIR RAUPP	VALTER PEREIRA	X					X			
PAULO DUQUE	JARBAS VASCONCELOS									
LOBÃO FILHO	(VAGO)									
GERSON CAMATA	NEUTO DE CONTO									
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM - PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)	ADELMIR SANTANA									
HERACLITO FORTES	(VAGO)									
VIRGINIO DE CARVALHO	GILBERTO GOELLNER									
MARCO MACIEL	JOSÉ AGRIPINO	X								
RAIMUNDO COLOMBO	MARCO ANTONJO COSTA						X			
ROSALBA CIARLINI	ROMEU TUMA									
MARCON PERILLO	CICERO LUCENA									
MARISA SERRANO	EDUARDO AZEREDO	X					X			
PAPALEO PAES	SERGIO GUERRA									
FLEXA RIBEIRO	LÚCIA VANIA									
TITULAR - PTB	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	(VAGO)	X								
TITULAR - PDT	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	(VAGO)									

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

Milha F.

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 / 10 / 2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

TEXTO FINAL**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387 DE 2007**

Altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir, na educação superior, a frequência mínima exigida para aprovação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art.47.....

.....

§ 5º O controle de frequência fica a cargo da instituição de ensino superior, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida, para aprovação em cada disciplina, a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de outubro de 2008.

Senador
Presidente

Senador
Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adin 3324-7, de 2005
Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

Of. nº CE/122/2008.

Brasília, 28 de outubro de 2008.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Wilson Matos que, “Altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir, na Educação Superior, a frequência mínima exigida para aprovação”, com a subemenda de redação à emenda oferecida.

Atenciosamente,



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A Sua Excelência o Senhor
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal
NESTA

Documentos anexados nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ROMEU TUMA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 387, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, tem por finalidade fixar em 85% (oitenta e cinco por cento) a frequência mínima para a aprovação de estudantes do ensino superior.

Com a medida, o proponente tem em vista promover a melhoria da qualidade do ensino superior, mediante a elevação do tempo dedicado, pelo estudante, às atividades propriamente acadêmicas.

Encaminhado a esta Comissão para decisão em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O constante aprimoramento da qualidade do ensino erige-se em objetivo estratégico de forte conteúdo humanista, no Brasil atual. A nobre aspiração, ademais, consta do texto da Constituição Federal, repositório das mais elevadas esperanças do povo brasileiro, há cerca de duas décadas. ,

O PLS nº 387, de 2007, encerra a legítima intenção de melhorar o aprendizado no ensino superior pela elevação da frequência mínima dos estudantes nas aulas ministradas, em todas as instituições de ensino superior brasileiras.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, cumpre sublinhar que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), em seu art. 24, inciso VI, estabelece frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas para a aprovação no ensino básico, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A exigência justifica-se em fase formativa da juventude, que necessita assimilar conteúdos para avançar nas muitas etapas da educação formal.

No que tange a educação superior – freqüentada por adultos em regra responsáveis por seus projetos e escolhas individuais –, a LDB não estabelece frequência mínima. O art. 47 limita-se a impor, no *caput*, um patamar mínimo de duzentos dias de trabalho acadêmico.

No § 2º do mencionado artigo, consta, inclusive, a possibilidade de abreviação dos cursos para os estudantes que apresentem “extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos”, perante banca examinadora especialmente constituída para exame dos conhecimentos dos postulantes.

Note-se, portanto, que os formuladores da LDB, conscientes de que a educação superior normalmente ocorre em fase economicamente ativa para a maioria dos estudantes, optou por não enrijecer em demasia os critérios formais de aprovação. O art. 47, em seu § 3º, limita-se a estabelecer que tanto os alunos quanto os professores estão obrigados a freqüentar os cursos, à exceção dos programas de educação a distância.

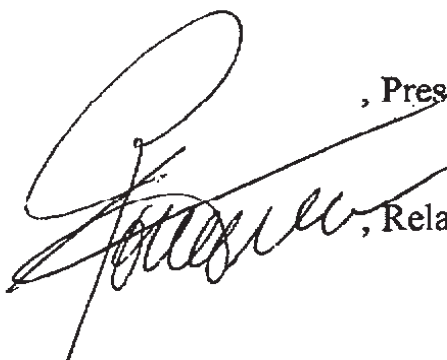
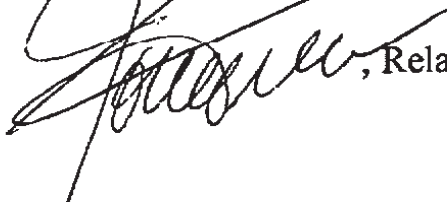
Muitos graduandos, ademais, devem conciliar os estudos não apenas com suas atividades laborais, mas também com a vida familiar, situação legítima que, no entanto, pode se tornar inviável, se as exigências de comparecimento às aulas forem elevadas excessivamente.

A educação no Século XXI, imersa nas possibilidades criadas pela era da informação, caminha para novas formas de aprendizado a distância, graças a ferramentas imprescindíveis, como a *Internet*, em processos educativos eficazes, em que a presença física do estudante em sala de aula será menos crucial.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator

EMENDA Nº 01-CE

Dê-se ao Art. 1º do PLS 387 de 2007, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 47

§ 5º - O controle de frequência ficará a cargo da instituição de ensino superior, conforme o disposto no seu regimento, e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida, em cada disciplina, a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas.”

Sala da Comissão, 05 de agosto de 2008



Senador **FLÁVIO ARNS**

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ROMEU TUMA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 387, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, tem por finalidade fixar em 85% (oitenta e cinco por cento) a frequência mínima para a aprovação de estudantes do ensino superior.

Com a medida, o proponente tem em vista promover a melhoria da qualidade do ensino superior, mediante a elevação do tempo dedicado, pelo estudante, às atividades propriamente acadêmicas.

Encaminhado a esta Comissão para decisão em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O constante aprimoramento da qualidade do ensino erige-se em objetivo estratégico de forte conteúdo humanista, no Brasil atual. A nobre aspiração, ademais, consta do texto da Constituição Federal, repositório das mais elevadas esperanças do povo brasileiro, há cerca de duas décadas.

O PLS nº 387, de 2007, encerra a legítima intenção de melhorar o aprendizado no ensino superior pela elevação da frequência mínima dos estudantes nas aulas ministradas, em todas as instituições de ensino superior brasileiras.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, cumpre sublinhar que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), em seu art. 24, inciso VI, estabelece frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas para a aprovação no ensino básico, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A exigência justifica-se em fase formativa da juventude, que necessita assimilar conteúdos para avançar nas muitas etapas da educação formal.

No que tange a educação superior – freqüentada por adultos em regra responsáveis por seus projetos e escolhas individuais –, a LDB não estabelece freqüência mínima. O art. 47 limita-se a impor, no *caput*, um patamar mínimo de duzentos dias de trabalho acadêmico.

No § 2º do mencionado artigo, consta, inclusive, a possibilidade de abreviação dos cursos para os estudantes que apresentem “extraordinário aproveitamento nos estudos. No entanto sabemos que o Brasil necessita de uma comunidade universitária sólida e próspera, as instituições de ensino superior operam numa atmosfera de novas e crescentes necessidades, impostas por um ambiente cada vez mais globalizado e em constante evolução.

É de conhecimento que precisamos ampliar o contingente de representantes da inteligência nacional com qualidade, mesmo sabendo que a educação superior ocorre em fase economicamente ativa e que a maioria dos estudantes também são trabalhadores.

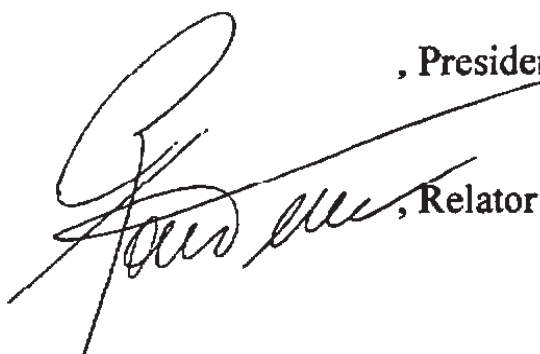
Contudo, para uma maior qualidade do ensino é fundamental que se crie uma norma legal para obrigar a freqüência dos alunos em sala de aula, sem essa transformação, o modelo a se perpetuar é o de uma nação na qual a educação e o conhecimento são privilégios de uma minoria desconectada dos verdadeiros anseios nacionais, apesar da educação no Século XXI está imersa nas possibilidades criadas pela era da informação.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº CE/122/2008

Brasília, 28 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Wilson Matos que, “Altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996, para definir, na Educação Superior, a frequência mínima exigida para aprovação”, com a subemenda de redação à emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007**, seja apreciado pelo Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 23 minutos.)

Ata da 14ª Sessão não Deliberativa em 26 de Fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, Mão Santa, João Pedro e Eduardo Suplicy

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 6 minutos, e encerra-se às 17 horas e 45 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Declaro aberta a sessão de quinta-feira, 26 de fevereiro de 2009, às 14 horas e 06 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Senadoras e Senadores, Padre Antônio Vieira diz que “palavra sem exemplo é um tiro sem bala”. O exemplo arrasta. E ontem o nosso Presidente José Sarney deu esse grande exemplo. Talvez no mundo nenhum Congresso... Eu acho que, na história do Brasil, também poucas vezes o Congresso funcionou na Quarta-Feira de Cinzas. E hoje, com muita emoção, li o jornal que, também com sua eficiência, reproduzia a sessão de ontem, aberta às 14 horas pelo nosso exemplar Presidente, Senador Sarney. Vários oradores por aqui passaram e debateram os problemas do nosso País.

Há oradores inscritos.

Convidamos para usar da palavra, por permuta com o Senador Geraldo Mesquita, cavalheiro, a Senadora Marisa Serrano, que é professora, do Mato Grosso do Sul, do PSDB, uma encantadora mulher brasileira.

V. Exª pode usar da palavra pelo tempo que desejar.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero agradecer as suas palavras, quero agradecer ao Senador Geraldo Mesquita pela oportunidade desta troca comigo e gostaria aqui de, em cumprimentando a todos, como fizemos ontem, falar de outro assunto que está me preocupando tanto e que preocupa todos os brasileiros.

Neste carnaval, que oficialmente acabou ontem - embora na Bahia, em Pernambuco, do Senador Marco Maciel, deve haver algum bloco na rua ainda -, algo atípico aconteceu: todos os jornais e revistas estamparam o problema das invasões de terra, que aconteceram justamente durante o carnaval. A mais séria delas e a maior delas, talvez não a mais séria, mas a maior delas foi o carnaval vermelho, em que várias

organizações ditas sociais invadiram o Pontal do Paranapanema, no oeste de São Paulo, na fronteira com o meu Estado, ali na beira do rio Paraná. Duas mil pessoas participaram das invasões. Vinte e três fazendas foram invadidas em dezesseis municípios.

Quem participou dessa invasão ou dessas invasões?

Os dissidentes do MST: o Mast (Movimento dos Agricultores Sem Terra), o Uniterra (Brasileiros Unidos pela Terra), o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Que fazendas eles invadiram?

As fazendas que estão em processo de desapropriação pelo Incra e aquelas fazendas, a maioria delas, que eles acharam que eram improdutivas, sem que a lei desse o resultado final dos levantamentos feitos.

Coloquei essa do carnaval vermelho, cujo líder do movimento, o Rainha, já foi preso, que todo Brasil conhece pelas seguidas invasões que ele tem feito, não só em São Paulo, mas instigado em todo o País. Mas quero também dizer: foi só essa? Não. Mais do que essas todas que nos indignaram em São Paulo, aconteceu também em Pernambuco, a terra do Senador Marco Maciel, com quem eu estava falando há poucos minutos, no sábado de carnaval também.

O que aconteceu em Pernambuco? Numa cidadezinha que eu não conhecia, Senador Marco Maciel, o chamado Município de São Joaquim do Monte, a 137 quilômetros do Recife, quatro pessoas foram mortas pelos invasores. Dois foram presos, os que praticaram o assassinato, e vários estão foragidos.

Qual foi a organização que comandou essa invasão? O MST.

Isso, Senador Marco Maciel, aperta o coração da gente. Essa foi outra questão inaceitável, porque não dá para imaginarmos que a posse da terra seja mais importante do que uma vida, ainda mais quando são quatro vidas. E não estou aqui querendo dizer que nós estamos de um lado ou de outro. Eu não estou do lado de quem invade, como também não estou do lado de quem se arma para, na bala, segurar os invasores. Mas não pode continuar do jeito que está.

Eu concedo o aparte ao Senador Marco Maciel, mas depois eu quero falar de mais duas invasões que aconteceram no carnaval: uma, no oeste do Paraná; e a outra, no meu Estado, em Mato Grosso do Sul.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a traz a debate da Casa assunto momentoso que se caracteriza sobretudo pela ação do MST e de outras instituições que agem paralelamente a esse movimento com relação à questão fundiária brasileira. Com muita oportunidade, V. Ex^a lembrou o que ocorreu, na semana passada, no Município São Joaquim do Monte, no agreste de Pernambuco, próximo da capital, a 137 km. Devo observar que a invasão das terras foi seguida de ação muito violenta, que levou a óbito quatro pessoas que defendiam a propriedade então sendo invadida. V. Ex^a salientou muito bem que não estamos aqui para defender os invasores da terra, mas, tampouco, para considerar legítima a ação de proprietários ou de pessoas armadas que se oponham a isso. Uma coisa é relevante destacar: se queremos consolidar o Estado democrático de direito que foi e é a grande aspiração da Constituição de 1988, precisamos fazer com que a lei realmente prevaleça sempre na solução de todos os conflitos. Só assim consolidamos uma democracia verdadeiramente compatível com as aspirações do País, o grande objetivo dos constituintes de vinte anos atrás. Daí porque quero dizer que V. Ex^a situa muito bem a questão, que está a exigir a atenção do Congresso e também do Poder Executivo Federal. Portanto, o discurso de V. Ex^a, Senadora Marisa Serrano, é extremamente importante, pois avalia com competência, posto que o seu Estado tem sido alvo de não poucas invasões também.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Marco Maciel. Agradeço as sábias palavras de V. Ex^a.

Quando V. Ex^a fala do Estado democrático de direito, lembro-me de que fiquei muito mais tranquila ao ouvir o Presidente do Supremo, Ministro Gilmar Mendes, ontem à noite, falando sobre as invasões de terra, não só de Pernambuco, mas do Pontal do Paranapanema. O Ministro dizia justamente isto que V. Ex^a disse aqui, que não pode um Estado, seja qual for – aí falo de Estado como Nação –, aceitar esse tipo de invasão que estamos vendo no nosso País há mais de vinte anos. Aliás, desde 1980 estamos vendo esse tipo de ação sendo desenvolvida.

Que país pode dizer que é culto, de Primeiro Mundo, democrático, mas que aceita esse tipo de ação, como continuamente nós estamos aceitando?

Já passou do tempo, Senador Mão Santa, de se tomar uma medida contra isso. Eu pedi para levantar

todos os projetos que estão nesta Casa e no Congresso Nacional a respeito de organizar, de apoiar e ajudar o Governo Federal. Se o Incra, a Funai e Ministérios não têm condições de nos colocar para o País uma proposta de reforma fundiária exequível, este Congresso tem que dar voz a milhares de pessoas que estão inseguras neste País.

E o Ministro Gilmar Mendes ontem disse, com muita sabedoria, que não aceita esse ataque ao Estado de direito, como não aceita também que o Governo Federal coloque recursos, milhões, Senador Marco Maciel – fiz esse levantamento –, milhões na mão desses ditos movimentos sociais para fazer as invasões.

O que nós queremos? É que o povo brasileiro que queira realmente trabalhar a terra tenha o direito de trabalhar. E o Governo e nós temos a obrigação de auxiliar aqueles que querem tirar da terra o seu sustento. Mas queremos também proteger aqueles que têm legitimamente a sua terra, que são produtores, que estão ajudando este País, que são realmente as pessoas que aguentam toda a âncora comercial brasileira, pois, numa época de crise como esta, é onde nós vamos nos segurar para que o Brasil continue dando a todos os brasileiros condições de sobrevivência. Nós temos que equilibrar essas duas forças. Nem um lado, nem o outro. E nenhum lado pode usar da violência. O dia em que nós aceitarmos que a invasão, a violência for algo comum, natural e normal, nós estaremos quebrando o Estado democrático de direito pelo qual o Brasil tem lutado tanto.

Mas aí eu quero também citar, como eu estava dizendo aqui, os outros dois Estados que foram alvo de invasão neste final de semana. No Paraná, uma cidade chamada Santa Tereza do Oeste, dois mortos e sete feridos. Foi a terceira invasão na empresa Syngenta, que realiza pesquisas com sementes transgênicas. No Pontal do Paranapanema, já perderam a conta do número de invasões. Há fazendas ali que foram invadidas vinte vezes. Se a gente não tomar uma ação, se o Governo não tomar uma ação, se nós não ajudarmos, o que vai virar este País? Como é que vão confiar no Governo? Como vão confiar no Congresso?

E eu me admiro, mas eu admiro muitíssimo, de o Presidente Lula ter mais de 80% de aprovação, com a instabilidade que nós estamos tendo neste País.

E Mato Grosso do Sul? Mato Grosso do Sul não foi o sem terra. Em Mato Grosso do Sul, foram os índios. Não sei se todos sabem, mas a segunda maior população indígena do País está em Mato Grosso do Sul. No distrito de Agachi, na aldeia Cachoeirinha, invadiram uma propriedade. Pela primeira vez, Senador Geraldo Mesquita, nós vimos uma coisa que nos estremeceu: índios que invadiram depredando, arriscando

vidas, tentaram sequestrar o proprietário. Os índios nunca fizeram isso no meu Estado. Não dessa forma. Eu não sei o que está por trás disso.

É claro que nós queremos que os índios da Cachoeirinha tenham mais terra. É necessário? É necessário! Eles hoje têm lá 2.868 hectares. A Funai está propondo e reivindicando 36.288 hectares. De 2 mil hectares para 36 mil hectares, nós vamos ter muita guerra e muita briga. É um país dentro de Mato Grosso do Sul.

Eu quero dizer: essas desapropriações de terra, seja para os agricultores sem terra, seja para as nações indígenas, estão dando certo no País? Os nossos assentamentos estão dando certo?

Eu quero falar de um. E já falei hoje para Ponta Porã, que é uma cidade lindíssima que nós temos na fronteira seca com o Paraguai. Eu falo que uma das coisas mais bonitas são as duas bandeiras hasteadas lado a lado quando você chega em Ponta Porã, porque as duas cidades são gêmeas. Mas Ponta Porã tem um assentamento que é um dos maiores do Brasil. É a maior fazenda de produção de soja do País era a fazenda Itamarati, que talvez alguém se lembra que era de propriedade de Olacyr de Moraes. A maior fazenda de soja do País!

Em 2000, 25 mil hectares foram adquiridos pelo Governo Federal para assentamento. Houve pressão, violência. Foram assentadas as famílias. Era uma fazenda modelo para o mundo, com aeroporto, escolas, hospital, toda uma estrutura de primeiro mundo. Foram entregues 25 mil hectares para 1.143 famílias.

Em 2004, o Governo Federal comprou mais 25 mil hectares – então, são 50 mil hectares –, e esses outros 25 mil hectares para 2.048 famílias. Cinquenta mil hectares de terra! Se a agricultura familiar estivesse realmente produzindo na proporção das terras, que são de primeiríssima qualidade, já estaria ótimo, valeria o esforço. Mas não é verdade, não é assim que está acontecendo lá. Eu já denunciei aqui os casos da fazenda Itamarati, de drogas, prostituição, fechamento de estradas – as estradas vivem fechadas –, gente pedindo dinheiro para cá, pedindo dinheiro para lá. Virou um acampamento de pessoas boas – não estou dizendo que todas vivem do ilícito. Há pessoas que realmente trabalham, há pessoas que merecem ser assentadas, que merecem o apoio. Mas não adianta, Senador Geraldo, entregar a terra sem ter ali um apoio realmente efetivo de quem trabalha com a terra. Nós precisamos de técnicos agrícolas, precisamos de maquinário. Nós sabemos que, para conseguir uma patrulha mecanizada, é um absurdo, um trabalho insano. Agora, sem ter maquinário hoje em dia? Sem

ter a tecnologia a seu lado? Sem ter gente experiente para lhe dar a mão, para lhe dizer o rumo?

E, mais do que isso, Senador Marco Maciel, Senador Mão Santa, não é só produzir: nós temos que garantir a comercialização também e o escoamento da produção. Eu falei com Ponta Porã hoje, na rádio, sobre isso, sobre uma Zona de Processamento de Exportação; por quê? Porque Ponta Porã tem um dos três aeroportos internacionais de Mato Grosso do Sul. É uma cidade que é a nossa guardiã da fronteira. E nós precisamos, sim, de apoio, não só em Ponta Porã, mas nos milhares de assentamentos que existem neste País.

Não tenho aqui todos os dados, mas eu gostaria de saber se, quanto a todos os assentamentos deste País, o Incra tem essa resposta para nos dar. Aliás, vou me lembrar de fazer um requerimento ao Incra, perguntando quantos assentamentos temos e quantos são produtivos, porque não adianta tirar a terra de um produtor dizendo que é improdutivo se vamos dar a alguém com quem continuará improdutivo. Há outra causa ainda que me preocupa: pessoas que não são afeitas à terra, e acampamentos sobre os quais sabemos de gente lá que só tem a terra para passar a outros, para vender, para especular. Então, há de se fazer algo neste País.

Mas não foi só o que disse o Ministro Gilmar Mendes ontem que me tocou. Na quarta-feira de cinzas, a CNBB lançou a campanha da fraternidade. E qual é o tema da campanha da fraternidade deste ano? É justamente a violência. A violência pública. A fraternidade e a violência pública. Quem é católico vai trabalhar o ano todo com esses preceitos, discutindo a violência, que não pode ser só coibida pelos órgãos repressores. A violência tem de ser combatida pelo cidadão brasileiro e debatida nas escolas, nas universidades, onde nós a estamos vendo. Nestes dias, falei aqui dos trotes universitários, de violência em todo o País com jovens.

Precisamos dar rumo a este País para que a gente não precise, todos os anos, discutir questões como essas. Eu disse ontem, Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita, Senador Marco Maciel e tantos outros que estão me ouvindo, que tenho certeza de que, nesta Casa, nós precisamos mudar um pouco a nossa linha de atuação: fazer um levantamento de todos os projetos que estão aqui e que são necessários para o País, que podem mudar a cara do Brasil, que podem forçar o Governo Federal a tomar um outro rumo. E essa é que tem que ser a nossa boa luta e boa briga. Aí eu tenho certeza de que a população brasileira vai nos entender e nos compreender mais.

A questão das invasões de terra é algo com que não podemos compactuar. Nós não podemos aceitar algo que acontece neste País. E não podem dizer que, porque havia um carnaval, resolveram fazer um carnaval no campo - e o carnaval da violência, o carnaval do ódio. Não é isso o que nós queremos. Nós queremos um país fraterno, como prega a CNBB, um país de irmãos, um país onde quem precisar de terra para poder produzir que a tenha, mas não através da violência, não através das invasões.

Se nós não aceitamos que invadam o Congresso, como não aceitamos o que aconteceu, no ano retratado, aqui, como não aceitamos que invadam as nossas casas, como não aceitamos que atentem contra um dos nossos familiares, nós não podemos aceitar o que está acontecendo neste País.

Era esse o meu libelo, a minha voz, Sr. Presidente. Eu espero que, juntos, possamos fazer mais do que falar e possamos, realmente, mostrar à Nação o quanto nós podemos ajudar num processo como esse. Agora, há que se fazer alguma coisa, e nós temos a obrigação de dar um retorno à sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o pronunciamento da Senadora Marisa Serrano, advertindo o Brasil sobre a violência e apoiando a Campanha da Fraternidade, e ainda apoiando a firmeza do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, chamamos para usar da palavra o Senador Marco Maciel, Senador por Pernambuco, do Democratas.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente. V. Ex^a, falando, é um ensinamento de decência a este País. Então, jamais poderemos frear a decência.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Presidente desta sessão, Senador Mão Santa, Sr^a Senadora Marisa Serrano, Senador Geraldo Mesquita, a quem quero agradecer a deferência da permuta do tempo, Senador Adelmir Santana, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje insistir em um ponto que acho fundamental, sobretudo porque estamos iniciando uma nova Sessão Legislativa. Reporto-me à questão das reclamadas e sempre adiadas reformas políticas.

Como sabemos, a democracia e as formas republicanas de governo tendem a se expandir em todo mundo, sobretudo após o fim da chamada Guerra Fria, que foi um conflito que se prolongou durante mais de 40 anos, no fim da Segunda Grande Guerra Mundial, e que somente se encerrou, teve sua certidão de óbito, com a queda do muro de Berlim, que dividia os chamados países da cortina de ferro, capitaneados pela União da República Socialista Soviética, e, de outro

lado, basicamente o mundo democrático. Temos de observar que o fim da guerra fria foi comemorado no mundo todo e teve como símbolo, insisto, a queda do muro de Berlim, que levou um grande pensador alemão, Ralph Dahrendorf, a escrever um ensaio denominado *Revolução Européia*, de 1989.

Muito contribuiu ou vem contribuindo para que a democracia prepondere em todo mundo o fato de vivermos uma onda globalizadora, graças às tecnologias das comunicações e do conhecimento. A informação se dissemina em todo o mundo e, dentro desse processo de mundialização, ocorre naturalmente a difusão dos princípios democráticos, a luta para que todos os países vivam sob o chamado estado democrático de direito. A ONU, que surgiu no pós-guerra, em 1945/1946, e que começou com apenas 51, hoje abriga perto de 200 países-membros, o que significa dizer que concorre para que a democracia triunfe cada vez mais.

No livro *O Futuro da Democracia*, Norberto Bobbio, cujo centenário de nascimento é celebrado este ano, observara que “Democracia é definida como um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Praticar eleições livres é essencial. Quanto a isso não há nenhuma discussão, contudo, para que sejam efetivamente democráticas, elas devem ser periódicas, competitivas, livres e não manipuladas.

Sob esse aspecto, o Brasil avançou muito, porque assegurou a universalização do voto obrigatório e a Constituição de 1988 admitiu, que maiores de dezesesseis e menores de dezoito anos e pessoas que tenham ultrapassado os setenta anos exercitem o direito ao voto facultativamente. A apuração eletrônica dos votos foi um salto muito significativo, sobretudo se considerarmos que o Brasil é um dos maiores colégios eleitorais do mundo ocidental. Somente os Estados Unidos da América do Norte possuem eleitorado superior ao do Brasil, obviamente por terem uma população perto de trezentos milhões de habitantes, enquanto que a nossa se aproxima dos duzentos milhões de habitantes.

Se quisermos recuar um pouco no passado, vamos verificar que, em 1830, nos pródromos do sistema representativo, na Inglaterra, os eleitores representavam apenas 2,3% da população; na Suécia, em 1860, 5,7%; nos Países Baixos, em 1851, 2,4%; em Luxemburgo, em 1848, apenas 2%. Isso mostra como era restrita a participação do eleitorado na formação do governo.

Em todos esses países, como no Brasil, nesse campo, praticava-se a chamada democracia censitária. O Brasil vota desde muito cedo. Em 1821, nós votávamos para eleger os representantes brasileiros às

Cortes Constituintes de Lisboa. O eleitorado masculino, posto que as mulheres não votavam, em 1872, data do primeiro censo demográfico feito no Brasil, cerca de 11% da população adulta podia votar. À época do voto era censitário no Brasil só podiam votar os de renda mínima anual de 100 mil réis.

Na maioria dos países, a universalização mesmo restrita aos homens veio mais tarde: em 1893, na Bélgica; em 1918, na Dinamarca; na Finlândia, em 1906; na Inglaterra, em 1918; na Itália, em 1919; na Noruega, em 1913; nos Países Baixos, em 1917; e, na Suécia, em 1921.

No Brasil, já praticamos a chamada democracia participativa, em razão dos novos instrumentos acolhidos no texto constitucional de 1988: a soberania popular exercida não apenas pelo voto, mas também através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.

Esse sufrágio, através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, depende menos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário do que da sociedade. Foi um passo extremamente positivo, na medida em que asseguramos não somente, com a Constituição de 1988, o estado democrático de direito, mas também conseguimos, começar a praticar essas formas de consulta popular, independentemente das eleições que se processam a cada dois anos.

Temos, Sr. Presidente, de nos conscientizar de que a democracia representativa, tal como concebida e materializada há mais de dois séculos, não exige dos cidadãos pouco mais do que algumas horas de participação a cada dois anos. Ela, mais do que do esforço de qualquer governo, dependerá da natureza cívica e política de cada nação, povo ou sociedade capaz de se mobilizar não só para discutir as aspirações, opções e desafios, mas, sobretudo, encontrar soluções para os problemas da comunidade.

As reclamações sobre a distonia entre os desejos e aspirações que separam os cidadãos de sua representação política nas Casas Legislativas e nos governos – leia-se no Poder Executivo –, não se restringem ao Brasil. Também ocorrem nas mais consolidadas democracias do mundo contemporâneo.

As críticas mais ácidas, amargas e, em grande parte, desoladoras refletem um certo inconformismo com o quadro que se observa. Implicam, muitas vezes, em desesperança, fatalismo e inconformismo.

Somos nós que escolhemos nossos representantes e, em consequência, inevitavelmente nos arrependemos. A democracia ateniense de Péricles diferenciou-se das chamadas democracias participativas. Lá o cidadão se reunia para “decidir”, muitas vezes, como no julgamento de Sócrates, cometendo erros fatais e injustiças incorrigíveis, quando não omissões

insanáveis. Deliberavam, sem “discutir”, sem avaliar, às vezes por impulsos emocionais, quando não por idiosincrasias pessoais.

Convém lembrar outro aspecto essencial dos sistemas políticos contemporâneos. Assim como alguns manifestam o desinteresse ou a aversão à política, como se fosse possível transformá-la, aprimorá-la e refiná-la, mantendo-se alheios a suas práticas sãs e sadias, não é menor a repulsa, por grande parte das pessoas, votar nos partidos.

A democracia moderna é, como recordam os pensadores e especialistas, um “estado partidário” – aliás expressão cunhada por Hans Kelsen, quando disse, no livro intitulado *Democracia: Seu Valor e Sua Natureza*, que o Estado democrático é o Estado partidário.

Não é possível conceber uma democracia apenas sem a existência das instituições intermediárias, que são os partidos políticos. Sem partidos políticos, portanto, a democracia não se realiza em toda sua intensidade. Daí por que é fundamental fortalecer os partidos políticos, como sabem os Senadores João Pedro e Adelmir Santana.

Os partidos – insisto – são instituições essenciais aos sistemas políticos que nem as ditaduras os dispensam, cabendo citar os casos do nazismo na Alemanha, que não dispensou a existência dos partidos – até é bom lembrar, já que falamos no nazismo, que Hitler foi eleito; do fascismo na Itália; do franquismo na Espanha; do salazarismo em Portugal e do stalinismo na antiga União Soviética. Isso mostra que, sem partidos, os sistemas políticos perdem sua funcionalidade e correm o risco de se transformarem, não em instrumentos de democracia, mas em recursos da autocracia.

Sr. Presidente, feitas essas considerações, chamaria atenção para o fato de que, já que estamos iniciando mais uma Sessão Legislativa, devemos dar prioridades às chamadas reformas políticas, que eu até preferiria denominá-las de reformas institucionais. Na realidade, precisamos ter consciência de que, no ano de 2010, teremos eleições gerais e é indispensável que essas reformas ocorram ainda neste ano.

É oportuno lembrar que o art. 16 da Constituição na redação dada pela Emenda nº 4 diz: “A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.”

À ocasião participei das discussões com relação a esse tema. E o grande objetivo era o de fazer com que se evitasse o casuísmo, ou seja, a aprovação de leis às vésperas das eleições. O legislador constituinte derivado houve por bem em preconizar que se vedasse a alteração de normas relativas aos partidos políticos e

aos sistemas eleitorais sem que se respeitasse o prazo de pelo menos um ano antes das eleições.

Com isso quero dizer que ou fazemos as reformas políticas este ano, até o mês de setembro, ou certamente não vamos ter o avanço desejado aprovando as reformas institucionais fundamentais, não somente para fortalecer os partidos políticos, para aprimorar o sistema eleitoral porque não podemos continuar convivendo com o processo que praticamos, ou seja, em listas abertas e, portanto, de forma *sui generis* no mundo. Também precisamos avançar um pouco mais além de alterarmos o sistema eleitoral. Precisamos estabelecer regras que aprimorem os nossos partidos políticos e reduzam o grande número de agremiações. É lógico que, em passado recente, chegamos a ter mais de sessenta partidos políticos. Foi logo após a transição política do Estado autoritário para o Estado democrático de direito, o que ocorreu sobretudo com a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney como Vice-Presidente no exercício da Presidência. A partir daí, surgiram muitos partidos políticos. E era de se esperar que isso acontecesse, porque estávamos saindo do sistema bipartidário, binário, portanto, e muitas agremiações se organizaram.

Hoje esse número diminuiu significativamente, mas ainda temos aproximadamente 27 agremiações partidárias. Ainda é um número extremamente excessivo, sobretudo quando cotejamos com países mais desenvolvidos, que têm número mais reduzido de partidos políticos.

Ouçõ com satisfação o nobre Senador João Pedro, da representação do Amazonas.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Marco Maciel, primeiro quero parabenizá-lo pelo histórico que faz, analisando, num primeiro momento, as questões históricas internacionais até o momento que vivemos no Brasil, a conjuntura, defendendo a reforma política. Lembro que as consequências da II Guerra Mundial proporcionaram à humanidade a construção de organismos internacionais como a ONU. Ou seja, da adversidade, a sociedade tira lições. Também avançamos na democracia. E isso redundou nas lutas nacionais de vários países, principalmente na África, pela independência nacional, na construção da democracia. E, evidentemente, na História do Brasil, considero a década de 80 também um marco importante, não só pela necessidade de o Estado brasileiro tornar-se democrático, mas pela mobilização nacional. Quero destacar nesse processo a consciência nacional, a mobilização da nossa sociedade, da sociedade civil, que redundou na nossa Constituição, com avanços importantes. Há bem pouco tempo, o Brasil viveu o bipartidarismo. Então, acho que nós

avançamos. O que quero destacar? É a participação da sociedade nisso, no debate, a mobilização pelas eleições diretas, a mobilização em construir a nossa Constituição. Todos os segmentos para cá vieram; em quase todos os Estados, tínhamos comitês estaduais pela Constituição, pela Constituinte. Enfim, acho que isso é muito importante. Quero concordar com V. Ex^a e quero dizer da importância da sociedade brasileira tomar para si a necessidade da reforma política. Eu gostaria de destacar algumas instituições que tiveram uma participação recente na mobilização de bandeiras importantes e democráticas no Brasil como a CNBB, a União Nacional dos Estudantes, a OAB, instituições que são reconhecidas e precisam – finalizo – abraçar essa bandeira que V. Ex^a está levantando – mais que uma bandeira, uma necessidade para o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito – da reforma política. Nós precisamos fazer esse debate; não só o Congresso Nacional, não só os partidos, não só as Lideranças como V. Ex^a. O meu Partido, o PT, defende a reforma, tem propostas para participar da reforma política, mas a sociedade brasileira precisa abraçar essa bandeira e contribuir, como contribuiu, ao longo desses últimos anos, no processo de consolidação da nossa democracia. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a. A reforma política é necessária – mais do que isso, ela é urgente – para nós avançarmos, para darmos um salto de qualidade nos avanços democráticos que o Brasil está vivendo nestes últimos anos. Muito obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador João Pedro, agradeço o aparte. V. Ex^a trouxe uma boa contribuição para fertilizar o debate, mas devo salientar que o tempo urge. A próxima semana, quando vamos começar as sessões deliberativas, já estaremos em março. Teremos, então, seis escassos meses para fazer uma reforma que possa entrar em vigor nas eleições de 2010. Portanto, o tempo é curto, sobretudo se considerarmos a significação para todos nós dessas chamadas reformas institucionais.

Continuo insistindo que é totalmente viável esse esforço sem a necessidade, por exemplo, de emendas constitucionais. Muitas matérias que integram o elenco das reformas políticas poderão ser feitas alterando lei ordinária ou complementar. Significa dizer que são textos indispensáveis ao aperfeiçoamento institucional do País e podem ser discutidos e votados pelas duas Casas do Congresso Nacional sem a necessidade de quórum qualificado para muitas das proposições.

Ouçõ, com prazer, o nobre Senador Adelmir Santana, da representação de Brasília no Senado Federal.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Marco Maciel, ouvi, atentamente, a explanação de V.

Ex^a, que faz um histórico das democracias no mundo e, muito especialmente, sobre a questão do voto, e percebi, nitidamente, que o Brasil não se distancia muito, dessa prática, na questão do voto popular, de outros países com culturas muito mais antigas do que a nossa. O senhor fez referência, também, na questão da democracia brasileira, que há outros mecanismos além da representação adquirida através do voto: a questão dos plebiscitos, das emendas populares... Vimos, na própria Constituição de 88, muitas iniciativas de emendas populares, entre elas, inclusive, a que trata da questão da unicidade sindical, do sistema sindical brasileiro, tanto da parte de trabalhadores como de empregadores. V. Ex^a faz referência também à urgência, e o que se faz mister, de se tratar rapidamente da questão da reforma política, que, no entendimento de muitos, seria a mãe de todas as outras reformas. Precisamos avançar em muitas outras reformas aqui no Congresso Nacional. E nessas reformas não podemos esquecer, Senador Marco Maciel, inclusive da questão da possibilidade do financiamento público de campanha, para que não haja grandes diferenças entre aqueles que têm apoio de grupos econômicos fortes ou que dispõem de recursos e outros que, naturalmente, pleiteiam determinadas posições, mas que não são possuidores desses predicados. Outra questão que também me parece salutar – já tratamos disso em outra oportunidade – é a possibilidade de revermos essa questão das suplências em eleições majoritárias, notadamente no que diz respeito à questão do Senado. Não se faz nenhuma referência à questão dos vices: Vice-Governadores, Vice-Prefeitos, Vice-Presidente da República. Entretanto, essa questão de suplência do Senado é sempre levantada. É preciso, portanto, que tratemos disso. Primeiro, levando em conta o grande tempo de um mandato de Senador e a possibilidade de esse Senador, no exercício do seu mandato, disputar eleições que se dão no Brasil a cada dois anos: Prefeito de capital, Governador de Estado, Presidente da República. Daí a necessidade. Às vezes, até penso que dois suplentes, muitas vezes, é pouco, pois em oito anos temos quatro eleições. Há ainda as questões da própria natureza, vamos dizer, do desaparecimento por morte ou coisa que o valha. Então, temos de tratar isso com muito carinho, até porque, havendo eleições a cada dois anos, não tem sentido a figura, não havendo a permissibilidade de o Senador disputar novas eleições nesse interregno, porque é uma eleição majoritária... Caso houvesse uma questão da natureza, de morte ou coisa que o valha, ou renúncia, a proximidade de uma eleição poderia ter a possibilidade de uma nova eleição para o Senado. Então, temos de tratar dessas questões. Eu tenho certeza de que V. Ex^a fez aqui, no

passado, em outra oportunidade, um histórico sobre a questão da suplência de Senadores em outros países e no Brasil. Eu acho que tudo isso passa, urgentemente, por essa reforma a que o senhor faz referência e temos apenas um espaço de seis meses para fazê-la funcionar nas eleições de 2010. Eu me congratulo, portanto, com V. Ex^a, pelo pronunciamento, que é uma aula sobre a democracia brasileira e sobre o voto, que, naturalmente, é necessário que seja aperfeiçoado cada vez mais, através de uma reforma política que urge que façamos. Parabênz V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, nobre Senador Adelmir Santana. Quero dizer a V. Ex^a que, realmente, são questões agudas que estão em jogo. A discussão sobre a reforma política não é uma questão bizantina. É uma questão muito atual e que tem muito a ver com o exercício do voto, com a democracia e com o aprimoramento das instituições republicanas.

Daí porque essa é uma questão, a meu ver, que deve ser tratada com prioridade pelo Congresso, Nacional, que vem sendo cobrado nesse sentido, aqui e alhures.

Para a adequada governabilidade do País, há de se forjar instituições capazes de dar respostas às demandas da sociedade. Essa não é uma questão bizantina, distante do interesse da sociedade, que precisa se mobilizar no sentido de cobrar do Congresso Nacional mais ação com relação às reformas políticas.

Certa feita, o Presidente norte-americano John Kennedy disse – a meu ver com propriedade – que governar é administrar pressões. Ele queria dizer que, obviamente, o governo se move em função das pressões que recebe da sociedade. Isso se aplica não só ao Executivo, mas também e sobretudo ao Legislativo. Devemos, pois, agir rapidamente nesse território e, a partir daí, consequentemente, melhorar o essencial para o País: as condições de governabilidade.

A questão não se limita apenas ao sistema eleitoral, a esse sistema proporcional com listas abertas, que não induz à vertebração de verdadeiros partidos políticos. Precisamos avançar no fortalecimento da Federação. O Brasil é, desde a Constituição de 1891, uma República Federativa, mas há ainda uma grande concentração de poderes na União, em detrimento dos outros entes federativos, Estados e Municípios. Precisamos, por fim, fortalecer as chamadas instituições republicanas, cujos valores vêm sendo erodidos ao longo do tempo.

Isso não começou agora. No começo do século XX, Joaquim Murtinho, um Senador da República que foi Ministro da Fazenda de Campos Sales, disse que era necessário republicanizar a República. Ele sentia

que a República não estava realizando os sonhos de muitos. Foi quando ele disse essa frase que o tornou bastante conhecido: “É necessário republicanizar a República”. Vivemos um outro momento em que se exige o revigoramento das instituições republicanas enquanto sinônimo de cidadania e respeito à vontade da sociedade brasileira.

Daí, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, encerro as minhas palavras fazendo um apelo no sentido de elegermos as chamadas reformas institucionais ou políticas, se assim preferirem, como a grande prioridade desta Sessão Legislativa e que Câmara dos Deputados e Senado Federal se unam nesse esforço.

Sabemos, Sr. Presidente, que o Executivo fez chegar tanto ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, quanto ao Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, sugestões sobre uma reforma política. O Executivo não o fez sob forma de projeto de lei, mas como contribuição – assim entendi –, talvez informal, contendo alguns pontos considerados relevantes. Isso é insuficiente. A meu ver, é necessário que não somente o Legislativo e o Executivo, mas a sociedade se envolva nessa discussão, posto que diz respeito ao fortalecimento da democracia do País e, sobretudo, ao bom desempenho das atividades governamentais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com os nossos cumprimentos, o País agradece as preocupações de V. Ex^a com uma reforma política, que seria, segundo o Senador Adelmir Santana, a mãe de todas as reformas. Mas quero crer, Senador Marco Maciel, que ela sairá antes de setembro. Não há “quando setembro vier”? O nosso Presidente, o estadista Presidente Sarney, aqui falou e na Câmara, que se comprometia com quatro itens básicos: primeiro com a reforma política; com a reforma fiscal; com a criação de uma comissão para acompanhar as complicações da economia universal e com austeridade.

Então, ele já cumpriu. Existe já uma comissão para acompanhar os problemas da economia mundial. Foram indicados cinco autoridades no assunto: o Senador Dornelles, o Senador Tasso Jereissati, o próprio Marco Maciel, o economista Mercadante e Pedro Simon. E também a austeridade, ele está cumprindo, Senador João Pedro. Ele, linearmente, já cortou 10% de todas as despesas. Então, sem dúvida nenhuma, não vai faltar esta, que é a mais importante: a reforma política.

Por uma fidalguia toda especial, o nosso Senador Adelmir Santana, que já tinha sido anunciado, cedeu à nossa Senadora Ideli Salvatti. Ela é do Partido dos Trabalhadores, do Estado de Santa Catarina, e tem título maior: é professora também.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente. Muito obrigada ao Senador Adelmir Santana pela gentileza. Eu tenho um compromisso agora, às 15h30, então pedi, e ele, gentilmente, me cedeu a vez.

Venho hoje, Senador João Pedro, de vermelho e branco, porque só deu vermelho e branco nesse carnaval. Não sei se as pessoas se deram conta, mas a campeã em Porto Alegre foi a escola de samba Imperadores, que, no caso, homenageou o Inter. A escola é vermelho e branco e homenageou um time cuja bandeira é também vermelha e branca. Em São Paulo, Mocidade Alegre, vermelho e branco; no Rio de Janeiro, Salgueiro, vermelho e branco. E, na minha querida Florianópolis, a escola de samba Consulado do Samba foi também campeã, vermelho e branco. O refrão da Consulado é muito bonito: “É um caso de amor que invade o meu peito”.

Acho que estamos todos nesta virada final do Carnaval, tentando retomar os trabalhos. E eu não poderia deixar de homenagear todos que fizeram do Carnaval brasileiro, em todos os cantos, com a diversidade que há em nosso País, essa grande festa de confraternização e alegria da cultura brasileira, da cultura do povo brasileiro, principalmente aqueles que souberam fazer a festa com a alegria, a responsabilidade e a tranquilidade suficientes para que a violência, que infelizmente acaba acontecendo em vários episódios, não se transforme na marca. Que continuemos a ter, como a marca da grande festa do povo brasileiro, a alegria do Carnaval.

Parabenizo todos que participaram, todos os blocos e escolas de samba. Mas, de forma muito especial, eu queria mandar meu abraço carnavalesco, fraterno e querido para os Batuqueiros do Limão, um dos blocos carnavalescos mais antigos do nosso País – de Florianópolis. Ele completou, neste Carnaval, 40 anos. Para nós, é uma grande alegria, porque é um bloco daqueles bem típicos, que se organiza com a família, com a vizinhança e com todos aqueles que gostam de curtir a alegria do Carnaval.

Tive a oportunidade também de participar, no domingo de Carnaval, do Bloco da Pracinha, que, apesar desse nome, Senador Adelmir, colocou, na tarde e na noite do domingo de Carnaval, em Laguna, mais de 250 mil pessoas na rua. Eu não tenho dúvida de que, indiscutivelmente, o maior carnaval de rua do Sul do País é exatamente o singelo Bloco da Pracinha, de Laguna. Foi realmente algo muito emocionante. Estive lá, acompanhando, participando da brincadeira sadia, com os grupos organizados fazendo a sua fantasia e a sua

brincadeira extremamente alegre e de confraternização, como tem que ser o Carnaval para todos nós.

E esse Carnaval, que é da energia, termina, e eu sou colocada na passarela de várias ações do Governo do Presidente Lula, que tem toda relação com energia. Amanhã, o Presidente, o Ministro Edison Lobão e a Ministra Dilma estarão em Florianópolis, inaugurando uma importantíssima obra do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento. Trata-se da inauguração da linha de transmissão de energia para a Ilha de Santa Catarina, a linha de transmissão do Desterro, que é o antigo nome de Florianópolis. E compõem esse complexo de transmissão de energia duas subestações, uma linha de transmissão que teve características absolutamente inovadoras. A primeira delas é que se compõe de um cabo submarino, o que é inédito; nós não temos, na América Latina, nada equivalente, em termos de tecnologia, a esse cabo submarino, que vai passar, vai ligar, vai fazer exatamente a transmissão do continente para a ilha, por baixo, colocado que foi na baía sul de Florianópolis. A outra novidade é que as torres de transmissão – não todas, mas a grande maioria delas – foram colocadas por helicóptero, exatamente para não prejudicar a Mata Atlântica, que, na ilha de Santa Catarina, ainda é bastante significativa, ou para não causar grande dano ao meio ambiente, não prejudicar com estrada, com a subida dos equipamentos, que foram todos colocados na ilha por helicópteros.

Amanhã, o Presidente Lula vai fazer a inauguração disso. Para nós de Santa Catarina é muito importante essa obra, porque tivemos, em 2003 – acho que todos lembram –, um apagão. A ilha ficou praticamente três dias sem energia, porque a antiga linha de transmissão se dava pela ponte, e houve um acidente, um botijãozinho de gás que foi levado para fazer um determinado reparo explodiu, derrubou toda a transmissão de energia e quase colocou em risco a própria viabilidade de utilização da ponte. A partir disso, ficou sendo muito importante essa obra que agora está concluída. Florianópolis está integralmente livre de qualquer risco de apagão, de corte de energia, até porque as duas subestações e a linha de transmissão vão fazer com que Florianópolis seja a última capital do Brasil a estar interligada ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica.

Hoje, no final da manhã, houve uma solenidade extremamente importante no Palácio, quando o Presidente Lula, a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro Edison Lobão e o Presidente interino da Aneel, Dr. Edvaldo, assinaram os decretos de outorga e os contratos de construção da maior linha de transmissão de energia do Planeta. Serão nada mais, nada menos do que

2.375 quilômetros de linhas de transmissão de energia que permitirão que as duas usinas, de Jirau e Santo Antônio, que estão sendo construídas no Estado de Rondônia, possam, por essa linha de transmissão, trazer essa energia, produzida lá em Rondônia, para ser integrada a todo o sistema nacional de distribuição de energia elétrica e, dessa forma, garantir efetivamente que não haja qualquer risco de apagão em nosso País nas próximas décadas.

É muito importante aqui realçar que essa linha de transmissão, que é a maior do Planeta, vai passar por cinco Estados brasileiros: Rondônia, obviamente, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Ela vai ligar Porto Velho a Araraquara, em São Paulo. Esse é o trajeto, o ponto inicial e o ponto final. É uma tecnologia de ponta (estado da arte), com transmissão de energia em corrente contínua e extra-alta tensão.

Portanto, é tecnologia de ponta e coloca inclusive o Brasil na perspectiva de exportar essa tecnologia para outros continentes, para outros países.

Só para ter uma idéia da dimensão, a linha de transmissão maior atualmente existente no mundo é uma linha de transmissão que existe na China e que não chega a ter dois mil quilômetros, e nós vamos construir 2.375 quilômetros de linhas de transmissão.

Algo extremamente importante também é que o leilão para a escolha das empresas que vão fazer os sete lotes da linha de transmissão foi realizado nada mais nada menos do que no dia 26 de novembro de 2008. Portanto, já em plena crise. Portanto, muita gente achando que não ia acontecer o leilão, que não iriam aparecer empresas privadas interessadas em fazer, em participar do investimento e da construção, e nada disso aconteceu. Muito pelo contrário: leilão concorrido, realizado com pleno êxito, inclusive com deságio – deságio médio de 7,5%; deságio máximo de quase 30% – e é um investimento de nada mais nada menos do que R\$7 bilhões. Entre os investimentos na linha de transmissão e nas duas usinas, é um investimento de R\$28 bilhões.

A linha de transmissão vai gerar de imediato, assim que começarem as obras, 17 mil empregos diretos e quatro a cinco vezes esse número de empregos indiretos. Indo, portanto, naquela linha que o Presidente Lula vem insistindo em trabalhar, que é a de nós termos os investimentos, as obras, o andamento daquilo que é importante no País de ser construído, de ser realizado, como forma inclusive de enfrentar e superar rapidamente a crise.

Por isso, eu, que comecei o discurso com a energia do carnaval, estou, agora imbuída da energia daqueles que acreditam no Brasil, que estão apostando que o Brasil é um País que está perfeitamente preparado para

enfrentar e superar esta crise, da qual vai sair com um ganho significativo em infraestrutura, em saneamento, em habitação, em distribuição de renda e em melhoria de condição de vida para a sua população.

Por isso, todos aqueles que se dedicaram à folia nos dias de carnaval tenho certeza de que estão devidamente energizados para que todos nós, todos os brasileiros e brasileiras, estejamos irmanados a continuar fazendo deste País um país que tanto nos orgulha e que tem todas as condições de ser colocado à disposição para o bem-estar da ampla maioria da população.

Por isso, eu agradeço, mais uma vez, a gentileza do Senador Adelmir Santana de me ceder o horário e agradeço ao Presidente também por ter-me dado alguns minutinhos a mais. Vermelho e branco, para comemorar tantas vitórias e tantos campeonatos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ideli Salvatti, quem diria que nós estaríamos juntos. Também, no Piauí, tem a Brasa Samba, minha escola...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Também vermelho e branco, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vermelho e Branco, está aqui...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, só deu vermelho e branco mesmo no carnaval.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...Brasa Samba, bota aí. E eu quero convidá-la para uma vez desfilarmos na Brasa Samba e cantar. Ela é vermelha e branca. Então, está aí, desta vez, eu estou junto com a Senadora Ideli.

Convidamos para usar da palavra, agora, o Senador Adelmir Santana. Ele é Democratas, aqui, do Distrito Federal.

O Estado de origem dele é uma disputa, ainda está *sub judice*. Piauí e Maranhão disputam o nascimento dele, que é no limite ali. Então, tem duas cidades lá disputando. Mas ele aqui é bem acolhido, os piauienses já o têm como um irmão, e aqui há 300 mil piauienses. Eu sei que há maranhense forte, o Presidente Sarney, mas nós somos mais, aqui tem mais voto piauiense do que maranhense. É hora de você decidir se esse cidadão é do Piauí.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – E a predominância, inclusive, na direção da Casa, hoje, é de piauienses.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É. E nós acertamos para o Presidente Sarney porque o avô dele é piauiense de Valença, e nós fizemos essa concessão.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, passado o carnaval, estamos chegando ao mês de março, quando tudo começa a acontecer no País. E, agora, temos pela frente o amadurecimento desta crise econômica mundial...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu peço permissão para interrompê-lo, porque V. Ex^a é tão importante... A disputa se V. Ex^a é piauiense ou maranhense está tão... que o Presidente Sarney adentra. E, ontem, ele deu um exemplo, ele que deu um exemplo na nossa história da democracia, ele que viveu o momento mais difícil da democracia: a transição democrática. Sem morte, sem truculência, só com paciência e tolerância. Trouxe-nos a democracia e paz.

Então, ontem, ele nos deu um grande ensinamento, inclusive a mim. Padre Antônio Vieira segue e diz: “Palavra, sem exemplo, é um tiro sem bala”. O exemplo se arrasta: 14 horas de ontem, Quarta-feira de Cinzas, ele abria o Congresso Nacional.

ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – E nós estamos aqui ao lado do Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Continua V. Ex^a com a palavra.

ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Então, passado o carnaval, Sr. Presidente, estamos chegando ao mês de março, quando tudo começa a acontecer em nosso País. Agora, temos pela frente o amadurecimento dessa crise econômica mundial, que passa a mostrar suas garras no nosso País.

É preciso reconhecer que o Presidente Lula, depois de minimizar os problemas durante algum tempo, passou a assumir uma postura realista, sem destoar do tom otimista, que sempre adota desde o seu primeiro mandato. Ele acredita fortemente que fortemente que o Programa de Aceleração do Crescimento poderá ser um antídoto para a crise, mas já tem feito declarações públicas, reconhecendo que 2009 será o ano “mais delicado e mais perigoso”.

Nessa linha, numa recente viagem ao Nordeste, defendeu todas as obras do PAC, que puderem ser contratadas, para trabalhar 24 horas por dia em três turnos.

Disse também que a orientação é para contratar, a cada momento, mais trabalhadores, “de preferência as pessoas da cidade, da localidade”, como ressaltou.

De volta ao plano macro, o Presidente e todos nós vemos grave crise que já atinge os setores de *commodities*, de siderurgia, mineração, automotiva, **parte das exportações, calçados, têxteis, carnes, segmentos voltados para a exportação e a aviação, os mais afetados, até o momento, pela redução da demanda global.

O caso mais recente e o mais preocupante é o da Embraer, empresa que, mesmo questionada diretamente pelo Presidente Lula, assegurou que não irá recontratar os 4.200 mil funcionários demitidos na semana passada.

A produção da empresa caiu 30% por causa da crise financeira mundial e precisará de dois a três anos para voltar a contratar. Não haverá novas demissões, mas o impacto da primeira leva será sentido nas estatísticas de desemprego e na vida real.

Nos dias de carnaval, o jornal *Folha de S.Paulo* mostrou que os estoques de carros recuperados pelos bancos brasileiros, por causa da inadimplência, atingem cerca de 100 mil veículos, metade da venda de carros novos no País.

Se todos esses carros voltassem para o mercado, somariam, aproximadamente, R\$3,5 bilhões. Este, pelo menos até agora, é o valor de nossos *subprimes*. Os principais bancos que financiam veículos relatam que o volume de recuperação cresceu de 20% a 30% desde o início de setembro de 2008. Este volume de recuperação é associado à alta da inadimplência.

É um quadro diagnosticado pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de Munique, quando essas entidades afirmam que o Brasil entrou em ambiente econômico de recessão, conforme critério adotado pela Sondagem Econômica da América Latina.

A pesquisa consultou 137 especialistas em 16 países da região, que indicaram agravamento da situação atual da economia brasileira e das expectativas nacionais para os próximos seis meses.

O Brasil ficou sabendo, em pleno carnaval, que a Cúpula de Líderes do G-20 financeiro, prevista para o dia 2 de abril, em Londres, testará as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, em busca de remédios contra a recessão. O grupo G20, do qual o Brasil faz parte, concentra 90% do Produto Interno Bruto mundial, o PIB mundial.

Sendo assim, o caminho da luz está nas mãos dos dirigentes desses países. No entanto, vemos que, no Brasil, mesmo sem a CPMF, a carga tributária subiu de 36,48% do PIB, em 2007, para 37,58% do PIB, no ano passado. A informação é da Confederação Nacional de Municípios (CNM), amplamente divulgada pela imprensa e sem contestação por parte do Governo. Nesses percentuais, estão inseridos todos os tributos recolhidos compulsoriamente da sociedade e das empresas, o que inclui *royalties*, taxas e cobranças judiciais.

Apesar disso, constatamos que a arrecadação de impostos e contribuições federais atingiu R\$61,4 bilhões em janeiro de 2009, o que representa uma

queda de 7,26% ante o resultado de janeiro de 2008. Mas, certamente, a carga tributária permanecerá elevada, porque o PIB também tem previsão de queda este ano.

Outro dado paradoxal, que gera impactos preocupantes na economia real, é a manutenção dos preços dos combustíveis em níveis elevadíssimos, quando vemos que o barril do petróleo no mercado internacional caiu para níveis próximos dos US\$40.00. Vale lembrar que, em 11 de julho do ano passado – há menos de um ano, portanto –, a cotação esteve na casa de US\$146.00, mais de três vezes acima da atual.

Mesmo assim, o brasileiro continua onerado pelo preço da gasolina num nível quase único no mundo.

Apresentados tantos dados, entramos na real preocupação a ser expressa neste pronunciamento: a falta de crédito para os micro e pequenos empresários e o custo artificial e perverso desse dinheiro.

Apesar dos limites de créditos especiais abertos nos bancos oficiais, notadamente no BNDES, esses recursos, além de caros, não chegam à ponta.

Dados da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) mostram que a taxa de juros para empréstimo pessoal passou de 5,6% ao mês para 5,7% ao mês em 2008. A taxa média para os consumidores elevou-se para 7,57%. O CDC (Crédito Direto ao Consumidor) pulou de 3,05% ao mês para 3,14% ao mês e o juro do comércio foi de 6,3% ao mês para 6,37% ao mês.

Tudo isso depois de tanta promessa do Governo de que haveria facilidades nessa área, inclusive tendo liberado R\$100 bilhões dos depósitos compulsórios, na esperança de que os bancos pudessem flexibilizar suas operações. Ainda temos mais de US\$150 bilhões em depósitos compulsórios.

Ao contrário, o que vemos é uma discussão sem sucesso sobre *spreads* e exigências irrealistas, com pedido de garantias reais de até 130% a empresários de todos os portes, afastando-os do acesso às linhas de crédito.

As pequenas empresas, se tivessem condições de oferecer garantias reais dessa monta, certamente não necessitariam de crédito. Há sempre a esperança de que o Banco Central reduza de forma significativa a taxa Selic, ainda hoje na faixa dos 12,75%.

As previsões especializadas fazem acreditar que, na reunião do Copom do mês de março, a Selic pode cair para 11,75%, e a perspectiva para o fim do ano é de uma taxa próxima da casa dos 10%.

Ainda assim, parece-me tímida essa redução se levarmos em conta termos uma inflação controlada. Portanto, o ganho real é muito elevado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo isso parece muito pouco. Mais de 90% das empresas brasileiras estão na faixa das micro e pequenas, o verdadeiro motor invisível da nossa economia. Apoiá-las deve ser uma preocupação crescente da Nação, sob pena de agravar ainda mais uma crise assustadora.

No início deste mês, quando tomei posse como Presidente do Conselho Nacional do Sebrae, tive oportunidade de fazer discurso mostrando essa urgência ao Presidente Lula. Em resposta, ele mostrou-se sensibilizado e lamentou que grande parte dos recursos disponíveis no BNDES tenha sido destinada prioritariamente para gigantes da economia brasileira, como a Vale e a Petrobras.

O certo é que, embora as obras do PAC possam efetivamente compensar crises em outros setores, torna-se necessário que o Governo quebre a resistência das corporações bancárias e abra crédito facilitado, desburocratizado, barato e amplo para as micro e pequenas empresas brasileiras.

O Sebrae pode ser instrumento ágil e disseminado para levar informação a esses empresários, desde que haja realmente uma política definida, sem subterfúgios nem barreiras, de apoio à economia do dia-a-dia, real, humana e brasileira.

Lamentar as perdas de emprego na Embraer é justo e necessário, mas o Brasil tem um caminho aberto à sua frente para garantir a dinâmica do mercado interno – e este caminho está nos principais empregadores do País, aqueles localizados nas empresas de menor porte, muitas delas de cunho familiar. É a advertência e o pedido que faço neste momento de graves preocupações.

Em artigo publicado, hoje, no jornal **O Estado de S. Paulo**, o consultor econômico Raul Velloso faz considerações, com o título “Melhor reduzir os juros”.

Diz o consultor:

Na crise atual, em comum com as anteriores, houve o choque cambial e o risco de pressões inflacionárias. Em contraste com aquelas, a demanda externa reduziu-se abruptamente e caiu também a parte da demanda interna que mais depende de financiamento bancário, antes de se cogitar de eventual subida da Selic. Já o setor público continuou gastando do mesmo jeito. Em adição, a queda dos preços externos, que é outra novidade da crise atual, ajudou a impedir que o choque cambial, num primeiro momento, pressionasse os preços internos.

Ainda diz o articulista:

À frente, o sistema financeiro voltara à normalidade, ainda que mais concentrado. Difícil será substituir a demanda externa, que, mesmo temporariamente, desapareceu. Como demandar os excedentes de minérios, aviões, etc, que antes iam para países hoje em forte desaceleração? É por isso que, mesmo reinjetando demanda na economia, será impossível evitar queda de produção (e de emprego) nesses setores.

Daí, Sr. Presidente, a minha insistência, vir insistentemente dizendo isso, da necessidade de darmos atenção especial aos pequenos, às pequenas empresas, com os cuidados especiais na concessão de crédito. Ainda a afirmação do consultor Raul Velloso neste artigo:

A melhor saída para ocupar o espaço temporariamente aberto pela crise é a redução da Selic, que melhor e mais rapidamente alcança os vários setores da economia. Em contraste, medidas de alívio específico, definidas sob pressão política ou sob o calor de campanhas que já se iniciam, nem sempre alcançam as áreas mais afetadas, piorando o desemprego.

Além disso, é um tipo de gasto – esses gastos governamentais –, que deveria se concentrar nos relacionados a investimentos, como são os gastos do PAC. Esses, sim, podem ser, a qualquer momento, suspenso desde que a economia volte à normalidade. Além disso, esse é um tipo de gasto que poderá, se for o caso, ser cortado facilmente no futuro, quando a demanda externa voltar.

Portanto, Sr. Presidente, acho que um dos caminhos para se amenizar a questão da crise é valorizar as micro e pequenas empresas brasileiras e facilitar o acesso das mesmas ao crédito no Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a. Concedo a palavra ao Senador João Pedro, do Estado do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo-me hoje de um assunto da mais alta relevância para o Amazonas, Estado que represento, para o Brasil e para a panamazônia.

Refiro-me à recuperação da BR-319, estrada que liga Manaus a Porto Velho, capital de Rondônia, e, conseqüentemente, ao Centro-Oeste e ao resto do

Brasil, que interliga o Estado do Amazonas e o Estado de Rondônia, e conseqüentemente a malha rodoviária nacional. Essa obra amplia as possibilidades de integração dos países amazônicos, porque Manaus já tem uma conexão terrestre com a Venezuela, através da BR-174, e o Acre com o Peru, através da Rodovia Transoceânica, que liga a capital acreana a três portos daquele país.

Estou certo de que ninguém, honestamente, se opõe ao sistema rodoviário como mecanismo de integração local, regional, nacional e internacional. De igual modo, reconheço as preocupações que alimentam o temor de que as rodovias, quando mal planejadas, podem causar danos sociais e ambientais irreversíveis.

Ora, ao que a mim parece é que os programas e projetos de desenvolvimento na e para a Amazônia sempre terão repercussão expressiva. Mas, a meu ver, temos a obrigação de excluir desse debate os interesses escusos e subterrâneos, embora isso não seja tarefa fácil, porque eles se manifestam por meio de discursos e argumentos bem embalados para a opinião pública.

Aqui, prioritariamente, quero expressar as minhas dúvidas sobre idéias definitivas e até apocalípticas sobre a inviabilidade, por prováveis questões ecológicas, da ampliação dos serviços rodoviários na Amazônia. Tais conclusões agridem a inteligência humana e o avanço científico sobre a compreensão da natureza e da sociedade. Primeiro, porque elas se utilizam de padrões já superados por novas tecnologias e por novas formas de governança e gestão públicas. Segundo, porque elas escondem, na radicalidade, interesses obscuros.

O Brasil já não aceita projetos que gerem impactos ambientais irreversíveis ou que causem exclusão e conflitos sociais. O passado recente, no caso das rodovias, nos deu lições suficientes para fazermos a correção de percurso e não repetir os erros e equívocos. Em outras palavras, a BR-319, construída na década de 70, será recuperada para gerar desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ecológica.

Compreendo, Senador Mão Santa, a preocupação das pessoas e das instituições que exigem a garantia de que essa rodovia não servirá ao desmatamento, à poluição dos rios e à exploração das populações amazônicas que vivem sob sua influência. Considero inadmissível e perversa, entretanto, a defesa da inexistência dela, do não aproveitamento de uma rodovia que já funcionou plenamente e que foi abandonada por irresponsabilidade dos governantes anteriores. Na prática, isso significa oferecer dificuldade de inclusão social a mais de três milhões de pessoas que moram nos municípios que serão atendidos pela obra. Representa,

também, empecilho ao desenvolvimento econômico e social dos Estados do Amazonas e de Rondônia; com maior prejuízo ao Amazonas, que se manteria isolado da malha rodoviária nacional.

Srs. Senadores, se não recuperarmos a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (Rondônia), Manaus estará isolada da malha rodoviária nacional!

O Brasil e o mundo precisam compreender que a Amazônia não é um lugar vazio da presença humana. A região, que representa cerca de 61% do território nacional, abriga aproximadamente de 23 a 25 milhões de brasileiros, nas pequenas e grandes cidades e comunidades tradicionais, como as indígenas, ribeirinhas, quilombolas e tantas outras, cuja organização política e social desafia o entendimento dos gestores do Estado brasileiro.

A reconstrução da BR-319 constitui-se num dos inúmeros desafios do Governo brasileiro, em parceria com a sociedade, para a implantação de novos modelos de integração regional. Para que essa nova prática ocorra sem sobressaltos futuros, serão necessárias paciência e determinação, tanto do Governo quanto da sociedade civil organizada, principalmente das pessoas afetadas de forma direta por esse projeto.

É nesse aspecto que parabeno o Governo do Presidente Lula, na pessoa do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e a todos os envolvidos no esforço que resultará na construção da BR-319, sob marcos regulatórios ambientais e sociais amplamente debatidos e mais seguros. Evidentemente, os impactos ecológicos mínimos de uma rodovia de 877 quilômetros, que interliga duas grandes cidades amazônicas, necessitarão de procedimentos científicos confiáveis e também de paciência e bom-senso nas negociações com a sociedade.

Essa é a principal tarefa de casa, e ela vem sendo feita sistematicamente. Os estudos de impacto ambiental e social, por meio dos relatórios EIA-Rima, foram realizados por técnicos e cientistas da Universidade Federal do Amazonas. Esse parecer avaliará o licenciamento do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) dos trechos que ainda dependem desse documento para receber os serviços de restauração, terraplenagem, pavimentação, sinalização e de proteção ambiental. Lembro, para reforçar a minha convicção de que essa obra é conduzida com responsabilidade, que o processo de licenciamento está sendo acompanhado pelas populações afetadas e sob influência da obra por intermédio de audiências públicas.

É possível assegurar que, quando concluída, a BR-319 estará blindada ecológica e socialmente, porque, no percurso dela, serão criadas modalidades de

proteção ambiental e programas de inclusão social. Tais medidas exigem maior presença do Estado brasileiro na região e mais envolvimento das populações locais na defesa dos ecossistemas amazônicos. Essa situação é muito diferente daquela em que foram construídas rodovias na Amazônia na década de 1970, quando o Brasil vivia em um estado de exceção.

Àquela época, vivia-se debaixo da determinação de que a integração da Amazônia às demais regiões do País deveria ocorrer a qualquer custo. Atualmente, estamos desejosos dessa integração, mas haveremos de conquistá-la sob orientação de que jamais repetiremos o cenário de terra arrasada do passado recente.

Sr. Presidente, que fique claro: os povos tradicionais da Amazônia sempre tiveram uma relação de baixíssimo impacto ambiental com as florestas, rios e solos da região. Os atuais níveis de destruição foram patrocinados por frentes extrativistas que agiram ao revés da lei ou que foram orientadas por equivocados e erráticos programas de ocupação e desenvolvimento regional.

O que queremos hoje – repito – é muito diferente desse cenário catastrófico apregoado por setores que se movem por ingenuidade ou por intenção criminosa. Queremos a BR-319 para favorecer a economia regional, para dar opção de ampliação e escoamento dos produtos das indústrias já implantadas nos dois Estados, para atrair investimentos que respeitem as leis ambientais estabelecidas pelo Governo e pela sociedade. Queremos a BR-319 para tirar do isolamento milhares de famílias que estão sem escola, sem assistência à saúde e muito distantes de benefícios que chegarão a elas com mais facilidade pela estrada.

Caros Senadores e Senadoras, digo a V. Ex^{as} que a recuperação da BR-319, que também promove serviços ambientais, desempenhará papel decisivo no aperfeiçoamento do manejo dos recursos naturais em benefício das populações locais. É fácil entender que elas reforçarão suas alianças com o Estado e com a sociedade pelo uso planejado da biodiversidade amazônica. O Estado, por sua vez, desenvolverá ações para que sua política de desenvolvimento sustentado não se torne refém da radicalização pela intocabilidade da Amazônia nem dos gângsteres que a veem como a mercadoria da vez.

Quando defendo a reconstrução da BR-319, cujo investimento do Governo Federal atinge a cifra de US\$697 milhões (recursos que estão previstos no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC), penso também na possibilidade do fortalecimento da agricultura familiar nos Estados do Amazonas e de Rondônia. Entre tantos fatores que a emperram estão as dificuldades de escoamento da produção e de prestação

de assistência técnica às pequenas propriedades. A rodovia recuperada permite que a produção agrícola familiar chegue com maior facilidade aos mercados das pequenas e grandes cidades; da mesma forma que o técnico agrícola, o engenheiro agrônomo, o engenheiro florestal poderão assistir, com mais frequência e menor custo, um número maior de propriedades rurais, em menor tempo.

Penso, de igual modo, na opção que terão as indústrias do Pólo Industrial de Manaus (PIM), a Zona Franca, para receber insumos do sul do País e enviar produtos para os centros de distribuição em São Paulo, principalmente. Atualmente, esse transporte é feito através do rio Amazonas e do rio Madeira ou por via aérea. Para efeito de ilustração desta abordagem, lembro que o PIM possui cerca de 500 empresas, que, em 2008, tiveram faturamento recorde de mais de 30 bilhões de dólares. Registro, também, que esse modelo fabril, que emprega mais de 100 mil operários diretamente na linha de produção, contribui para que 98% da cobertura florestal do 1,57 milhão de km² do Estado do Amazonas estejam intactos, ou seja, a Zona Franca funciona, e a floresta no Estado do Amazonas continua praticamente, por consequência do trabalho fabril, intacta.

A ampliação das possibilidades de manutenção da Zona Franca, portanto, contribui para a preservação da floresta amazônica. A BR-319 se enquadra no leque de logística das indústrias instaladas em Manaus.

Por outro lado, qual não deve ser a ansiedade do comércio das duas capitais para ampliar seus negócios? O Amazonas é um dos maiores consumidores de produtos alimentícios do norte do País. Só em Manaus, nossa capital, residem perto de dois milhões de pessoas, enquanto cerca de 1,5 milhão se espalham nos demais 61 municípios do interior. Rondônia é um dos maiores produtores agrícolas regionais e terá a BR-319 recuperada como meio eficaz para conquistar mais consumidores.

Eu não poderia deixar de destacar a importância dessa rodovia para o intercâmbio cultural entre as cidades da Amazônia brasileira e os demais países amazônicos. A integração do Amazonas à malha rodoviária nacional representa, também, a inclusão de parte representativa dos povos amazônicos na permanente e necessária troca de bens culturais e sociais.

Quero, portanto, que V. Ex^{as} e o povo brasileiro entendam que as populações amazônicas almejam o acesso a bens materiais e culturais que possam elevar sua autoestima e melhorar sua qualidade de vida, mas, de modo singular, agem para que esses benefícios não signifiquem a destruição do meio ambiente.

Por fim, fica o meu apelo para que o Ibama conceda o licenciamento da reconstrução da totalidade da obra o mais rápido possível, sem comprometer os procedimentos técnicos e sem prejuízo das populações que aguardam, há anos, por melhoria de qualidade de vida.

Era o que eu tinha a dizer hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde, em defesa de uma rodovia que, recuperada, só trará o bem para os povos da Amazônia, principalmente para o Amazonas, para Manaus e para o Estado de Rondônia, principalmente sua capital, Porto Velho.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos ao Senador João Pedro, que defende o Estado do Amazonas e a Amazônia e busca despertar a necessidade de estradas.

Quanto a isso, a História nos ensina que Pedro II, em uma de suas viagens à Europa, escreveu uma carta a sua filha e disse: “Isabel, o maior presente que se pode dar a um povo é uma estrada”. Depois, este País teve um Presidente, Washington Luiz, que dizia: “Governar é fazer estradas”. E, por último, Juscelino Kubitschek, que governou tanto a sua prefeitura de Belo Horizonte, o Estado de Minas e o Brasil com o binômio energia e transporte.

Senador João Pedro, convidaria V. Ex^a para presidir, porque eu queria fazer um pronunciamento. Em seguida, o País e São Paulo vão aguardar o Senador Eduardo Suplicy e Geraldo Mesquita, que ainda estão inscritos.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Com a palavra o Senador Mão Santa, como orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, que preside esta sessão, Parlamentares da Casa, brasileiras e brasileiros aqui, no plenário, e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador João Pedro, lamento ter que vir aqui. V. Ex^a, com muito estoicismo, com muita responsabilidade, defendeu uma estrada para a Amazônia, Rondônia a seu Estado, Amazonas. A história nos ensina a importância de estradas, já diziam Pedro II, a sua filha Isabel, Washington, Juscelino e, agora, V. Ex^a,

que tem até o Presidente do seu Partido, o Ministro dos Transportes, que é o Senador que V. Ex^a substitui com muita competência. Igual quando Pelé saiu e todos disseram “perdemos a Copa”, mas apareceu um Amarildo, fez gol e acabamos ganhando. V. Ex^a – eu quero dar um testemunho – tem honrado o mandato. Mas Deus escreve certo por linhas tortas.

Este Brasil foi mal dividido geograficamente. V. Ex^a, Senador João Pedro, falava que o seu Estado tem 71 cidades. Minas tem oitocentas e tantas, e olha o Amazonas é grande. Ô negócio grande! Além da grandeza territorial, da riqueza, da gente, da história. O Piauí também é grande porque é muito comprido. O Brasil todo é mal dividido. Doze Sergipes cabem dentro do Piauí, João Pedro. No Amazonas, não sei quantos Sergipes cabem lá dentro. Então, é um país.

Olhamos o mapa dos Estados Unidos da América e vemos que parece azulejo, mais ou menos quadriláteros com as mesmas dimensões, as mesmas proporções.

O Piauí é comprido, vai do mar onde nasci e adentra a Bahia. Então, eu sou favorável à idéia daqueles que moram no sul, que querem dividir o Estado, pois se acham abandonados. Eu tive essa preocupação quando governava o Piauí, porque saíram de Corrente vários pecuaristas montados a cavalo e adentraram o Palácio do Governo, pedindo a divisão do Estado.

É mais perto vir do sul do Piauí para Brasília do que ir de lá para a Capital, Teresina, resolver os problemas médicos, problemas de trabalho e tal. Essa, talvez, seja uma das razões de Brasília ter 300 mil piauienses.

No sul, querem criar o Estado de Gurguéia – o rio Gurguéia nos lembra o rio Nilo. Eles exigiram, por intermédio do Deputado, líder maior da região, Chico Filho, que eu construíssse uma ponte que levasse a energia, e eu levei. Fiz a ponte do Gurguéia, levei a melhor energia, 230 KWh, porque tive a visão de futuro de que lá ia haver o plantio de soja – São João, Canto do Buriti, Eliseu Martins... Facilitamos a fixação de muita gente no sul, que nos ensinou a plantar grãos, principalmente os de soja. Só num dia, adentrou no Piauí uma Cotrirosa com 300 famílias, João Pedro, e expandiu-se.

Mas, olha aqui o jornal – mostra aí bem grandão; faz de conta que é o Mercadante e bota um *outdoor* –, um jornal livre, e isso é raro no Brasil, o jornal **Diário do Povo do Piauí**: “Estradas do Sul do Piauí abandonadas”. Então, de repente, o sonho de fazer do sul um Estado produtor de grãos o é. Olha, há tanta gente do Sul lá, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina! Eles são da 3ª geração e não têm mais terra, mas têm a vocação dos seus antepassados, e foram para o Piauí produzir e produzem.

“Estradas do Sul do Piauí Abandonadas.” O jornal é de 26 de fevereiro, de hoje. Então, o Governo brasileiro e o Governo do Piauí fazem muita propaganda. Eles estão ainda acreditando no propagandista de Hitler, Goebbels, que dizia: “Uma mentira repetida se torna verdade”. Um quadro vale por 10 mil palavras. É o Piauí do nosso Presidente Luís Inácio e o Piauí do Governo do PT. Agora, é muita mentira. Como mentem! Eles dizem, na propaganda, que o Piauí tem dois aeroportos internacionais. É mentira! Não tem nem um! Eu vim, agora, do meu litoral, onde tinha avião. Eu era criança e eu ia para o Rio de Janeiro. Tinha a Aeronorte, a AeroBrasil, a Cruzeiro, a Panair, e tinha até uma do Pará: Paraense Transporte Aéreo – PTA. Aí, caiu um avião e botaram o apelido: “Prepara tua Alma”. Não tem mais nada! Não tem mais nem teco-teco. E a mentira descarada é que tem. Fica até chato, mas eu vim de lá agora: não tem nem teco-teco.

E o outro aeroporto é em São Raimundo Nonato, o berço do Homem Americano, onde uma professora Niède Guidon, acreditada na Universidade de Sorbonne, descobriu, através dessas escrituras rupestres, que há 40 mil anos esteve o homem americano lá. Olha, esse aeroporto de São Raimundo Nonato... Um dia eu fui lá e encontrei dois jumentos na pista. Tudo o que dizem é mentira! Está aqui: “Estradas do Sul do Piauí Abandonadas”. O que diz o jornal?

Trecho da rodovia do Sul do Piauí, no “Corredor da Soja”, buraqueira e abandono.

As estradas do Sul do Piauí estão abandonadas. A buraqueira torna as rodovias perigosas, tanto em relação ao risco de acidentes quanto ao de assaltos. Faltam sinalização e policiamento. As precárias condições das estradas atrasam e encarecem as viagens. Os carros quebram com frequência. A região enfrenta problemas crônicos também da falta de energia elétrica.

E lá dentro, na página 9, volta lá, o jornal **Diário do Povo**, um jornal livre – e no Brasil um jornal livre é coisa rara. Esse é porque o empresário é muito rico, ele faz comércio, Zezinho, com a China. Então ele é independente e fez um corpo jornalístico independente.

“O contraste da beleza, riqueza e do abandono”. A foto é de Luiz Carlos.

“A riqueza da região Sul do Estado contrasta com o abandono causado pelos governos estadual e federal.”

E aqui tem, além da beleza da plantação de soja, três fotografias: “Estradas abandonadas no sul do Estado”; “Motoristas convivem com os buracos

na estrada” – é uma buraqueira doida, não sei se dá para ver aí. A buraqueira é igual à mentira dessa gente. Estão concorrendo: a buraqueira das estradas do sul e a capacidade de mentir dessa gente. “Famílias tampam buracos em troca de dinheiro.” E aí aqueles menininhos ficam tapando para receber. Daí os assaltos, as dificuldades, os acidentes e também a reportagem bem feita no jornal, falando que não tem luz, e que é um caos. Como acreditar que essa gente tem esse percentual?

O Governador é do mesmo time. Viu? Bota lá! Olha, se o sul do Estado está aqui sem estrada, sem energia... A corrupção nunca campeou tanto no Piauí.

E isto aqui é que é bom: “Um quadro vale por dez mil palavras” – Confúcio disse isso, mas eu aprendi com um caboclo do meu Piauí o que eles têm que aprender. É o seguinte: é mais fácil você tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. A verdade é esse caos; tudo que eles dizem é mentira.

Este País está aí: o Presidente é do Partido dos Trabalhadores, Sua Excelência Luiz Inácio, e o Governador do Piauí é do PT. Pronto! Aí é o diabo!

Olha aí: “Gil denuncia que obras do PAC são um engodo” – bota bem grande aí. Esse Gil é do meu Partido, mas o PMDB é dividido: uns querem que ele tenha vida e independência; outros se entregaram. O Gil é Prefeito de Picos. Picos, Senador Azeredo, é a maior cidade de trabalho do Piauí. Eu quando me refiro a Picos eu a chamo de São Paulo do Piauí. É o lugar onde se trabalha mais, é minifúndio, é... Porque eu sou da praia, praia é como o Rio de Janeiro, é curtição. No Picos não, não tem domingo, é feira igual à de Caruaru, é trabalho, povo trabalhador.

Este Gil Marques de Medeiros, conhecido por Gil Paraibano, é aliado do PT lá. Os Deputados dele são aliados, tem um que é secretário do Governo. Ele é ... Olha o que diz o Prefeito da cidade de Picos. Ô Azeredo, qual é a maior cidade de trabalho e trabalho, você tem... do seu Estado, da gigante Minas? Eu sei que tem, mas tem... No Piauí todo mundo trabalha, mas Picos é a capital do trabalho, é a São Paulo. E a sua lá de Minas? É a capital mesmo? Pois lá no Piauí é Picos e eu digo, está aqui o Prefeito, alinhado, aliado do PT. O PMDB não tem isso. Então, vamos ler o que diz, está aqui, bota o retrato dele aí de óculos. Está vendo? Ô Raupp, este aqui é o Prefeito da cidade onde mais se trabalha no Piauí, a São Paulo do Piauí, Picos.

É aliado, é alinhado, essa junção aí, né? Votou no Luiz Inácio, votou no PT. Estão entendendo? Dos Deputados dele, um é secretário de Governo.

Que diz Gil? *Gil denuncia que as obras do PAC são um engodo.* Aqui tem outros artigos comentando isso, desses e-mails que têm, mas vamos aqui à voz dele, do Prefeito, que está mais forte, aliado do Partido dos Trabalhadores:

Gil Paraibano, do PMDB, aproveitou a assembléia que elegeu o Prefeito de Geminiano, Tony Borges, para a presidência da Ampicos (Associação da Microrregião de Picos) – tem umas trinta a quarenta cidades que vivem em torno de Picos, como que Picos fosse sua capital – realizada sexta-feira, na Câmara de Vereadores, para fazer um longo desabafo e atacar a burocracia do Governo Federal e a ineficiência do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, menina dos olhos do Presidente Lula.

Em mais de 30 minutos de discurso, Gil Paraibano atirou para todos os lados e acabou criticando as gestões passadas da Associação Piauiense de Municípios e a inoperância da Caixa Econômica Federal, que, segundo ele, não libera os recursos dos convênios que são celebrados entre as prefeituras e os ministérios, atrasando o desenvolvimento e o progresso dos Municípios.

Ele disse que assinou convênios no valor de mais de 20 milhões com o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC [os que andam carcarejando aí, galos e galinhas cacarejadoras desse PAC, atentai bem, olhem o que diz o Gil, aliado], em Teresina e até hoje não saiu um centavo para o vale do Guaribas, em Picos. “Agora o Presidente vir para a televisão e anunciar que já está botando não sei quantos bilhões de reais para o PAC, é só conversa, pois o dinheiro não chega nunca”, afirmou. Dizendo que falava com conhecimento de causa, o prefeito Gil Paraibano afirmou que o governo de Lula vai acabar e esse dinheiro do PAC não chega a Picos e região. “Eu pago para ver, pelo menos para Picos eu sei que ele não vem, por isso não vou mais a Brasília só para ouvir mentira”, denunciou.

– Está vendo, Raupp, ô Suplicy, é aliado de vocês, não sou eu não!

No meu primeiro mandato – ele foi reeleito –, logo que assumi, fui a Brasília e andei em todos os ministérios com o deputado Paes Landim e por onde passei recebi respostas positivas do que reivindiquei. Voltei para Picos animado e garantindo ao povo que iria deixar a cidade um brinco, mas é só conversa. Até hoje não saiu nada. Lá eles são treinados para dizer que faz, mas é tudo lorota.

Essa é a verdade. Não adianta. Eu aprendi – e a sabedoria popular não erra, os provérbios, que estão até na Bíblia – que a mentira tem pernas curtas. Está aqui.

Segundo Gil Paraibano, quando com muita dificuldade um prefeito consegue celebrar um convênio, a burocracia é tão grande que o dinheiro vem e volta, porque eles não liberam, principalmente se for através da Caixa Econômica.

“Existem recursos do governo federal que deveriam ter chegado a Picos através da Caixa Econômica desde o meu primeiro ano de governo, mas até agora não tivemos acesso ao dinheiro, pois todo documento que a gente manda eles dizem que está errado. Não sei para que tanto doutor na Caixa Econômica se eles não fazem as coisas andarem, ironizou Gil, para delírio da platéia presente.”

Essa é a verdade.

Cristo dizia: “De verdade em verdade eu vos digo.”

Então vamos.

O Piauí tem um porto que se iniciou há mais de 100 anos, por Epiácio Pessoa. Olha, eu votei na primeira vez em Luiz Inácio e no governador do PT. Eu pensei, eu acreditei. Quem está livre de ser enganado? Eu já botei todos recursos, tem dinheiro para o porto. É uma rota. Uma ZPE que o povo quer que foi o Presidente Sarney, já perdeu a validade e eu consegui prorrogar, vai perder e não fizeram nada. Tem uma estrada de ferro que, na campanha passada, eu ouvi o Presidente Luiz Inácio, eu vi o Governador do Piauí, do PT, o prefeito de Parnaíba: com 60 dias, o trem Parnaíba–Luís Correia, uns 15 quilômetros; com quatro meses, Parnaíba–Teresina.

Eduardo Suplicy, V. Ex^a é Engenheiro?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sou formado em Administração e Economia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois, é. Mas, então, você sabe, está ali o Eduardo Azeredo; o Raupp também é um homem que faz muita obra. Olha, eles não trocaram nem um dormente... Sabe o que é dormente? Aquele pau que segura os trilhos. Nenhum! Em quinze dias, ia para Luis Corrêa, em sessenta dias... Isso na eleição passada! Eu vi .

E Azeredo é uma planície. Ó Raupp, V. Ex^a conhece, foi por terra. Até mestre-de-obra recupera essa estrada de ferro. É uma planície. Não tem....O Suplicy andou. Não tem acidente geográfico. É fácil. É porque eles gostam de mentir e enganar. Levaram o Alberto Silva, engenheiro, gente boa; engenheiro ferroviário disse que ia. Ele foi e voltou. Ele foi para lá. “Vamos

fazer?” Eu fiquei calado. Enganaram o velhinho. O velhinho está doente, porque foi enganado. Mas ninguém está livre de ser enganado.

Então, tem uma ponte. Azeredo, eu fiz, no mesmo rio, quando governei o Estado do Piauí, uma ponte que botei o nome em homenagem ao Prefeito que era dos tucanos, o Wall Ferraz, em 87 dias, com o engenheiro do Piauí, Lourival Parente, com construtores do Piauí, operários do Piauí, e dinheiro do Piauí. Convidei Fernando Henrique Cardoso para inaugurar. Esse povo tem uma ponte que eles diziam que era para os 150 anos de Teresina. Tem 158; vai fazer 159, e está lá só o esqueleto. O Heráclito Fortes fez no mesmo rio, quando Prefeito, uma ponte em cem dias.

Está lá Teresina, com um potencial extraordinário da medicina, que é relevante: a excelência. Tem quatro faculdades de medicina. Tinha a federal. Eu criei a estadual. Um bem nunca vem só: temos duas faculdades privadas. Eu fiz o Estado entrar na era dos transplantes.

E quero dizer, então, o seguinte: no hospital universitário, tinha uma líder do PT, que está no céu. Era gente boa. Ela morreu. Pedia comigo. E está lá. Só promessa. Nada!

A estrada do transporte de soja está aqui. Então, nós queremos pedir a Sua Excelência o Presidente da República Luiz Inácio, ele que sempre foi consagrado com a votação do Piauí. Não agora, não. Nas vezes em que ele perdeu, teve extraordinária... Nós somos uma gente tão fabulosa e tão grandiosa que esse Rui Barbosa saiu e perdeu em todo lugar; e ganhou em Teresina. Então, isso. Há muito tempo que Teresina e o Estado votam em Luiz Inácio.

Está escrito, no Livro de Deus: “Pedi e dar-se-vos-á”. Em nome desse povo, Luiz Inácio, que acreditou em Vossa Excelência, acompanhe. Porque eu vi o descaramento, a falta de visão. A ignorância é audaciosa e atrevida. O Azeredo, quem me disse essa frase foi um professor meu de cirurgia: Mariano de Andrade. A ignorância é audaciosa e atrevida. Quando a gente é novo, quer operar ligeiro e não sabe as consequências, os malefícios; os nervos onde estão. Aí ele olhava assim e dizia que a ignorância é audaciosa e atrevida.

Eu vi, eu vi. Eu votei na primeira vez no PT. Lá tem uma hidroelétrica, sonho de Juscelino e concluída pelo Presidente Castelo Branco. Ela acabou com a navegabilidade, porque falta concluir as comportas. É a Hidroelétrica de Boa Esperança, fornece energia para o Piauí e para o Maranhão. Nunca concluíram. Eu pensei que essa gente tinha responsabilidade, tinha competência, tinha sabedoria. Eu vi foi o Governador dizer que ia fazer cinco hidroelétricas. Cinco! Cinco! Eu

vi publicamente em São José do Peixe. Estava acompanhado do Deputado Federal Marcelo Castro, que era homenageado comigo. E eu imaginava: Por que não terminarmos a Hidroelétrica de Boa Esperança com a eclusa e garantir a navegabilidade do rio Parnaíba, como no passado?

Então, são essas coisas. Viemos aqui em nome do Piauí, acreditando, sobretudo, Luiz Inácio, em Deus, que é meu, seu, que é do Brasil e que diz: “Pedi e dar-se-vos-á”.

Olhe com seriedade as obras inacabadas do Governo de V. Ex^a. Desejo que V. Ex^a a conclua e não que fique na história do Piauí como o Presidente de “só palavras, palavras, palavras”, como diz Shakespeare. E eu digo: mentiras, mentiras, mentiras são ditas no Piauí.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. PT – SP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, do Estado do Piauí, que nos trouxe um relato de como anda a economia no Estado do Piauí.

Passo a palavra agora ao nobre Senador Eduardo Azeredo, do PSDB, de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Eduardo Suplicy, Sr^s e Srs. Senadores, dando seguimento a assuntos que realmente movimentam as nossas preocupações, quero falar da questão ligada aos acidentes nas estradas brasileiras e especialmente agora neste período do carnaval.

É lamentável que, mais uma vez, as nossas manchetes de jornais reflitam questões que podem ser evitadas ou, pelo menos, diminuídas, tragédias que podem ser reduzidas.

Vejam o que os jornais do meu Estado de Minas Gerais mostram: “Tensão nas estradas”. Diz o subtítulo: “Polícia Rodoviária Federal divulga hoje o balanço dos acidentes, mortes e multas (...) Congestionamentos marcam a volta para casa de milhares de motoristas”. Está nos outros jornais: “Hora de enfrentar o trânsito na estrada na volta para casa”, “Mais acidentes graves em Minas”, “Ocorrências nas estradas devem bater recorde”. E por aí vai... “O total de presos ou multados por dirigir embriagados deve crescer bastante neste ano”. É neste ponto que queria me aprofundar um pouco: “O total de presos embriagados deve crescer bastante neste ano”.

Nós tivemos a aprovação, em meados do ano, de toda uma regulamentação sobre a questão da chamada Lei Seca, que, na verdade, não é uma lei seca, mas uma lei da responsabilidade em relação à bebida no Brasil.

Lamentavelmente, num primeiro momento, tudo bem. Houve uma redução de acidentes, houve uma redução até mesmo de mortes, uma redução de homicídios. E agora o que nós vemos? Vemos que as pessoas começaram a achar que não tem fiscalização e voltaram a beber, voltaram a sair embriagados de festas, colocando em risco não só a sua vida como a de terceiros. O que nós vimos nesse momento de carnaval? Mais uma vez, essa extrapolação. Ou seja, o excesso de bebida alcoólica resultando em excesso de acidentes.

É evidente que precisamos que as nossas polícias tenham condições de fiscalizar e que fiscalizem de fato, que nós tenhamos realmente equipamentos para que se possa verificar se a pessoa está mesmo alcoolizada a ponto de não poder dirigir. Nós sabemos muito bem que, em outros países, a lei é extremamente mais rigorosa do que no Brasil, seja pela cultura, seja pela questão educacional. Aqui no Brasil, não. O Senador Mão Santa, que é médico, sabe bem o custo que isso tem, não só em vidas, mas tem também o custo financeiro.

Temos o exemplo dos Estados Unidos, onde os menores não podem, de forma alguma, beber e o proprietário de um bar ou de um restaurante é preso se servir bebida alcoólica a menores de 18 anos. No Brasil, não! No Brasil, é uma festa, todo mundo serve como quer, bebe como quer, e as consequências estão no trânsito, estão nesses números que eu mostrei aqui, estão nessas manchetes de jornais, mais acidentes. Quer dizer, o sopro de esperança no meio do ano, quando as pessoas começaram a mudar seus hábitos e até a usar mais o táxi para voltar de uma festa, durou apenas um ou dois meses. Depois, com a falta de fiscalização e de divulgação, voltou tudo como era antes. E o resultado está aqui: novos acidentes, muitos deles fatais, neste período carnavalesco.

Temos dados, Sr. Presidente, a respeito do recém-aprovado projeto, de minha autoria, da colocação e da obrigatoriedade do *air bag* duplo em todos os automóveis fabricados no Brasil, no prazo de um ano para aqueles oriundos de projetos novos e no prazo de quatro anos para os oriundos de projetos antigos, tais como a Kombi. Mas os carros de projetos novos, como o Lína, fabricado em Minas, terão apenas um ano.

O que acontece, Sr. Presidente, é que os dados que temos, do Centro de Experimentação e Segurança Viária, são de que, se todos os carros envolvidos

em acidentes entre os anos de 2001 e 2007 – portanto, seis anos – tivessem *air bags*, 3.426 vidas teriam sido salvas. Haveria também a redução de gastos com atendimento médico, uma economia estimada em R\$2,2 bilhões.

É, portanto, uma somatória. Uma coisa é a fiscalização, a educação, para que as pessoas bebam no limite razoável ou que não dirijam quando estiverem bebendo, e a outra é um instrumento tecnológico: uma lei aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados com base num projeto apresentado por mim em 2004, que foi difícil de ser aprovado. Eu me lembro da resistência inicial na Comissão de Assuntos Econômicos. Depois, conseguimos aprovar o relatório do Senador Flexa Ribeiro, com voto em separado. Em seguida, fomos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com relatório da Senadora Lúcia Vânia. Foi, finalmente, aprovado no Senado em 2007. Foi à Câmara, onde passou por três comissões, até chegar à votação em plenário, na semana passada. Agora está nas mãos do Presidente da República, para que ele sancione.

Se nós tivermos a fiscalização, a educação e instrumentos tecnológicos como o *air bag*, nós poderemos ter números melhores. Esse número impressiona muito: 3.426 vidas teriam sido salvas se todos os carros envolvidos em acidentes entre 2001 e 2007 tivessem *air bags*. São 3.426 vidas.

Felizmente, a população entendeu bem e toda a repercussão mostra que os consumidores reconhecem que o *air bag* é muito importante para a segurança das pessoas e que, então, não tem problema se aumentar um pouco o preço do carro. “Vale a pena, sim, aumentar um pouco, pela segurança da pessoa. A segurança é imprescindível no trânsito. Com o *air bag*, muitas vidas podem ser salvas”, diz Antonio Silva, militar, nessa matéria que está aqui colocada.

Nós vemos, portanto, que condições existem, Presidente. Existe a necessidade de fiscalização sobre o elevado consumo de bebidas, existe a solução tecnológica, como é o *air bag*, como é também o ABS, mas existe um terceiro porém, que é a qualidade das estradas.

Mais uma vez, temos aí um Brasil que tem situações invejadas, como é o caso do Estado de São Paulo, e outras situações que não são as mesmas. Mesmo em Minas Gerais, um Estado que é a segunda ou terceira economia do País, disputando com o Rio, nós temos ainda muito o que fazer nas estradas. O esforço do Governador Aécio Neves tem sido grande. Ele retomou todo um programa importante, que já tinha sido iniciado em anos anteriores. Inclusive, no período em que fui Governador, tivemos um breve período em

que as obras ficaram praticamente paralisadas. Mas, com a posse do Governador Aécio Neves, foi retomado um programa e a qualidade das estradas mineiras tem melhorado. Mas ainda falta muito, até porque 28% da quilometragem de estradas federais está em Minas Gerais. Por quê? Porque somos um Estado central. Assim, as estradas que demandam ao norte, ao sul, ao leste e ao oeste passam por Minas.

A rodovia Fernão Dias, duplicada recentemente, que teve sua duplicação iniciada pelo Governador Hélio Garcia e concluída por mim, está em bom estado. Das demais não se pode dizer o mesmo. A rodovia que liga Belo Horizonte ao Espírito Santo é uma permanente fonte de problemas, uma permanente fonte de desastres, é notícia permanente nas páginas policiais dos jornais de Minas Gerais.

É inaceitável uma estrada que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro não ser duplicada até hoje. Estou falando das três maiores cidades do Brasil: São Paulo, Rio e Belo Horizonte. A que liga o Rio a São Paulo é duplicada, a que liga São Paulo a Belo Horizonte é duplicada, mas a que liga Belo Horizonte ao Rio ainda não foi duplicada. O que dizer, portanto, das estradas do Nordeste e do Norte?

Esse é outro ponto fundamental. Esforços têm sido feitos... Estive, recentemente, com o Ministro dos Transportes, saí até satisfeito da reunião com ele, mas o que acontece é que, na prática, Sr. Presidente, isso não está se materializando.

Projetos que estavam sendo feitos foram colocados dentro do PAC e outros foram incluídos no PAC.

O fato é que continua muito devagar a ação do Governo Federal na melhoria das estradas brasileiras, na duplicação, no aumento de capacidade. São coisas do tipo de se passar um ano e meio para pagar uma indenização. Aí não adianta: em um ano e meio, o proprietário do terreno não deixa que a construtora contratada faça a obra, porque tem um ano e meio que está no jogo de empurra, joga-se para Belo Horizonte, Belo Horizonte joga para Brasília, Brasília joga para Belo Horizonte, e nunca que se paga a indenização. A obra, então, tendo dinheiro no orçamento, tendo contrato assinado, não anda.

Se formos falar da área de manutenção, o problema é pior ainda. São estradas que não são devidamente mantidas, que não têm condições necessárias, trazendo problemas, mais uma vez, sejam problemas do ponto de vista econômico, com a destruição ou a perda de carga, seja o pior, que são perdas de vidas. Mais uma vez, também está presente a burocracia.

Radars têm o objetivo de diminuir a velocidade, e o que acontece? Também mais uma vez a burocracia não permite. No caso específico de Minas Gerais,

há mais de um ano os radares estão desligados por problemas de licitação: quem perdeu não concorda, quem ganhou fica esperando a decisão, e o Governo, burocraticamente, não toma a decisão, não tem coragem de tomar uma decisão, e, com isso, continuam desligados os radares.

É preciso, portanto, que haja, eu diria, um acordar geral. Que o Tribunal de Contas entenda o objetivo, por exemplo, da questão dos radares; que o Ministério Público entenda que deve se preocupar com questões realmente relevantes; e que o Governo, especialmente o Governo Federal, tenha a coragem de decidir – decidir quando realmente houver cobertura legal para isso, evidentemente.

Aí teremos estradas melhores, teremos instrumentos tecnológicos adequados, como *air bag*, como ABS, teremos fiscalização adequada para evitar o alcoolismo nas estradas e teremos, como resultado, a diminuição tão desejada dos acidentes.

Era isso o que eu queria trazer aqui, Senador Mão Santa: uma reflexão pós-feriado de Carnaval, mais uma vez falando das estradas, mais uma vez realçando a importância da questão da tecnologia. Mas, especialmente no dia de hoje, quero lembrar a importância do controle sobre a questão do consumo de bebidas alcoólicas. Que não se fique apenas naqueles dois meses, julho e agosto, em que houve uma redução efetiva de homicídios, houve uma redução efetiva de acidentes porque as pessoas acharam que aquela lei era para ser cumprida. Passou o tempo, não houve fiscalização, e a lei ficou sendo desrespeitada permanentemente. Vamos partir, vamos retomar, vamos comprar equipamentos, vamos fazer com que as nossas estradas sejam mais seguras no item especialmente ligado à fiscalização, que permite que bêbados matem outras pessoas inocentes nas estradas brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, mostrando as preocupações quanto aos acidentes que aumentam pelo uso de álcool, pelas estradas imperfeitas, e quanto a uma modernização na segurança do próprio veículo, convidamos para usar da palavra o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, que foi o último líder da nossa Bancada. A ele devemos o crescimento do Partido no Brasil e aqui, nesta Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, Sr. Presidente, venho aqui para falar também de transporte e energia.

Eu estava vindo, no carro, para o Senado e ouvi V. Ex^a falar em Juscelino, que foi um grande Presidente desta Nação e que usou o binômio transporte e energia. Até hoje, para desenvolver o nosso País, nós não podemos prescindir desses dois pilares da infraestrutura nacional, que é transporte e energia elétrica.

Ouvi, também, atentamente, o pronunciamento do Senador Eduardo Azeredo, que fala sobre transporte, sobre as nossas BRs, as nossas rodovias, e isso já vem de muito tempo. Acho que melhorou muito nos últimos anos, principalmente depois do Governo Fernando Henrique e do Governo do Presidente Lula.

O Governo Fernando Henrique, do PSDB, lançou o programa Avança Brasil e fez muitas obras neste País, inclusive no meu Estado. Eu era Governador do meu Estado, na época, e devo agradecer ao Governo Fernando Henrique por algumas obras inauguradas no meu Estado, como a Usina de Samuel, que foi concluída no Governo Fernando Henrique, a única usina hidrelétrica de grande potência no nosso Estado, de 220MW, e o Porto Graneleiro de Porto Velho, que construímos em parceria, o meu Governo, o Governo de Rondônia, com o Governo Federal, com recursos da Suframa, e que foi inaugurado também pelo Presidente Fernando Henrique, que tive a honra de receber lá, no meu Estado.

Mas agora vejo também que o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) vem investindo muito no País, em especial no meu Estado. Quero aqui fazer uma referência ao Estado de Rondônia, que vem recebendo investimentos maciços nessa área. É claro que existe burocracia, burocracias do meio ambiente, burocracia do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e Estadual. Enfim, todos os órgãos de fiscalização acabam, muitas vezes, atrasando um pouco o cronograma dessas obras.

Eu dizia à Ideli Salvatti hoje, pela manhã, que passava, no final do ano, pelos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para visitar meus parentes – eu mesmo dirigindo meu carro – e pude ver que a obra de duplicação da BR-101 avançou muito pouco de um ano para cá, ou de dois, três anos para cá. E ela me explicou que há burocracia também de obras muito antigas, contratos muito antigos. As empresas mergulham no preço, depois fica uma defasagem e praticamente abandonam a obra. Outras empresas

têm que ser chamadas, a segunda ou a terceira colocada tem que ser chamada para assumir a obra, e isso acaba atrasando o cronograma de obras importantes do nosso País. Isso tem acontecido muito, em escalas maiores em alguns Estados, menores em outros, em obras dos Estados, dos Municípios e da União. Sempre acontece esse tipo de problema.

Mas hoje, pela manhã, a convite do Governo, estive presente a uma solenidade no Palácio do Planalto, de assinatura dos contratos das linhas de transmissão que vão trazer energia elétrica de Rondônia, das usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, para o centro do País ou para o centro industrial do País, que é São Paulo, mais precisamente para a cidade de Araraquara, no interior de São Paulo, onde vai ficar a subestação receptora da energia das usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia.

Essas obras que estão no PAC são obras grandiosas. Hoje, o empresário que representou as empresas contratadas disse que as usinas do Rio Madeira, depois de prontas, irão gerar energia que dá para abastecer 50% das residências do nosso País. Vejam só: 50% das residências de todo o Brasil. É claro que quem consome muita energia são as grandes indústrias, o comércio, mas 50% das residências poderiam ser abastecidas pela energia gerada no rio Madeira apenas com essas duas usinas, mas há uma terceira e uma quarta, em parceria com a Bolívia, que serão usinas binacionais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou satisfeito com os investimentos do Governo Federal. Repito: o Governo Fernando Henrique investiu muito no Estado de Rondônia, mas o Governo do Presidente Lula, nesses seis anos, tem investido muito mais. É claro que, num momento melhor da economia nacional, tem podido investir muito mais do que naquela época, a exemplo dessas linhas de transmissão que foram contratadas hoje, duas linhas mestras de 700KW, que irão transportar essa energia de Rondônia para outros Estados do Brasil. Depois, ela pode até voltar, porque Rondônia, no final deste ano, estará interligada no sistema nacional. A linha que vai do Mato Grosso para Rondônia deve ficar pronta no final deste ano, e vamos deixar de ser sistema isolado e passar a ser interligados ao sistema nacional. Então, a mesma energia que é produzida no rio Madeira poderá retornar, através da interligação nacional, para o Estado de Rondônia. São mais de 6 mil MW. É uma meia Itaipu. Essas duas linhas que foram contratadas hoje, segundo a Ideli – eu não estava aqui, mas ouvi o pronunciamento de S. Ex^a pelo rádio do carro –, são a maior linha do mundo. E é verdade.

Não tem nenhuma outra linha de transmissão de mais de 2 mil quilômetros, e essa terá 2.400 quilômetros de extensão. Como são duas linhas, na verdade, serão 4.800 quilômetros, se fôssemos colocar uma seguida da outra. Como são duas usinas, são duas grandes linhas de transmissão. Mais de R\$7,5 bilhões serão investidos nessas linhas, empregando 16 mil trabalhadores diretos e mais ou menos uns 50 mil indiretos, em todo o trajeto dessas linhas, saindo de Rondônia, passando por Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e chegando ao Estado de São Paulo.

A usinas de Santo Antônio e Jirau terão investimentos, talvez, superiores aos investimentos dessa linha de transmissão, ou seja, em torno de R\$9 bilhões para cada usina. E também vão gerar, seguramente, uns 15 mil empregos diretos, Sr. Presidente, e mais uns 30 mil indiretos. O Estado de Rondônia, sobretudo Porto Velho, virou um canteiro de obras. Na esteira das usinas do rio Madeira já foram inaugurados *shopping center* e o atacadista Macro; e estão indo o Carrefour e tantas outras empresas para Rondônia, atraídos pelas usinas do Madeira. Inclusive uma fábrica de cimento da Votorantim já está em construção na cidade de Porto Velho, gerando também mais mil, dois mil empregos.

Sr. Presidente, esses investimentos estão impulsionando a economia do Estado de Rondônia. Que bom se todos os Estados brasileiros – acho que alguns têm investimentos até maiores do que o Estado de Rondônia, mas outros, não – tivessem investimentos, neste momento, da ordem de R\$30 bilhões, como o são esses do Complexo do Madeira, das duas usinas mais a linha de transmissão; certamente poderíamos segurar um pouco mais a crise, que assola o mundo e já chega de leve ao Brasil.

Sempre falei que a crise vai chegar ao Brasil, mas vai chegar muito mais leve do que chegou em outros países; e, no Estado de Rondônia, também chegará muito mais leve do que está chegando, talvez, em outros Estados do Brasil, devido a esses investimentos.

Além da geração de energia e das obras de energia elétrica em Rondônia, posso citar aqui também obras de restauração de BRs, como a BR-364, que vai receber em torno de R\$300 milhões. O projeto executivo está ficando pronto e, em breve, será licitado para restauração e duplicação da construção da terceira faixa na subida de Vilhena até a divisa do Estado do Acre, contemplando todo o Estado de Rondônia.

Haverá também a construção de pontes, como a duplicação da ponte de Ji-Paraná, que é a segunda cidade do Estado de Rondônia – um recurso até de emenda de minha autoria aqui, no Senado, de R\$20 milhões. Uma cidade de mais de 100 mil habitantes,

que, no período de *rush*, de pico (pela manhã, ao meio-dia e à noite), estava engarrafando o trânsito no centro da cidade, tendo em vista que a cidade é dividida pelo rio Machado, onde está essa ponte. Essa obra, no momento, está causando um pouco de transtorno à população, devido à envergadura da obra, mas, daqui a mais ou menos 30 ou 40 dias, voltará à normalidade, com duas pistas. Em outubro, serão inauguradas as quatro pistas da ponte, duplicadas, de Ji-Paraná.

Da mesma forma, está sendo duplicada a ponte em Candeias, com emenda nossa também de R\$23 milhões. Está sendo concluída uma obra já iniciada de duplicação da BR-364, na cidade de Candeias, até a Universidade Federal, que é depois de Porto Velho, sentido Rio Branco, no Acre.

São obras que vêm melhorar a qualidade de vida da população de Rondônia.

Além dessas obras que citei aqui, ainda temos a construção da ponte, que é um desejo do Presidente Lula e é uma dívida do Brasil de mais de 100 anos – mais precisamente 107 anos –, que é o Tratado de Petrópolis, que dizia que o Brasil tinha que construir uma ponte, lá em Guajará-Mirim, Guaiará, para dar acesso à Bolívia e ao oceano Atlântico, vinda pelo porto do rio Madeira, ainda na época em que havia a ferrovia Madeira-Mamoré, Sr. Presidente; que havia a Mad Maria, transportando borracha pela ferrovia Madeira-Mamoré, de Guajará-Mirim a Porto Velho.

Hoje, a ferrovia não existe mais, mas temos uma rodovia pavimentada. Ao longo dessa rodovia, vão ser construídas as pontes também; pontes de alvenaria, de concreto. E a estrada 425 também será restaurada. A construção dessa ponte, além de pagar essa dívida de mais de 100 anos do Brasil com a Bolívia, vai fazer a integração para o porto de Arica, no Chile, onde há um traçado melhor até do que o que está sendo feito pelo Peru e vai possibilitar o escoamento da nossa produção de Rondônia, do Mato Grosso e de outras partes do Brasil para os portos do Pacífico, trazendo economia e desenvolvimento para toda aquela região. E é uma justiça também a Guajará-Mirim, que é uma cidade muito antiga e que não tem tido muitos investimentos nos últimos tempos.

Falo também de outra estrada – a que já se referiu aqui, hoje, o Senador João Pedro, do PT do Amazonas –, que é a BR-319, uma obra que é a menina dos olhos do Ministro Alfredo Nascimento. Desde que assumiu o Ministério dos Transportes, ele tem dito que vai construir – e está construindo ou reconstruindo – essa BR, tão importante para a integração de Rondônia com o nosso Estado vizinho, o Amazonas, mais precisamente com a capital Manaus, que é hoje uma grande metrópole, um grande centro consumidor.

Então, a construção da ponte, em Porto Velho, no rio Madeira, que é um projeto antigo também e que ficou paralisado por muito tempo, agora deve sair do papel para se tornar realidade.

Falo também da ponte no rio Madeira, no Distrito de Abunã, que vai para o Acre. É a única balsa que temos na BR-364, desde Cuiabá, desde o Mato Grosso até a divisa com o Peru. Essa ponte será construída e está entrando no PAC.

Então, Sr. Presidente, falando sobre essas obras, quero concluir nossa fala agradecendo mais uma vez ao Governo Federal. O Presidente Lula até me convidou para ir no avião presidencial – e deve convidar também o restante da Bancada federal de Rondônia – a Porto Velho. Ele vai no dia 12 de março – está praticamente ajustada essa data – para visitar as obras das usinas de Santo Antônio e Jirau e, possivelmente, inaugurar esse trecho da duplicação da BR-364 de Candeias até a universidade.

São obras que engrandecem o Estado de Rondônia, engrandecem o Brasil, principalmente a geração de energia, que vai tirar, de uma vez por todas, o fantasma do apagão, que já houve no passado.

O Ministro Edison Lobão assumiu o Ministério de Minas e Energia sob ameaça de apagão em todo o País, mas teve muita sorte, porque tem chovido muito. Nunca vi chover tanto! Está chovendo tanto no meu Estado – e tem chovido nos outros Estados também – que está havendo até enchente! Hoje, tem pessoas desabrigadas em Ji-Paraná; já teve em Rolim de Moura, em Jaru. Em Alvorada do Oeste, há outra BR federal, que vai ser pavimentada, que entrou no PAC também – os primeiros 100 quilômetros. Um trabalho da Deputada Federal Marinha Raupp, que, num esforço muito grande com a Bancada federal, conseguiu que a Ministra Dilma e o Presidente Lula aceitassem o ingresso dessa rodovia no Programa de Aceleração do Crescimento. Os primeiros 11 quilômetros já estão licitados, contratados, e a obra deve ser iniciada nos próximos dias, tão importante para aquela região, isolada, do Vale do Guaporé.

Então, como falava, a chuva tem atrapalhado, de um lado, algumas famílias; mas, de outro, tem ajudado no abastecimento dos nossos reservatórios, das nossas hidrelétricas, em todo o Brasil, para gerar energia para a população brasileira.

Sr. Presidente, encerro aqui, na certeza de que essas obras não estão beneficiando apenas o Estado de Rondônia, apenas o querido povo do Estado de Rondônia com a geração de emprego e a melhoria na geração de renda, mas estão dando suporte no que concerne à segurança de geração de energia para todo o País, para todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Queremos cumprimentá-lo por trazer aqui as ações que estão ocorrendo no seu Estado de Rondônia, que vão beneficiar não só o Estado como o País, e também pela sabedoria com que V. Ex^a analisou nosso Ministro Edison Lobão.

Maquiavel, no livro *O Príncipe*, diz que o homem público tem que ter duas qualidades: *virtù* (virtudes) e fortuna (sorte). O Ministro Edison Lobão tem, realmente, essas duas virtudes. Quero dar testemunho de que ele foi extraordinário Governador do Estado do Maranhão, como extraordinário Senador da República, dirigindo esta Casa num dos momentos mais difíceis.

Convidamos para usar da palavra Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. Antes da viagem a serviço, representando o Senado nos Estados Unidos e em Cuba, passa sua mensagem a São Paulo e ao Brasil.

Felicidades na viagem. São nossos votos!

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, muito obrigado a V. Ex^a, que hoje preside nossa sessão do Senado.

De fato, sigo hoje à noite para os Estados Unidos da América, onde, em Nova York, participarei do VIII Congresso da USA Basic Income Guarantee Network, onde farei a palestra de encerramento sobre a evolução da Renda Básica de Cidadania no Brasil. Segunda e terça-feira estarei em Havana, para lá participar do XI Encontro dos Economistas da Associação Cubana e do Caribe, um evento que reúne mais de mil economistas de Cuba e de todos os países. Nada menos que 222 economistas, inclusive seis laureados com o Prêmio Nobel, estarão participando. Lá também falarei sobre a evolução do debate da renda básica, instituição em lei que se afigura no Brasil como algo que vai ocorrer, e, inclusive, da experiência pioneira que deverá ser instituída em Santo Antônio do Pinhal, onde estive, no dia de ontem, com o Prefeito José Augusto de Guarnieri Pereira, muito entusiasmado. Marcamos para 20 e 21 de março as reuniões na Câmara Municipal e na Praça do Artesanato, nesse Município de sete mil habitantes, 50% dos quais na área rural e 50% na área urbana.

Eles querem, Presidente Mão Santa, ali instituir, pioneiramente, para os sete mil habitantes, uma renda básica de cidadania. Quando instituída, faço questão de que V. Ex^a vá ver com os seus próprios olhos, para então dizer ao Piauí: “Está na hora de fazermos aqui também.”

Mas eu, hoje, Sr. Presidente, lerei a carta, conforme anunciei, de Cesare Battisti aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Antes, porém, considero importante aqui dizer que o Sr. Adilson dos Santos, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região, solicitou-me, através de ofício, que solicitasse ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, que possam os trabalhadores e as suas entidades dialogar com a direção do BNDES a respeito das demissões de mais de quatro mil trabalhadores da Embraer. Felizmente, o Presidente Luciano Coutinho, com quem conversei na tarde de hoje, disse que marcará, se não amanhã até segunda-feira próxima, a reunião em que receberá os representantes dos trabalhadores da Embraer, representados no Sindicato dos Trabalhadores de São José dos Campos e região.

Também me informou Adilson dos Santos, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que foi definida, hoje, uma audiência de reconciliação entre a Embraer, por sua direção, e os trabalhadores. Essa reunião se dará na próxima quinta-feira, dia 05, às 10 horas da manhã.

Disse-me o Presidente Luciano Coutinho que não está fácil resolver a situação, uma vez que a Embraer vende, de sua produção de aviões de alta tecnologia, 95% para o exterior.

Como houve uma queda acentuada da demanda por aviões, tornou-se muito difícil não haver o corte de trabalhadores. Mas, obviamente, o BNDES constitui-se numa das principais fontes de financiamento, com recursos, inclusive, como instituição oficial, tendo o próprio Presidente Lula observado, nesses últimos dias, que será importante que as empresas que se deram bem nos anos promissores, nos bons anos, agora e em horas difíceis possam também cooperar para que não haja tantas dificuldades para os trabalhadores.

O Presidente Luciano Coutinho informou-me que vai dialogar, sim, com os trabalhadores. Eu disse a Adilson dos Santos que é expectativa de todos nós que possa haver um diálogo o mais construtivo. Mesmo que seja difícil apresentar a solução de pronto, o diálogo, eu espero, será muito proveitoso.

Assim, Sr. Presidente, quero aqui informar que, conforme eu havia anunciado, ainda hoje estive com Cesare Battisti na prisão Papuda, onde ele entregou-me a carta que concluiu ontem, às 16 horas, dia 25 de fevereiro de 2009, dirigida aos Exm^{os} Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, Presidente, Cesar Peluso, Vice-Presidente, Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Carmen Lúcia e Menezes Direito, uma carta em que ele relata a sua percepção, relata a sua história de vida, de maneira que, eu acredito, será importante para a avaliação dos Srs. Ministros, com respeito à decisão

tomada pelo Ministro Tarso Genro, da Justiça, de lhe conceder a condição de refugiado no Brasil.

Eu, ontem, liguei para o Ministro Gilmar Mendes, que, inclusive, hoje viajou, e pedi a sua autorização para que, uma vez tendo entregue, protocolado essa carta para ele e os demais Ministros, eu pudesse ler a carta, e ele me autorizou.

Aqui mostro, Sr. Presidente, esta carta manuscrita, portanto na letra de... aqui está a cópia, obviamente, porque a original foi ao Ministro Gilmar Mendes. Há alguns lugares em que ele preferiu, depois de escrever, modificar algumas palavras, então riscou, mas isso mostra a autenticidade de sua carta, cujo conteúdo passo a ler.

Quero, inclusive, dizer ao nosso Senador Eduardo Azeredo que achei muito importante quando ele e também o Senador Heráclito Fortes, no dia seguinte, receberam a escritora Fred Vargas, que muito tem colaborado para o desvendar completo da verdade sobre esse assunto.

Então, eis as palavras escritas por Cesare Battisti aos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal:

Tomo a permissão de dirigir-me a Vossas Excelências com a convicção de que, pela primeira vez, terei oportunidade de ser ouvido plenamente pela alta corte deste país, inclusive para expor porque fui impedido de exercer minha defesa de maneira adequada nas ocasiões anteriores em que fui julgado.

Quero dizer a verdade da minha história e esclarecer os episódios relacionados às terríveis acusações lançadas contra mim. Nunca tive a possibilidade, na Itália, de me defender. Nunca um juiz, ou um policial me fez uma só pergunta sobre os homicídios cometidos pelo grupo ao qual pertencia, os Proletários Armados pelo Comunismo, PAC. Nunca a justiça italiana ouviu meu testemunho. Nunca um juiz interrogou-me: "você matou?" Hoje, trinta anos depois pela primeira vez na minha vida, tenho a ocasião de explicar-me perante uma justiça, a justiça do Brasil. E creio sinceramente na seriedade e consciência desta justiça. Agradeço muito Vossas Excelências pela disposição, Senhores Ministros, de ouvir a minha palavra.

Cresci numa família comunista muito militante. O meu pai e os meus irmãos arrastaram-me, muito jovem, para a ação política. Aos dez anos, meu pai já me levava para gritar slogans de revolta, na rua. Mas, aos 17 anos, compreendi que o homem cujo retrato era afixado na nossa casa era Stalin, e lancei-o pela janela. Aquilo abriu uma crise política com o meu pai, e deixei a minha família, para juntar-me à rua, com as centenas de milhares de pessoas que se revoltavam

desde 1968 contra o binômio da política italiana: “Democracia Cristiana – Partido Comunista Italiano, DC-PCI”. Pertencia, então, a um grupo de jovens “autônomos” que vivia em uma comunidade. Eram militantes não armados. É mesmo verdade que para financiar nossa atividade militante, folhetos etc, levantávamos recursos através de roubos.

Para embelezar esses delitos, que foram extremamente numerosos nessa época na Itália, todos os jovens chamavam essas ações não de “roubos”, mas de “reapropriações proletárias”. E devo confessar que detestava essas ações simplesmente porque tinha medo. Esse medo persistiu durante toda minha ação militante, tema ao qual voltarei.

Foi devido a uma dessas “reapropriações proletárias” que fui encarcerado pela primeira vez, mas que realmente devia-se a nossa vida de militantes sem dinheiro. Na prisão, encontrei um homem mais idoso, Arrigo Cavallina, que pertencia a um grupo de luta armada, os PAC. Não gostava de sua personalidade, ao mesmo tempo fria e febril, mas impressionavam-me sua cultura e suas teorias revolucionárias – mesmo se não compreendia tudo o que ele dizia. Quando fui libertado, em 1976, voltei a minha comunidade: havia se tornado um deserto. Certos companheiros tinham morrido, mortos pelos policiais nas manifestações. Os outros estavam devastados pela droga. Nessa época, grandes quantidades de droga barata foram distribuídas maciçamente em todas as grandes cidades para quebrar o movimento de revolta. Em seguida, as entregas foram suspensas, e todos os jovens que tinham caído na armadilha da “heroína” tinham se tornado fantasmas em estado de “necessidade”, pensando apenas em encontrar droga, e não na ação política. Amedrontado por esse espetáculo, fiz o grande erro de minha vida: tomei um comboio para Milão e entrei no grupo armado dos PAC. Sem compreender, nessa época, que lá também caía numa armadilha fatal.

O chefe militar desse grupo era Pietro Mutti. Também era importante Arrigo Cavallina. Descrevi longamente a estranha personalidade de Pietro Mutti no livro que escrevi no Brasil durante a minha fuga: “Minha fuga sem fim”. Este trabalhador tinha tido graves problemas com droga e tinha saído disso graças à ação política. Isto fazia dele um fanático, uma verdadeira máquina de guerra. Apesar de seu caráter muito contido, tornamo-nos amigos. Mas

Pietro Mutti supervisionava-me incessantemente, para ver se estava à “altura”, e eu tentava sê-lo. Os PAC eram especializados sobre a ação social e a melhoria das condições prisionais. O grupo cometia regularmente ações de apropriação aos bancos, para assegurar o seu financiamento e também ações aos locais de “lavoro nero”, trabalho sem carteira. Aquilo sim, eu fiz.

Todo esse ativismo militante nunca o neguei. Pietro Mutti tinha sentido perfeitamente o meu medo, durante estas “ações obrigatórias” que eu sempre detestei. Estávamos armados – embora uma boa parte das armas não funcionasse. Temia sempre que um dos companheiros atirasse sobre o vigia do banco, se este vigia levantasse a mão com a sua arma. Havia desenvolvido uma técnica para evitar aquilo: lançava-me com as mãos nuas sobre o vigia e punha-o no solo de surpresa porque sabia que, uma vez por terra, ninguém atiraria nele. Fiz aquilo numerosas vezes. Conto esta pequena história que pode parecer anedótica para assegurar-lhes, Srs. Ministros, que não sou, de maneira alguma, “um homem sanguinário”, como tem sido escrito incessantemente, mas ao contrário. V. Ex^{as} podem também pedir a informação aos meus irmãos, Vincenzo e Domenico, como eu reagia quando era jovem e matavam um animal em nossa pequena exploração agrícola, mesmo que fosse um frango. Essa aversão ao sangue nunca diminui na vida de um homem. Pelo contrário, aumenta. E nunca matei e nem quis matar qualquer pessoa.

Quero deixar claro a Vossas Excelências o que sei sobre os quatro homicídios pelos quais fui acusado na minha ausência, sob alegações diversas. As acusações foram de que eu teria cometido os assassinatos de Santoro e Campagna, que eu teria sido cúmplice sobre o lugar no caso da morte de Sabbadin e que teria organizado a ação que matou Torregiani, morto no mesmo dia de Sabbadin. Sabem, Senhores Ministros, que fui preso em 1979 com outros militantes clandestinos e que fui julgado na Itália durante o primeiro processo dos PAC, onde estava presente. Houve numerosos casos de tortura durante este processo, com suplício da água, mas eu mesmo não fui torturado. Nenhuma vez durante este processo fizeram-me uma só pergunta sobre os homicídios. Os policiais sabiam perfeitamente que

não os tinha cometido. Por conseguinte, fui condenado em 1981 por “subversão contra a ordem do Estado”, o que era verdade e o que eu não negava no processo. Fui condenado a 13 anos e 6 meses de prisão, porque, naquela época, as penalidades, de acordo com as novas leis de urgência, era multiplicadas por três para os ativistas. Esse tempo foi, depois, reduzido para 12 anos.

O meu processo, único e verdadeiro processo ao qual tive direito na Itália, foi concluído. Estava numa das “prisões especiais” que tinham sido construídas para nós, chamados de “terroristas”. Como prova de que a justiça italiana reconhecia, àquela época, a minha inocência quanto às acusações de homicídio, fui transferido para uma prisão para “aqueles cujos atos não causaram a morte”. Mas o Procurador Armando Spataro, que chefiava o esquema de torturas pela região de Milão, continuava a se incomodar comigo e bloqueou a minha correspondência com a minha família. Soube com três meses de atraso, por uma visita da minha irmã, que o meu irmão Giorgio tinha morrido num acidente de trabalho. O choque para mim foi imenso. Aquilo e o fato de que, a cada dia, no passeio, prisioneiros desapareciam sem razão para seguidamente retornarem meses após, embrutecidos e mudos, ou não retornarem fez-me tomar consciência de que as leis não seriam nunca normais para nós. Por causa disso e apenas por isso, tomei a decisão de fugir, e não para “fugir da justiça”, dado que o meu processo estava terminado. Evadi-me em 4 de outubro de 1981 e deixei folhas em branco assinadas aos meus antigos companheiros para o caso de um processo por minha evasão. Fui para a França. Antes de ir, em 1982, ao México. E porque ignorava completamente que a justiça italiana movia um novo processo contra os PAC, esse famoso processo na minha ausência, onde fui condenado à prisão perpétua sem luz solar. Fiquei sabendo disso com estupefação quando retornei à França, mesma data em que soube do falecimento do meu pai há dois anos atrás. Tal fato, a perda do meu pai, foi mais relevante que qualquer decisão da justiça, pois pensei que nenhum juiz consciencioso poderia considerar com seriedade um processo como esse.

Devo recomeçar a minha história em 1978, quando era ainda membro dos PAC. Desculpem-me, por favor, por me prolongar, Senhores Minis-

tros, mas é a primeira vez, repito-o, que posso explicar na frente de uma justiça digna desse nome e desejo dizer a Vossas Excelências tudo o que sei. Em maio de 1978, eu soube, como todos os italianos e o mundo inteiro, do sequestro e assassinato de Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas. Olhava horrorizado essa imagem da mala do automóvel, um KL, na televisão. Posso dizer que esse dia tornou-me outro homem. Há na minha vida “antes de Aldo Moro” e “após Aldo Moro”. Nesse dia, senti duas coisas: o horror que me inspirava aquele ato, a náusea na frente de todo aquele sangue vertido por todos os lados. Compreendi também que o uso das armas era uma armadilha, na qual a extrema esquerda tinha caído. Decidi nesse dia romper com a luta armada, definitivamente. Em toda a Itália, a morte de Aldo Moro suscitou enorme discussão em todos os grupos armados. No que respeita aos PAC, decidimos por uma nova palavra de ordem segundo a qual estaríamos armados para defender-nos, mas nunca para atacar pessoas. Estupidamente fiquei tranquilizado por esta decisão, votada pela maioria. Mas um mês depois, em junho de 1978, um grupo autônomo dos PAC, dirigido por Arrigo Cavallina e chefiado por Pietro Mutti, sem consultar a totalidade dos membros responsáveis, matou o chefe dos agentes penitenciários, Santoro. Houve imediatamente uma reunião muito agitada [...]

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quantos minutos V. Ex^a precisa para ler a carta de defesa de Cesare Battisti?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que mais vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Rapaz, hein... Vai demorar o tempo do julgamento de Nuremberg.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou empatar com o tempo que concedi a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi não...

V. Ex^a tem e eu quero crer que a Itália aprendeu com os ensinamentos de Nuremberg, ela que foi junto com os alemães a causa da guerra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, eu estou lendo esse trecho tão importante da transformação que houve com Cesare Battisti, quando se deparou com o seqüestro e assassinato de Aldo Moro.

[...] Compreendi também que o uso das armas era uma armadilha na qual a extrema esquerda tinha caído. Decidi nesse dia romper com a luta armada, definitivamente. Em toda a Itália, a morte de Aldo Moro suscitou enormes discussões em todos os grupos armados. No que respeita aos PAC, decidimos por uma nova palavra de ordem, segundo a qual estaríamos armados para defender-nos, mas nunca para atacar pessoas. Estupidamente, fiquei tranquilizado por essa decisão votada pela maioria. Mas, um mês depois, em junho de 1978, um grupo autônomo dos PAC dirigido por Arrigo Cavallina e chefiado por Pietro Mutti, sem consultar a totalidade dos membros responsáveis, matou o chefe dos agentes penitenciários, Santoro. Houve imediatamente uma reunião muito agitada. Pietro Mutti e Arrigo Cavallina defenderam esse homicídio com grande vigor. Nesse mesmo dia, deixei o grupo, como uma boa parte dos membros antigos que se opunham a todo ataque contra pessoas. Pietro Mutti ficou furioso contra mim, considerava que o traía.

Juntei-me, então, ao que era chamado um “coletivo de grupos territoriais”. Também armados, mas não ofensivos. Vivia com muitos outros clandestinos, num velho prédio de Milão. Sabíamos quase tudo o que se passava e se dizia na cidade. E é assim, que, no início do ano de 1979, soubemos que os PAC preparavam ação contra homens de extrema direita que praticavam autodefesa, que andavam sempre armados (espécie de milicianos). Eu não sabia quem era a pessoa visada e não sabia que realmente os PAC tinham decidido matar dois desses justiceiros de extrema direita, Torregiani, em Milão, e Sabbadin, na região de Veneza. Eu quis impedir esses atos sangrentos, estúpidos e contraproducentes para a resistência. Um verdadeira suicídio político, posto que indefensável. Pedi a autorização, em nome do “grupo territorial”, para participar de uma reunião dos PAC, na casa de Pietro Mutti. Cheguei com dois outros companheiros. Havia lá muitos membros novos que eu não conhecia e que tinham substituído as nossas partidas do ano precedente. Expliquei a Pietro Mutti e aos outros a estupidez e a loucura do seu projeto. Muito rapidamente, a reunião caminhou mal e o tom se tornou muito elevado. Os membros dos PAC disseram-me que eu não tinha mais direito de dar o meu pare-

cer, dado que não pertencia mais ao grupo, e a reunião terminou sob forte tensão. Eu não sabia quem devia ser morto. Cerca de um mês depois, ou menos, soube pelos jornais que Torregiani tinha sido assassinado e que, durante o ataque, uma bala de revólver de Torregiani tinha atingido seu próprio jovem filho Alberto. Recordo que fiquei gelado na calçada ao ver o jornal. Soube também que um outro membro da milícia havia sido morto no mesmo dia na região de Veneza, Sabbadin. Fiquei chocado e também envergonhado, muito perturbado, porque eu tinha pertencido a esse grupo, que se tornou assassino.

E dois meses após, em abril – mas não me recordo da data – um policial do Digos, Campagna, foi morto também. O Senador Suplicy interrogou-me para saber se tinha álibis às datas destes homicídios. Mas penso que podem compreender, Senhores Ministros, que, até mesmo por não os ter cometido, sou incapaz de recordar as datas desses crimes. Além disso, vivíamos escondidos nos apartamentos, e os dias eram vazios, intermináveis e muito semelhantes. É-me impossível recordar, 30 anos depois, onde estava naquelas datas, certamente no apartamento, que praticamente nunca deixávamos.

Seguidamente no verão houve uma grande operação no norte da Itália e fui preso com todos os ocupantes do prédio. Sim, é exato que havia armas no lugar, mas a própria justiça italiana estabeleceu, por uma avaliação balística, que eram virgens, que nenhuma delas nunca tinha sido usada para dar um único tiro.

Muitos dos fatos que conto agora não os vivi, dado que estava no México. Soube deles em 1990, na França, quando fui informado do conteúdo do segundo processo que começou com a detenção de Pietro Mutti em 1982. Soube, na França, que Pietro Mutti tinha sido torturado e tinha se constituído “arrepentido”, que aceitava colaborar com a justiça italiana em troca de sua liberdade e uma nova identidade. Soube que ele estava sendo acusado, com base em inquéritos policiais, de ser o atirador sobre Santoro e que acusou-me no seu lugar. Durante esse longo processo, Pietro Mutti fez tantas acusações que muito frequentemente ficou atrapalhado em suas declarações impossíveis ou contraditórias. Por exemplo, para salvar sua namorada, acusou outra mulher, Spina, de ser cúmplice no aten-

tado contra Santoro. Mas, em 1993, a justiça foi obrigada a reconhecer a inocência da Spina e libertá-la. Não tenho os documentos comigo, e devo dizer que a escritora e pesquisadora francesa Fred Vargas conhece muito melhor o meu processo do que eu mesmo. Mas sei que, em 1993, segundo creio, a própria justiça percebeu, por seus atos e suas palavras, que Pietro Mutti era “habitado aos jogos de prestidigitação” e que, freqüentemente, dava o nome de uma pessoa em lugar de outra. À parte a tortura, a única desculpa que se pode dar a Pietro Mutti por ter-se sujeitado a fazer suas terríveis e falsas acusações é que seguiu uma regra: proteger os acusados presentes, lançando a culpa sobre os ombros dos ausentes. Como quanto acusou Spina até que se reconheceu sua inocência em 1993.

Mutti não foi o único arrependido acusador. Quero explicar aos Senhores Ministros que, nessa época, durante os processos nos anos de chumbo, o sistema das torturas e dos “arrependidos” foi utilizado correntemente (ver relatório da Anistia Internacional e da Comissão Européia) e com uma intensidade específica pelo procurador Spataro.

Sabíamos todos que era terrível a ver Spataro como procurador. O sistema dos “arrependidos” não funcionava sobre o único testemunho de um só homem. Era necessário obter outros “testemunhos” de arrependidos de modo que a acusação fosse “confirmada” e parecesse sólida. Houve por conseguinte outros membros dos PAC que me acusaram, juntamente com Pietro Mutti, como Memeo, Masala, Barbetta, etc. Todos eram arrependidos ou “dissociados”, e todos ganharam reduções de pena ou liberdade imediata, ou evitaram a prisão perpétua. Assim, por exemplo, Memeo, o que matou Torregiani e Campagna, Cavallina, o “ideólogo” dos grupos dos duros, Fatone, Grimaldi, Masala, que fizeram parte do comando contra Torregiani, Diego Giacomini, que executou Sabbadin. Todos estes obtiveram sua liberdade em troca da confirmação de Pietro Mutti.

No que respeita à morte de Santoro, já contei da reunião que se seguiu e que decidi a minha saída do grupo. Sei apenas que Arrigo Cavallina e Pietro Mutti defenderam ardentemente esse crime durante aquela reunião e que a polícia os acusava de tê-lo cometido.

Não pertencia mais ao grupo [diz Cesare Battisti] quando foram cometidos os três outros assassinatos, por conseguinte os meus conhecimentos precisos estão limitados. Mas a mídia que me acusa incessantemente de, voluntariamente, “ter atirado sobre Torregiani” e mesmo de ter “atirado sobre seu filho” [o que alguns Senadores aqui afirmaram] sabe efetivamente que isso é totalmente falso. A justiça italiana reconheceu que os quatro homens do comando eram Grimaldi, Fatone, Masala e Memeo, que atirou sobre o joalheiro. E foi também a justiça que confirmou que a bala que feriu o filho Alberto vinha do revólver de seu pai. Creio que, no início, Mutti acusou-me desse crime. Mas como acusava-me também do homicídio Sabbadin, cometido no mesmo dia a centenas de quilômetros,[...]

Eu verifiquei: entre Milão e a região de Veneza, são 280 km. E o intervalo de um para outro crime foi de 1 hora e 50 minutos aproximadamente. Então, era impossível a mesma pessoa estar em ambos os assassinatos.

[...] disse que eu era “o organizador”. Expus já o que se passou na reunião quando tentei impedir esta ação. Quanto ao Sabbadin, Giacomini (sub-chefe para a região de Veneza) confessou ter atirado sobre ele. Como Mutti primeiro tinha dado o meu nome como “atirador”, transformou-me, após as confissões de Giacomini, em motorista, do lado de fora. Só que nem assim funcionou, pois resultou posteriormente que o “motorista” era uma mulher. Senhores Ministros, nem mesmo sei onde é esta aldeia onde foi morto Sabbadin.

Por último, sei que Mutti acusou-me ainda ter atirado sobre Campagna. À época, nada soube sobre a preparação deste crime, não mais que sobre o de Sabbadin. O que sei é que uma testemunha ocular descreveu o agressor como um homem muito grande, de 1,90m, enquanto que eu meço vinte centímetros menos. O resto a escritora e pesquisadora Fred Vargas explicou-me: a balística provou que a bala vinha da arma de Memeo, o que atirou sobre Torregiani, e que uma testemunha diz que tinha acreditado entender pelas palavras de Memeo, que ele que tinha atirado. Mas esta testemunha é talvez um arrependido, e não tenho certeza sobre o responsável pela morte de Campagna.

Não sou responsável por nenhum dos homicídios de que sou acusado, Senhores Ministros. Constantemente fui utilizado no processo como um bode expiatório, por arrependidos. A melhor prova de que digo a verdade é que falsos mandatos foram fabricados, como a perícia grafotécnica comprovou, de modo que os advogados Gabriele Fuga e Giuseppe Pellazza “representaram-me” no processo na minha ausência. Por quê? Certamente não para defender-me, certamente não para o meu bem, dado que foi condenado a prisão perpétua com privação de luz solar. Mas certamente para tornar a acusação contra mim mais aceitável e criar cenário favorável para uma pena mais rigorosa. Até muito tempo depois da simulação de julgamento eu não sabia que existiam falsas procurações. Esta descoberta, devo-a a Fred Vargas e à minha advogada francesa, Elisabeth Maisondieu Camus. Foi Fred Vargas que me deu a informação, quando foi visitar-me na prisão em 2007, em Brasília. Um antigo companheiro (quem? Pietro Mutti? Bergamini?) deu aos advogados as folhas brancas que tinha assinado em 1981, antes de minha fuga. Duas destas folhas foram preenchidas depois em 1982, com “minha” letra, aparentemente. Fred Vargas explicou-me que o mesmo texto o do verdadeiro mandato que assinei em 1979 foi copiado duas vezes, e que os dois textos estão sobrepostos por transparência, enquanto que foram escritos com dois meses de intervalo, “datados” de maio e julho de 1982.

Uma perícia francesa provou, em janeiro de 2005, que as três assinaturas dos três mandatos foram efetuadas no mesmo momento e que, por exemplo, o texto do mandato de 1990, supostamente enviado do México (mas o envelope não existe) foi datilografado acima da minha assinatura de nove anos atrás. A perícia provou também que as datas não foram escritas por minha mão, assim como também o escrito nos envelopes nos dois primeiros “mandatos”.

Quando os meus advogados franceses souberam disso, comunicaram imediatamente, em janeiro de 2005, ao Conselho de Estado francês. Assim procederam porque a França não tem o direito de extraditar um condenado em ausência, que não foi informado de seu processo. Estes três falsos mandatos provaram que eu não havia sido informado (se sim, teria escrito os mandatos eu mesmo). Muito infelizmente, o Conselho de Estado, submetendo-se à vontade do Presidente Jacques Chirac, recu-

sou-se a examinar a falsidade dos mandatos. Aceitaram a extradição afirmando que “tinha sido informado e representado, como se os mandatos fossem verdadeiros”. Em seguida, os meus advogados franceses apresentaram a comprovação dos três falsos documentos à Corte Européia, mas lá também foi inútil, pois, certamente por interferência do governo francês, como esclareço em seguida, a Corte Européia fechou os olhos, ignorou a prova pericial e disse que os mandatos eram verdadeiros. O meu advogado francês Eric Turcon informou-me em Brasília que essa “Corte Européia” tinha sido constituída exclusivamente por magistrados franceses, muito vinculados a Jacques Chirac. Este único fato, Senhores Ministros, prova que o meu processo italiano foi viciado, sendo esse um dos elementos que o Ministro Tarso Genro reconheceu. E que a aprovação da extradição pelas três Cortes francesas, e em seguida pela Corte Européia, foi sempre fundada sobre a existência daquelas procurações, que são absolutamente falsas, o que fica evidente num exame a olho nu. Por que estas Cortes, informadas da falsidades desses documentos, se recusaram a considerar esse ponto da mais alta relevância?

O Secretário Nacional de Justiça do Brasil, Romeu Tuma Jr., por solicitação do Ministro da Justiça, Tarso Genro, teve a oportunidade de examinar detalhadamente os documentos apresentados pela historiadora e arqueóloga Fred Vargas, em diálogo de duas horas, em companhia do Senador Eduardo Suplicy, documentos nos quais se evidencia que houve a falsificação das procurações, conforme a análise técnica, com reconhecimento oficial, feita pela responsável por estudos de grafologia na França, Sr^a Evelyn Marganne. Será muito importante que Vossas Excelências também possam examinar com atenção essas provas, que muito contribuíram para fundamentar o que foi expresso na decisão do Ministro Tarso Genro. Por esse motivo, anexo aqui os documentos levados pela pesquisadora Fred Vargas a Dr. Romeu Tuma Jr. e encaminhados ao Ministro Tarso Genro, pois eles mostram a evidência da falsificação das procurações e apóiam as explicações detalhadas das folhas nas conclusões da Justiça italiana a meu respeito.

Assinalo que todas as testemunhas arroladas que contaram que eu teria participado dos quatro assassinatos foram beneficiárias pela “delação premiada” com conseqüente diminuição de suas penas e/ou de sua libertação.

O Sr. Walter Fanganiello Maierovitch afirma em seus artigos que a Justiça italiana não aceita o depoimento de um “arrependido” que use da delação premiada, se porventura não falar a verdade. Entretanto, a própria Justiça italiana não invalidou a denúncia contra mim feita por Pietro Mutti, apesar das contradições acima assinaladas. Observo também que, na entrevista dada por Pietro Mutti à revista Panorama, na qual se baseou a revista Veja para concluir que eu era culpado dos quatro assassinatos, diferentemente do que se deu a entender, não há foto recente de Pietro Mutti. A foto lá mostrada é do tempo em que nós convivíamos e suas palavras são exatamente as mesmas que pronunciou à época da denúncia. De minha parte estou disposto a confirmar pessoalmente perante Vossas Excelências tudo o que estou dizendo. Assim como estou disposto [é o que assevera Cesare Battisti, que, hoje, confirmou a mim que está disposto a dialogar e inclusive a responder a toda e qualquer pergunta que os Ministros do Supremo Tribunal Federal fizerem a ele] a afirmar aos familiares das quatro vítimas, olho no olho, que não matei seus entes queridos. Sei que a Justiça do Brasil tomará em consideração todos os elementos que, postos juntos, provam a minha inocência e a maneira tremenda como foi utilizado como bode expiatório durante esse processo tão cheio de falhas na Itália. A cólera desproporcionada de alguns setores da Itália decorre, em grande parte, do fato de que não querem, ou não lhes convém, reconhecer que o meu processo foi totalmente falseado, como tantos outros desse mesmo período (houve 4.700 processos contra a extrema esquerda durante os anos de chumbo).

Espero, Senhores Ministros, que me tenham entendido, apesar do ataque irracional e desmedido de setores muito influentes de um país – a Itália – contra mim. Sobre a minha vida e sobre a minha honra, posso afirmar que lutei sempre contra as ofensas físicas durante a revolta italiana e que nunca atentei contra a vida das pessoas. Essa é a verdade, que nenhuma prova contrariou.

Solicito a Vossas Excelências, Senhores Ministros, receber as expressões de meu respeito e da mais elevada consideração.

Cesare Battisti.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero muito agradecer a V. Ex^a a gentileza de me permitir ler essa carta completa de Cesare Battisti. V. Ex^a há de con-

vir que se trata da expressão de quem aqui procura transmitir a verdade, segundo sua perspectiva. Quero que a justiça seja feita.

Hoje ainda, o parlamento italiano aprovou uma moção, pedindo ao Brasil que extraditasse Cesare Battisti. E quero aqui conclamar os membros do parlamento italiano a que verifiquem, em profundidade, aquilo que está escrito nessa carta: se houve ou não as torturas mencionadas durante o primeiro processo; se houve ou não perseguição aos que estavam presos, o que levou Cesare Battisti a fugir da sua prisão, segundo ele disse, e não a fugir da Justiça. Ali ele se via ameaçado e viu muitos de seus colegas terem sua saúde inteiramente estragada, quando não desapareciam. Isso é importante. O Senador Del Fiore, que mora no Brasil, que foi eleito durante o último governo e que esteve representando o Senado na Itália, está de acordo em que houve, nos anos 70 e 80, fortes perseguições à Esquerda e que, muitas vezes, mesmo que houvesse ali um regime democrático, houve abusos.

Sr. Presidente Mão Santa, mesmo em um regime democrático como o de De Gaulle, houve, a certa altura, fatos terríveis, da parte de responsáveis franceses na Argélia – crimes de perseguição e de tortura e outros –, até que houve a independência da Argélia. O fato de um país viver sob a democracia não significa que ali não possam ter ocorrido abusos.

Convido os parlamentares da Itália a examinarem em profundidade os abusos cometidos. Por que não examinam como houve as três falsas procurações que caracterizaram o julgamento de Cesare Battisti? Esse é o ponto essencial, e convém ao parlamento italiano, com dignidade, observar esse fato, antes de solicitar ao Ministro Tarso Genro, ao Governo brasileiro, ao Supremo Tribunal Federal que modifiquem a decisão tomada, porque dúvidas houve, inclusive as de que Cesare Battisti estava e está sendo perseguido pela Itália por muitos que não querem examinar em profundidade os fatos que precisam vir à tona completamente.

Eu, como descendente de italianos, que tenho um bisavô e um avô que me honram – Francesco Matarazzo, pioneiro da industrialização brasileira, e Andrea Matarazzo –, quero que a verdade venha à tona. Se houver uma prova concreta, se houver uma testemunha ocular, que não seja dos arrependidos! Mas isso não há! Faz 30 anos, e não apresentaram até hoje uma testemunha ocular qualquer dos quatro assassinatos. Todos que acusaram Cesare Battisti foram beneficiados com a delação premiada, com o prêmio da sua própria liberdade. E, se alguns estão tão incomodados, que procurem mais a fundo!

Mino Carta e Walter Fanganiello Maierovitch tiveram a oportunidade de conversar com Fred Vargas – eu mesmo encaminhei artigo de Fred Vargas à

Carta Capital – e se recusaram, porque disseram que já estavam com seu ponto de vista firmado. Lamento isso, porque considero Mino Carta um dos maiores jornalistas brasileiros; é um homem que muitas vezes se caracterizou por procurar a verdade inteiramente. E ele escreveu, no seu *blog*, em despedida, que a cidade de Milão se distancia da outra cidade, Santa Maria, uma pequena vila na região de Veneza... Na verdade, de Veneza a Milão são 280 km; de qualquer forma, é mais do que uma hora e cinquenta minutos. Então, ficava difícil. E a própria Justiça observou que não poderiam ter ali sido cometidos pela mesma pessoa os dois crimes. Mas ele insiste, como se não fosse um jornalista que quer saber a verdade completa. Já Walter Fanganiello – aqui está assinalado – diz que o depoimento de arrependidos, quando incidissem em mentiras, seria anulado, mas o de Pietro Mutti, diversas vezes, foi caracterizado por inverdades, e seu depoimento em que acusa Cesare Battisti não foi devidamente anulado.

Assim, Sr. Presidente, se quiserem provar, que mostrem para valer! Mas, se for para condenar Cesare Battisti da forma como fizeram, quero dizer aos queridos deputados italianos, muitos dos quais aqui recebemos com todo respeito, com amizade e com dignidade, que procurem saber exatamente dos fatos, porque foram diversos outros parlamentares, durante os anos de chumbo, que averiguaram que aconteceram, sim, abusos extraordinários pela Justiça italiana. Nas prisões italianas, inclusive, houve torturas, naquela época dos anos de chumbo.

Sr. Presidente, muito obrigado por sua atenção, pela compreensão e pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimentamos V. Ex^a, e nossa paciência redundava naquele que ali está, Cristo, que disse “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados”. Em respeito a Marco Maciel, que adentra aqui, cito outro filósofo, Montaigne, que disse que “a justiça é o pão de que mais a humanidade necessita”, e nosso Rui Barbosa, que disse que “só há um caminho e uma salvação, a lei e a justiça”. Então, daí estarmos aqui. Só justifica nossa presença o fato de garantirmos o equilíbrio dos Poderes. Lerei até a carta que V. Ex^a mandou para o nosso Ministro Gilmar Mendes. Quero lê-la e dar o testemunho de que saí muito cedo, hoje, de Teresina e de que lá já estava o Ministro Gilmar Mendes, fazendo uma campanha de moralização na Justiça do Piauí e, conseqüentemente, do Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a por poder lê-la.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Diz a carta:

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme expliquei a Vossa Excelência em nossa conversa telefônica de ontem, encaminho correspondência na qual Cesare Battisti expõe os fatos ocorridos ao longo de sua vida, que acredita demonstram sua inocência com respeito aos assassinatos a ele atribuídos. Também solicitou que lhe enviasse outra correspondência, datada de 18/02/2009, dirigida ao povo italiano e ao povo brasileiro, em que expressa os seus sentimentos acerca da maneira distorcida com que foram divulgados fatos não verdadeiros sobre suas ações.

Requeiro, ainda, que Vossa Excelência verifique a possibilidade de fazer chegar aos demais Ministros desta Corte os documentos anexos.

Cordialmente, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Aviso nº 9, de 2009** (nº 120/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 241/2009, proferido nos autos do processo nº TC 002.811/2006-6, referente ao acompanhamento de licitação para concessão de serviço de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho compreendido entre os Municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A matéria vai às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República, que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 38, DE 2009

(Nº 87/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

Os méritos do Senhor José Vicente da Silva Lessa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2009. – **Luiz Inacio Lula da Silva**.

EM Nº 44 MRE – APES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **currículum vitae** de José Vicente da Silva Lessa que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOSÉ VICENTE DA SILVA LESSA
CPF.: 02037947534
ID.: 7881/MRE

1949 Filho de Vicente da Fonseca Lessa e de Carmen da Silva Lessa, nasce em 9 de abril, em Salvador/BA

1977 Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia/BA

1978 Centro de Educação Tecnológica da Bahia, Plano Departamental e Subsistema de Utilização da Capacidade Docente, Consultor técnico

1978 Universidade Federal da Bahia, Análise da Estrutura Organizacional da Universidade, Consultor técnico

1979 CPCD – IRBr

1980 Terceiro Secretário em 2 de setembro

1980 Divisão do Oriente Próximo, assistente

1982 Embaixada em Paramaribo, Terceiro Secretário

1983 Segundo Secretário em 22 de junho

1983 Embaixada na Haia, Segundo Secretário

1984 CAD – IRBr

1986 Embaixada em São José, Segundo Secretário

1989 Divisão Econômica da América Latina, assistente

1991 O Mito do Poder e o Poder do Mito nas Relações Internacionais, in Revista Humanidades, UnB

1991 Divisão de Integração Regional, assistente

1991 Primeiro Secretário, por merecimento, em 20 de dezembro

1992 Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário e Encarregado de Negócios

1995 Embaixada em Bonn, Primeiro Secretário

1998 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Subsecretaria de Análise e Avaliação, Coordenador de Planejamento e Articulação Institucional

1999 O Capitalismo Pós-Nacional e os Riscos da Inserção Desigual do Brasil, in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 42, nº 1

1999 Será o Desemprego Necessariamente um Mal?, in Idéias & Debate, Instituto Teotônio Vilela, nº 25

1999 Divisão de Atos Internacionais, assessor e Chefe

2001 Conselheiro, por merecimento, em 29 de dezembro

2003 XLIV CAE – IRBr, A Paradiplomacia e os Aspectos Legais dos Compromissos Internacionais Celebrados por Governos Não-Centrais

2005 O Auto-Engano Coletivo, uma Crítica do Ideário Nacional Brasileiro, Editora Editco/SP

2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de dezembro

2006 Embaixada em Berna, Ministro-Conselheiro – **Silvana Polich**, Diretora, Interina, do Departamento do Serviço Exterior.

Informação Sobre a República da Namíbia

DAF-II/4-2-2009

A República da Namíbia situa-se na África Austral e está limitada, a oeste, pelo Oceano Atlântico; a leste, por Botsuana; ao norte, por Angola e Zâmbia; e ao sul pela África do Sul. O território do país é de 825.418 km². Sua população é de 2,1 milhões de habitantes (estimativa de 2008), que tem por idiomas o inglês, o africâner, o alemão e outras línguas locais.

A origem do país remonta à colônia do Sudoeste Africano, cujo domínio, segundo os arranjos estabelecidos durante a Conferência de Berlim (1885), coube à Alemanha. Após a derrota desta na Primeira Guerra, o Sudoeste Africano tomou-se protetorado da União Sul-Africana, conforme decisão da Liga das Nações. Em 1946, a África do Sul não conseguiu renovar o seu mandato sobre o Sudoeste Africano junto à recém-criada ONU. Assim, tornou-se potência ocupante. Em 1960, é criada a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO). Em 1966, a SWAPO inicia luta armada contra a ocupação sul-africana, sob a liderança de Sam Nujoma. Em 1968, o Sudoeste Africano é oficialmente renomeado Namíbia pela AGNU. Em 1972, a ONU reconhece a SWAPO como único representante

legítimo do povo da Namíbia. Em 1989, realizam-se eleições constitucionais supervisionadas pelas Nações Unidas, com vitória da SWAPO. Em 1990, a Namíbia se torna independente e Sam Nujoma o seu primeiro Presidente.

Desde então, a Namíbia vive clima de estabilidade e consolidação das instituições democráticas. O País destaca-se por figurar entre os principais investidores de todo o continente na área social e por seus esforços de combate à corrupção. Cerca de 30% do orçamento nacional é destinado à área social, especialmente educação e saúde. No relatório de 2008 da Transparência Internacional, o país obteve o sexto melhor índice de corrupção na África (atrás de Botsuana, Maurício, Cabo Verde, África do Sul e Seicheles).

Juntamente com o problema da AIDS, a questão agrária tem constituído a maior ameaça à estabilidade na Namíbia, assim como em toda a região da África Austral. Cerca de 4 mil fazendeiros detêm fazendas comerciais cujas terras equivalem, em extensão, à área de propriedades comunais administrada por 150 mil famílias. O Governo instituiu um programa de venda voluntária de terras, cujo sucesso tem sido limitado, e anunciou desapropriações, voltadas sobretudo às terras de proprietários absenteístas. A reforma agrária tem sido uma das bandeiras da SWAPO desde que assumiu o poder.

A Namíbia é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e tem interesse na dinamização de suas atividades. Para a Namíbia, a Organização é importante garante da desnuclearização do oceano e pode induzir o crescimento da cooperação e o intercâmbio regional, inclusive no combate ao tráfico de entorpecentes.

As prioridades da política econômica do Governo namibiano permanecem basicamente as mesmas desde a independência: criar empregos e reduzir as desigualdades sociais e de renda por meio do crescimento sustentável, da diversificação da economia, e de políticas de ação afirmativa (Black Economic Empowerment – BEE). Há também a preocupação de melhorar o desempenho das empresas estatais.

Em 2007, a taxa média de crescimento da economia namibiana foi de 3,8%, e a expectativa é de que tenha caído para 3,6% em 2008. Para 2009, espera-se que o crescimento seja ainda menor, refletindo as condições recessivas da economia.

O comércio exterior, que responde por quase 60% do PIB, está concentrado na exportação de produtos primários (pescado, carne e, sobretudo, minerais, entre eles diamante, urânio, ouro e cobre), o que deixa o país em situação vulnerável em face das flutuações dos preços internacionais de **commodities**. O principal parceiro é a África do Sul, que absorve 32% das exportações e fornece 80% do total das importações.

As relações do Brasil com a Namíbia tiveram início, formalmente, com a independência desta, em 1990. Desde a década anterior, no entanto, a SWAPO contara com o apoio brasileiro nas Nações Unidas, ao longo das negociações para a emancipação do país.

Em outubro de 2003, a Namíbia abriu Embaixada em Brasília. No mês seguinte, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou viagem oficial ao país. A visita a Windhoek constituiu marco nas relações bilaterais, ao integrar a Namíbia ao esforço diplomático brasileiro de estreitar o relacionamento com a África. Na ocasião, foram assinados 9 instrumentos bilaterais, todos já em vigor.

Em junho de 2004, o então Presidente Sam Nujoma esteve no Brasil, acompanhado de delegação empresarial e altas autoridades do Governo, entre elas, o então Ministro das Terras, Reassentamento e Reabilitação e hoje Presidente, Hifikepunye Pohamba. Em março de 2005, o Vice-Presidente José Alencar realizou visita à Namíbia, por ocasião da posse do Presidente Hifikepunye Pohamba. Em setembro do mesmo ano, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hifikepunye Pohamba encontraram-se à margem da 60ª AGNU. Encontro que se repetiu em 2008, durante a 63ª AGNU.

Em setembro de 2008, o chanceler da Namíbia, Ministro Marco Hausiku, realizou visita oficial a Brasília. O Ministro cumpriu programação que incluiu, além de reunião de trabalho no Itamaraty, encontros nos Ministérios das Minas e Energia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; no Comando da Marinha e no Senado Federal. O Ministro também realizou visita de campo à Embrapa Cerrados e proferiu palestra no Instituto Rio Branco.

Para o Brasil, as relações políticas com a Namíbia têm o atrativo de ensejar diálogo sobre temas regionais e continentais, além da construção de consensos diplomáticos no conjunto de temas de interesse para países atlânticos e do Sul. O Governo da Namíbia confere alta prioridade, em todas as áreas, ao aprofundamento das relações com o Brasil.

O Presidente Hifikepunye Pohamba tem profunda admiração pelo País. É seu objetivo declarado ampliar o relacionamento bilateral, sobretudo na vertente econômico-comercial. Pohamba ficou impressionado com a pujança industrial de São Paulo e tem reafirmado desejo de receber investimentos brasileiros e disposição de fazer da Namíbia a porta de entrada do Brasil para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O Presidente Pohamba deverá visitar o Brasil em fevereiro de 2009. A visita constitui a reafirmação do desejo namibiano de manter com o Brasil relações mais estreitas e de intensificar a cooperação bilateral.

É mostra também da expectativa de que o Brasil amplie a cooperação já prestada à Namíbia.

As iniciativas de cooperação brasileira abrangem as áreas de agricultura, desenvolvimento urbano e, sobretudo, a área naval. O Projeto “Assistência à produção de frutas subtropicais e leguminosas na Namíbia” propiciou treinamento a pesquisadores namibianos em metodologias e tecnologias agrícolas na produção de frutas subtropicais e no processamento de leguminosas, bem como em irrigação para pequenas áreas. O Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano na Namíbia”, auxiliou o Governo daquele país na formulação de políticas de habitação para população de baixa renda; na transferência de metodologias de construção não-convencionais adequadas à realidade local; e na formulação de plano-piloto na área de gerenciamento de resíduos sólidos e saneamento básico.

A cooperação naval se destaca no relacionamento bilateral. A Marinha do Brasil mantém Missão Naval na Namíbia desde 1994 e a cooperação bilateral Brasil-Namíbia em Defesa ocorre essencialmente na área naval. Como marco legal para o estabelecimento de colaboração entre os países na área, foram firmados dois instrumentos: o Acordo Naval, de 1994, e o Acordo sobre Cooperação Naval, de 2001. As demandas namibianas concentram-se, sobretudo, nas áreas de treinamento de pessoal; construção naval; e delimitação da plataforma continental (LEPLAC).

Quanto à formação de pessoal, cabe ressaltar que todos os postos de comando das forças navais da Namíbia receberam treinamento no Brasil. Uniformes, regulamentos e procedimentos adotados seguem aqueles da Marinha brasileira. Os primeiros oficiais namibianos formados pela Marinha brasileira foram graduados em 1998. Desde então, 478 namibianos receberam treinamento da Marinha e 162 encontram-se em formação neste momento.

A contribuição brasileira inclui ainda a construção de navio-patrolha de 250t e de quatro lanchas-patrolha de 45t para a Marinha da Namíbia, no valor total de US\$31,6 milhões. O primeiro navio-patrolha, construído no estaleiro Inace, no Ceará, foi entregue em janeiro de 2009, em Fortaleza, em cerimônia que contou com

a presença do Ministro da Defesa namibiano, General Charles Ndaxu Namoloh. Quanto às lanchas, há previsão de entrega de duas em agosto de 2009 e outras duas em setembro de 2010.

Além disso, por ocasião da visita do Presidente Lula à Namíbia, em novembro de 2003, foi feita doação de embarcação brasileira às Forças de Defesa namibianas. A doação foi efetivada em 2005. Antes disso, o navio passou por reforma, orçada em cerca US\$450 mil, paga pelo governo namibiano, e sua tripulação recebeu a programação de treinamento concebido pela Marinha brasileira.

No que respeita ao LEPLAC, o Governo da Namíbia solicitou apoio do Governo Brasileiro para realizar, à luz dos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o delineamento de sua plataforma continental jurídica (PCJN). Ressalta-se o grande interesse namibiano no tema, visto que suas maiores riquezas (além do gás natural), localizam-se, sobretudo, na costa do país e tem ainda grande potencial inexplorado.

O comércio entre Brasil e Namíbia, desde 2002, cresceu 600% (de US\$3,8 milhões, em 2002, para US\$23 milhões, em 2008). Apesar do notável incremento, os valores ainda são pequenos em termos absolutos. As importações da Namíbia permaneceram ínfimas e equivalem a cerca de 0,2% da corrente de comércio. Os principais produtos exportados pelo Brasil são: móveis de madeira; pedaços e miúdos de galinha; bombons e caramelos e garrações e garrafas de vidro. Os principais produtos importados pelo Brasil são: carne de turbarão; plantas medicinais para perfumaria e semelhantes; aparelhos de telefonia e telegrafia e circuitos integrados.

Empresas brasileiras estão envolvidas em projeto de hidrelétrica no rio Cunene, entre Namíbia e Angola. Em junho de 2008, firmou-se a contratação de consórcio formado pela Engevix, Furnas, Eletrobrás e Odebrecht para a elaboração de estudo de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Baynes, no rio Cunene. Em consequência desse projeto, a Odebrecht abriu pequeno escritório de apoio em Windhoek.

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ FOB) – Fonte: MDIC

Intercâmbio Comercial Brasil→Namíbia	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	3.790.056	9.923.366	11.462.966	12.874.401	12.643.470	16.534.772	22.988.370
Importações	2.602	157.817	89.454	18.568	111.822	67.322	65.827
Saldo	3.787.454	9.765.549	11.373.512	12.855.833	12.531.648	16.467.450	22.922.543
Intercâmbio	3.792.658	10.081.183	11.552.420	12.892.969	12.755.292	16.602.094	23.054.197

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

Aviso nº 89 – C. Civil.

Em 18 de fevereiro de 2009

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Vicente da Silva Lessa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção IV
Do Senado Federal

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

.....
LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....
Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto

a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§ 1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

.....
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 39, DE 2009
(Nº 88/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Os méritos do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

EM Nº 45 MRE – APES

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Minis-

tério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** de Arthur Vivacqua Correa Meyer que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **ARTHUR VIVACQUA CORREA MEYER**

CPF.: 042271151-91

ID.: 5329/MRE

1948 Filho de Arthur Maciel Correa Meyer e He-loisa Vivacqua Corrêa, nasce em 12 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

1967 Medalha Prêmio Correia Lima do Exército Brasileiro, Brasil;

1969 CPCD – IRBr;

1970 II Tenente da Reserva do Exército;

1970 Ciências Econômicas pela Universidade Estado da Guanabara;

1971 Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata;

1971 Terceiro Secretário em 12 de março;

1972 Prática Diplomática e Consular, IRBr;

1974 Divisão da Europa II, assistente;

1975 Consulado-Geral em Chicago, Cônsul-Geral Adjunto;

1975 Segundo Secretário em 29 de maio;

1977 Mestrado em Economia, Universidade de Chicago/EUA;

1978 Embaixada em Caracas, Segundo Secretário;

1978 CAD – IRBr;

1980 Primeiro-Secretário em 17 de dezembro;

1981 Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Andrés Bello, Caracas;

1981 Divisão da Ásia e Oceania II, assessor;

1986 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, assessor;

1987 Divisão da Europa I, Subchefe;

1989 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho;

1992 CAE – IRBr, A Comunidade Européia no contexto internacional dos anos 90;

1992 Embaixada em Tóquio, Conselheiro;

1994 O Grupo dos Sete (G-7) e os países em desenvolvimento, in Revista Política Externa/SP;

1994 Comendador da Ordem do Mérito Melitense, Ordem Soberana e Militar de Malta;

1995 A região da Ásia-Pacífico, in Revista Política Externa/SP;

1996 Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretário;

1998 Entendendo o processo decisório norte-americano, in Revista Parcerias Estratégicas, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR);

1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho;

1999 Embaixada em Bissau, Embaixador;

2003 Ordem de Rio-Branco, Brasil, Grã-Cruz;

2005 Diploma de Honra da República da Guiné-Bissau;

2005 Embaixada em Georgetown, Embaixador; – **Silvana Polich**, Diretora, Interina, do Departamento do Serviço Exterior.

Informação Sobre a República de São Tomé e Príncipe

DAF-II / 4-2-2009

O território da República Democrática de São Tomé e Príncipe é composto por arquipélago com área de 1.001 km², situado no Golfo da Guiné, na África Equatorial. A população é estimada em 160 mil habitantes. O português é o idioma oficial. Os poderes repúblicanos são compartilhados por Chefe de Estado (Presidente Fradique de Menezes, que detém a maioria deles); e pelo Chefe de Governo (Primeiro-Ministro Rafael Branco).

A colonização portuguesa do arquipélago teve início no século XVI, quando lá foi introduzida a cultura da cana-de-açúcar, baseada no trabalho escravo. Nesse período, São Tomé torna-se importante entreposto do tráfico negreiro, inclusive para o Brasil. Em 1800, a cultura do cacau é introduzido na colônia, que se torna um dos principais produtores do mundo. Em 1960, forma-se grupo nacionalista que, posteriormente, se transforma no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), de orientação marxista. Em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, o novo governo português reconhece o direito a independência de São Tomé e Príncipe e o MLSTP como interlocutor legítimo. Em 12 de julho de 1975, São Tomé e Príncipe torna-se independente. Manuel Pinto da Costa (MLSTP) torna-se Presidente e Miguel Trovoada, Primeiro-Ministro.

A economia de São Tomé e Príncipe é historicamente dependente do cacau e, portanto, esteve sujeita a flutuações de preço e safra. Nos últimos anos, no entanto, houve um esforço de diversificação da economia, com a adoção de políticas e programas governamentais de promoção de novos setores produtivos.

O investimento público em infra-estrutura, o turismo e a pesca foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico registrado nos últimos três anos.

A economia santomense, depois de atravessar a segunda metade da década de 1990 com retração do PIB, cresceu aceleradamente nos últimos sete anos, quando as taxas estiveram sempre acima dos 5%. Como o crescimento populacional estabilizou-se em cerca de 2% ao ano, houve importante aumento do PIB *per capita*, que praticamente dobrou nos últimos sete anos.

Em que pesem aos avanços dos últimos anos, a economia santomense ainda depende fortemente de doações internacionais, que ajudam a equilibrar o Balanço de Pagamentos, pois o *déficit* comercial continua alto, tendo atingido quase 50% do PIB em 2007.

O país beneficiou-se do Instrumento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) do FMI, visando ao perdão de US\$ 200 milhões da dívida externa. O benefício foi concedido pelo Fundo em 2000, no âmbito do Programa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC).

Em 2007, foi anunciada a decisão do Banco Mundial e do FMI de perdoar a dívida externa do país. O perdão significou o cancelamento de mais de 90% da dívida santomense, até então avaliada em US\$ 360 milhões.

O Governo estima que a redução do endividamento, associada à perspectiva de exploração de petróleo no mar territorial, facilitará a obtenção de financiamentos e poderá alavancar a concretização de obras de infra-estrutura. Desdobramentos recentes, contudo, indicam que apenas após alguns anos se poderá dimensionar a receita advinda do setor petrolífero.

A falta de abastecimento regular de energia também é um entrave ao desenvolvimento econômico. A necessidade de energia em São Tomé é hoje da ordem de 12 MW; o país produz 8 MW, dos quais cerca de 40% são perdidos por conta da obsolescência das linhas de transmissão. Tendo em conta que a projeção do consumo de energia para os próximos vinte anos é de cerca de 20 MW, uma pequena central hidrelétrica seria capaz de atender às necessidades do país pelas próximas duas décadas.

Em 2007, o fluxo de comércio exterior santomense somou US\$ 88,7 milhões, com um *déficit* de US\$ 73,2 milhões. Dados parciais de 2008 indicam que, até junho, o *déficit* comercial estava em US\$ 43,2 milhões, e o fluxo comercial somava US\$ 49,2 milhões. O principal fornecedor do país continua sendo Portugal, de onde vem mais de 60% de tudo que o país importa. Em seguida, apareceram, em 2007, os EUA (11%), o Gabão (4,5%), e a Bélgica (3,9%). São Tomé importa praticamente tudo o que consome.

As exportações, que somaram US\$ 7,8 milhões em 2007, ainda dependem fortemente do cacau, que respônde por mais de 50% da receita obtida. O produto é vendido sobretudo a países europeus, em especial Bélgica e Países Baixos, os quais, em 2007, se constituíram no destino de quase 50% das exportações santomenses.

O Presidente Lula já esteve duas vezes em São Tomé e Príncipe, em 2003 (visita bilateral) e 2004 (Cimeira da CPLP). O Presidente Fradique de Menezes visitou o Brasil em agosto de 2005.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros Carlos Tiny realizou visita oficial ao Brasil em janeiro de 2009, com o objetivo de preparar a visita do Primeiro-Ministro Joaquim Rafael Branco, prevista para março de 2009.

A parceria com Brasil é vista como meio de acelerar o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Nesse sentido, tanto a visita do Chanceler como a provável visita de Rafael Branco têm por objetivo criar condições para a intensificação da cooperação oferecida pelo Brasil e para o incremento dos investimentos brasileiros em São Tomé.

A agenda de encontros e reuniões solicitada pelo MNE santomense contemplou as prioridades estabelecidas por seu governo. De um lado, Carlos Tiny tratou com autoridades brasileiras da cooperação nos campos de capacitação profissional (com destaque para a implantação de Centro de Formação Profissional do SENAI e do SENAC em São Tomé), desenvolvimento agrícola (por meio de colaboração da EMBRAPA e do MDA, no que tange a microcrédito agrícola) e ampliação da infra-estrutura de seu país. De outro lado, o Ministro estabeleceu contatos com empresários, visando à ampliação dos investimentos em São Tomé e Príncipe.

As manifestações das autoridades locais mostram que os dirigentes santomenses depositam grande esperança em que o Brasil proporcione, por meio da cooperação, os meios para o desenvolvimento e modernização do país.

O Brasil participa das Mesas Redondas de Doadores organizadas pelo PNUD e mantém projetos de cooperação, bilaterais e no âmbito da CPLP, em benefício de São Tomé e Príncipe, em áreas como educação (alfabetização de adultos e formação de professores), capacitação de mão-de-obra, saúde pública, segurança alimentar (merenda escolar) e gestão. Com destaque para os seguintes projetos:

Projeto de Governança Eletrônica e Intranet Governamental – Data Center

Em 2008, a cooperação brasileira; por meio do SERPRO, viabilizou ao Governo santomense uma infra-estrutura de rede local (LAN) e de redes de longa distância (WAN) para a interligação dos órgãos do

Poder Executivo, bem como um ambiente centralizado de servidores corporativos, serviços de rede, ambiente para absorção de aplicações web e banco de dados. Além disso, o projeto contemplou o treinamento e a capacitação de técnicos, permitindo gerenciar e garantir a manutenção das estruturas fornecidas. Prevê-se ainda a assistência do SERPRO para a estruturação de uma área de informática ligada ao Governo, para fomentar, normatizar e prestar suporte local.

A referida iniciativa terá grande impacto para São Tomé e Príncipe, tendo em vista a carência do país na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Em maio de 2008, com a presença do Ministro Celso Amorim, foi inaugurada a estrutura do Centro de Processamento de Dados do Governo de São Tomé e Príncipe (CEPRO-STP), que tem proporcionado a otimização da utilização da Intranet governamental.

Projeto Merenda Escolar

Prevê a estruturação de um programa de alimentação escolar para o Governo de São Tomé e Príncipe, para suprir a retirada do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, prevista para 2012. Com o apoio do Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, planeja-se a implantação do projeto, a título de teste, em quatro escolas santomenses. Missão de avaliação esteve no país em novembro de 2008. Seu parecer servirá ao planejamento de possível expansão da iniciativa.

Centro de Formação Profissional

Em dezembro de 2008, atendendo a demanda santomense, foi realizada missão conjunta ABC/SENAI/PNUD ao país para tratar da viabilidade da instalação do Centro de Formação Profissional. Como resultado, definiu-se o imóvel apropriado, e o Governo local está tratando da cessão do prédio.

O projeto seria implementado em quatro fases, sendo a primeira reservada a ações básicas de formação profissional; a segunda a ações de formação direcionadas a obras e investimentos; a terceira tra-

balharia em ações de fortalecimento institucional; e, na última fase, ocorreria a transferência do Centro ao Governo santomense.

Projeto Trilateral da Malária

Como fruto da reunião dos Presidentes Lula e Bush em Camp David, em março de 2007, foi acordada cooperação conjunta dos países para combate da malária em São Tomé e Príncipe. O objetivo da cooperação é prover o país de programa sustentável de controle da malária, por meio da capacitação do Ministério da Saúde local para a implementação e gestão das atividades de controle da doença. A parte brasileira, como meio de atingir os propósitos do programa, promoveu a associação com o Projeto de Governança Eletrônica, passando a utilizar a rede de Internet implantada para permitir a incorporação dos dados de saúde para o geo-referenciamento de casos de paludismo no país. Esta atuação na área de combate ao paludismo é ilustrativa da inter-relação entre os diversos projetos de cooperação que o Brasil mantém com o país.

O comércio bilateral, embora ainda modesto, vem crescendo fortemente nos últimos anos. As exportações brasileiras aumentaram mais de 700% entre 2003 e 2007, quando alcançaram a marca de US\$ 2,2 milhões, impulsionadas sobretudo pelo incremento nas vendas de açúcares e laticínios. Em 2008, no entanto, houve redução do volume exportado, para US\$ 1,2 milhão, principalmente porque ocorreu significativa diminuição das vendas de açúcar.

Já as importações oriundas de São Tomé e Príncipe diminuíram sistematicamente desde 2004, até caírem a zero em 2007. O principal item da pauta de exportações santomense para o Brasil eram os pescados. A queda nas vendas ao Brasil insere-se em contexto maior de redução das exportações santomenses a todos os países, em razão de problemas de competitividade e de dificuldade de escoamento da produção. Em 2008, as importações de São Tomé e Príncipe somaram apenas US\$8mil e corresponderam à compra de peças e acessórios para motocicletas.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL)

BRASIL ⇄ STP	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Intercâmbio	103,2	387,9	789,3	830,3	794,6	2.149,9	1.212,6
Exportações	103,2	262,4	371,6	725,3	791,5	2.149,9	1.204,5
Importações	0	125,5	417,6	105,0	3,1	0	8,1
Saldo	+103,2	+136,9	-46,0	620,3	788,4	2.149,9	1.196,4

Aviso nº 90 – C.Civil.

Em 18 de fevereiro de 2009.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Arthur Vivacqua Correa Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção IV
Do Senado Federal

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

.....
LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de

8 dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nº 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências.

.....
Art. 39. Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática Permanente e de Missão ou Delegação Permanente junto a organismo internacional serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador.

§1º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática Permanente residente em outro Estado, mantendo-se, nessa eventualidade, a sede primitiva.

§ 2º Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como Chefe de Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segunda Classe, nos termos do art. 46 desta lei, lotado na Secretaria de Estado.

§ 3º Excepcionalmente e a critério da administração, o Ministro de Primeira Classe, em exercício na Secretaria de Estado, poderá ser designado como Embaixador Extraordinário para o tratamento de assuntos relevantes para a política externa brasileira.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que defere o **Requerimento nº 122, de 2009**, do Senador Inácio Arruda, lido na sessão do dia 20 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 124, DE 2009

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para a Caixa Econômica Federal, seus Diretores e Corpo

de Funcionários, em especial aos 986 empregados de outros Estados que foram para Santa Catarina, participar da Força Tarefa destinada ao pagamento do FGTS aos atingidos pelas enchentes.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2009. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos, ao encerrar esta sessão, cumprimentar aqueles do meu Estado que fizeram o carnaval, sobretudo as sociedades e os Governos de Floriano, de Bocaina, de Água Branca, de Barras, de Luís Correia, Parnaíba, onde a imprensa especializada disse que se realizaram extraordinários carnavais. Sobretudo, gostaria de cumprimentar a Escola Brasa Samba, que comemora o título de campeã. A Brasa Samba é uma escola tradicional, e temos muita simpatia pela sua história. É campeã do carnaval. No Piauí, passei em Luís Corrêa e vi o esforço do Prefeito e do seu Vice-Prefeito, Luís Neto, que fizeram um extraordinário carnaval, com trio elétrico, com *shows* privados e com festa pública. O bairro de Coqueiro também mostrou sua euforia carnavalesca. A eles, nossos parabéns!

Em homenagem ao Marco Maciel, que aí está, encerraremos a sessão, dizendo: “Igreja lança a Campanha da Fraternidade. A campanha deste ano pretende promover o debate sobre a segurança pública para contribuir com a cultura da paz nas pessoas”. O Jornal **Diário do Piauí**, do povo do Piauí, traz uma reportagem:

Dom Sérgio: apresenta hoje a campanha para a imprensa.

O Arcebispo de Teresina, Dom Sérgio Rocha, realiza hoje entrevista coletiva, às 8h, no Palácio Episcopal, na Avenida Frei Serafim, durante a qual falará sobre a Campanha da Fraternidade 2009, que este ano tem como tema “Fraternidade e Segurança Pública” e como lema “A paz é fruto de justiça”.

Que essa mensagem do nosso Bispo Dom Sérgio se irradie por todo o Brasil! Aqui, o povo cristão é muito bem representado por Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada esta sessão, coordenada pelos competentes Secretários Executivos João Pedro e José Roberto, nosso companheiro que chegou de férias e que estava deixando saudade. Eles garantem o bom funcionamento do Senado da República. Eu os convido para participar, amanhã, sexta-feira, às 9 horas, da nova sessão do Senado da República do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta 14ª sessão não deliberativa de quinta-feira, 26 de fevereiro de 2009, iniciada às 14 horas.

Ao José Roberto, dou as boas-vindas! Que continue com sua competência e com sua obstinação de servir à República do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)

SENADO FEDERAL**ATA DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA, EM 2 DE FEVEREIRO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 001**, de 3, 4 e 5 de fevereiro de 2009)

RETIFICAÇÃO

Na página 31, primeira coluna,

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador José Agripino. Sabe V. Ex^a o grande apreço, a grande admiração e a grande estima que lhe devoto.

Eu quero agradecer aos Democratas o apoio que deram à minha eleição, o apoio construído em justamente idéias, o apoio construído em confiança, o apoio construído numa relação das mais altas possíveis. E hoje nós comemoramos juntos o resultado que alcançamos. Terei responsabilidades nesta Casa.

Nunca tomarei nenhuma decisão sem ter presente também a lembrança do que representou o apoio do seu Partido, da confiança, sobretudo. Não estou falando em votos porque essa etapa, como foi dito, já acabou, essa etapa terminou. Agora, vamos começar um novo momento na Casa. Transmita a todos os Senadores e a todas as Senadoras do seu Partido a minha gratidão e a minha admiração, certo de que terei sempre, da parte do seu Partido, o maior espírito público na solução dos nossos problemas.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Quero agradecer as suas palavras e dizer que, ao longo da sua vida, acompanhei o crescimento de V. Ex^a, que conheci bem jovem, com o seu talento, a sua inteligência, o seu espírito público e a longa e respeitável vida pública que construiu.

Eu devo confessar que fiquei muito triste por não ter o apoio do PSDB – já disse isso e quero repetir. Não só pelo apoio do Partido, mas, sobretudo, pelos homens que o Partido tem, os quadros que ele tem e que, sem dúvida alguma, virão nos ajudar na tarefa que nós vamos enfrentar. V. Ex^a, sobretudo, será uma pessoa fundamental na ajuda a que nós tenhamos o maior êxito para esta Casa.

Ata da 15ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de Fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior

(inicia-se a Sessão às 9 horas e 10 minutos, e encerra-se às 11 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão, a 15ª sessão não-deliberativa, nesta sexta-feira, 27 de fevereiro de 2009, às 9h10.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos. O primeiro orador inscrito é o Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores e que representa o grandioso Estado do Amazonas.

O Senador João Pedro é convidado a ocupar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero externar a minha opinião sobre este episódio que redundou em mortes lá no Estado de Pernambuco.

Quatro pessoas foram assassinadas, fruto desse embate pela questão da terra. Lamentavelmente, não é de hoje que a questão agrária registra esses episódios. É lamentável, condenável, porque são vidas perdidas, são famílias que choram dores. Mas chama-me a atenção porque, quando principalmente a grande mídia registra esses fatos, observo que a questão não é analisada na sua profundidade, na raiz do problema agrário no Brasil, que não vem de agora.

Quando os europeus chegaram aqui no Brasil, vieram com limites definidos. A Igreja determinou ali, definiu o Tratado de Tordesilhas. As Capitânicas Hereditárias tinham todo um arcabouço jurídico, as sesmarias.

Então, o Brasil começou, foi se consolidando, foi se formando com a questão agrária. E sempre essa questão excluiu parte da nossa sociedade. Mais à frente da nossa história, quando tivemos o fim do escravismo, numa campanha nacional, inesquecível, uma das grandes campanhas contra esse pesadelo, essa injustiça social, por mais de 300 anos, os negros tiveram a liberdade sem terra, sem casa, sem ter para onde ir. Então, quando há um assassinato como esse último, nós precisamos refletir sobre isso.

Tivemos a opinião do Presidente do Supremo Tribunal, o Ministro Gilmar Mendes, que vai na direção do financiamento. Disse o Ministro Gilmar – e foi esse o carro-chefe da sua entrevista coletiva à imprensa – que o MST não deveria ter acesso a recursos públicos, por conta dos assassinatos.

Eu não acredito que o MST, essa entidade que é legal, que tem sede, que funciona no Brasil há muitos anos, que vem lá de meados dos anos 80, início dos anos 90, estimule o assassinato. É verdade que o MST tem a sua radicalidade, é um movimento que busca a justiça social, que busca a terra, que busca o financiamento. Mas eu não posso conceber que o MST oriente assassinatos no campo. O MST precisa evidentemente chamar a atenção, ajudar na investigação, e quem cometeu o crime tem que pagar, nos marcos da Justiça.

O Brasil é um Estado onde as instituições estão funcionando, e eu espero que a Polícia investigue e as pessoas envolvidas no assassinato sejam devidamente punidas, como reza a Justiça brasileira. Não o MST. O MST é uma entidade organizada na maioria dos Estados. No meu Estado do Amazonas, por exemplo, não tem o MST. Em alguns Estados do Brasil não existe o MST, mas é uma entidade cujas ações a sociedade brasileira conhece.

Quero defender que as entidades dos trabalhadores continuem recebendo recursos de forma criteriosa. Mas uma entidade como MST, que organiza cooperativas, por que não receber recursos? Por que algumas cooperativas podem ter crédito e outras cooperativas não podem ter crédito? Por que trabalhadores rurais não podem e não devam ter a assistência técnica?

Então, penso que no calor de um problema que é muito mais grave, nós precisamos aprofundar a compreensão, primeiro, do tamanho das injustiças sociais. O Brasil acaba de sair de uma festa popular, de uma festa nacional, que é o Carnaval. Milhões e milhões de pessoas brincam o Carnaval, e é justo que se brinque o Carnaval. Essa é uma festa da identidade do povo brasileiro, da nossa sociedade, assim como o futebol. Agora, não podemos deixar que isso possa empanar clamores de setores do povo brasileiro, da sociedade

brasileira, principalmente mulheres, homens, trabalhadores rurais que ainda não possuem terra. Muitos foram expulsos das suas localidades.

Então, é preciso que possamos entender, primeiro, essa complexidade de direitos, dos movimentos, de que no Brasil as instituições estão funcionando.

Eu quero condenar esse ato, não quero que essas pessoas não sejam punidas. Mas quero separar as bandeiras do MST por reforma agrária, crédito, terra, justiça social, educação no campo. Quero separar isso e entender que esse problema não vem de agora. A disputa pela terra vem de muitos anos.

Quando uma autoridade máxima da Justiça brasileira vai num ponto e diz que não merece financiamento, fico olhando quantos setores da sociedade e da economia poderiam ter também a mesma observação. Agora mesmo, diante dessa crise, quantas instituições estão sendo socorridas com dinheiro público? E não há nenhuma consideração com os milhares de trabalhadores pelo mundo que estão sendo desempregados. Na hora da crise, como se diz popularmente, a corda arrebenta no lado mais fraco.

Agora mesmo, no Japão, mais de 50 mil brasileiros estão lá sem nenhum apoio do governo japonês. Mas esses brasileiros, nesses últimos anos, contribuíram para a economia do Japão, para o PIB do Japão. Então, na hora da crise...

Agora mesmo, a Embraer, uma referência da nossa indústria, demite centenas, milhares de trabalhadores: quatro mil e tantos trabalhadores...e olhe que a crise não chegou aqui para valer. Mas os trabalhadores sofrem.

O que eu quero dizer com isso? Como diz um grande intelectual francês, os de baixo recebem políticas diferenciadas, tratamentos diferenciados.

E o Ministro Gilmar Mendes diz: que é injusto financiar o MST, que o MST não pode receber dinheiro público.

Nós não podemos punir o MST pela irresponsabilidade de alguns poucos nesse enfrentamento agora em Pernambuco. Espero que a justiça puna os responsáveis por isso e quero dizer que o MST merece o reconhecimento pela luta justa em defesa da terra para os trabalhadores, da reforma agrária, do ensino rural e das questões ambientais.

É preciso olharmos para essa questão e refletirmos sobre o acesso dos pequenos à terra. A terra para os pequenos ainda tem um custo elevado. O Congresso vai discutir agora a medida provisória que vai tratar da regularização fundiária na Amazônia. E o que é isso? Vamos tratar de regularizar a terra em 61% do território nacional – 61% do território nacional! A medida está lá na Câmara. Vai passar aqui. E esta Casa precisa ter

um olhar especial, social, econômico, ambiental, democrático, para trabalharmos a medida provisória. Se não tivermos o cuidado, em vez de fazermos justiça com a terra, principalmente com as populações que vivem na Amazônia, aprofundaremos ainda mais os problemas do ponto de vista ambiental e social.

Espero que o Senado possa trabalhar com esse olhar, com esse compromisso, compromisso histórico, olhando para o futuro, a regularização fundiária para a Amazônia.

Sr. Presidente, encerro aqui esta fala dizendo que é preciso tirarmos lições desse episódio lamentável em Pernambuco e aprofundarmos políticas públicas que possam fazer justiça aos trabalhadores rurais, no sentido do acesso à terra, ao crédito, a financiamentos, à assistência técnica, ao ensino, à escola, ao “Luz para Todos”. Os trabalhadores rurais são brasileiros, são homens, são mulheres, são pais, são jovens que vivem no campo, que vivem no Brasil rural. É lamentável esse episódio, mas eu quero separar desse episódio lamentável a história de luta dessa organização que defende o homem do campo e que defende justiça social, que é o MST.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos ao Senador João Pedro, que analisou a problemática dos sem-terra no nosso País.

Mas eu queria dar um testemunho da grandeza de como Gilmar Mendes está-se comportando. O Senador João Pedro, o Piauí está encantado. Quinta-feira santa, ele madrugou lá, no Piauí, e fez o que nunca dantes houvera acontecido, pelo menos naquele Estado, e eu acho que nem em outros. Senador Geraldo Mesquita, que é da Justiça: Gilmar Mendes fez um debate com a sociedade. E a sociedade de Teresina foi ao local onde estava o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Corregedor e apresentou as mazelas do comportamento do Poder Judiciário. Foram depoimentos com muita coragem. Então, aquilo foi um fato inédito.

Ele chegou quinta-feira com o Corregedor e, no local público previamente anunciado, a sociedade fez contundentes denúncias. É isso que aperfeiçoa a democracia.

E queria dizer, Senador Adelmir Santana, da importância deste Senado quando nós ouvimos ontem Marco Maciel. V. Ex^a acabou de fazer um pronunciamento, mostrando as preocupações sobre os sem-terra, Marco Maciel, ontem, com o seu saber histórico, político e cultural, analisava a necessidade de uma reforma política: “Marco Maciel, do DEM, afirmou ontem que a chamada reforma política precisa ter prioridade na pauta de atividades do Congresso Nacional em 2009”.

Tal foi a surpresa – aqui realmente é a Casa pensante do Legislativo – que, logo depois, o nosso Presidente Sarney e o Presidente Michel Temer se encontram e decidem que vai haver a tão almejada reforma política, a mãe de todas as reformas.

Então, nós queremos cumprimentar o nosso companheiro Senador Marco Maciel, que foi um precursor do despertar para a necessidade da reforma política, que era um compromisso do Presidente Sarney no seu discurso de posse. E ele já teve entendimento com Michel Temer da realidade

Convidamos para usar da palavra, como segundo orador inscrito, o Senador Marco Maciel.

Ah, S. Ex^a, gentilmente, cede a vez ao líder empresarial, Presidente do Sebrae, Senador da República que representa o Distrito Federal, Adelmir Santana, do Partido Democratas.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, meu conterrâneo piauiense. Gostou?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Gostei. Agora, ele foi...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, realmente, o Senador Marco Maciel levantou aqui a questão da reforma política. Tivemos a oportunidade de apartear-lo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador João Pedro também tomou parte no debate sobre a reforma política.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – No aparte, eu dizia que a reforma política é, realmente, a mãe de todas as reformas e que nós precisamos avançar sempre nas questões das reformas, porque, na verdade, a evolução e as mudanças que ocorrem hoje exigem que nós estejamos focados no futuro. Então, mesmo que façamos reformas hoje – reforma política, previdenciária, sindical, tributária –, ainda assim, nós teremos de fazê-las em outras oportunidades, porque o mundo é dinâmico e as mudanças são, efetivamente, muito rápidas.

Tomo a iniciativa, hoje, Sr. Presidente, também, de me associar a esse debate sobre a reforma política, antes mesmo de instalada a Comissão Especial Mista – a que V. Ex^a fez referência –, da Câmara e do Senado, que deverá tratar desse assunto.

Mas levanto a questão para enaltecer e defender meu Partido, o DEM, Partido Democrata, que se fortalece a partir do novo perfil geográfico, mostrando que mantém o fôlego de mais de 20 anos atrás (na verdade, de 1985), quando nasceu e, aí, também, com a participação efetiva do Senador Marco Maciel, entre tantos.

De antemão, nesta sexta-feira de ânimos parlamentares ainda contidos, cumprimento, no mesmo diapasão que V. Ex^a fez, o Presidente desta Casa, Senador José Sarney e o Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara, por decidirem abordar de frente este assunto: a reforma política. Assunto, como eu disse, no início, que foi também levantado aqui, ontem, pelo Senador Marco Maciel.

No prazo de 30 a 40 dias, a Comissão Mista deverá consolidar os projetos que tratam de mudanças na área política em tramitação na Câmara e no Senado. Sabemos que um dos projetos apresentados no início deste ano veio a público com a chancela do Governo Lula, fixados em itens bastante discutíveis. Ele apresenta uma série de projetos, fatiando, naturalmente, a reforma política e que, certamente, será objeto, também, de discussão nessa Comissão Mista.

Infelizmente, mais uma vez, debate-se a reforma política sem que os próprios políticos consultem o povo.

Ontem, o Senador Marco Maciel levantou aqui a questão da evolução das democracias não apenas através do voto, mas das questões plebiscitárias, das emendas populares. Esse é o caso também de uma consulta ao povo.

Vimos recentemente uma das sugestões do Ministro da Justiça, Tarso Genro, que retoma a nebulosa idéia da lista fechada, tirando do eleitor a possibilidade de votar diretamente num candidato. O cidadão passa a votar no partido sem conseguir visualizar o político que depois ocupará cargos aqui ou ali. Apresentada assim, essa medida certamente assusta o eleitor. Ela tem de ser discutida. Tem de ser dada liberdade para que eles também tomem participação nessa matéria.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Adelmir, permite-me um aparte?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Pois não, Senador Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Desculpe-me interrompê-lo, mas V. Ex^a fere um assunto de fundamental importância. Sem aqui tecer qualquer crítica a quem quer que seja, louvo a iniciativa de V. Ex^a de introduzir uma questão absolutamente relevante. Este Congresso se debruça, vira e mexe, sobre a questão da reforma política, e V. Ex^a está fazendo um chamamento que considero indispensável: discutir essa questão com a população brasileira. Faço uma sugestão, Senador Adelmir. Tenho pensado muito a esse respeito e, ontem, inclusive, estive conversando com a minha mulher, que é uma assídua telespectadora da TV Senado e assiste sempre a essas nossas sessões de sexta-feira. Senador Mão Santa, V. Ex^a que é um entusiasta desta nossa sessão de sexta-feira, está aí

um tema importante, relevante, para concentrarmos uma dessas sessões na sua discussão, Senador Adelmir, se possível, realizando, neste plenário, audiência pública, convidando entidades representativas da sociedade brasileira, como OAB, como CNBB, como representações sindicais, patronais e de trabalhadores. Assim, aproveitaremos bem as manhãs de sexta-feira. Poderíamos programar alguma sessão logo a seguir, dependendo da agilidade desses convites. Poderíamos realizar uma sessão aqui, numa sexta-feira dessas, com a participação do Senador Marco Maciel, que é um timoneiro nesse assunto, para discutirmos com a sociedade brasileira. Essa iniciativa partiria daqui, do Congresso Nacional, e teria repercussão nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas. Senador Adelmir, foi importante o seu chamamento nesse sentido, para que o Congresso Nacional trate do assunto, talvez até pela ausência de outros. E não podemos deixar barato mais uma vez. Precisamos pegar esse assunto no muque. Agora, bem lembrado por V. Ex^a: não podemos continuar discutindo esse assunto sem a participação da sociedade brasileira. Vamos fazer isso de forma organizada. Está aqui uma sugestão. Se for o caso, Senador Mão Santa, vamos até protocolar um requerimento, ou seja lá o que for, para que a próxima ou a outra sessão de sexta-feira seja dedicada à discussão desse grande tema, mas numa grande audiência pública nesta Casa, com a participação de entidades representativas da sociedade brasileira. Acho que, assim, operaremos no bom caminho, Senador Adelmir. E parabeno V. Ex^a por introduzir este fator, que acho fundamental: discutir a reforma política com a sociedade brasileira. Qual é a visão que a sociedade brasileira tem desse assunto? Ela sente necessidade? Qual é o viés que ela aponta? Ou qual é o seu sentimento com relação a isso, para que não fiquemos aqui dando a impressão de que ficamos falando sozinhos nesse assunto, nesse tema tão angustiante e importante para o País? Parabeno V. Ex^a pela felicidade de introduzir esse assunto tão importante.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço a V. Ex^a o aparte. E quero dizer que, quando falei aqui, por exemplo, da sugestão do Ministro Tarso Genro das listas fechadas, na verdade, acho que um debate como esse vai clarear e vai nos dar momentos de nos definirmos. Porque, se me perguntassem hoje se sou a favor da lista fechada ou da lista aberta, sinceramente, eu ainda não tenho uma noção de valor disso.

Então, acho que temos que envolver, realmente, a sociedade na discussão, junto com essa Comissão Mista, junto com figuras como o Senador Marco Maciel e tantos outros interessados nessa matéria, para que façamos, de fato, uma reforma política, como eu disse

no início, a mãe de todas as reformas, que atenda aos interesses de toda a sociedade brasileira.

Surge, também, por exemplo, a questão da fidelidade partidária, uma idéia, na verdade, imposta no ano passado, pelo Supremo Tribunal Federal, que decidiu proibir o troca-troca partidário. Agora, nós, aqui no Congresso Nacional, tentamos correr atrás do prejuízo. Não fizemos a reforma e estamos, na verdade, seguindo decisões de um outro Poder. Tentamos, como eu disse, correr atrás do prejuízo, ainda sem uma visão concreta do que, efetivamente, queremos.

Vale lembrar, no entanto, que uma das principais soluções discutidas nos corredores do Legislativo federal é justamente a tal de “janela”, a “janela” de um mês, que pode ser aberta no fim deste ano, para que o troca-troca ocorra. Quer dizer, é um negócio estranhíssimo.

Na verdade, a reforma política, na minha visão, tem que passar pela fixação de um código, também eleitoral, porque, também, a cada eleição, temos uma nova legislação, um novo processo, uma nova regra, o que não faz sentido.

Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Adelmir Santana, representante do Distrito Federal no Senado da República, desejo, antes de mais nada, externar minhas congratulações a V. Ex^a por tratar do assunto reforma política, que, como aqui lembrado, pode ser classificado de gênero de primeira necessidade. E vou mais além. Acho que a sociedade brasileira se conscientiza cada vez mais que é necessário fortalecer as instituições, melhorar os níveis de governabilidade, e, para que isso ocorra, é fundamental que se faça a chamada reforma política. Às vezes, prefiro denominá-la de reforma institucional, tal o alcance que tem para o País e o seu correto projeto de desenvolvimento. Verificamos que as instituições brasileiras não respondem adequadamente às demandas da sociedade, o que, a meu ver, se deve ao fato de não termos realizado ainda essas reformas, muitas das quais não envolvem emenda à Constituição. São reformas que podem ser feitas por lei ordinárias ou complementar e que representariam um grande passo se as eleições de 2010 ocorressem sob novos paradigmas, com menor número de partidos políticos. O Brasil tem excessivo número de partidos registrados na Justiça Eleitoral. Isso está na contramão da história, sobretudo depois da queda do Muro de Berlim quando a democracia se tornou universalmente praticada. Então, a partir desse instante, na maioria dos países desenvolvidos, é muito reduzido o número de agremiações partidárias. Essa multiplicidade de partidos em nada ajuda à governabilidade. No dia-a-dia

do Senado e da própria Câmara dos Deputados, as matérias não são votadas por falta de acordo, que decorre do fato de haver muitas agremiações partidárias que tornam lento o processo decisório. A sociedade, muitas vezes, não percebe por que isso acontece, não sabe a causa desse fenômeno. Quando falamos nessas reformas institucionais, devemos verificar que elas não se esgotam apenas no campo da questão partidária, do sistema eleitoral, do financiamento das campanhas, mas avançam em todo o edifício institucional brasileiro. Dizem respeito ao funcionamento das instituições representativas Câmara e Senado, e também à questão da relação entre os Poderes da República. Não há crise, mas há conflitos, e a democracia tem como um dos seus objetivos administrar os conflitos. Estamos conseguindo administrá-los, mas há conflitos no relacionamento entre os Poderes, que são independentes e devem ser harmônicos. E, depois, nós enfrentamos também a questão do fortalecimento da Federação. A Constituição de 1988 foi a primeira, em toda a história republicana, a inscrever os Municípios como entes federativos. Antigamente, os Municípios não eram entes federativos, mas circunscrições político-administrativas de cada unidade da Federação. A Constituição de 1988 avançou nesse campo, definindo que a Federação é constituída da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E isso fez com que – eu sempre lembro essa frase – um grande jurista brasileiro, Miguel Reale, que lecionava na Faculdade de Direito da USP, falecido há cinco anos, dissesse que começávamos a praticar um federalismo trino, composto de União, Estados e Distrito Federal e Municípios. Então, se a Constituição avançou e inovou de maneira surpreendente nesse campo, não podemos deixar de ficar atentos ao fato de que há uma grande concentração de poderes em torno da União, em detrimento dos Estados e, sobretudo, dos Municípios. Daí verificarmos a frequente vinda de prefeitos e vereadores a Brasília. Se perguntarmos a razão, certamente, é porque as receitas que lhes são transferidas ficam aquém do atendimento das necessidades básicas dos Municípios. Até recentemente, observo que o Presidente da República, ao fazer redução de impostos, sobretudo de IPI e de Imposto de Renda, sacrificou ainda mais os Municípios e os Estados. Por quê? Porque, na realidade, ao fazer essa redução de impostos, parte desses recursos era encaminhada para os Estados e Municípios, pelo Fundo de Participação dos Estados e pelo Fundo de Participação dos Municípios. Então, isso deve estar inscrito também na questão da reforma política do País. E a propósito, gostaria de lembrar que, já que estamos falando em federação, se não estou equivocado, o art. 23, § 1º, da Constituição determina definir melhor o papel dos

entes federativos. Isso ainda não se fez. Sei que é assunto complexo, pois o próprio Constituinte colocou no plural que “leis complementares fixarão...” – não estou com o texto da Constituição aqui –, mas isso ainda não ocorreu e, certamente, não poderia deixar de entrar na pauta de uma reforma política, de uma reforma institucional. Acredito que, quando se fala em federação, significa “descentralização”. Federação rima com descentralização. Um país do tamanho do nosso e com a diversidade que temos, com as desigualdades que conhecemos, com as distorções já constatadas, não pode deixar de praticar uma federação no sentido pleno do termo de repartição dos recursos para os seus diferentes entes federativos. Cumprimento V. Ex^a por suscitar esse tema na manhã de hoje, contribuindo para que a sociedade se insira nesse debate. Considero que a sociedade brasileira ainda não se engajou nessas reformas políticas, talvez não haja se dado conta de que isso é essencial para a cidadania. A sociedade ainda não deu um *link* entre a questão dessas reformas e o aperfeiçoamento institucional do País e conseqüentemente a melhora do nosso desenvolvimento político. Espero que o apelo que V. Ex^a lança seja escutado e que haja um engajamento maior da sociedade na solução dessa questão. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço ao Senador Marco Maciel o aparte e incorporo-o ao meu discurso.

Na verdade, eu dizia, Sr. Presidente, que a discussão nos corredores do Legislativo é justamente a tal de “janela” de um mês para que seja permitido que você seja infiel. Como vemos, a fidelidade partidária é uma miragem e consta da propaganda governamental sem uma consulta prévia também à sociedade. São os assuntos que nos preocupam. Como bem disse o Senador Marco Maciel, é impossível haver tantas ideologias políticas, tantas coisas para tantos partidos. Não é possível que não se comportem todos esses pensamentos políticos em cinco, seis ou, sei lá, até oito partidos políticos. Mas 30, 27? Daí essas questões de troca-troca, porque ninguém quer ser rabo; todos querem ser cabeça. Então, começam essas discussões.

É preciso, portanto, que cada solução na reforma política e partidária venha de baixo, das massas, da sociedade, como resultado de uma discussão nas células municipais, estaduais, e aqui, ou em cada partido, aqui no Congresso Nacional, ou no seio de cada agremiação partidária.

A realidade de Brasília mostra que nosso País vive uma diversidade partidária saudável e surpreendente, que precisa ser definida por todos nós. Como bem disse o Senador Marco Maciel, são 27 partidos

reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, com características próprias, mas quase sempre, se olharmos os fundamentos, eles são semelhantes, eles se parecem.

Vejam os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que, até bem pouco tempo atrás, o meu Partido DEM era preponderantemente forte em alguns Estados tradicionais como Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina. Permanece com bases sólidas nessas áreas, mas, sem dúvida, é hoje mais expressivo em São Paulo, onde elegeu o Prefeito Gilberto Kassab e, principalmente, aqui no Distrito Federal, sem nenhum demérito às demais lideranças em outros Estados brasileiros.

Inverteu-se o eixo de domínio do Democratas, Partido que permanece expressivo e influente em muitas áreas nacionais, inclusive nesta Casa, onde brilha, na Oposição, o nosso Líder José Agripino Maia, de sólida e longa carreira política.

Voltando à realidade do Distrito Federal, passa despercebido – e deve ser destacado – o domínio político que o Democratas exerce aqui de forma fenomenal graças à liderança do Governador José Roberto Arruda e dos seus liderados. Em nenhum dos 26 Estados existe semelhança ou performance semelhante no Partido Democratas. A pujança do DEM na Capital Federal faz com que o Partido tenha nos seus quadros não só o Governador, mas também o Vice-Governador, na pessoa do próprio presidente regional da legenda, Paulo Octávio.

Não posso omitir minha própria presença aqui como um dos três Senadores, representando, portanto, na Federação, na representação federativa, um terço dessa representação, 33% da Bancada brasileira.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Pois, não, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Eu gostaria de interrompê-lo mais uma vez para registrar de fato o desempenho, como V. Ex^a o faz com muita oportunidade, do Governador José Roberto Arruda à frente do Distrito Federal. S.Ex^a alia uma grande sensibilidade política a uma grande experiência administrativa, comprovada em diferentes cargos que exerceu. Brasília reconhece que ele está imprimindo à Capital da República um grande volume de obras e certamente isso ajuda a credenciar o nosso Partido, o DEM, que tem em S.Ex^a um dos seus líderes maiores no plano nacional, bem como o Vice-Governador Paulo Octavio e V. Ex^a um ativo Senador da República. Portanto, meus cumprimentos às palavras que V. Ex^a proferiu sobre o desempenho político-administrativo do Governador José Roberto Arruda.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Eu queria também dizer que não apenas a governadoria, o Governador, o Vice-Governador, mas também, noutro plano, noutro Poder, vemos que o Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal é o jovem Deputado Leonardo Prudente, ele também do Democratas.

Ainda na Casa Legislativa local, o Partido tem maioria, com bancada eleita de quatro deputados distritais, enquanto, na bancada federal, também predomina, entre os oito representantes do Distrito Federal, a representação do Democratas.

Entusiasmado por projetos que lhe dão mais de 70% de aceitação popular, o Governador Arruda talvez não tenha percebido o alcance da sua liderança política junto ao público brasileiro, que, até pouco tempo atrás, vivia dividido entre dois outros partidos, mas agora tem o DEM como força mais expressiva desta Unidade da Federação.

Chamo a atenção dos parlamentares federais para que, ao debaterem uma reforma política e partidária, lembrem que uma das riquezas do nosso País é a multiplicidade de legendas densas, tradicionais e disseminadas pelo imenso território nacional, como é o caso do Democratas. Não confundir com situações extremas, de partidos de aluguel, nanicos, sem expressão, sem tradição e às vezes até sem votos.

Na verdade, avançou essa questão da reforma política em determinado momento ao se criarem as cláusulas de barreira, entretanto legislaram fora daqui e retomaram toda essa questão dos pequenos partidos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não existe partido que seja dono do Brasil, País livre nos diversos campos do pensamento, uma nação onde há lugar para todos.

No caso do DEM, o lugar é Brasília. Na Capital Federal, o pensamento Democrata aqui predomina. E o nosso Partido está organizado para desafios ainda maiores nas eleições de 2010, nas quais espero e desejo ter também uma intensa participação.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância e os apertes feitos ao nosso pronunciamento e volto a dizer que a discussão da reforma política deve envolver todos nós e, na medida do possível, outros setores da sociedade, o povo em geral, para que todos tomem consciência da necessidade dessa reforma, que, para mim, é a mãe de todas as outras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos pelo pronunciamento sobre a reforma política e também pela grandeza do seu partido, o DEM.

O DEM, aqui, tem grande participação, é a segunda bancada desta Casa. No Piauí, é grande também: tem esse extraordinário líder municipalista, que é Heráclito Fortes, tem dois Deputados Federais, o Júlio César e o Mainha.

O Mainha é um líder novo. Ele já foi Prefeito de sua cidade duas vezes, foi Presidente da Associação de Prefeitos do Piauí e, com o falecimento do nosso Deputado Federal Mussa Demes, assumiu o seu lugar. Além disso, segundo me comunicou, será o presidente, substituindo Valdeci Cavalcanti, um empresário do comércio; o Deputado Federal Mainha, jovem de perspectivas invejáveis, irá substituí-lo. Ele foi, por duas vezes, Prefeito de sua cidade natal, Itainópolis; foi, por duas vezes, Presidente da Associação de Prefeitos do Piauí e acabou de assumir no lugar do extraordinário coordenador de nossa bancada, que era Mussa Demes. O Democratas, portanto, é um Partido muito forte e respeitado no Piauí.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, isso vem clarear, inclusive, o que eu disse, que o nosso Partido está preparado em todos os Estados brasileiros, tem presença marcante. No Distrito Federal – não posso nunca deixar de dizer –, o Partido efetivamente se constituiu em agremiação forte e deseja, naturalmente, ter participação igualmente forte nos demais Estados brasileiros.

Muito obrigado pela lembrança do Democratas piauiense.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – No Nordeste, nós temos a liderança máxima de Marco Maciel, que, a meu ver...

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Marco Maciel, de Pernambuco, é uma liderança nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ... seria o melhor nome para a Presidência da República deste País.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Foge, inclusive, do Nordeste e de Pernambuco, mas se encontra com o País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o terceiro orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Ele, em gesto cavalheiresco, cede a vez ao Senador Marco Maciel, que é do Democratas do Estado de Pernambuco.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 125, DE 2009

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Advogado

Osires Lopes Filho, ocorrido no dia 26 de fevereiro, do corrente ano, em Brasília.

I – inserção em ata de voto de profundo pesar;

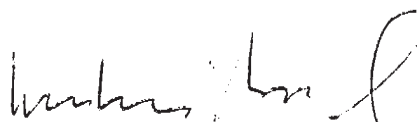
II – apresentação de condolências;

a) a seus familiares

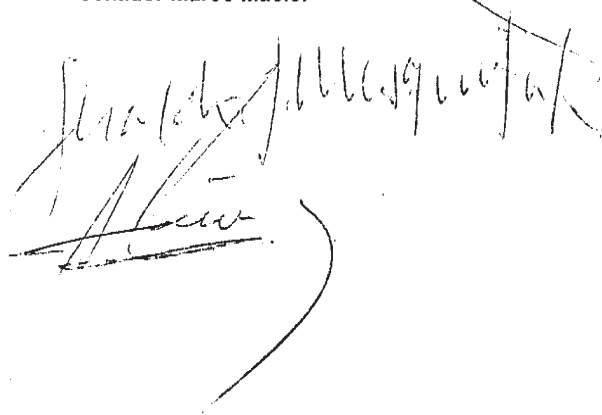
b) à Universidade de Brasília; e

c) ao **Correio Braziliense**.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2009.



Senador Marco Maciel



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

V. Ex^a deseja encaminhar o Requerimento, Senador Marco Maciel?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa. O Requerimento de Pesar que nós apresentamos neste instante, subscrito por mim, pelo Senador Geraldo Mesquita, pelo Senador Adelmir Santana e por V. Ex^a diz respeito ao falecimento de Osíris Lopes de Azevedo Filho.

Toda sociedade brasiliense conhece, respeita e admira o talento, a competência e o espírito público de Osíris Lopes de Azevedo Filho, falecido, ontem, nesta Capital e será sepultado, hoje, às 17h no Campo da Esperança.

Desejo, Sr. Presidente, dizer que conheci Osíris Lopes de Azevedo Filho ao tempo em que éramos estudantes universitários – eu, no Recife; ele, no Rio de Janeiro. Tivemos ocasião de encontros frequentes ao longo de nossa vida universitária e, posteriormente, voltamos a nos encontrar em Brasília, ele exercendo funções públicas e funções docentes, inclusive na UnB;

eu, no exercício de mandatos legislativos ou de outras funções públicas que tive o ensejo de ocupar.

Acredito que falar sobre Osiris Lopes de Azevedo Filho é muito fácil, porque, além de uma excelente vida acadêmica, ele era um grande tributarista, professor titular na Universidade de Brasília e também um grande advogado que se notabilizou, sobretudo, pelos encaminhamento dos problemas ligados à economia e, de modo especial, às questões tributárias.

Ao tempo da presidência Itamar Franco, ele foi Secretário da Receita Federal e se houve com muito talento. A arrecadação cresceu muito em seu período à frente da Receita Federal, sem que isso tenha sido objeto de aumento de carga tributária. Ele conseguiu elevar a arrecadação, significativamente. Além disso, Osiris Lopes de Azevedo Filho exercia um tipo de magistério desenvolvido, exercitado, através de frequentes artigos que publicava no *Correio Braziliense*, sobre as momentosas questões brasileiras, de modo especial, dando um viés da questão tributarista, sua grande especialidade.

Nascido em Cachoeiro do Itapemirim, logo cedo seguiu para a antiga Capital Federal, onde se formou na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Posteriormente, com a criação de Brasília, para cá se transferiu e aqui deixa muitos amigos, colegas e familiares.

Com esse requerimento, desejo apresentar nossos sentimentos de pesar a Dona Malvina Corujo de Azevedo Lopes, sua viúva, e estendê-los ao seu filho Othon de Azevedo Lopes e a sua nora Ana Frazão de Azevedo Lopes, que muito sofrem neste momento. .

O Senado Federal não poderia ficar indiferente, sem uma manifestação pelo falecimento de Osiris Lopes de Azevedo Filho.

Sempre conversávamos sobre os mais diferentes problemas do País. Apreciava seu estilo alegre, cordial e assertivo na defesa de suas idéias.

Machado de Assis, em um dos seus romances, diz que o louvor dos mortos é uma forma de oração. Com essa homenagem a Osiris Lopes de Azevedo Filho, fazemos uma prece para que ele seja acolhido, como tenho certeza de que acontecerá, no reino celeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para encaminhar o requerimento de condolências à família do advogado Osiris Lopes Filho, passamos a palavra ao Senador Adelmir Santana, do DEM do Distrito Federal.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de me associar ao requerimento formulado à Mesa, também queria aqui ressaltar a convivência que,

em alguns momentos, momentos sociais e de trabalho, mantive com Osiris Lopes. Era um homem muito sério, homem que, depois de deixar a Receita, voltou à sua banca de advocacia, naturalmente na área de Direito Tributário, e que tinha uma relação com Brasília já de muito tempo, com todos nós.

Queria, portanto, externar os meus sentimentos por seu desaparecimento – no meu modo de ver, precoce, apenas aos 69 anos –, estender esses sentimentos à sua esposa, D^a Malvina, com quem temos oportunidade de conviver aqui na cidade, ao seu filho Othon, à sua nora, enfim, a todos os seus familiares. Ressalto o nosso sentimento de perda pelo desaparecimento de uma pessoa que tão bem exercia as suas atividades em Brasília e que enriquecia as discussões do Direito Tributário através de artigos em jornais, mostrando posições firmes que nunca abandonou, independentemente do governo, independentemente de quem fosse o detentor do poder central.

Então, à família de Osiris, os nossos sentimentos. Associamo-nos ao requerimento do Senador Marco Maciel e dos demais Senadores que o subscreveram na certeza de que Brasília e o País perdem uma figura de grande valor na área do Direito Tributário brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita do PMDB do Estado do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, se V. Ex^a me permitir, vou à tribuna em seguida falar sobre outros assuntos, mas gostaria de falar como subscritor do requerimento de voto de pesar apresentado pelo Senador Marco Maciel em face do falecimento do Dr. Osiris.

Dr. Osiris tornou-se um daqueles profissionais do mundo jurídico que sempre era convocado a opinar sobre questões extremamente relevantes, notadamente, como especialista que era, sobre aquelas que diziam respeito à questão tributária.

Vai fazer uma falta enorme o Dr. Osiris. Além de uma figura humana extraordinária, era este tipo de profissional, Senador Mão Santa: especialista, estudioso, dedicado a um determinado segmento do Direito – no seu caso, do Direito Tributário –, era daqueles profissionais que instalava uma discussão sobre determinado assunto no Brasil – CPMF, por exemplo.

Abríamos os jornais e encontrávamos sempre a opinião do Dr. Osiris, porque ele era sempre uma figura requisitada para falar sobre aquele determinado assunto, e sua opinião era sempre muito bem sopesada, levada em consideração, dada a sua autoridade em relação aos assuntos de que tratava.

Estamos, portanto, diante de uma perda lastimável. Quero, por isso, associar-me ao Senador Marco Maciel, ao Senador Adelmir e a V. Ex^a, Senador Mão Santa, nos pêsames apresentados à família do Dr. Osíris. Lamentamos muito.

Foi um companheiro. Como Procurador da Fazenda Nacional, eu também sou do Ministério da Fazenda, o Dr. Osíris, dirigindo a Secretaria da Receita Federal, teve um passagem importante no Ministério da Fazenda. Éramos, portanto, companheiros de atividades correlatas.

O meu lamento e os meus sentimentos à família do Dr. Osíris por essa perda lastimável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Convidamos para usar da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Mão Santa, que preside a sessão, Senador Adelmir, Senador Marco Maciel, senhoras e senhores, antes de ferir os assuntos que me trazem a esta tribuna, eu gostaria de repisar uma proposta que fiz por ocasião da fala do Senador Adelmir, uma sugestão que começa a criar corpo em nossa mente – como eu disse, fruto de uma conversa com a minha esposa a partir da observação do que fazemos nas sessões de sexta-feira.

A sugestão dela, que eu achei muito pertinente, é de que, além do que fazemos, Senador Mão Santa – e fazemos algo muito importante –, além de nos dedicarmos ao que fazemos aqui, mantenhamos a sessão de sexta-feira para a discussão de temas. Não votamos absolutamente nada, mas aqui, normalmente, assistimos a pronunciamentos importantes, análises de questões relevantes que preocupam a população brasileira. Acho que deveríamos nos concentrar mais ainda, Senador Mão Santa. Acho que deveríamos nos comprometer, a Casa inclusive, em usarmos essas sessões de sexta-feira para a discussão de temas específicos.

E a sugestão que fiz, a propósito do assunto abordado pelo Senador Adelmir, é de que, numa das próximas sessões de sexta-feira, tratemos especificamente do tema da reforma política: o que é, o que representa, como a população brasileira enxerga esse assunto. Qual é a disposição do Congresso Nacional? Isso é uma brincadeira ou é uma coisa que deve ser levada a sério? A existência de quase trinta partidos no País é algo que a população brasileira enxerga como natural ou ela pretende mudar esse quadro?

O Senador Adelmir introduziu um fator aqui que acho fundamental. Desde que cheguei a esta Casa

que se fala em reforma política. E mesmo antes de eu vir para cá o assunto já era esse, mas esse assunto não desenrola.

Eu acho que é chegada a hora, como sugeriu o Senador Adelmir, de consultarmos a população brasileira. E como é que fazemos isso? De forma organizada. A população brasileira está organizada em torno de entidades, de representações sindicais – entidades importantes como a OAB e a CNBB, representações sindicais patronais e de trabalhadores, enfim, entidades organizadas. E aí vem a sessão de sexta-feira, Senador Mão Santa. Creio que deveríamos nos comprometer – talvez até formalizar isso na Casa – com essa idéia de usarmos uma dessas sessões, ou mais de uma, para realizar audiências públicas aqui.

Nós realizamos uma audiência pública aqui, se não me engano no ano passado, acerca da transposição do Rio São Francisco. Foi uma audiência pública espetacular na qual discutimos um tema que preocupa grande parte do País. Entidades representativas que tinham interesse no assunto vieram aqui declinar as suas opiniões, sustentar suas teses. E por que não fazermos isso em relação a um assunto tão importante como esse, Senador Adelmir?

Aqui fica a sugestão de aproveitarmos as sessões realizadas nas sextas-feiras, Senador Mão Santa, de forma mais concentrada, em torno de assuntos específicos, de convocar nossos companheiros e companheiras de Senado para tratarmos de questões que, imaginamos, angustia a população brasileira, atraem o interesse da população brasileira. Precisamos abrir espaço nesta Casa para que esse debate seja mais acalorado, mais participativo, para que esse assunto não fique, novamente, dependendo de humores, de circunstâncias. Vamos encará-lo. Com a participação do povo brasileiro, por meio de suas representações, de entidades importantes que temos no País, acho que esse assunto entraria definitivamente naquela linha de ter que ser resolvido, equacionado de forma definitiva, Senador Mão Santa.

Fica a sugestão. Vamos conversar, posteriormente, sobre a ideia de fazermos isso e usarmos o plenário do Senado, nessas sessões de sextas-feiras, independentemente desse assunto ser tratado em outros dias. Mas usarmos de forma concentrada, em grandes audiências públicas, para tratarmos dessas questões.

Um outro tema. Aí eu peço – não sugiro – que utilizemos, numa próxima oportunidade, mas muito próxima, Senador Mão Santa, uma sessão de sexta-feira do Senado Federal para tratarmos de uma questão terrivelmente angustiante.

O Senado Federal instalou, tempos atrás, a CPI da Pedofilia, presidida pelo Senador Magno Malta e

que tem como relator o Senador Demóstenes Torres, dois grandes companheiros que temos nesta Casa. Essa CPI tem realizado um trabalho extraordinário, Senador Mão Santa. Eu tenho a honra e a satisfação de ser um dos seus integrantes. Temos trabalhado arduamente, Senador Adelmir.

Eu disse, quando da instalação da CPI da Pedofilia, que ela deveria se constituir numa espécie de sirene: primeiro para assombrar os marginais, os pedófilos deste País, como também deveria cumprir o papel de introduzir no ordenamento jurídico normas que tratassem da questão com mais profundidade, normas que alcançassem o maior número de fatos relativos ao crime da pedofilia. E assim foi feito: antes da conclusão de seus trabalhos, a CPI está em andamento.

O Congresso Nacional, o Senado Federal, por iniciativa e provocação da CPI da Pedofilia, elaborou norma nesse sentido, Senador Mão Santa. Ela alcança um maior número de ocorrências ligadas ao crime da pedofilia, permite aos agentes, que estão aí na busca e na perseguição dos criminosos, instrumentos mais eficazes de combate ao crime. Agora, mesmo assim, com toda essa atuação, mesmo assim com a atuação firme da CPI da Pedofilia, com o apoio fantástico da imprensa brasileira, que repercute nosso trabalho, que não deixa o assunto sair da mídia, Senador Mão Santa, com o apoio do Ministério Público, com o apoio da Justiça, do Poder Judiciário, com o apoio de assessores desta Casa, nós temos realizado um grande trabalho. Mas, mesmo assim, não conseguimos conter esse crime.

Recentemente... Está aí o País estarecido, o País estarecido por algo acontecido numa pequena cidade de São Paulo. Apenas um pequeno exemplo. Está aí. A mídia não deixa sair do foco o assunto. E faz muito bem. Crianças foram vítimas de uma verdadeira quadrilha, de um grupo que se organizou para cometer barbaridades contra crianças inocentes. Imagine Senador Mão Santa! Essas crianças ontem, informa a imprensa, foram levadas a identificar esses criminosos. É um número grande de crianças, Senador Mão Santa. E aqui é apenas um exemplo, é apenas um exemplo.

O Congresso Nacional tem que entrar em campo, Senador Mão Santa. E para isso eu aqui, não como sugestão, mas como um pedido que faço a esta Casa que uma das sessões de sexta-feira – tem que ser uma das mais próximas – Senador Mão Santa, que discutamos, aqui, com a presença do Senador Demóstenes Torres, com a presença do Senador Magno Malta, que podem relatar com mais minúcia e propriedade o que está se passando. A CPI tem calendário, tem um cronograma de visitas a Estados onde esse

crime vem sendo praticado de forma bárbara contra crianças neste País, Senador Mão Santa.

É necessário que o plenário do Senado Federal dedique uma sessão de sexta-feira para debater esse assunto, repercutir esse assunto e, junto com os que compõem a CPI da Pedofilia, imaginar formas de combate mais duro, mais eficaz a esse crime. Deve também realizar aqui, quem sabe, uma grande audiência pública com a participação do Ministério Público, Poder Judiciário, de técnicos desta Casa, envolvidos nessa questão, que estão assessorando e ajudando a CPI da Pedofilia, e levem o trabalho adiante.

Então, não é uma sugestão, mas um pedido, Senador Mão Santa. Vou formalizar esse pedido a esta Casa. Vou verificar no Regimento, e já peço a minha assessoria que tome essa providência de solicitar que uma sessão de sexta-feira, nesta Casa, seja dedicada discutir esse grande tema, esse tema angustiante, esse tema que maltrata, que fere a honra e a dignidade de crianças e famílias neste País, Senador Mão Santa.

É um absurdo. Não podemos mais tolerar essa situação. O Brasil tem uma cultura, o povo brasileiro é um povo bondoso demais. Isso não pode entrar naquela vala de nos acostumarmos, Senador Mão Santa. Não podemos nos acostumar com isso, Senador Marco Maciel. É um absurdo um negócio desse. Está aqui, olha, todo dia, toda hora explode um caso como o desse município de São Paulo: dezenas de crianças molestadas por um bando que se formou para fazer perpetrar um crime bárbaro como esse, contra a criança do nosso País.

Concedo um aparte a V.Ex^a

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE) – Nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, desejo cumprimentá-lo pelas colocações que faz no dia de hoje sobre duas questões importantes. A primeira delas é sobre a reforma política. V. Ex^a sugere que, como sexta-feira é dia de sessão não deliberativa, o espaço da sessão seja utilizado para debater a reforma política, para que se forme um consenso sobre a importância do assunto. Mas mais do que isso, um consenso sobre aquilo a que devemos dar prioridade, ou seja, quais matérias deveriam ser votadas com preferência no que diz respeito às reformas políticas. Em segundo lugar, V. Ex^a chama atenção também para a questão da CPI da Pedofilia, que, como salientou, é um fato grave. O Congresso Nacional não pode ficar distante de tão grave crime que se comete contra as crianças e adolescentes em nosso País. São ambos os temas, portanto, embora distintos, extremamente relevantes. São duas propostas boas. Espero também que a CPI da Pedofilia possa cumprir os seus objetivos para que possamos – quem sabe – extrair daí uma série

de projetos de lei que venham a fazer com que essa questão da pedofilia seja efetivamente eliminada do nosso mapa social.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Maciel. Conto com V. Ex^a – tenho certeza absoluta disso – para que possamos encaminhar esse assunto.

O Plenário precisa se envolver com essa questão, Senador Mão Santa, tanto para ajudar a CPI a formular rumos mais definidos com relação a leis que possam ser propostas nesta Casa, como para imaginar formas de, juntamente com outros organismos como a Polícia Federal, o Ministério Público, o Poder Judiciário, combater mais eficazmente esse crime bárbaro que se comete no País contra nossas crianças e adolescentes.

Fica aqui o pedido – não é sugestão. Vou formalizar esse pedido e espero que a Casa tenha a sensibilidade de se voltar para a discussão de um tema tão importante como esse.

Mas não poderia também, Senador Marco Maciel, deixar de revelar aqui a minha estranheza com o fato de que os Estados Unidos, mais uma vez, com um histórico péssimo na área de direitos humanos, tentarem nos dar um carão. A Secretária de Estado Hillary Clinton, ontem, ou anteontem, reunida com o nosso chanceler Celso Amorim, entre muitos assuntos que deveriam ser tratados num encontro desses, escolheu exatamente aquele no qual eles não têm autoridade moral para nos criticar.

E aqui não estou livrando a cara e não estou declinando da vergonha que nos acomete pela continuada e permanente quebra dos direitos humanos no nosso País, outro assunto que precisamos encarar com firmeza.

Ainda temos problemas, principalmente com relação à população mais desassistida, mais pobre deste País, que vive nas favelas. A violência da polícia ainda é uma realidade cruel neste País, ainda temos episódios de torturas nos presídios.

Os Estados Unidos não têm moral, não têm condição moral de vir dar carão no Brasil ou cobrar providências do Brasil. Estamos aqui, aos trancos e barrancos, tomando as nossas providências, tentando avançar nesse campo e diminuindo a ocorrência, a incidência de crimes na área dos direitos humanos em nosso País.

Um país que cometeu barbaridades na Coreia do Norte, no Vietnã, no Iraque, no Afeganistão, um país que até hoje tortura, em Guantãmo, em Cuba, que deveria inclusive devolver a Cuba aquele pedaço que é de Cuba, não tem autoridade moral para vir cobrar do Brasil providências que, a rigor, estão sendo tomadas. Aos trancos e barrancos, estamos tomando, Senador Mão Santa.

Eu não poderia deixar de vir aqui e declarar a minha indignação com relação a isso. Eu acho que fere a autonomia, fere a soberania do nosso país e, como digo e repito, estou aqui livrando a cara daqueles que atentam contra os direitos humanos em nosso País.

Vamos lutar para que este assunto seja passado a limpo no nosso País, Senador Mão Santa, mas não posso admitir que representante dos Estados Unidos, como eu disse, entre tantos assuntos que poderiam ter sido tratados, escolha exatamente esse para vir nos dar carão. Que autoridade moral têm os Estados Unidos para dar carão em qualquer país na área dos direitos humanos, Senador Mão Santa? Não têm.

Então, fica aqui o registro do meu protesto, da minha indignação com relação a esse episódio. Esse assunto diz respeito ao Brasil. Nós estamos tratando dele e estamos avançando, lentamente, sim, mas estamos avançando, e não podemos admitir que um país que tem um histórico de violência contra a humanidade, Senador Mão Santa, possa vir aqui nos apontar o dedo e dizer que nós estamos sendo lenientes na área dos direitos humanos.

E, para concluir eu queria fazer um convite a um grande amigo nosso. Refiro-me ao Senador e Ministro Edison Lobão, Senador Mão Santa. Eu tenho acompanhado, claro que pela mídia, de longe, essa confusão que envolve o Fundo de Pensão dos funcionários de Furnas, o Fundo Real Grandeza. A imprensa, Senador Mão Santa, tem batido forte e, curiosamente, bate no PMDB, porque o PMDB quer, de qualquer forma, mudar a direção do Fundo, e nas entrelinhas lemos sempre que o propósito é o pior possível.

Olhem, tenho uma admiração e um respeito muito grande pelo Senador Edison Lobão, nosso companheiro, nosso Ministro, que está lá por delegação do PMDB. Agora, quando a imprensa repercute esse assunto e diz que ele é do PMDB, Senador Mão Santa, eu aí quero... Eu sou PMDB, como V. Ex^a, e é por isso que eu vim hoje aqui fazer esse convite. Vou ligar para o Ministro Edison Lobão, vou entrar em contato com o Líder do nosso Partido, enfim com outros Parlamentares do nosso Partido, porque acho que merecemos e precisamos – eu preciso – de um esclarecimento detalhado, cabal sobre essa questão, Senador Mão Santa. Eu não aguento mais, como membro do PMDB, ficar sendo colocado num saco em que todo mundo bate. Não aguento mais, não aguento mais. Eu quero um esclarecimento cabal, completo, detalhado da questão: o que nós temos a ver com isso. Vou formular um convite ao Senador Edison Lobão para que ele venha aqui, ao Senado Federal; nós temos uma Bancada de dezenove Senadores.

Eu estou alheio ao assunto. Acompanho o que diz a imprensa. E o que sai na imprensa não é boa coisa! Então, eu quero receber esclarecimentos. Tenho direito a isso! Não aguento mais ser apontado como membro de um Partido que, segundo a imprensa, pratica barbaridades. E essas barbaridades são atribuídas a todos. Porque, quando se fala, é o PMDB, Senador Mão Santa. Entende? É o PMDB, é o PMDB... Eu quero ter detalhes. Eu quero saber e vir à tribuna, em uma próxima oportunidade, detalhar, com clareza, o que está acontecendo com o Fundo Real Grandeza, de Furnas.

Furnas é uma empresa importante do País. Não pode estar envolvida em uma discussão paralela como essa. Nós temos a responsabilidade de conduzir os assuntos de Furnas com a maior seriedade do mundo. Espero, sinceramente, que nosso querido companheiro e amigo, prezado Ministro Edison Lobão, Senador desta Casa, que prezo e por quem tenho o maior respeito, aceite o convite para vir a esta Casa reunir-se com a Bancada de Senadores do PMDB e dizer, claramente, o que está se passando. Até agora – como eu disse – tenho acompanhado esse assunto apenas pelos jornais e não me sinto autorizado a tecer um comentário abalizado sobre a questão, até por que não tenho informação, Senador Mão Santa. Como Parlamentar desse Partido, eu tenho direito de ter informações precisas, detalhadas acerca dessa questão, para que não fique levando tinta na cabeça, sem poder vir aqui e falar sobre o assunto com precisão, com conhecimento de causa.

Portanto, fica aqui o convite ao Senador Edison Lobão, nosso companheiro, nosso Ministro, por indicação do próprio PMDB – boa indicação, inclusive – para que ele venha a esta Casa nestes próximos dias reunir-se com a Bancada de Senadores do PMDB e detalhar, com precisão, o que está se passando: por que o PMDB pretende substituir a direção do Fundo Real Grandeza? Quais são as razões? Por que recuou nessa decisão? Eu preciso de esclarecimentos e vou cobrá-los, Senador Mão Santa. Vou cobrá-los!

Era o que eu tinha a dizer nesta manhã de sexta-feira.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo tempo, logicamente, excedido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos ao Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Acre, pelo brilhante e contundente pronunciamento, advertindo para a necessidade de uma reforma política a ser discutida no Senado, sobre as preocupações com a pedofilia, enfrentada pela CPI, com êxito, e, mais ainda, as suas preocupações sobre o Fundo de Pensão de Furnas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 126, DE 2009

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Engenheiro Geraldo de Magalhães Melo, ocorrido no dia 24 de fevereiro, do corrente ano, na cidade do Recife, no Estado de Pernambuco.

I – inserção em ata de voto de profundo pesar;

II – apresentação de condolências;

a) a seus familiares

b) à Prefeitura da cidade do Recife, da qual foi prefeito; e

c) ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco, que presidiu.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2009.

Senador Marco Maciel

Senador Geraldo Mesquita Junior

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para encaminhar, concedo a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para encaminhar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, Srs. Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Adelmir Santana, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento, venho apresentar voto de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro Geraldo de Magalhães Melo, que faleceu na madrugada da última terça-feira, dia 24, aos 82 anos.

Geraldo de Magalhães Melo era engenheiro civil, fez carreira no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco, tendo atingido o cargo de Diretor daquela autarquia. O DER-PE é um dos melhores DERs do Brasil, graças à competência administrativa e, sobretudo, técnica dos seus integrantes.

Ele também foi Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Pernambuco (IPSEP) e, no período de 1983 a 1986, Vice-Presidente do Banco de Pernambuco S/A (Bandepe).

Prefeito da cidade do Recife nos anos de 1969 e 1970, ao tempo em que era Governador de Pernambuco Nilo Coelho, deixou entre as suas obras a construção dos viadutos da Cabanga e da Avenida Agamenon Magalhães, do Ginásio de Esportes que leva o seu nome, conhecido como “Geraldão”, e o início da urbanização da Avenida Boa Viagem.

São seus filhos Lúcia de Fátima Maranhão Melo Lima, casada com José Fernando Wanderley Lima; Agamenon Magalhães Melo; Mônica Maria Maranhão Melo, já falecida; Sandra Maria Maranhão Melo, casada com o General de Brigada Geraldo Gomes de Matos Filho; e, finalmente, Geraldo de Magalhães Melo Filho, casado com Paola Vieira, residente no Rio de Janeiro, onde é produtor de eventos,

Geraldo de Magalhães Melo era irmão de Roberto Magalhães Melo, Deputado Federal por várias legislaturas, Secretário de Educação em Pernambuco, do Governo Nilo Coelho, que foi meu Vice-Governador, quando governei o Estado e, posteriormente, eleito Governador de Pernambuco, tendo Gustavo Krause, ex-Ministro da Fazenda, candidato a Vice-Governador, e eu ao Senado Federal. .

Geraldo de Magalhães Melo, portanto, integra uma das mais honradas e dignas famílias de Pernambuco. E, ao citar o nome de Roberto Magalhães Melo, seu irmão, quero chamar a atenção que ambos são descendentes de Agamenon Magalhães, que, além de Deputado Federal, Governador de Pernambuco, foi Constituinte de 1946. O falecido tem outro irmão, José Magalhães Melo, conhecido como Zezito, que foi Vereador à Câmara Municipal do Recife e exerceu outras funções administrativas em Pernambuco.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia deixar de apresentar esse voto de pesar, pedindo que a Mesa do Senado dê ciência às instituições as quais o engenheiro Geraldo Magalhães Melo integrou – IPSEP, a UDR de Pernambuco, a Prefeitura do Recife, o extinto Banco do Estado de Pernambuco, Bandepe, e outras.

Era, Sr. Presidente, o que gostaria de expressar, neste instante, externando o sentimento, que acredito de todo Pernambuco, pelo falecimento do Dr. Geraldo de Magalhães Melo.

Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Geraldo de Mesquita.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Marco Maciel, a Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao eminente Senador Mão Santa, representante do Estado do Piauí, que usará da palavra pelo tempo que achar necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira, 27 de fevereiro, do Senado da República do Brasil, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem aqui no plenário e que acompanham esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Geraldo Mesquita, é com grande satisfação que fazemos parte desta Mesa Diretora – minha candidatura foi assegurada por V. Ex^a, Pedro Simon e outros. O Presidente Sarney tem uma bela história política. Está até no Livro de Deus que aqueles diletos, escolhidos por Ele, têm longevidade e, durante essa longevidade, conseguem exercer a sua atividade profissional. Então, o Presidente Sarney é um desses abençoados, que, em sua longevidade, mantém as suas atividades políticas, dizendo que se dividiu – é escritor, um homem intelectual, e animal político, que ele é. E ele comprometeu-se aqui – e eu assisti também a um pronunciamento dele na Câmara Federal – com quatro itens básicos. Primeiro, a reforma política. Essa reforma, o País era advertido da sua necessidade pelo nosso também histórico homem público Marco Maciel. Então, somaram-se aí e ele já deu início. Aqui está o jornal: “*Sarney e Temer criam comissão para apressar reforma política*”.

E V. Ex^a, Geraldo Mesquita, hoje levantou uma bandeira muito interessante: que em sessão de sexta-feira ou de segunda-feira possa-se ampliar e aprofundar esse debate, aproximando-se da sociedade como um todo. E eu sugeri aquilo que ouvi atentamente V. Ex^a falar entusiasmado: que deveriam essas pessoas ser convidadas, porque na Casa tem vários projetos de lei – cada cabeça é uma sentença. E tem até uma medida provisória – que eu acho errado, mas que chegando aí... – do Presidente Luiz Inácio, do seu Governo, e tem do passado também uma minirreforma, onde achei muitos pontos interessantes. Era do Líder, ex-Presidente do Democratas, Bornhausen. Então, bastaria convidar esses autores, Senador Geraldo, para um debate aqui.

Eu acho que já seria um grande avanço, consolidando o pensamento de V. Ex^a.

Outro item – e ele já fez – foi que ele disse que ia fazer uma comissão de notáveis em economia do

Senado para acompanhar a problemática da economia global, que afeta o mundo todo, levando àquele grande mal que é o desemprego. É no mundo todo. E ele já fez. Para a comissão, ele designou o próprio Marco Maciel; o Dornelles, o Presidente; o Tasso Jereissati; o Mercadante; e o Pedro Simon, representando o nosso Partido, para eles acompanharem desta Casa, vamos dizer, os malefícios que a economia globalizada está causando no mundo inteiro.

E isto ele já fez: uma reforma fiscal. Mas o mais importante – e isso têm de se ver no feitio – é a austeridade. E ele está fazendo. É um exemplo. Isso tem de ser dito. Ele disse dali, no seu belo pronunciamento nesta Casa, que queria fazer um corte linear de 10% nas despesas. E está fazendo. Em boa hora, ele está dando o exemplo. Ele que cultua a memória do Padre Antônio Vieira, que dizia que o exemplo arrasta. Palavra sem exemplo é um tiro sem bala. Dez por cento.

E, ontem, Geraldo Mesquita... Eu sei que tem muita gente chateada. Mas hoje, conversando com Adalgisa, lembramos que eu fiz isso na Prefeitura de Parnaíba.

E eram poucos. Só tinha, naquela época, uns quatorze telefones. E eu, passava um mês, pedia para diminuir as contas de telefone. Outro mês, outro. Até que um dia eu cheguei e cortei todos os telefones; só deixei interurbano no meu gabinete e do secretário. Até o meu mandei tirar, para ele ficar... Olha, e deu uma economia extraordinária, porque a prefeitura era na praça mais importante e vinha toda a cidade com os secretários dar interurbano.

Aqui, ele teve essa coragem – isso tem que ser dito. Tem muita gente que deve estar insatisfeita, mas imaginem quantos telefones tem este Senado da República? E ele cortou mesmo esse negócio de telefone interurbano estadual, não é? Então, é um grande passo. Eu acho que a austeridade nos leva à prosperidade. Os nossos parabéns por essa coragem do Presidente.

Mas para o que eu vim aqui mesmo, além dessa preocupação com este Senado e com a República, Senador Geraldo Mesquita? *E-mail* a gente recebe muitos. O Brasil não está alienado, não. O Governo que quer alienar o País. Mas a gente recebe muito *e-mail*. É chegar no gabinete e já tem. Grande parte aqui é sobre aquele problema dos aposentados. A gente tem que advertir o Luiz Inácio de que isso é uma verdade.

E eu levei, na primeira reunião que houve da Mesa Diretora. E o Presidente mandou que a nossa secretária executiva anotasse e que isso fosse um dos temas de ele advertir o Presidente Michel Temer: resgatar o corte que nós fazemos indevidamente aos salários dos aposentados.

Olha, os nossos velhinhos estão sofrendo. E aquilo... Pegamos um projeto de lei de Paim, que é do PT. Eu fui Relator. Aquilo foi à Comissão de Justiça, à CAE e aqui foi aprovado. E lá o ex-Presidente do PT não quis dar andamento.

Mas são muitos os *e-mails*, são muitos. E os aposentados estão sofrendo. E eu queria relembrar justamente isto: que nós... O Presidente Luiz Inácio está esquecendo... Não é bem assim. Os nossos velhinhos aposentados têm um significado especial. Eu não acredito nessa pesquisa. Essa pesquisa é mentirosa!

É muito simples: nós vimos gente, aloprados matarem em São Paulo. Nós vimos aloprados roubarem este Brasil todo. Quem mata, quem rouba, não falseia uma pesquisa? Que ele é majoritário eu não duvido. Ele teve, Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio, 60 milhões de votos.

Ganhou de um extraordinário candidato, cheio de virtudes, por 20 milhões de votos. Mas essa pesquisa é uma mentira! Aloprados que mataram, aloprados que roubaram, aloprados que o acompanham falseiam. E lembro que foi lá na época das ditaduras que o chefe de comunicação de Hitler dizia: uma mentira repetida por várias vezes se torna verdade.

Isso é uma mentira porque são muitos *e-mails*. Olha, tem *e-mails* violentos contra o Presidente. E os velhinhos... Não são só os velhinhos, os velhinhos e a Pátria; é a família amplificada. Os velhinhos aposentados, os nossos avós são, vamos dizer, o ápice, o cume da família. E eu acho em parte que o Luiz Inácio erra: ele, desprotegendo esses velhinhos, está desprotegendo as nossas famílias. Daí a barbárie, a virulência e o desrespeito. Os velhinhos são tão significativos. Eu sei que cada vida é uma vida e ele pode não ter tido até um avô bom o nosso Presidente Luiz Inácio, mas a maioria dos brasileiros e brasileiras teve. Eu tive, Geraldo Mesquita, os meus avós. Muito me ajudaram, me orientaram com seus exemplos de vida e com apoio financeiro mesmo.

Então, quero dizer que hoje me sinto melhor avô do que fui pai, porque quando pai eu trabalhava muito, operava. Eu chegava nas caladas da madrugada, às duas horas da madrugada e já estavam os meus filhos dormindo. E a educação ficou com a mãe deles, Adalgisa.

Agora, não. Tenho mais tempo de orientar. Geraldo Mesquita, é bom que se advirta o Presidente da República. Estamos aqui é para isso. O Senado só tem sentido se formos os pais da Pátria. Senão, não tem sentido. Olha, eu li o primeiro livro de Barack Obama. Hoje é o maior líder do mundo democrático, foi que ele fez para a campanha política. Mas, Geraldo Mesquita, no começo do livro ele dizia: disseram para eu não fa-

zer outro livro, porque eu não iria fazer melhor do que o primeiro. O primeiro foi quando ele conta a vida dele: as lutas, ele que é um jovem, vamos dizer, universal. Então, ele confessa no seu livro que, se não fossem os avós dele, hoje ele seria um maconheiro.

Então, Luiz Inácio, só queria dizer como os avós são importantes. Mas, Vossa Excelência levou os avós a uma penúria. Então, olha, meu avô dizia que me dava um livro de Medicina e dava mesmo. Diziam que me dariam uma viagem de prêmio e me davam mesmo, de prêmio. No Natal, davam mesmo. Os de hoje, Luiz Inácio, os netos não acreditam mais, porque eles se comprometeram a ajudar. Aqui eles contam nos *e-mails*. Tem um *e-mail* aqui. Bastaria um, pois é muito sintomático. Ele diz que conseguiu formar dois filhos: um médico e outro engenheiro, e fez sua aposentadoria para ajudar aos netos. Ele se comprometeu e não pode mais, porque ele ganhava cinco salários e meio e está ganhando dois. Então, os netos descreditam na importante figura dos avós. É a inversão de valores, o desrespeito e a descrença. Isso tem de ser resgatado como fator fundamental da construção, Luiz Inácio, daquilo que é mais importante: a família. Não é o que Rui disse: A Pátria é a família amplificada. Mas o próprio Deus, quando colocou o filho dele, não o desgarrou, não. Ele o colocou numa família. E a família está desestruturada, desorganizada, cada vez mais, talvez, pela condição dos avós, símbolo maior da experiência que a maturidade traz.

Isso é o que eu queria lembrar.

Mas eu voltaria ao meu Piauí, que vai mal. O Governo vai mal. Está aqui um *e-mail* de Augusto Basílio. Eu conheço. Ele é engenheiro. Esse foi secretário do Professor Wall Ferraz, foi Vereador. É um rapaz muito inteligente. E é muito oportuno. Eu me lembro de como o governo revolucionário se empolgou com o álcool, com a mudança no carro de gasolina para álcool. Naquele tempo, era uma chateação. Para pegar, demorava; ele era frio. Mas a tecnologia foi se aperfeiçoando. Isso foi no início dos anos 80. O governo revolucionário investiu no álcool.

Não é essa propaganda, não. Todos nós temos testemunhas. Não adianta o Luiz Inácio dizer que é... Não. Isso é velho. Foi sofrida essa experiência.

E muitos empresários investiram nisso. No Piauí, um dos empresários mais lúcidos, Ary Magalhães, que foi Deputado Federal, Secretário de Fazenda, candidato a Senador – perdeu para o João Vicente –, fez uma empresa, quer dizer, plantou as canas, industrializou a produção de álcool e, depois, um grupo empresarial maior, poderoso, de Recife, comprou a sua fábrica e faz açúcar.

Mas tem um artigo mostrando a falta de rumo do Partido dos Trabalhadores no Piauí. É de um engenheiro, Augusto Basílio. E é muito importante não só para o Piauí, mas para o Nordeste, para onde tem cana. É para o Presidente da República. É um engenheiro competente, Augusto Basílio. Ele manda para mim: O Consumo do Álcool Hidratado no Piauí.

Porque o Piauí está um caos: PT federal e PT estadual. Há falta de visão, de visão de futuro, de estudo, de competência. Esse é o grande mal.

O Piauí tem atualmente uma das mais altas alíquotas do ICMS sobre o álcool hidratado do Brasil. Por conta disso, o Estado se posiciona na contramão das políticas ambientais em confronto com o sentimento mundial de que é preciso incentivar a produção de combustíveis renováveis e não poluentes para melhorar a qualidade de vida no planeta.

Isso tudo sem falar no efeito estufa, causado pela emissão de gases poluentes. Uma alíquota de 25% de ICMS. Atentai bem: só o ICMS do álcool combustível no Piauí, só o Governo do Estado leva 25%. Por isso que é caro. Por isso que o combustível no Brasil é o mais caro do mundo. Só o Governo do Estado tira 25%, além de 78 impostos que temos a mais. Está na contramão.

De 25% para o álcool hidratado é, no mínimo, um descaso para com as classes produtoras do Piauí. Ora, se o Piauí aparece no cenário nacional com uma das menores e com insignificante participação do PIB nacional, como o Poder Público Estadual espera que os novos investimentos sejam inviabilizados com tamanha carta tributária?

Esse PT é louco, é doido por dinheiro. Vinte e cinco por cento de ICMS sobre o álcool. É o combustível mais caro do mundo!

O fardo fica pesado não apenas para o consumidor, mas para o próprio empresariado local, que fica sem condições de competir com os grandes grupos nacionais. Uma política fiscal mais inteligente poderia favorecer a atração de investidores, trazendo para o Piauí novas usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar e de produção de álcool hidratado.

Eu conheço a usina. É em União, milhares e milhares de empregos.

“O grande limitador de investimentos no setor sucroalcooleiro no Piauí é a tributação exorbitante da cana-de-açúcar, um dos principais produtos agrícolas nacionais. E mesmo se constituindo um setor estratégico, nunca se ouviu falar na reformulação da política fiscal para o setor.

Pois bem. Enquanto o Piauí articula passos de tartaruga para o desenvolvimento eco-

nômico, o Estado de São Paulo reduz em 50% a alíquota do ICMS sobre o álcool hidratado (12,5%)”.

É essa a desgraça que está. Quem é que vai, investidor, botar... E o Nordeste, que era campo promissor dos engenheiros... Isso é sabido. Aí vieram os holandeses, em Pernambuco, e ensinaram. Como, se, em São Paulo, o imposto é a metade? Por isso que este José Serra aí, ó Luiz Inácio, não adianta cacarejar, faltar obra, não... Por isso que este José Serra sobe: visão de futuro. É, está aqui, sobre o álcool hidratado, é a metade do imposto do Piauí. Onde está a massa encefálica deste PT?

Quem é que vai botar? Eu mesmo não botaria, se fosse no Piauí, uma fábrica, porque esse PT é um caos; está aqui. Sobre o álcool hidratado é 12,5%.

“Além de ser uma atitude ecologicamente correta, a medida prioriza o consumo de combustíveis renováveis pelos veículos com motores *flex*. Assim, a frota passa a produzir quantidade menor de CO² (dióxido de carbono), reduzindo as contribuições para o efeito estufa.

A comercialização do álcool hidratado no Piauí tem apresentado uma redução considerável. Em contrapartida, há um constante crescimento na comercialização de gasolina, combustível de origem fóssil, mesmo com a crescente venda de veículos com motores *flex*.

(...)

E não podemos esquecer que o Piauí estaria substituindo um produto importado e não renovável por um combustível renovável produzido aqui mesmo. Com essa atitude o Piauí estaria mostrando para o restante do País uma política arrojada de proteção ambiental aliada ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos”.

Augusto Basílio é engenheiro, urbanista e mestre em planejamento de transporte.

São essas coisas que estão acontecendo no País. Enquanto isso, ganha eleições, é muito forte, tem muito voto, é o Estado campeão de Bolsa-Família...

Mas isso não dá uma visão de futuro, uma riqueza. É decadente o Piauí na educação e naqueles que querem trabalhar e levar o progresso... É aquilo que Rui Barbosa disse, e por isso ele está ali. Rui Barbosa disse que a primazia tem de ser do trabalho e do trabalhador, não de banqueiros e daqueles que ganham sem trabalhar. O próprio Apóstolo Paulo condenava isso: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer”.

Então, idéias, como essa de Augusto Basílio, fazem com que ainda sejamos otimistas, como Juscelino foi no passado e disse: “É melhor sermos otimistas. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando”.

Então, Presidente Luiz Inácio, está aqui uma cabeça pensante, uma cabeça que tem conhecimento e sabedoria para transformar o Piauí no Estado rico com que todos nós sonhamos. E Vossa Excelência, Presidente Luiz Inácio, deve ser agradecido ao Piauí. O Piauí sempre, sempre lhe deu vitórias. Mesmo quando derrotado, ele tinha uma votação consagradora no Piauí.

Então, é a hora de levarmos ao nosso Piauí aquilo que o povo quer: riqueza, não por meio de malandragem, mas por intermédio de seu trabalho e de suas inteligências que nos inspiram, como a de Augusto Basílio.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Mesa agradece, Senador Mão Santa, o seu pronunciamento e cumprimenta os visitantes desta Casa.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Fazenda que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

– Nº 48/2009, de 17 de fevereiro último, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 1.226, de 2008, do Senador Sérgio Zambiasi, e informando que, tão logo estejam disponíveis, serão remetidas informações complementares.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento permanecerá na Secretaria-Geral da Mesa aguardando complementação das informações.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nada mais havendo a tratar, não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a sessão do dia 27 de fevereiro de 2009, a famosa sessão de sexta-feira do Senado Federal.

Um bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 14 minutos.*)

SENADO FEDERAL**ATA DA 3ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 004**, de 10 de fevereiro de 2009)

RETIFICAÇÃO

No Sumário, primeira coluna, página 01009

Onde se lê:

2 – ATA DA 3ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 2008.

Leia-se:

2 – ATA DA 3ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 2009.

SENADO FEDERAL**ATA DA 6ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 007**, de 13 de fevereiro de 2009)

RETIFICAÇÃO

No Sumário, primeira coluna, página 01611

Onde se lê:

2 – ATA DA 6ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008

Leia-se:

2 – ATA DA 6ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2009

SENADO FEDERAL**ATA DA 7ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2009**

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 008**, de 14 de fevereiro de 2009)

RETIFICAÇÃO

No Sumário, primeira coluna, página 01751

Onde se lê:

1 – ATA DA 7ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2008.

Leia-se:

1 – ATA DA 7ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2009.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2009

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 2 a 28/02/2009)

RESENHAS**(PERÍODO DE 2 A 28 DE FEVEREIRO DE 2009)**

A - Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal	3
B - Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.....	33
C - Secretaria de Comissões.....	42

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 a 28 de fevereiro de 2009)	
Deliberativas Ordinária	6
Deliberativas Extraordinárias	0
Não Deliberativas	9
Especiais	0
Total de sessões realizadas	15
Sessões não realizadas	0
Reuniões Preparatórias	2

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (2 a 28 de fevereiro de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A VI).....	66
I – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	49
1 – Em decisão terminativa	49
1.1 – Do Senado Federal.....	49
II – Requerimentos de Homenagem de Pesar.....	3
III – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente.....	3
IV – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	3
V – Requerimento de tramitação conjunta aprovados pela Mesa	4
VI – Requerimentos desampensamento aprovados pela Mesa.....	4

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITEM VII).....	2
VII - Matérias rejeitadas.....	2
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A VII).....	68
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....	55
Requerimento de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito.....	1

I - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

I.1 - Projetos de Lei do Senado aprovados por Comissão, em decisão terminativa

Total.....49

Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, que revoga o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, extinguindo o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, objetivando fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficientes na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 06.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que determina extraordinariamente que seja realizado um concurso especial da mega-sena e dá outras providências. (destinado às vítimas das enchentes do estado de Santa Catarina).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 06.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rosário, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2007, de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Guarajá-Mirim, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Vilhena, Estado de Rondônia.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Marabá, Estado do Pará.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Santarém, Estado do Pará.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2007, de autoria do Senador Sergio Zambiasi, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região Norte do Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exploração (ZPE) no Município de Bacabeiras, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Picos, Estado do Piauí.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Floriano, Estado do Piauí.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre a criação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE'S) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí no Estado de Roraima.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de São Simão, Estado de Goiás.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Boa Vista no Estado de Roraima.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Barra do Garça, no Estado do Mato Grosso.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que dispõe sobre a criação da Zona de Processamento (ZPE) do Município de Campina Grande, no Estado da Paraíba.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Sinop, no Estado do Mato Grosso.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Várzea Grande, no Estado do Mato Grosso.
(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)
Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Alta Floresta, no Estado do Mato Grosso.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2007, de autoria do Senador Mario Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Redenção, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Tucuruí, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2007, de autoria do Senador Mário Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Breves, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações - ZPE - na cidade de Brasília, Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 515, de 2007, de autoria do Senador Mauro Couto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação no Município de Castanhal, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 529, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação - ZPE no município de Gurupi, no Estado do Tocantins.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2007, de autoria do Senador Mauro Couto, que cria Zona de Processamento de Exportação no Município de Paragominas, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Bom Jesus, Estado do Piauí.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 648, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Açú, no Estado do Rio Grande do Norte.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 716, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Leste do Estado do Espírito Santo.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 133, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Colatina, no Estado do Espírito Santo.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de João Monlevade, no Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 09.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Anápolis, Estado de Goiás

(Decisão terminativa das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos)

Sessão: 25.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

(Decisão terminativa das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Sessão: 25.02.2009

II – REQUERIMENTOS DE HOMENAGEM DE PESAR

Total.....3

Requerimento nº 1, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Adão Preto.

Sessão: 05.02.2009

Requerimento nº 2, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessrenko, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Adão Preto.

Sessão: 05.02.2009

Requerimento nº 3, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Adão Preto.

Sessão: 05.02.2009

III – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total.....3

Requerimento nº 1.653, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente seja destinado a homenagear o centenário da Cruz Vermelha Brasileira, em sessão a ser agendada no início dos trabalhos legislativos, em fevereiro de 2009. Aditado pelo **Requerimento nº 9, de 2009**, propondo a realização da referida sessão no dia 12 de fevereiro próximo.

(Observação: Homenagem prestada no Período do Expediente da Sessão de 12.02.2009)

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 18, de 2009, do Senador João Vicente Claudino e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização da sessão especial destinada a homenagear os 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Estado do Piauí, preferencialmente no dia 11 de março de 2009.

Sessão: 19.02.2009

Requerimento nº 43, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização da sessão especial a realizar-se no dia 30 de abril vindouro, destinada a comemorar os 90 anos de criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Sessão: 19.02.2009

IV – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO APROVADOS PELA MESA

Total.....3

Requerimento nº 1.393, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda, sobre os pagamentos efetuados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, desde 2003 em relação à dívida contratual que os mesmos têm com a União.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1400, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre as entidades filantrópicas com receita superior a R\$ 2,4 milhões, que foram objeto de fiscalização tributária.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1.401, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, "a", 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informações sobre as entidades filantrópicas.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

V – REQUERIMENTOS DE TRAMITAÇÃO CONJUNTA APROVADOS PELA MESA

Total.....4

Requerimento nº 1.658, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs. 30 e 421, de 2008, visto disciplinarem a mesma matéria relativa ao regime de progressão da pena.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1;689, de 2008, de autoria do Senador Lobão Filho, solicitando tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, com o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2008-Complementar.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 4, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 325 e 356, de 2008.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 5, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 475 e 22, de 2008.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

VI – REQUERIMENTOS DE DESAPENSAMENTO APROVADOS PELA MESA

Total	4
-------------	---

Requerimento nº 1.601, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Junior, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2008, que tramita em conjunto com as de nºs 6, de 2000, 28, 31, 34, 47, 52 e 72, de 2003; 25 e 50, de 2004; 32 e 48, de 2005; 1, 4, 24, 28, 29, 28, 30 e 47, de 2006; 9, 54, 62, 64, 71 e 77 de 2007; 8, 9, 11 e 12, de 2008.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1.632, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006, dos PLS nºs. 3 e 153, de 2007.

(Aprovado na 1ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento nº 1.639, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2007, das Propostas de Emenda à

Constituição n^{os} 50, 63, 68, 73 e 83, de 2003; 27, 29 e 52, de 2004; 42 e 68, de 2005; 5 e 27, de 2006; 13, 32, 70 e 97, de 2007; 6, 30 e 34, de 2008.

(Aprovado na 1^a Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

Requerimento n^o 1.640, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do PLS 197, de 2007, dos Projetos de Lei da Câmara n^{os} 97, de 2003; e 69, 110, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado n^{os} 310 e 315, de 1999; 67, de 2002; 134, 135, 154, 204, 311, 338, 378, 438, 457 e 508, de 2003; 13, 113, 196, 199, 225, 227 e 267 de 2004; 3, 204, 280, 301, 307, 339, 344, 357, 378 e 383, de 2005; 55, 59, 65, 105, 159, 162, 167, 197 e 283, de 2006; 61, 197, 239, 287, 327, 496, 537, 552 e 689, de 2007; 7, 148, 149, 220 e 270, de 2008.

(Aprovado na 1^a Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 12.02.2009)

VII – REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total	1
-------------	---

Requerimento n^o 93, de 2009, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a utilização da Internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado, solicitando, em aditamento aos **Requerimentos n^{os} 200 e 818, de 2008**, a prorrogação do prazo de seu funcionamento por 180 (cento e oitenta) dias.

Sessão: 16.02.2009

VIII - MATÉRIAS REJEITADAS

Total	2
-------------	---

Projeto de Lei do Senado n^o 534, de 2007, do Senador Marconi Perillo, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no município de Anápolis, no Estado de Goiás

Sessão: 25.02.2009

Projeto de Lei do Senado nº 560, de 2007, do Senador Valter Pereira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.

Sessão: 25.02.2009

IX – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total	44
-------------	----

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 1, de 2009-M, Senador Cristovam Buarque - art. 13 - 14 a 22/02/2009.

Requerimento nº 2, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 10 a 12/02/2009.

Requerimento nº 3, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 10/02/2009.

Requerimento nº 4, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 10, 11 e 12/02/2009.

Requerimento nº 5 de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 10/02/2009.

Requerimento nº 6, de 2009-M, Senador Flávio Arns - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 7, de 2009-M, Senador Mário Couto - art. 13 - 12/02/2009.

Requerimento nº 8, de 2009-M, Senador Marconi Perillo - art. 43, II – 11 a 14/02/2009.

Requerimento nº 9, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 13 - 12/02/2009.

- Requerimento nº 10, de 2009-M**, Senador João Tenório - art. 13 – 11 e 12/02/2009.
- Requerimento nº 11, de 2009-M**, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 12/02/2009.
- Requerimento nº 12, de 2009-M**, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 12/02/2009.
- Requerimento nº 13 de 2009-M**, Senador Romero Jucá - art. 13 – 12 e 13/02/2009.
- Requerimento nº 14, de 2009-M**, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 12/02/2009.
- Requerimento nº 15, de 2009-M**, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 12/02/2009.
- Requerimento nº 16, de 2009-M**, Senador Fernando Collor - art. 13 - 12/02/2009.
- Requerimento nº 17, de 2009-M**, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 12/02/2009.
- Requerimento nº 18, de 2009-M**, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 12/02/2009.
- Requerimento nº 19, de 2009-M**, Senador Jayme Campos - art. 13 - 17, 18 e 19/02/2009.
- Requerimento nº 20, de 2009-M**, Senador Tião Viana - art. 43, II - 17, 18, 19, 25 e 26/02/2009.
- Requerimento nº 21, de 2009-M**, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 17, 18 e 19/02/2009.
- Requerimento nº 22, de 2009-M**, Senador Paulo Duque - art. 13, 17/02/2009.
- Requerimento nº 23, de 2009-M**, Senador João Tenório - art. 13 - 17 a 19/02/2009.
- Requerimento nº 24, de 2009-M**, Senador Mário Couto - art. 13 - 17 a 19/02/2009.
- Requerimento nº 25, de 2009-M**, Senador Wellington Salgado de Oliveira - art. 13 - 17/02/2009.
- Requerimento nº 26, de 2009-M**, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 17/02/2009.
- Requerimento nº 27, de 2009-M**, Senador Aloizio Mercadante - art. 43, II - 19/02/2009.

- Requerimento nº 28, de 2009-M**, Senador Jefferson Praia - art. 13 - 03 a 08/03/2009.
- Requerimento nº 29, de 2009-M**, Senador Paulo Duque - art. 13 - 18/02/2009.
- Requerimento nº 30, de 2009-M**, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 17 a 19/02/2009.
- Requerimento nº 31, de 2009-M**, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 18/02/2009.
- Requerimento nº 32, de 2009-M**, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 33, de 2009-M**, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 34, de 2009-M**, Senador Gim Argello - art. 13 - 19 a 27/02/2009.
- Requerimento nº 35, de 2009-M**, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 36, de 2009-M**, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 37, de 2009-M**, Senador Jarbas Vasconcelos - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 38, de 2009-M**, Senador Mozarildo Cavalcanti - art. 43, I - 17/02/2009.
- Requerimento nº 39, de 2009-M**, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 40, de 2009-M**, Senador Eliseu Resende - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 41, de 2009-M**, Senador Paulo Duque - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 42, de 2009-M**, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 43, de 2009-M**, Senador Valter Pereira - art. 43, II - 19/02/2009.
- Requerimento nº 44, de 2009-M**, Senador João Ribeiro - art. 13 - 19/02/2009.
- Requerimento nº 45, de 2009-M**, Senador João Pedro - art. 43, I - 19/02/2009.

X - REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

X.1– Aprovados pelo Plenário

Total	10
-------------	----

Observação:

Art. 40 – Representação da Casa / missão no País ou no exterior

Requerimento nº 28, de 2009, Senadora Ideli Salvatti - de 6 a 14/02/2009 - Designação da Presidência do Senado Federal para integrar, como representante da Casa, a Comitativa Oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, que participará de reuniões com os membros do World Trade & Tourism Council - WTTC, a realizar-se na cidade de Dubai, Emirados Árabes Unidos.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 29, de 2009, Senador Neuto de Conto - de 6 a 15/02/2009 - Designação da Presidência do Senado Federal para integrar, como representante da Casa, a Comitativa Oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, que participará de reuniões com os membros do World Trade & Tourism Council - WTTC, a realizar-se na cidade de Dubai, Emirados Árabes Unidos.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 30, de 2009 - Senadora Marisa Serrano - 8 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 31, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 8 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 32, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 6 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 33, de 2009 - Senador Pedro Simon - 7 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 34, de 2009 - Senador Geraldo Mesquita Júnior - 8 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 35, de 2009 - Senador Inácio Arruda - 9 a 11/02/2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 10.02.2009

Requerimento nº 115, de 2009 - Senador Eduardo Suplicy - 26/02/2009 a 04/03/2009 - Participação, como representante do Senado Federal, no VIII Congresso da Rede USBIG (USBIG Network), em Nova York, EUA, e no XI Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento, em Havana, Cuba.

Sessão: 19/02/2009.

Requerimento nº 116, de 2009 - Senador Marconi Perillo - 19 a 27/02/2009 - Visita Oficial, como representante do Senado Federal, aos Parlamentos da França e de Luxemburgo.

Sessão: 19/02/2009.

X.2 - Deferido pelo Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 41 do Regimento Interno

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 122, de 2009, Senador Inácio Arruda – 25 a 28/02/2009 – Participação, como representante do Senado Federal, no II Congresso Nacional do Pólo Democrático Alternativo, Bogotá, Colômbia.

Sessão: 26.02.2009

X – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total	59
-------------	----

Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do artigo 218, II, combinado com o artigo 221, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Prefeito de Fortaleza Dr. Juraci Magalhães, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2009, na capital cearense.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 12, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Juraci Magalhães, ex-Prefeito de Fortaleza - CE, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2009.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 20, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos arts. 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido no dia 30 de janeiro de 2009 do engenheiro e empresário João Augusto Conrado Gurgel.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 21, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família e ao Estado de Santa Catarina, pelo falecimento do empresário Antônio Edmundo Pacheco, Presidente da Federação do Comércio de Santa Catarina.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 22, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos da Lei, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido no dia 03 de fevereiro de 2009, de Pietro de Albuquerque.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 23, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do filho do Deputado Federal Beto Albuquerque, Pietro Albuquerque.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 24, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Gaúcho Cândido Norberto.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 25, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e Federal do Rio Grande do Sul, Sr. Henrique Henkin, ocorrido no dia 24 de janeiro de 2009.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 36, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos da lei, inserção em ata de voto de Pesar à família de Michelle Splitter, jogadora de basquete catarinense, irmã do pivô Tiago Splitter, da Seleção Brasileira e do Tau Cerâmica, da Espanha, falecida no dia 02 de fevereiro de 2009, em Campinas-SP, vítima de leucemia

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 37, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em Ata de Voto de Pesar à família de Antônio Edmundo Pacheco pelo seu falecimento, ocorrido no dia 02 de fevereiro de 2009.

Sessão: 06.02.2009

Requerimento nº 38, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues, ocorrido no dia 7 de fevereiro de 2009.

Sessão: 09.02.2009

Requerimento nº 39, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Senador Chagas Rodrigues, ocorrido no dia 7 de fevereiro de 2009.

Sessão: 09.02.2009

Requerimento nº 40, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família; à Acumuladores Moura S/A; às Federações do Comércio e da Indústria de Pernambuco; e à Prefeitura Municipal de Belo Jardim pelo falecimento do engenheiro químico e empresário Edson Mororó Moura, ocorrido no dia 15 de janeiro de 2009, em Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife, Pernambuco.

Sessão: 09.02.2009

Requerimento nº 44, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, que assume a Presidência no Tribunal de Justiça do Pará.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 45, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais desta Casa voto de louvor aos homens e mulheres integrantes do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 46, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais desta Casa voto de louvor aos homens e mulheres integrantes da Polícia Militar de Santa Catarina.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 47, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais desta Casa voto de aplauso à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela iniciativa da Campanha da Fraternidade 2009 que tem como tema o combate a indiferença em relação à corrupção na política.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 56, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos anais desta Casa voto de louvor aos integrantes da Defesa Civil de Santa Catarina pela sua dedicação sem limites durante a ocorrência dos eventos desencadeados pela calamidade pública que se instalou naquele Estado.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 57, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da professora Geminiana Bulcão Bringel, ocorrido no dia 14 de janeiro de 2009, em Parintins-AM.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 58, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e advogado Ayrton Pinheiro de Almeida, ocorrido no dia 29 de janeiro de 2009, em Brasília-DF.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 59, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado nos anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro João Augusto Conrado do Amaral Gurgel, ocorrido em 30 de janeiro de 2009.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 60, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e advogado Edísio Gomes de Matos, ocorrido no dia 09 de janeiro de 2009, em Brasília-DF.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 61, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pela morte de passageiros e tripulantes do avião Bandeirante, da Manaus Táxi Aéreo, que caiu no Rio Manacapuru, Amazonas, dia 7 de fevereiro de 2009.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 62, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso a Karenz Jonz, pela conquista do bicampeonato mundial feminino de skate vertical.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 63, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao jornal semanário Gazeta do RIO PARDO, da cidade de São José do Rio Pardo - SP, por haver completado seu centenário de fundação no dia 3 de janeiro de 2009.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 64, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 65, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Desembargadora Valéria Garcia da Silva Maron, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Terceira Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 66, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 67, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Antonio Eduardo Ferreira Duarte, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 68, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Roberto Wider, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, no cargo de Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 69, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Desembargador Luiz Zveiter, pela sua posse, em 3 de fevereiro de 2009, na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 71, de 2009, de autoria do Senador Gim Argello, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de Congratulações à equipe de basquetebol brasiliense Universo BRB Financeira Brasília, pela conquista do campeonato denominado Liga das Américas de Basquete, realizado em 8 de fevereiro de 2009 na cidade de Xalapa, Capital do Estado de Veracruz, no México.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 72, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos anais desta Casa voto de aplauso ao Movimento "Todos pela Educação", e que seja levado ao conhecimento dos Coordenadores do referido movimento.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 73, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao doutorando em Sociologia Marcelo Seráfico, pela defesa, em janeiro, na UFRS, de tese acadêmica sobre a Zona Franca de Manaus.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 74, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Desembargadora Albanira Lobato Bemeruy, pela atuação competente e ética na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, biênio 2007-2009.

Sessão: 10.02.2008

Requerimento nº 78, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido ao Plenário, seja consignado nos anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Salame da Silva.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 79, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido ao Plenário, seja consignado nos anais da Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. Max Martins da Rocha.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 81, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Lobato Rodrigues, ocorrido no dia 19 de janeiro de 2009, em Valência, Espanha.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 82, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Marinha do Brasil pelos relevantes serviços de assistência médica prestados aos Ribeirinhos do Amazonas.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 85, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos dos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador, ex-Deputado e ex-governador do Piauí, Chagas Rodrigues, ocorrido no dia 07 de fevereiro de 2009.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 86, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, solicitando, com fundamento no disposto no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor aos 100 anos do jornal Correio Riograndense, da cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.02.2008

Requerimento nº 87, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Aplauso à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná - Fetiep, pelo 60º aniversário de fundação da entidade.

Sessão: 16.02.2008

Requerimento nº 90, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Simões, intransigente defensor do Patrimônio Histórico e Cultural, pároco da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, Minas Gerais, ocorrido no dia 20 de janeiro de 2009, na capital mineira.

Sessão: 16.02.2008

Requerimento nº 91, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 82 anos, do filantropo e humanista Célio Trópia, ocorrido no dia 19 de janeiro 2009, na capital mineira.

Sessão: 16.02.2008

Requerimento nº 92, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ambientalista Hugo Werneck, aos 89 anos, ocorrido no dia 20 de dezembro de 2008, na capital mineira.

Sessão: 16.02.2008

Requerimento nº 95, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor à União dos Escoteiros do Brasil (UEB), presidida pelo Vereador Paulo Salamuni, pela realização do 4º Jamboree Nacional Escoteiro, realizado em Foz do Iguaçu - PR.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 101, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor a Sr^a Lourença da Cunha, catadora de lixo em São Paulo.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 104, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Lira Neto, líder comunitário e militante político em Presidente Figueiredo, Amazonas, ocorrido em 15 de fevereiro de 2009.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 105, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Desembargador João José da Silva Maroja, que assume a presidência do Tribunal Eleitoral do Pará para o biênio 2009/2011.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 106, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará pela homenagem prestada ao jurista Dr. Daniel Coelho de Souza, dando seu nome ao Fórum Cível da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça daquele estado.

Sessão: 17.02.2008

Requerimento nº 108, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Luiza Carlos de Assis, mãe do ex-Deputado Federal Narciso Mendes de Assis, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2009, em Natal, Rio Grande do Norte.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 110, de 2009, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar e apresentação de condolências à família e ao Conselho Regional de Medicina do Amapá pelo falecimento do médico Benedito Carrera Bahia, ocorrido no dia 18 de fevereiro de 2009, em Macapá.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 113, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 12 de janeiro de 2009, do futebolista Albino Friaça Cardoso, o famoso atacante Friaça.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 114, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao astrônomo brasileiro Augusto Damineli, que previu o apagão da hipergigante estrela Eta Carina, confirmado em 12 de fevereiro de 2009.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 118, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de congratulações ao Desembargador Doorgal Andrada, pela posse no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Sessão: 18.02.2008

Requerimento nº 119, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Guilherme Duncan.

Sessão: 19.02.2009.

Requerimento nº 124, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Caixa Econômica Federal.

Sessão: 26.02.2009.

Requerimento nº 125, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado Osires Lopes Filho

Sessão: 27.02.2009.

Requerimento nº 126, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de pesar pelo falecimento do engenheiro Geraldo de Magalhães Melo.

Sessão: 27.02.2009.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido
RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008
Designação: 01/07/2008
Prazo final: 20/02/2009
Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA
EMPREGABILIDADE**

**(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)**

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Eduardo Suplicy (PT) (30)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (31)
Delcídio Amaral (PT) (29)	2. Renato Casagrande (PSB) (26)
Aloizio Mercadante (PT) (34)	3. João Pedro (PT) (8,25)
Tião Viana (PT) (33)	4. Ideli Salvatti (PT) (27)
Marcelo Crivella (PRB) (32)	5. Flávio Arns (PT) (28)
Inácio Arruda (PC DO B) (38)	6. Expedito Júnior (PR) (1,35)
César Borges (PR) (37)	7. João Ribeiro (PR) (36)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) (6)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (45)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (15,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (14,41)
Efraim Morais (DEM) (47)	3. Heráclito Fortes (DEM) (43)
Raimundo Colombo (DEM) (49)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (11,13,40)	5. Kátia Abreu (DEM) (44)
Jayme Campos (DEM) (10,39)	6. José Agripino (DEM) (2,46)
Cícero Lucena (PSDB) (21)	7. Alvaro Dias (PSDB) (20)
João Tenório (PSDB) (19)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (16,24)
Sérgio Guerra (PSDB) (21)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (22)
Tasso Jereissati (PSDB) (21)	10. Papaléo Paes (PSDB) (23)
PTB (4)	
João Vicente Claudino (48)	1. Sérgio Zambiasi (9,48)
Gim Argello (48)	2. Fernando Collor (48)

PDT

Osmar Dias (17)

1. Jefferson Praia (7.18)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
17. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
18. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
19. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
20. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
21. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
24. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
26. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
28. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
29. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
30. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
33. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
38. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
39. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
41. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PDT PSDB PMDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Durval (PDT-BA) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,17,36)	1. Fátima Cleide (PT) (30)
Augusto Botelho (PT) (33)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (32)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (27)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (29)	5. Ideli Salvatti (PT) (26,28)
VAGO (31)	6. VAGO (31)
VAGO (31)	7. VAGO (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (37)	1. Heráclito Fortes (DEM) (41)
Rosalba Ciarlini (DEM) (46)	2. Jayme Campos (DEM) (42)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,38)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,40)
Raimundo Colombo (DEM) (43)	4. José Agripino (DEM) (4,44)
Lúcia Vânia (PSDB) (21,39)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (25)
Marisa Serrano (PSDB) (22)	6. João Tenório (PSDB) (24)
Papaléo Paes (PSDB) (23)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (20,45)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti (8,11)	1. VAGO (14,16)
PDT	
João Durval (19,47)	1. VAGO (18)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
33. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.

43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
 Telefone(s): 3311-3515
 Fax: 3311-3652
 E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
 VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Telefone(s): 3311-3515
 Fax: 3311-3652
 E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Majoria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA
SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br**

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT) ⁽³⁵⁾	1. Renato Casagrande (PSB) ^(14,29)
Aloizio Mercadante (PT) ^(7,33)	2. Augusto Botelho (PT) ^(1,12,14,31)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁵⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁷⁾	4. Marina Silva (PT) ^(13,14,30)
Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁵⁾	5. César Borges (PR) ^(36,48)
Expedito Júnior (PR) ^(28,48)	6. Paulo Paim (PT) ^(16,32)
Maioria (PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁴⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(6,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴²⁾	1. Efraim Morais (DEM) ⁽⁴³⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁴⁵⁾	2. Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴¹⁾
Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁷⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ^(11,17)	4. José Agripino (DEM) ^(2,38)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁷⁾	5. Eliseu Resende (DEM) ^(5,18,39)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽²⁵⁾	6. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²²⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁵⁾	8. Mário Couto (PSDB) ⁽²⁴⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁵⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²³⁾
PTB ⁽⁴⁾	
Romeu Tuma ⁽⁴⁰⁾	1. Gim Argello ⁽⁴⁶⁾
PDT	
Osmar Dias ^(8,10,20)	1. Patrícia Saboya ^(9,19,50)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
18. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
21. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
29. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
35. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
37. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).

38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
39. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
40. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
44. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
48. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
50. Em 19.02.2009, a Senadora Patricia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Flávio Arns (PT) (32)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (32)	2. Ideli Salvatti (PT) (33)
Fátima Cleide (PT) (32)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,30)
VAGO (32,41)	4. José Nery (PSOL) (34)
Inácio Arruda (PC DO B) (35)	5. VAGO (38)
Marina Silva (PT) (37)	6. VAGO (38)
Expedito Júnior (PR) (36)	7. VAGO (38)
VAGO	8. VAGO
Majoria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. VAGO (15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (40)
Marco Maciel (DEM) (45)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,51)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,44)	3. Jayme Campos (DEM) (50)
Heráclito Fortes (DEM) (48)	4. Efraim Morais (DEM) (52)
José Agripino (DEM) (13,46)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) (39)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,43)
Alvaro Dias (PSDB) (25)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (28)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	8. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Eduardo Azeredo (PSDB) (22)	9. Papaléo Paes (PSDB) (29)
Marisa Serrano (PSDB) (23)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (27)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,49)	1. João Vicente Claudino (49)
Romeu Tuma (49)	2. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
24. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
29. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
30. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
36. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

38. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
39. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
40. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
VAGO (7)	1. VAGO (7)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO (7)
Majoria (PMDB, PP)	
VAGO (3)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO (7)
PDT	
VAGO (7)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (20)	1. Fátima Cleide (PT) (23)
Marina Silva (PT) (7,20)	2. César Borges (PR) (25)
João Pedro (PT) (21)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (26)
João Ribeiro (PR) (24)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (35)	1. Adelmir Santana (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (32)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,28)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (29)	4. Jayme Campos (DEM) (9,33)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,18)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (19)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,27)	1. Sérgio Zambiasi (27)
PDT	
Cristovam Buarque (8,12,37)	1. Jefferson Praia (13,36)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
20. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
28. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.**

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (6)	
Flávio Arns (PT) (19)	1. João Pedro (PT) (24)
Fátima Cleide (PT) (19)	2. Serys Shessarenko (PT) (22)
Paulo Paim (PT) (19)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,21,29)
Magno Malta (PR) (2,23)	4. VAGO (21)
José Nery (PSOL) (20)	5. VAGO (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (10,12)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,30)	1. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Rosalba Ciarlini (DEM) (25)	2. Jayme Campos (DEM) (27)
Eliseu Resende (DEM) (4,32)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (28)
Gilberto Goellner (DEM) (8)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,26)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. Lúcia Vânia (PSDB) (17)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (18)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
18. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
19. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shhessarenko.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
26. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
29. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (4)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (2,5)
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. João Ribeiro (PR) (40)
Renato Casagrande (PSB) (42)	2. Marina Silva (PT) (34)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
João Pedro (PT) (39)	4. Magno Malta (PR) (35)
Augusto Botelho (PT) (33,47)	5. Tião Viana (PT) (17,36,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (45)	1. Adelmir Santana (DEM) (6,44)
Demóstenes Torres (DEM) (50)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,46)
Marco Maciel (DEM) (13,24,49)	3. José Agripino (DEM) (18,22,48)
Heráclito Fortes (DEM) (3,53)	4. Kátia Abreu (DEM) (43)
Arthur Virgílio (PSDB) (30)	5. Alvaro Dias (PSDB) (29)
Eduardo Azeredo (PSDB) (30)	6. João Tenório (PSDB) (12,32)
Flexa Ribeiro (PSDB) (28)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (31)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20,21,23,25,51)	1. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Patrícia Saboya (27,54)	1. Cristovam Buarque (15,26,55)

Notas:

- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
23. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
24. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
25. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
26. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
27. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
28. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
31. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
32. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
33. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
47. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
49. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
54. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
55. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Majoria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Majoria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br**

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br**

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Durval (PDT-BA) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Serys Slhessarenko (PT) (20)	1. Marina Silva (PT) (19)
Paulo Paim (PT) (20,30)	2. Delcídio Amaral (PT) (26,30)
Ideli Salvatti (PT) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (21)
Inácio Arruda (PC DO B) (17)	4. Expedito Júnior (PR) (18)
Fátima Cleide (PT) (23)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (25)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (4,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. VAGO (37)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) (9,11,12)
Gilvam Borges (PMDB) (6,10)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (38)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (34)
Eliseu Resende (DEM) (31)	2. Efraim Morais (DEM) (32)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (27)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Kátia Abreu (DEM) (8,33)	5. Demóstenes Torres (DEM) (2,29)
Alvaro Dias (PSDB) (41)	6. Cicero Lucena (PSDB) (16)
Arthur Virgílio (PSDB) (42)	7. João Tenório (PSDB) (15)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16)	8. Mário Couto (PSDB) (16)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (5)	
Fernando Collor (28)	1. Gim Argello (28)
PDT	
João Durval (13)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
11. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
12. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
13. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
17. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
18. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
20. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
29. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
30. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
31. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
38. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (art. 88, § 1º, RISF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
César Borges (PR) (23)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Slhessarenko (PT) (2,27)	2. VAGO (25)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (24)	3. VAGO (25)
José Nery (PSOL) (28)	4. VAGO (25)
Majoria (PMDB, PP)	
VAGO (29)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (1)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (4,11)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (32)	1. Gilberto Goellner (DEM) (31)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (33)
Rosalba Ciarlini (DEM) (35)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (30)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,38)
Lúcia Vânia (PSDB) (19)	5. Cícero Lucena (PSDB) (17)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,18)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (37)	1. Mozarildo Cavalcanti (37)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cicero Lucena.
23. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
25. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
28. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
31. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
33. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (23)	1. Paulo Paim (PT) (23)
João Pedro (PT) (21)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,18)
VAGO (20,25)	3. Expedito Júnior (PR) (22)
Magno Malta (PR) (19)	4. VAGO (17)
Majoria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (2,11)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (31)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,24)
Raimundo Colombo (DEM) (30)	2. Heráclito Fortes (DEM) (26)
Kátia Abreu (DEM) (29)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,32)
Jayme Campos (DEM) (8,10,27)	4. José Agripino (DEM) (33)
Lúcia Vânia (PSDB) (14)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (13)
Mário Couto (PSDB) (16)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,28)	1. Gim Argello (28)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (17)	3. VAGO (21)
VAGO (21)	4. VAGO (21)
Majoria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (6,9)	3. Gim Argello (PTB) (7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (32)	1. Gilberto Goellner (DEM) (23)
Demóstenes Torres (DEM) (2,28)	2. Eliseu Resende (DEM) (22)
José Agripino (DEM) (5,11,27)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (25)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,24)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,24)	6. Marisa Serrano (PSDB) (14)
Papaléo Paes (PSDB) (13)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (10,15)
PTB (4)	
Sérgio Zambiasi (29)	1. Fernando Collor (29)
PDT	
Patrícia Saboya (12,30)	1. Cristovam Buarque (31)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
11. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
23. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
25. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
30. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
31. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
32. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 4ª Eleição Geral: 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 5ª Eleição Geral: 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 18/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

VAGO

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

VAGO

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)

PR

Expedito Júnior (RO)

PDT

Patrícia Saboya (CE)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 12/02/2009

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA		– Itália, que trata da extradição do italiano Cesare Battisti.....	27
Comentários sobre a necessidade de agilizar e melhorar o andamento das atividades da Justiça brasileira. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.....	296	Insatisfação pela falta de entendimento em relação às Comissões do Senado Federal.	49
Considerações sobre o uso do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que define os padrões da norma culta a serem utilizados na ortografia oficial dos países de Língua Portuguesa..	301	ANTONIO CARLOS JÚNIOR	
Comentários sobre a necessidade de uma reforma política no Brasil. Aparte ao Senador Marco Maciel.	352	Considerações sobre a importância de discutir, no Senado Federal, a proposta da Reforma Tributária.	50
Considerações sobre as repercussões da crise financeira internacional no Brasil e sugestões para minimizar seus efeitos.	356	Críticas ao Governo do Presidente Lula pelo aumento nos gastos das finanças públicas e pela decisão de utilizar o Banco do Brasil como linha auxiliar da Caixa Econômica no financiamento de habitações populares.	50
Considerações sobre a importância de progredir na questão da reforma política no Brasil. ...	390	ANTONIO CARLOS VALADARES	
Considerações sobre a diversidade partidária existente no Brasil e o domínio político que o Democratas (DEM) exerce no Distrito Federal, devido à liderança do Governador José Roberto Arruda.	390	Comentários a respeito da repactuação das dívidas previdenciárias contraídas pelos municípios junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).....	71
Encaminhamento de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do advogado Osiris Lopes Filho, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009, em Brasília.....	395	ARTHUR VIRGÍLIO	
ALVARO DIAS		Requerimento nº 111, de 2009, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais sobre os gastos do Governo com a organização do encontro com prefeitos, realizado nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2009, em Brasília.....	34
Comentários sobre o descaso do Governo Federal em relação à saúde no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa.	21	Requerimento nº 112, de 2009, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre as aplicações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), relativo ao exercício de 2008.....	35
Pedido de transcrição do editorial intitulado “Crise boa para os bancos”, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , na edição de 18 de fevereiro de 2009, e considerações sobre a política adotada pelo Governo do Presidente Lula em benefício dos banqueiros.....	25	Requerimento nº 113, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 12 de janeiro de 2009, do futebolista Albino Friaça Cardoso, o famoso atacante Friaça, que fez gol da Seleção	

	Pág.		Pág.
Brasileira, no 2x1 em que o Brasil foi derrotado pelo Uruguai e perdeu a Copa do Mundo de 1950, na final do campeonato realizada no Rio de Janeiro..	36	CÉSAR BORGES	
Requerimento nº 114, de 2009, requer Voto de Aplauso ao astrônomo brasileiro Augusto Damine- li, que previu o apagão da hipergigante estrela Eta Carina, confirmado em 12 de fevereiro de 2009....	37	Considerações sobre a visita dos parlamen- tares italianos, Domenico Scilipoti e Carlo Monai, ao Senado Federal, para discutir a questão do asilo político dado pelo Brasil ao italiano Cesare Battisti e comentários sobre a deportação de atletas cuba- nos. Aparte ao Senador Gerson Camata.....	14
Sugestão ao Senador Heráclito Fortes para que convoque a imprensa e informe ausência de recadastramento de algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) no Ministério da Justiça. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	85	Relato sobre os investimentos concedidos para a recuperação das rodovias que cortam o Es- tado da Bahia.	69
Lamento pela cassação do mandato do Go- vernador Cássio Cunha Lima, do Estado da Para- íba.	86	EDUARDO AZEREDO	
Descontentamento pela ineficácia no funcio- namento do Senado Federal, durante o período de carnaval.	86	Requerimento nº 118, de 2009, que requer Voto de Congratulações ao Desembargador Door- gal Andrada, pela sua posse no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no dia 18 de fevereiro de 2009. .	107
Pedido de retirada do nome de Sua Excelên- cia da lista de parlamentares beneficiários da verba indenizatória.	86	Considerações sobre a aprovação do projeto, de Sua Excelência, referente à instalação obrigató- ria de <i>airbags</i> nos carros produzidos no Brasil.	111
Comentários sobre os processos pelos quais o suplente do Senador José Maranhão, o Senador Roberto Cavalcanti, responde na Justiça.	91	Preocupação com o aumento do número de acidentes nas estradas brasileiras, durante o perí- odo de Carnaval; comentários sobre a aprovação do projeto, de Sua Excelência, referente à instala- ção obrigatória de <i>airbags</i> nos carros produzidos no Brasil e apelo ao Governo Federal pela melhora das estradas brasileiras e pela continuidade da fiscalização do uso de bebidas alcoólicas após o período de Carnaval.	364
Considerações sobre o Projeto de Lei nº 1.554, de 18 de fevereiro de 1960, formalizado pelo então Deputado Federal Arthur Virgílio Filho, que resultou na criação da Universidade Federal do Amazonas.	91	EDUARDO SUPLICY	
Requerimento nº 119, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Gui- lherme Duncan, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2009.	245	Aviso sobre a leitura da carta do italiano Ce- sare Battisti, aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em que explica tudo o que aconteceu com ele desde os tempos em que participou de ações consideradas subversivas pelo ordenamento italia- no. Aparte ao Senador Gerson Camata.	15
Requerimento nº 120, de 2009, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saú- de sobre o Programa Nacional de DST- Aids.	246	Registro da visita ao Senado Federal dos parlamentares italianos, Domenico Scilipoti e Carlo Monai.....	27
Encaminhamento à Mesa de documento en- dereçado à Federação Internacional de Futebol (FIFA), preparado pelo Senador João Pedro, que defende a cidade de Manaus para sediar a Copa de 2014.....	259	Comentários sobre a entrevista do Senador Jarbas Vasconcelos à revista <i>Veja</i> , edição de 18 de fevereiro de 2009, na qual ele faz críticas aos atos de corrupção e ao Programa Bolsa Família.	38
Sugestões para o enfrentamento da crise fi- nanceira internacional.	259	Comentários sobre o aumento do número de beneficiados pelo Programa Bolsa Família.	50
AUGUSTO BOTELHO		Requerimento nº 115, de 2009, que requer autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, no VIII Congresso da Rede USBIG (<i>USBIG Network</i>), em Nova York, Estados Unidos, no período de 27 de	
Congratulações ao Senador Romeu Tuma pelo pronunciamento sobre os rumos do debate popular, promovido por lideranças políticas e membros da sociedade civil organizada, em defesa da liberação ou não do uso maconha. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	55		

	Pág.	III	Pág.
fevereiro a 1 de março de 2009, e do XI Encontro Internacional de Economistas sobre Globalização e Problemas de Desenvolvimento (<i>XI Encuentro Internacional de Economistas sobre Globalización y Problemas del Desarrollo</i>), em Havana, Cuba, no período de 2 a 4 de março de 2009.....	103		
Considerações acerca da crise no setor da citricultura paulista e leitura da proposta de requerimento, de Sua Excelência, que solicita informações sobre os procedimentos que visam apurar e dirimir os conflitos entre as empresas de suco de laranja e os citricultores e trabalhadores.....	140		
Comentários sobre a entrega da carta enviada pelo italiano Cesare Battisti à sociedade brasileira. Aparte ao Senador José Nery.	151		
Considerações sobre a participação, de Sua Excelência, no VII Congresso da USA <i>Basic Income Guarantee Network</i> , realizado em Nova York, e participação no XI Encontro dos Economistas da Associação Cubana e do Caribe, realizado em Cuba, sobre o programa social Renda Básica de Cidadania no Brasil.....	369		
Comentários sobre a solicitação do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, para que haja diálogo entre a direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os trabalhadores e suas entidades a respeito das demissões, em massa, de trabalhadores da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer).....	369		
Leitura da carta enviada pelo italiano Cesare Battisti aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.....	369		
EFRAIM MORAIS			
Solicitação de informações referentes à existência de algum pedido de renúncia do Senador José Maranhão ao cargo de Senador, para assumir o Governo do Estado da Paraíba, em virtude da cassação do mandato do Governador Cássio Cunha Lima.	69		
EXPEDITO JÚNIOR			
Apelo ao Corregedor do Senado Federal, para que investigue o caso e a prisão do assassino confesso da morte do Senador Olavo Pires.	22		
FÁTIMA CLEIDE			
			121
		FERNANDO COLLOR	
			89
		FLÁVIO ARNS	
			16
			239
			240
			242
		FLEXA RIBEIRO	
			112
			115
		FRANCISCO DORNELLES	
			120

	Pág.		Pág.
GERALDO MESQUITA JÚNIOR			
Requerimento nº 108, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Luiza Carlos de Assis, mãe do ex-Deputado Federal Narciso Mendes de Assis, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2009, em Natal, Rio Grande do Norte.....	3	Ministério da Agricultura e por Senadores e Deputados para tratar do avanço do desmatamento na Amazônia. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	164
Lamento pelo falecimento da Senhora Luiza Carlos de Assis, mãe do ex-Deputado Federal Narciso Mendes de Assis, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2009, em Natal, Rio Grande do Norte.	19	Homenagem póstuma ao Senador Jonas Pinheiro, devido ao primeiro aniversário de sua morte.....	263
Apelo aos motoristas para que evitem o abuso de bebidas alcoólicas durante o período de carnaval, com destaque para a defesa da proibição de propagandas de bebidas alcoólicas no rádio e na televisão. ...	265	HERÁCLITO FORTES	
Comentários sobre a importância de consultar a população brasileira na questão da reforma política no Brasil. Aparte ao Senador Adelmir Santana.	390	Críticas sobre a decisão do Ministro da Justiça, Tarso Genro, o qual invalidou o julgamento do Supremo Tribunal Federal, que considera o italiano Cesare Battisti refugiado político e sobre a deportação de atletas cubanos.....	28
Encaminhamento de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do advogado Osiris Lopes Filho, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009, em Brasília.	395	Indignação pela falta de celeridade no andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais (ONGs).	84
Sugestão para que seja discutida a questão da reforma política no Brasil.....	396	IDELI SALVATTI	
Considerações sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, com destaque para a importância do combate mais profundo dos fatos relativos aos crimes de pedofilia no País e críticas aos Estados Unidos pela impropriedade da cobrança de respeito aos direitos humanos.....	396	Congratulações a todos que fizeram e participaram do Carnaval brasileiro.	354
Considerações sobre a mudança na direção do Fundo Real Grandeza, o Fundo de Pensão dos funcionários de Furnas.....	396	Registro da presença do Presidente Lula, do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e da Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, em Florianópolis, para inauguração da linha de transmissão de energia para a Ilha de Santa Catarina e assinatura dos decretos de outorga e dos contratos de construção da maior linha de transmissão de energia do Planeta.	354
GERSON CAMATA			
Considerações sobre a visita dos parlamentares italianos, Domenico Scilipoti e Carlo Monai, ao Senado Federal, para discutir a questão do asilo político dado pelo Brasil ao italiano Cesare Battisti.	14	Requerimento nº 124, de 2009, que requer Voto de Aplauso para a Caixa Econômica Federal, seus Diretores e Corpo de Funcionários, em especial aos 986 empregados de outros Estados que foram para Santa Catarina, participar da Força Tarefa destinada ao pagamento do FGTS aos atingidos pelas enchentes.	385
Congratulações ao Presidente venezuelano, Hugo Chávez, pela vitória no referendo que lhe permite governar por tempo indeterminado, enquanto continuar ganhando eleições e comentários sobre a filiação da Venezuela ao Mercosul.	14	INÁCIO ARRUDA	
Considerações sobre a vitória do Presidente venezuelano, Hugo Chávez, no referendo que lhe permite governar por tempo indeterminado, enquanto continuar ganhando eleições.....	268	Requerimento nº 109, de 2009, que requer o adiamento da data de realização da Sessão Especial, em homenagem a Patativa do Assaré, para o dia 3 de junho de 2009.....	3
GILBERTO GOELLNER			
Críticas à falta de celeridade da Comissão formada pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo		Requerimento nº 122, de 2009, que requer que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior a designação, de Sua Excelência, como representante do Senado Federal no II Congresso Nacional do Pólo Democrático Alternativo, a realizar-se durante os dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2009, em Bogotá, na Colômbia.....	293

	Pág.		Pág.
JEFFERSON PRAIA			V
Requerimento nº 117, de 2009, que requer a realização de sessão especial em homenagem ao centésimo aniversário da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no dia 7 de maio de 2009.....	105	filia sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Pará.	117
JOÃO PEDRO		Registro de reunião da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, ocorrida no dia 18 de fevereiro de 2009, em que foi admitido o protocolo de adesão da Venezuela ao referido bloco econômico.....	118
Defesa da regularização fundiária para os povos da Amazônia. Aparte à Senadora Marina Silva.....	31	Registro de projeto, apresentado por Sua Excelência, que determina a divulgação de gastos dos Senadores com verba indenizatória.	117
Comentários sobre a importância da mobilização da sociedade brasileira em relação à necessidade de uma reforma política no Brasil. Aparte ao Senador Marco Maciel.....	352	Considerações sobre o asilo político dado pelo Brasil ao italiano Cesare Battisti e leitura da carta enviada por ele à sociedade brasileira.	150
Defesa da recuperação da Rodovia BR-319, que liga as cidades de Manaus e Porto Velho, na Região Norte do Brasil.	358	Comentários sobre o tema da Campanha da Fraternidade do ano de 2009, “Fraternidade e Segurança Pública”, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aparte ao Senador Marco Maciel.	159
Considerações sobre a ocorrência de mortes, no Estado de Pernambuco, em virtude dos conflitos agrários e a falta de políticas públicas para a questão fundiária.	388	Projeto de Resolução nº 6, de 2009, que determina a disponibilização, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar.	244
JOÃO RIBEIRO		Requerimento nº 121, de 2009, que requer a realização de Sessão Especial no dia 25 de março de 2009, para homenagear os 35 anos de existência da Campanha da Fraternidade, cujo Tema deste ano é “Fraternidade e Segurança Pública”, tendo como Lema “A Paz é fruto da Justiça” (Is 32, 17).	247
Comentários sobre a necessidade de financiamento para a construção de casas populares. Aparte ao Senador Marcelo Crivella.....	275	MAGNO MALTA	
Considerações sobre a festa de carnaval do município tocantinense chamado Gurupi, bem como os benefícios advindos com a construção da eclusa da Usina Hidrelétrica do Lajeado e o aniversário de emancipação política de diversas cidades do Estado do Tocantins.....	277	Considerações sobre a realização de trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia pelo Brasil.	113
JOÃO VICENTE CLAUDINO		Defesa da criação da Frente Parlamentar contra a Legalização das Drogas.	113
Registro da realização do 1º Festival da Uva, em São João do Piauí, promovido pelo Governo Estadual.....	119	MÃO SANTA	
Registro da posse do novo diretor da Associação dos Municípios do Médio Parnaíba (AMPAR), prefeito de Lagoinha do Piauí, Alcione Barbosa....	119	Indignação com o descaso do Governo Federal em relação à saúde no Estado do Piauí.	19
Registro de homenagem de pesar, realizada pela Assembléia Legislativa do Piauí, pelo falecimento do ex-Governador, Senhor Chagas Rodrigues.	119	Congratulações ao Senador José Sarney pela eleição à Presidência do Senado Federal.	148
JOSÉ NERY		Leitura de artigo do jornalista Zózimo Tavares, intitulado “Demissão em massa”, publicado no jornal <i>Diário do Povo</i> , sobre a crise econômico financeira internacional.	148
Relato acerca das estatísticas reveladas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedo-		Críticas ao Governo do Presidente Lula por não assegurar os direitos dos aposentados.	281
		Considerações sobre a corrupção no Governo do Estado do Piauí.	281

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a matéria intitulada “Estradas do Sul do Piauí abandonadas”, publicada no jornal <i>Diário do Povo do Piauí</i> , edição de 26 de fevereiro de 2009, e apelo ao Governo do Presidente Lula pela continuação das obras inacabadas nesse Estado.....	361	destaque para a desigualdade social decorrente do baixo desempenho educacional do Brasil.	270
Indignação pelo desrespeito aos direitos dos aposentados e dos idosos, bem como pela desordem no Governo Estadual do Piauí.	400	Comentários sobre as invasões de fazenda ocorridas no País, durante o período de carnaval, por dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Aparte à Senadora Marisa Serrano.	348
MARCELO CRIVELLA		Considerações acerca da importância do Congresso Nacional priorizar as questões relativas às reformas políticas.	350
Congratulações ao Senador Romeu Tuma pelo pronunciamento sobre os rumos do debate popular, promovido por lideranças políticas e membros da sociedade civil organizada, em defesa da liberação ou não do uso maconha. Aparte ao Senador Romeu Tuma.....	54	Comentários sobre a importância da reforma política no Brasil. Aparte ao Senador Adelmir Santana.....	391
Pedido ao Governo brasileiro para que adote um programa de habitação a fim de resgatar o <i>déficit</i> habitacional existente no País.....	82	Elogios ao desempenho do Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, integrante do Democratas (DEM), pelo número expressivo de obras realizadas em Brasília. Aparte ao Senador Adelmir Santana.	393
Congratulações ao Senador Roberto Cavalcanti pela posse nesse cargo, em substituição ao Senador José Maranhão, que assume o Governo do Estado da Paraíba, devido à cassação do mandato do Governador Cássio Cunha Lima.	88	Requerimento nº 125, de 2009, que requer inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências aos familiares, à Universidade de Brasília e ao <i>Correio Braziliense</i> , pelo falecimento do advogado Osiris Lopes Filho, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009, em Brasília.	394
Comentários sobre o tema da Campanha da Fraternidade do ano de 2009, “Fraternidade e Segurança Pública”, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aparte ao Senador Marco Maciel.	158	Lamento pelo falecimento do advogado Osiris Lopes Filho, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2009, em Brasília.	394
Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e no art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.	236	Cumprimentos ao Senador Geraldo Mesquita Júnior pelas colocações sobre a reforma política e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	397
Considerações sobre o lucro obtido pelo Banco do Brasil em 2008 e a necessidade de direcionar melhor a aplicação desses recursos para o financiamento de casas populares.....	273	Encaminhamento de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do engenheiro Geraldo de Magalhães Melo, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 2009, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.	399
MARCO MACIEL		Requerimento nº 126, de 2009, que requer inserção em ata de Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências aos familiares, à Prefeitura da cidade de Recife, da qual foi prefeito, e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco, que presidiu, pelo falecimento do engenheiro Geraldo de Magalhães Melo, ocorrido no dia 24 de fevereiro de 2009, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.	399
Destaque para o início da Campanha da Fraternidade do ano de 2009, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema “Fraternidade e Segurança Pública”.....	156	MARCONI PERILLO	
Considerações sobre a importância do ensino básico e defesa da priorização da educação, com		Requerimento nº 116, de 2009, que requer autorização para ausência de Sua Excelência do País e dos trabalhos da Casa, no período de 19 de fevereiro a 2 de março de 2009, sendo que de 19 a 27 de fevereiro para missão oficial na França e	

	Pág.		Pág.
em Luxemburgo e de 28 de fevereiro a 2 de março para viagem de caráter político-cultural.....	104	Considerações sobre os rumos do debate popular, promovido por lideranças políticas e membros da sociedade civil organizada, em defesa da liberação ou não do uso da maconha. Aparte ao Senador Romeu Tuma.	53
MARINA SILVA		Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2009, de Sua Excelência, que altera a redação dos arts. 317 e 333 do Código Penal, para determinar aumento de pena das fraudes cometidas contra a saúde ou a educação.....	74
Considerações sobre os episódios de violência praticados em trotes universitários. Aparte à Senadora Marisa Serrano.	23	Comentários sobre a Proposta de Emenda à Constituição que põe fim à verba indenizatória e transfere o recurso referido para o salário dos parlamentares.....	74
Considerações sobre o encaminhamento da Medida Provisória nº 458, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia, ao Congresso Nacional e sobre a criação do sistema específico para a destinação das áreas de interesse para as comunidades tradicionais.	28	Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2009, que altera o inciso XI do art. 37 e o inciso VII do art. 49 da Constituição Federal.....	77
MARISA SERRANO		NEUTO DE CONTO	
Preocupação com o aumento da violência praticada pelos jovens em todo o País.	22	Considerações sobre a instalação da Câmara Especial Regional na Comarca de Chapecó, para realização de julgamento de recursos e apelações do Tribunal de Justiça fora de sua sede, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.	109
Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2009, que autoriza que as pessoas físicas deduzam imposto de renda devido às doações ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e que as pessoas jurídicas deduzam da base de cálculo do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido as doações a órgãos de apoio do Sistema Nacional de Defesa Civil.....	165	PAPALÉO PAES	
Alerta sobre a importância de preservar o aquífero Guarani, que é estimado como a maior reserva de água doce do mundo. Aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.....	300	Requerimento nº 110, de 2009, que requer que sejam prestadas as homenagens de inserção em ata de Voto de Pesar, apresentação de condolências à família e apresentação de condolências ao Conselho Regional de Medicina do Amapá, por ocasião do falecimento do Ilustríssimo Senhor Doutor Benedito Carrera Bahia, ocorrido no dia 18 de fevereiro de 2009, em Macapá.	33
Comentários sobre o uso do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, bem como a preocupação com os resultados alcançados pelos alunos de ensino fundamental em testes aplicados pelo Ministério da Educação (MEC). Aparte ao Senador Adelmir Santana.....	302	Elucidação sobre a falta de entendimento em relação às Comissões do Senado Federal e elogios ao Senador José Sarney por cumprir rigorosamente o Regimento Interno da Casa.	52
Preocupação com o impacto causado em alguns setores da economia brasileira, em virtude da crise financeira internacional e críticas ao Governo Lula pela maneira como a tem enfrentado.	303	Elogios ao Presidente do Senado Federal, José Sarney, pela implementação de medidas de contenção de gastos nesta Casa.	155
Preocupação com as invasões de fazenda ocorridas no País, durante o período de carnaval, por dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).	347	PAULO PAIM	
MOZARILDO CAVALCANTI		Requerimento nº 107, de 2009, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 13 de maio de 2009, destinada a homenagear o dia da Abolição da Escravatura.....	2
Comentários sobre a decisão do Ministro da Justiça, Tarso Genro, o qual invalidou o julgamento do Supremo Tribunal Federal, que considera o italiano Cesare Battisti como refugiado político. Aparte ao Senador Gerson Camata.....	16	Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2009, que institui 2010 como “Ano Nacional do Centenário da Revolta da Chibata”.	4

VIII

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2009, que cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.	6	Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2009, que estabelece normas relativas à aplicação dos recursos públicos federais para as transições governamentais dos poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	225
Considerações acerca da comemoração dos Cem Anos de Ensino Técnico no Brasil.	137	ROMERO JUCÁ	
Exposição das propostas elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), do Rio Grande do Sul, para combater as consequências da crise financeira internacional no referido Estado.	137	Considerações sobre o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao 3º trimestre de 2008.	123
Requerimento nº 123, de 2009, que requer a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 13 de outubro de 2009, destinada a homenagear a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP, em comemoração ao seu 24º aniversário.	294	ROMEU TUMA	
PEDRO SIMON		Preocupação com os rumos do debate popular, promovido por lideranças políticas e membros da sociedade civil organizada, em defesa da liberação ou não do uso maconha.	53
Considerações sobre notícias divulgadas pela imprensa a respeito do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), bem como desapontamento com a cúpula desse Partido nas duas Casas do Congresso Nacional e com o predomínio da impunidade no País.	285	Comentários sobre o recadastramento das Organizações Não Governamentais (ONGs) no Ministério da Justiça. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	84
RAIMUNDO COLOMBO		Considerações sobre o tema da Campanha da Fraternidade do ano de 2009, “Fraternidade e Segurança Pública”, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aparte ao Senador Marco Maciel.	157
Críticas sobre o posicionamento do Governo brasileiro em relação ao caso do italiano Cesare Battisti. Aparte ao Senador Gerson Camata.	16	Registro de homenagem recebida pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, em Portugal, durante o lançamento do seu livro “Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana”, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.	257
RENATO CASAGRANDE		Considerações acerca da matéria intitulada “Minério radioativo é extraído sem fiscalização no AP, diz PF”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , no dia 27 de dezembro de 2008, que alerta para as dificuldades de repressão ao contrabando de minério radioativo.....	257
Comentários sobre a apresentação de emendas, de Sua Excelência, relacionadas à destinação das áreas de interesse para as comunidades tradicionais da Amazônia. Aparte à Senadora Marina Silva.....	30	Parecer nº 8, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, que altera o art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir, na educação superior, a frequência mínima exigida para aprovação.	330
Considerações sobre a reunião do Conselho Político, realizada pelo Presidente Lula, com a presença do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para debate acerca da crise financeira internacional e da utilização de tecnologias limpas para construção de casas populares.	108	ROSALBA CIARLINI	
Comentários sobre o Projeto Transparência, do ex- Senador Capiberibe, que permite a todo cidadão acompanhar os gastos da administração pública.	108	Alerta sobre a questão da insegurança em que vive a população do Estado do Rio Grande do Norte, com vistas à Copa do Mundo de 2014.	101

SÉRGIO ZAMBIASI

Elogios ao trabalho realizado pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. 297

Considerações sobre a ocorrência de problemas relacionados às alterações climáticas no Estado do Rio Grande do Sul e alerta sobre a importância de preservar o aquífero Guarani, que é estimado como a maior reserva de água doce do mundo. ... 298

SERYS SLHESSARENKO

Considerações sobre a abrangência do Programa Luz para Todos à população do meio rural no Estado do Mato Grosso. 135

Registro da visita ao gabinete de Sua Excelência do Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, e do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Doutor Luiz Antonio Pagot, para tratar de questões ligadas à infraestrutura e à política local do referido Estado. 159

Apelo para que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso adote medidas para agilizar o andamento das atividades do Poder Judiciário no Estado. 295

Considerações sobre o lançamento do Programa do Governo Federal que tem como objetivo substituir dez milhões de geladeiras antigas ao longo de dez anos. 295

VALDIR RAUPP

Apelo à Polícia Federal e ao Corregedor do Senado Federal, para que investiguem o caso e a prisão do assassino confesso da morte do Senador Olavo Pires. 72

Homenagem ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em particular ao Senador José Sarney, eleito para a Presidência do Senado Federal e ao Deputado Michel Temer, Presidente Nacional do PMDB, escolhido para presidir a Câmara dos Deputados. 72

Agradecimento à Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no Senado Federal, pelo apoio recebido durante o período em que Sua Excelência foi Líder do partido e do Bloco da Maioria e felicitações ao Senador Renan Calheiros como novo Líder. 72

Preocupação com o avanço do desmatamento na Amazônia, com destaque para medidas em prol da sustentabilidade e preservação da região. 161

Considerações sobre os investimentos do Governo Federal em obras do setor de energia elétrica. 367

Considerações sobre os investimentos do Governo Federal em obras de restauração das BRs no Estado de Rondônia. 367